



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1847

Quarta-feira - 14 de Outubro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Frei Rogério.....	106	Papanduva.....	234
Alto Bela Vista.....	4	Galvão.....	107	Passos Maia.....	236
Antônio Carlos.....	5	Garopaba.....	108	Penha.....	238
Arabutã.....	6	Garuva.....	137	Peritiba.....	242
Ascurra.....	10	Gaspar.....	139	Pinheiro Preto.....	243
Balneário Rincão.....	11	Grão Pará.....	141	Pomerode.....	245
Bela Vista do Toldo.....	13	Guaraciaba.....	144	Ponte Serrada.....	246
Benedito Novo.....	14	Guaramirim.....	145	Porto Belo.....	247
Biguaçu.....	16	Guarujá do Sul.....	153	Porto União.....	248
Bom Jesus do Oeste.....	19	Herval d'Oeste.....	154	Pouso Redondo.....	251
Bom Retiro.....	20	Imbituba.....	158	Presidente Nereu.....	252
Botuvera.....	23	Ipumirim.....	169	Rio dos Cedros.....	356
Braço do Trombudo.....	25	Irineópolis.....	170	Rio do Sul.....	355
Brunópolis.....	40	Itá.....	172	Santa Terezinha do Progresso.....	358
Brusque.....	41	Itaiópolis.....	184	Santiago do Sul.....	359
Caçador.....	45	Itapoá.....	185	São Bento do Sul.....	361
Camboriú.....	46	Ituporanga.....	189	São Domingos.....	362
Campo Alegre.....	47	Jacinto Machado.....	190	São Joaquim.....	363
Campos Novos.....	62	Joaçaba.....	191	São José.....	364
Canoinhas.....	63	Lages.....	195	São José do Cedro.....	373
Capinzal.....	65	Laguna.....	197	São Lourenço do Oeste.....	375
Catanduvas.....	69	Leoberto Leal.....	198	São Miguel do Oeste.....	376
Caxambu do Sul.....	71	Lindóia do Sul.....	201	São Pedro de Alcântara.....	382
Chapadão do Lageado.....	72	Luzerna.....	202	Schroeder.....	383
Cocal do Sul.....	73	Macieira.....	204	Serra Alta.....	395
Concórdia.....	75	Mafra.....	205	Sombrio.....	396
Cordilheira Alta.....	76	Maracajá.....	207	Sul Brasil.....	397
Coronel Freitas.....	77	Marema.....	208	Timbó.....	402
Coronel Martins.....	78	Massaranduba.....	209	Três Barras.....	410
Curitibanos.....	82	Meleiro.....	212	Trombudo Central.....	411
Dionísio Cerqueira.....	94	Modelo.....	213	Tunápolis.....	412
Doutor Pedrinho.....	95	Morro da Fumaça.....	217	Turvo.....	413
Ermo.....	96	Navegantes.....	218	União do Oeste.....	415
Flor do Sertão.....	97	Nova Trento.....	230	Videira.....	422
Forquilha.....	98	Paial.....	231	Xanxerê.....	441
Fraiburgo.....	103	Palhoça.....	232	Xaxim.....	442

Associações

AMMVI.....	443
------------	-----

Consórcios

CIMVI.....	452
CIS Nordeste.....	455
CIS/AMURES.....	455
Consórcio Lambari.....	457

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 118/2015

DECRETO Nº 118/2015 – DE 01 DE OUTUBRO DE 2015
“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para aplicação salário Educação.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0058/71 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

23.361.0010.2.024 APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

3.3.90.00.00.0058/71 Aplicações Diretas.....R\$ 34.000,00

TOTAL R\$ 34.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica de Transferências Salário Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de outubro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 119/2015

DECRETO Nº 119/2015 - DE 05 DE OUTUBRO DE 2015
“HOMOLOGA I ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ÁGUA DOCE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 72, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado a I alteração do Regimento Interno do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ÁGUA DOCE/SC, instituído através da Lei 781/92 de 14.10.1992, alterado pela Lei nº 1011/1997 de 18.11.1997.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce-SC, 05 de outubro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 120/2015

DECRETO Nº 120/2015 - DE 06 DE OUTUBRO DE 2015
“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 26.696,05 (vinte e seis mil e seiscentos e noventa e seis reais e cinco centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da COSIP.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0017/140 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

17 SECRETARIA DE URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0017.2.041 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3.3.90.00.00.0017/140 Aplicações Diretas..... R\$ 26.696,05

TOTAL R\$ 26.696,05

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica de Contribuição p/Custeio de Iluminação Pública.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de outubro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 121/2015

DECRETO Nº 121/2015 - DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.790,45 (vinte e cinco mil e setecentos e noventa reais e quarenta e cinco centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da Polícia Civil.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0202/193 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

17 SECRETARIA DE URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.452.0017.2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO
3.3.90.00.00.0202/193 Aplicações Diretas.....R\$ 25.790,45
TOTAL R\$ 25.790,45

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de outubro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 122/2015

DECRETO Nº 122/2015 - DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do PASEP.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesas 3.3.90.00.0110/209 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS
28.846.0000.0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP
3.3.90.00.00.0110/209 Aplicações Diretas.....R\$ 57.000,00
TOTAL R\$ 57.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de outubro de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 130 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PELO FALECIMENTO DE MEMBRO DA FAMÍLIA.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Cap. VI, Art. 105, Inciso II da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença ao Servidor Público, LAITIR ALBERTO LOHMANN, ocupante de cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, por 05(cinco) dias consecutivos a contar de 12 de outubro de 2015, em razão do falecimento de membro da família (Pai).

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 13 de outubro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 131 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 15 dias de férias ao Servidor Público Municipal, MARCELO CONTESSOTTO, matrícula 539, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado na Gerência de Administração.

Art. 2º Período aquisitivo de 04/04/2014 a 18/04/2015, período de gozo de 13 a 27 de outubro de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 13 de outubro de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 132 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 dias de férias ao Servidor Público Municipal, LAITIR ALBERTO LOHMANN, matrícula 540, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Gerência Transportes e Obras.

Art. 2º Período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015, período de gozo de 19 de outubro a 17 de novembro de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 13 de outubro de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 133 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 93 Seção V Par.1º,2º,3º,4º, e 5º, da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005 que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal, JAQUELINE RAQUEL SCHNEIDER IFFERT, matriculada sob o n.º 135, lotada no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, pelo período de 180 dias, em conformidade com o atestado expedido pelo Dr. GILMAR ZORTEA inscrito no CRM/SC 4719, na data de 08 de outubro de 2015, dos quais, 60 (sessenta) dias, serão de responsabilidade do Município, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 023 de 19 de fevereiro de 2009.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão reembolsadas pelo RGPS (Regime da Previdência Social), no período de 08 de outubro de 2015 à 04 de fevereiro de 2016, sendo que o restante do período compreendido de 03 de fevereiro à 02 de abril de 2016, serão consignados em dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista em 13 de outubro de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 474/2015

PORTARIA Nº 474/2015.

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, VANESSA TREMARIN, do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, a partir de 14 de outubro de 2015, pelo término de sua contratação temporária.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de outubro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 14 de outubro de 2015.

PORTARIA N.º 475/2015

PORTARIA N.º 475/2015

Dispõe sobre Prorrogação de Afastamento Preventivo de servidor, e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município, bem como, o art. 144 e seguintes da Lei Municipal 558/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

Resolve:

Art. 1o – A pedido da Comissão do Processo administrativo Disciplinar instaurada pela Portaria nº. 419/2015, Prorrogar por 30 (trinta) dias o afastamento preventivo descrito na Portaria 421/2015.

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 13 de outubro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 72/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2015. O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo menor preço global, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para elaboração e regularização e projetos até a obtenção da Licença Ambiental de Operação Corretiva, nos moldes da Instrução Normativa nº. 52, da Fatma/SC de 11 (onze) cemitérios municipais, para atender os termos do acordo firmado nos autos da Ação Civil Pública nº. 242.07.000458-7, em tramitação perante a Comarca de Ipumirim, observada as características constantes nos anexos que integram o presente edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até as 13h30 do dia 04 de novembro de 2015, sendo que na mesma data, às 14h, em sessão pública, ocorrerá a abertura dos mesmos e julgamento. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda, pelo telefone (49) 34480048, pelo site: www.arabuta.sc.gov.br ou e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br. Arabutã-SC, 09 de outubro de 2015. JACKSON LUIZ PATZLAFF - Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 73/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2015. O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo menor preço global, para a contratação da execução de forma indireta, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de sistema de abastecimento de água com rede de distribuição e ligações até os hidrômetros para a comunidade de Linha Guaraipo, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente Edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até as 08h do dia 04 de novembro de 2015, sendo que na mesma data, às 08h30, em sessão pública, ocorrerá a abertura dos mesmos e julgamento. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda, pelo telefone (49) 34480048, pelo site: www.arabuta.sc.gov.br ou e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br. Arabutã-SC, 09 de outubro de 2015. JACKSON LUIZ PATZLAFF - Prefeito.

PORTARIA Nº. 351/2015

PORTARIA Nº 351/2015

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Marcelo Morche, Prefeito de Arabutã em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora CARINE ALTMANN FEDRIZZI, inscrita no CPF nº. 058.501.229-66, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Administração e Fazenda, para acompanhar e fiscalizar a execução dos seguintes contratos, no qual o Município de Arabutã é contratante.

- a) 020/2015 e seus aditivos;
- b) 021/2015 e seus aditivos;
- c) 022/2014 e seus aditivos;
- d) 024/2014 e seus aditivos;
- e) 027/2013 e seus aditivos;
- f) 028/2012 e seus aditivos;
- g) 029/2011 e seus aditivos;
- h) 030/2010 e seus aditivos;
- i) 032/2015 e seus aditivos; e
- j) 039/2015 e seus aditivos.

Art. 2º. Determinar que a fiscal designada deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços/equipamentos prestados/entregues, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 07 de outubro de 2015.

MARCELO MORCHE

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

PORTARIA Nº. 352/2015

PORTARIA Nº 352/2015

DESIGNA FISCAIS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Marcelo Morche, Prefeito de Arabutã em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora CARINE ALTMANN FEDRIZZI, inscrita no CPF nº. 058.501.229-66, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Administração e Fazenda, para acompanhar e fiscalizar a execução das Atas de Registro de Preços nº 047, 048, 049, 050, 051, 058, 059, 060, 061 e 062/2015, no qual o Município de Arabutã é o órgão gerenciador.

Art. 2º. Determinar que a fiscal designada deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento das atas de registro de preços, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela(s) detentora(s), em periodicidade adequada ao objeto e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços/equipamentos prestados/entregues, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 07 de outubro de 2015.

MARCELO MORCHE

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

HOMOLOGAÇÃO - PL 69/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 6/2015 - OU
	Processo Administrativo: 69/2015 Processo de Licitação: 69/2015 Data do Processo: 22/09/2015

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, JACKSON LUIZ PATZLAFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 69/2015
 b) Licitação Nr.: 6/2015-OU
 c) Modalidade: Outras Modalidades
 d) Data Homologação: 13/10/2015
 e) Data da Adjudicação: 13/10/2015 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação O objeto da presente chamada pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios constantes do anexo I

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

(em Reais R\$)					
	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL SABOR DO SUL (8217)</u>					
12 Polpa de Frutas	SAC	300,00	0,0000	1,45	435,00
13 Polpa de Frutas - abacaxi	KG	200,00	0,0000	1,40	280,00
14 Polpa de Frutas - mamão com laranja	SAC	200,00	0,0000	1,25	250,00
Total do Fornecedor:					965,00
<u>COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL F (8165)</u>					
1 Alface Verde, nova, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem ruptura	UN	300,00	0,0000	2,00	600,00
3 Acelga nova, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade,	UN.	40,00	0,0000	4,25	170,00
4 Beterraba, sem folhas, tamanho médio	KG.	100,00	0,0000	4,00	400,00
5 Brócolis, nova, de 1ª qualidade, sã, sem fungos	UN	200,00	0,0000	3,25	650,00
6 Bolacha caseira sortida. O biscoito deverá ser fabricado a p	KG.	40,00	0,0000	14,00	560,00
7 Bolacha Caseira de Açúcar Queimado, a bolacha deverá ser fab	KG.	32,00	0,0000	12,50	400,00
8 Bolacha Caseira de Milho, a bolacha deverá ser fabricada apa	KG.	32,00	0,0000	14,00	448,00
9 Cenoura, sem folhas, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, s	KG.	80,00	0,0000	4,00	320,00
10 Couve-Flor, nova, de 1ª qualidade, sã, sem fungos, tamanho m	KG.	100,00	0,0000	3,25	325,00
15 Repolho, novo, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, ta	UN	100,00	0,0000	4,50	450,00
16 Temperos Naturais (salsa e cebolinha)	M.	100,00	0,0000	2,50	250,00
Total do Fornecedor:					4.573,00
Total Geral:					5.538,00

Arabutã, 13 de Outubro de 2015.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ**

CNPJ: 95.995.221/0001-53
RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO
C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC

OUTRAS MODALIDADES**Nr.: 6/2015 - OU**

Processo Administrativo: 69/2015
Processo de Licitação: 69/2015
Data do Processo: 22/09/2015

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (47), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (48),
2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (49)

Arabutã, 13 de Outubro de 2015.

Ascurra

PREFEITURA

ATA DA 5ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS

ATA DA 5ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e quinze (17/09/2015), às quinze horas, no pequeno auditório da Associação dos Municípios do Meio Vale do Itajaí – AMMVI, em Blumenau - SC, reuniram-se os Senhores Nicanor Morro - Prefeito do Município de Apiúna, Moacir Polidoro - Prefeito do Município de Ascurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, Valdete Korz Marques – Contadora da AMMVI e Luiz Claudio Kades – Assessor Jurídico da AMMVI, para Assembleia Extraordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia anterior; 2) Recebimento dos Recursos repassados pelo Estado e pela União na modalidade fundo a fundo para a atenção psicossocial; 3) Aprovação da Proposta Orçamentária do CIAPS para 2016; e 4) Assuntos diversos. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, Prefeito Nicanor Morro, em questão de ordem sugeriu que as atas das assembleias do CIAPS tenham numeração única, sejam ordinárias ou extraordinárias, sendo que esta Assembleia que está sendo realizada e aquela realizada em janeiro de 2015 deverão ser consideradas como ordinárias para os fins de atendimento ao número mínimo de reuniões estabelecido na primeira parte do caput do art. 18 do Estatuto do Consórcio Público, sendo aceito tal sugestão e deliberado favorável a esta providência pelos demais Prefeitos. Passando a ordem do dia, o Presidente confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade, com adendo que seja considerada assembleia ordinária para todos os fins. Prosseguindo, o Presidente abordou o item 2 da pauta, ou seja, o recebimento dos recursos repassados pelo Estado e pela União na modalidade fundo a fundo para a atenção psicossocial, informando que o Fundo Municipal de Saúde de Apiuna já recebeu repasse financeiro de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) do Fundo Estadual de Saúde como recurso da psicossocial e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) do Fundo Nacional de Saúde como incentivo ao custeio dos Centros de Atenção Psicossocial, tendo encontrado dificuldades para aplicação destes recursos em favor do Consórcio Público. Assim, informa que em reunião na Prefeitura de Apiuna no dia 15 de setembro do corrente, com a presença do Prefeito de Apiuna, do Secretário Executivo da AMMVI, dos Secretários Municipais de Saúde dos Consorciados, dos Assessores Jurídicos da AMMVI, de Apiuna e Ascurra, da Contadora da AMMVI e demais assessores, foram discutidas todas as alternativas para que os recursos sejam aplicados diretamente pelo CIAPS visto que o mesmo presta os serviços da Atenção Psicossocial para os três municípios e que os valores só foram viabilizados pelo coeficiente populacional alcançado com o consorciamento dos três Entes. Assim, foi concluído pela alternativa que melhor atende ao implemento imediato dos serviços em saúde mental, ou seja, foi deliberado pela transferência de tais recursos do Fundo Municipal de Saúde para o CIAPS através de subvenção social, sendo encarregado a Assessoria Jurídica da AMMVI de elaborar a minuta do Projeto de Lei que o Município de Apiuna irá encaminhar ao seu Poder Legislativo para disciplinar o repasse, sendo que o Consórcio Público ficará encarregado de prestar contas da aplicação de tais recursos. Além disso, ficou definido pelo encaminhamento de pleitos para que as transferências futuras do Estado e da União já ocorram diretamente ao CIAPS, se possível, pois caso contrário se dará continuidade a financiamentos dos serviços pela modalidade de subvenção social. A seguir, pelo item 3 da Ordem do Dia, o Presidente passou a palavra à contadora da AMMVI, Sra. Valdete Marques, que informou sobre a proposta orçamentária do CIAPS para 2016 prevendo receita de transferências da União no montante de R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais), transferência do Estado de Santa Catarina no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e transferência dos Municípios Consorciados no montante de R\$ 139.039,98 (cento e trinta e nove mil, trinta e nove reais e noventa e oito centavos), correspondentes ao valor de R\$ 48.332,81 para o Município de Apiúna, R\$ 36.770,07 para o Município de Ascurra e R\$ 53.937,10 para o Município de Rodeio, conforme coeficiente populacional apurado pelo censo IBGE 2012. Deste modo a receita fica estimada em R\$ 535.039,98 (quinhentos e trinta e cinco mil, trinta e nove reais e noventa e oito centavos) e a despesa fixada neste mesmo montante, incluindo-se R\$ 418.482,91 (quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) para Pessoal e Encargos (elemento 3190), R\$ 101.557,07 (cento e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e sete centavos) para Outras Despesas Correntes (elemento 3390) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para Investimentos (elemento 4490). Debatido os valores e verificado sua compatibilidade, restou aprovada a proposta orçamentária, a qual deverá ser encaminhada aos Municípios para inclusão das dotações necessárias para as transferências financeiras ao CIAPS de competência de cada Ente consorciado em sua Lei Orçamentária 2016. Por fim, em Assuntos diversos – item 04 da pauta, foi informado pelo Presidente do Consórcio que o imóvel locado para funcionamento do CIAPS está passando por algumas adequações, sendo necessário transferir para o nome do CIAPS as faturas dos serviços públicos de abastecimento de água e energia elétrica, motivo pelo qual sugere a transferência do escritório de atendimento do CIAPS de sua sede para as instalações locadas que se situam na Rua Quintino Bocaiuva, nº 542, Centro, na cidade de Apiuna/SC, sendo que tal providência foi aprovado pelos demais Prefeitos. Continuando, o Presidente informou que foi baixado a Resolução nº 13, em 18/05/2015, para designar prepostos da Presidência para efetuar, isolada ou conjuntamente, a gestão financeira e os pagamentos de obrigações do CIAPS, por meio eletrônico, através de conta corrente junto ao Banco do Brasil S.A, visto que como este já é responsável pelo CNPJ do Município não pode ser habilitado junto as instituições financeiras para responder pelo Consórcio Público. Com isso, após debate, os Prefeitos homologaram a Resolução nº 13 do CIAPS, donde foram designados os Senhores FREDY RICHARD EICHSTAEDT, CPF nº 020.366.099-45, ocupante da função de Coordenador Executivo do CIAPS, e GENRADO RIEMER, CPF nº 419.177.829-34, ocupante do cargo de Secretário Municipal do Município de Apiuna/SC, para atuarem, isolados ou conjuntamente, como prepostos da Presidência do CIAPS para efetuar consulta de extratos, movimentações entre contas, aplicações financeiras e pagamentos por meio eletrônico das despesas regularmente processadas pelo Consórcio Público, através de conta corrente mantida junto ao Banco do Brasil S.A. Também se debateu a necessidade de implementação de todos os trabalhos do Consórcio Público, com a convocação dos aprovados em Concurso Público, o cadastro de Técnicos em Enfermagem e Auxiliares de Serviços Gerais efetivos dos municípios consorciados que tenham interesse em prestar serviços no Consórcio Público por meio de cessão ou a terceirização de alguns serviços para os quais não tenha previsão de empregos no quadro de pessoal permanente, bem como com a manutenção do Sr. Fredy como Coordenador do CIAPS, em acúmulo com as funções do emprego efetivo de Psicólogo, na forma da lei. Nada mais havendo a tratar, da referida assembleia, eu, Luiz Claudio Kades, secretário “ad-hoc”, lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Nicanor Morro
Município de Apiúna

Moacir Polidoro
Município de Ascurra

Paulo Roberto Weiss
Município de Rodeio

Luiz Claudio Kades
Assessor Jurídico – AMMVI
Secretário “ad-hoc”

Valdete Korz Marques
Contadora - AMMVI

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/FMS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/FMS/2015.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 26/10/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de Bicicletas, para uso das Agentes Comunitárias do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 13 de Outubro de 2015.

PREGOEIRA

GISELE FERREIRA.

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/PMBR/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/PMBR/2015.

Considerando a ausência de interessados no certame, em sua abertura.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/PMBR/2015, cujo objeto é a contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de Materiais de Expediente, para atender as necessidades das Unidades Escolares beneficiárias pelo Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e EJA., do Município de Balneário Rincão/ SC., durante o ano de 2015, com abertura programada para o dia 08/10/2015, às 14h00min horas, SERÁ REVOGADA, face a ausência de interessados.

Balneário Rincão, 08 de Outubro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE ADITIVO - CRICIGAS

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 017/FMS/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 017/FMS/2013, que prevê o término em 08/11/2015, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 08/11/2016, em face do interesse público baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Saúde. ASSINATURA: 13/10/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olírio José Lino - Prefeito Municipal em Exercício e pelo Sr. Edvaldo Francisco Monteiro.

EXTRATO DE ADITIVO - IÇARENSE

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 033/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº. 033/PMBR/2015. ASSINATURA: 05/10/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olírio José Lino - Prefeito Municipal em exercício e pelo Sr. Elvio Juarez Peruchi.

EXTRATO DE ADITIVO - IÇARENSE EDUCAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 064/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do Contrato Nº. 064/PMBR/2015. ASSINATURA: 05/10/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olírio José Lino - Prefeito Municipal em exercício e pelo Sr. Elvio Juarez Peruchi.

LEI Nº 231/2015

LEI Nº 231/2015

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA.

OLÍRIO JOSÉ LINO, Prefeito em exercício de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Pavimentação Comunitária do Município de Balneário Rincão, destinado a execução dos serviços de pavimentação e obras complementares de infraestrutura urbana, através da iniciativa e participação direta dos moradores, de modo a:

I – Promover o associativismo e participação comunitária no resgate do déficit de infraestrutura das vias urbanas municipais;

II – Fomentar a iniciativa popular na melhoria e valorização de sua propriedade, através da execução de obras de pavimentação e complementos nas vias e testada de sua propriedade;

III – Melhorar a qualidade de vida dos Municípios.

Art. 2º - O Município deverá instaurar procedimento de chamamento para credenciamento de empresas interessadas em participar do programa, com divulgação dos requisitos necessários para habilitação.

Parágrafo Único: Os requisitos para o credenciamento da empresa serão elencados no edital devidamente publicado para este fim.

Art. 3º - O Programa será instituído através de adesão dos proprietários dos imóveis localizados nos logradouros de interesse da obra, observando-se os seguintes critérios:

I - apresentação de requerimento ao Chefe do Poder Executivo, protocolado pelos representantes da comunidade interessada na parceria de pavimentação comunitária, nos termos do modelo constante no anexo I da presente Lei, instruído com os seguintes documentos:

a) Abaixo assinado, com no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos

moradores da rua ou do trecho da rua interessada na obra de melhoria, com a indicação do código do imóvel, de seus respectivos nomes, CPF e telefones;

b) Anexar ata indicando no mínimo 3 (três) moradores, os quais caberão representar a comunidade ou rua interessada na melhoria;

Parágrafo único: O Município, caso efetue por sua própria conta as obras objeto da presente Lei

para os que não aderirem ao programa, poderá utilizar os mecanismos legais para a cobrança da melhoria realizada.

Art. 4º - A execução das obras e/ou serviços será iniciada na ordem de apresentação dos requerimentos com todos os documentos exigidos na forma do disposto nessa Lei e, com a apresentação do contrato firmado entre a empresa executora e os contribuintes interessados na pavimentação para análise pela Procuradoria do Município.

Art. 5º - O projeto da obra (levantamento topográfico, planta, memorial descritivo, alinhamento e nivelamento) será elaborado pelo Município, sem custo para os proprietários.

Art. 6º - A escolha da empresa para a realização da obra deverá ser feita diretamente pelos proprietários dentre as credenciadas pelo Município, devendo ser observadas a legislação trabalhista, previdenciária e tributária pertinente, requisitos exigidos no edital a ser publicado, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a lei de licitações.

Art. 7º - É de responsabilidade do Município a fiscalização da execução da obra, seu andamento e qualidade, conforme especificações do projeto.

§ 1º - Os representantes da comunidade apontados na ata a que se refere a alínea "a" do inciso I do artigo 3º, acompanharão a obra, devendo as ocorrências serem registradas e encaminhadas à fiscalização da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

§ 2º - A execução em desconformidade com o projeto aprovado fornecido pelo Município acarretará a empresa, multa correspondente proporcional ao prejuízo causado ao ente público que poderá variar entre 50 (cinquenta) a 100 (cem) UFM's, a ser estipulado por comissão específica.

Art. 8º - O Município não arcará com o custo dos contratantes que, no decorrer do contrato firmado com a empresa executora da obra, deixarem de adimplir o valor pactuado com a mesma.

Art. 9º - Fica o Município de Balneário Rincão, através do Poder Executivo, autorizado a subsidiar o programa de que trata a presente lei através de:

I - Fornecimento de motoniveladora para terraplanagem do leito da via a ser pavimentada;

II - Fornecimento de rolo compressor para compactação da base preparada para pavimentação, quando necessário;

III - Fornecimento de lajotas reaproveitadas de pavimentações anteriores, quando existir disponibilidade destas, priorizando as vias estruturais.

IV - Executar os serviços referentes aos 20%, ou menos, dos proprietários que não aderiram ao programa, sendo que tais valores serão cobrados através de Contribuição de Melhoria.

V - Fornecimento de aterro para a complementação do greide da via a ser pavimentada quando necessário.

Art. 10 - O Programa Municipal de Pavimentação Comunitária não impede o Município de manter sistema próprio de pavimentação de vias públicas.

Art. 11 - No que couber, poderá a presente Lei ser regulamentada por Decreto Municipal.

Art. 12 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 13 de outubro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

Prefeito em exercício

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 13 de outubro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 075/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 075/2015-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: NCM CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, CNPJ 08.997.863/0001-97, Rua Felix de Lucca, nº44, Milanese, Criciúma/SC.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO (COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS), DA CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COM INSTALAÇÃO DE REDE COLETORA, LOCALIZADA NA RUA FRANCISCO KARVAT SOBRINHO, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC.

Valor: R\$ 3.206.195,45 (três milhões, duzentos e seis mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Data da assinatura: 13.10.2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 66/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 66/2015

DATA: 13/10/2015 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA FESTA DAS TRADIÇÕES - EDIÇÃO 2015, A SER REALIZADA NOS DIAS 13, 14 E 15 DE NOVEMBRO DE 2015, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC, COM FORNECIMENTO DAS ESTRUTURAS, DIVULGAÇÃO, SEGURANÇA, LIMPEZA, PRODUÇÃO DOS SHOWS E DEMAIS SERVIÇOS.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 66/2015, com a presença do Pregoeiro JOAO ULLER e da Equipe de Apoio SERGIO DARIO PASQUALI e ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA, nome dos pela Portaria nº 157/2015. Esteve presente também na sessão o assessor jurídico deste Município Senhor LADEMIR KUMMROW auxiliando o Pregoeiro e a Equipe de Apoio na conferência da documentação. Compareceram ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado as empresas: COMERCIAL MULTISOM LTDA ME; (Microempresa) CNPJ nº 00.842.605/0001-20, representada pelo Sr. VANDERLEI SIEWERT, Rg nº 2.760.060 e CPF nº 850.926.309-49, LIND GUIMAR MACHADO ME; (Microempresa) CNPJ nº 18.010.737/0001-50, representada pelo Sr. MARIO BALLAND JUNIOR, Rg nº 1.721.509-9 e CPF nº 920.979.529-68, SC PROJETOS E PROMOCOES LTDA ME; (Microempresa) CNPJ nº 10.607.178/0001-59, representada pelo Sr. EDER COELHO, Rg nº 3.607.517 e CPF nº 005.466.339-35 e SILVA & DAL MOLIN PROMOCAO DE EVENTOS LTDA ME; (Microempresa) CNPJ nº 08.663.333/0001-02, representada pelo Sr. ERLON CARLON DA SILVA, Rg nº 5.554.682-7 e CPF nº 016.661.919-14. Quanto aos documentos apresentados, constatou-se que as empresas participantes apresentaram seus credenciais em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital. Foram analisadas as Declarações de Habilitação apresentadas pelas empresas acima mencionadas, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital. Todas as licitantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços apresentados pelas empresas, os mesmos também foram disponibilizados a todos os presentes para serem rubricados. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, foi desclassificada a proposta da licitante COMERCIAL MULTISOM LTDA ME por não atender ao item 4.2 do Edital. As propostas das demais licitantes estão em acordo com o exigido, sendo as mesmas classificadas, ficando a ordem de classificação inicial, conforme Anexo desta ATA. Ato contínuo abriu-se a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em Anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura do envelope identificado como de Habilitação da licitante classificada como primeira colocada. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a licitante melhor colocada esta HABILITADA, e portanto foi DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro abre espaço aos credenciados presentes para manifestação. Não houve manifestação e os licitantes desistem, portanto, ao prazo recursal. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR o item do presente certame à empresa vencedora. O pregoeiro informou ao licitante vencedor que após a homologação do processo pela Autoridade Superior, será produzido o contrato, e a partir da data de efetuação do contrato da Administração com a vencedora, a mesma terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para assinatura do mesmo. Em seguida lavrou-se a presente Ata, que após lida foi achada conforme. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 13/10/2015, às 09h52m.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	ROSE C. L. MENGARDA Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PASQUALI Equipe de Apoio
-------------------------	--	---------------------------------------

LICITANTES PRESENTES:

COMERCIAL MULTISOM LTDA ME

LIND GUIMAR MACHADO ME

SC PROJETOS E PROMOCOES LTDA ME

SILVA & DAL MOLIN PROMOCAO DE EVENTOS LTDA ME,

LADEMIR KUMMROW
Assessor Jurídico
OAB/SC 17.560

ANEXO DA ATA DA SESSÃO
Pregão Presencial nº 66/2015

Propostas iniciais apresentadas:

Item: 00001 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA FESTA DAS TRADIÇÕES - EDIÇÃO 2015, A SER REALIZADA NOS DIAS 13, 14 E 15 DE NOVEMBRO DE 2015, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC, COM FORNECIMENTO DAS ESTRUTURAS, DIVULGAÇÃO, SEGURANÇA, LIMPEZA, PRODUÇÃO DOS SHOWS E DEMAIS SERVIÇOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Fornecedor	Proposta
COMERCIAL MULTISOM LTDA ME	144.000,0000
SC PROJETOS E PROMOCOES LTDA ME	144.000,0000
LIND GUIMAR MACHADO ME	145.000,0000
SILVA & DAL MOLIN PROMOCÃO DE EVENTOS LTDA	145.000,0000

Lances efetuados:

Itens	Participantes	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	LIND GUIMAR MACHADO ME	143.900,0000	0,0000
1	SC PROJETOS E PROMOCOES LTDA ME	143.700,0000	0,0000
1	SILVA & DAL MOLIN PROMOCÃO DE EVENTOS LTDA	143.800,0000	0,0000
1	LIND GUIMAR MACHADO ME	143.500,0000	0,0000
1	SC PROJETOS E PROMOCOES LTDA ME	142.400,0000	0,0000
1	SILVA & DAL MOLIN PROMOCÃO DE EVENTOS LTDA	142.500,0000	0,0000
1	LIND GUIMAR MACHADO ME	142.200,0000	0,0000
1	SC PROJETOS E PROMOCOES LTDA ME	141.900,0000	0,0000
1	SILVA & DAL MOLIN PROMOCÃO DE EVENTOS LTDA	142.000,0000	0,0000
1	LIND GUIMAR MACHADO ME	141.600,0000	0,0000
1	SC PROJETOS E PROMOCOES LTDA ME	140.900,0000	0,0000
1	SILVA & DAL MOLIN PROMOCÃO DE EVENTOS LTDA	141.000,0000	0,0000
1	LIND GUIMAR MACHADO ME	0,0000	0,0000
1	SC PROJETOS E PROMOCOES LTDA ME	140.500,0000	0,0000
1	SILVA & DAL MOLIN PROMOCÃO DE EVENTOS LTDA	140.700,0000	0,0000
1	SC PROJETOS E PROMOCOES LTDA ME	140.000,0000	0,0000
1	SILVA & DAL MOLIN PROMOCÃO DE EVENTOS LTDA	140.100,0000	0,0000
1	SC PROJETOS E PROMOCOES LTDA ME	140.000,0000	139.000,0000
1	SILVA & DAL MOLIN PROMOCÃO DE EVENTOS LTDA	0,0000	0,0000

Vencedores:

Itens	Vencedor	Marca	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total
00001	SC PROJETOS E PROMOCOES LTDA ME		1,00	139.000,00	139.000,00
Total do Fornecedor: 139.000,00					
Total de Itens: 139.000,00					

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015

PREGÃO PRESENCIAL nº. 64/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de conserto, assentamento e reposição de pavimentos em paralelepípedos, lajotas e meio fio em diversas ruas do município.

EMPRESA FORNECEDORA: PAVIMENTAÇÃO ODELI E VARGAS LTDA EPP

ITEM E VALOR REGISTRADO: A FORNECEDORA sagrou-se vencedora em todos os itens, totalizando a quantia de R\$ 65.850,00 (Sessenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 06/10/2015 a 06/10/2016

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 06 de setembro de 2015.

Jean Michel Grundmann

Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 10.093/2015 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2015 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.093/2015
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2015 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: BMI PROSPER EIRELI ME

Valor: R\$ 26.040,00 (vinte e seis mil e quarenta reais).

Vigência: 24/09/2015 a 31/12/2015.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA
Secretário de Saúde

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.175/2013 - PROCESSO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – IL Nº 104/2013 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 10.175/2013
Processo: Inexigibilidade de Licitação – IL Nº 104/2013 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE DE PATOLOGIA CLÍNICA, ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA.

Fornecedor: LABORATÓRIO DE ANÁLISES PESQ. CLÍNICAS CONTINENTE LTDA. EPP

Vigência: de 17/09/2015 a 19/09/2016.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DO SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.189/2013 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 100/2013 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 10.189/2013
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 100/2013 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL PELOS

SERVIÇOS DE LIMPEZA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS

Fornecedor: ADSERVI – ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.

Vigência: até 04/11/2015

Valor: R\$ 19.908,61 (dezenove mil novecentos e oito reais e sessenta e um centavos).

ANGELO RAMOS VIEIRA - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 2528/2015

PORTARIA Nº 2528/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIANA ESTER BORGES COSTA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9150/2015 em anexo no período de 28/09/2015 a 02/10/2015.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2529/2015

PORTARIA Nº 2529/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CONCEIÇÃO JOSÉ JACINTO, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9210/2015 em anexo no período de 28/09/2015 a 02/10/2015.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2530/2015

PORTARIA Nº 2530/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARÇAL FRANCELINO RODRIGUES, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9290/2015 em anexo no período de 02/10/2015 a 16/10/2015.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2531/2015

PORTARIA Nº 2531/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOSÉ ANTONIO TEODOSIO, ocupante do Cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9399/2015 em anexo no período de 06/10/2015 a 25/10/2015.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2532/2015

PORTARIA Nº 2532/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ALICE MARIA VIEIRA MARÇAL MOMM, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9399/2015 em anexo no período de 28/09/2015 a 26/11/2015.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2533/2015

PORTARIA Nº 2533/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RODRIGO FLORES PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9196/2015 em anexo no período de 30/09/2015 a 04/10/2015.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2534/2015

PORTARIA Nº 2534/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DA ROCHA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8841/2015 em anexo no período de 21/09/2015 a 08/11/2015.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2535/2015

PORTARIA Nº 2535/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IVO JOAO MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9402/2015 em anexo no período de 02/10/2015 a 16/10/2015.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2536/2015

PORTARIA Nº 2536/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FRANCINE ADRIANO CORREA, ocupante do Cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9066/2015 em anexo no período de 23/09/2015 a 29/09/2015.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2537/2015

PORTARIA Nº 2537/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FERNANDA OLIVEIRA BOTE-LHO, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8937/2015 em anexo no período de 21/09/2015 a 24/09/2015.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2538/2015

PORTARIA Nº 2538/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), HELENA MARIA DE OLIVEIRA KAMER, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9321/2015 em anexo no período de 02/10/2015 a 30/11/2015.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2539/2015

PORTARIA Nº 2539/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GORETI TEIXEIRA DA COSTA AMORIM, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9370/2015 em anexo no período de 06/10/2015 a 08/10/2015.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2540/2015

PORTARIA Nº 2540/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSEMAR CAVALHEIRO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9351/2015 em anexo no período de 03/10/2015 a 12/10/2015.

Biguaçu, 13 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

RESOLUÇÃO N.º 005/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Bom Jesus do Oeste
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Federal n.º 8.069/90
Municipal n.º 851/2012 e Lei Municipal n.º 965/2015

RESOLUÇÃO N.º 005/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Bom Jesus do Oeste.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 851/2012 Lei Municipal 965/2015 e Edital 002/2015, RESOLVE:

I – Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito não foram interpostos recursos.

II – Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Bom Jesus do Oeste para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º: Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015:

I – Total de eleitores: 447

II – Total de votos válidos: 441

III – Total de votos em branco: 01

IV – Total de votos nulos: 05

Art. 2º: Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	N.º de votos	Classificação
Taciana Roman Fleck	72	1º
Elisabete Klessner Walker	66	2º
Elisangela Trevisan	65	3º
Oneide Roeder Wilsmann	58	4º
Cleonice Hart	57	5º

Art. 3º: Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I – Taciana Roman Fleck

II – Elisabete Klessner Walker

III – Elisangela Trevisan

IV – Oneide Roeder Wilsmann

V – Cleonice Hart

Art. 4º: Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I – Sirlei Cantele Schmitz

II – Francieli Walter

III – Vanderlei Calixtro

IV – Fernanda Salete Rossi Krein Ferreira

Art. 5º: A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2016, as 08:00hs, na sede do Conselho Tutelar, situada a Rua Eduardo Sehnem, 495, Centro, nesta cidade de Bom Jesus do Oeste.

Art.6º - Esta resolução entra em vigor condicionada sua validade a publicação no DOM/DC, nos termos do Parágrafo Único do artigo 3º do decreto n.º 4450 de 16 de setembro de 2013 e/ou publicação no Diário oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer época por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

Bom Jesus do Oeste, SC, 13 de outubro de 2015.

Roseli Simone Jandt

Presidente do CMDCA

Bom Retiro

PREFEITURA

077.15.DECR. SUPLEMENTAÇÃO ANUL. PMBR

Decreto N.º 77/2015 de 13.10.2015.

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2262/2014 de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado os recursos orçamentários na Prefeitura Municipal de Bom Retiro na seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.018.2016 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 - Transf. Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Recurso 01.01 - Recursos 25% Educação R\$ 10.500,00

SubTotal R\$ 10.500,00

Total da Suplementação R\$ 10.500,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.018.2016 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.01 - Recursos 25% Educação R\$ 10.500,00

SubTotal R\$ 10.500,00

Total Geral das Anulações R\$ 10.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 13 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

75.15 - DEC. INSTITUI HORARIO DE VERÃO

Decreto N.º 75/15 de 08.10.2015

Institui Horário de Verão em Regime Especial

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído horário de verão com um só turno na Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal do Bem Estar Social e CRAS no período de 08 de Outubro de 2015 com término no dia 31 de dezembro de 2015, cuja jornada de trabalho será de 06 (seis) horas diárias ininterruptas, com início às 13:00 horas e término às 19:00 horas de Segunda a Sexta-feira, por motivo de contenção de gastos.

Art. 2º - Os Órgãos que prestam serviços essenciais (Postos de Saúde), não poderão ter jornada diária de trabalho em um só turno, sendo opcional a adoção pelos demais Órgãos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

08 de Outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na data supra.

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

76.15 - DEC. DELEGA PODERES MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Decreto Nº 76/15 de 09.10.15

DELEGA PODERES AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado poderes ao Secretário Municipal de Administração e Fazenda Dário Cesar de Lins, juntamente com o Prefeito Municipal Albino Gonçalves Padilha, o ato de assinar as movimentações financeiras e bancárias do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Bom Retiro.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro/SC, 09 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

HIEDE MARIA CARBONERA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. De Adm. e Fazenda

823.10.15 - P. EXON. IZAURA C. H. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 823/15 de 09.10.15

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Izaura Cristina Heiderscheidt da Silva, do Cargo de Servente – Padrão I - Nível – 01, do Quadro de

Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 554/15 de 08.06.15, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 09 de outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 09 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

824.10.15 - P. DES. PROF. LUCRECIA B. H. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 824/15 de 09.10.15

Prorroga Contrato de Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Prorrogar o contrato de trabalho de Lucrécia Barbara Heinz da Rosa, Professora Ensino Infantil 20 horas semanais na Creche Irmã Paula, no período de 18 de junho com término no dia 18 de dezembro de 2015, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Chamada Pública 03/2015 para Contratação de Professor ACT – Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Cleodete Costa Tomé que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 09 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

825.10.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MAICON D. B. CHIQUETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 825/15 de 13.10.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 06 de outubro de 2015, ao funcionário Maicon Douglas Barth Chiquetti, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão 1 – Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

826.10.15 - P. LIC. MOT. P. FAM. CARLOS R. NECKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 826/15 de 13.10.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 08 de outubro de 2015, ao funcionário Carlos Renato Neckel, ocupante do cargo de Mecânico – Padrão I – Nível 05, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

827.10.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE FRANCISCA AP. OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 827/15 de 13.10.15

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 28 de fevereiro de 2016, a funcionária Francisca Aparecida de Oliveira, Ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista, Padrão I - Nível 03, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

828.10.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE CELI A. HINCKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 828/15 de 13.10.15

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 15 de dezembro de 2015, a funcionária Celi Alves Hinckel, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde – Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde – Programa Agente Comunitário de Saúde – PACS – São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
13 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.824/2015**

DECRETO Nº 1.824/2015

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2015"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) conforme abaixo especificado:

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-0030-2.16	Manutenção e Operação do Transporte Escolar
3.3.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(465)	-Receita de impostos e transf.impostos R\$ 5.000,00
11.00	-Fundo Municipal de Saúde
11.01	-Fundo Municipal de Saúde
10-304-0105-2.29	-Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.3.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(575)	-Receita de impostos e transf.impostos R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

04.00	Secretaria de Educação
04.01	Divisão de Educação
12-361-0030-2.16	Manutenção e Operação do Transporte Escolar
4.4.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.01(469)	-Receita de impostos e transf.impostos R\$ 5.000,00
11.00	-Fundo Municipal de Saúde
11.01	-Fundo Municipal de Saúde
10-304-0105-2.29	-Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
4.4.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(584)	-Receita de impostos e transf.impostos R\$ 10.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 13/10/2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 13 de outubro de 2015.

Jose Luiz Colombi
Prefeito

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, abre inscrições para o Processo Seletivo para a Contratação de profissionais, em Caráter Temporário e formação de cadastro de reserva. O Processo Seletivo reger-se-á pelos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e da Lei Municipal nº 502/89, além das disposições expressas no presente Edital e legislação vigente.

Os cargos e valor da taxa de inscrição, estão especificados abaixo:

Nível Superior: Professor(a) de Ensino Infantil e Séries Iniciais, Professor(a) de Arte, Professor(a) de Música, Professor(a) de Alfabetização de Jovens e Adultos-EJA e Nutricionista - Valor da Inscrição R\$ 30,00 (trinta reais);

Nível Médio ou Técnico: Monitor(a) Escolar - Valor da Inscrição R\$ 30,00 (trinta reais);

Nível Fundamental ou Alfabetizado: Servente Escolar - Valor da Inscrição R\$ 20,00 (vinte reais);

Inscrições de: 29/09/2015 a 15/10/2015.

Data prevista para PROVA OBJETIVA: 25/10/2015 (matutino)

Inscrições e informações através dos sites: www.botuvera.sc.gov.br e www.nubesconcursos.com.br.

Este Edital, em sua versão integral será publicado nos sites: www.botuvera.sc.gov.br e www.nubesconcursos.com.br, para que todos os interessados tomem conhecimento.

Botuverá/SC, 25 de Setembro de 2015.

José Luiz Colombi
Prefeito do Município de Botuverá

PORTARIA Nº 163/2015

PORTARIA Nº 163/2015

"Nomeia Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências"

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89, na Lei n.º 892/2002 e suas alterações:

Considerando:

- 1- A Emenda Constitucional nº 51;
- 2- A necessidade na área de saúde para atender o programa PSF;
- 3- O resultado do Processo Seletivo n. 03/2015;

Resolve:

Art. 1º- Nomear a Sra. FRANCIANE MARIA MARTINS DE OLIVEIRA DALSEGIO, brasileira, classificada em 1º lugar no processo seletivo 03/2015, para a microárea 03, para o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica a servidora nomeada através da presente portaria, lotada no Fundo Municipal de Saúde de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 09 de Outubro de 2015.

Botuverá(SC), em 09 de Outubro de 2015.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 164/2015

PORTARIA Nº 164/2015

"Nomeia Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências"

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89, na Lei n.º 892/2002 e suas alterações:

Considerando:

- 1- A Emenda Constitucional nº 51;
- 2- A necessidade na área de saúde para atender o programa PSF;
- 3- O resultado do Processo Seletivo n. 03/2015;

Resolve:

Art. 1º- Nomear a Sra. MARIA VANUZA KUTH, brasileira, classificada em 1º lugar no processo seletivo 03/2015, para a microárea 01, para o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica a servidora nomeada através da presente portaria, lotada no Fundo Municipal de Saúde de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 09 de Outubro de 2015.

Botuverá(SC), em 09 de Outubro de 2015.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 165/2015

PORTARIA Nº 165/2015

"Nomeia Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências"

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89, na Lei n.º 892/2002 e suas alterações:

Considerando:

- 1- A Emenda Constitucional nº 51;
- 2- A necessidade na área de saúde para atender o programa PSF;
- 3- O resultado do Processo Seletivo n. 03/2015;

Resolve:

Art. 1º- Nomear a Sra. GABRIELA WAIS, brasileira, classificada em 1º lugar no processo seletivo 03/2015, para a microárea 02, para o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica a servidora nomeada através da presente portaria, lotada no Fundo Municipal de Saúde de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 09 de Outubro de 2015.

Botuverá (SC), em 09 de Outubro de 2015.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 166/2015

PORTARIA Nº 166/2015

"Nomeia Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências"

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89, na Lei n.º 892/2002 e suas alterações:

Considerando:

- 1- A Emenda Constitucional nº 51;
- 2- A necessidade na área de saúde para atender o programa PSF;
- 3- O resultado do Processo Seletivo n. 03/2015;

Resolve:

Art. 1º- Nomear a Sra. DAIANA APARECIDA BAMBINETTI DE SOUZA, brasileira, classificada em 1º lugar no processo seletivo 03/2015, para a microárea 06, para o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica a servidora nomeada através da presente portaria, lotada no Fundo Municipal de Saúde de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 09 de Outubro de 2015.

Botuverá(SC), em 09 de Outubro de 2015.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 167/2015

PORTARIA Nº 167/2015

"Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências"

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1075/2010 e suas alterações:

Considerando:

- 1- A necessidade temporária de excepcional interesse público na área de educação;
- 2- A necessidade de Auxiliar de Serviços Gerais, devido ao afastamento do titular para tratamento de saúde;
- 3- O esgotamento da lista de classificados do processo seletivo 04/2014;

Resolve:

Art. 1º- Contratar a Sra. ALINE HORN DA SILVA, brasileira, para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Educação do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 09 de Outubro de 2015.

Botuverá (SC), em 09 de Outubro de 2015.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

PORTARIA 0151/2015

PORTARIA Nº 0151/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Tania Regina Bolling, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Mer./Serv., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de trinta dias a partir de 29.09.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 29.09.2015.

Braço do Trombudo, em 09 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 0152/2015

PORTARIA Nº 0152/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1st. Exonerar a pedido, a servidora Jaqueline Kurth Grahl, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeada pela Portaria nº 025/2012 de 23.01.2012, a partir de 02.10.2015.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 02.10.2015.

Braço do Trombudo, em 09 de outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 1/14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº7/2015 PMBT

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 14/01/2015 Válido até: 14/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Toner compatível 100% novo lacrado Q2612A (preto). (8208)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (8962)	D&A	0	59,4310	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	59,6822	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	59,7462	3
2	Toner compatível 100% novo lacrado CB436A (preto). (8210)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (8962)	D&A	0	59,4310	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	59,6823	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	59,7462	3
3	Toner compatível 100% novo lacrado CE 285A (preto). (9190)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (8962)	D&A	0	59,4310	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	59,6823	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	59,7462	3
4	Toner Compatível 100% novo lacrado TN 650 MFC 8480 DN (preto) (12309)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (8962)	D&A	0	114,2674	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	113,7946	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	114,1063	3
5	Toner compatível 100% novo lacrado 83 A (15394)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (8962)	D&A	0	76,5112	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	76,3622	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 2/14

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 14/01/2015		Válido até: 14/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Toner Xerox 6121 100% novo lacrado magenta original (15395)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	76,4034	3
				XEROX	0	282,6719	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	XEROX	0	281,7748	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	XEROX	0	282,4901	3
7	Toner Xerox 6121 100% novo lacrado yellow original (15396)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	XEROX	0	398,5375	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	XEROX	0	396,9783	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	XEROX	0	398,2811	3
8	Toner Xerox 6121 100% novo lacrado preto original (15397)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	XEROX	0	385,9053	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	XEROX	0	385,0604	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	XEROX	0	385,3406	3
9	Toner Xerox 6121 100% novo lacrado cyan original (15398)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	XEROX	0	399,1967	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	XEROX	0	396,9783	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	XEROX	0	398,2811	3
10	Toner HRQ 2612 A 100% novo lacrado (15399)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	253,7056	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 3/14

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 14/01/2015 Válido até: 14/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 27XL preto, C8727AL 10 ml (15400)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	253,3480	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	253,5424	3
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	64,3655	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	64,9782	2
12	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 28XL cor, C8728AL 8 ml (15401)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	65,1947	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	65,6337	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	74,2880	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	74,2465	2
13	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 122XL cor, CH 9352 AL 5 ml (15402)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	74,3813	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	74,8818	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	92,5875	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	92,9807	2
3			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	93,1495	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	93,7763	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 4/14

Número do Registro de Preços: 7/2015			Data do Registro: 14/01/2015		Válido até: 14/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Of.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
14	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 122 XL preto CH 563 HB - 8,5 ml (12292)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	92,0924	1		
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	92,6849	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	92,8531	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	93,4780	4		
15	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 21XL preto, C9351 AL 5 ml (15403)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	78,5558	1		
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	78,1905	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	78,3325	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	78,8596	4		
16	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 22XL color, AL 5ml (15404)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	88,1314	1		
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	87,7548	2		
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	87,9141	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	88,5057	4		
17	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 662 XL tricolor, CZ106 AB 8 ml (15405)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	66,8412	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 5/14

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 14/01/2015 Válido até: 14/01/2016		Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 662 XL preto, CZ 105 AB 6,50 ml (15406)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	67,3444	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	67,4667	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	67,9207	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	58,4242	1
19	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 60 preto, CC 640 WB 4 ml (15407)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	59,1606	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	59,2680	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	59,6668	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	52,4827	1
20	Cartucho tinta original do fabricante da impressora HP 60 color, CC 643 WB 3 ml (15408)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	52,8501	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	52,9460	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	53,3023	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	61,3949	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	61,4284	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	61,5399	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 6/14

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 14/01/2015 Válido até: 14/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	61,9540	4
21	Cartucho HR D 103C - Samsung ML-2955 nd original do fabricante (15409)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	SAMSUNG	0	147,5458	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	SAMSUNG	0	147,9014	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SAMSUNG	0	148,1699	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SAMSUNG	0	149,0675	4
22	Cartuchos espon 194 preto original do fabricante (15410)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	EPSON	0	39,1145	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	39,4404	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	39,8083	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	40,0762	4
23	Cartuchos espon 194 ciano original do fabricante (15411)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	EPSON	0	34,6584	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	34,5103	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	34,8693	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	35,1040	4
24	Cartuchos espon 194 magenta original do fabricante (15412)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	EPSON	0	34,6584	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 7/14

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 14/01/2015 Válido até: 14/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Cartuchos espon 194 amarelo original do fabricante (15413)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	34,5103	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	34,8693	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	35,1040	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	EPSON	0	34,6584	1
26	Cartuchos 2612A HP 3050 original do fabricante (15414)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	34,5103	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	34,8693	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	35,1040	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	200,0286	1
27	Toner compatível 100% novo lacrado, CE 435A/ 436A preto (15415)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	200,1599	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	200,5233	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	200,8762	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	D&A	0	61,5286	1
28		UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	D&A	0	61,3421	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	61,3892	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 8/14

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 14/01/2015 Válido até: 14/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Toner original D1023S/D103L, impressora Samsung ML-2955 NB preto (15416)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SAMSUNG	0	206,7600	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SAMSUNG	0	206,4686	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	SAMSUNG	0	206,9265	3
29	Cartucho de tinta original da impressora HP 27 preto, 11 ml (15417)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	66,3461	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	66,7528	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	66,8740	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	67,3240	4
30	Cartucho de tinta original da impressora HP 28 color, 9 ml (15418)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	76,2485	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	76,5544	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	76,6129	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	77,2685	4
31	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 60 preto, 6,5 (15419)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	74,7632	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	75,1339	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	75,2703	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 9/14

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 14/01/2015 Válido até: 14/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 60 color, 6,5 (15420)		DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	75,7768	4
		UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	83,1802	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	83,4164	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	83,5678	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	84,1302	4
33	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 21 preto, 7 ml (15421)		ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	63,3754	1
		UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	63,6962	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	63,8118	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	64,2611	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	101,0045	1
34	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 901 XL preto, 15,5 ml (15422)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	101,7433	2
		UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	101,8547	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	102,4280	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	95,5582	1
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	95,5582	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 10/14

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 14/01/2015 Válido até: 14/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 74 preto, 6 ml (15424)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	95,9387	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	96,1129	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	96,7398	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	59,4144	1
37	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 75 color, 6 ml (15425)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	59,7522	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	59,7619	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	60,2734	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	69,6436	1
38	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 662 XL color, 8 ml (15426)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	70,3025	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	70,4301	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	70,8444	4
			ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA (8321)	HP	0	65,3559	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	65,3724	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	HP	0	65,7874	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 11/14

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 14/01/2015 Válido até: 14/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	HP	0	66,2103	4
39	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 preto, 25 ml (15427)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	EPSON	0	100,0143	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	99,7677	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	99,8827	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	100,5385	4
40	Cartuchos de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 amarelo, 10 ml (15428)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	EPSON	0	81,1997	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	81,3458	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	81,3947	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	81,9921	4
41	Cartuchos de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 azul (dan) 5 ml (15429)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	EPSON	0	81,1997	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	81,3458	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	81,3947	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	81,9921	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 7/2015

Página: 12/14

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 14/01/2015 Válido até: 14/01/2016

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	Cartuchos de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 rosa (magenta) 10 ml (15430)	UND	ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (8321)	EPSON	0	81,1967	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	81,3458	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	81,3947	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 13/14

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 14/01/2015		Válido até: 14/01/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	81,9921	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 14/14

Número do Registro de Preços: 7/2015							Data do Registro: 14/01/2015		Válido até: 14/01/2016	
Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2015

PROCESSO Nº 67/2014

(8321) - ESCRIMATE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

(8738) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME

(8962) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP

(9352) - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME

Braço do Trombudo, 14 de Janeiro de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 65/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 065, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.
Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS, SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo no artigo 6º da Lei Municipal nº 823/2014...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 04.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade: 2.004 – Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 R\$ 445.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0000 – Recursos Ordinários, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC, em 08 de outubro de 2015.

Ademil Antonio da Rosa,

Prefeito Municipal.

José Thieres Alves Ribeiros

Secretaria de Administração Planejamento e Fazenda

Publicado no DOM.

Brusque

PREFEITURA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO 04/2015 LRF

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
04/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e atendendo o disposto na Lei Complementar Federal n. 101 / 2000, e no § 2º do art. 69º da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, os dados e informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, elaborado na forma estabelecida pela portaria STN n. 637/2012, relativo ao 4º Bimestre e ao 2º Quadrimestre de 2015, respectivamente, disponível no site www.brusque.sc.gov.br e no mural público localizado no hall de entrada do edifício sede da Prefeitura Municipal de Brusque.

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo I Port. 577 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

4º Bimestre / 2015

RECEITAS REALIZADAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	NO BIM.	ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
RECEITA TOTAL	494.354.661,62	494.354.661,62	52.687.624,06	217.530.661,54	276+824.000,08

DESPESAS

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESA EMPENHADA ATÉ O BIM.	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O BIM.	SALDO A REALIZAR
	INICIAL	ATUALIZADA			
CORRENTES	283.315.850,00	289.241.285,70	198.767.449,11	176.547.569,14	112.693.716,56
CAPITAL	185.954.437,62	194.299.726,31	40.081.786,02	25.023.204,26	169.276.522,05
INTRA-ORÇAM.	12.559.884,00	12.534.884,00	6.700.486,99	6.671.208,05	5.863.675,95
R. CONTINGÊNCIA	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
R. RPPS	12.074.490,00	12.074.490,00	0,00	0,00	12.074.490,00
TOTAL	494.354.661,62	508.600.386,01	245.549.722,12	208.241.981,45	300.358.404,56

RESULTADO

SUPERAVIT				9.288.68,09	
-----------	--	--	--	-------------	--

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo III Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso I))

4º Bimestre / 2015

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	(últimos 12 (doze) meses) 287.862.971,62
-----------------------------------	--

Nota: O valor total da Receita Corrente Líquida refere-se aos valores calculados com base nos últimos 12 (doze) meses, conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IV Port. 577 (LRF, Art. 52, inciso I, a, b, inciso II, § 1º))

4º Bimestre / 2015

RECEITAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	ATÉ O BIM.	ATÉ O BIM EXERC. ANTERIOR
REC. CORRENTES	7.231.000,00	7.231.000,00	6.032.292,62	5.333.599,97
REC. CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REC. PREV. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	10.053.490,00	10.053.490,00	6.417.512,51	4.867.281,84
RECEITA TOTAL	17.284.490,00	17.284.490,00	12.449.805,13	10.200.881,81

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL	PREV. ATUAL	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2015	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2014	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2015	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2014
Desp. Prev. RPPS (Exc Intra-Orçamentária)	12.660.000,00	15.600.000,00	9.022.425,90	7.129.891,67	9.015.200,71	7.121.886,34
Desp. Prev. RPPS Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Desp. Total	12.660.000,00	15.600.000,00	9.022.425,90	7.129.891,67	9.015.200,71	7.121.886,34
Resultado Previdenciário	4.624.490,00	1.684.490,00	3.427.379,23	3.070.990,14	3.434.604,42	3.078.995,47

APORTES RECURSOS RPPS

DESCRIÇÃO	PREV. INICIAL
Total dos Aportes para RPPS	1..954.788,92

RESULTADO NOMINAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

4º Bimestre / 2015

RESULTADO NOMINAL	No bimestre	Até o Bimestre
VALOR	1.139.086,90	(4.220.416,36)

Regime Previdenciário

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	Até o Bimestre
VALOR	73.303.664,82

RESULTADO PRIMÁRIO

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VI Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso III))

4º Bimestre / 2015

RECEITAS PRIMÁRIAS

	Previsão atualizada	No bimestre	Até o Bimestre	Até o bimestre-Ex.anterior
Valor	395.953.866,62	48.343.597,85	202.549.647,64	188.568.963,18

DESPESAS PRIMÁRIAS

	Dotação Atualizada	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2015	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2014	DESP. EMP. ATÉ BIM. 2015	DESP. LIQ. ATÉ BIM. 2014										
Valor	495.321.630,30	241.881.194,62	193.878.332,37	204.573.453,95	173.592.243,27										

RESULTADO PRIMÁRIO

Superávit / Déficit	(99.367.763,68)	(39.331.546,98)	(5.309.369,19)	(2.023.806,31)	14.976.719,91
---------------------	-----------------	-----------------	----------------	----------------	---------------

RESTOS A PAGAR

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VII Port. 577 (LRF, Art. 53, inciso V))

4º Bimestre / 2015

	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
RP Processados	7.289.771,97	8.008,53	6.512.698,84	769.064,60
RP Não Processados	8.003.189,61	924.898,25	4.573.771,64	2.504.519,72
Total	15.292.961,58	932.906,78	11.086.470,48	3.273.584,32

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DES. DO ENSINO-MDE

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo VIII Port. 577 (LDB, art. 72º))

4º Bimestre / 2015

FUNDEB Até o Bimestre

Receitas do FUNDEB	25.826.509,37
Contribuição ao FUNDEB	17.423.133,32
Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	8.403.376,05
Pagamento dos Profissionais do Magistério	26.496.925,17
% aplicação do FUNDEB na Rem. Do Magistério	102,24%

DESPESAS COM RECURSOS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212/CF)

Despesas	Valor até o bimestre
Ensino Infantil	16.544.212,88
Ensino Fundamental	25.715.488,40
Outras Despesas (administração)	0,00
(-) Deduções	8.493.208,60
TOTAL p/ fins de apuração	33.766.492,68
% aplicado (art. 212 CF/88)	27,49%

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESP. DE CAPITAL

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo IX Port. 577 (LRF, art.53º, § 1º, inciso I))

4º Bimestre / 2015

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas de Operações de Créditos	8.259.286,88

	Saldo até o bimestre
Despesa de Capital Líquida a Executar (saldo de dotações a executar)	154.217.940,29

Resultado p/ apuração da Regra de Ouro	(70.598.242,17)
--	-----------------

RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo XI Port. 577 (LRF, art.53º, § 1º, inciso III))

4º Bimestre / 2015

RECEITAS	Até o bimestre
Receitas da alienação de ativos	3.019.480,31

DESPESAS	Até o bimestre
Aplicação dos recursos da alienação de ativos	1.890.585,79

Saldo financeiro a aplicar	1.398.796,98
----------------------------	--------------

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamento Fiscal

(Dados do anexo XVI Port. 577 (ADCT, art. 77))

4º Bimestre / 2015

DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre

Atenção Básica	18.243.359,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	26.385.439,53
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
Vigilância Sanitária	1.058.641,81
Vigilância Epidemiológica	971.826,33
Outras Subfunções	3.799.003,22
(-) Custeadas com recursos do SUS	24.736.907,57
(-) Consórcio	0,00
(-) Restos à Pagar vinculados a Saúde	0,00
Total das Despesas com recursos próprios	25.721.362,78
% aplicação p/fins da EC 29	20,94%

Notas Explicativas (RREO)

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias. Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral do Município - CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis. Relatório publicado em 02/10/2015 no DOM – Diário Oficial do Município.

Brusque, 02 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO	CRISTIANO BITTENCOURT	CRISTIANO BITTENCOURT	ANTÔNIO C. TILLMANN
Prefeito Municipal	Secretário Orç. E Gestão	Cont. CRC 028895/O-9	CGM - Controle Interno

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL

(Dados do anexo I Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, a))

2º QUADRIMESTRE / 2015

	Despesas Executadas (últimos 12 meses) Empenhadas Insc. Restos Pagar Não Proc.			
Despesa Total com Pessoal (Últimos 12(doze) meses)		140.014.213,42	569.454,28	
Receita Corrente Líquida (RCL)		287.862.971,62		
% da Despesa Total com Pessoal		48,849%		
Limite Máximo (%)		54,00%		
Limite Prudencial (%)		51,30%		

Nota: Nos valores da despesa total com pessoal estão incluídos os gastos que dispõe o § 1º do art. 18º da LRF, e os valores dos serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL

(Dados do anexo II Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, b))

2º QUADRIMESTRE / 2015

Saldo até o Quadrimestre

Dívida Consolidada – DC	52.237.566,83
Dívida Consolidada Líquida – DCL	15.846.221,29
% da DC sobre a RCL	18,15%
% da DCL sobre a RCL	5,50%

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA

Saldo até o Quadrimestre

Dívida Consolidada – DC	107.721.622,98
Dívida Consolidada Líquida – DCL	73.303.664,82

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTO FISCAL

(Dados do anexo IV Port. 577/2008 - RGF (LRF, art. 55º, inciso I, d, inc. III , c))

2º QUADRIMESTRE / 2015

Até o Quadrimestre

Operações de Crédito realizadas	8.259.286,88
---------------------------------	--------------

Notas Explicativas (RGF)

Todos os dados e informações são apresentados de forma consolidada, que inclui a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias. Os dados e informações tem como fonte, a Controladoria Geral do Município – CGM e a Diretoria de Contabilidade da Prefeitura Municipal, que são os responsáveis pela consolidação de todas as informações contábeis.

Relatórios publicados em 02/10/2015 no DOM – Diário Oficial do Município.

Brusque, 02 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO	CRISTIANO BITTENCOURT	CRISTIANO BITTENCOURT	ANTÔNIO C. TILLMANN
Prefeito Municipal	Secretário Orç. E Gestão	Cont. CRC 028895/O-9	CGM - Controle Interno

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.581

DECRETO Nº 6.581, de 13 de outubro de 2015.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente do Município de Caçador, na importância total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.03 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 – Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas...(40) R\$ 10.000,00

Art. 2º Em atendimento ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do remanejamento entre despesas, na importância total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.03 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.0017.2.071 – Manutenção da Secretaria de Infra Estrutura

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas...(36) R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

RECOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 98-2015, TOMADA DE PREÇOS Nº 03-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

RECOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 98-2015, TOMADA DE PREÇOS Nº 03-2015 – PREFEITURA

EDITAL: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL, OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA EXECUÇÃO DE OFICINAS, OBJETIVANDO A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO GESTOR PARA GESTÃO DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS – CEU – PREFEITURA DE CAÇADOR. COM JULGAMENTO PREVISTO PARA O DIA: 08/10/2015 às 14h00min. REVOGA-SE A PRESENTE LICITAÇÃO, DEVIDO A AUSENCIA DE INTERESSADOS, RESULTANDO EM LICITAÇÃO DESERTA. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 15 de setembro de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Camboriú

PREFEITURA

IL 07/15 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 007/2015 – FUNDESB

Data: 13/10/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL NECESSÁRIO PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DA MAQUINA PC - ESCAVADEIRA 140RC7 PERTENCENTE A SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$ 1.050,00 (Um Mil e Cinquenta Reais).

Secretaria: Secretaria Municipal de Saneamento Básico.

Contratada: COPAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP

Embasamento legal: Artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993, e demais alterações posteriores.

Camboriú, 13 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA 3 TP 77/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA 3

(Processo Licitatório TP nº 77/2015)

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às 8:30h, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.805 de 02 de fevereiro de 2015) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 77/2015 (cujo objeto consiste na prestação de serviços técnicos especializados para manutenção, melhoria e ampliação do sistema de iluminação pública, com fornecimento de materiais, do município de Campo Alegre), modalidade Tomada de Preços, para abertura das propostas do referido Processo licitatório que após a fase de Recursos e Contrarrazões quanto ao julgamento dos Documentos, todas as licitantes foram declaradas HABILITADAS: QUARK ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 12.496.490/0001-48, SERRANA ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 83.073.536/0001-64 e CEPENGE ENGENHARIA LTDA – CNPJ: 03.064.330/0001-39. Além dos membros da Comissão já nominados se fizeram presentes o Sr. Bernardo Vargas de Souza representante da licitante QUARK ENGENHARIA LTDA. Passou-se à abertura dos envelopes das propostas das licitantes. As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e demais presentes, a empresa QUARK ENGENHARIA LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 245.718,77, a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 305.727,90 e a empresa CEPENGE ENGENHARIA LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 373.533,10. A Comissão julgou a empresa QUARK ENGENHARIA LTDA vencedora da presente licitação, com o valor R\$ 245.718,77. Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA CONCORRÊNCIA 74/2015

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 74/2015)

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lilian Terezinha Bartsch, Irineu Woitskovski Junior e Maria Cristina Marciniak Munhoz, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.805 de 02 de fevereiro de 2015) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 74/2015, modalidade Concorrência, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a Concessão onerosa de uso de espaço público à particular da quadra de esportes "Dylan Munhoz", localizada na Praça de Esportes "Maurício Foitte", à Av. Dr. Getúlio Vargas, Centro, Município de Campo Alegre – SC. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, recebendo os envelopes (documentos e proposta) da única proponente Pessoa Física: Elane Cristina Germano Machado CPF: 025.673.289-20. O julgamento e a classificação da proposta é através do critério de MAIOR VALOR MENSAL DA TAXA DE OCUPAÇÃO, que não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais). Procedeu-se na abertura do Envelope contendo a documentação sendo que a única proponente apresentou todos os documentos conforme exigido no edital sendo considerada HABILITADA. Prosseguiu-se a abertura do envelope da Proposta, sendo que a proponente ofertou o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para pagamento mensal da TAXA DE OCUPAÇÃO. A comissão declarou então a licitante Elane Cristina Germano Machado – CPF: 025.673.289-20, devidamente habilitada e vencedora do certame. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de outubro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de utensílios de cozinha para as escolas, creches e pré-escolar da rede de ensino do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP, CNPJ: 07.634.816/0001-16, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 80/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
06	400	UN	Prato Sopa Vidro Incolor - Prato de sopa de vidro temperado incolor, nas dimensões: Ø = 19.6 x 3.7 cm e Ø = 7 3/4" x 1 1/2". O produto deverá ser de vidro temperado transparente, que quebra em pedaços pequenos para maior segurança em uso nas escolas. Produto resistente para uso diário, de marca reconhecida no mercado. Peso aproximado 360g. Produto apto para uso em micro-ondas.	2,91	1.164,00
07	50	UN	Lixeira 30 litros com tampa - Lixeira com alça e tampa. Produzida em polipropileno. Capacidade 30 litros. Dimensões: 340x475 mm.	16,58	829,00

22	40	UN	Garrafa Térmica 1,8L - Garrafa térmica com ampola de vidro, corpo plástico, com alça e mecanismo de apertar para saída do líquido. De boa qualidade, resistente, para uso diário. Nas cores preta ou branca, sem decoração, neutras para uso profissional.	43,87	1.754,80
VALOR TOTAL				R\$ 3.747,80	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de outubro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de utensílios de cozinha para as escolas, creches e pré-escolar da rede de ensino do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa M MOBILE EIRELI, CNPJ: 15.764.033/0001-85, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 80/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
18	20	UN	Jarra de vidro 2 litros - Jarra de vidro de alta resistência para uso diário. Com tampa e esta pode ser plástica, mas esta tampa não pode ser de rosquear ou com alça anexada a tampa. A alça deve ser de vidro anexada ao corpo da jarra. O vidro deve ser de espessura grossa o suficiente para resistir pequenas quedas.	29,86	597,20
VALOR TOTAL				R\$ 597,20	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

M MOBILE EIRELI
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de outubro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de utensílios de cozinha para as escolas, creches e pré-escolar da rede de ensino do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa HEKUS ARMARINHOS LTDA ME, CNPJ: 21.102.176/0001-24, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 80/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	600	UN	Canecas de plástico - Caneca de plástico atóxico, adequado para uso infantil, capacidade de 300ml.	2,50	1.500,00
02	200	UN	Potinho bebês com alça - Potinhos para alimentação de bebês, com capacidade de 250ml. Com alças laterais e feito em material resistente, plástico atóxico.	6,85	1.370,00
11	60	UN	Toucas para merendeiras - Touca feminina com aba – uniforme – Descrição: Cor branca. Em tamanho único, com fibras sintéticas (de poliamida), pelo sistema de malharia simples de fibras abertas tipo corrente, filó, em tecido 100% sintético. Parte inferior da touca em formato de meia circunferência com 90 mm de largura, que depois de dobrada fica com 45 mm em cada lado (interno e externo da touca), confeccionado em tecido de algodão e finalizado por um tirante elástico para ajustamento à cabeça e recolhimento de todo os cabelos no interior da touca. Fechamento por costuras duplas diretamente na touca.	6,49	389,40

15	3	UN	Ralador (quadrado) - Ralador com 4 Faces em aço inox, apenas cabo pode ser plástico ou inox, faces em aço inox. Dimensões aproximadas: Base: 107 x 84,6 mm e Altura: 228 mm. Com pés em borracha.	10,45	31,35
16	6	UN	Fatiador de legumes - Produto retangular em plástico com lâminas em aço inox, usado para fatiar legumes como pepino. Alça feita também em plástico atóxico. Produto resistente indicado para uso domiciliar.	9,90	59,40
17	4	UN	Descascador de batatas com lamina móvel – Utensílio totalmente em aço inox, com Comprimento aproximado de 188mm, Lâmina: 55 mm de largura. Com cabo em aço inox satinado com preenchimento interno. Utensílio de alta qualidade e fácil manuseio. Utensílio indicado para uso domiciliar.	11,90	47,60
19	4	CJ	Conjunto potes para mantimento com 5 peças - Conjunto de 5 peças de potes para mantimentos, de plástico atóxico adequado para armazenagem de alimentos. Deve ser ótima qualidade, de plástico translúcido, podendo as tampas serem coloridas; estas devem ter o encaixe perfeito para garantir boa vedação. Os potes do conjunto devem ser: 13x11,5x9cm capacidade 0,9Lts; 15x14,5x12cm capacidade 1,7Lts; 18x17,5x14cm capacidade 3Lts; 21x20x17cm 5Lts; 25x23x-19cm capacidade 8Lts.	31,28	125,12
21	6	UN	Pegador de macarrão grande industrial Pegador de macarrão em aço inox, dentado, aproximadamente 30cm de comprimento	13,85	83,10
VALOR TOTAL				R\$ 3.605,97	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

HEKUS ARMARINHOS LTDA ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos treze dias do mês de outubro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de utensílios de cozinha para as escolas, creches e pré-escolar da rede de ensino do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa EKO SUPERMERCADO LTDA, CNPJ: 08.087.295/0001-97, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 80/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	600	UN	Colher sobremesa Aço Inox - sem cabo plástico - Colher de Sobremesa em aço inox, totalmente em aço inox, sem cabo plástico. Com Comprimento Total aproximado de 166 mm e Espessura de 1,20 mm. Colher com concha profunda. Acabamento de qualidade para uso infantil. Resistente para uso diário. Não curvar com o uso, resistente. Sem rebarbas de corte mal feito, uso infantil logo deve ser de ótimo acabamento.	1,60	960,00
04	12	CJ	Conjunto de Panelas - 7 peças - 2 frigideiras; 1 fervedor; 2 caçarolas; 2 panelas. Sendo: 1 frigideira reta 22cm; 1 frigideira 20cm; 1 fervedor 14cm; 1 caçarola 20cm; 1 caçarola 22cm; 1 panela 16cm; 1 panela 18cm. Painéis de alumínio com revestimento interno e externo de antiaderente Starflon 5 camadas, resistente à abrasão. Revestimento interno com detalhes decorativos. Fervedor 1,6L / Caçarola 2,8L / Caçarola 4L / Panela 1,5L / Panela 2L/Frigideira reta 22cm; frigideira 20cm; fervedor 14cm; caçarola 20 cm; caçarola 22cm; panela 16cm; panela 18cm. Preto. Cabo: 1 cabo em cada panela; 1 cabo em cada frigideira; 1 cabo no fervedor; 2 alças em cada caçarola. Tampa com revestimento interno e externo em antiaderente Starflon.	165,99	1.991,88
05	400	UN	Prato Fundo Vidro Incolor - Prato fundo de vidro temperado incolor, nas dimensões: Ø = 22 x 3,2 cm e Ø = 8 5/8" x 1 1/4". O produto deverá ser de vidro temperado transparente, que quebra em pedaços pequenos para maior segurança em uso nas escolas. Produto resistente para uso diário, de marca reconhecida no mercado. Peso aproximado 360g. Produto apto para uso em micro-ondas.	3,22	1.288,00

08	20	CJ	Facas conjunto INOX com 6 unidades - Conjunto de facas em aço inox, sendo que para estas, é permitido o cabo ser de polietileno. Conjunto de 6 facas, sendo uma faca de pão com lâmina alongada e corte em serra (serrilhada); segunda faca de desossa, com longa de corte liso (rígida) utilizada para desossar (remoção de ossos e espinhos) carnes em geral; terceira faca de filetar ou fiambre que são facas de lâminas longas e corte liso, na maioria das vezes semi ou flexíveis utilizadas no corte de carnes já cozidas, peixes crus (no caso da de filetar) e de frios em geral; quarta faca será a faca do "chef", que é uma faca de lâminas rígidas, longas de corte liso utilizada para os mais diversos tipos de cortes em alimentos crus ou cozidos. É geralmente a faca mais comum (no dia-a-dia) dentro de uma cozinha; a quinta faca será uma faca utilitária ou lisa que é uma faca lâmina rígida, estreita e alongada (geralmente quase do tamanho em comprimento de uma faca "chef" de oito polegadas ou 16 centímetros) utilizada nos processos onde a faca "chef" é muito robusta ou demasiada larga; e por fim a sexta faca, é a faca de legumes, que é uma faca de lâmina ou serrilhada utilizada principalmente para trabalhar com legumes e frutas. Todas as facas devem ser de boa qualidade, resistentes, para uso diário, podendo ser cabo de polietileno.	73,50	1.470,00
09	20	UN	Pá para mexer panelão - Pá com cabo polietileno com 75cm de comprimento. Pá para caldeirão com cabo; 100% polietileno alimentício; côncava para facilitar a agitação; Cabo com impugnadora; não libera resíduos; fácil higienização; pode ser utilizada em temperaturas até 100°C. Medidas aproximadas: Comprimento: 75cm; Largura: 9cm; Espessura: 1,5cm; Material: polietileno.	34,99	699,80
10	20	UN	Pá para mexer panelão - Pá com cabo polietileno com 60cm de comprimento. Pá para caldeirão com cabo; 100% polietileno alimentício; côncava para facilitar a agitação; Cabo com impugnadora; não libera resíduos; fácil higienização; pode ser utilizada em temperaturas até 100°C. Medidas aproximadas: Comprimento: 60cm; Largura: 9cm; Espessura: 1,5cm; Material: polietileno.	35,99	719,80
12	6	UN	Concha Terrina Aço Inox - Utensílio totalmente feito em aço inox e altamente durável, com acabamento do aço inox em brilho. Comprimento Total aproximado: 257 mm e Espessura: 2,00 mm aproximadamente. Peça própria para o uso diário. SEM CABO PLÁSTICO.	15,90	95,40
13	6	UN	Escumadeira Aço inox - Utensílio totalmente feito em aço inox e altamente durável. Acabamento do aço inox em brilho Comprimento Total aproximado: 282 mm e espessura aproximada de 2,00 mm. Peça própria para uso diário. SEM CABO PLÁSTICO.	11,99	71,94
14	6	UN	Colher arroz Aço Inox - Colher para Arroz feita totalmente em aço inox altamente durável, com acabamento do aço em inox em brilho. Comprimento Total aproximado 243 mm e espessura aproximada de 2,25 mm. Peça para uso diário. SEM CABO PLÁSTICO.	8,24	49,44
20	4	UN	Chaleira grande 4 litros - Chaleira em aço inox ou alumínio, com alça de baquelite injetado. Capacidade de 4 litros. Resistente. De primeira qualidade.	45,81	183,24
VALOR TOTAL				R\$7.529,50	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

EKO SUPERMERCADO LTDA
Representante legal

ATA PREGÃO 07/2015 FMAS

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 0/2015 - FMAS)

Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 02/2015 do Fundo municipal de Assistência Social, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de lanches para oficinas do SCFV e Oficinas do Bolsa Família, Idosos e Gestantes do CRAS. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Panificadora Pauli Ltda. A licitante Credenciou como representante na sessão o Sr. Eleandro Pauli. A licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovaram enquadramento como microempresa. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Passou-se a fase de lances ficando definido conforme tabela, a licitante não concedeu desconto.

ITEM	VALOR UN. ESTIMADO	VALOR UNIT. FINAL
01	24,00	24,00
02	24,00	24,00
03	16,00	16,00
04	24,00	24,00

05	0,90	0,90
06	0,45	0,45
07	0,85	0,85
08	0,85	0,85
09	0,90	0,90
10	0,50	0,50
11	0,33	0,33
12	0,58	0,58
13	0,85	0,85
14	0,58	0,58
15	0,68	0,68
16	40,00	40,00

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira classificada conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital, a empresa PANIFICADORA PAULI LTDA foi declarada vencedora da presente licitação. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 06/2015 FMAS

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 06/2015 FMAS)

Às 10h do dia 07/10/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de tecidos para as oficinas desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre - SC. A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 005/2015 PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2015

ATO CONVOCATÓRIO PARA SELEÇÃO

POR CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

O Prefeito Municipal em Exercício, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, torna público a realização de procedimento administrativo de Concurso Público para formação de cadastro de reserva e para seleção de candidatos a provimento de cargos públicos efetivos e, no mesmo procedimento, de exame Seletivo para a formação de cadastro de reserva e para seleção de candidatos a designação à funções públicas, ambos indicados abaixo, tudo conforme os seguintes termos:

1. FUNÇÕES PÚBLICAS

1.1 Denominação e Quantidade de Funções, Carga Horária, Remuneração e Requisitos para Designação:

Código	Quantidade e Denominação de Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos para Provimento
Seleção para formação de cadastro de reserva				
10	Médico I	20/semana	R\$ 3.116,20/mês + 50% (GEM)*	Registro no Conselho Regional de Medicina
11	Médico II	40/semana	R\$ 6.233,51/mês + 50% (GEM)* + até 100% GESF***	Registro no Conselho Regional de Medicina
30	Médico III - Pediatra	10/semana	R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)*	Residência em Pediatria e registro no Conselho Regional de Medicina
30	Médico III - Ginecologista/Obstetra	10/semana	R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)*	Residência em Ginecologia e registro no Conselho Regional de Medicina
Seleção para provimento no prazo de validade do Processo Seletivo				

32	Médico IV - Plantonista (01 Função)	Até 60h/ semanais	R\$ 38,94/hora** + 50% (GEM)*	Registro no Conselho Regional de Medicina
----	---	----------------------	----------------------------------	---

* GEM (Gratificação Especial Médica) importa em 50% de acréscimo ao vencimento em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo);

** A remuneração do plantão de 12 horas totaliza R\$ 700,92 (diurno) e R\$ 876,12 (noturno) em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo) e R\$ 934,56 (diurno) e R\$ 1.168,20 (noturno) em sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo.

*** Gratificação ESF importa em até 100% (de 90% a 100%) de acréscimo ao vencimento, de acordo com o local de trabalho (localidade/Bairro/Distrito).

1.2 Os aprovados no exame Seletivo poderão ser convocados, no prazo de validade do certame, a celebrar contrato temporário pelo regime administrativo especial de que trata o art. 299 da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

1.3 As atribuições das funções públicas são as mesmas dos cargos públicos de idêntica denominação, consoante o item 2.4 deste edital.

2 CARGOS PÚBLICOS

2.2 Denominação e Quantidade de Cargos, Carga Horária, Remuneração e Requisitos para Provimento:

Código	Quantidade e Denominação de Função	Carga Horária	Vencimento	Requisitos para Designação
Seleção para formação de cadastro de reserva				
10	Médico I	20/semana	R\$ 3.116,20/mês + 50% (GEM)*	Registro no Conselho Regional de Medicina
30	Médico III - Pediatra	10/semana	R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)*	Residência em Pediatria e registro no Conselho Regional de Medicina
30	Médico III - Ginecologista/ Obstetra (01 função)	10/semana	R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)*	Residência em Ginecologia e registro no Conselho Regional de Medicina
32	Médico IV - Plantonista	Até 60h/ semanais	R\$ 38,94/hora** + 50% (GEM)*	Registro no Conselho Regional de Medicina
Seleção para designação no prazo de validade do Concurso				
11	Médico II (01 Cargo)	40/semana	R\$ 6.233,51/mês + 50% (GEM)* + até 100% GESF***	Registro no Conselho Regional de Medicina

* GEM (Gratificação Especial Médica) importa em 50% de acréscimo ao vencimento em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo);

** A remuneração do plantão de 12 horas totaliza R\$ 700,92 (diurno) e R\$ 876,12 (noturno) em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo) e R\$ 934,56 (diurno) e R\$ 1.168,20 (noturno) em sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo.

*** Gratificação ESF importa em até 100% (de 90% a 100%) de acréscimo ao vencimento, de acordo com o local de trabalho (localidade/Bairro/Distrito).

2.3 Os aprovados no Concurso poderão ser nomeados, no prazo de validade do certame, para prover cargo público pelo regime estatutário.

2.4 As atribuições dos cargos efetivos e das funções a eles correlatas constam do Anexo I do presente edital.

3. INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas de 09/10/2015 a 27/10/2015.

3.2 O pretendente deverá baixar o formulário de inscrição disponível no site <http://www.campoalegre.sc.gov.br/>, preenchê-lo, assiná-lo, instruí-lo com os seguintes documentos: Carteira de Identidade (RG) e Certidão de Quitação Eleitoral; e entregá-los no Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal do Município de Campo Alegre/SC., sito

no Prédio do Anexo Sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, entre os dias 09/10/2015 a 27/10/2015, no horário de expediente (das 8h às 12h e das 13h às 17h).

3.2.1 É facultado aos pretendentes o envio eletrônico do formulário de inscrição bem como os documentos (Carteira de Identidade (RG) e Certidão de Quitação Eleitoral), devendo o candidato digitalizar em formato PDF e enviar para folha@campoalegre.sc.gov.br das 0h00 do dia 09/10/2015 às 23h59 do dia 27/10/2015, caso em que será o único responsável pela consistência informática dos dados enviados.

3.3 A confirmação da inscrição enviada por email será confirmada com envio de email para o endereço eletrônico do pretendente.

3.4 A inscrição é gratuita.

3.5 A homologação das inscrições será divulgada unicamente em campo próprio no site <http://www.campoalegre.sc.gov.br>

3.6 A inscrição depende da comprovação das seguintes condições:

3.6.1 Nacionalidade brasileira;

3.6.2 Maioridade;

3.6.3 Quitação eleitoral.

4 DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE

4.1 Será assegurada a inscrição às Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) aos cargos e funções cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

4.2 Ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) do total dos cargos e funções descritos no edital e dos cargos que vierem a ser criados no prazo de validade do certame.

4.3 Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE; se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de cargos.

4.4 Consideram-se PNE aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

4.5 Aos Candidatos PNE serão resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, caso em que tais condições deverão ser requeridas por escrito durante o período das inscrições, através de campo próprio na ficha de inscrição.

4.6 O candidato PNE deverá encaminhar, com seu formulário de inscrição:

4.6.1 Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

4.6.2 Solicitação de prova especial, se necessário.

4.7 Aos deficientes visuais (cegos) serão oferecidas provas no sistema braile e suas respostas deverão ser transcritas também em braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

4.8 Ao ser convocado para investidura no cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., que terá decisão terminativa sobre a qualificação

do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

4.9 Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

5 MODALIDADE DE CERTAME

5.1 A parte referente ao Concurso Público do presente certame é unicamente de provas e a parte referente à exame Seletivo, idem.

5.2 O certame não terá provas práticas.

6 DAS PROVAS

6.1 A prova é única, com 10 questões de múltipla escolha, cada uma delas valendo 1,00 (um) ponto, num total de 10 (dez) pontos.

6.2 O conteúdo programático da prova, para todos os cargos é aquele constante do Anexo II do presente edital.

6.3 As provas objetivas serão aplicadas na cidade de Campo Alegre/SC, tendo como local o prédio da Escola Municipal de Educação Básica “Maria José Duarte Silva Bernardes”, sito a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, conforme abaixo:

Cargos	Data	Horários
Médico I Médico II	08/11/2015	Abertura dos portões: 8h Fechamento dos portões: 8h15min Início da aplicação das provas: 8h30min Término das Provas: 10h
Médico III (Pediatra) Médico III (Ginecologista/Obstetra) Médico IV (Plantonista)	08/11/2015	Abertura dos portões: 10h Fechamento dos portões: 10h15min Início da aplicação das provas: 10h30min Término das Provas: 12h

6.4 O candidato deverá portar obrigatoriamente um documento de identidade com foto (CNH, RG, passaporte ou registro no CRM) e uma caneta de tinta azul ou preta.

6.5 O candidato deverá responder às questões da prova fundado única e exclusivamente em seus conhecimentos previamente adquiridos, sendo vedado ao candidato qualquer tipo de conduta tendente a obter informações quanto ao conteúdo das questões da prova durante a realização da mesma.

6.6 As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato ou a consulta bibliográfica de qualquer espécie, bem como a utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas, telefone celular, tablets, notebook ou similares.

6.7 A infração dos dois itens anteriores, por qualquer meio, implica em imediata desclassificação.

6.8 Serão desclassificados os candidatos com nota inferior a 5,0 (cinco) pontos.

6.9 Os candidatos com nota superior à referida acima serão classificados em ordem decrescente, por cargo ou função.

6.10 A idade é o critério de desempate, preferindo-se os mais velhos.

6.11 O gabarito das provas será divulgado no site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> no dia subsequente à realização da prova.

7 RECURSOS

7.4 Caberá interposição de recurso devidamente fundamentado, perante a Comissão Examinadora, no prazo de 02 (dois) dias úteis contado do primeiro dia subsequente às datas do (a):

7.4.1 Edital de Deferimento das Inscrições;

7.4.2 Edital de Condições Especiais de prova para candidatos deficiente;

7.4.3 Questões das Provas e Gabarito Preliminar;

7.4.4 Edital de Resultado Final das Provas Objetivas.

7.4.5 O recurso deverá ser corretamente preenchido conforme formulário modelo constante do Anexo IV, encaminhado para o endereço

eletrônico folha@campoalegre.sc.gov.br ou ainda, protocolado no Serviço de Protocolo deste Município, nos prazos estipulados neste edital ou edital específico.

7.5 Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e se for o caso anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

7.6 Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou correios, devendo estar devidamente embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível, sob pena de indeferimento.

7.7 Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Comissão Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

7.8 As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas através do site <http://www.campoalegre.sc.gov.br>

8 REQUISITOS PARA INVESTIDURA

8.4 São requisitos básicos para investidura no cargo público:

8.4.1 Aprovação neste Concurso Público;

8.4.2 Pleno gozo dos direitos políticos;

8.4.3 Quitação Eleitoral;

8.4.4 Quitação com obrigações militares (se do sexo masculino);

8.4.5 Comprovação dos Requisitos para Designação e Requisitos para Provimento constante dos itens 01 e 02 deste edital (escolaridade, titulação e registro profissional);

8.4.6 Aprovação em exame médico pré-admissional;

8.4.7 Prestar declaração, sob as penas da lei, de não ter sido condenado por ato de improbidade, em decisão transitada em julgado, perda da função pública ou demissão no serviço público.

8.4.8 No caso de Candidato PNE – Pessoa com Necessidades Especiais, deverá apresentar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da

Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição.

9 PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME

9.4 O presente certame vale por dois anos, prorrogáveis uma única vez por igual período.

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.4 As informações sobre o presente certame serão prestadas pela Comissão Examinadora por meio do telefone (47) 3632-2266, em dias úteis, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h.

10.5 São partes integrantes deste Edital:

10.5.1 Anexo I – Atribuições de Cargos;

10.5.2 Anexo II – Formulário de Inscrição;

10.5.3 Anexo III – Conteúdo Programático; e

10.5.4 Anexo IV – Formulário de Recurso.

Campo Alegre/SC., 08 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo nº 003/2015

ATRIBUIÇÕES DE CARGOS

Médico I: 1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3.268/57.

Médico II: 1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família, coordenando a equipe e realizando as atribuições definidas no convênio firmado com Governo Federal. 11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a

que se refere a Lei Federal nº 3.268/57.

Médico III: 1. Realizar consultas em áreas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3.268/57.

Médico IV: 1. Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardio respiratória, do sistema nervoso central, gastrintestinais, genito-urinárias, endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia, 2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos; 3. Conhecer soluções e medicamentos; 4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade; 5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência; 6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3.268/57.

ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo nº 003/2015

MODELO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SERVIÇO DE PESSOAL

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

Nome completo (Sem abreviações)						
Nº do Documento de Identidade:		CPF				
Data de Nascimento		Estado Civil				
Endereço completo para correspondência (Rua, Avenida, Praça, etc.).						
Nº	Apto.		Bairro			
CEP	Cidade onde reside			Estado		
Telefone		Email				
CANDIDATO COM NECESSIDADE ESPECIAL – PNE () SIM. Qual a deficiência? _____ () NÃO						
Inscrição para o cargo de: _____ (Médico I; Médico II; Médico III - Pediatra; Médico III - Ginecologista/Obstetra; ou Médico IV - Plantonista) Obs: A inscrição deverá ser para um ÚNICO cargo, caso o candidato queira se inscrever para mais de um, este deverá fazer a inscrição em formulário separado.						
A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas no edital. Campo Alegre/SC., ____/____/____.						
Assinatura do candidato: _____						
Observação: - O candidato deverá apresentar juntamente com o formulário de inscrição, os seguintes documentos: Carteira de Identidade (RG) e Certidão de Quitação Eleitoral. - O candidato PNE, ainda deverá encaminhar, com seu formulário de inscrição: - Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova. - Solicitação de prova especial, se necessário.						

ABAIXO MODELO DE COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Nº Inscrição:

MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE PESSOAL
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Inscrição para o Cargo de:

Responsável

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Concurso Público Municipal nº 005/2015
Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Médico I:

Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarréias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

Médico II:

Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

Médico III (Pediatra):

Mortalidade na infância Nutrição e seus desvios. Crescimento e desenvolvimento. Imunizações. Acidentes na infância: Prevenção e tratamento. Diarreias. Distúrbios hidreletrolíticos e acidobásicos. Distúrbios metabólicos. Doenças infecciosas e parasitárias. Doenças respiratórias na infância; doenças alérgicas na infância. Cardiopatias congênitas. Doenças reumáticas. Insuficiência Cardíaca. Choque. Ressuscitação cardiopulmonar.

Cetoacidose diabética. Anemias. Púrpuras e micoses colagenoses. Convulsão. Afecções do aparelho gênito urinário. Abordagem da criança politraumatizada. Síndrome de Mastratos. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

Médico III (Ginecologista/Obstetra):

Anatomia, embriologia e fisiologia; Propedêutica gineco/obstétrica; Más formações genitais; Alterações menstruais; Puberdade, climatério; Hemorragias uterinas; Doenças infecciosas e não infecciosas dos órgãos genitais e mama; Esterilidade; Incontinência urinária; Oncologia; Drogas e interações medicamentosas; Ciclo gravídico/puerperal normal e doenças correlatas; Distúrbios da hemocoagulação em obstetrícia; Anomalias congênitas; Distocia; Patologia do feto, R.N., placenta, membrana e cordão umbilical. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

Médico IV (Plantonista)

Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micose superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988.

,Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

ANEXO IV**PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

MODELO FORMULÁRIO DE RECURSO**MODELO 1 –****RECURSO DEFERIMENTO/INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO**

Nº PROTOCOLO: _____

(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a publicação de inscrições deferidas, pelo(s) seguinte(s) motivos:

Local e data: _____

Assinatura do Candidato**MODELO 2****RECURSO CONDIÇÕES ESPECIAIS DE PROVA
PARA CANDIDATOS DEFICIENTES**

Nº PROTOCOLO: _____

(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a condições especiais de prova para candidatos deficiente, pelo(s) seguinte(s) motivos:

_____.

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

MODELO 3

RECURSO QUANTO AS QUESTÕES DA PROVA

Nº PROTOCOLO: _____

(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a questão nº _____, pelo(s) seguinte(s) motivos:

_____.

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

MODELO 4

RECURSO CONTRA GABARITO PRELIMINAR

Nº PROTOCOLO: _____

(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a questão nº _____, do GABARITO PRELIMINAR, pelo(s) seguinte(s) motivos:

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

MODELO 5

RECURSO CONTRA RESULTADO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS

Nº PROTOCOLO: _____

(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a publicação do RESULTADO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS, pelo(s) seguinte(s) motivos:

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

CONVOCAÇÃO Nº 174/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 174/2015

SEBASTIÃO VENDELINO KONS, Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. FLAVIA TRINDADE DOS SANTOS, inscrita no CPF/MF sob nº 053.856.119-05, aprovada em 10º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de ENFERMEIRO, na Função de ENFERMEIRO, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 16 de Outubro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêm os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 13 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

DECRETO Nº 9.351 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.351 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESAS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), nos seguintes Elementos de Despesas de Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.600,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 400,00
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.813.0084.2.134 -	Apoio a Entidades e Talentos Esportivos	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339032.00.896 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 100,00
	Total	R\$ 2.100,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulações Parciais de Elementos de Despesas das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.600,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.017 -	Comemorações a Datas Alusivas e Eventos Locais	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 400,00
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer	
27.813.0084.2.134 -	Apoio a Entidades e Talentos Esportivos	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 100,00
	Total	R\$ 2.100,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 13 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.242 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.242 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

REVOGAR LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE/SC. DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Inciso VII do Artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Revogar a Licença para exercer Cargo Comissionado, no Poder Executivo Municipal de Joinville/SC., à Servidora Pública Municipal ROSANA EMÍLIA GREIPEL, Matrícula Funcional nº 000146, Registro no Sistema sob nº 377800, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II.

Parágrafo único: A revogação de que trata o Caput deste artigo será a partir de 13 de Outubro de 2015, conforme requerimento assinado pela Servidora Pública Municipal, devidamente protocolado junto ao Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal sob nº 000000005644.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 13 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.243 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.243 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 35 (trinta e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ROSANA EMÍLIA GREIPEL, Matrícula Funcional nº 000146, Registro no Sistema sob nº 377800,, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente aos períodos aquisitivos: 20 de Fevereiro de 2012 a 19 de Fevereiro de 2013 = 15 (quinze) dias; 20 de Fevereiro de 2013 a 24 de Novembro de 2013 = 20 (vinte) dias.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 13 de Outubro de 2015 á 16 de Novembro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 13 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

DISPENSA 51_15 CASCALHO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 27 de outubro de 2015 às 16 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE CARGAS DE CASCALHO PARA MACADAMIZAR AS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS . O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30 horas, diariamente.

Campos Novos, 14 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1472/15

PORTARIA Nº 1472/15 DE 08/10/15

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NOMEADO PELA PORTARIA Nº 1398/15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de Sindicância,

Resolve:

Art. 1º - Prorroga o prazo para a apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos no Processo Administrativo nomeado pela Portaria nº 1398/15 de 09/09/2015, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos para o dia 09 de outubro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 08 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA REPUBLICADA Nº 1426/15

PORTARIA REPUBLICADA Nº 1426/15 de 25/09/15

RETIFICA PORTARIA Nº 1.116/15 de 25/05/2015 QUE CONCEDE PENSÃO A PESSOA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito em do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica:

Considerando o falecimento do Servidor Aposentado José Telles Lourenço, conforme certidão de óbito nº 107771 01 55 2015 4 00015 039 0004352 55 de 08 de maio de 2015, do Ofício de Registro Civil das pessoas Naturais da Comarca de Campos Novos e de conformidade com o Art. 54 § 5º da Lei Complementar 03/00 de 04/12/00, e em conformidade com o Art.40 § 7º, inciso I, da

Constituição Federal/1988,

Resolve:

Art. 1º- Conceder pensão a ELIZIA CORDEIRO LOURENÇO, esposa do servidor aposentado JOSÉ TELLES LOURENÇO, conforme certidão de óbito do Cartório de Registro Civil de Campos Novos.

Art. 2º - Os benefícios da pensão corresponderão a totalidade dos vencimentos do servidor falecido.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de maio de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de setembro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA REPUBLICADA Nº 1427/15

PORTARIA REPUBLICADA Nº 1427/15 de 25/09/2015

RETIFICA PORTARIA Nº 1523/14 de 23/10/2014 QUE CONCEDE PENSÃO POR MORTE A PESSOA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica:

Considerando o falecimento do Servidor Inativo JOAQUIM VARELA CHAVES, conforme certidão de óbito nº 108357015520144000242 95000622597 de 14 de Agosto de 2014, do Ofício de Registro Civil das pessoas Naturais da Comarca de Campos Novos e de conformidade com o Art. 54 § 5º da Lei Complementar 03/00 de 04/12/00. Considerando que ficou comprovada a condição de filho e a invalidez do Sr. JOSÉ ARI VARELA, conforme parecer da junta médica do município e, em conformidade com o Art.40 § 7º, inciso I, da Constituição Federal /1988,

Resolve:

Art. 1º- Conceder pensão por morte a JOSÉ ARI VARELA, filho do servidor aposentado JOAQUIM VARELA CHAVES, a partir do dia 01/10/2014 data do requerimento, tendo em vista que o mesmo foi efetuado mais de 30 dias da data do óbito.

Art. 2º - Os benefícios da pensão corresponderão a totalidade dos vencimentos do servidor falecido, enquanto perdurar sua invalidez.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de setembro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

PAUTA DE REUNIÃO - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS - SESSÃO DE JULGAMENTO - 9ª SESSÃO ORDINÁRIA - 2015

PAUTA DE REUNIÃO – SESSÃO DE JULGAMENTO
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS
9ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2015

Data: 20 (vinte) de outubro de 2015.

Horário: 08h00min.

Local: Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, Prefeitura Municipal de Canoinhas (Sala de Reuniões – Setor de Licitações – Piso Inferior).

O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas, DIOGO CARLOS SEIDEL, faz saber a quem interessar possa, que na data, local e horário acima, será discutido, julgada sua aceitabilidade e possivelmente sorteado o seguinte recurso de reconsideração:

(1)

Numero do recurso/processo: 0024/2015

Numero do protocolo: 6722/2015 – Recurso de Reconsideração

Recorrente: Fisionorte Associados S/S Ltda

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

Canoinhas (SC), 13 de outubro de 2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Presidente

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º FMDR 07/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/15

HOMOLOGAÇÃO: 13/10/15

CONTRATADO: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA EFETUAR REVISÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 1.000 HORAS, NA RETRO RANDON LB90, Nº 36.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) DATA: 13/10/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito

PUBLICAÇÃO DA TERCEIRA ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º FME 02/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO N.º FME 02/2014

3ª ALTERAÇÃO DO EDITAL

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS – ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.914.543/0001-02, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que alterou o item 8.1 do edital acima, foi acrescentado a modalidade Futebol – árbitro – categoria aspirante; Futebol – bandeira 01 – categoria aspirante; Futebol – bandeira 02 – categoria aspirante. Informamos ainda

que se encontram abertas as inscrições de árbitros para atuarem no XXXI Jogos da Primavera de Canoinhas, a serem realizados no período de 20 à 28 de novembro de 2015. Informações e esclarecimentos serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h30min, através do telefone n.º (47) 3621-7705, ou ainda diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura. Cópia do edital poderá ser obtida no site www.pmc.sc.gov.br link licitações.

Ricardo Pereira Martin

Presidente da Fundação

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CARTA CONVITE N.º PMC 03/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 200/2015

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº. PMC 03/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 22/10/2015, às 11h30min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MAO DE OBRA DESTINADOS A ILUMINAÇÃO DECORATIVA NATALINA DO NATAL FELIZ 2.015, EM AREAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 11h15min do dia 22/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail licitacao@pmc.sc.gov.br, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. Informações (47) 3621 7705, ou diretamente no Departamento de Licitações, sito a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL PARA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 08/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 196/2015

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA ALIENÇÃO Nº. PMC 08/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/12/2015, às 09h15min, CONCORRÊNCIA PARA DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRAS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SITUADA NO BAIRRO PIEDADE, PARA INSTALAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 02/12/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO N.º FMDR 07/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESEN. RURAL DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:
Licitação.....: 7/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA EFETUAR REVISÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 1.000 HORAS, NA RETRO RANDON LB90, Nº 36.

Processo Administrativo:
1 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Total dos Itens Vencedores:
6.300,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311044816	- MÃO DE OBRA PARA REVISÃO PREVENTIVA E CORRETIVA - Unidade: M.O.						
10012	PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	PAVIMAQUINAS	1,000	0,0000	1.907,8413	1.907,84	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 311044817	- MATERIAIS PARA REVISÃO PREVENTIVA E CORRETIVA - Unidade: CJ						
10012	PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	RANDON	1,000	0,0000	4.392,1587	4.392,16	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK	-	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA	-	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI	-	SUPLENTE
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS	-	28.754/SC
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO	-	CRC SC - 031639/O-0
JOSÉ CARLOS HERBST	-	

Capinzal

PREFEITURA

Edital nº 033/2015

EDITAL Nº 033, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.
Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos provenientes do Orçamento Geral da União sob a gestão do Ministério das Cidades, na conta 1071.006.000647093-8 vinculada ao Contrato de repasse nº 352.423-44/2011 – PAC FNHIS – Urbanização (Loteamento Nova Capinzal), firmado com a Prefeitura de Capinzal, no valor de R\$ 53.087,03 (cinquenta e três mil, oitenta e sete reais e três centavos).

Capinzal - SC, 13 de outubro de 2015.
Andevir Isganzella
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Francisco Dirceu de Araújo
Secretário Interino da Administração e Finanças

PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C194

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : TA 001/2015 C194 - Contrato Nº: 0194/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: RIQUETI VITALE ENGENHARIA LTDA - ME		
Valor : 0,00 (zero)		
Vigência : Início: 13/10/2015 Término: 15/02/2016		
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2015 Processo_Licitatório.....: 000104 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 15/02/2016, conforme solicitação da empresa e parecer jurídico em anexo.		
Capinzal, 13 de Outubro de 2015		

PORTARIA 1170/2015

PORTARIA Nº 1170, DE 28 DE AGOSTO DE 2015
Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o artigo 82 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve

Art. 1º Prorrogar a Licença para tratar de Interesses Particulares, conforme requerimento protocolado sob o nº 2868/2015, pelo período de 14 de agosto de 2015 a 31 de dezembro de 2016, ao servidor Gerson Antonio Prando, matrícula nº 304247/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais vinculado à Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de agosto de 2015.

Capinzal - SC, em 28 de agosto de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1171/2015

PORTARIA Nº 1171, DE 31 DE AGOSTO DE 2015
Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, Resolve:
Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares a Paulo Roberto Lago, matrícula nº 410066/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Controle de Estoques, nível CC - 2, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 088/2005, no dia 31 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de agosto de 2015.

Capinzal - SC, em 31 de agosto de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1172/2015

PORTARIA Nº 1172, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Concede férias regulamentares a servidores na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 68 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Determinar férias regulamentares, de 01 a 30 de setembro de 2015, aos seguintes servidores:

MATR	NOME	AQUIS IN	AQUIS FIN	GOZO IN	GOZO FIN	ABONO
30690801	BERNARDETE TEREZINHA CAVALLI CONTE	01/10/2013	30/09/2014	01/09/2015	30/09/2015	0
32987801	JOAO PAULO DA SILVA	02/01/2014	01/01/2015	01/09/2015	30/09/2015	0
31231201	JORGE LUIZ SOLDI	19/12/2013	18/12/2014	01/09/2015	30/09/2015	0
33035301	KATIUSCIA SANTIN PETRI	01/02/2012	31/01/2013	01/09/2015	30/09/2015	0
33066302	LETICIA SERNAJOTTO URBANO DE MORAES	16/09/2013	15/09/2014	01/09/2015	30/09/2015	0
33104001	LUCIMAR PATRICIO BURILE	01/11/2013	31/10/2014	01/09/2015	30/09/2015	0
33478201	SANDRA FACHIN	21/08/2013	20/08/2014	01/09/2015	30/09/2015	0
33331001	SERGIO GIRIOLI	02/01/2014	01/01/2015	01/09/2015	30/09/2015	0
31985601	TEREZA DE LIMA CORDEIRO	01/03/2006	28/02/2007	01/09/2015	30/09/2015	0
33402201	VALTER FABONATTO WOYNHAM	02/01/2014	01/01/2015	01/09/2015	30/09/2015	0

Capinzal – SC, em 01 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1173/2015

PORTARIA Nº 1173, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN, NA FORMA QUE ESPECIFICA

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no Decreto nº 164, de 05 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Nomear os membros titulares e suplentes da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, na forma que especifica:

Membros Titulares:

I. Salete Aparecida Constantin de Mattos

Representante da Secretaria de Planejamento

II. Josimari Dondoni do Amaral

Representante da Diretoria de Desenvolvimento Social

III. Letícia Sernajotto Urbano de Moraes

Representante da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social

IV. Alessandra Nelsi Weber

Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

V. Leimar Bernardi

Representante da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Membros Suplentes:

I. Denise Costenaro Riquetti

Representante da Secretaria de Planejamento

II. Elena Casagrande Rech

Representante da Diretoria de Desenvolvimento Social

III. Cerli Fátima da Rosa

Representante da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social

IV. Divair Dias de Vargas Barbieri

Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

V. Edgar da Silveira de Ávila

Representante da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal, SC, em 01 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1174/2015

PORTARIA Nº 1174, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 4111/2014, ao servidor Marcelo Schwaizer, matrícula nº 304198/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8 referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 03 de fevereiro de 2003 a 02 de fevereiro de 2008, pelo período de 01 de setembro a 30 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1175/2015

PORTARIA Nº 1175, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando 193/2015/Infra, Resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 496/2015, que concedeu FC - 1 ao servidor Vilson da Silveira, matrícula nº 320781/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1176/2015

PORTARIA Nº 1176, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando 192/2015/Infra, Resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 495/2015, que concedeu FC - 1 ao servidor Valmir Rodrigues Pereira, matrícula nº 320269/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1177/2015

PORTARIA Nº 1177, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 4203/2014, à servidora Marcia Manfredini, matrícula nº 314447/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9 referência B, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 06 de fevereiro de 1995 a 05 de fevereiro de 2000, pelo período de 01 de setembro a 30 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1178/2015

PORTARIA Nº 1178, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 701/2015, à servidora Jovania Reck, matrícula nº 312533/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 03 de fevereiro de 2008 a 02 de fevereiro de 2013, pelo período de 01 de setembro a 30 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1179/2015

PORTARIA Nº 1179, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando 192/2015/Infra, Resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 233/2013, que concedeu FC - 1 ao servidor Alessio Girioli, matrícula nº 305367/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1180/2015

PORTARIA Nº 1180, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015
Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando 194/2015/Infra, Resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 284/2014, que concedeu FC - 1 ao servidor Assis Girioli, matrícula nº 306690/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1181/2015

PORTARIA Nº 1181, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015
Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, conforme requerimento protocolado sob o nº 2874/2015, em dez (10) horas semanais, da servidora Denise Costenaro Riquetti, matrícula nº 308099/01, ocupante do cargo de Assistente Social, nível 56, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1182/2015

PORTARIA Nº 1182, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art. 1º Fica exonerado, a contar de 01 de setembro de 2015, conforme memorando nº 056/2015/GAB, Waldecir Ferreira de Lima, matrícula nº 410034/01, ocupante do cargo de Diretor de Habitação, nível CC - 3, conforme o anexo IV - G da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Catanduvas

PREFEITURA

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0004/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0004/2015

PREGÃO Nº 0010/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

CONTRATADA: RAPIGAS COMERCIO DE GÁS LTDA ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 26 de fevereiro de 2015, alterando-o conforme segue:

OBJETO: Reajustar o valor do item abaixo especificado no percentual de 18,03% (dezoito virgula zero três por cento) de acréscimo ao valor unitário inicialmente pactuado, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Cód Item	Especificações	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
1	654	Gás de cozinha P13 ,	UN	49,90	58,89

Catanduvas – SC, 01 de outubro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0031/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0031/2015

PREGÃO Nº 0010/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: RAPIGAS COMERCIO DE GÁS LTDA ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 26 de fevereiro de 2015, alterando-o conforme segue:

OBJETO: Reajustar o valor do item abaixo especificado no percentual de 18,03% (dezoito virgula zero três por cento) de acréscimo ao valor unitário inicialmente pactuado, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Cód Item	Especificações	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
1	654	Gás de cozinha P13	UN	49,90	58,89

Catanduvas – SC, 01 de outubro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0024/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0024/2015

PREGÃO Nº 0010/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: RAPIGAS COMERCIO DE GÁS LTDA ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 26 de fevereiro de 2015, alterando-o conforme segue:

OBJETO: Reajustar o valor dos itens abaixo especificados no percentual de 18,03% (dezoito virgula zero três por cento) de acréscimo ao valor unitário inicialmente pactuado, passando a vigorar da seguinte forma:

Conselho Tutelar, Casa Mortuária e Administração

Secretarias de Educação, Cultura e Desporto

Secretaria de Infraestrutura

Item	Cód Item	Especificações	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
1	654	Gás de cozinha P13	UN	49,90	58,89

Catanduvas – SC, 01 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0026/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0026/2015

PREGÃO Nº 0012/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: CONCATAN CONCRETOS CATANDUVAS LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 10 de março de 2015 para:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA: Aditivar ao Contrato Original a importância de R\$ 25.847,17 (vinte e cinco mil oitocentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor total do contrato passa a ser de R\$ 129.235,87 (cento e vinte e nove mil duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos), perfazendo um total de 25% (vinte e cinco por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.

Catanduvas – SC, 08 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0048/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0048/2015

PREGÃO Nº 0024/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0031/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA EPP

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 30 de abril de 2015 para:

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA: Aditivar ao Contrato Original, na parte correspondente a Secretaria Municipal de Administração a importância de R\$ 541,35 (quinhentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor total do contrato, na parte correspondente a Secretaria Municipal de Administração passa a ser de R\$ 4.150,35 (quatro mil cento e cinquenta reais e trinta e cinco centavos), perfazendo um total de 15% (quinze por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.

Catanduvas – SC, 21 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

Caxambu do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 02 - CONTRATO 33/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2014.

Termo Aditivo ao Contrato nº 33/2014, visando à adequação da respectiva Planilha de Custos, para adição e subtração de quantidades e itens da planilha de quantitativos, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL – SC e a EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTDA.

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL – SC, com sede na Rua Índio Condá nº 55, Centro, na Cidade de Caxambu do Sul - SC inscrita no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29 neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor Vilmar Foppa, denominado neste ato de CONTRATANTE, e a Empresa EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTDA, com sede na(o) Rua Carlos Antônio Cembranel nº 96, centro na Cidade de Maravilha – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.760.567/0001-80 neste ato representada por seu representante legal Senhor VANDERLEI LUIZ RAUPP, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 33/2014, CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2014, em observância ao que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação superveniente, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Ficam acrescidos e subtraídos os quantitativos constantes na planilha de Custos e formação de preços que integram o contrato 33/2014, os itens de acordo com as quantidades e valores constantes da planilha em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1 Da subtração. Foi necessário subtrair quantitativos dos Itens 3.4.1, 6.1.1, 6.3.1 e 6.3.2, tendo em vistas que esses quantitativos já haviam sido executados anteriormente a efetivação do contrato pelo próprio Município.

2.2. Da adição. Foi necessário a adição de quantitativos dos itens 2.31., 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3, 5.2.1, 7.3.1, 7.4.1, 8.1 e 8.2, devido esses itens constantes no projeto estarem com quantitativos menores do que o necessário para a execução total da rede, e atendimento a todos os moradores da comunidade. Também, a perfuração do poço prevista na planilha de 150 mts, não atingiu nenhum lençol freático, sendo necessário aumentar a profundidade.

CLÁUSULA QUARTA – DA REPACTUAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO
O Contrato nº 33/2014 sofrerá uma subtração de R\$ 7.327,28 (sete mil trezentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos) e uma adição de R\$ 10.243,56 (dez mil duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos) passando, assim, a ter o valor global de R\$ 109.544,46 (cento e nove mil quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do Contrato original as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 28 de Setembro de 2015.
VILMAR FOPPA EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS
PREFEITO MUNICIPAL MARAVILHA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHA:

1) - _____

Nome:

CPF:

2) _____

Nome:

CPF:

DECRETO 89/2015

DECRETO N. 89/2015

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada do Cargo de Diretora do Departamento Municipal de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a Senhora Cenira Mayer De Quadros, brasileira, viúva, portadora do CPF/MF sob nº 477.235.729-72 e da Cédula de Identidade sob o nº 12C- 1.611.675.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 15 de outubro de 2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto n. 062/2013 de 13 de maio de 2013.

Caxambu do Sul/SC, 13 de outubro de 2015.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

DECRETO 90/2015

DECRETO N. 90/2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado para o cargo de Diretor do Departamento de Educação do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina o senhor Irineu Miranda Neto, brasileiro, casado, portador do RG 3.421.349 e do CPF – 048.754.569/99, com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 15/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 13 de outubro de 2015.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria 371/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 371/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº. 085 de 30.06.99, Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 01/2014/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário MARINELMA RAYMUNDO, para exercer as funções do cargo de Professora - ACT - 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na turma do 2º ano, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, pelo período de 14.10.2015 a 18.12.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 13 de outubro de 2015.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO DE INQUÉRITO

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO – SC DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUINTA LEGISLATURA. Aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de 2015, às 15h:00min, na sala das Comissões da Câmara Municipal, realizou-se a escolha do Presidente e do Relator da Comissão nos termos do §2.º do Art. 64 do Regimento Interno, que por aclamação restou eleito Presidente o Vereador Sr. André Sebol e Relatora a Vereadora Cleusa Francisco Schneider. Nada mais havendo a tratar, o Presidente com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e convocou os senhores Vereadores membros da Comissão Parlamentar para a próxima reunião a ser realizada no dia 20 (vinte) de outubro do corrente ano as 15h:00min na Sala das Comissões. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 113/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços de pneus, câmaras de ar e recapagens de pneus, no atendimento a frota do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 01/10/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 1.180,00 (um mil cento e oitenta reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 115/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: IRMÃOS FLACH LTDA EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços de Pneus, câmaras de ar e recapagem de pneus, no atendimento a frota do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 01/10/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 71.432,00 (setenta e um mil quatrocentos e trinta e dois reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 117/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: PNEUS OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços de Pneus, câmaras de ar e recapagem de pneus, no atendimento a frota do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 01/10/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 59.616,00 (cinquenta e nove mil seiscentos e dezesseis reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 29/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 66/2015

ADITIVO Nº: 29/2015

TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO TA – SUPRESSÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CREMA CONSTRUÇÕES LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 40/PMCS/2014

CONCORRENCIA Nº: 01/PMCS/2015

Objeto do contrato: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de drenagem pluvial e pavimentação com lajotas de ruas no município de Cocal do Sul, a serem executados em 27 (vinte e sete) ruas municipais, divididas em 06 (seis) lotes, por meio do convenio nº 2014TR000702, firmados entre o município de Cocal do Sul e o fundo estadual de apoio aos municípios – FUN-DAM.

Objeto do Aditivo: O Presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO de 0,63 % (um vírgula quarenta e sete por cento) do valor do contrato firmado entre as partes.

Assinatura: 28/09/2015

Vigência: Início: 28/09/2015 Término: 31/12/2015

Valor Suprimido: R\$ 3.511,43 (três mil quinhentos e onze reais e quarenta e três centavos).

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 30/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 67/2015

ADITIVO Nº: 30/2015

TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO TA – SUPRESSÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: HERAMA CONSTRUÇÕES LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 40/PMCS/2014

CONCORRENCIA Nº: 01/PMCS/2015

Objeto do contrato: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de drenagem pluvial e pavimentação com lajotas de ruas no município de Cocal do Sul, a serem executados em 27 (vinte e sete) ruas municipais, divididas em 06 (seis) lotes, por meio do convenio nº 2014TR000702, firmados entre o município de Cocal do Sul e o fundo estadual de apoio aos municípios – FUN-DAM.

Objeto do Aditivo: O Presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO de 0,83 % (zero vírgula oitenta e três por cento) do valor do contrato firmado entre as partes.

Assinatura: 28/09/2015

Vigência: Início: 28/09/2015 Término: 31/12/2015

Valor Suprimido: R\$ 2.950,53 (dois mil novecentos e cinquenta reais e cinquenta e três centavos).

**RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 11/
PMCS/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/PMCS/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/PMCS/2015

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com os incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação conforme segue:

Objeto: Prestação de serviços para realização do Processo Seletivo para professores ACT para 2015 no município de Cocal do Sul/SC.

Fornecedor: Jeisson Rocha da Cunha EIRELI - ME.

Razão da Escolha do Fornecedor: Os fornecedores participaram de cotação de preços, e o que apresentou menor valor foi selecionado para a execução do objeto.

Valor: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).

Justificativa do Preço: Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de pesquisa de mercado.

Previsão Legal: Artigo 24, inciso II, da lei nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária: 07.01.2016.3.3.90 (77).

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 09 de outubro de 2015

ADEMIR MAGAGNIN

PREFEITO MUNICIPAL

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2015 – PMC

Objeto: aquisição de formulários impressos para o FUMAS/SEMAS e blocos de autuações e notificações de trânsito para Polícia Militar com convênio nº 029/2015 Rádio Patrulha, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 09/11/2015.

Abertura: dia 10/11/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207

Concórdia, SC, 13 de Outubro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 98/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 98/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 9ª parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 13 de outubro de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 99/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 99/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 270.208,49 (duzentos e setenta mil duzentos e oito reais e quarenta e nove centavos).

Concórdia SC, 13 de outubro de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 487/2015

DECRETO N. 487/2015 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família a Servidora Municipal, Sra . VANESSA BÔS , Professor de Educação Física, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO PROCESSO 99/2015 - PROCESSO SELETIVO

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados que estará realizando licitação na modalidade: Pregão Presencial, tipo: Menor Preço por Item, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 99/2015.

Edital: Pregão Presencial n. 56/2015

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, COMPREENDENDO TODAS AS ETAPAS, DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00h do dia 27/10/2015.

Abertura dos Envelopes: às 08:30h do dia 27/10/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, compreendido das 07h às 13h.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 13 de outubro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 008/2015 - CONSELHO TUTELAR

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução Nº 008/2015

"Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Cordilheira Alta e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 895/2012, Resolve:

I. Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não houve recursos.

II. Tornar público o resultado final após a eleição;

III. Homologar o resultado final do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Cordilheira Alta para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme a relação abaixo:

Art. 1º Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I.Total de eleitores: 648

II. Total de votos válidos: 644

III.Total de votos em branco: 0

IV.Total de votos nulos: 04

Art. 2º : Total de votos por candidato:

1º - Nadia Terezinha Mazzetto Tozzo – 159 votos

2º - Erica Soares Variani – 103 votos

3º - Josiani Trucollo Aires - 75 votos

4º - Daiane Pizzatto Gabriel – 70 votos

5º - Eraldo Marconi – 50 votos

6º - Leticia Rubiana Belinski – 39 votos

7º - Andreia Brambila Tressoldi – 38 votos

8º - Thauana C. Correa – 37 votos

9º - Ana Paula Rigon Posser Sachet – 30 votos

10º -Marli Boff Eberle – 22 votos

11º -Salete Maria B. Balerini – 10 votos

12º -Marilene Salete Vanazzi – 08 votos

13º - Simone Di Domenico – 03 votos

Art. 3º Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

1º. Nadia Terezinha Mazzetto Tozzo

2º. Erica Soares Variani

3º. Josiani Trucollo Aires

4º. Daiane Pizzatto Gabriel

5º. Eraldo Marconi

Art. 4º Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

6º. Leticia Rubiana Belinski

7º. Andreia Brambila Tressoldi

8º. Thauana C. Correa

9º. Ana Paula Rigon Posser Sachet

10º. Marli Boff Eberle

11º. Salete Maria B. Balerini

12º. Marilene Salete Vanazzi

13º. Simone Di Domenico

Art.5º A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2016.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, 13 outubro de 2015.

SOLANGE M.D. LANZARIN

Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cordilheira Alta - SC

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 09/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência Nº 09/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA SANTA CATARINA

Tipo: Menor preço global

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 16/11/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 16/11/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:00 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 13 de outubro de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 60 A 63/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 60/2015 AO CONTRATO Nº 84/2015

Contratado: CARLOS EDUARDO DE ALBUQUERQUE RAUEN

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA do Contrato nº 84/2015, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 20/10/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Fica aditivada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL, o valor total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) correspondendo a 25% do contrato administrativo nº 84/2015, conforme previsto na Lei de licitações 8666/93.

Vigência: 20/10/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 61/2015 AO CONTRATO Nº 86/2015

Contratado: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS, SUAS PRORROGAÇÕES E VIGÊNCIA do Contrato nº 86/2015, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/12/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 62/2015 AO CONTRATO Nº 87/2015

Contratado: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS, SUAS PRORROGAÇÕES E VIGÊNCIA do Contrato nº 87/2015, prorrogando-se o prazo de execução do contrato para 31/12/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

4º TERMO ADITIVO Nº 63/2015 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26a/2014

Contratado: ABASTECEDORA GRAL LTDA Objeto: ITEM 1.1 DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26a/2014 - DO VALOR CONTRATUAL passa a ter a seguinte redação: Item 2: Óleo Diesel S500 R\$ 2,73 (dois reais e setenta e três centavos); Item 3: Óleo Diesel S10 R\$ 2,81 (dois reais e oitenta e um centavos).

Vigência: 23/10/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 15/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Tomada de Preço Nº 15/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA FECHAMENTO METALICO DE PAREDES, COLOCAÇÃO DE CALHAS E REFORÇO DE MUROS NA ESCOLA MUNICIPAL CORONELZINHO.

Tipo: Menor Preço Global

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 30/10/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 30/10/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:00 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 13 de Outubro de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 181 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 181 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Daniela Smaniotto para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Diretora Geral de Finanças e Contabilidade, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 02 de Outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 180 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 180 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Rudinei Smaniotto para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Controle Interno, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 02 de Outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 182 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 182 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC, CONFORME EDITAL Nº 001/2015.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Concurso Público Municipal deflagrado pelo Edital n. 001/2015, de 22 de julho de 2015 para ingresso nos quadros de carreira da Administração Municipal, no Município de Coronel Martins, pelo provimento de cargo em caráter efetivo,

conforme relatório final apresentado pela Empresa OBJETIVA CONCURSOS LTDA, de conformidade com os cargos e classificação que segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICROÁREA 05

NOME	Inscrição	OBJ	Resultado	Classificação
CAMILA PAULINA BRUM	233	70,35	70,35	1
LEILA JUNG	338	59,40	59,40	2
CHAIANE VIEIRA SARMENTO MENEGUINI	222	58,05	58,05	3
JOSLEI ADOLFO SILVESTRE	421	55,50	55,50	4

COORDENADOR DO CRAS

NOME	Inscrição	OBJ	Resultado	Classificação
CHAIANE ZANATA	287	90,20	90,20	1
CRISTIANDREI SILVA GONCALVES	383	89,95	89,95	2
SIRLENE MEZZOMO CORREIA DOS SANTOS	392	86,70	86,70	3
ADRIANA SALETE MADELLA BURATO	348	83,15	83,15	4
JULIANA DE QUADROS	403	83,15	83,15	5
CINTIA LARISSA CAZAGRANDE DE OLIVEIRA	302	80,90	80,90	6
INDIA NARA TURMINA SANTETTI	378	79,65	79,65	7
CAMILA HOFMANN GALEAZZI	400	79,00	79,00	8
PAULA ROBERTA PALOMBIT	424	79,00	79,00	9
GIANFRANCESCO MENECHINI	221	78,65	78,65	10
DANIELE OTONI	356	78,65	78,65	11
THAIS APARECIDA BURATO	217	78,30	78,30	12
RONILDO JOSE DA SILVA	359	77,75	77,75	13
OLIVIA TENUCCI DE OLIVEIRA ROSSONI	298	77,35	77,35	14
MARILIA MIOTTO	354	77,00	77,00	15
ELIANA PIAIA	402	76,75	76,75	16
KATIA RAMOS DE AMARAL	272	76,15	76,15	17
SIDIANE DOS SANTOS	229	72,85	72,85	18
NAIARA LUANA KERKHOFF	368	72,85	72,85	19
FERNANDA RAVARENA	289	71,20	71,20	20
SIDIANE CHITTO	346	70,60	70,60	21
LEDIANE CHARLA TRETTO	418	69,30	69,30	22
SIMONE GUIMARAES	295	69,00	69,00	23
CARINA TAMANHO	274	68,70	68,70	24
SANDRA JAROSKI	344	68,70	68,70	25
TAMARA KASSIA MARAFON	304	66,70	66,70	26
NEUSA MAZZOLA VARNIER	252	63,80	63,80	27
MARIA SANTINA NUNES	391	63,45	63,45	28
JANICE DE FATIMA MIGLIORETTO DE MARCHI	352	62,55	62,55	29
LIVIA MARTA SILVA BARBOSA	260	60,25	60,25	30
MARCIANA MEURER	306	57,70	57,70	31
ERONITA ESTEVES DA SILVEIRA	337	57,40	57,40	32
CLEDINEIA PICCHI DE SOUZA	381	54,75	54,75	33
ARIANE VELHO DOS SANTOS POTER	201	51,95	51,95	34
DAIANE GEREMIA SOMAVILLA	399	51,60	51,60	35
ROSA BUSIN	358	50,60	50,60	36

FISCAL DE TRIBUTOS

NOME	Inscrição	OBJ	Resultado	Classificação
EVANDRO BELATTO	328	76,20	76,20	1
MICHELLI MARIANE	420	71,40	71,40	2
JEAN CARLOS GUERRO	228	67,80	67,80	3
SANDRA MARA BOLZAN	325	67,40	67,40	4
JOSIANE APARECIDA DE LIMA	296	65,80	65,80	5
RUDINEI SMANIOTTO	380	65,80	65,80	6
BRUNA TAIS FOIATTO SIVIERO	232	62,00	62,00	7
DIEGO MIGUEL WALENDORFF	269	62,00	62,00	8
DANIELA SMANIOTTO	249	57,40	57,40	9
LUCIANO DOMINGUES DO NASCIMENTO	282	55,60	55,60	10
CARLOS ALEXANDRE PICCHI	291	55,20	55,20	11
RAMON CASTILHO RAVARENA	374	55,20	55,20	12
IEDA MAGALI GIACOMET	336	54,20	54,20	13
ROBSON LUIZ MOREIRA DE CARVALHO	389	51,60	51,60	14

GESSICA DO PRADO	357	50,60	50,60	15
JHONATAN COMIN	335	50,60	50,60	16
HIAGO RAVARENA	290	50,00	50,00	17

NUTICIONISTA

NOME	Inscrição	OBJ	Resultado	Classificação
ANGELICA ALBERTI	379	79,00	79,00	1
EMANUELE BATTISTI	386	73,80	73,80	2
ELENICE SEGALA	294	69,95	69,95	3
MARCIA APARECIDA SOUZA	227	69,60	69,60	4
MAGALI ZAVORSKI	427	69,55	69,55	5
VANESSA MENEGUETTI	203	67,40	67,40	6
JESSICA CARATTI SOARES	365	65,75	65,75	7
ANNA CRYSTINA RODRIGUES	388	65,05	65,05	8
CARLA JOANA GUERINI	261	63,90	63,90	9
SIMONE FACHIN	360	63,25	63,25	10
MAITE DACROCE	255	62,90	62,90	11
CARLA DENISE TAVARES DE MIRANDA	238	62,85	62,85	12
CAMILA BAO	367	62,60	62,60	13
CRISTIANE SAMARA DE BASTIANI	316	62,55	62,55	14
ALINE VARGAS	401	62,25	62,25	15
FLAVIA CARBONI BEBER	212	60,90	60,90	16
NADIELI PAULA BOGONI	371	59,35	59,35	17
ALINE GENTILINI	277	58,65	58,65	18
MICHELI CRISTINA FORTUNA	370	58,00	58,00	19
JESSICA ALBAN	324	57,75	57,75	20
LEIDIANE JOSI BUDEL	341	57,70	57,70	21
ADRIANA SAVIO	350	57,00	57,00	22
CINTIA MARA ANSOLIN	349	54,85	54,85	23
PATRICIA MERLIN	273	53,85	53,85	24
PRISCILA DEMARTINI	235	52,20	52,20	25
MARIELI PASTORELLO	262	52,20	52,20	26
MARCOS ANTONIO PAVAO	301	50,90	50,90	27
VISSANDRA PAGNO	393	50,60	50,60	28
DANIELA TESTON	390	50,30	50,30	29

PROFESSOR DO CRAS

NOME	Inscrição	OBJ	PV. TIT	Resultado	Classificação
EDITE DE OLIVEIRA DIAS	375	54,70	4,20	58,9	1
ROSI MERI DE FREITAS	329	51,70	6,60	58,3	2
MARIA IZABEL BORGES	323	50,30	7,80	58,1	3
RAQUELI DA SILVA GITRONE	394	49,90	4,40	54,3	4
ANA PAULA KUEMANSKI	396	47,90	3,90	51,8	5
VANDRA CECATTO DE OLIVEIRA	313	42,70	8,40	51,1	6
LORINETE DA APARECIDA DE JESUS	276	40,50	7,20	47,7	7
JANIR ROSA DE LIMA	414	46,60	0,00	46,6	8

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 05 de Outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 177 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 177 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Andrius Antonio May, ocupante de cargo de provimento em comissão de Coordenador do Controle Interno, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 01 de Outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 178 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 178 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Rudinei Smaniotto, ocupante de cargo de provimento em comissão de Diretor Geral de Finanças e Contabilidade, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 01 de Outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 179 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 179 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sr.ª Daniela Smaniotto, ocupante de cargo de provimento em comissão de Diretora de Administração de Material e Patrimônio, enquadrada na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 01 de Outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 1/2015

A Defesa Civil do Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE LONAS PARA USO DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL, CONFORME MEMORANDO E ANEXO DESTES EDITAIS. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 26/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 26/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 09 de Outubro de 2015.

Amaury Silva Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo Pregoeiro

LEI Nº 5.558/2015

LEI Nº 5.558/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Emerson Ribeiro Mendes, inscrito no CPF sob n. 961.065.579-34, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 236,00m² (duzentos e trinta e seis metros quadrados), situado ao lado sul da Rua Carlos Goetten, distando 37,20 metros, ao oeste da Rua Capitão Potiguara, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 11,80 metros com a Rua Carlos Goetten;
Ao Sul, 11,80 metros com o lote de Lennar Empreendimentos Imobiliários Ltda;
Ao Leste, 20,00 metros com Raquel Ribeiro Mendes;
Ao Oeste, 20,00 metros com Anajara Lisboa Schwambach.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 11 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.559/2015

LEI Nº 5.559/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a João Maria de Liz e Souza, inscrito no CPF sob n. 310.040.329-00, do lote 06-A, da quadra 18-A (antiga quadra 33), Bairro Getulio Vargas, com área de 350,00m² (trezentos e cinquenta metros quadrados), situado ao lado norte da Rua Romeu Valdomiro Wordell, esquina com a Avenida Fernando Damiani, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 14,00 metros com área verde do Patrimônio Municipal;
Ao Sul, 14,00 metros com a Rua Romeu Valdomiro Wordell;
Ao Leste, 25,00 metros com lote 06-B da mesma quadra;
Ao Oeste, 25,00 metros com a Avenida Fernando Damiani.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 11 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.560/2015

LEI Nº 5.560/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE CO-OPERAÇÃO FINANCEIRA COM O GRUPO DE DANÇAS TRADICIONALISTAS "ALMA PAMPEANA".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com o Grupo de Danças Tradicionalistas "Alma Pampeana" inscrita no CNPJ nº 73.453.383/0001-27, estabelecida neste Município.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade, o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em uma só parcela, com o objetivo de celebrar parceria na realização da Semana Farroupilha 2015.

Art. 3º - A associação deverá prestar contas dos recursos recebidos de acordo com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 4.449/2014

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações do Fundo Municipal de Cultura:
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
13.392.0000.0000 -TRANSF. A INST. S/ FINS LUCRATIVOS R\$ 8.000,00

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 11 de setembro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

TERMO DE CONVÊNIO Nº 25/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS GRUPO DE DANÇAS TRADICIONALISTA "ALMA PAMPEANA".

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. José Antonio Guidi, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado Grupo de Danças Tradicionalistas "Alma Pampeana" inscrita no CNPJ nº 73.453.383/0001-27, estabelecida neste município, neste ato representado por seu presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município ao Grupo de dança com o objetivo de celebrar parceria na realização da Semana Farroupilha, que se realizará no período de 14 a 20 de setembro de 2015, fortalecendo os laços culturais tradicionalistas da região.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES:

Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade, o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em uma só parcela, com o objetivo de celebrar parceria na realização da Semana Farroupilha 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio inicia-se na data da assinatura do presente termo com término previsto para 30 de novembro de 2015, podendo ser prorrogado somente de forma justificada e desde que não ultrapasse a data de 10 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

O GRUPO obriga-se a:

I – Promover a aquisição de material e equipamento necessário à realização do evento, conforme orçamento que fica fazendo parte integrante do convênio.

II – Fazer a ampla divulgação do evento.

III - encaminhar relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município.

V - viabilizar conta bancária específica, com a seguinte denominação: GDGT/PMC Convênio 2015, onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

VI – manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

VII – comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Para execução do presente convênio, o MUNICÍPIO compromete-se a:

I – Incentivar o festival da canção nativa.

II – Transferir á CONVENIENTE o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em uma única parcela no prazo de até 30 dias a contar da data da assinatura do presente termo, destinado a suportar as despesas advindas da execução do presente convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A prestação de contas dos recursos arrecadados, bem como das respectivas despesas, deverá ser apresentada até o dia 20 de novembro de 2015, na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O saldo remanescente apurado na prestação de contas deverá ser devolvido ao município através de transferência bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO:

I – efetuar acompanhamento da execução física do objeto do presente Convênio;

II – assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste Convênio no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante que possa comprometer sua continuidade.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I – pela conclusão do seu objeto;

II – por denúncia.

§ 1º O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA NONA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de CURITIBANOS para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 2 (duas) vias, perante as testemunhas abaixo.

Curitibanos/SC,

Prefeito Municipal	Presidente do Grupo de Danças Tradicionalistas "Alma Pampeana"

LEI Nº 5.561/2015

LEI Nº 5.561/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAFETAR E ALIENAR VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da lei n.º 8.666/93, a alienar os veículos abaixo relacionados do patrimônio Municipal, autorizando ainda a sua desafetação pública:

I – Uma Motoniveladora Caterpillar 120 B, ano 1989

II- Um veículo Fiat Palio ELX Flex, ano/modelo 2010, Placas MHZ 4743, RENAVAL 19955435;

III – Um veículo Fiat Strada Fire CE Flex, ano/modelo 2005/2006, placas MDG 5346, RENAVAL 862219400,

IV - Um veículo FIAT/PALIO Weekend ELX 1.4 Flex ano/modelo 2006, placas MDC 4915, Renavan 889784841.

Art. 2º. O Poder Executivo promoverá a abertura de conta corrente bancária especial destinada aos recursos provenientes da venda do veículo descrito no artigo 1º, sendo vedada a aplicação do produto da venda no financiamento de despesas correntes, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal procederá a desafetação e a baixa do veículo descrito nesta lei do rol de bens do Patrimônio Municipal imediatamente após sua transferência.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 11 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.562/2015

LEI Nº 5.562/2015

INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO CICLISMO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal de Incentivo ao Ciclismo, a ser promovida anualmente na semana que inclui o dia 22 de setembro.

Parágrafo único. A Semana Municipal de Incentivo ao Ciclismo tem por finalidade difundir o uso da bicicleta como meio de transporte sustentável e alternativo ao motorizado, com benefício à saúde e à mobilidade urbana.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 11 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Francisco Carlos do Carmo
Secretário Municipal de Esportes e Lazer

LEI Nº 5.563/2015

lei nº 5.563/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "CORACY PIRES DE ALMEIDA".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "Coracy Pires de Almeida" a Rua sem denominação "M", situada no Loteamento Nova Alvorada, no Bairro São Luis, no Município de Curitibanos/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitibanos, 11 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.564/2015

LEI Nº 5.564/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "ARMANDO TORTATO".

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "Armando Tortato" a Rua sem denominação "P", situada no Loteamento Nova Alvorada, no Bairro São Luis, no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 11 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos onze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.565/2015

LEI Nº 5.565/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Dornelio Borges, inscrita no CPF sob n. 497.666.439-49, do lote urbano no Bairro São José, com área de 350,62m² (trezentos e cinquenta metros e sessenta e dois decímetros quadrados), situado ao lado leste da Rua Constante Pelicer, distando zero metros da esquina sul da Rua Constante Pelicer com a Rua Nilton Souza, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 25,50 metros com Patrimônio Municipal;
Ao Sul, 25,50 metros com Terezinha Silva Massaneiro;
Ao Leste, 12,50 metros com a Rua Salvador Inácio Pereira;
Ao Oeste, 15,00 metros com a Rua Constante Pelicer.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.566/2015

LEI Nº 5.566/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Leonilda Ribeiro de Paula, inscrita no CPF sob n. 781.646.139-91, do lote urbano no Bairro São José, com área de 288,55m² (duzentos e oitenta e oito metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), situado ao lado norte da Rua Nilton Souza, distando 34,50 metros, ao oeste da Rua Constante Pelicer, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 14,00 metros com Nelson Alves da Silva;
Ao Sul, 14,00 metros, sendo 1,50m com servidão para Rua Nilton Souza e 12,50m com Darci Alves de Goes;
Ao Leste, 42,70 metros, sendo 11,00m com Nelson Alves da Silva, 14,00m com Alessandra Fogassa de Almeida e 17,70m com Darci Alves de Goes;
Ao Oeste, 42,70 metros com Antonio Rodrigues.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.567/2015

LEI Nº 5.567/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Emerson Ribeiro Mendes, inscrito no CPF sob n. 961.065.579-34, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 236,00m² (duzentos e trinta e seis metros quadrados), situado ao lado sul da Rua Carlos Goetten, distando 37,20 metros, ao oeste da Rua Capitão Potiguar, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 11,80 metros com a Rua Carlos Goetten;
Ao Sul, 11,80 metros com o lote de Lennar Empreendimentos Imobiliários Ltda;
Ao Leste, 20,00 metros com Raquel Ribeiro Mendes;
Ao Oeste, 20,00 metros com Anajara Lisboa Schwambach.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.568/2015

LEI Nº 5.568/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Celso Alves da Silva, inscrito no CPF sob n. 040.283.939-06, do lote urbano no Bairro São José, com área de 240,00m² (duzentos e quarenta metros quadrados), situado ao lado norte da Rua Constante Pelicer, servidão, e distando 34,70m, ao norte da Rua Nilton Souza, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 10,00 metros com Maria A. Alves da Silva Ferreira;
Ao Sul, 24,00 metros, sendo 19,00m com servidão, e 5,00m com a Rua Constante Pelicer;
Ao Leste, 24,00 metros a Silvana Santos Oliveira;
Ao Oeste, 10,00 metros com Nelson Alves da Silva.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.569/2015

LEI Nº 5.569/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Giovani da Silva, inscrito no CPF sob n. 038.192.789-07, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 501,52 m² (quinhentos e um metros cinquenta e dois centímetros quadrados), situado ao lado oeste da rua Pedro Ronsani e faz esquina ao sul da Rua João Pedro Carneiro, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos

que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 6,00 metros com Rua João Pedro Carneiro;
Ao Sul, 24,30 metros com Noemi Maria da Silva;
Ao Leste, 37,50 m com a rua Pedro Ronsani;
Ao Oeste, 55,70 m com Rosa Irene dos Santos Moreira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.570/2015

LEI Nº 5.570/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 213.000,00 (duzentos e treze mil reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0006.2019 RGPS – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 100.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

08.843.0000.0001 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA

3290000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 53.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.1003 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE – SEC. ADM. E FINAN.

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1019 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE – SEC. TRANSP. OBRAS

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 213.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 213.000,00 (duzentos e treze mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
 02.01 GABINETE DO PREFEITO
 04.122.0002.2004 MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA
 3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 65.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
 02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 28.846.0000.0003 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS
 3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 60.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
 20.606.0024.2071 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
 3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 48.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
 02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
 04.121.0002.2007 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
 3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
 02.08 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
 27.812.0029.2073 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS E RECREATIVAS
 3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 20.000,00
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 213.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
 Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal
 Amaury Silva
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.571/25015

LEI Nº 5.571/25015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
 Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) a saber :

ANULAÇÃO
 07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0006.2036 RGPS – ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS
 3190000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 30.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0006.2042 RPPS – ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS
 3191000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS – OP. INTRA-ORÇ
 R\$ 35.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 65.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), utilizando recursos das anulações do artigo antecedente a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS
 3390000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 65.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 65.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais) a saber :

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0006.2039 RGPS – ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 60%
 3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 40.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2040 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 40%
 3190000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 267.000,00
 3350000000.00.1019 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR
 R\$ 87.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.2047 MANUT. DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB 40%
 3190000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS
 R\$ 248.000,00
 3390000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 23.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 665.000,00

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais) utilizando recursos das anulações do artigo antecedente a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0006.2038 RPPS – ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 60%
 3191000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS – OP. INTRA-ORÇ
 R\$ 80.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2037 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB

60%
3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0006.2045 RPPS – ENSINO INFANTIL – FUNDEB 60%
3191000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS – OP. INTRA-ORÇ...
R\$ 110.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0006.2046 RGPS – ENSINO INFANTIL – FUNDEB 60%
3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 75.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2044 MANUT. DO ENSINO INFANTIL – FUNDEB 60%
3190000000.00.1018 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 665.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

LEI Nº 5.572/2015

LEI Nº 5.572/2015
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC CURITIBANOS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do IPESMUC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Curitiba –SC na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 1.370.000,00 (um milhão, trezentos e setenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

14.00 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS
14.01 FUNDO FINANCEIRO DO IPESMUC - CURITIBANOS
09.272.0007.0013 MANUT. DAS ATIVIDADES DO IPESMUC EXECUTIVO – Fundo Financeiro
3190000000.00.1004 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 1.370.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.370.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do excesso de arrecadação da fonte de recurso CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO FINANCEIRO no valor de R\$ 1.370.000,00 (Um milhão, trezentos e setenta mil reais).

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Marisa Lemos Guetten Maciel
Diretora IPESMUC

LEI Nº 5.573/2015

LEI Nº 5.573/2015
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 50.000,00 (cinquante mil reais) a saber :

ANULAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL
3190000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 50.000,00 (cinquante mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0001.1001 EQUIP. E MAT. PERMANENTE – CÂMARA DE VEREADORES
4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 40.000,00

01.00 PODER LEGISLATIVO
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0006.2016 RPPS - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
3191000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS-OP. INTRA-ORÇAM R\$ 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.574/2015

LEI Nº 5.574/2015

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2077 AÇÕES DE ALTA COMPLEXIDADE-ESTADO FMAS
4490000000.00 .1065 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 11.000,00

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2078 AÇÕES DE MÉDIA COMPLEXIDADE-ESTADO FMAS
3390000000.00 .1065 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 13.500,00

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2079 AÇÕES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS-ESTADO FMAS
3390000000.00 .1065 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 15.100,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 39.600,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos provenientes Excesso de Arrecadação por fonte de recurso de transferências do fundo Estadual de Assistência Social- FEAS.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.575/2015

LEI Nº 5.575/2015

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.329/2014 do orçamento vigente no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) com recursos da anulação de dotações orçamentárias previstas no art. 2º.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA – ESTADO/FMAS
4490000000.00.1065 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 24.000,00

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias abaixo no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) cujos recursos serão necessários para abertura do crédito especial:

ANULAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2082 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA BÁSICA – ESTADO/FMAS
3390000000.00.1065 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 24.000,00

Art. 3º. Fica aberto crédito especial junto a Lei nº 5.329/2014 do orçamento vigente no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) com recursos da anulação de dotações orçamentárias previstas no art. 4º.

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2089 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS-PBF
3190000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 35.000,00

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias abaixo no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) cujos recursos serão necessários para abertura do crédito especial:

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2089 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES FNAS-PBF
3390000000.00.3035 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 35.000,00

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.576/2015

LEI Nº 5.576/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura de Curitiba as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 MANUT. DO CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS
3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS.

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento vigente na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 105.664,39 (Cento e cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais, trinta e nove centavos) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 MANUT. DO CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS
3390000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 40.664,39

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 65.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 105.664,39

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIO, ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.577/2015

lei nº 5.577/2015

altera a lei nº. 1.469, de 16 de dezembro de 1980.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei 1.469, de 16 de dezembro de 1980, passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Frei Rogério, com sede neste Município, por seus relevantes serviços prestados em benefício da Comunidade Curitibanense”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.578/2015

LEI Nº 5.578/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Regina Rodrigues França, inscrita no CPF sob n. 017.830.159-00, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 337,50m² (trezentos e trinta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), situado ao lado oeste da Rua Antenor Miguel Tagliari, e faz esquina ao Sul da Rua Augusto Groenner, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 16,00 metros com a Darci Correa;

Ao Sul, 14,00 metros com a Rua Augusto Groenner;

Ao Leste, 22,00 metros com a Rua Antenor Miguel Tagliari;

Ao Oeste, 23,00 metros com Vergínia França Ortiz.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 21 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.579/2015

LEI Nº 5.579/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Davi de Souza, inscrito no CPF sob n. 055.932.229-16, do lote urbano no Bairro São José, com área de 371,37m² (trezentos e setenta e um metros e trinta e sete decímetros quadrados), situado ao lado norte da Rua Alzerino Rosa, e distando 20,00m ao leste da Rua Salvador Inácio Pereira, saída para Lagoinha, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos

memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 10,30 metros com a Maria Cristina da Silva;
Ao Sul, 19,00 metros com a Rua Alzerino Rosa;
Ao Leste, 24,00m, sendo 13,00m com Maria Lucia de Paula e 11,00m com João Maria Fernandes;
Ao Oeste, 26,70 metros com Adão Santos Rosário.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 21 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.580/2015

LEI Nº 5.580/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Zélia de Moraes Fogaça, inscrita no CPF sob n. 083.772.759-61, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 506,00m² (quinhentos e seis metros quadrados), situado ao lado leste da Rua Ângelo Soncini, e distando 39,00m ao norte da Rua Manoel Rodrigues de Lima, saída para Lagoinha, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 23,00 metros com Valdecir Trindade;
Ao Sul, 23,00 metros com Palmira Camargo de Souza;
Ao Leste, 22,00 metros com Aristeu de Oliveira Ramos;
Ao Oeste, 9,80 metros com a Rua Ângelo Soncini.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 21 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.581/2015

LEI Nº 5.581/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Lindomar da Silva, inscrito no CPF sob n. 024.639.259-22, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 356,25m² (trezentos e cinquenta e seis metros e vinte e cinco décimos quadrados), situado ao lado sul da Rua Vergílio de Oliveira Lemos, e faz esquina ao oeste da Rua Iracema Aparecida Lemos Fontana, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 12,50 metros com a Rua Vergílio de Oliveira Lemos;
Ao Sul, 12,50 metros com Eva Jacenira Rodrigues;
Ao Leste, 28,50 metros com a Rua Iracema Aparecida Lemos Fontana;
Ao Oeste, 28,50 metros com Áureo Vitalino da Luz.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 21 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos

Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.582/2015

LEI Nº 5.582/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Denise Martins dos Santos, inscrita no CPF sob n. 032.161.379-10, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 310,00m² (trezentos e dez metros quadrados), situado ao lado oeste da Rua Salvador Inácio Pereira, e distando 90,00m ao sul da Rua Laveriano Rodrigues França, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 5,00 metros com Laíde Alves Pereira;
Ao Sul, 15,00 metros com Maria Aparecida de Campos;
Ao Leste, 31,00 metros com a Rua Salvador Inácio Pereira;
Ao Oeste, 32,57 metros com Neusa Aparecida Ribeiro dos Santos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 21 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.583/2015

LEI Nº 5.583/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Dejanira do Carmos dos Santos Linhares, inscrita no CPF sob n. 765.938.279-91, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 385,50m² (trezentos e oitenta e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados), situado ao lado oeste da Rua Ângelo Soncini, e dista 24,50m ao norte da Rua Manoel Rodrigues de Lima, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 30,00 metros com Orlandina Souza Varella;
Ao Sul, 30,00 metros com Samara Aparecida Ribeiro;
Ao Leste, 13,70 metros com a Rua Ângelo Soncini;
Ao Oeste, 12,00 metros com Roseli Oliveira dos Santos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 21 de setembro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.584/2015

LEI Nº 5.584/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Pasquina Dionísio, inscrita no CPF sob n. 769.707.109-63, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 288,00m² (duzentos e oitenta e oito metros quadrados), situado ao lado oeste da Rua Salvador Calomeno, e dista 64,60m da Rua João P. Carneiro, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 14,80 metros com uma servidão;
Ao Sul, 14,00 metros com Espólio de Manoel Correa de Machado;

Ao Leste, 20,00 metros com a Rua Salvador Calomeno;
Ao Oeste, 20,00 metros com Ilgo Luiz de Souza.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 21 de setembro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.585/2015

LEI Nº 5.585/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Valfrido Alves Fernandes, inscrito no CPF sob n. 718.955.749-00, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 343,75m² (trezentos e quarenta e três metros e setenta e cinco decímetros quadrados), situado ao lado norte da Rua Ângelo Soncini, e dista 12,00m ao sul da Rua Manoel Rodrigues de Lima, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 25,00 metros com Margarete Varela;
Ao Sul, 25,00 metros com Ana Paula da Silva;
Ao Leste, 15,50 metros com Jandira Aparecida Leffer;
Ao Oeste, 12,00 metros com a Rua Ângelo Soncini.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 21 de setembro de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.586/2015

LEI Nº 5.586/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Sonia Gomes de Moraes, inscrita no CPF sob n. 061.237.229-48, do lote urbano no Bairro São Luiz, com área de 171,00m² (cento e setenta e um metros quadrados), situado na esquina ao lado norte da Rua Vergílio Dolberth e ao lado leste da Rua Frei Justino Girardi, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 15,00 metros com lote 18 da mesma quadra;
Ao Sul, 15,00 metros com a Rua Vergílio Dolberth;
Ao Leste, 11,40 metros com área pública da Prefeitura Municipal;
Ao Oeste, 11,40 metros com a Rua Frei Justino Girardi.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 21 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.587/2015

LEI Nº 5.587/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Antide Antunes da Cruz, inscrito no CPF sob n. 497.661.559-68, do lote urbano no Bairro Bom Jesus, com área de 336,00m² (trezentos e trinta e três metros quadrados), situado ao lado oeste da Rua Iracema Aparecida Lemos Fontana, e dista 72,50m, ao norte da Rua Carlos Goetten, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 28,00 metros com servidão pública;
Ao Sul, 28,00 metros com Luiz Carlos Ribeiro;
Ao Leste, 8,00 metros com a Rua Iracema Aparecida Lemos Fontana;
Ao Oeste, 16,00 metros com Elizangela Rodrigues Dolberth.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 21 de setembro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 054/2015. Objeto: Contratação de clínica médica para fornecimento de serviços para realização de exames de ressonância magnética para os Fundo Municipal de Saúde em cumprimento a projeto pactuado com a Secretaria de Saúde do Estado (mediante tabela do SUS). Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 27/10/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Centro - Dionísio Cerqueira, 13/10/2015.

João Sthal - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 055/2015. Objeto: Aquisição de óculos de grau para pacientes atendidos pelos Programas Sociais em cumprimento ao plano Brasil sem miséria. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 27/10/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Centro - Dionísio Cerqueira, 13/10/2015.

João Sthal - Gestor do FMS

RESULTADOS LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
LICITAÇÃO DESERTA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados que a licitação - Processo 020/2015 Modalidade: Pregão nº 020/2015, Objeto Aquisição de materiais para oficinas e realização de curso de inclusão digital, artesanato (pintura em tecido) artesanato (aproveitamento de materiais reciclados) e oficinas para capacitação para gestão dos serviços e aprimoramento do processo de trabalho do novo Conselho Municipal de Assistência Social - Foi declarado deserto por não se apresentar nenhum interessado. - Dionísio Cerqueira 13/10/2015

Maria C. Wagner Schirmbech – Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
LICITAÇÃO DESERTA

O Fundo Municipal da Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados que a licitação - Processo 049/2015 Modalidade: Pregão nº 049/2015, Objeto Aquisição de Toten personalizado e placas de sinalização personalizadas para as Unidades Básica de Saúde do Município- Foi declarado deserto por não se apresentar nenhum interessado. - Dionísio Cerqueira 13/10/2015

João C. Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE PROCESSO CANCELADO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 097/2015 Modalidade: Tomada de Preço nº 097/2015, Objeto Contratação de empresa para realização de reforma em cobertura na Escola Municipal Castro Alves. Esse processo foi cancelado em virtude da empresa participante cotar preços acima do orçamento previsto.

Dionísio Cerqueira 13/10/2015

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 006/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA nº 06/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Doutor Pedrinho/SC, nas eleições unificadas 2015.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a COMISSÃO ELEITORAL, designada pelo Decreto nº 31, de 31/07/2015, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90), a Lei Municipal nº 545, de 12/12/2003, e ao Edital CMDCA nº 01/2015; e

Considerando-se que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos, porém foi processada denúncia, arquivada posteriormente por perda de objeto;

Considerando-se a desistência de candidata eleita com 87 votos e a necessidade de proclamação do resultado final após manifestação da Comissão Eleitoral, nos termos do item 3.8.5 e 4 do Edital CMDCA nº 01/2015;

Considerando-se a necessidade de homologação do RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Doutor Pedrinho/SC, para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020; resolvem:

Art. 1º - Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015, para escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Doutor Pedrinho/SC, para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, considerando-se:

I - Total de eleitores: 748;

II - Total de votos válidos: 742;

III - Total de votos em branco: 03;

IV - Total de votos nulos: 03.

Art. 2º - O total de votos por candidata e a respectiva classificação ficou sendo a seguinte:

Nome da Candidata	Nº de Votos	Classificação
Ruth Ana Bowens	126	1º
Ingrit Becker	106	2º
Juranice Aparecida Buzzi Rode	99	3º
Terezinha Tomelin Moser	92	4º
Vanderleia Fiamoncini Buzzi	82	5º
Edite Oliveira De Jesus	60	6º
Terezinha Schitz	28	7º
Sandra Aparecida De Oliveira	27	8º
Mariana Luzia Sbardelatti	19	9º
Maria Helena Cipriani Lach	7	10º
Angélica Gorretti Camargo	5	11º
Margarida Faria Moser	4	12º

Art. 3º - Ficam as seguintes candidatas eleitas como titulares, por ordem de votação, observando-se a respectiva classificação:

I - Ruth Ana Bowens;

II - Ingrit Becker;

III - Juranice Aparecida Buzzi Rode;

IV - Terezinha Tomelin Moser;

V - Vanderleia Fiamoncini Buzzi.

Art. 4º - Ficam as demais candidatas eleitos como suplentes, por ordem de votação, como segue:

I - Edite Oliveira De Jesus;

II - Terezinha Schitz;

III - Sandra Aparecida De Oliveira;

IV - Mariana Luzia Sbardelatti;

V - Maria Helena Cipriani Lach;

VI - Angélica Gorretti Camargo;

VII - Margarida Faria Moser.

Art. 5º - A diplomação dos membros do Conselho Tutelar (mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020), titulares e suplentes, dar-se-á no dia 04/11/2015, às 10:00 horas, na sede da municipalidade, situada à Rua Brasília, nº 02, na cidade de Doutor Pedrinho - SC.

Parágrafo Único - Os candidatos eleitos (titulares e suplentes) são obrigados a frequentarem curso de capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações afins, de caráter regional, a ser ministrado na primeira quinzena do mês de dezembro de 2015, sob pena de perda ao eventual direito de posse na função.

Art. 6º - A posse dos membros do Conselho Tutelar titulares, dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, às 08:30 horas, na sede da municipalidade, situada à Rua Brasília, nº 02, na cidade de Doutor Pedrinho - SC.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Doutor Pedrinho - SC, em 14 de Outubro de 2015.

Mansueto Galkowski

Presidente do CMDCA

Tassiana Ouriques Becker

Representante da Comissão Eleitoral

Ermo

PREFEITURA

DECRETO Nº. 047, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 047, de 09 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a Nomeação dos Membros da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal Nº. 017, de 22 de abril de 1997;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC do município de Ermo, conforme segue:

I - CONSELHO TÉCNICO:

Ivan de Vargas Machado (Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Turismo); Renaldo Inácio (Secretário de Agricultura e Meio Ambiente); Lélis Helena Leonardo (Secretária de Saúde e Promoção Social); Elias Nagel (Secretário de Administração e Finanças).

II - CONSELHO COMUNITÁRIO:

Alexandro Roesler (Extencionista da Epagri); Claudiomiro Ferraz (Operador de Equipamentos I); Moacir Cidade da Silva (representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo e Ermo), Éder Mota Ferreira (Presidente da Associação de moradores da comunidade de Santana - ASMOS); Marcos Fernando Rovaris (representante dos Comerciantes); Jovelino Cantalício de Souza (agricultor); Renato Serafim (representante da Câmara de Vereadores). Marília Maura de Souza Cadorin (representante da Associação dos Clubes de Mães).

Art. 2º O Presidente da Comissão é o Prefeito Municipal, Senhor ALDOIR CADORIN, sendo o vice-presidente o Senhor ELIAS NAGEL (Secretário de Administração e Finanças), e Secretário Executivo o Senhor IVAN DE VARGAS MACHADO (Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Turismo). O Coordenador do Conselho Comunitário é o Senhor CLAUDIOMIRO FERRAZ (Operador de Equipamentos I).

Art. 3º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período.

Art. 4º A função de conselheiro não será remunerada, considerando-se, este, como serviço público relevante.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 09 de outubro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 046, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO N.º 046, de 07 de outubro de 2015.

Suplementam dotação orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 371, de 18/11/2014 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a saber:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0019.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.50.00.00.00.00.0080 (2) – Transferencias a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos R\$ 20.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte (0080) - recursos próprios.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de outubro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO Nº. 104

DECRETO N.º 0104/2015

SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 0623/2014.

DECRETA:

ART. 1º- Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria de Educação, Cultura Esporte e Lazer, a importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) na dotação orçamentária seguinte:

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
05.01 – Departamento de Educação	
12.361 – Ensino Fundamental	
12.361.0010 – Educar para o Futuro	
12.361.0010.2.020 – Manutenção do Programa Salário Educação	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	11.000,00
Fonte: 0136– Salário Educação	
Desdobramento: Sem desdobramento	
TOTAL DA FONTE	11.000,00

ART. 2º- Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria de Infraestrutura, Transportes e Desenvolvimento Urbano a importância de R\$ 2.553,30 (dois mil quinhentos e cinquenta e três reais e trinta centavos) na dotação orçamentária seguinte:

09.00 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, TRANSPORTES E DES. URBANO	
09.02 – Departamento de Transportes e Desenvolvimento Urbano	
26.782 – Transporte Rodoviário	
26.782.0025 – Estradas Vicinais	
26.782.0025.2.033 – Manutenção de Ativ. Da Secr. De Infra-Estr. e Transportes	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	2.553,30
Fonte: 0164 – Transferência de Conv.Estado/Outros	
Desdobramento: Sem Desdobramento	
TOTAL FONTE	2.553,30

ART. 3º - Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que tratam os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação verificado nas fontes de recurso 0136 e 0164 até a presente data.

ART. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos treze dias do mês de outubro de 2015.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 47/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 15/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota de caminhões e ônibus do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 09/04/2016

3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 49/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 16/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de camisetas, uniformes e afins para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 10/04/2016

3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 50/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 17/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de seixo rolado, contendo no mínimo 20% de material com tamanho das partículas (rochas) acima de 08" (oito polegadas) e distância média de transporte (DMT) para aquisição de 50 km, para utilização em obras de pavimentação do Município de Forquilha, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 10/04/2016

3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 57/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 18/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de parque infantil a ser instalado em diversos locais do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 10/04/2016

3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 40/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 105/PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 105/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 40/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de alimentos e afins (coffe break) para diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 07/07/2016

2ª Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 160/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 160/PMF/2015;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a aquisição de material didático de língua inglesa, a fim de atender as necessidades educativas dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, bem como dos professores que atuam com essa etapa escolar no Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de outubro de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 13 de outubro de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

DECRETO Nº. 153, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 153, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA e interesse social AS ÁREAS DE TERRA que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 10, § único e 51, incisos I e VII da Lei Orgânica Municipal, combinado com artigos 5º, letras "i" e "n" e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública e de interesse social, para oportuna aquisição pelo Município por compra, doação, permuta, cessão, compensação ou desapropriação amigável ou judicial, as seguintes áreas de terra:

I - uma área de terra com 3.647,68 m² (três mil seiscentos e quarenta e sete metros e sessenta e oito centímetros quadrados), dentro de uma área maior, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº 8.584, de propriedade de Telles Brunelli Lazzarin e esposa, localizado na Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, bairro Santa Cruz, Forquilha/SC, com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE: 10,38 m com Rodovia Josephina Lodetti Vassoler e 356,04 m com a Avenida dos Cisnes; ao SUL, 205,48 m com a Área remanescente 01 de Telles Brunelli Lazzarin; 80 m com a Área Desmembrada para a NCMA PARTICIPAÇÕES EIRELI; 62,64 m com a Área remanescente 02, de Telles Brunelli Lazzarin, e 15 m com a Área a desapropriar 02, do Município de Forquilha; ao LESTE, 10 m com a Área remanescente 03, de Telles Brunelli Lazzarin; ao OESTE, 10,5 m com a Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, de acordo com o anexo único deste Decreto.

II - uma área de terra com 774,00 m² (setecentos e setenta e quatro metros quadrados), dentro de uma área maior, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº 8.584, de propriedade de Telles Brunelli Lazzarin e esposa, localizado na Avenida dos Cisnes, bairro Santa Cruz, Forquilha/SC, com as seguintes medidas e confrontações: ao NORTE, 15 m com Área a desapropriar 01, do Município de Forquilha; ao SUL, 15 m com a propriedade de Talita Inácio Lazzarin (matricula 5.407 - Comarca de Forquilha); ao LESTE, 51,59 m com a Área remanescente 03, de Telles Brunelli Lazzarin e ao OESTE, 51,54 m com a Área remanescente 02, de Telles Brunelli Lazzarin, de acordo com o anexo único deste Decreto.

Art. 2º A área referida no artigo 1º deste Decreto destinar-se-ão à ampliação da Avenida dos Cisnes e da Rua Falcão, no bairro Santa Cruz.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 06 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 06 de outubro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Área Liciturada (matrícula 8.584).....39.407,53m2

Área a Desapropriar 01.....3.647,68m2

Área a Desapropriar 02.....774,00m2

Área Total a Desapropriar4.421,68m2

Área Remanescente 01.....6.878,30m2

Área Remanescente 02.....3.204,79m2

Área Remanescente 03.....24.902,76m2

Área Total Remanescente.....34.985,85m2

Área Total Geral.....39.407,53m2

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 119/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA SA

OBJETO – Prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais).

VIGÊNCIA – 27/05/2016.

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (26).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 117/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 06 de agosto de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 138/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 138/PMF/2015

DOADOR - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DONATÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FORQUILHINHA – APAE

OBJETO – O DOADOR tem o domínio útil do imóvel objeto desta doação, referente a um terreno urbano, situado na Rua São José, nº 125, bairro Nova York, Município Forquilha/SC, com área de 7.209,70 m2 (sete mil duzentos e nove metros e setenta decímetros quadrados), matrícula nº 8.608 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, com uma edificação em alvenaria medindo 577,21 m2 (quinhentos e setenta e sete metros e vinte e um decímetros quadrados).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Municipal nº 2.112, de 29 de julho de 2015.

DATA DA ASSINATURA – 26 de agosto de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 143/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 143/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A

OBJETO – Prestação de serviços, através de empresa especializada, para cobertura de seguros de veículos diversos da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.090,00 (hum mil e noventa reais).

VIGÊNCIA – até 27/05/2016

DOTAÇÃO - 0703.2033.3390 (137)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 136/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA – 01 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 65/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

DO OBJETO – aquisição de equipamentos, material permanente para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 405,98 (quatrocentos e cinco reais e noventa e oito centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2015.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21), 1701.2064.4490 (74), 1701.2050.4490 (79) – Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Eletrônico nº. 22/FMS/2015.

DATA DA ASSINATURA – 04 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 80/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 80/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 127/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – ROCHA MÓVEIS PROJETADOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

DO OBJETO – Aquisição de diversos materiais (mobiliário, enxoval, eletrodomésticos, brinquedos) para atender as necessidades da rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Forquilha.

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do contrato nº. 127/PMF/2015 o valor de R\$ 1.539,00 (mil quinhentos e trinta e nove reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

Item	Quant	Unid	Especificação	Preço Unit	Preço Total
01	03	Uni	Quadro escolar branco quadriculado 120 x 300cm –fabricado em madeira MDF com 15mm de espessura, revestido com laminado melanímico de alta pressão (fórmica) quadriculado, na parte superior e na parte inferior com melamina para proteção de mofo e fungos. Acabamento de alumínio anodizado em perfil U com encaixe e para o suporte de apagador em toda extensão da lousas em alumínio e também em U com 5 suporte para fixação na parede sendo 3 na parte superior e 2 na parte inferior. Os quadros deverão ser fixados nos locais estipulados pela secretaria.	R\$ 389,00	R\$ 1.167,00
07	06	Uni	Cadeira Fixa Estofada, Espuma injetada Revestida em tecido Acabamento em PVC Estrutura em tubo 7/8 Pintura epóxi. Com encosto reforçado por dois tubos e as pernas reforçadas com tubo na horizontal e vertical. Na cor preta.	R\$ 62,00	R\$ 372,00

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 22 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 213/2015

DECRETO Nº 213, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.
DECLARA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo em todo o território municipal, no dia 26 de outubro de 2015 (segunda-feira), em razão da comemoração do Dia do Servidor Público.

Parágrafo único. Ficam excetuados do previsto no caput deste artigo, os serviços essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC., 13 DE OUTUBRO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2090/2015

PORTARIA Nº 2090, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora ANDRESSA MORSOLETTI DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 102.655.479-97, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2091/2015

PORTARIA Nº 2091, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 01331/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDRESSA MORSOLETTI DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 102.655.479-97, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 3, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2092/2015

PORTARIA Nº 2092, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora KAROLINE CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 076.548.829-98, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2093/2015

PORTARIA Nº 2093, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 01333/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KAROLINE CONTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 076.548.829-98, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2094/2015

PORTARIA Nº 2094, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora KATIANE THONHOLLI SAVIAN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 053.349.629-21, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2095/2015

PORTARIA Nº 2095, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 01329/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KATIANE THONHOLLI SAVIAN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 053.349.629-21, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 3, com carga

horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2096/2015

PORTARIA Nº 2096, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora VERONICA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 043.539.109-73, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2097/2015

PORTARIA Nº 2097, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 01328/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VERONICA DE OLIVEIRA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o nº 043.539.109-73, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2098/2015

PORTARIA Nº 2098, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4713, de 01 de outubro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor RAFAEL LUIZ DE MELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 055.957.129-10, nomeado no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, no período de 13 de outubro de 2015 até 12 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2099/2015

PORTARIA Nº 2099, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, a servidora ALICIANE DE OLIVEIRA MATTEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 990.610.159-87, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2100/2015

PORTARIA Nº 2100, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 01331/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALICIANE DE OLIVEIRA MATTEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 990.610.159-87, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 3, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 13 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

PRAZO DE VALIDADE DAS ATAS 11;12 E 13/2015= ALIMENTOS CRAS - PUBLICAÇÃO DE OUTUBRO DE 2015

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que as atas de nº 12; 13; e 14 /2014, provenientes do processo licitatório nº 01/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 01/2015, Registro de Preços nº 01/2015, do Fundo Municipal de Assistência Social, firmadas no dia 14/07/2015, com os seguintes fornecedores:

ELZA CLE=MENTINA SOLAGNA HAAG - ME;

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA E

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, respectivamente, encontram-se dentro de seu prazo de validade.

Frei Rogério, 13 de outubro de 2015

Cópias das atas em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 eo do e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

CANCELAMENTO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 049/2015

EXTRATO DE CANCELAMENTO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que foi CANCELADO, por motivo de alteração de modalidade o Processo Licitatório nº 049/2015, Edital de Carta Convite 006/2015, tipo menor preço global até às 09h:00min. do dia 20 de outubro de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA/FÍSICA PARA PRESTAR SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS/JURÍDICOS ESPECIALIZADOS NA RECUPERAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO INSS SOBRE PAGAMENTOS DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE VERBAS INDENIZATÓRIAS E MEDIANTE A REDUÇÃO TRIBUTÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO DENOMINADA RAT (RISCOS AMBIENTAIS NO TRABALHO).

Galvão - SC, 09 de outubro de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO 050/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 050/2015, Edital de Pregão Presencial nº 033/2015, tipo menor preço GLOBAL até às 09h:00min. do dia 27 de outubro de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA/JUDICIAL, conforme especificações constantes deste Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 13 de outubro de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE048/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 048/2015

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO ME/EPP

O Município de Garopaba, através Do Fundo Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de instrumentais de odonto e enfermagem para uso nas unidades de Saúde e Policlínica Municipal da Secretária de Saúde do Município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 26/10/2015. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 26/06/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 13 de outubro de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 197/2015

DECRETO N.º 197, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 125.790,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 125.790,00 (cento e vinte e cinco mil, setecentos e noventa reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	58.400,00
12306282.020 - Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar	25.698,00
3.3.90.0.1.15.000051 - Aplicações Diretas	25.698,00
12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	22.702,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.0.1.15.000052 - Aplicações Diretas	12.702,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	10.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.040,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.040,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	4.040,00
4.4.90.0.1.29.0010001 - Aplicações Diretas	4.040,00
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA-FIA	12.500,00
14422562.028 - Assistência a Criança e ao Adolescente	12.500,00
3.3.50.0.1.24.001066 - Transferências a Instituições Privadas S/Fins Lucrativos	12.500,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	50.850,00

10301251.073 - Aquisição de Veículos	50.850,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	14.500,00
4.4.90.0.2.14.000071 - Aplicações Diretas	36.350,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 125.790,00 (cento e vinte e cinco mil, setecentos e noventa reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 198/2015

DECRETO N.º 198, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 52.402,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 52.402,00 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e dois reais) no Orçamento vigente:

09.02 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	15.752,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	15.752,00
17512312.054 - Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos	15.752,00
3.3.90.0.3.65.000000 - Aplicações Diretas	15.752,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36.650,00
10301251.073 - Aquisição de Veículos	36.650,00
4.4.90.0.6.14.000070 - Aplicações Diretas	26.982,00
4.4.90.0.6.14.000071 - Aplicações Diretas	9.668,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 52.402,00 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e dois reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 1.919, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015 REPUBLICADO

LEI Nº 1.919, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Garopaba, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Orçamento do Município de Garopaba, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – As metas fiscais;

II – As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2016;

III – A estrutura dos orçamentos;

IV – As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – As disposições sobre dívida pública municipal;

VI – As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – As disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – As disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei, e que conterà ainda:

I - Demonstrativo II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício 2014;

II - Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios Anteriores;

III - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;

IV - Memória de Cálculo das Metas Fiscais das Despesas;

V - Memória de Cálculo das metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Memória de Cálculo das Metas fiscais do Montante da Dívida;

VIII - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

IX - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

X - Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

XI - Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XII - Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesa Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIII - Demonstrativo IX – Prioridades e Metas;

XIV - Demonstrativo X – Demonstrativo dos Riscos fiscais;

XV - Demonstrativo XI – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e conservação do Patrimônio Público.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas e apresentadas nos Demonstrativos de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo IX, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do

Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Legislação Federal vigente.

§ 2º. A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Município.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85); V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016. (Art. 5º, III)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

§ 1º. O Orçamento da Autarquia e dos Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º. O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º. A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,001% da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPREGOBA será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11. Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, “a”, 50, I e 48 da LRF).

Art. 12. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação

formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 13. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento

econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo X desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º. Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18. Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,001% das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo X. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das

destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 22. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade ou em arquivo próprio.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo XI desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 27. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 28. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 31. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF) Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 37. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – Eliminação das despesas com horas extras.

III – Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Garopaba, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º. Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 47. O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e extrajudiciais.

Art. 48. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Garopaba, 07 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 08/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita – Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

MUNICÍPIO DE GAROPABA

Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016

Código	Código Destino	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO 2016
		UNIDADE GESTORA PREFEITURA	45.251.720,00
1000.00.00		RECEITAS CORRENTES	44.725.520,00
1100.00.00		Receita Tributária	16.056.000,00
1110.00.00		Impostos	13.020.000,00
1112.00.00		Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	7.000.000,00
1112.02.00	0.1.00.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	4.200.000,00
	0.1.01.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	1.750.000,00
	0.1.02.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	1.050.000,00
1112.04.00		Imposto s/a Renda e Proventos Qualquer Natureza	820.000,00
		IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	750.000,00
1112.04.31	0.1.00.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	450.000,00
	0.1.01.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	187.500,00
	0.1.02.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	112.500,00
		IRRF sobre Outros Rendimentos	70.000,00
1112.04.34	0.1.00.000000	IRRF sobre Outros Rendimentos	42.000,00
	0.1.01.000000	IRRF sobre Outros Rendimentos	17.500,00
	0.1.02.000000	IRRF sobre Outros Rendimentos	10.500,00
		Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	2.200.000,00
1112.08.00	0.1.00.000000	Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	1.320.000,00
	0.1.01.000000	Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	550.000,00
	0.1.02.000000	Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	330.000,00
1113.00.00		Imposto sobre a Produção e Circulação	3.000.000,00
1113.05.00	0.1.00.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.800.000,00
	0.1.01.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	750.000,00
	0.1.02.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	450.000,00
1120.00.00		Taxas	3.035.000,00
1121.00.00		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.275.000,00
1121.17.00	0.1.00.000000	Taxas de Fiscalização Sanitária	160.000,00
1121.25.00	0.1.00.000000	Tx.Lic. P/Functo. Estab. Com., Ind. e Prestadora de Serviços	700.000,00
1121.29.00	0.1.00.000000	Tx. de Licença para Execução de Obras	100.000,00
1121.41.00	0.1.00.000000	Tx. de Licença para Funcionamento Temporário	150.000,00
1121.43.00	0.1.60.000000	Tx. De Vistoria Segurança Contra Sinistro-Funrebom	130.000,00
1121.xx.00	0.1.60.000000	Tx. De Projeto Segurança Contra Sinistro-Funrebom	20.000,00
1121.45.00	0.1.00.000000	Tx. de Licença de Tráfego	10.000,00
1121.xx.00	0.1.00.000000	Tx. de Inspeção Municipal	5.000,00
1122.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços	1.760.000,00
1122.05.00	0.1.00.000000	Taxa de Expediente	260.000,00
1122.90.00	0.1.00.000000	Taxa de Limpeza Pública	1.500.000,00
1130.00.00		Contribuição de Melhoria	1.000,00
1130.04.00	0.1.00.000000	Contribuição de Melhoria p/ Pavimentação e Obras Complementares	1.000,00
1200.00.00		Receita de Contribuições	1.500.000,00
1210.00.00		Contribuições Sociais	0,00
1210.29.00		Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	0,00
1210.29.09		Contribuições de Servidor Inativo Civil	0,00
1220.00.00		Contribuições Econômicas	1.500.000,00
1230.00.00	0.1.17.000000	Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.500.000,00
1300.00.00		Receita Patrimonial	300.800,00
1310.00.00		Receitas Imobiliárias	10.000,00
1311.00.00		Alugueis	10.000,00
13.11.01.00	0.1.00.000000	Serv. De Loc. De Equip. Esportes	10.000,00
1325.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários	290.800,00
1325.01.00		Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	40.800,00

1325.01.02.01	0.1.18.000000	Receita Remuneração Dep. Bancários Rec. Vinculados - FUNDEB	15.000,00
1325.01.02.02	0.1.19.000000	Receita Remuneração Dep. Bancários Rec. Vinculados - FUNDEB	10.000,00
1325.01.03	0.1.14.000008	Receita Remuneração Dep. Bancários Rec. Vinculados - FS-PAB FIXO	0,00
1325.01.09	0.1.16.000000	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. CIDE	1.000,00
1325.01.10	0.1.29.000004	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FNAS-SF-PAC/PBT	500,00
1325.01.11	0.1.15.000049	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Sal.Educação	10.000,00
1325.01.13	0.1.15.000051	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FNDE-Mer. Escolar	300,00
1325.01.14	0.1.64.000017	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Multa Transito	325,00
1325.01.14	0.1.64.000018	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Multa Transito	325,00
1325.01.14	0.1.64.000019	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Multa Transito	350,00
1325.01.15	0.1.22.001002	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FNDE-BRALF	300,00
1325.01.16	0.1.17.000000	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Cosip	500,00
1325.01.17	0.1.60.000000	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Funrebom	1.000,00
1325.01.18	0.1.62.001005	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -Fia-Gerdau-Unid Saude	0,00
1325.01.20	0.1.24.001018	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Conv.Min Esport-Cont/Rep	0,00
1325.01.21	0.1.90.001100	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Oper Crédito Pmat	100,00
1325.01.22	0.1.65.000000	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FMSB	1.000,00
1325.01.23	0.1.24.001007	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Pmg/ECT	100,00
1325.02.00		Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	250.000,00
1325.02.01		Receita de Remuneração de Depósito de Poupança	
1325.02.99	0.1.00.000000	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não Vinculados	250.000,00
1400.00.00		Receita Agropecuária	0,00
1490.00.00		Outras Receitas Agropecuárias	0,00
1600.00.00		Receita de Serviços	1.000,00
1600.03.00		Serviços de Transporte	0,00
1600.41.00	0.1.61.000000	Serviços de Capt/Adução/Trat/Res e Dist de Agua	0,00
1600.45.00	0.1.00.000000	Serviços Preparação Terra Propriedades Particulares	1.000,00
1700.00.00		Transferências Correntes	30.276.103,00
1720.00.00		Transferências Intergovernamentais	30.127.203,00
1721.00.00		Transferências da União	14.018.432,00
1721.01.00		Participação na Receita da União	12.550.000,00
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	12.000.000,00
1721.01.02.10	0.1.00.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.200.000,00
1721.01.02.10	0.1.01.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	3.000.000,00
1721.01.02.10	0.1.02.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.800.000,00
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	520.000,00
1721.01.02.20	0.1.00.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	442.000,00
1721.01.02.20	0.1.02.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	78.000,00
		Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	30.000,00
1721.01.05	0.1.00.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	18.000,00
1721.01.05	0.1.01.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	7.500,00
1721.01.05	0.1.02.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	4.500,00
1721.09.00		Outras Transferencia da União	0,00
1721.22.00		Transferência da Compensação Financeira	162.000,00
1721.22.20	0.1.00.000000	Cota-Parte da Com. Finac. de Extração Mineral - CFEM	2.000,00
1721.22.70	0.1.00.000000	Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira p/Prod. Petróleo	160.000,00
1721.33.00		Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - FMS	0,00
1721.33.01	0.1.14.000008	Transferência PAB	0,00
1721.33.02	0.1.14.000010	Transferência PSF	0,00
1721.33.03	0.1.14.000011	Transferência Saúde Bucal	0,00
1721.33.04	0.1.14.000012	Transferência - P.A.C.S	0,00
1721.33.05	0.1.14.000013	Transferência - PAB - Farmácia Básica	0,00
1721.33.06	0.1.14.000015	Transferência - Vigilância Sanitária	0,00
1721.33.07	0.1.14.000020	Transferência - Samu	0,00

172134.00		Transf. de Recursos do FNAS - FMAS	186.200,00
1721.34.01	0.1.29.000003	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-API/BIDO/PBT	0,00
1721.34.02	0.1.29.000004	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PAC/API/PBT/PBFI	72.000,00
1721.34.03	0.1.29.000005	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PPD/EADEPTMC	7.000,00
1721.34.04	0.1.29.000056	Transf. PMG/FMAS/SF/SAS-BPPETI/ACPETI/PVMC/SCFV	10.000,00
1721.34.05	0.1.29.001001	Transf. PMG/FMAS/SF/SAS-CPBF/IGD	26.000,00
1721.34.06	0.1.29.001024	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-CRAS	100,00
1721.34.07	0.1.29.000007	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PMFC-2	65.000,00
1721.34.08	0.1.29.001044	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-IGD-SUAS	6.000,00
1721.34.09	0.1.29.000055	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-ACESSUAS	100,00
1721.35.00		Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação	1.076.232,00
1721.35.01	0.1.15.000049	Transferências do Salário Educação*	760.932,00
1721.35.02	0.1.15.000050	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE*	300,00
1721.35.03	0.1.15.000051	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE*/PNAC/PNAP	187.140,00
1721.35.04	0.1.15.000052	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	117.860,00
1721.35.05	0.1.22.001002	Transf. FNDE-BRASIL ALFABETIZADO	10.000,00
		Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	24.000,00
1721.36.00	0.1.00.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	14.400,00
1721.36.00	0.1.01.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	6.000,00
1721.36.00	0.1.02.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	3.600,00
1721.99.00		Outras Transferências da União	20.000,00
1721.99.01	0.1.00.000000	Demais Transferencia da União - FEX	20.000,00
1722.00.00		Transferências dos Estados	9.108.771,00
1722.01.00		Participação na Receita dos Estados	8.410.000,00
		Cota-Parte do ICMS	6.300.000,00
1722.01.01	0.1.00.000000	Cota-Parte do ICMS	3.780.000,00
1722.01.01	0.1.01.000000	Cota-Parte do ICMS	1.575.000,00
1722.01.01	0.1.02.000000	Cota-Parte do ICMS	945.000,00
		Cota-Parte do IPVA	2.000.000,00
1722.01.02	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPVA	1.200.000,00
1722.01.02	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPVA	500.000,00
1722.01.02	0.1.02.000000	Cota-Parte do IPVA	300.000,00
		Cota-Parte do IPI sobre Exportação	100.000,00
1722.01.04	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	60.000,00
1722.01.04	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	25.000,00
1722.01.04	0.1.02.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	15.000,00
1722.01.13	0.1.16.000000	Cota-Parte da CIDE	10.000,00
1722.33.01	0.1.04	Transf. Pab - Farmacia Basica	0,00
1722.99.00		Outras Transferencia dos Estados	698.771,00
1722.99.01.	0.1.22.001003	Transf. Transp. Escolar Estadual	678.000,00
1722.99.03.	0.1.29.001057	Transf. PMG/SST/-FEAS/FMAS-BASI C-CRAS	9.752,00
1722.99.04.	0.1.29.001058	Transf. PMG/SST/-FEAS/FMAS-S/BEV C	11.019,00
1724.00.00		Transferências Multigovernamentais	7.000.000,00
1724.01.00		Transferências de Recursos do FUNDEB	7.000.000,00
1724.01.01	0.1.18.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 60%	4.200.000,00
1724.01.02	0.1.19.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 40%	2.800.000,00
1730.00.00		Transferência de Instituições Privadas	9.900,00
1730.01.00	0.1.62.001004	Transf. de Instituições Privadas-Gerdau/Fia/Apae	9.900,00
1730.02.00	0.1.62.001005	Transf. de Instituições Privadas-Gerdau/Fia/Unid Saude	0,00
1750.00.00		Transferências de Pessoas	20.000,00
1750.01.00	0.1.63.001006	Transf. de Pessoas/Fia/Apae	20.000,00
1760.00.00		Transferências de Convênios	119.000,00
1761.00.00		Transfência de Convênios da União e suas Entidades	0,00
1761.01.00		Transfência de Conv. Da União para SUS	0,00

1761.01.01	0.1.14.000016	Convênio FNS/ECD/DENGUE	0,00
1761.99.00		Outras Transfência de Conv. Da União	
1761.99.01	0.1.24.001007	Convênio PMG/ECT	8.000,00
1761.99.02	0.1.24.001025	Convênio Ministério das Cidades-FNHIS	1.000,00
1761.03.00		Transfência de Convênios da União Destin. A Prog. De Assist. Social	10.000,00
1761.03.01	0.1.24.001008	Convenio Projeto Juventude Cidadã	10.000,00
1762.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do DF e de suas Entidades	
1762.03.00		Transf. De Conv. Do Estado p/ Assist. Social	
1762.99.00		Outras Transferências de Convênio dos Estados	100.000,00
1762.99.01	0.1.65.000000	Convênio Casan	100.000,00
1762.99.03		Convênio SEF - Creche - FMAS	0,00
1762.99.04		Convênio SEF - APAE - FMAS	0,00
1762.99.05		Convênio SSP – Parte Polícia Civil e Militar	0,00
1762.99.06		Convênio SSP – Parte Município	0,00
1900.00.00		Outras Receitas Correntes	2.655.506,00
1910.00.00		Multas e Juros de Mora	767.806,00
1911.00.00		Multas e Juros de Mora dos Tributos	98.000,00
		Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	50.000,00
1911.38.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	30.000,00
1911.38.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	12.500,00
1911.38.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	7.500,00
1911.39.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ITBI	
1911.39.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ITBI	
1911.39.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ITBI	
		Multas e Juros de Mora sobre o ISS	15.000,00
1911.40.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	9.000,00
1911.40.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	3.750,00
1911.40.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	2.250,00
1911.99.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	30.000,00
1911.99.xx	0.1.60.000000	Multas e Juros de Mora do FUNREBOM	3.000,00
1913.00.00		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	668.600,00
		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	606.000,00
1913.11.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	363.600,00
1913.11.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	151.500,00
1913.11.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	90.900,00
		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	35.300,00
1913.13.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	21.180,00
1913.13.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	8.825,00
1913.13.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	5.295,00
1913.99.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	27.300,00
1915.99.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	606,00
1915.99.XX	0.1.60.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa FUNREBOM	600,00
1918.00.00		Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	
1919.00.00		Multas de Outras Origens	250.000,00
1919.15.00		Multas por Infração da Legislação de Trânsito	250.000,00
1919.15.00.01	0.1.64.000017	Multas por Infração da Legislação de Trânsito-Militar	81.250,00
1919.15.00.02	0.1.64.000018	Multas por Infração da Legislação de Trânsito-Civil	81.250,00
1919.15.00.03	0.1.64.000019	Multas por Infração da Legislação de Trânsito-Prefeitura	87.500,00
1920.00.00		Indenizações e Restituições	1.100,00
1921.00.00		Indenizações	0,00

1921.99.00	0.1.00	Outras Indenizações	0,00
1922.99.00		Outras Restituições	
1922.99.01	0.1.00	Restituição Gasto c/Telefone	100,00
1922.99.02	0.1.00	Restituição Gasto/INSS	1.000,00
1930.00.00		Receita da Dívida Ativa	1.536.500,00
1931.00.00		Receita da Dívida Ativa Tributária	1.530.000,00
		Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	1.200.000,00
1931.11.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	720.000,00
1931.11.00	0.1.01.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	300.000,00
1931.11.00	0.1.02.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	180.000,00
		Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	80.000,00
1931.13.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	48.000,00
1931.13.00	0.1.01.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	20.000,00
1931.13.00	0.1.02.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	12.000,00
1931.99.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa de Outros Tributos	250.000,00
1932.00.00		Receita de Dívida Ativa não Tributária	1.500,00
1932.99.00	0.1.00.000000	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	1.500,00
1932.99.XX	0.1.60.000000	Receita Dívida Ativa do FUNREBOM	5.000,00
1990.00.00		Receitas Diversas	100.100,00
1990.02.01	0.1.00.000000	Receita Honorário Advogados	100,00
1990.99.00	0.1.00.000000	Outras Receitas	100.000,00
2000.00.00		RECEITAS DE CAPITAL	526.200,00
2100.00.00		Operações de Crédito	31.000,00
2110.00.00		Operações de Crédito Internas	0,00
2114.00.00		Op. de Créd. Contr. Int. Relativas a Programas de Governo	0,00
2114.01.00		Op. de Crédito Internas p/ Programas de Educação	0,00
2119.00.00		Outras Operações de Crédito Internas	31.000,00
2119.01.00	0.1.90.001100	Outras Operações de Crédito Internas-PMAT	1.000,00
2119.02.00	0.1.90.001101	Outras Operações de Crédito Internas-PRO-FDM	10.000,00
2119.03.00	0.1.90.001105	Outras Operações de Crédito Internas-BNDES-Onibus	10.000,00
2119.04.00	0.190.001106	Outras Operações de Crédito Internas-BNDES-Pro-vias	10.000,00
2200.00.00		Alienação de Bens	20.000,00
2210.00.00		Alienação de Bens Móveis	20.000,00
2216.00.00		Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Vinculados	10.000,00
2216.01.00	0.1.92.001102	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Vinculados-Fundeb	10.000,00
2216.02.00	0.1.92.001103	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Vinculados-FMS	0,00
2217.00.00		Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Não Vinculados	10.000,00
2217.01.00	0.1.92.001104	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Não Vinculados	10.000,00
2400.00.00		Transferências de Capital	475.200,00
2470.00.00		Transferências de Convênio	475.200,00
2471.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades	311.000,00
2471.06.00	0.1.24.001009	Convênio Ministério do Espote - INDESP	10.000,00
2471.07.00	0.1.24.001010	Convênio Ministério do Meio ambiente	110.000,00
2471.08.00	0.1.22.001011	Convênio FNDE	60.000,00
2471.09.00	0.1.24.001012	Convênio Ministério do Turismo	60.000,00
2471.10.00	0.1.24.001013	Convênio Ministério do Planejamento	10.000,00
2471.11.00	0.1.24.001014	Convênio Ministério da Cultura	11.000,00
2471.12.00	0.1.23.001015	Convênio Ministério da Saúde	0,00
2471.13.00	0.1.24.001016	Convênio Ministério das Cidades	10.000,00
2471.14.00	0.1.24.001017	Convênio Ministério da Agricultura	10.000,00
2471.15.00	0.1.24.001018	Convênio Ministério do Esportes-Contrato de Repasse	10.000,00

2471.16.00	0.1.24.001029	Convênio Ministério do Desenvolvimento Social	10.000,00
2471.17.00	0.1.24.001031	Convênio Ministério da Pesca	10.000,00
2472.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do DF e suas Entidades	164.200,00
2472.06.00	0.1.24.001019	Convênio DETER	12.000,00
2472.07.00	0.1.23.001020	Convênio Secretaria de Estado da Saúde - FMS	0,00
2472.08.00	0.1.22.001021	Convênio Secretaria de Estado da Educação	20.000,00
2472.09.00	0.1.24.001022	Convênio Secretaria de Estado Infra-Estrutura	102.200,00
2472.10.00	0.1.24.001023	Convênio Secretaria de Agricultura	20.000,00
2472.11.00	0.1.24.001030	Convênio Secretaria Estado Turismo	10.000,00
7000.00.00		Receitas Infra-Orcamentárias Correntes	
7600.00.00		Receitas Infra-Orcamentárias Correntes	
7600.41.00	0.1.61.000000	Serv. De Captação/Adução/Trat./Res. E Dist. De Agua	0,00
9000.00.00		DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-6.063.889,00
9100.00.00		Dedução da Receita Tributária	-1.440.000,00
		Dedução de Receita/Dev./Renuncia de IPTU	-1.440.000,00
911202.01.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/Dev./Renuncia de IPTU	-864.000,00
911202.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita/Dev./Renuncia de IPTU	-360.000,00
911202.03.00	0.1.02.000000	Dedução de Receita/Dev./Renuncia de IPTU	-216.000,00
9721.01.00		Dedução Receita p/ Formação FUNDEB - Transf. União	-2.410.800,00
9721.01.02.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - FPM	-2.400.000,00
9721.01.05.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-6.000,00
9721.36.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS Desoner.	-4.800,00
9722.01.00		Dedução Receita p/Formação FUNDEB - Transf. Estados	-1.680.000,00
9722.01.01.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS	-1.260.000,00
9722.01.02.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPVA	-400.000,00
9722.01.04.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPI Exp.	-20.000,00
9900.00.00		Dedução de Outras Receitas Correntes	-533.089,00
		Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At Ip	-486.000,00
9913.11.01.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At Ip	-291.600,00
9913.11.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At Ip	-121.500,00
9913.11.03.00	0.1.02.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At Ip	-72.900,00
		Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At IS	-28.368,00
9913.13.01.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At IS	-17.021,00
9913.13.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At IS	-7.092,00
9913.13.03.00	0.1.02.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At IS	-4.255,00
9913.99.00.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At OT	-18.581,00
1915.99.00.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At OR	-140,00
		SOMA	45.251.720,00
		UNIDADE GESTORA - IPREGOBA	3.912.000,00
1000.00.00		RECEITAS CORRENTES	2.236.000,00
1200.00.00		Receitas de Contribuições	736.000,00
1210.00.00		Contribuições Sociais	736.000,00
1210.29.00		Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	736.000,00
1210.29.07	0.2.03.000000	Contribuição de Servidor Ativo Civil	736.000,00
1210.29.09		Contribuição de Servidor Inativo Civil	0,00
1210.29.11		Contribuição de Servidor Pensionista Civil	0,00
1300.00.00		Receita Patrimonial	1.500.000,00

1320.00.00		Receitas de Valores Mobiliários	1.500.000,00
1321.00.00		Juros de Títulos de Renda	1.500.000,00
1321.06.00		Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	1.500.000,00
1321.06.01	0.2.94.001150	Títulos de Responsabilidade do Governo Federal - Vinc. ao RPPS	1.500.000,00
1324.00.00		Fundos de Investimentos	0,00
1324.04.00		Fundos de Aplicações em Cotas – Renda Variável	0,00
1900.00.00		Outras Receitas Correntes	0,00
1910.00.00		Multas e Juros Mora	0,00
1912.00.00		Multas e Juros de Mora das Contribuições	0,00
1912.34.00		Multas e Juros de Mora Contr. Plano Seg.Social Serv. Público*	0,00
		SOMA	2.236.000,00
		Transferências Financeiras Recebidas	
7210.29.01.00	0.2.03.000000	Contribuição Previdenciária Patronal	1.472.000,00
7210.29.13.00	0.2.03.000000	Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit	204.000,00
		Taxa de Administração	
		SOMA	
		TOTAL	3.912.000,00
SUB TOTAL GERAL			49.163.720,00
		UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13.684.363,00
1000.00.00		RECEITAS CORRENTES	3.996.522,00
1300.00.00		RECEITA PATRIMONIAL	16.800,00
1325.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários	16.800,00
1325.01.03		Receita Remuneração de Dep.de Rec Vinc-F Saude	16.800,00
1325.01.03.01	0.2.14.000060	Receita Remun. De Dep. De Rec Vinc-BL AT BASICA	10.000,00
1325.01.03.02	0.2.14.000061	Receita Remun. De Dep. De Rec Vinc-BL MAC	5.000,00
1325.01.03.03	0.2.14.000062	Receita Remun. De Dep. De Rec Vinc-BL VIG EM SAUDE	500,00
1325.01.03.04	0.2.14.000063	Receita Remun. De Dep. De Rec Vinc-BL AFB	1.000,00
1325.01.03.05	0.2.62.001005	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -Fia-Gerdau-Unid Saude	300,00
1700.00.00		Transferências Correntes	3.979.722,00
1721.33.00.00.00		Transf. De Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	3.696.622,00
1721.33.00.01.00		Bloco da Atenção Básica	2.454.328,00
1721.33.00.01.01	0.2.14.000060	Transferência PAB FIXO	500.000,00
1721.33.00.01.02	0.2.14.000064	Transferência ESF	416.340,00
1721.33.00.01.03	0.2.14.000065	Transferência Saude Bucal	173.940,00
1721.33.00.01.04	0.2.14.000066	Transferência PACS	438.048,00
1721.33.00.01.xx	0.2.14.000071	Transf. NASF	200.000,00
1721.33.00.01.05	0.2.14.000073	Transferência Pab Variável PMAQ	726.000,00
1721.33.00.02.00		Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade	1.030.932,00
1721.33.00.02.01	0.2.14.000061	Transferência MAC	533.772,00
1721.33.00.02.02	0.2.14.000067	Transferência CAPS	339.660,00
1721.33.00.02.03	0.2.14.000068	Transferência SAMU	157.500,00
1721.33.00.03.00		Bloco da Vigilância em Saúde	116.910,00
1721.33.00.03.01	0.2.14.000062	Transferência Vig. Sanitária	40.000,00
1721.33.00.03.02	0.2.14.000069	Transferência Dengue-Vig.Epidemiológica	76.910,00
1721.33.00.00.04		Bloco da Assistência Farmacêutica	94.452,00
1721.33.00.04.01	0.2.14.000063	Transferência Farmácia Basica	94.452,00
1722.33.00.00.00		Transf. De Recursos do Estado p/Programa de Saude	283.000,00
1722.33.00.01.00		Bloco da Atenção Básica	213.000,00
1722.33.00.01.01	0.2.14.000070	Transf. Cofinanciamento-ESF-Incentivo	160.000,00
1722.33.00.01.02	0.2.14.000071	Transf. NASF	23.000,00
XXXXXXXXXXXXXX	0.2.14.000061	Transferência MAC	30.000,00
1722.33.00.02		Bloco da Assistência Farmacêutica	70.000,00
1722.33.00.02.01	0.2.14.000072	Transf. Farmácia Básica	70.000,00

17.300.000		Transf. De Instituições Privadas	100,00
1730.00.01	0.2.62.001005	Transf. De Instituições Privadas-Gerdau/Fia/Unid Saude	100,00
20.000.000		RECEITAS DE CAPITAL	241.100,00
2200.00.00		Alienação de Bens	10.000,00
2216.02.00	0.2.92.001103	Alienação de Bens Móveis Aquiridos com Recursos Vinculados-FMS	10.000,00
2400.00.00		Transferência de Capital	231.100,00
2471.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades	210.000,00
24.71.06.00	0.2.23.001015	Convenio Ministério da Saúde	10.000,00
24.71.XX.XX	0.2.23.001053	Convenio Ministério da Saúde-UPA	200.000,00
2472.00.00		Transferência de Convênios dos Estados e suas Entidades	21.100,00
2472.06.00	0.2.23.001020	Convenio Secretaria Estado da Saude	21.100,00
		SOMA RECEITA	4.237.622,00
		TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA 0.1.00	4.342.851,00
		TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA 0.1.02	5.103.890,00
		Transf. Do Município	9.446.741,00
		TOTAL FUNDO DE SAUDE	13.684.363,00
		TOTAL GERAL DA RECEITA CONSOLIDADA	53.401.342,00
		RECEITA DO MUNICIPIO DE GAROPABA CONSOLIDADA	53.401.342,00

Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receitas

01. O estudo para estimativa das receitas levou em consideração as variáveis capazes de afetar cada uma das fontes de recursos, como índice de inflação, crescimento econômico, crescimento populacional, alteração da legislação tributária, recadastramento imobiliário, intensificação da fiscalização, incentivos fiscais, aperfeiçoamento da máquina arrecadadora, etc.

02. Para projeção das receitas, levou-se em consideração uma previsão de inflação da ordem de 4% (quatro por cento), um crescimento econômico do país em torno de 2% (dois por cento), além da correção da planta de valores para arrecadação dos tributos e intensificação na fiscalização municipal.

03. Levamos em consideração, também, o efetivo censo escolar de 2015 para determinação dos valores de retorno do FUNDEB.

04. Previmos ainda, a realização de convênios com os Governos Federal e Estadual e a alienação de bens móveis inservíveis.

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa

MUNICÍPIO DE GAROPABA

Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016

CÓDIGO	PROGRAMA	CÓDIGO	R\$
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA	DR	2016
1	Processo Legislativo	0.1.00.000000	2.086.000,00
6	Gestão Administrativa Superior (Gabinete do Prefeito)	0.1.00.000000	1.201.400,00
6	Gestão Administrativa Superior (Gabinete do Vice-Prefeito)	0.1.00.000000	800,00
9	Administração Geral e Planejamento	0.1.00.000000	2.219.362,00
		0.1.60.000000	159.600,00
		0.1.24.001007	8.100,00
		0.1.92.001104	10.000,00
12	Administração Financeira e Tributária	0.1.00.000000	934.000,00
		0.1.90.001100	1.100,00
16	Administração Orçamentária e Contabilidade	0.1.00.000000	495.600,00
25	Saúde para a População	0.1.00.000000	4.342.851,00
		0.1.02.000000	5.103.890,00
		0.2.14.000060	510.000,00
		0.2.14.000061	568.772,00

		0.2.14.000062	40.500,00
		0.2.14.000063	95.452,00
		0.2.14.000064	416.340,00
		0.2.14.000065	173.940,00
		0.2.14.000066	438.048,00
		0.2.14.000067	339.660,00
		0.2.14.000068	157.500,00
		0.2.14.000069	76.910,00
		0.2.14.000070	160.000,00
		0.2.14.000071	223.000,00
		0.2.14.000072	70.000,00
		0.2.14.000073	726.000,00
		0.2.23.001015	10.000,00
		0.2.23.001020	21.100,00
		0.2.23.001053	200.000,00
		0.2.62.001005	400,00
		0.2.92.001103	10.000,00
56	Assistência Social e Habitação	0.1.00.000000	786.300,00
		0.1.24.001008	10.000,00
		0.1.24.001025	1.000,00
		0.1.24.001029	10.000,00
		0.1.29.000004	72.500,00
		0.1.29.000005	6.000,00
		0.1.29.000007	65.000,00
		0.1.29.001001	26.000,00
		0.1.29.001024	100,00
		0.1.29.001044	6.000,00
		0.1.29.001055	100,00
		0.1.29.001056	10.000,00
		0.1.29.001057	9.752,00
		0.1.29.001058	11.019,00
		0.1.00.000000	15.200,00
		0.1.62.001004	9.900,00
		0.1.63.001006	20.000,00
28	Educando com Qualidade	0.1.00.000000	1.146.918,00
		0.1.01.000000	4.285.683,00
		0.1.15.000049	770.932,00
		0.1.15.000050	300,00
		0.1.15.000051	187.440,00
		0.1.15.000052	117.860,00
		0.1.18.000000	6.963.630,00
		0.1.19.000000	61.370,00
		0.1.22.001002	10.300,00
		0.1.22.001003	678.000,00
		0.1.22.001011	60.000,00
		0.1.22.001021	20.000,00
		0.1.24.001014	11.000,00
		0.1.29.000005	1.000,00
		0.1.90.001105	10.000,00
		0.1.92.001102	10.000,00
31	Obras e Serviços para o bem estar da população	0.1.00.000000	5.715.813,00
		0.1.16.000000	11.000,00
		0.1.17.000000	1.500.500,00
		0.1.24.001010	110.000,00
		0.1.24.001013	10.000,00
		0.1.24.001016	10.000,00
		0.1.24.001019	12.000,00
		0.1.24.001022	102.200,00

		0.1.64.000017	81.575,00
		0.1.64.000018	81.575,00
		0.1.64.000019	87.850,00
		0.1.65.000000	101.000,00
		0.1.90.001101	10.000,00
		0.1.90.001106	10.000,00
33	Planejando o Futuro	0.1.00.000000	754.000,00
48	Atendimento aos Agricultores e Pescadores	0.1.00.000000	967.800,00
		0.1.24.001017	10.000,00
		0.1.24.001023	20.000,00
		0.1.24.001031	10.000,00
51	Garopaba Quatro Estações	0.1.00.000000	1860.400,00
		0.1.24.001012	60.000,00
		0.1.24.001009	10.000,00
		0.1.24.001018	10.000,00
		0.1.24.001030	10.000,00
0	Encargos Gerais	0.1.00.000000	1.710.000,00
9999	Reserva de Contingência	0.1.00.000000	30.000,00
60	Regime Próprio de Previdência	0.2.03.000000	3.912.000,00
	TOTAL GERAL		53.401.342,00

Memória e Metodologia de Cálculo da Meta Fiscal de Despesa

O estudo para definição das prioridades e metas para 2016 levou em consideração os seguintes aspectos:

01. Os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual;
02. O volume de recursos previstos para 2016;
03. Os custos de operação e manutenção dos serviços já criados;
04. A geração de despesas oriundas da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;
05. O crescimento nominal dos gastos com ações continuadas nos últimos três exercícios;
06. A inflação projetada para 2016, medida pela variação do INPC, estimada em 4,0%;
07. O custo unitário das diversas obras priorizadas para 2016, conforme memorial descritivo, orçamento ou revistas especializadas.

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS - RECEITAS PRIMÁRIAS

CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
IDUSO	0.X.XX	Recursos não destinados a contrapartida
GRUPO	0.1.XX	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
PRIMÁRIA	0.1.00.000000	Recursos Ordinários
	0.1.01.000000	Recursos 25% Educação
	0.1.02.000000	Recursos 15% Saúde
	0.1.15.000049	Convênio Salário Educação
	0.1.15.000050	FNDE/PDDE
	0.1.15.000051	FNDE/Merenda Escolar
	0.1.15.000052	Transferência PNTE - Federal
	0.1.16.000000	Convênio CIDE
	0.1.17.000000	COSIP
	0.1.18.000000	Transferência FUNDEB - 60%
	0.1.19.000000	Transferência FUNDEB - 40%
	0.1.22.001002	Transferência FNDE - Brasil Alfabetizado
	0.1.22.001003	Transferência Transporte Escolar Estadual
	0.1.22.001011	FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
	0.1.22.001021	Convênio Secretaria de Educação
	0.1.24.001007	Recursos PMG/ECT
	0.1.24.001008	Convênio Juventude Cidadã
	0.1.24.001009	Convênio Ministério dos Esportes
	0.1.24.001010	Convênio Ministério do Meio-Ambiente
	0.1.24.001012	Convênio Ministério do Turismo
	0.1.24.001013	Convênio Ministério do Planejamento
	0.1.24.001014	Convênio Ministério da Cultura
	0.1.24.001016	Convênio Ministério das Cidades
	0.1.24.001017	Convênio Ministério da Agricultura
	0.1.24.001018	Convênio Ministério dos Esportes-Contra Repasse

	0.1.24.001019	Convênio DETER
	0.1.24.001022	Convênio Secretaria de Estado Infra Estrutura
	0.1.24.001023	Convênio Secretaria da Agricultura
	0.1.24.001025	Convênio Ministério das Cidades-FNHIS
	0.1.29.000004	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PAC/BINF/PBT
	0.1.29.000005	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PPD/EADE/PTMC
	0.1.29.000006	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PBPETI/ACPETI
	01.29.0000007	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PMTC-2
	0.1.29.001001	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-CPBF/IGD
	0.1.29.001024	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-CRAS
	0.1.29.001044	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-IGD-SUAS
	0.1.29.001055	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-ACESSUAS
	0.1.29.001056	Transf. PMG/FMAS/SAS-BPPETI/ACPETI/PVMC/SCFV
	0.1.29.001057	Transf. PMG/SST/-FEAS/FMAS-BASI C-CRAS
	0.1.29.001058	Transf. PMG/SST/-FEAS/FMAS-S/BEV C
	0.1.60.000000	Recursos FUNREBOM
	0.1.65.000000	Recursos FMSB
	0.1.62.001004	Recursos Vinculados - GERDAL FIA APAE-CNPJ
	0.1.63.001006	Recursos Vinculados - GERDAL FIA APAE-CPF
	0.1.64.000017	Multas de Trânsito-Militar
	0.1.64.000018	Multas de Trânsito-Civil
	0.1.64.000019	Multas de Trânsito-Prefeitura
	0.2.14.000060	Transf. BL AT BASICA-PAB FIXO
	0.2.14.000061	Transf. BL ALT/MED/COMPLEX.-MAC
	0.2.14.000062	Transf. BL VIG EM SAUDE-VIG SANITARIA
	0.2.14.000063	Transf. BL AFB-FARMACIA BASICA FEDERAL
	0.2.14.000064	Transf. BL AT BASICA-ESF
	0.2.14.000065	Transf. BL AT BASICA-SAUDE BUCAL
	0.2.14.000066	Transf. BL AT BASICA-PACS
	0.2.14.000067	Transf. BL ALT/MED/COMPLEX.-CAPS
	0.2.14.000068	Transf. BL ALT/MED/COMPLEX.-SAMU
	0.2.14.000069	Transf. BL VIG EM SAUDE-VIG EPIDEMIOLOGICA
	0.2.14.000070	Transf. BL AT BASICA-ICENTIVO ESF
	0.2.14.000071	Transf. BL AT BASICA-NASF
	0.2.14.000072	Transf. BL AFB-FARMACIA BASICA ESTADUAL
	0.2.14.000073	Transf. BL -AT BASICA-PMAQ
	0.2.23.001015	Convênio Ministério da Saúde
	0.2.23.001020	Convênio Secretaria da Saúde
	0.2.23.001053	Convênio Secretaria da Saúde-UPA
	0.2.24.001200	Convênio Ministério da Cultura
	0.2.24.001201	Convênio Secretaria de Estado da Cultura
	0.2.62.001005	Transfer. Inst. Privadas-Gerdau/Fia/Unid Saude
	0.2.03.000000	Contribuição do Regime Proprio de Previdência

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS - RECEITAS NÃO-PRIMÁRIAS

CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
IDUSO	0.X.XX	Recursos não destinados a contrapartida
GRUPO	0.1.XX	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
NÃO-PRIMÁRIA	0.1.90.001100	Recursos PMAT
	0.1.90.001101	Recursos BADESC PRO - FDM
	0.1.90.001105	Recursos BNDES-Onibus
	0.1.90.001106	Recursos BNDES-Pró-Vias
	0.1.92.001102	Alienação de Bens Móveis-Educação
	0.1.92.001104	Alienação de Bens Móveis - Outros Não Vinculados
	0.2.92.001103	Alienação de Bens Móveis - Saúde

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário
R\$ 1,00

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	795.307,00	2.399.307,00	1.336.641,00	669.975,00
DEDUÇÕES (II)				
Ativo Disponível				
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados				
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I – II)	795.307,00	2.399.307,00	1.336.641,00	669.975,00
Receitas de Privatizações (IV)				
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	795.307,00	2.399.307,00	1.336.641,00	669.975,00
RESULTADO NOMINAL (VI de X1 – VI de X0)		1.604.000,00	-1.062.666,00	-666.666,00

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS		
	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.399.307,00	1.336.641,00	669.975,00
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	2.399.307,00	1.336.641,00	669.975,00
Precatórios posteriores a 05.05.2000			
Operações de crédito inferiores a 12 meses			
Parcelamento de dívidas			
De tributos			
De contribuições Sociais			
Previdenciárias			
Demais contribuições Sociais			
Do FGTS			
Outras dívidas			
DEDUÇÕES (II)			
Ativo Disponível			
Haveres Financeiros			
(-) Restos a pagar processados			
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC			
Precatórios anteriores a 05.05.2000			
Insuficiência financeira			
Outras obrigações			
DÍV. CONSOLIDADA LÍQUIDA (I – II)	2.399.307,00	1.336.641,00	669.975,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	51.898.042,00	55.011.924,00	58.312.640,00
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL	4,62	2,43	1,15

A meta fiscal montante da dívida para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, foi calculada levando em consideração o limite de endividamento autorizado na LDO e/ou na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, o estoque da dívida projetada para o final de 2015, os novos financiamentos, atualizações e as amortizações programadas até 2018.

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		
MUNICÍPIO DE GAROPABA		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
ANEXO DE METAS FISCAIS		
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		
2016		
AMF – Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)		

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁ- RIO (c) = (a-b)	SALDO FINAN- CEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior) +(c)			
2013	0,00	0,00	0,00				
2014	0,00	0,00	0,00	16.940.418,64			
2015	1.667.492,54	490.114,57	1.177.377,97	18.117.796,61			
2016	1.526.347,32	652.461,08	873.886,24	18.991.682,85			
2017	1.451.062,80	628.407,55	822.655,26	19.814.338,11			
2018	1.370.908,25	634.245,51	736.662,75	20.551.000,86			
2019	1.290.779,15	652.071,61	638.707,54	21.189.708,40			
2020	1.212.985,44	647.783,77	565.201,66	21.754.910,06			
2021	1.140.542,49	664.042,37	476.500,11	22.231.410,17			
2022	1.065.854,03	697.795,06	368.058,96	22.599.469,14			
2023	959.909,90	810.528,29	149.381,61	22.748.850,74			
2024	887.408,73	857.527,51	29.881,22	22.778.731,96			
2025	804.496,53	911.273,11	-106.776,57	22.671.955,39			
2026	723.180,84	982.290,64	-259.109,79	22.412.845,59			
2027	656.753,12	1.031.928,14	-375.175,03	22.037.670,56			
2028	588.497,94	1.090.218,65	-501.720,70	21.535.949,86			
2029	512.751,32	1.179.338,87	-666.587,55	20.869.362,31			
2030	467.732,70	1.179.263,25	-711.530,55	20.157.831,76			
2031	424.002,68	1.182.489,47	-757.486,78	19.400.344,98			
2032	375.998,73	1.213.492,60	-837.493,86	18.562.851,12			
2033	332.159,61	1.219.736,57	-887.576,96	17.675.274,16			
2034	301.416,27	1.201.333,59	-899.917,32	16.775.356,84			
2035	273.737,39	1.178.266,03	-904.528,65	15.870.828,19			
2036	249.071,76	1.146.820,18	-897.748,43	14.973.079,77			
2037	224.601,03	1.123.997,01	-899.395,97	14.073.683,80			
2038	212.995,35	1.055.975,81	-842.980,46	13.230.703,34			
2039	198.691,67	1.008.491,88	-809.800,21	12.420.903,12			
2040	171.536,19	1.004.043,21	-832.507,02	11.588.396,11			
2041	160.240,71	942.615,59	-782.374,88	10.806.021,23			
2042	33.774,52	932.741,19	-898.966,67	9.907.054,55			
2043	24.961,27	885.099,80	-860.138,53	9.046.916,02			
2044	21.845,65	822.413,86	-800.568,21	8.246.347,81			
2045	12.659,08	782.820,21	-770.161,13	7.476.186,68			
2046	9.158,78	727.480,43	-718.321,64	6.757.865,03			
2047	7.549,14	671.388,98	-663.839,83	6.094.025,20			
2048	5.471,99	619.874,17	-614.402,18	5.479.623,02			
2049	2.691,04	574.601,96	-571.910,92	4.907.712,10			
2050	1.042,50	528.512,43	-527.469,93	4.380.242,18			
2051	464,76	482.107,55	-481.642,80	3.898.599,38			
2052	435,90	437.013,58	-436.577,68	3.462.021,70			
2053	408,27	394.588,82	-394.180,54	3.067.841,15			
2054	381,80	355.419,76	-355.037,96	2.712.803,19			
2055	0,00	319.815,83	-319.815,83	2.392.987,36			
2056	0,00	285.928,49	-285.928,49	2.107.058,88			
2057	0,00	253.833,85	-253.833,85	1.853.225,03			
2058	0,00	224.582,80	-224.582,80	1.628.642,23			
2059	0,00	198.055,17	-198.055,17	1.430.587,06			
2060	0,00	173.709,54	-173.709,54	1.256.877,52			
2061	0,00	152.084,67	-152.084,67	1.104.792,86			
2062	0,00	132.216,37	-132.216,37	972.576,49			
2063	0,00	114.445,99	-114.445,99	858.130,49			
2064	0,00	98.227,79	-98.227,79	759.902,70			
2065	0,00	84.314,02	-84.314,02	675.588,68			
2066	0,00	71.472,35	-71.472,35	604.116,33			
2067	0,00	60.508,62	-60.508,62	543.607,71			
2068	0,00	50.750,47	-50.750,47	492.857,24			
2069	0,00	42.352,04	-42.352,04	450.505,20			
2070	0,00	35.111,51	-35.111,51	415.393,69			
2071	0,00	29.139,88	-29.139,88	386.253,80			

2072	0,00	23.720,25	-23.720,25	362.533,55		
2073	0,00	19.251,33	-19.251,33	343.282,22		
2074	0,00	15.323,68	-15.323,68	327.958,55		
2075	0,00	11.877,07	-11.877,07	316.081,48		
2076	0,00	9.380,08	-9.380,08	306.701,39		
2077	0,00	7.418,95	-7.418,95	299.282,44		
2078	0,00	5.661,86	-5.661,86	293.620,58		
2079	0,00	4.308,22	-4.308,22	289.312,37		
2080	0,00	3.309,20	-3.309,20	286.003,16		
2081	0,00	2.371,71	-2.371,71	283.631,45		
2082	0,00	1.739,54	-1.739,54	281.891,92		
2083	0,00	1.177,42	-1.177,42	280.714,50		
2084	0,00	797,51	-794,51	279.916,99		
2085	0,00	566,08	-566,08	279.350,91		
2086	0,00	440,27	-440,27	278.910,64		
2087	0,00	365,90	-365,90	278.544,75		
2088	0,00	318,74	-318,74	278.226,01		
2089	0,00	291,36	-291,36	277.934,65		

FONTE

Nota:

APR de 2016 = RC de 2016 – RC de 2015

APR de 2016 = 51.898.042,00 – 37.955.999,00

APR de 2016 = 13.942.043,00

DEMONSTRATIVO IX – PLANILHA DAS PRIORIDADES E METAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA					DEMONSTRATIVO IX – 01
PRIORIDADES E METAS PARA 2016 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0001 - PROCESSO LEGISLATIVO					
DIAGNÓSTICO: O Legislativo municipal, composto por 9 (nove) vereadores, funciona sem sede própria, com autonomia financeira, com apoio de 10 (dez) servidores.					
DIRETRIZES: Realização de sessões ordinárias, conforme regimento interno; realização de sessões extraordinárias quando convocados; realização de reuniões pelas diversas comissões; recebimento, discussão e votação das leis, apresentação de projetos, projetos de resoluções e indicações, discussão e votação; fiscalização dos atos da administração; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do Legislativo Municipal.					
OBJETIVOS: Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
1 – Funcionamento e manutenção da Câmara de Vereadores	Sessão	Un	40	2.086.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				2.086.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA					DEMONSTRATIVO IX – 02
PRIORIDADES E METAS PARA 2016 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0006 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR (GABINETE DO PREFEITO)					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito e sua Assessoria.					
DIRETRIZES: Elaboração da legislação necessária à gestão pública municipal; acompanhamento do processo legislativo; publicação de atos da administração; coordenação de audiências públicas; coordenação da execução das políticas públicas; defesa dos interesses do município; Defesa Civil, planejamento das ações da administração; acompanhamento do Sistema de Controle Interno; acompanhamento e avaliação dos programas de governo.					
OBJETIVOS: Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
2 – Aquisição de Terreno p/ Construção da Sede Fórum	Área	m²	4000	1.000,00	
3 – Funcionamento e manutenção do Gabinete do Prefeito	Manutenção	Manutenção	01	1.200.000,00	0.1.00.000000
Xx – Func. e Manut. Do Fundo Mun. Prot. E Defesa Civil - FUMPDEC	Manutenção	Manutenção	01	400,00	0.1.00.000000
TOTAL				1.201.400,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA					DEMONSTRATIVO IX – 03
PRIORIDADES E METAS PARA 2016 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0006 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR (GABINETE DO VICE-PREFEITO)					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Vice-Prefeito e sua Assessoria.					
DIRETRIZES: Elaboração da legislação necessária à gestão pública municipal; acompanhamento do processo legislativo; publicação de atos da administração; coordenação de audiências públicas; coordenação da execução das políticas públicas; defesa dos interesses do município; planejamento das ações da administração; acompanhamento do Sistema de Controle Interno; acompanhamento e avaliação dos programas de governo.					
OBJETIVOS: Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
4 – Funcionamento e manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	Manutenção	Manutenção	01	800,00	0.1.00.000000
TOTAL				800,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA					DEMONSTRATIVO IX – 04
PRIORIDADES E METAS PARA 2016 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0009 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Administração e seus departamentos.					
DIRETRIZES: Planejamento e o acompanhamento de programas e projetos, consolidando os indicadores e analisando-os periodicamente de forma integrada. Planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas aos serviços de atendimento ao cidadão, protocolo, comunicações, reprografia, zeladoria, segurança do Paço Municipal e patrimonial. Execução das atividades relativas ao desenvolvimento e manutenção dos sistemas de tecnologia da informação mantidos pela Prefeitura Municipal; Promoção da administração de pessoal, em consonância com a política de recursos humanos e execução da gestão de compras, licitações e contratos. Apoio Administrativo ao Conselho tutelar. Administração e coordenação geral da Administração.					
OBJETIVOS: Modernização dos sistemas administrativos/gerenciais de pessoal, patrimônio, compras, planejamento, informática e comunicação. Reformulação da legislação de pessoal com implantação de estatuto, plano de carreira, cargos e salários. Realização de concurso público e capacitação de pessoal. Modernização dos sistemas de informação e do parque de informática. Aperfeiçoamento da comunicação interna e institucional do Executivo Municipal. Produzir os relatórios gerenciais de acordo com as normas do controle interno. Atrair e efetivar recursos das mais diversas fontes legais para todas as áreas da administração municipal. Integrar e coordenar as ações da administração municipal.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
5 – Aquisição de Veículos	Veículo	Un	01	1.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.92.001104
6 – Funcionamento e manutenção da Secretaria de Administração	Manutenção	Manutenção	01	2.047.362,00 8.100,00	0.1.00.000000 0.1.24.001007
7 – Apoio ao Fórum de Garopaba	Manutenção	Manutenção	01	1.000,00	0.1.00.000000
8 – Aquisição de Veículos (FUNREBOM)	Veículo	Un	01	1.000,00	0.1.60.000000
9 – Funcionamento e manutenção do Funrebom	Manutenção	Manutenção	01	158.600,00	0.1.60.000000
33 – Apoio ao Conselho Tutelar	Manutenção	Manutenção	01	170.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				2.397.062,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA					DEMONSTRATIVO IX – 05
PRIORIDADES E METAS PARA 2016 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0012 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura da Secretaria da Fazenda e seus departamentos.					
DIRETRIZES: Gerenciamento e controle da movimentação econômica das empresas, quanto a entradas e saídas de mercadorias, para apuração do coeficiente de distribuição do ICMS, Gerenciar e controlar os sistemas de emissão da nota fiscal eletrônica e-nota, livro eletrônico para fins de apuração de do issqn, Regin – registro mercantil integrado e cidadão web; cadastro e identificação de Imóveis; controle dos processos administrativos relativos as questões tributárias e financeiras; atualização dos cadastros imobiliário e econômico; lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, fiscalização tributária, arrecadação de tributos e outras receitas, etc.					

OBJETIVOS:

Manter o controle dos atos de gestão fiscal e dos serviços gerais da administração tributária e financeira fiscal, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões, responde pela previsão, lançamento, cobrança, controle, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, garantir as fontes próprias de financiamento dos serviços de competência municipal, produzir relatórios gerenciais.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
10 – Funcionamento da Secretaria da Fazenda	Manutenção	Manutenção	01	934.000,00	0.1.00.000000
11 – Desenvolvimento do PMAT	Manutenção	Manutenção	01	1.100,00	0.1.90.001100
TOTAL				935.100,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DEMONSTRATIVO IX
– 06PRIORIDADES E METAS PARA 2016
DAS DESPESAS POR PROGRAMA

PROGRAMA:

0016 - ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE

DIAGNÓSTICO:

A Secretaria Municipal de Orçamento e Contabilidade, estruturada na Diretoria Técnica de Contabilidade e Diretoria Administrativa de Tesouraria conta com 05 servidores para desempenho de suas funções. Ela é responsável pela condução do processo de elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA); planejamento financeiro através do desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, elaboração da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso; execução orçamentária; registro contábil dos fenômenos econômicos; emissão e publicação dos relatórios da LRF; emissão dos balancetes e balanços; prestação de contas; preparação dos dados e informações a serem enviadas ao Tribunal de Contas; cumprimento da agenda de obrigações de responsabilidade das diretorias.

DIRETRIZES:

Gerenciamento da movimentação e registros dos bens; controle dos processos administrativos relativos a questões financeiras; Coordenação do orçamento, participação na elaboração e fiscalização das metas fixadas em contratos; pagamento a fornecedores; controle dos saldos de caixa e bancos, registro contábil dos atos e fatos da administração Tributária e financeira, controle da aplicação de recursos próprios e vinculados, emissão de relatórios gerenciais, apresentação de prestação de contas, etc.

OBJETIVOS:

Manter o controle dos atos de gestão fiscal, contábil, e dos serviços gerais da administração financeira fiscal, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões. Controlar a arrecadação, garantir o controle das fontes de financiamento dos serviços de competência municipal, produzir relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional relativo aos demais limites.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
12 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Orçamento e Contabilidade	Manutenção	Manutenção	01	495.600,00	0.1.00.000000
TOTAL				495.600,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DEMONSTRATIVO IX – 07

PRIORIDADES E METAS PARA 2016
DAS DESPESAS POR PROGRAMA

PROGRAMA:

0028 - EDUCANDO E PRESERVANDO A CULTURA COM QUALIDADE

DIAGNÓSTICO:

O Município de Garopaba possui 14 escolas do pré escolar ao ensino fundamental das séries iniciais, 06 centro de educação infantil totalizando 1998 alunos. Contando com 302 profissionais. Atendemos o EJA de Ensino Fundamental e o Programa Brasil Alfabetizado. O transporte escolar diário atende 1.032 alunos da rede municipal, 1100 alunos da rede estadual através de convenio com o governo estadual e programas do governo federal, este é realizado com 05 ônibus, 08 micro – ônibus e uma transit e o fretamento de 05 ônibus. Há necessidade de renovar e ampliar a frota, capacitar professores, e construir, reformar, manter e equipar as escolas. Levando em conta que Garopaba é uma cidade que desde a sua fundação recebeu elementos provenientes de culturas externas. Foi a partir da soma destes elementos ao que já havia aqui que resultou no que hoje é o nosso município. E que cada um destes grupos étnicos contribuiu para a formação cultural do nosso município em certo grau, nos deixando um rico legado traduzido na forma dos mitos, crenças, hábitos e atividades que, até hoje foi transmitido de geração para geração através da oralidade. Este legado constitui o que denominamos “conhecimentos tradicionais”. É preciso realizar um resgate destes “conhecimentos tradicionais” e apresentá-los às novas gerações e para as pessoas que vem todos os anos dos mais variados destinos visitar nossa cidade.

DIRETRIZES:

Melhoria e ampliação da rede física, aquisição de equipamentos para as escolas, melhoria das condições do transporte escolar, ampliação do programa merenda escolar, ampliação da rede física do Ensino Infantil, capacitar professores e compor as escolas com área para esporte, biblioteca, laboratório de informática e parque infantil. Criar e desenvolver meios que possibilitem o resgate e a manutenção dos “conhecimentos tradicionais” que constituem o arcabouço cultural de Garopaba. Planejar e acompanhar programas e projetos que visem desenvolver em nosso cidadão o hábito de consumir as mais diferentes formas de expressão culturais.

OBJETIVOS:

Dar mais qualidade a Educação no município visando melhorar a frequência escolar e a valorização do docente, realizar um trabalho de resgate e preservação da nossa história e cultura.

AÇÕES	PRODUTO	UN. DE MEDIDA	META	VALOR	DR
13 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	Manutenção	Manutenção	01	200,00	01.01.000000

14- Construção, Ampliação e Reforma de Escolas Ensino Fundamental	Área	m²	450	100,00 101.000,00 435.932,00 100,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.15.000049 0.1.19.000000 0.1.22.001021
15 – Aquisição de Veículos Escolares	Veículo	Un	01	100,00 1.000,00 60.000,00 10.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.22.001011 0.1.90.001105 0.1.92.001102
16 – Construção de Biblioteca	Área	m²	100	2.000,00 2.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000
17 – Construção do Museu Municipal	Área	m²	100	6.000,00 11.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001014
18- Construção, Reforma e Ampliação de Escolas para a Educação Infantil	Área	m²	300	50.000,00 1.000,00 100,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.19.000000 0.1.22.001021
19- Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico	Área	m²	200	1.000,00	0.1.00.000000
20- Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar	Aluno/dia	Un	1998	100.000,00 187.440,00	0.1.00.000000 0.1.15.000051
21 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	Aluno/dia	Um	1998	320.100,00 2.871.883,00 185.000,00 300,00 4.814.630,00 30.770,00 10.300,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.15.000049 0.1.15.000050 0.1.18.000000 0.1.19.000000 0.1.22.001002
22 – Manutenção do Transporte Escolar	Aluno/dia	Un	1200	10.000,00 1.000.100,00 100.000,00 117.860,00 300,00 678.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.15.000049 0.1.15.000052 0.1.19.000000 0.1.22.001003
23 – Manutenção do EJA	Aluno	Um	200	6.100,00 20.300,00 224.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.18.000000
24 – Manutenção da Educação Infantil	Criança	Dia	250	10.100,00 288.100,00 50.000,00 1.925.000,00 30.100,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.15.000049 0.1.18.000000 0.1.19.000000
25 – Manutenção da Educação Especial	Criança	Dia	100	138.418,00 100,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.29.000005
26 – Apoio ao Universitário	Aluno	Un	50	350.000,00	0.1.00.000000
27 – Apoio a Cultura	Manutenção	Manutenção	01	153.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				14.334.433,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DEMONSTRATIVO
IX – 08PRIORIDADES E METAS PARA 2016
DAS DESPESAS POR PROGRAMA

PROGRAMA:

0056 - ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO

DIAGNÓSTICO:

O município de Garopaba, apesar de ser um balneário turístico, enfrenta problemas de ordem econômica e social.

A população nativa, que por muitos anos viveu através de atividades de pesca e agricultura de subsistência, hoje praticamente não consegue mais sobreviver destas atividades. Além disso, maioria da população possui baixo nível de escolaridade, e, portanto, grande parte da mão-de-obra é absorvida em empregos de baixa qualificação, temporários e informais.

Após o término do verão, observa-se que aumenta significativamente o número de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Além disso, o município de Garopaba possui um grande déficit habitacional, seja por construção, ampliação ou reforma de moradias. Há, portanto, uma grande demanda por unidades habitacionais estruturadas, bem como, por pavimentação de ruas, boa iluminação noturna, linha viária adequada, dentre outras necessidades referentes à habitação de interesse social.

DIRETRIZES:

- Ampliar o número de atendimento às famílias, levando em conta o aumento da população e o agravamento das questões sociais;
- Fortalecer a rede sócio-assistencial local, através do apoio dos conselhos e do órgão gestor, levando em conta as diretrizes do SUAS;
- Aprimorar a estrutura de gestão e do Fundo de Assistência Social em consonância com o Plano de Assistência;
- Construir Unidades de Assistência Social;

Acompanhamento familiar e comunitário da população usuária da política habitacional.

Por níveis de Proteção

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

- Acompanhamento familiar pelo PAIF
- Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC
- Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico
- Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Acompanhamento pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas
- Identificação e cadastramento de crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil
- Ampliar os serviços de alta-complexidade (abrigo de idosos, crianças e adolescentes), consórcio com outros municípios.

OBJETIVOS: Garantir os direitos sociais e a cidadania aos usuários da assistência social, através do reordenamento da política de assistência social, e dar continuidade, implementação e implantação de programas, projetos, serviços e benefícios, nos eixos de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, aprimoramento da gestão e da rede Sócio-Assistencial, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Prestar um serviço qualificado à comunidade, realizando as ações necessárias para que o direito à habitação seja respeitado.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
29 – Aquisição de veículo (FMAS)	Veículo	Un	01	1.000,00	0.1.00.000000
30 – Construção de Unidades de Assistência Social – CRAS-CREAS (FMAS)	Obra	Un	01	1.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001029
31 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	Manutenção	Manutenção	01	758.200,00 72.500,00 6.000,00 65.000,00 26.000,00 100,00 6.000,00	0.1.00.000000 0.1.29.000004 0.1.29.000005 0.1.29.000007 0.1.29.001001 0.1.29.001024 0.1.29.001044
				100,00	0.1.29.001055
				10.000,00	0.1.29.001056
				9.752,00	0.1.29.001057
				11.019,00	0.1.29.001058
32 – Projeto Juventude Cidadã (FMAS)	Manutenção	Manutenção	01	1.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001008
34 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Habitacionais (FMHIS)	Obra	Un	20	15.100,00 900,00	0.1.00.000000 0.1.24.001025
35 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS)	Manutenção	Manutenção	01	10.000,00 100,00	0.1.00.000000 0.1.24.001025
TOTAL				1.013.771,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DEMONSTRATIVO
IX – 09

PRIORIDADES E METAS PARA 2016

DAS DESPESAS POR PROGRAMA

PROGRAMA:

0031 - OBRAS E SERVIÇOS PARA O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO

DIAGNÓSTICO:

Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Infra-Estrutura em parceria com as demais secretarias e órgãos competentes, e terá como finalidade a execução de obras para promoverem o desenvolvimento do Município de Garopaba, como as melhorias e construção de praças, pavimentação de ruas, construção de passeios públicos, construção de prédio para funcionamento do Centro Administrativo Municipal, elaboração de projeto e execução de obras para a rede de coleta de esgoto e tratamento do efluente final do esgoto doméstico e tendo o Município em sua grande maioria rodovias e estradas revestidas em saibro, é necessária a constante manutenção dessas vias urbanas e rurais. A coleta de resíduos (lixo) e seu destino final devem ser efetuadas e fiscalizadas constantemente.

DIRETRIZES:

Execução e fiscalização de obras a serem realizadas pelo Poder Público Municipal em parceria com os Governos Federal, Estadual e iniciativa privada, fiscalização e execução dos serviços de coleta e tratamento dos resíduos, bem como a conservação e limpeza das rodovias, ruas e avenidas do município de Garopaba.

OBJETIVOS:

Desenvolver a cidade buscando melhorar a qualidade de vida da população.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
36 – Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas	Obra	Un	01	10.000,00 20.000,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010 0.1.90.001101
37– Construção, Ref., Ampliação do Cemitério Municipal	Obra	Un	01	11.000,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.90.001101
38 – Construção de Casas Populares	Obra	Un	20	200,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001013
39 – Ampliação da Rede de Saneamento Básico	Obra	Un	01	1.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010
40 – Construção de Banheiros Públicos	Obra	Un	01	1.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010
41 – Construção do Centro Administrativo Municipal	Obra	Un	01	15.000,00	0.1.00.000000
42– Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	Obra	m²	20.000	200.000,00 11.000,00 9.000,00 90.200,00 8.000,00	0.1.00.000000 0.1.16.000000 0.1.24.001016 0.1.24.001022 0.1.90.001101
43 – Recuperação do Lixão Sanitário	Obra	Un	01	1.000,00 50.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010
44 – Aquisição de veículos e Equipamentos Rodoviários	Veículo/ Equipamento	Un	02	1.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.90.001106
45 – Construção e Reforma de Abrigos e Pontos de Ônibus	Obras	M2	20	1.100,00 12.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001019
46 – Construção do Terminal Rodoviário Urbano	Obra	Un	01	1.000,00 12.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001022
47 – Empreendimentos de Infra-Estrutura	Obra	Un	01	1.000,00 1.000,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001016 0.1.64.000019
48 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	Manutenção	Manutenção	01	2.235.200,00	0.1.00.000000
49 – Projeto Guarda Municipal	Manutenção	Manutenção	01	1.000,00	0.1.00.000000
50 – Manutenção e Ampl. dos Serviços de Iluminação Pública	Manutenção	Manutenção	01	1.500.500,00	0.1.17.000000
51 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura	Manutenção	Manutenção	01	3.236.313,00 81.575,00 81.575,00 86.850,00	0.1.00.000000 01.64.000017 01.64.000018 01.64.000019
52 – Construção, Ampliação do Sistema Saneamento Básico	Obra	Un	08	1.000,00	0.1.65.000000
53 – Funcionamento e Manutenção do FMSB	Manutenção	Manutenção	01	22.900,00	0.1.65.000000
54- Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos	Manutenção	Manutenção	01	67.100,00	0.1.65.000000
55 – Recuperação de Malha Viária	Manutenção	Manutenção	01	10.000,00	0.1.65.000000
TOTAL				7.843.513,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DEMONSTRATIVO
IX- 10PRIORIDADES E METAS PARA 2016
DAS DESPESAS POR PROGRAMA

PROGRAMA:

0033 – PLANEJANDO O FUTURO

DIAGNÓSTICO:

Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente e seus departamentos.

DIRETRIZES:

Coordenar, acompanhar e supervisionar planos, programas e projetos relacionados ao desenvolvimento urbano, regularização fundiária e meio ambiente no âmbito do Município; apreciar e opinar sobre anteprojetos de alteração do plano diretor a serem submetidos ao poder legislativo; manifestar-se sobre projetos construtivos de prédios públicos e privados, emitindo declarações de viabilidade, alvarás de construção, habite-se e certidões de averbação; promover a regularização dos parcelamentos de solo irregulares existentes, visando à melhoria das condições de habitação das famílias e o fortalecimento da preservação do meio ambiente, entre outras atribuições.

OBJETIVOS:

Coordenar, instruir, desenvolver e monitorar o processo de planejamento, em consonância com os objetivos previstos no Plano Diretor, e exercer atividades relacionadas à área de urbanismo, uso do solo, obras, áreas públicas e parcelamentos, no âmbito do Município.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
56– Funcion. e Man. da Sec. De Planejamento Territorial e Meio Ambiente	Manutenção	Manutenção	01	754.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				754.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA					DEMONSTRATIVO IX- 11
PRIORIDADES E METAS PARA 2016 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 56 – ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura do Órgão Fundo Municipal da Infância e Adolescência.					
DIRETRIZES: É dever da sociedade participar das iniciativas propostas em relação a crianças e adolescentes. A mobilização das suas múltiplas instâncias é uma das diretrizes do FIA/Garopaba. A participação de todos é entendida como uma das condições básicas para a discussão e solução dos problemas que afetam crianças e adolescentes.					
OBJETIVOS: Desenvolver programas que favoreçam as condições de convivência familiar, evitando situações de afastamento de crianças e adolescentes de seus referenciais, bem como outras situações que firam os direitos previstos em lei. Implantar programas com ênfase na linha de defesa de direitos e proteção especial a crianças e adolescentes.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
28 – Assistência à Criança e ao Adolescente (FMIA)	Manutenção	Manutenção	01	15.200,00	0.1.00.000000
				9.900,00	0.1.62.001004
				20.000,00	0.1.63.001006
TOTAL				45.100,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA					DEMONSTRATIVO IX – 12
PRIORIDADES E METAS PARA 2016 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0048 - ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES E PESCADORES					
DIAGNÓSTICO: Este planejamento de realizações são atribuições da Secretaria da Agricultura e Pesca, que pretende realiza-las, para atender as solicitações de duas categorias de trabalhadores, (Agricultores e Pescadores), que precisam de todo apoio desta Secretaria para a realizações de suas atividades, além de todo o suporte de todos os projetos inerentes as atividades agrícolas e pesqueiras.					
DIRETRIZES: O pronto atendimento aos pedidos dos agricultores e pescadores. Inovação nos projetos, como: Inseminação, Reflorestamento, Cursos de capacitação, Atendimento Veterinário, Aquisição de novas máquinas e Implementos agrícolas, Implantar Entrepósitos de Pescados, Unidades de Processamentos, Implantar Abatedouro municipal com certificado de inspeção Estadual. Manutenção dos Equipamentos Agrícolas e Pesqueiros, Aquisição de novos Equipamentos de Pesca para dar suporte aos pescadores artesanais, como compra de guinchos, Redes, Programa de subsídio do óleo diesel marítimo através da Isenção de impostos, Subsídio do óleo diesel aos pequenos produtores, pecuaristas e pescadores. Intermediar linha de Crédito, manter em funcionamento ou reativar os engenhos de mandioca e cana-de-açúcar, motivar campanhas de vacinação nos rebanhos suscetíveis as zoonoses, elaborar projetos que tragam melhoria na qualidade de vida de nossos agricultores e pescadores. Promover parcerias entre as secretarias que contribuam para melhorar o aprendizado, diminuindo o analfabetismo e incentivando a inclusão digital nas comunidades pesqueira e agropecuária.					
OBJETIVOS: Melhorar os atendimentos prestados por esta secretaria aos nossos agricultores e pescadores. Manter o trabalho de melhoria genética no rebanho bovino deste município. Incentivar a criação e manutenção das cooperativas e associações rural e pesqueira, no sentido de incrementar a renda familiar. Intermediar linhas de crédito para os agricultores e pescadores.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
57 – Aquisição de equipamentos agrícolas e pesqueiros	Máquina	Un	01	1.000,00	0.1.00.000000
				5.000,00	0.1.24.001017
				10.000,00	0.1.24.001023
				5.000,00	0.1.24.001031
58– Const., Ref. Apar. De Empreendimentos Rurais e Pesqueiros	Área	M2	500	1.000,00	0.1.00.000000
				5.000,00	0.1.24.001017
				10.000,00	0.1.24.001023
				5.000,00	0.1.24.001031
59 - Funcionamento e Manut. da Secretaria de Agricultura e Pesca	Manutenção	Manutenção	01	965.800,00	0.1.00.000000
TOTAL				1.007.800,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA					DEMONSTRATIVO IX – 13
PRIORIDADES E METAS PARA 2016 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0051 - GAROPABA QUATRO ESTAÇÕES					

DIAGNÓSTICO:

A cidade de Garopaba é conhecida internacionalmente por suas belezas naturais, suas praias de águas límpidas e areias cristalinas. No entanto, por seu forte potencial turístico é necessário investir cada vez mais na divulgação da cidade e de suas belezas naturais, até hoje inexploradas e pouco promovidas pelo Brasil e pelo mundo. Investir na ampliação e construção de infra-estrutura turística de forma planejada com sustentabilidade e premissa para posicionar e potencializar o município de Garopaba no cenário turístico e esportivo mundial, alinhado a mecanismos de atendimento turístico, divulgação de suas potencialidades e valorização cultural. Esta serão prioridades da Secretaria de Turismo, Esporte e Desenvolvimento.

DIRETRIZES:

Construção de uma identidade forte de Garopaba, perante o cenário nacional e internacional elevando suas potencialidades: belezas naturais, praias, esportes, eco-turismo, cultura e meio ambiente. Promoção de eventos, shows, festas e turismo de qualidade durante todas as estações do ano. Além disso, identificar roteiros turísticos, criar um calendário de eventos, investir em capacitação turística, valorizar nossa gastronomia, hospitalidade, aumentar a temporada de verão, construir mirantes e trapiches.

OBJETIVOS:

Criar uma identidade profissional no setor turístico, atraindo assim público de alto padrão atendendo-os com ótima infra-estrutura, qualidade no atendimento principalmente motivando a mão de obra local. Valorizar as potencialidades da cidade com o suporte necessário para ser auto-sustentável durante o ano inteiro.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
60 – Empreendimentos Turísticos	Obra	Un	02	10.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001012
61- Const., Ref. Apar. Do Centro de Convenções	Obra	Un	01	1.000,00 10.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001012 0.1.24.001030
62 – Construção, Reforma e Apar. de Equipamentos Esportivos	Obra	Un	01	1.000,00 5.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001009 0.1.24.001018
63 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Turístico	Manutenção	Manutenção	01	1.556.100,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001012
64 – Garopaba 04 Estações	Manutenção	Manutenção	01	15.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001012
65 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esporte	Manutenção	Manutenção	01	150.200,00 5.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001009
66 – Incentivo ao Esporte Amador	Manutenção	Manutenção	01	127.100,00	0.1.00.000000
TOTAL				1.950.400,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DEMONSTRATIVO
IX – 14

PRIORIDADES E METAS PARA 2016

DAS DESPESAS POR PROGRAMA

PROGRAMA:

0000 - ENCARGOS GERAIS

DIAGNÓSTICO:

Neste programa estão globalizadas as despesas que, pela sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviços a serem gerados no processo produtivo corrente, como dívidas, contribuições ao PASEP

DIRETRIZES:

Pagamentos mensais de compromissos assumidos por empréstimos, financiamentos e parcelamentos de dívidas

OBJETIVOS:

Manter em dia as obrigações assumidas

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
67 – Amortização e encargos da dívida interna	Manutenção	Manutenção	01	1.025.000,00	0.1.00.000000
68 – Contribuição a GRANFPOLIS, FECAM e C.N.M.	Manutenção	Manutenção	01	185.000,00	0.1.00.000000
69 – Contribuição ao PASEP	Manutenção	Manutenção	01	500.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				1.710.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DEMONSTRATIVO
IX – 15

PRIORIDADES E METAS PARA 2016

DAS DESPESAS POR PROGRAMA

PROGRAMA:

9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

DIAGNÓSTICO:**DIRETRIZES:****OBJETIVOS:**

Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
99 – Reserva de contingência	Manutenção	Manutenção	01	30.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				30.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA					DEMONSTRATIVO IX – 16
PRIORIDADES E METAS PARA 2016					
DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA:					
0060 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA					
DIAGNÓSTICO:					
O regime próprio de previdência possui 290 servidores vinculados ao instituto					
DIRETRIZES:					
Administrar o regime próprio de previdência conforme disposto na legislação vigente.					
OBJETIVOS:					
Constitui um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
70 – Funcionamento e Manutenção do IPREGOBA	Manutenção	Manutenção	01	141.900,00	0.2.03.000000
71 – Amparo aos Inativos e Pensionistas	Manutenção	Manutenção	01	897.000,00	0.2.03.000000
72 – Reserva de Contingência	Manutenção	Manutenção	01	2.873.100,00	0.2.03.000000
TOTAL				3.912.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA					DEMONSTRATIVO IX – 17
PRIORIDADES E METAS PARA 2016					
DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA:					
0025 - SAÚDE PARA POPULAÇÃO					
DIAGNÓSTICO:					
<ul style="list-style-type: none"> Atividade médica restrita ao atendimento da demanda clínica sem a aplicação da filosofia de trabalho preventivo da ESF. Implementação do sistema de informática em rede operante nas unidades e postos de saúde. Precariedade da logística de transporte das equipes. Inexistência de programas de educação continuada e treinamentos. Implementação do tratamento de dependência química. Implementação logística do fornecimento de medicação. Fortalecimento do serviço de vigilância em saúde. Fortalecimento do serviço de assistência social. 					
DIRETRIZES:					
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer, expandir e qualificar a atenção básica como estratégia central de reordenamento do sistema. Atender a critérios e prioridades dos programas e políticas já publicadas em instrumentos próprios do Ministério da Saúde. Fortalecer a política de gestão de tecnologia em saúde por meio da informatização e promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. Fortalecer a logística das redes ambulatoriais e hospitalares. Fortalecer a rede de urgências e emergências. 					
Compatibilizar a aplicação dos recursos financeiros da saúde às prioridades definidas no Pacto pela Saúde pelas três esferas de gestão do SUS					
OBJETIVOS:					
Melhorar a qualidade dos serviços ofertados pelo município, através da Secretaria da Saúde, aos usuários do SUS.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
73 – Aquisição de veículos	Veículo	Un	02	10,00	0.1.00.000000
				100,00	0.1.02.000000
				5.000,00	0.2.23.001015
				100,00	0.2.23.001020
				10.000,00	0.2.92.001103
74 – Construção, Ampliação, Reforma Apar. de Unidades de saúde	Obra	Un	12	10,00	0.1.00.000000
				151.000,00	0.1.02.000000
				5.000,00	0.2.23.001015
				21.000,00	0.2.23.001020
				200.000,00	0.2.23.001053
75 – Manutenção da Atenção Básica	Manutenção	Manutenção	01	400,00	0.2.62.001005
				4.342.831,00	0.1.00.000000
				3.677.590,00	0.1.02.000000
				510.000,00	0.2.14.000060
				416.340,00	0.2.14.000064
				173.940,00	0.2.14.000065
				438.048,00	0.2.14.000066
76 – Manutenção da Média e Alta Complexidade	Manutenção	Manutenção	01	160.000,00	0.2.14.000070
				223.000,00	02.14.000071
				726.000,00	02.14.000073
				710.100,00	0.1.02.000000
				568.772,00	0.2.14.000061
				339.660,00	0.2.14.000067
				157.500,00	0.2.14.000068

77 – Manutenção da Assistência Farmacêutica	Manutenção	Manutenção	01	90.100,00 95.452,00 70.000,00	0.1.02.000000 0.2.14.000063 0.2.14.000072
78 – Manutenção da Vigilância em Saúde	Manutenção	Manutenção	01	190.000,00 40.500,00 76.910,00	0.1.02.000000 0.2.14.000062 0.2.14.000069
80 – Manutenção da Gestão em Saúde	Manutenção	Manutenção	01	285.000,00	0.1.02.000000
TOTAL				13.684.363,00	

DEMONSTRATIVO XI – Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público. Art. 45 da LRF.

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO	CUSTOS
OBRAS EM ANDAMENTO	
1. Pavimentação e Drenagem de Ruas	560.000
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	
1. Reforma de Escolas	244.000
2. Reforma de Posto de Saúde	90.000
3. Reparação de Ruas e Rodovias	85.000
4. Conservação de Veículos e Equipamentos	207.000
TOTAL	1.186.000,00

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 156/2015

DECRETO Nº 156 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso III, da Lei nº 1861, de 23/12/2014.

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

03.001.02.062.1001.2006 Man. e investimentos da Procuradoria Geral	3390	01.00.00	R\$	10.000,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

03.001.02.062.1001.2006 Man. e investimentos da Procuradoria Geral	4490	01.00.00	R\$	10.000,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 157/2015

DECRETO Nº. 157 de 09 de outubro de 2015

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Grazielle Ribeiro, do cargo Comissionado de Diretora de Contabilidade".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1º. – Fica exonerada a servidora GRAZIELLE RIBEIRO, do cargo Comissionado de Diretora de Contabilidade, subordinada à Secretaria Municipal Administração, Planejamento e Finanças, nomeada através do Decreto Nº 276/2013, de 29 de novembro de 2013.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

LEI Nº 1905/2015

LEI Nº 1905, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar em Leilão bens inservíveis de domínio público municipal"

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a alienar através de Leilão os bens inservíveis de domínio público municipal, a partir dos valores apurados pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria 39, de 13 de março de 2015, conforme planilha em anexo.

Art. 2º - O referido material deverá ser vendido em lotes de 1000, 5000 e 10000 pedras cada lote, sendo distribuídos proporcionalmente ao total.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS - LEILÃO PMG 002/2015

LOTE	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR
100	1000 (hum mil) unidades de pedras tipo Paralelepípedo tamanho normal médio 16x16x16 cm	R\$ 675,00/MILHEIRO
50	5000 (cinco mil) unidades de pedras tipo Paralelepípedo tamanho normal médio 16x16x16 cm	R\$ 675,00/MILHEIRO
18	10000 (dez mil) unidades de pedras tipo Paralelepípedo tamanho normal médio 16x16x16 cm	R\$ 675,00/MILHEIRO

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 11/2015**

DECRETO Nº 11/2015

Dispõe sobre o horário de expediente do Poder Legislativo Municipal.

Considerando o horário brasileiro de verão 2015/2016;

Considerando que o referido horário será compreendido entre os dias 18 de outubro de 2015 à 21 de fevereiro de 2016;

Considerando o Parecer Jurídico 41/2015;

Considerando a redução de despesas no período notadamente as referentes ao consumo de energia elétrica;

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Garuva usando de suas atribuições legais e regimentais em especial ao artigo 48, Item I do Regimento Interno, DECRETA:

Art. 1º - O horário de Expediente Interno e Externo do Poder Legislativo Municipal de Garuva, no período compreendido do dia 18 de Outubro de 2015 a 21 de fevereiro de 2016, será:

De Segunda à Sexta-Feira:

Das 13:00 às 19:00 horas.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/10/2015, suspendendo os efeitos do Decreto 09/2015, no período estabelecido no art. 1º.

Gabinete do Presidente, em 09 de outubro de 2015.

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa

Gilmar Martins Elvis Nei Estevam

Vice-Presidente Secretário

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.591, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.591, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.
ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar, em seu artigo 72 e com fundamento na Lei Municipal nº. 3.642 de 01 de julho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 01 de outubro de 2015, conforme classificação no Edital de Processo Seletivo nº 01/2015 de Ampliação de Carga Horária da Secretaria de Saúde, a carga horária dos servidores abaixo conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
EDMILSON FREITAG TERRES	DENTISTA PERIODONTIA	40	1º	SECRETARIA DE SAÚDE
ADIR LUIZ STIZ	DENTISTA	40	1º	SECRETARIA DE SAÚDE
JAIR FRANCISCO STIZ	DENTISTA	40	2º	SECRETARIA DE SAÚDE
LUCIANA GOBBI	DENTISTA	40	3º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/10/2015.

Gaspar, 06 de outubro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 216/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 216/2015

OBJETO: Locação de bem imóvel, com área total de 372,05m² de terreno e contendo uma edificação térrea em alvenaria com 129,00m², localizado na Rua Sete de Setembro, 230, bairro Sete de Setembro, deste Município, que servirá para abrigar as instalações do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel e Urgência no Município de Gaspar. CONTRATADO: ELOI TOMIO (CPF nº 713.207.769-49). BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 13 de outubro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

LEI Nº 3670, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 3670, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DENOMINA DE JOÃO OECKSLER A PONTE DE CONCRETO CONSTRUÍDA SOBRE O RIBEIRÃO ARRAIAL.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Ponte João Oecksler a ponte sobre o Ribeirão Arraial, no Bairro Arraial D'Ouro, no Município de Gaspar.

Parágrafo único. A ponte ora denominada possui:

- I - extensão de 9,50 (nove metros e cinquenta centímetros);
- II - largura de 9,00 (nove metros);
- III - caixa de rolamentos de 7,20 (sete metros e vinte centímetros);
- VI - passeio de 0,90 (noventa centímetros).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 09 de outubro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.818, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.818, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR CELIO SCOTTINI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei 1.305/1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, licença sem vencimento ao servidor CELIO SCOTTINI, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir de 08/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso de Pregão Presencial Nº 155/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de gêneros alimentícios tipo "lance pronto". ENVELOPES: até às 9h do dia 27/10/2015. ABERTURA: às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras Rua Cel Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 13 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 217/2015

OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de Limpeza, Manutenção e Conservação de Vias, Praças e Jardins Públicos. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 30/10/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 13/10/2015

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 060/2015 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000060/15 de 9 de Outubro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(255)4.4.90.00.00.00.00.00.2.009-0000 - Aplicacoes Diretas	6.500,00
06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(071)3.1.90.00.00.00.00.00.2.014-0018 - Aplicacoes Diretas	121.000,00
Total Suplementação:	127.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(034)3.3.30.00.00.00.00.00.2.009-0000 - Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	6.500,00
06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(072)3.1.90.00.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	121.000,00
Total Anulação:	127.500,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 9 de Outubro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 9 de Outubro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 061/2015 - ORÇAMENTO**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000061/15 de 13 de Outubro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS	
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
(009)3.3.90.00.00.00.00.2.034-0154 - Aplicacoes Diretas	585,01
Total Suplementação:	585,01

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS	
14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	
(012)4.4.90.00.00.00.00.2.034-0154 - Aplicacoes Diretas	585,01
Total Anulação:	585,01

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 13 de Outubro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 13 de Outubro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 062/2015 - ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000062/15 de 13 de Outubro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(255)4.4.90.00.00.00.00.2.009-0000 - Aplicacoes Diretas	1.500,00
05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL	
05.01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL	
(049)4.4.90.00.00.00.00.2.011-0000 - Aplicacoes Diretas	8.000,00
Total Suplementação:	9.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(034)3.3.30.00.00.00.00.2.009-0000 - Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	500,00
(035)3.3.90.00.00.00.00.2.009-0000 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENV. RURAL	
05.01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOL. RURAL	
(048)3.3.90.00.00.00.00.2.011-0000 - Aplicacoes Diretas	8.000,00
Total Anulação:	9.500,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 13 de Outubro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 13 de Outubro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS 106.2015 PMGBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2015

PROCESSO Nº 106/2015 HOMOLOGAÇÃO: 13/10/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÕES(TROFÉUS E MEDALHAS)
PARA 1º, 2º E 3º LUGAR QUE SERÃO ENTREGUES AS EQUIPES
VENCEDORAS DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE
CAMPO 2015 CATEGORIA PRINCIPAL E ASPIRANTE DA
PRIMEIRA E SUGUNDA DIVISÃO.

CONTRATADO: JACIR ARCONTI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.136,00 (um mil cento e trinta e seis
reais)

CONTRATADO: PIRAMIDE COMERCIO DE MATERIAIS

ESPORTIVOS LTDA - M

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.694,00 (dois mil seiscentos e noventa e
quatro reais)

CONTRATADO: ROMALDO PEDRO MALDANER 06543804904

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.076,00 (um mil e setenta e seis reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 16.15 AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO IDOSO FESTA IDOSOS (FMAS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC,/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 19/15, Edital de Pregão Presencial Nº 16/15. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Idosos; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 27/10/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 27/10/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br
Guaraciaba em 13 de outubro de 2015.

IDIONE KROTH FABBI,
Ordenador do FMAS

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 137/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 137/2015
Processo Licitatório: 137/2015
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LÂMINAS, PARAFUSOS, ARRUELAS, PINOS DOS DENTES (TRAVA) E DENTES/ UNHA (PONTA) PARA REPOSIÇÃO EM MOTONIVELADORAS, RETROSCAVADEIRAS, CARREGADEIRAS E ESCAVADEIRAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Entrega dos Envelopes: 28/10/2015 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 28/10/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 13 de outubro de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO LICITACAO 125 2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - Registro de Preço 125/2015
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E UNIDADES ESCOLARES.
Entrega dos Envelopes: 27/10/2015 às 09:00 h
Abertura dos Envelopes: 27/10/2015 às 09:15 h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, conforme horário da Secretaria de Educação, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433.
GUARAMIRIM (SC), 08/10/2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTR CONTRATO 101 2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ESPORTES
EXTRATO DO CONTRATO 101/2015

Processo de Licitação: 101/2015 –PMG.
Modalidade: Tomada de Preço – Obras e Serviço de Engenharia
Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO ESPORTIVO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR URBANO TEIXEIRA DA FONSECA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.893.443/0001-87, estabelecida na Rua Augusto Mielke nº 80, Jaraguá do Sul - SC

Valor : R\$ 442.275,81 (quatrocentos e quarenta e dois mil duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos)

Data da Assinatura: 02/10/2015 Vigência de 08 (oito) meses.

GUARAMIRIM (SC), 02/10/2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4247/2015

LEI Nº. 4247/2015

Autoriza o Poder Executivo a Contratar Serviços de Assistência Médica, Ambulatorial e Hospitalar para os Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, com observância da legislação aplicável, a contratação de plano de saúde englobando serviços médicos, hospitalares e psicológicos em favor dos agentes públicos e servidores públicos ativos e inativos, bem como seus dependentes.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, servidor público é a pessoa legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou de provimento em comissão, bem como quem exerce por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos da administração direta.

Art. 2º. A assistência médica, hospitalar e psicológica compreenderá:

I – prestação de serviços médicos com assistência ambulatorial e hospitalar, consultas médicas, serviços auxiliares de diagnósticos e terapia, exames, internação hospitalar para procedimentos clínicos, cirúrgicos e obstétricos em acomodação coletiva, e nos casos necessários em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), com abrangência nacional ou estadual.

II – ações de medicina preventiva e curativa, com cobertura de atendimentos médicos, ambulatoriais, hospitalares, bem como dos atos necessários ao diagnóstico e ao tratamento prestados aos segurados do plano, com abrangência nacional ou estadual.

Art. 3º. Define-se como segurados no Sistema de Assistência a Saúde:

I – O segurado: servidor ativo e inativo nomeado em caráter efetivo para o cargo público do Poder Executivo;

II – O segurado especial: Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, Secretários, Chefia de Gabinete, Procurador Geral, Controlador Geral do Município e demais ocupantes de cargos comissionados de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

III – O segurado dependente: quando devidamente inscrito pelo servidor e qualificado nas condições a seguir:

a) O cônjuge;

b) O companheiro ou companheira nos termos definidos no Regulamento do Sistema de Assistência a Saúde, incluindo-se as uniões homoafetivas;

c) Os filhos solteiros, menores de dezoito anos;

d) Os filhos solteiros maiores de dezoito anos definitivamente inválidos ou incapazes, desde que comprovada a dependência econômica definida em regulamento;

e) Os enteados solteiros, menores de dezoito anos, desde que comprovada a dependência econômica.

IV – Segurado Agregado: quando devidamente inscrito pelo servidor e qualificado nas seguintes condições:

a) O ex-cônjuge, separado judicialmente ou divorciado, com direito à pensão alimentícia, desde que conste expressamente do processo judicial que o segurado ou o segurado especial deverá garantir a sua assistência à saúde.

b) Os menores de dezoito anos que estejam sob a guarda judicial.

Art. 4º. A qualidade de segurado do plano de saúde cessará nas seguintes hipóteses:

I – para o cônjuge, pela separação judicial ou divórcio com homologação ou decisão judicial transitada em julgado;

II – para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável com o segurado, incluindo-se também as uniões homoafetivas;

III – para os filhos ou equiparados dependentes, ao completarem dezoito anos de idade, salvo se inválidos ou incapazes, enquanto permanecerem nesta condição;

IV – pelo rompimento do vínculo funcional ou previdenciário com os órgãos ou entes do Município;

V – pelo falecimento.

Art. 5º. O sistema de Assistência à Saúde, através de plano de saúde, colocado à disposição dos servidores ativos e inativos será na proporção de 100% (cem por cento) do valor da mensalidade.

§ 1º As mensalidades referentes aos dependentes do segurado correrão por conta exclusiva do servidor, limitado ao previsto no artigo 6º da presente Lei.

§ 2º O município contribuirá com R\$ 30,00 (trinta reais) na mensalidade dos servidores que aderirem ao plano, corrigidos na proporção do aumento proposto pela contratada.

Art. 6º. O servidor participará do custeio das despesas do plano de saúde mediante desconto em folha de pagamento, limitado ao

valor de até 50% (cinquenta por cento) de sua remuneração.

§ 1º Para efeito de desconto do percentual devido pelo servidor, será considerado como remuneração, exclusivamente, o vencimento, o adicional por tempo de serviço e a gratificações.

§ 2º Para efeito desta Lei, as despesas do plano de saúde abrangem o valor da mensalidade e da co-participação.

Art. 7º. A adesão ao plano de saúde é facultativa e dar-se-á mediante manifestação escrita do servidor ativo ou inativo, bem como os dependentes.

Art. 8º. Os segurados contribuirão financeiramente nas despesas, a título de fator moderador denominado co-participação, com percentual de até 50% (cinquenta por cento), quando da utilização dos serviços de assistência à saúde.

§ 1º O valor da co-participação dos segurados nas despesas médicas será descontado em parcela única até o limite de 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal, prevista no parágrafo único do artigo 6º desta lei.

§ 2º O saldo devedor resultante da aplicação da regra prevista no §1º deste artigo deverá permanecer armazenado nos dados financeiros do segurado, para desconto nos meses subsequentes até a quitação total do débito.

§ 3º No caso de demissão e/ou exoneração com ou sem justa causa, o valor deverá ser quitado em parcela única.

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei onerarão as dotações próprias do orçamento vigente, devendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de publicação.

Guaramirim/SC, 16 de setembro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

RGF 1º SEMESTRE DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA RETIFICADO

RGF - ANEXO 2 (LRF, art 55, inciso I, alínea 'b')

DÍVIDA CONSOLIDADA	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2015	
		1º Semestre	2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC(I)	5.407.003,24	4.536.478,53	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	5.407.003,24	4.536.478,53	0,00
Interna	5.407.003,24	4.536.478,53	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II) ¹	8.497.399,13	12.558.238,23	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.130.596,61	14.955.679,78	0,00
Demais Haveres Financeiros	34.238,37	62.423,06	0,00
(-) Restos a Pagar Processados(Ex-ceto Precat.)	4.667.435,85	2.459.864,61	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(D-CL)(III)=(I-II)	(3.090.395,89)	(8.021.759,70)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	98.062.651,25	98.813.433,84	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	5,51	4,59	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(3,15)	(8,12)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	117.675.181,50	118.576.120,61	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	105.907.663,35	106.718.508,55	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2015	
		1º Semestre	2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	5.749.978,25	4.879.453,54	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	752.038,50	738.261,54	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	409.063,49	395.286,53	0,00
Previdenciária	25.091,01	11.314,05	0,00
Demais Contribuições Sociais	383.972,48	383.972,48	0,00
Do FGTS	342.975,01	342.975,01	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	4.997.939,75	4.141.192,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo Exerc. Anterior	Saldo do Exercício de 2015	
		1º Semestre	2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	109.385,21	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	926.077,11	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERC. ANTERIORES	967.772,53	275.900,27	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA-ARO	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	Saldo Exerc. Anterior	Saldo do Exercício de 2015	
		1º Semestre	2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X) ¹	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREV. (XI)=(IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema , Unidade Responsável

Data Emissão:	05/out/2015	Hora de emissão:	
---------------	-------------	------------------	--

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha de "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Notas:

RGF 1º SEMESTRE DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL RETIFICADO**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM****Retificação do Relatório de Gestão Fiscal**

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 68,11504,11505,11506,11507,11508,14720,15192

Poder: Executivo

Período de Referência: Julho de 2014 a Junho de 2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 85, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processado (a)
	Jul/2014	Ago/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.564.282,62	3.483.546,15	3.463.571,64	3.370.818,95	5.369.839,92	6.711.065,81	3.185.789,30	3.352.637,27	3.769.889,45	3.916.108,69	3.902.958,84	3.948.119,88	48.088.758,7	0,00
Pessoal Ativo	3.550.380,37	3.479.643,90	3.449.669,59	3.356.916,70	5.348.986,56	6.698.922,18	3.171.887,05	3.378.735,02	3.755.019,65	3.901.138,89	3.887.869,04	3.933.150,08	47.912.438,0	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.902,25	13.902,25	13.902,25	13.902,25	20.853,36	12.173,63	13.902,25	13.902,25	14.969,80	14.969,80	14.969,80	14.969,80	176.319,69	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (art.18,§1º da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.313.245,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.313.245,55	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.313.245,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.313.245,55	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.564.282,62	3.483.546,15	3.463.571,64	3.370.818,95	5.369.839,92	4.397.850,26	3.185.789,30	3.352.637,27	3.769.889,45	3.916.108,69	3.902.958,84	3.948.119,88	45.775.513,1	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL												VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)												98.813.433,84	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)												45.775.513,17	46,33	
LIMITE MÁXIMO (inciso I, II e III do art.20 da LRF) - 54,00%												53.359.254,27	54,00	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,30%												50.691.291,56	51,30	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,60%												48.023.328,85	48,60	

FONTE: Sistema Alende Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão: 06/out/2015 Hora de emissão: 08h e 40m

Notas:

RGF 1º SEMESTRE DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIA DE VALORES RETIFICADO

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			
GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo do Exercício Anterior	Saldos do Exercício de 2015	
GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo do Exercício Anterior	1º Semestre	2º Semestre
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	98.062.651,25	98.813.433,84	0,00
% do Total das Garantias sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
Limite definido por resolução do Senado Federal 22%	21.573.783,28	21.738.955,44	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>	19.416.404,95	19.565.059,90	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	Saldo do Exercício Anterior	1º Semestre	2º Semestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (VII)=(V + VI)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM			
Data Emissão:	05/out/2015	Hora de emissão:	11h e 48m

RGF 1º SEMESTRE DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RETIFICADO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Período	Até o Período
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	346.604,35	346.604,35
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	346.604,35	346.604,35
Interna	346.604,35	346.604,35
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, P 1º)	0,00	0,00
Outras operações de Crédito	346.604,35	346.604,35
Externas	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrim	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	98.813.433,84	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	346.604,35	0,35
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	15.810.149,41	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%> (90% dos 16%)	14.229.134,47	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.916.940,37	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	346.604,35	0,35

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data Emissão:

05/out/2015

Hora de emissão:

14h e 01m

Notas:

¹ Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.

² < Medidas Corretivas >

RGF 1º SEMESTRE DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL RETIFICADO

LRF, art. 48 - Anexo 6

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	45.775.513,17	46,33
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	53.359.254,27	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	50.691.291,56	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(8.021.759,70)	(8,12)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	118.576.120,61	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	346.604,35	0,35
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido no Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	15.810.149,41	16,00
Limite Def. pelo Senado Federal p/Oper. de Crédito/ Antecipação da Receita	6.916.940,37	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Data emissão:

05/10/2015

Hora de emissão:

15:14:11

Notas:

Guarujá do Sul

PREFEITURA

153/2015

Decreto 153/2015

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.399/14 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 35.326,12(trinta e cinco mil, trezentos e vinte e seis reais e doze centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item orçamentário:

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

01- Departamento de Assistência Social:

Atividade: 1201.08.241.0006.2.049

(3) 3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 15.326,12

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

02- Coordenação de Programas:

Atividade: 1202.08.244.0006.2.061

(23)3.3.90.00-00.00.052- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

SOMA R\$ 35.326,12

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

01- Departamento de Assistência Social:

Atividade: 1201.08.241.0006.2.049

(2) 3.1.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 14.326,12

(4) 4.4.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 800,00

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

02- Coordenação de Programas:

Atividade: 1202.08.244.0006.2.061

(21)3.1.90.00-00.00.052- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

SOMA R\$ 35.326,12

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

13 de outubro de 2015.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Rosa Isabel Montagner

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREF 57

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Conforme Ata nº. 01/2015 – PL nº 57/2015 – TP nº. 09/2015 para Contratação de empresa para Execução de obra para construção de galeria para escoamento de agua pluvial na Rua Vereador Jose Leo Rippel, município de Guarujá do Sul. Convenio nº. 2015TR000721 (Processo nº. SDR30 00000965/2014), através do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e o município de Guarujá do Sul. ENCERRAMOS O REFERIDO PROCESSO LICITATORIO POR NÃO HAVER NENHUM INTERESSADO EM PARTICIPAR DO EVENTO OCASSIONANDO UMA LICITAÇÃO DESERTA.

Guarujá do Sul, 06 de outubro de 2015.

Jose Carlos Foiatto;

Presidente

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.352/2014.

DECRETO Nº 3.452/2015.

REVOGA O DECRETO Nº 3.210/2013 QUE "APROVA LOTEAMENTO BARCELONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), QUE ESPECIFICA.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 3.210/2013 que "aprova o Loteamento Barcelona e dá outras providências" do Município de Herval d' Oeste (SC).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 30 de setembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

DECRETO Nº 3.353/2014.

DECRETO Nº 3.453/2015.

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO "LOTEAMENTO BARCELONA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito do Município de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento denominado "Loteamento Barcelona", de propriedade de Aldyr Balestrin, inscrito no CPF nº 133.224.609-59, sito Acesso Egídio Pozzobon, Herval d'Oeste (SC), contendo a área total de 223.453,81m² (Duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e três metros e oitenta e um centímetros quadrados), constante de escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Herval d'Oeste (SC), matrícula nº 57 e 2.890, estando em anexo a este Decreto o Memorial Descritivo de todos os Lotes e a Planta Geral do Loteamento.

Art. 2º. A área total de lotes é de 108.220,24m².

Art. 3º. Fica destinado à incorporação ao Patrimônio Público Municipal, a área de 45.316,43m² para as vias públicas do Loteamento; a área de 10.995,52m² para a área verde; e 13.841,31m² para a área institucional.

Art. 4º. A área remanescente do Loteamento Barcelona é de 14.722,31m², e a APP – Área de Preservação Permanente é de 30.358,00m².

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 30 de setembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 1146/2015

PORTARIA Nº 1146/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 48 (quarenta e oito dias) dias de Licença Prêmio, ao servidor ANTONIO BORGES DOS SANTOS (Matr. 212), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "P", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 13 de outubro de 2015 a 29 de novembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1147/2015

PORTARIA Nº 1147/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora DEYSE ELAINE ROCHA BEVILÁQUA (Matr. 3795), a partir de 13 de outubro de 2015, a qual exercia a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1148/2015

PORTARIA Nº 1148/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 073/2015, do Servidor LUIZ HENRIQUE G. DALOSSO VALGRANDE (Matr. 3087), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Analista de Execução de Obras Públicas, Nível – 11, Referência "B", 20 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de janeiro de 2013 e 10 de janeiro de 2014, para serem gozadas a partir de 13 de outubro de 2015 a 01 de novembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1149/2015

PORTARIA Nº 1149/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora KELLI CRISTINA WALDRIGUES MOHL (Matr. 2868) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2013 e 16 de dezembro de 2014, para serem gozadas a contar de 13 de outubro de 2015 a 11 de novembro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1150/2015

PORTARIA Nº 1150/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LENI APARECIDA SABEI (Matr. 2700) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Controlador de Políticas da Saúde, Nível – 12/1, Referência "C",

40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de abril de 2014 e 31 de março de 2015, para serem gozadas a contar de 13 de outubro de 2015 a 11 de novembro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1151/2015

PORTARIA Nº 1151/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora CARMEN SOLLÁ C. BOLDRINI (Matr. 544) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, Nível – 10/2, Referência "H", 20 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de outubro de 2013 e 16 de outubro de 2014, para serem gozadas a contar de 13 de outubro de 2015 a 11 de novembro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1152/2015

PORTARIA Nº 1152/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora GELCI DE GIACOMETTI (Matr. 337) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Telefonista, Nível – 6/2, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2013 e 31 de outubro de 2014, para serem gozadas a contar de 13 de outubro de 2015 a 11 de novembro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Outubro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1153/2015

PORTARIA Nº 1153/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 464/2015, da Servidora MARCIA JUSSARA S. ZAGONEL (Matr. 97), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Supervisor Escolar, Nível 12, Referência "D", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de fevereiro de 2010 e 22 de fevereiro de 2011, para serem gozadas a partir de 13 de outubro de 2015 a 27 de outubro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Outubro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de leites especiais para pacientes com restrições alimentares, atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14h00min horas do dia 26/10/2015

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 09 de outubro de 2015.

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Saúde

TIPO: Menor Preço Unitário

OBJETO

Aquisição de 02 veículos automotores terrestres, zero quilômetro, ano de fabricação-modelo 2015/2016 com capacidade mínima de 07 (sete lugares) para uso da Secretaria Municipal de Saúde.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 16:00 horas do dia 28/10/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 09 de outubro de 2015

NELSON GUINDANI
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO: Menor preço por Item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de materiais em acrílico e placas identificadoras para as diversas ESFS do Município pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14h00min horas do dia 29/10/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 09 de outubro de 2015.

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº CM 0140/2015

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0140/2015

“Constitui e Nomeia integrantes da Comissão Legislativa Especial para acompanhar os trabalhos de toda rede de assistência social no município de Herval d'Oeste e dá outras providências”

LEONARDO MASCARELLO, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída COMISSÃO LEGISLATIVA ESPECIAL para acompanhar os trabalhos de toda a rede de assistência social no município de Herval d'Oeste, incluindo as entidades: CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial - e CRAS – Centro de Referência e Assistência Social - e buscar soluções para esta grave situação social.

Art. 2º Ficam nomeados como membros titulares da Comissão Legislativa Especial, os seguintes vereadores:

- a) Leonardo Mascarello
- b) Everton Parisenti
- c) Sérgio Moacir do Nascimento
- d) Jean Patrick Giusti
- e) Vanderlei Antunes da Silva

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 13 de outubro de 2015.

LEONARDO MASCARELLO
Presidente

Imbituba

PREFEITURA

COMUNICADO DE SUSPENSÃO - PROCESSO Nº. 06/2015 PR 05/2015 (FUNREBOM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNREBOM

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através de seu Pregoeiro Oficial, comunica que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 06/2015 – Pregão Presencial 05/2015, para análise de Impugnação.

Imbituba, 14 de Outubro de 2015.
Dilson Petrassem Junior
Pregoeiro Oficial

EDITAL 002.2015 PROESPORTE

EDITAL PROESPORTE Nº 002/2015

A Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Cultura de Imbituba - SETEC, com sede na Rua Getúlio Vargas s/n (Antiga Estação Ferroviária) – Centro- Imbituba - SC, através do presente Edital, comunica que se encontram abertas, no período de 13 de outubro à 26 de outubro de 2015, as inscrições para o EDITAL PROESPORTE, que regulamenta a concessão de incentivo fiscal destinado a atividades esportivas na cidade de Imbituba - SC, de acordo com o Programa Municipal de Incentivo ao Esporte de Imbituba – PROESPORTE, instituído pela Lei Complementar do Município de Imbituba - SC nº 4.286, de 12 de novembro de 2013, segundo as condições estabelecidas no mesmo. O objetivo geral é apoiar iniciativas esportivas no Município de Imbituba que se revistam de interesse esportivo, buscando apoiar a viabilização de projetos esportivos; buscar a ampliação das oportunidades para o desenvolvimento do esporte; e oportunizar a construção de uma cidadania que amplie o acesso e o desenvolvimento das mais variadas modalidades esportivas na sociedade imbitubense.

1) DO OBJETO

1.1) O Programa Municipal de Incentivo ao Esporte de Imbituba – PROESPORTE, tem por objetivo o apoio e a viabilização de Projetos Esportivos, mediante incentivo fiscal, por meio de renúncia fiscal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e/ou Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

1.2) Constitui objeto do presente Edital a concessão de incentivo fiscal para a execução de 01 (um) Projeto Esportivo durante o ano de 2015 no valor de R\$ 8.170,43(oito mil e cento e setenta reais e quarenta e três centavos), após analisados e aprovados pela SETEC, Comissão Municipal de Incentivo ao Esporte – CMIE e Conselho Municipal do Esporte – CME;

2) DA PARTICIPAÇÃO

2.1) poderão concorrer ao presente Edital:

a) Pessoas Físicas;

b) Pessoas jurídicas de direito privado, desde que conste que entre as atividades econômicas primárias ou secundárias, atividades esportivas;

2.2) Os proponentes deverão ter residência ou sede comprovada na cidade de Imbituba;

2.3) Com desempenho comprovado na área esportiva.

3) DO PRAZO, LOCAL E FORMA DAS INSCRIÇÕES

3.1) Os proponentes deverão apresentar os Projetos Esportivos, juntamente com a documentação prevista nos itens abaixo do presente Edital, em dois envelopes, conforme segue:

a) O primeiro envelope, denominado DOCUMENTAÇÃO, devidamente identificado e lacrado, deverá conter os documentos previstos nos itens 3.2 deste Edital, em papel A4, organizados e rubricados. Para a identificação deste envelope, o proponente deverá colar em sua parte externa a seguinte etiqueta conforme modelo abaixo:

ENVELOPE Nº01 DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE:

SEGMENTO:

DESCRIÇÃO:

b) O segundo envelope, denominado PROJETO ESPORTIVO, devidamente identificado e lacrado, deverá conter o Projeto do Proponente previstos nos itens 3.3 deste Edital, em papel A4, organizado e rubricado, conforme o modelo anexo, que permitam explicar satisfatoriamente o projeto para pleno entendimento e compreensão da equipe avaliadora. Para a identificação deste envelope, o proponente deverá colar em sua parte externa a seguinte etiqueta conforme modelo abaixo:

ENVELOPE Nº02 PROJETO ESPORTIVO

PROPONENTE:

SEGMENTO:

DESCRIÇÃO:

3.2) Somente serão considerados habilitados os proponentes que apresentarem a seguinte documentação:

I – Quando o Proponente for Pessoa Física:

- a) Cópia de documento de identificação, com foto;
- b) Certidão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
- c) Currículo, contendo as atividades esportivas desenvolvidas no ano atual e ano anterior a solicitação, dentro ou fora do município de Imbituba, com os respectivos Rankings, devidamente comprovadas;
- d) Comprovante relativo ao domicílio no município de Imbituba;
- e) Declaração acerca da inexistência de dívida com o poder público municipal, fornecida pela Prefeitura Municipal de Imbituba, e de Certidão Negativa de Débitos Estadual e Federal;

II – quando o Proponente for Pessoa Jurídica:

- a) Cópia do estatuto ou contrato social e respectivas alterações, devidamente registrado, acompanhada da ata ou ato de constituição da direção;
- b) Certidão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, contendo “atividade esportiva” registrada no campo “Código e descrição da atividade econômica principal” ou “Código e descrição da atividade econômica secundária”;
- c) Comprovante de estar sediada no município de Imbituba;
- d) Cópia da Ata que elegeu a última diretoria;
- e) Declaração da inexistência de dívida com o poder público municipal fornecida pela Prefeitura Municipal de Imbituba e de Certidão Negativa de Débitos Estadual e Federal;
- f) Cópia de documento de identificação, com foto, do seu dirigente máximo e do responsável pelo Projeto Esportivo, se não forem os mesmos;
- g) Certidão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do seu dirigente máximo e do responsável pelo Projeto Esportivo, se não forem os mesmos;
- h) Portfólio contendo as atividades esportivas desenvolvidas pela mesma no ano anterior e no ano atual a solicitação, dentro ou fora do município de Imbituba, com os respectivos Rankings devidamente comprovados.

3.3) Para a apresentação do Projeto Esportivo, seguir-se-ão os seguintes critérios:

- a) Preencher e encaminhar ofício à SETEC apresentando o PROJETO ESPORTIVO (Anexo I da Resolução PMI/ESPORTE nº 001/2014),
- b) Preencher e apresentar o formulário do PROJETO ESPORTIVO (Anexo II da Resolução PMI/ESPORTE nº 001/2014),
- c) Preencher e apresentar o PLANO DE APLICAÇÃO detalhado e orçado (Anexo III da Resolução PMI/ESPORTE nº 001/2014), prevendo a realização de todas as ações voltadas à execução do objeto estabelecido neste edital.
- d) Anexar ao Projeto Esportivo as informações necessárias para a compreensão e apresentação do projeto, tais como imagens, vídeos, áudio, protótipos, roteiros, ementas e outros.
- e) Preencher e apresentar o formulário de DADOS DO PROPONENTE, com currículo do dirigente máximo e do responsável pelo Projeto Esportivo, se não forem os mesmos (Anexo IV da Resolução PMI/ESPORTE nº 001/2014).
- f) Preencher e apresentar após aprovação do Projeto o formulário de PRESTAÇÃO DE CONTAS (Anexo V da Resolução PMI/ESPORTE nº 001/2014),
- g) As autorizações para uso de espaços são de responsabilidade do proponente e caso já as possua, poderão estar anexadas ao projeto.

3.5 O período de entrega do Projeto será de 15 dias a partir da publicação deste Edital no DOM/SC, estimado entre o dia 13 de outubro de 2016 a 26 de outubro de 2015, não sendo aceitas inscrições apresentadas fora deste período.

3.6 O CME poderá solicitar a qualquer tempo qualquer informação que julgue necessária à comprovação de documento apresentado pelo Proponente.

4) DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

4.1) somente serão considerados habilitados os proponentes que apresentarem todos os documentos exigidos no item 3.1 do presente

Edital;

4.2) Todos os projetos esportivos dos proponentes habilitados serão analisados pelo CMIE e CME;

4.3) Os projetos que não estiverem de acordo com o Edital não serão contemplados;

4.4) A CMIE e a CME deverão adotar, no mínimo, os seguintes critérios objetivos na seleção das propostas:

a) avaliação das dimensões esportivas do projeto e tempo de atuação – gerar saúde, propiciar lazer, congraçamento entre atletas, responsabilidade social, inclusão e ascensão social;

b) adequação orçamentária;

c) viabilidade de execução, equilíbrio entre as modalidades esportivas e distribuição geográfica dentro do município; e

d) capacidade técnico-operacional do proponente e sua posição no Ranking da modalidade;

4.5) O PROPONENTE deverá PROTOCOLAR o projeto no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Imbituba, endereçado à Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura- SETEC, que encaminhará ao CME e este, por sua vez enviará a CMIE para avaliação do projeto;

4.6) A comissão do CMIE usará ata como documento oficial de registro legal para a abertura dos envelopes. Após este procedimento os projetos selecionados serão encaminhados para aprovação do CME, que remeterá à SETEC;

4.7) A comissão do CME terá um prazo de 30 dias para análise e entrega dos projetos selecionados para a SETEC, que fará a publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, site: www.diariomunicipal.sc.gov.br, da lista dos projetos selecionados e dos não selecionados;

4.8) Os recursos destinados a uma área ESPORTIVA beneficiada pelo EDITAL PROESPORTE, eventualmente não utilizados por falta de projetos propostos ou qualificados, poderão ser destinados a outras áreas, por aprovação em assembleia realizada pelo CME.

5) DA CAPTAÇÃO DO INCENTIVO FISCAL:

5.1) A SETEC emitirá uma Declaração de Incentivo para a SEFAZ (Secretaria da Fazenda) descrevendo a classificação dos projetos contemplados;

5.2) A SEFAZ emitirá os Certificados de Incentivo a Projeto Esportivo – CIPE, nominal e intransferível, equivalentes a 10 UFM (Unidade Fiscal do Município), em quantidade suficiente para compor o valor da Declaração de Incentivo no prazo de 30 dias;

5.3) O CIPE terá prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da sua expedição;

5.4) O CIPE assegura ao Incentivador Esportivo, após a comprovada transferência de recursos financeiros para a realização de Projeto Incentivado, a utilização dos mesmos para o pagamento de impostos municipais no percentual correspondente a 20% (vinte por cento) do valor devido a cada incidência dos tributos.

5.5) Os contribuintes que pagarem os impostos parceladamente também poderão patrocinar Projetos Incentivados, cabendo à SEFAZ definir, com a SETEC, a sua operacionalização;

5.6) Os contemplados deverão comparecer a sede da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura de Imbituba, após a publicação no Diário Oficial dos Municípios, no prazo de 45 dias úteis para firmar o respectivo instrumento, sujeitando-se as normas expressas no presente Edital. O não comparecimento no prazo fixado para assinatura do convênio será considerado como desistência;

5.7) Em todos os recursos de mídia e divulgação, na realização dos projetos beneficiados, deverá ser inserida a logomarca do PROESPORTE, e do Governo Municipal de Imbituba, que serão disponibilizados pela SETEC;

5.8) Todos os materiais impressos relacionados ao projeto beneficiado deverão ser submetidos à análise da Secretaria Especial de Comunicação - SECOM do Governo de Imbituba, antes da confecção dos mesmos;

5.9) No caso de o Incentivado não cumprir o prazo de produção ou não utilizar a totalidade dos recursos captados, deverá devolver o montante recebido ou não utilizado à Prefeitura Municipal de Imbituba, corrigido monetariamente.

6) DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1) O relatório e respectiva prestação de contas do projeto beneficiado deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Imbituba, segundo os formulários constantes no Anexo IV da Resolução PMI/SESPORTE nº 001/2014, devidamente preenchidos, assinados e acompanhados da documentação comprobatória das despesas realizadas pelo projeto, no prazo de até 30 (trinta) dias após a conclusão do projeto;

6.2) Prazo máximo de um ano para a execução do projeto;

6.3) Será encaminhada uma cópia da prestação de Contas ao Órgão Competente para análise contábil e outra ao CME / CMIE para análise de cumprimento do projeto;

6.4) Na prestação de contas só serão aceitos os comprovantes de despesas efetuadas a partir da data de liberação e entrega dos CIPE;

6.5) Junto à prestação de contas deverá ser anexado o relatório final do projeto.

7) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1) A inscrição do Proponente implica na integral concordância das normas deste Edital;

7.2) A Prefeitura Municipal de Imbituba, em todas as suas instâncias e programas, poderá fazer uso das imagens e sons dos projetos aprovados, por tempo ilimitado, sem quaisquer ônus adicionais, para divulgação do EDITAL PROESPORTE e demais convicções institucionais, entre outras ações governamentais;

7.3) Os projetos que não forem aprovados estarão à disposição dos proponentes na SETEC;

7.4) Rejeitada a prestação de contas em razão da existência de dolo, fraude, simulação, conluio, desvio dos objetivos ou dos recursos, o proponente estará sujeito à multa de 2 (duas) vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias, bem como a exclusão de qualquer possibilidade de benefício do PROESPORTE, por um período de 8 (oito) anos após o cumprimento dessas obrigações.

Imbituba – SC, 09 de outubro de 2015.

PAULO JUCHEM SEFTON
Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

ANEXO I

Ofício nº ____/20__ Imbituba/SC, ____ de _____ de 2015.

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, com base no Edital nº ____/20__, vimos pelo presente apresentar-lhe o Projeto Esportivo no valor de R\$ _____ (_____), em benefício de _____ (entidade ou pessoa física), com a finalidade de custear o projeto " _____ ".

Solicitamos ainda que o mesmo seja encaminhado ao CMIE – Conselho Municipal de Incentivo ao Esporte e posteriormente ao CME – Conselho Municipal de Esporte para as devidas análises, aprovação e possível liberação.

Respeitosamente,

Nome do Proponente

Ilustríssimo Senhor
PAULO JUCHEM SEFTON
Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC
IMBITUBA – SC

ANEXO II

RESOLUÇÃO PMI/SESPORTE Nº 002, de 11 de dezembro de 2014.

	PROJETO ESPORTIVO	
--	-------------------	--

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
01 - TÍTULO DO PROJETO:	02 – NÚMERO DO EDITAL:
03 - CATEGORIA A QUE CONCORRE : () PESSOA FÍSICA () PESSOA JURÍDICA	
04 - ÁREA ESPORTIVA:	

ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO
05 - () MUNICIPAL 06 - () REGIONAL 07 - () ESTADUAL
08 - () NACIONAL 09 - () INTERNACIONAL

DESCRIÇÃO DO PROJETO
10 - DESCRIÇÃO:

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

11 - JUSTIFICATIVA:

OBJETIVO DO PROJETO

12 - OBJETIVO:

PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO PROJETO

13 - DURAÇÃO (MESES):

14 - INÍCIO:

15 - FINAL:

OBSERVAÇÕES

16 - OBSERVAÇÕES:

DECLARAÇÃO

17 – Declaro que a inscrição efetuada implica na plena aceitação de todas as condições estabelecidas na Lei Municipal nº 4.286 de 12/11/2013, e do Edital PROESPORTE nº 001/2014 da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Imbituba - SESPORTE.

E também que as informações prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

18 - Data:

19 - Assinatura do Proponente Esportivo:

CONFORMIDADE - CMIE

(não preencher – uso interno do CMIE)

20 - Presidente:

21 - CPF:

22 - Aferição:

23 - Data:

24 - Assinatura:

PARECER - CME

(não preencher – uso interno do CMIE)

25 - Presidente:

26 - CPF:

27 - Aferição:

28 - Data:

29 - Assinatura:

ANEXO III

RESOLUÇÃO PMI/SESPORTE Nº 002, de 11 de dezembro de 2014.

PLANO DE APLICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

01 - TÍTULO DO PROJETO:

02 – NÚMERO DO EDITAL:

03 - CATEGORIA A QUE CONCORRE : () PESSOA FÍSICA () PESSOA JURÍDICA

04 - ÁREA ESPORTIVA:

INVESTIMENTOS

Nº	05 - TIPO DE DESPESA	06 - VALOR/R\$	%
01			
02			
03			
03			
03			
03			
04			
05			

06			
07			
07 - TOTAL DE INVESTIMENTOS			

OUTRAS FONTES DE ARRECADAÇÕES			
08 - Nº		09 - VALOR/R\$	

OBSERVAÇÕES			
10 - OBSERVAÇÕES:			

DECLARAÇÃO			
11 - Declaro que a inscrição efetuada implica na plena aceitação de todas as condições estabelecidas na Lei Municipal nº 4.286 de 12/11/2013, e do Edital PROESPORTE nº 001/2014 da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Imbituba - SESPORTE. E também que as informações prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.			
12 - Data:	13 - Assinatura do Proponente Esportivo:		

CONFORMIDADE - CMIE	
(não preencher – uso interno do CMIE)	
14 - Presidente:	15 - CPF:
16 - Aferição:	
17 - Data:	18 - Assinatura:

PARECER - CME	
(não preencher – uso interno do CMIE)	
19 - Presidente:	20 - CPF:
43. Aferição:	
21 - Data:	22 - Assinatura:

ANEXO IV

RESOLUÇÃO PMI/SESPORTE Nº 002, de 11 de dezembro de 2014.

	DADOS DO PROPONENTE	
--	---------------------	--

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO		
01 - TITULO DO PROJETO:	02 – NÚMERO DO EDITAL:	
03 - CATEGORIA A QUE CONCORRE : () PESSOA FÍSICA () PESSOA JURÍDICA		
04 - AREA ESPORTIVA:		

DADOS DO PROPONENTE		
05 - NOME OU RAZÃO SOCIAL:	06 - ATIVIDADE PRE-PONDERANTE	07 - DATA da FUNDAÇÃO OU de NASCIMENTO

14 - TOTAL DAS DESPESAS PAGAS			

DECLARAÇÃO

15 - Declaro que a inscrição efetuada implica na plena aceitação de todas as condições estabelecidas na Lei Municipal nº 4.286 de 12/11/2013, do Edital PROESPORTE nº 001/2014 da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Imbituba - SESPORTE.
E também que as informações prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

16 - Data:	17 - Assinatura do Proponente Esportivo:
------------	--

PARECER CONTÁBIL

(não preencher – uso interno Da Contabilidade)

18 - Analista:	19 - CPF ou Matrícula:
----------------	------------------------

20 - Aferição:	
----------------	--

21 - Data:	22 - Assinatura:
------------	------------------

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 04/2015

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 04/2015.

O Prefeito Municipal de Imbituba, com base no Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei Complementar (LRF) nº. 101, de 04 de maio de 2000, convida toda a sociedade civil e organizada com a atuação e sede no Município de Imbituba, bem como demais munícipes, para participar da Audiência Pública que fará realizar no dia 14 de outubro de 2015, as 18 h, no Plenário da Câmara de Vereadores de Imbituba, na qual apresentara a avaliação da LOA (Lei Orçamentária Anual) 2016.

Imbituba – SC, 13 de Outubro de 2015.

Ivam Vítório
Secretário da Fazenda

EDITAL SEAGP Nº 152/2015

EDITAL SEAGP N° 152/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 008/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 14 de Outubro a 13 de Novembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseqüente, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 13 de outubro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 152/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista

Guilherme Cassafuz Antunes

EDITAL SEAGP Nº 153/2015

EDITAL SEAGP Nº 153/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 15 de Outubro a 14 de Novembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 14 de outubro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 153/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Psicólogo

Roseli Rodycz Wendt

PORTARIA PMI/GGP Nº 556/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 556, de 09 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, o abaixo relacionado, admitido em 08 de outubro de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 05/2013 e PORTARIA PMI/DGP Nº 681/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Mário Sérgio dos Santos Pereira	Motorista - 40h	509.507.970-49	07/10/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 09 de outubro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 557/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 557, de 09 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Instrutora de Manicure e Pedicure - SOCIAL, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 10 de outubro de 2013, através da PORTARIA PMI/DGP Nº 650/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Priscila Sousa Araújo	Instrutora de Manicure e Pedicure SOCIAL – 20h	054.007.519-11	09/10/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 09 de outubro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 558/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 558, de 09 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 01 de abril de 1985, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rosemar Ana da Silva dos Santos	Servente Merendeira 40h	303.518.129-20	10/10/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 09 de outubro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 14/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2015, Processo de Licitação nº 9/2015, homologado em 09 de outubro de 2015.

Objeto: aquisição de um veículo novo, destinado ao setor de Vigilância Epidemiológica e Sanitária.

Valor: R\$ 49.900,00 (Quarenta e Nove Mil Novecentos Reais)

Assinatura: 09/10/2015 Vigência: 09/04/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

Contratado: DE MARCO LTDA, situada na AVENIDA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES- Nº 5110, Bairro: SÃO CRISTOVÃO, CEP: 89.700-000, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.584.556/0007-58.

PORTARIA Nº. 407/2015 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A PEDIDO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A TATIANE ZANELLA, matrícula 2064-8, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 10/10/2014 a 09/10/2015 e gozo de 13/10/2015 a 11/11/2015.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 13/10/2015.

Ipumirim - SC, 13 de outubro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

ATA DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO Nº 03/2015 FMS

Presentes à Sessão Pública, referente ao Processo Licitatório nº 03/2015, Pregão Presencial nº 02/2015 - FMS, para "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.", Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka – Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand; Sra. Patricia Fabiane Fronczak e Sr. Reinaldo Stasiak – equipe de apoio, designados pela Portaria nº 540/2015.

Aberta a Sessão Pública, a Comissão de Pregão se reuniu nesta data, para análise do pedido de revogação do processo em epigrafe, conforme Ofício nº 804/2015 do Sr. Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal. A Comissão, com fulcro no artigo 49, da Lei Federal 8.666/93, considerando a necessidade superveniente de readequação do objeto deste processo, decide pela REVOGAÇÃO do referido processo. Tão logo seja possível, será aberto novo processo, com suas devidas alterações.

DECRETO Nº 2.837/2015

Decreto nº 2.837/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado o Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 281,09 (Duzentos oitenta e um reais e nove centavos).

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
11 – FUNDO DE INFANCIA E ADOLESCENCIA		
2.025 – Manutenção do FIA		
3.3.90.00.00.00.00.00.3232 (novo)	Aplicações Diretas	R\$ 281,09
T O T A L R\$ 281,09		

Art. 2º - Para das cobertura ao crédito citado no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro ocorrido no exercício 2014 na respectiva fonte.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 14 de julho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.841/2015

Decreto nº 2.841/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 24.650,00 (Vinte e quatro mil seiscientos e cinquenta reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0260.000000 (23)	Aplicações Diretas	R\$ 24.650,00
T O T A L R\$ 24.650,00		

Art. 2º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, fica anulada a dotação a seguir especificada:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0260.000000 (27)	Aplicações Diretas	R\$ 10.650,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0260.000000 (32)	Aplicações Diretas	R\$ 14.000,00
T O T A L R\$ 24.650,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 23 de julho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

EDITAL 001 - PROCESSO SELETIVO 004/2015

EDITAL 001 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 004/2015

Processo Seletivo para preenchimento de
Vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 115/2015, que “dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências” torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o processo seletivo de pessoal a serem admitidos em caráter temporário para atuação na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. O presente Processo Seletivo se dará através PROVAS E TÍTULOS e será regido pelas normas deste edital e pelas demais disposições vigentes. Sendo executado pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), localizada à Rua Marechal Deodoro, 772, Centro, Concórdia –SC. Telefone (49) 3482 3500. Endereço eletrônico: recepcao@amauc.org.br;

1.2. As inscrições serão realizadas no período de 16 de outubro a 05 de novembro de 2015, através do site www.amauc.org.br com link no site da Prefeitura Municipal de Itá www.ita.sc.gov.br.

1.3. Para inscrever-se, o candidato deverá no período de inscrição:

1.3.1. Acessar o site www.amauc.org.br ou www.ita.sc.gov.br e localizar o “banner” PROCESSO SELETIVO 004/2015;

1.3.2. Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso, caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição, podendo optar por até 02 (duas) áreas de atuação, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital;

1.3.3. Ao realizar a inscrição o candidato poderá optar por duas áreas de ensino, para tanto, o candidato deverá ser habilitado para uma área e no mínimo estar cursando Licenciatura Plena na outra área pretendida, devendo neste caso apresentar documentação para as duas opções.

1.3.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

1.3.5. Imprimir uma cópia do Requerimento da Inscrição e do Boleto, efetuando o pagamento até as 23h59min do dia 06 de novembro de 2015.

1.4. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato e a confirmação do pagamento do boleto, salvo para os que preencherem os requisitos para isenção.

1.5. O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição;

1.6. No dia 10 de novembro de 2015 serão homologadas as inscrições. O candidato deverá conferir no site www.amauc.org.br ou www.ita.sc.gov.br a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada alguma divergência ou falta de informação, o candidato terá prazo de 02 (dois) dias úteis para entrar em contato com a AMAUC pelo telefone (49) 3482 3500 e comunicar o ocorrido.

1.7. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição e o boleto, devidamente quitado;

1.8. A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará um computador com acesso a internet para que os candidatos que necessitarem possam realizar suas inscrições durante o período estipulado para a realização das mesmas, no horário das 8h às 11h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira;

1.9. Em caso de inscrição errada e pagamento da mesma, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a sua inscrição para o ao cargo a qual pretende concorrer;

1.10. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

1.11. Efetivada a inscrição, não será aceita alteração de função, seja qual for o motivo alegado.

1.12. As inscrições, a classificação e a escolha de vagas ocorrerão para as vagas existentes ou que venham a surgir durante o ano letivo de 2016, salvo as vagas abertas por motivo de aposentadoria. A remuneração será correspondente ao vencimento inicial do cargo em conformidade com o Plano de Cargos e Salários e de acordo com a qualificação respectiva prevista na legislação vigente.

1.13. São condições para a inscrição:

1.13.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal;

- 1.13.2. Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa saúde física e mental, estar no gozo dos direitos políticos e civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar;
- 1.13.3. Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a função, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.
- 1.13.4. Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada;

2. DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DA ISENÇÃO

2.1. A taxa para inscrição no Processo Seletivo é de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Se optar por mais uma área, o candidato deve solicitar a isenção da taxa da segunda inscrição. A referida isenção deve ser feita no próprio sistema.

2.2. Ficam isentos do pagamento os doadores de sangue;

2.3. Documentação necessária para receber a isenção:

2.3.1. Para o doador de sangue, apresentação de documento hábil expedido pela unidade coletora, que deverá disciplinar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a duas doações no lapso de um ano antes da inscrição deste Processo Seletivo;

2.4. Os documentos necessários para comprovação da isenção deverão ser escaneados e anexados junto com o requerimento de inscrição, até o dia 26 de outubro de 2015 sob pena de indeferimento do pedido de isenção.

3. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal e Lei Nº 7.853/89

3.2. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente processo.

3.2.1. Se, na aplicação do percentual, resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a pessoa com deficiência. Se inferior a 0,5 (cinco décimos), a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para a função.

3.3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

3.4. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente, em seu Art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.5. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto Federal Nº 3.298/99, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições. O candidato deverá preencher o Anexo IV, deste Edital, entregar na sede da AMAUC, até o dia 26 de outubro de 2015, sob pena de indeferimento do pedido:

3.5.1. Requerimento solicitando vaga especial, contendo a identificação do candidato e indicação do cargo para o qual se inscreveu;

3.5.2. Laudo Médico (original ou cópia reprográfica autenticada) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação à prova;

3.5.3. Solicitação de prova especial, se necessário. (A não solicitação de prova especial eximirá a empresa de qualquer providência).

3.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de pessoa com deficiência dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instrução constante neste Edital não poderá impetrar recurso em favor de sua situação

3.7. A publicação do resultado final do Processo Seletivo será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

3.8. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, com estrita observância da ordem classificatória.

3.9. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital não serão considerados como pessoas com deficiência e não terão prova especial preparada, sejam quais forem os motivos alegados

3.10. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

3.11. Após o ingresso do candidato com deficiência, este não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação da função e de

aposentadoria por invalidez.

4. DOS DOCUMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Após realizar a inscrição on-line, o candidato deverá apresentar cópia dos documentos especificados nos itens 7.2 e 7.3 deste edital, até as 17h do dia 06 de novembro de 2015, em um envelope com a seguinte identificação:

4.2. Este envelope será lacrado e assinado pelo candidato e pelo funcionário que irá receber os documentos, no local do lacre no momento da entrega.

4.3. O envelope com os documentos deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação (Rua Principal nº 16, Vila Gerasul, Itá/SC) no horário das 8h às 11h e das 14h às 17h.

4.4. O candidato deverá trazer o comprovante de inscrição para receber a autenticação de entrega dos títulos.

4.5. O candidato que não entregar a documentação solicitada nos itens 7.2 e 7.3 pontuará apenas com a nota da prova e terá sua inscrição deferida como não habilitado;

4.6. A entrega da documentação para candidatar-se a qualquer vaga é de inteira responsabilidade do candidato, o qual não poderá alegar qualquer prejuízo ou requerer que sejam juntados e apreciados em momento posterior a inscrição.

4.7. Não serão feitas cópias de documentos na Secretaria Municipal de Educação ou em qualquer escola da rede municipal de ensino;

4.8. Quando da inscrição em duas áreas, o candidato deverá entregar a documentação completa nas duas inscrições.

4.9. O candidato que optar pela inscrição para duas áreas de ensino, no momento da escolha de vaga, deverá obrigatoriamente optar por apenas uma delas e, conseqüentemente, abrir mão da vaga remanescente. Podendo assumir apenas na falta de outros candidatos àquela vaga.

4.10. Não haverá segunda chamada para a entrega dos títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentar até prazo estipulado;

4.11. Os títulos entregues serão inutilizados após decorrido o prazo de 365 dias corridos, contando da data da divulgação oficial do resultado final do Processo Seletivo.

4.12. Para fins de contratação (habilitado/ não-habilitado), o profissional será contratado conforme a documentação entregue no ato da inscrição.

4.13. O Ensino médio concluído na área do magistério habilita para a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, mas não pontua como titulação.

4.14. Documentos obrigatórios para inscrição de professor habilitado:

- A) Cópia Habilitação do cargo, (certificado com registro no MEC);
- B) Declaração de Tempo de Serviço no Magistério até 31 de agosto de 2015;
- C) Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação, até o limite de 400h;

4.14.1. O profissional que concluiu o curso e não recebeu o certificado, poderá entregar uma declaração de conclusão de curso devidamente assinada e validade pela entidade na qual o cursou;

4.14.1.1. Esta regra não se aplica ao profissional que estiver cursando a 8º fase, sendo que o mesmo será considerado não-habilitado;

4.15. Documentos obrigatórios para inscrição de professor Não- Habilitado:

- A) Declaração de Tempo de Serviço no Magistério;
- B) Cópia dos Certificados de Formação Continuada realizados na área da Educação;
- C) Declaração de frequência em curso de pedagogia e/ou licenciatura plena na área específica;

4.15.1. Será admitida a inscrição de profissionais não habilitados cursando no mínimo a 2º fase de curso superior em pedagogia e/ou Licenciatura Plena, sendo que, serão consideradas, apenas, as declarações que sejam na área da qual o candidato realizou a inscrição;

5. DAS PROVAS – DO LOCAL E DOS PRINCÍPIOS

5.1. O Processo Seletivo será de provas escritas com valoração de títulos.

5.2. As provas serão realizadas no dia 22 de novembro de 2015 com início às 14h e término às 16:30h para os candidatos que efetuaram inscrição para 01 (uma) área e às 17:30h para os candidatos que efetuaram inscrição para 02 (duas) áreas, tendo como local EMEB Valentin Bernardi (Rua Salto Santiago nº 396 – Bairro Vila Gerasul, Itá/SC).

5.2.1. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares na escola acima mencionada, a Administração Municipal poderá alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e por meio dos sites www.ita.sc.gov.br e www.amauc.org.br ;

5.3. A duração da prova escrita será de até 2:30h (duas horas e trinta minutos) para 01 (uma) área ou 3:30h (três horas e trinta) para 02 (duas) áreas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

5.4. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30min (trinta minutos), munido de caneta com tinta azul ou preta e UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- a) Cédula de Identidade - RG;
- b) Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) Certificado Militar;
- e) Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- f) Passaporte.

5.4.1. Não será permitido ao candidato efetuar a prova se não estiver munido de um dos documentos relacionados no item 5.4

5.4.2. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova.

5.5. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, por meio de questões de múltipla escolha, cinco alternativas (a, b, c, d, e), sendo em cada questão uma alternativa correta.

5.5.1. Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para o cartão resposta, e para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada.

5.5.2. As questões anuladas pela Comissão serão computadas para todos os candidatos como resposta correta.

5.6. Durante as provas não será permitido, sob pena de exclusão do processo seletivo: qualquer espécie de consultas bibliográficas, comunicação com outros candidatos, ou utilização de livros, manuais ou anotações, máquina calculadora, relógios de qualquer tipo, agendas eletrônicas, telefones celulares, smartphones, mp3, notebook, palmtop, tablet, BIP, walkman, gravador ou qualquer outro receptor ou transmissor de mensagens, bem como o uso de óculos escuros, bonés, protetores auriculares e outros acessórios similares

5.6.1. Os pertences pessoais, inclusive o aparelho celular (desligado e retirado a bateria) deverão ser guardados em baixo da cadeira onde o candidato irá sentar-se. Todos os pertences serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.6.2. O candidato que for flagrado na sala de provas portando qualquer dos pertences acima será excluído do processo seletivo.

5.7. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal, designado pela Comissão do Processo.

5.8. Os envelopes das provas serão conferidos por dois candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com os dois fiscais, o termo de abertura dos mesmos.

5.9. Cada candidato juntamente com o caderno de provas receberá um cartão resposta, que não poderá ser substituído em hipótese alguma.

5.10. O caderno de prova conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão resposta.

5.11. O candidato deverá conferir se seus dados de identificação constantes no cartão resposta estão corretos e assiná-lo no local indicado.

5.12. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início das mesmas, devendo entregar ao Fiscal da Sala o caderno de prova e o cartão de respostas.

5.13. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até o último concluir.

5.14. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala, juntamente com os fiscais, efetuarão a conferência dos cartões respostas, assinarão a ata descrevendo o que foi verificado, assim como todas as irregularidades que tenham ocorrido e rubricarão os envelopes fechados.

6. DA COMPOSIÇÃO DA PROVA ESCRITA E DO NÚMERO DE QUESTÕES

6.1. A prova terá peso 10 com 20 questões de múltipla escolha, conforme abaixo:

6.2. O candidato que obter no 0 (zero) na prova escrita será desclassificado do presente Processo Seletivo;

Conteúdo	Nº de Questões
Língua Portuguesa	03 (três)
Matemática e Raciocínio Lógico Matemático	03 (três)
Conhecimentos Gerais/Atualidades	04 (quatro)
Conhecimentos Específicos	05 (cinco)
Conhecimentos na área da Educação	05 (cinco)
Total de Questões	20 (vinte)

6.3. O conteúdo programático das provas a que se submeterão os candidatos está disponível no Anexo III deste Edital.

6.4. A prova escrita do candidato que se inscrever para duas disciplinas contará com cinco questões específicas de cada área. As questões comuns serão computadas para ambas as provas.

6.5. A classificação final obedecerá à ordem decrescente e classificatória da nota da prova acrescida do computo dos títulos.

7. DOS TÍTULOS

7.1. Serão considerados os seguintes Títulos, desde que correspondentes à área de Educação:

7.2. Para os professores habilitados:

Especificação do Título	Pontuação
Doutorado na área da Educação	02 (dois) pontos – máximo um título
Mestrado na área da Educação	1,5 (um vírgula cinco) pontos – máximo um título
Especialização e/ou pós graduação <i>latu sensu</i> , na área específica ou da Educação	01 (um) ponto – máximo um título
Graduação na área específica	0,5 (zero vírgula cinco) pontos
Tempo de Serviço no magistério até 31/ 08/2015 (para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante)	0,005 (zero vírgula zero zero cinco) ponto por mês trabalhado, sendo que será considerado de 16 dias ou mais como um mês completo
Cursos de Formação Continuada na área da Educação, limitando-se a 400h	0,10 (zero vírgula dez) ponto para cada 40h

7.3. Para professores não habilitados:

Especificação do Título	Pontuação
Para cada fase concluída do curso superior (em Licenciatura Plena)	0,10 (zero vírgula dez) pontos
Tempo de Serviço no magistério até 31/08/2015 (para efeito de contagem do Tempo de Serviço será desconsiderado o tempo concomitante)	0,005 (zero vírgula zero zero cinco) ponto por mês trabalhado, sendo que será considerada a fração de 16 dias ou mais como um mês completo.
Cursos de Formação Continuada na área da Educação limitando-se a 400h	0,10 (zero vírgula dez) ponto para cada 40h

7.4. Os títulos de que dispõe a tabela dos profissionais habilitados, no que diz respeito à titulação por doutorado, mestrado, pós e graduação NÃO serão cumulativas. Será considerado para fins de contagem de pontos o maior título apresentado;

7.5. O tempo de serviço já utilizado para fins de aposentadoria não será computado;

7.6. Serão pontuados como títulos, certificado em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste sobre a conclusão total do curso e aprovação.

7.6.1. Os cursos e certificados a que se refere o item 7.2 só serão considerados se forem emitidos por:

- Instituições de ensino superior, devidamente reconhecidas pelo MEC;
- Órgãos da estrutura básica do Ministério da Educação ou das Secretarias Estaduais da Educação;
- Secretarias Municipais de Educação;

8. DAS NORMAS DE COMPORTAMENTO DO CANDIDATO

8.1. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem a utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e/ou similares. Reserva-se a Comissão Organizadora do Processo Seletivo designado pelo Município e aos Fiscais, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

8.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

8.3. Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer 30min (trinta minutos) antes do horário marcado para o início das provas, pois, no referido horário, os portões serão fechados, não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

8.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, disponibilizados na internet nas páginas descritas no item 1.2, e afixados também nos quadros de aviso da Prefeitura, devendo, ainda, manter atualizado seu endereço.

9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Em todas as fases na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

- 9.1.1. Melhor nota na prova escrita;
- 9.1.2. Melhor nota em conhecimento específico;
- 9.1.3. Idade mais elevada;

9.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio em ato público, em local, data e horário definido pela Comissão Organizadora e na presença dos candidatos.

10. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBEJTIVA

10.1. A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e terá caráter classificatório.

10.2. A nota da prova objetiva será obtida com a aplicação da fórmula abaixo:

Onde:

NPO = Nota da prova objetiva

TQP = Total de questões da prova

NAP = Número de acertos na prova

11. DO RESULTADO FINAL

11.1. O resultado final será a nota obtida com o número de pontos auferidos na prova, acrescido da soma dos títulos.

12. DOS RECURSOS

12.1. A impugnação a este Edital poderá ser efetuado por qualquer cidadão, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de sua publicação, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos sites www.amauc.org.br e www.ita.sc.gov.br.

12.2. Os demais recursos deverão ser dirigidos à Comissão do Processo Seletivo e apresentado exclusivamente, via presencial através de requerimento escrito, interpostos até 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação oficial, excluindo-se o dia da divulgação para efeito da contagem do prazo:

*da homologação das inscrições;

*dos gabaritos; (divulgação no site)

*do resultado do processo seletivo em todas as suas fases.

12.2.1. Para protocolar o recurso o candidato deverá acessar a Área do Candidato e clicar em Recursos e Requerimentos;

12.2.2. Quando o recurso se relacionar às questões da prova escrita, o candidato deverá apresentar um recurso para cada questão, sob pena de não obter provimento no caso de versar sobre mais de uma questão no mesmo recurso.

12.2.3. Os recursos deverão estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

12.3. Em qualquer caso, não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax ou e-mail.

12.4. Julgados os recursos em face do gabarito ou da prova objetiva, neste caso, será publicado um novo gabarito, com as modificações necessárias.

12.5. Caberá à Comissão do Concurso decidir sobre a anulação de questões julgadas irregulares.

12.6. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

12.7. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

12.8. A Comissão constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso adicional pelo mesmo motivo.

13. DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

13.1. As vagas disponíveis para a chamada de professores ACT's ficarão vinculadas aos professores efetivos e lotados, em atribuição de exercício e outros ocupantes de cargos comissionados, licenças legais, bem como aquelas não ocupadas no último concurso público, e em função da demanda de matrículas, podendo ser chamados, havendo necessidade maior do que a pretendida.

13.2. O candidato que escolher vaga de ano todo, surgindo outra vaga, sendo ela no mesmo turno da vaga anteriormente escolhida, não será consultado;

13.3. Os professores não habilitados somente serão chamados se não houver mais nenhum professor habilitado a ser chamado dentro da mesma habilitação.

13.4. O levantamento de vagas será efetuado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, de acordo com o número de aulas e/ou turmas disponíveis nas escolas da rede municipal de ensino, mediante a necessidade no decorrer do ano letivo 2016.

13.5. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para escolha da vaga, bem como, aquele presente que não aceitar

nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar uma nova chamada. A lista seguirá até o fim dos habilitados e será retomada uma única vez.

13.6. O candidato que por duas vezes não comparecer ou não aceitar a vaga oferecida, não será mais consultado.

13.7. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos em comum pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo e AMAUC.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

14.2. A falsidade ou inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo de responsabilização nas esferas administrativa, cível e penal.

14.3. O Município e a AMAUC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao processo seletivo.

14.4. Considerando que convivemos com dupla ortografia pelo prazo de vigência da transição, serão aceitas como corretas as duas normas ortográficas.

14.5. O gabarito oficial e os cadernos da prova escrita serão disponibilizados no site da Amauc e do Município a partir das 10 horas da segunda-feira subsequente à data da aplicação da prova.

14.6. Os cadernos de provas escritas estarão à disposição dos candidatos a partir do primeiro dia útil ao da realização da prova, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Itá.

14.7. Ao candidato não será permitido fazer cópia, impressão ou utilizar qualquer meio eletrônico para realizar cópia das provas.

14.8. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

14.9. A Prefeitura Municipal de Itá e a Secretaria Municipal de Educação não se responsabilizam por eventuais trocas de endereço, telefone e e-mail, por parte do candidato, que impossibilite o contato caso necessite de convocação. Não sendo encontrado o candidato no telefone ou e-mail fornecido na inscrição, no prazo de 24h será seguida a listagem classificatória.

14.10. A validade do presente Processo Seletivo será até o último dia letivo de 2016.

14.11. Ao ser convocado o candidato deverá apresentar documentação conforme solicitação do Departamento de Pessoal, conforme anexo V.

14.12. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos especialmente designados pela Administração Municipal e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos, sendo que o não comparecimento no dia e hora designados para tal, implicará na desclassificação automática do candidato do processo seletivo.

14.13. A Homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por função, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

14.14. O Processo Seletivo de que trata este Edital será procedido pela Comissão Permanente para Acompanhamento de Processos Seletivos e Concursos designada pelo Decreto 083/2015, de 05 de outubro de 2015.

14.15. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito a admissão imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido, segundo as vagas existentes e as necessidades da municipalidade.

14.16. O candidato efetivo e/ou comissionado que já possuir 40 (quarenta) horas de trabalho semanais no Serviço Público Municipal ficará impedido de escolher aulas, mesmo sendo em outra área de atuação.

14.17. Ao assumir a vaga, o professor deverá desenvolver as atividades em consonância com as Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação e com o Projeto Político- Pedagógico das Escolas, buscar diferentes estratégias a fim de efetivar o processo ensino aprendizagem, bem como participar dos momentos de formação oportunizados durante o ano letivo de 2016.

14.18. O contrato do professor substituto poderá ser prorrogado enquanto perdurar o afastamento do titular, mesmo que por motivo diverso ao que gerou o primeiro afastamento, desde que não haja interrupção entre os períodos.

14.19. Não será admitido o candidato classificado que tenha sido considerado culpado em processo administrativo disciplinar ou sindicância do Município.

14.20. Eventuais alterações na legislação municipal, relativas às normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação

prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

14.21. Os professores poderão ser remanejados de escolas e/ou terem seus contratos rescindidos, em qualquer época do ano letivo, a depender do número de alunos e/ou da necessidade e interesse da municipalidade.

14.22. Os candidatos aprovados ficam automaticamente convocados para a escolha das vagas que será realizada obedecendo à ordem de classificação, mediante existência de vagas e ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação no dia 21 de dezembro de 2015 às 13h.

14.23. A quantidade de vagas e a carga horária serão divulgadas a partir do dia 22 de outubro de 2015 nos sites www.ita.sc.gov.br e www.amauc.org.br;

14.24. Os profissionais contratados através deste Processo Seletivo, ficarão regidos pela Lei Complementar 005/2015;

14.25. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, a escolha por procuração somente será permitida quando a mesma for registrada em cartório.

14.26. O processo Seletivo será conduzido pela Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer do município de Itá, que executará todas as fases do processo, supervisionado pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

14.27. Demais informações necessárias poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação através do telefone (49) 3458 2111 ou na Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, pelo site www.amauc.org.br. ou pelo telefone (49) 3482.3500 (Amauc).

Itá/SC, 09 de outubro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

ANEXO I

CRONOGRAMA DAS FASES E OCORRÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO

Fase ou ocorrência que mereça destaque	Data
Publicação do Edital	13/10/2015
Prazo para impugnação das disposições editalícias	14/10 e 15/10/2015
Divulgação da quantidade de vagas	A partir de 22/10/2015
Período de inscrições	16/10 a 05/11/2015
Encerramento das inscrições com solicitação de isenções	26/10/2015
Publicação da lista oficial de isentos	28/10/2015
Recursos das inscrições com solicitação de isenções	29/10 e 30/10/2015
Entrega da documentação de pessoas com necessidades – item 3.5	26/10/2015
Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os cargos	10/11/2015
Prazo para recursos contra o resultado da divulgação das inscrições	11/11 e 12/11/2015
Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições e dos locais de realização das provas	13/11/2015
Aplicação da prova escrita	22/11/2015
Divulgação do gabarito preliminar da prova escrita	23/11/2015
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova escrita	24/11 e 25/11/2015
Divulgação do gabarito definitivo da prova escrita	26/11/2015
Divulgação da classificação preliminar da prova escrita	30/11/2015
Recursos contra a classificação preliminar da prova escrita.	01/12 e 02/12/2015
Resultado da avaliação de títulos.	03/12/2015
Prazo de recurso do resultado da avaliação de títulos.	04/12 e 07/12/2015
Nota final e classificação	08/12/2015
Prazo de recurso do resultado da nota final	09/12 e 10/12/2015
Divulgação e homologação da classificação final da prova escrita e títulos	15/12/2015
Primeira chamada dos candidatos classificados	21/12/2015

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS

1. Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental

Item	Disciplina	Habilitação mínima
01	Pedagogia	Magistério e /ou cursando a partir da 2º fase do curso superior em Pedagogia
02	Língua Portuguesa	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Letras
03	Matemática	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Matemática
04	Inglês	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Inglês
05	Geografia	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Geografia

06	História	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em História
08	Educação Física	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Educação Física e registro no CREF
09	Música	Cursando a partir da 2º fase de curso superior em Bacharel ou Licenciado em música, pedagogo pós graduado em música ou com comprovação de conhecimento prático e teórico em música
10	Informática	Cursando a partir da 2º fase de curso superior em Bacharel ou licenciado em Informática ou com curso técnico em Informática.

2. Ensino Médio

Item	Disciplina	Habilitação mínima
01	Língua Portuguesa	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa
02	Matemática	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Matemática
03	Inglês	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Inglês
04	Geografia	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Geografia
05	História	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em História
06	Biologia	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas
07	Química	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Química
08	Física	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Física

3. Projeto Inclusão Digital

Item	Disciplina	Habilitação mínima
01	Informática	Cursando a partir da 2º fase de curso superior em Bacharel ou licenciado em Informática ou com curso técnico em Informática.

4. Departamento Municipal de Esportes

Item	Disciplina	Habilitação mínima
01	Educação Física	Cursando a partir da 2º fase do curso superior de Licenciatura Plena em Educação Física e registro no CREF.

5. Remuneração

Professor Educação Infantil, Séries Iniciais e Finais do Ensino Fundamental	Carga Horária					
Graduação	05h	10h	15h	20h	30h	40h
Professor Não Habilitado	R\$ 261, 29	R\$ 522,59	R\$ 783,88	R\$ 1.045, 19	R\$ 1.567,78	R\$ 2.090, 38
Professor com Graduação	R\$ 306, 05	R\$ 612,10	R\$ 918,15	R\$ 1.224,21	R\$ 1836,31	R\$ 2.448,42
Professor com Pós - Graduação	R\$ 351,96	R\$ 703,92	R\$ 1.055,88	R\$ 1.407,85	R\$ 2.111,77	R\$ 2.815,70
Professor com Mestrado	R\$ 404,76	R\$ 809,52	R\$ 1.214,28	R\$ 1.619,04	R\$ 2.428,56	R\$ 3.238,08
Professor com Doutorado	R\$ 505,95	R\$ 1.011,90	R\$ 1.517,85	R\$ 2.023,80	R\$ 3.035,70	R\$ 4.047,60
Professor Ensino Médio			R\$ 16,06 p/ hora aula			

ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo comum para todos os cargos de PROFESSOR

LÍNGUA PORTUGUESA - Novo Acordo Ortográfico. Interpretação de texto. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia e Acentuação. Coesão e Coerência. Gêneros Textuais.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO - Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Média aritmética simples e ponderada. Juro simples. Equação do 1.º e 2.º graus. Sistema de equações do 1.º grau. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos. Sistemas de medidas usuais. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras. Raciocínio lógico. Resolução de situações problemas.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES - Aspectos históricos, geográficos, políticos, administrativos, institucionais, econômicos, sociais do município de Itá – SC, da microrregião, da região, do Estado de Santa Catarina, do país e a nível global. Identificação de autoridades do governo municipal, estadual e federal, segundo os respectivos cargos, ou mesmo de autoridades, ou de lideranças de influência mundial; aspectos contemporâneos da humanidade; conhecimentos históricos, geográficos, políticos e políticos administrativos, em geral; conhecimentos atuais sobre meio ambiente, aquecimento global; atualidades econômicas e políticas, em nível local, regional, estadual, nacional e

mundial.

CONHECIMENTOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias. Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 e alterações – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Livro I: Título I; Título II – arts. 7.º a 24 e 53 a 59; Livro II: Título I; Título II. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino aprendizagem.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS:

PEDAGOGIA: Educação no mundo atual. Relacionamento Professor x Aluno. Função e papel da escola. Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura/Escrita. Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático. Processo Ensino-aprendizagem: avaliação. Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas. Papel do Professor. Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire. Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. LDB. Constituição Federal referente a Educação. ECA. Referências Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Novas diretrizes curriculares nacionais para educação infantil. Obrigatoriedade da matrícula na educação infantil. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais. LDB.

LÍNGUA PORTUGUESA: Texto e discurso: Conteúdo temático, configuração estrutural e estilo; Intertextualidade/ interdiscursividade: Eu e o outro; Intertextualidade – Textos recorrentes. Interdiscursividade – Outros dizeres, outros discursos, outras vozes que constituem o texto; A semântica textual: conteúdo e forma/estruturação frasal e textual; Coesão/coerência: Emprego de diferentes procedimentos linguísticos na superfície textual, lexicais (repetição, substituição, associação), e/ou gramaticais (emprego de pronomes, conjunções, numerais, elipses), para garantir a compreensão do que se lê e/ou diz, ou seja, o sentido global do texto (coerência); Polissemia/polifonia: Os diferentes sentidos da palavra e as diferentes vozes que constituem o texto/discurso; Dialogismo, polissemia, polifonia e heterogeneidade discursiva; As marcas da polissemia e polifonia na produção escrita de alunos e professores; Nova ortografia da Língua Portuguesa.

MATEMÁTICA: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Noções de probabilidade.

INGLÊS - A metodologia da Língua Estrangeira; Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; O ensino de língua para a comunicação; Dimensões comunicativas do inglês; Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; A escrita e a linguagem oral do inglês; A natureza sociointernacional da linguagem; O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira.

GEOGRAFIA – Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; Geografia Física dos Continentes; Geologia, clima, relevo, vegetação, hidrografia, solos; Aspectos Econômicos; modo de produção; Sistema Financeiro; Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); Endividamento interno e externo; Distribuição de Renda, PIB e PNB; Industrialização; Aspectos Sociais e Políticos; Sistemas de governo; População (crescimento vegetativo, emigração, imigração e xenofobia); IDH; Urbanização; Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática e robótica; - Efeito Estufa; El niño; Buraco na Camada de Ozônio e Chuva Ácida; - Ecossistemas e Biotecnologia.

HISTÓRIA – Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval.

EDUCAÇÃO FÍSICA – Educação do corpo e do movimento humano; Conceitos de ginástica, jogo, dança, esporte, dentro das diversas formas em que se apresentam, quer no âmbito individual quer no coletivo; Hábitos de vida saudável, de cooperação e de atividades coletivas; Corporeidade/Movimento: esquema corporal, lateralidade, estrutura espacial, orientação espaço-temporal, coordenação motora ampla e motricidade fina, ritmo, equilíbrio, coordenação viso-motora; Aptidão motora: Equilíbrio estático e dinâmico, força, flexibilidade e agilidade; Atividade de locomoção: caminhada, corrida, salto, saltito, galope, salto misto, tempo/espaço; Atividades em grupo de alta organização social e baixa complexidade de tarefa; Jogo: jogos sensoriais, jogos de faz de conta, jogos tradicionais, jogos de construção, jogos de cooperação e de oposição, recreação contestes e estafetas, jogos pré-desportivos, pequenos e grandes jogos; Dança: danças folclóricas, populares e modernas, danças de salão, atividades rítmicas, dramatizações e linguagem gestual, brinquedos cantados e cantigas de roda; Esporte: atletismo, handebol, basquetebol, voleibol, futebol; Ginástica: ginástica formativa, ginástica olímpica, ginástica rítmica; Origem e evolução da Educação Física; Fisiologia do exercício/qualidade de vida.

INGLÊS - A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira.

MÚSICA - Artes musicais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; Artes:

Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; Músicos Brasileiros; Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral; Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; Constituição Federal, na parte referente a Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN's, RECNEI.; História e Política Educacional; Técnicas Avaliativas; Metodologia de Ensino; Psicologia da Educação; Tendências pedagógicas;

INFORMÁTICA - Noções de informática – hardware, software e periféricos; Organização, gerenciamento e armazenamento de arquivos; Software livre: filosofia de uso; Pressupostos psicopedagógicos das TIC na educação – instrucionismo e construcionismo; A utilização de editores de texto, planilhas eletrônicas, softwares de apresentação e jogos no processo educativo; Internet e intranet; Navegadores e Correio Eletrônico; As contribuições da internet na atividade de pesquisa – recursos e sites de busca; A internet como espaço de autoria; Redes sociais e escola; Segurança na rede: vírus e sites inadequados para crianças e adolescentes;

BIOLOGIA - Conceito de Biologia. Recursos naturais renováveis e não renováveis. Ecologia. Seres vivos: Classificação e Evolução dos animais. Bactéria e Protozoários. Algas e Moluscos. Artrópodes e Equinodermos. Peixes, Répteis, Anfíbios, Aves e Mamíferos. Vegetais. Ser Humano: Conceito e morfologia da célula e tecidos humanos. Sistemas do ser humano: Respiratório, Reprodutor, Digestivo, Circulatório, Excretório, Endócrino, Locomotor e Nervoso. Alimentos. Doenças infecciosas e parasitárias. Aids e doenças sexualmente Transmissíveis. Saúde e qualidade de vida.

QUÍMICA - Propriedades gerais e específicas da matéria. Estados da matéria e mudanças de estado. Misturas: tipos e métodos de separação. Substâncias Químicas: classificação. Leis ponderais e volumétricas. Fórmulas químicas: mínima, centesimal e molecular. Hipótese de Avogrado: estudo físico dos gases. Cálculo estequiométrico. Modelos Atômicos. Estrutura Atômica. Evolução dos modelos atômicos. Estrutura eletrônica e Tabela periódica: propriedades periódicas e aperiódicas. Ligações químicas e estrutura molecular. Polaridade das ligações. Interações Intermoleculares. Compostos inorgânicos: ácidos, bases, sais, óxidos e hidretos. Tipos de reações químicas: classificação e balanceamento. Soluções e dispersões. Concentração das soluções. Diluição e mistura de soluções. Análise volumétrica e gravimétrica. Propriedades coligativas das soluções. Termoquímica: entalpia, lei de Hess, entropia e energia livre. Reações eletroquímicas e suas aplicações tecnológicas. Cinética, equilíbrio químico e pH. Radioatividade e energia nuclear. Estudo dos compostos de carbono. Características gerais dos compostos orgânicos. Estrutura e propriedade dos compostos orgânicos. Principais funções orgânicas. Isomeria e Reações Orgânicas.

FÍSICA - A construção de competências e habilidades no ensino-aprendizagem da Física. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Física. Mecânica: Dinâmica da partícula; Dinâmica do corpo rígido; Leis de conservação; Momento linear, momento angular e energia; Trabalho e energia; Oscilações: movimento harmônico simples e amortecido; Oscilações forçadas e ressonância; Ondas: princípio de superposição; Ondas estacionárias; Ressonância; Estática e dinâmica dos fluidos; Gravitação. Termodinâmica: Calor, trabalho e 1ª Lei da Termodinâmica: teoria cinética dos gases; Entropia e 2ª Lei da Termodinâmica; Transformações reversíveis e irreversíveis; Máquinas térmicas; O ciclo de Carnot. Eletricidade: Campo Elétrico; Lei de Gauss; Potencial elétrico; Corrente elétrica; Campo magnético; Fluxo de campo magnético; Campo magnético produzido por correntes; Força de Lorentz; A lei de Biot-Savart; Lei de Ampere; Lei de Faraday; Ondas eletromagnéticas. Óptica - a natureza da luz: Modelo corpuscular e ondulatório; A luz e as demais radiações; Processos luminosos de interação luz-matéria: reflexão, refração, absorção, difração, interferência e polarização da luz; Óptica da visão. Física moderna - o nascimento da teoria quântica: Quantização e constante de Planck; Dualidade onda-partícula; A natureza ondulatória da matéria.

ANEXO IV

REQUERIMENTO PARA CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____ RG: _____
_____, CPF: _____, inscrito (a) para o Cargo de _____
_____, Residente: _____, nº _____, Bairro: _____, Fone: (____) _____
_____, portador da necessidade especial _____, requer a Vossa Senhoria condições especiais para realização da prova objetiva do Processo Seletivo Público do Município de Itá /SC, conforme Edital 004/2015 anexando para tanto, Laudo Médico, bem como, fotocópia do documento de identidade.

Necessito do(s) seguinte(s) recurso(s):

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

_____/SC, _____ de _____ de 2015.

Nome, nº de Inscrição e Assinatura

ANEXO V

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

- CÓPIA CARTÃO DO PIS/PASEP;
- CÓPIA COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOA FÍSICA - C.P.F.;
- CÓPIA CARTEIRA DE IDENTIDADE;
- CÓPIA REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO OU NASCIMENTO;
- CÓPIA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS E COMPROVANTE DE VACINAÇÃO ATÉ OS 7 ANOS, ATESTADO DE ESCOLARIDADE FILHOS MAIORES DE 7 ANOS A 14 ANOS;
- 1 FOTO 3X4;

- CÓPIA CERTIFICADO MILITAR (Sexo Masculino);
- CÓPIA TÍTULO ELEITORAL;
- CÓPIA COMPROVANTE DE ÚLTIMA VOTAÇÃO;
- ATESTADO MÉDICO (ORIGINAL);
- CONTA BANCÁRIA Nº _____ AGÊNCIA _____ () Brasil () CEF
- CÓPIA CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE (CONCLUÍDO)
- CÓPIA CARTEIRINHA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL;
- CÓPIA COMPROVANTE VACINAÇÃO TÉTANO e RUBEOLA PARA AMBOS OS SEXOS;
- DECLARAÇÃO DE BENS;
- FOLHA CORRIDA JUDICIAL (www.tjsc.jus.br / certidões on line);
- DECLARAÇÃO PENALIDADES (ORIGINAL);
- DECLARAÇÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS (ORIGINAL).

EXTRATO ATAS ADITIVOS

5º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 002/2014, PL 069/2014

PARTES: Município de Itá e Auto posto Martini Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 041/2014

OBJETO: Reajuste do valor do Óleo Diesel

VALOR REAJUSTADO: R\$ 2,77 (dois reais e setenta e sete centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 01/10/2015 Término: 31/12/2015

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

5º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 002/2014, PL 069/2014

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 041/2014

OBJETO: Reajuste do valor da Gasolina comum

VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,59 (três reais e cinquenta e nove centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 13/10/2015 Término: 31/12/2015

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 022/2015, PL 004/2015

PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Agai Distribuidora de Medicamentos LTDA EPP

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 002/2015

OBJETO: Reajuste do valor do Cloridrato de metoclopramida inj. 10 mg/ 2 ml

VALOR REAJUSTADO: R\$ 0,3239;

VIGÊNCIA: Início: 16/10/2015 Término: 03/02/2016

Névio Antonio Mortari - Gestor

EXTRATO CONTRATOS 103 A 105

Contrato Nº.: 103/2015

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: COOP. DE PROD. E INDUST. FAM. COOPER-VALE ITÁ

Valor : 29.756,50 (vinte e nove mil setecentos e cinquenta e seis

reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 30/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015

Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (69), 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (70), 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (111)

Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura

familiar para compor a merenda escolar.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 104/2015

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

Valor : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Vigência : Início: 30/09/2015 Término: 31/12/2015

Objeto : 2.1. O contrato de delegação de execução orçamentária

tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados

pelo CONTRATANTE na modalidade de aplicação 72 (Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos) para pagamento das

despesas de Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas

- PROLICITA, especificamente serviços de telefonia móvel.

Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE -

Vigência : Início: 30/09/2015 Término: 31/12/2015

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 105/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITA

Contratada...: Bortolossi e Poletto & CIA LTDA ME

Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência : Início: 02/10/2015 Término: 31/12/2015

Objeto : Serviço de fornecimento de refeições pelo CONTRATADO,

aos funcionários do Município, quando os mesmos estiverem a trabalho

fora da sede do município, doravante denominados simplesmente beneficiários.

Contratada...: Bortolossi e Poletto & CIA LTDA ME

Vigência : Início: 02/10/2015 Término: 31/12/2015

NEVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2015

Processo Licitatório nº 54/2015 – Dispensa de Licitação nº 4/2015 – Objeto: aquisição de calhas e rufos, para o Centro de Educação Infantil Semeando o Saber. Empresa: Osvaldo Mirek & Cia Ltda. ME. Valor Total: R\$ 3.121,38. Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores. Prazo de entrega: até 10 (dez) dias. Itaiópolis, 08/10/2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO PRAGÃO Nº 45/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO E ANÁLISE DE HABILITAÇÃO

Data	13/10/2015	Horário início: 9h30min
Licitação /Modalidade	PREGÃO REGISTRO DE PREÇO PROCESSO	Nº 45/2015 Nº 19/2015 Nº 72/2015

OBJETO:

Aquisição de Fraldas Geriátricas, conforme critérios da Portaria nº 2.047/2002 do Ministério da Saúde e especificações contidas no Anexo V do Edital. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2438/2015 para análise e julgamento da documentação de habilitação da empresa vencedora classificada FRALDAS CK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA (segundo parecer técnico emitido pela Secretaria de Saúde), no pregão em epígrafe, visto que a empresa vencedora anteriormente foi desclassificada na fase de análise de amostras. Iniciada a sessão a Pregoeira e respectiva Equipe de Apoio rubricaram o envelope de habilitação da empresa classificada, o qual encontrava-se devidamente lacrado. Em seguida foi aberto o envelope e analisados todos os documentos, onde foi verificado que a empresa FRALDAS CK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA cumpriu todas as exigências editalícias, e, portanto foi considerada HABILITADA. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PREGOEIRA

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA MEMBRO	MARCIANE RECH MEMBRO
--	-------------------------

DECRETO MUNICIPAL Nº 2555/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

DECRETO MUNICIPAL nº 2555/2015

Data: 07 de outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 43, inciso III da Lei federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº 612/2015, de 07 de outubro de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulações de dotações, perfazendo o montante de R\$ 62.515,00 (sessenta e dois mil quinhentos e quinze reais), conforme segue:

Suplementações

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802440005.2143 Folha de Pagamento do FMAS

33190 Aplicações Diretas (490) DR 63501
..... R\$ 25.900,00

33190 Aplicações Diretas (491) DR 63502
..... R\$ 36.615,00

Total das Suplementações
..... R\$ 62.515,00

Anulações

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802440005.2123 Manutenção do CRAS

33390 Aplicações Diretas (410) DR 63502
..... R\$ 36.615,00

00802440005.2130 Programa ação Direta com as Famílias - PAIF

33390 Aplicações Diretas (408) DR 63501
..... R\$ 25.900,00

Total das Anulações
..... R\$ 62.515,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2558/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL nº 2558/2015

Data: 07 de outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 43, inciso III da Lei Federal 3.420/64, de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº 615/2015, de 07 de outubro de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulações de dotações, perfazendo o montante de R\$ 14.850,00 (quatorze mil oitocentos e cinquenta reais), conforme segue:

Suplementação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802430005.2124 Manutenção do Abrigo Provisório

33390 Aplicações Diretas (239) FR 10000
..... R\$ 14.850,00

Anulações

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802440005.1043 Construção Cozinha Industrial

34490 Aplicações Diretas (246) FR 10000

..... R\$ 9.000,00
 00802440005.2132 Programa de Medida Sócia Educativa - PMSE
 33390 Aplicações Diretas (245) FR 10000
 R\$ 5.850,00
 Total das Anulações
 R\$ 14.850,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de outubro de 2015.
 SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
 Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2559/2015 INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº 37/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2559/2015

Data: 07 de outubro de 2015

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº 37/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica instituída comissão para condução de Processo de Sindicância Investigatória – PSI nº 37/2015, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, que será constituída pelos seguintes servidores:

- a. Sandra Regina Fernandes da Silva
Presidente
- b. Priscila de Araújo Carneiro
 Membro
- c. Izabel Correia da Silva
 Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar os fatos ocorridos no processo licitatório nº 62/2015 – pregão presencial nº 40/2015, conforme ata da sessão pública do referido processo.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

§ 3º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de outubro de 2015.
 SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
 Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2560/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO MUNICIPAL nº 2560/2015

Data: 07 de outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 96.895,00 (noventa e seis mil oitocentos e noventa e cinco reais), conforme segue: Suplementação

16.00 INSTITUTO DE PREVID. SOCIAL DOS SERVID. PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

16.01 Departamento de Previdência

00902720014.2136 Manutenção do IPESI

33390 Aplicações Diretas (32) FR 30300
 R\$ 96.895,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de outubro de 2015.
 SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
 Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2561/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÃO DE RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

DECRETO MUNICIPAL nº 2561/2015

Data: 07 de outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÃO DE RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 16, da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação de reserva de contingência, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme segue: Suplementação

16.00 INSTITUTO DE PREVID. SOCIAL DOS SERVID. PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

16.01 Departamento de Previdência

00902720014.2134 Benefícios de Aposentadoria

33390 Aplicações Diretas (26) FR 10300
 R\$ 100.000,00

00902720014.2135 Outros Benefícios Previdenciários

33390 Aplicações Diretas (27) FR 10300
 R\$ 200.000,00

Total das Suplementações
 R\$ 300.000,00

Anulação

16.00 INSTITUTO DE PREVID. SOCIAL DOS SERVID. PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

16.01 Departamento de Previdência

00902720014.2138 Reserva de Contingência do Ipesi

39999 Reserva de Contingência (31) FR 10300
 R\$ 300.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de outubro de 2015.
 SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
 Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2562/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL nº 2562/2015

Data: 07 de outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso I da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação de dotação dentro da mesma funcional programática, perfazendo o montante de R\$ 17.465,00 (dezesete mil quatrocentos e sessenta e cinco reais), conforme segue:

Suplementação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802440005.2122 Manutenção do FMAS

33390 Aplicações Diretas (237) FR 10000
..... R\$ 17.465,00

Anulação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802440005.2122 Manutenção do FMAS

34490 Aplicações Diretas (247) FR 10000
..... R\$ 17.465,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2563/2015 ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2352/2015, DE 09 DE JANEIRO DE 2015, QUE NOMEIA DIRETOR EXECUTIVO, CONSELHO ADMINISTRATIVO E CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ – IPESI.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2563/2015

Data: 08 de outubro de 2015.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2352/2015, DE 09 DE JANEIRO DE 2015, QUE NOMEIA DIRETOR EXECUTIVO, CONSELHO ADMINISTRATIVO E CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ – IPESI.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 041/2014, de 16 de julho de 2014 e Lei Municipal nº 051/1997, de 19 de agosto de 1997, e considerando IP/Ofício nº 01/2015, de 19 de agosto de 2015,

DECRETA

Art.1º Ficam alteradas as letras b e d, do inciso II, do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 2352/2015, de 09 de janeiro de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

b) Maria Zilda Dalalibera – Titular

d) Maurisete Stingham da Rocha – Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 08 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2564/2015 INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO OBJETO LICITADO VIA PROCESSO Nº 74/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2015.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2564/2015

Data: 07 de outubro de 2015

INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO OBJETO LICITADO VIA PROCESSO Nº 74/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de avaliação técnica específica do objeto da licitação nº 74/2015 – pregão presencial nº 47/2015,

DECRETA

Art.1º Fica instituída comissão especial para avaliação do objeto licitado via processo licitatório nº 74/2015 – pregão presencial nº 47/2015, qual seja, aquisição de peças originais de primeira linha para conserto das Motoniveladoras Caterpillar 140B e 140G, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, constituída pelos seguintes servidores:

a. Elói Roberto Mendes

b. Valdir Martins Gonçalves

c. Vicente dos Passos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2565/2015 NOMEIA E COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, PARA O BIÊNIO 2015/2017.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2565/2015

Data: 09 de outubro de 2015

NOMEIA E COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, PARA O BIÊNIO 2015/2017.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 030/2001, de 29 de junho de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 397/2012, e considerando Ofício/CMAS/nº 030/2015, de 07 de outubro de 2015, e CI/SMAS/158/2015, de 08 de outubro de 2015,

DECRETA

Art.1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, com a seguinte composição:

Representantes governamentais

· Secretaria Municipal de Assistência Social

· Maristela de Souza Speck Titular

· Ana Luiza Valente Suplente

- Secretaria Municipal de Saúde
- Joseane Maria Soares de Lima Titular
- Marciane Rech Suplente
- Secretaria Municipal de Educação
- Rosana Maria de Lima Brauer Titular
- Juliana Cristina Soares Speck Suplente
- Secretaria Municipal de Administração e Finanças
- Andréia Nunes de Jesus Titular
- Silvana Base Suplente
- Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Cultura
- Dante Luiz Puschta Titular
- Conrado Schneider Júnior Suplente

Representantes não-governamentais

- Associação de Defesa de Direito Sociais:
- Elaine Cristina Alves Titular
- Suelen de Lucca Suplente
- Trabalhadores da Assistência Social:
- Margarida Aparecida Gonçalves Haas Titular
- Alexandre Ribeiro da Silva Suplente
- Usuários ou Organização que Congreguem Interesses de Seguidores de Usuários:
- Milton Klinkerfus Filho Titular
- Iraíde Galdélia Lovatel de Lemos Suplente
- Grupos Religiosos que Desenvolvam Ações de Assistência Social segundo o PNAS:
- Yolanda Gambarini da Silva Titular
- Cleusa Lucrécia Cavazzani Suplente
- Entidades ou Organizações de Assistência Social que prestam sem fins lucrativos, atendimento assistencial conforme determina a Lei:
- Marlene Amancio Titular
- Luciene Aparecida Cavalcanti Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga os Decretos Municipais nº 2242/2014, de 21 de julho de 2014 e 2427/2015, de 1º de abril de 2015.

Itapoá (SC), 09 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE DECORAÇÕES NATALINAS PARA A PRAÇA FREI GABRIEL, PONTE VITÓRIO SENS, PORTAL E PRÉDIO DA PREFEITURA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº53/2015

Processo: 81/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE DECORAÇÕES NATALINAS PARA A PRAÇA FREI GABRIEL, PONTE VITÓRIO SENS, PORTAL E PRÉDIO DA PREFEITURA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 26 de outubro de 2015 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 26 de outubro de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 14 de outubro de 2015

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 078, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº. 078, DE 24 DE AGOSTO DE 2015.

EXTINGUE AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de acordo com a Ata de aprovação do Conselho Municipal de Educação número 69ª datada de 17/08/2015, aprova a Extinção das Escolas de Ensino Fundamental e Escola de Educação Básica da Rede Municipal de Ensino.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Extintas as seguintes Escolas da Rede Municipal de Ensino: EEF ANGELO SAVI MONDO, EEF BARRA DO PINHEIRINHO, EEB CESAR BELLETTINI, EEF COSTÃO DA PEDRA, EEF MORRO DA QUEIMADA, EEF MORRO DO TENENTE, EMEF PINHEIRINHO BAIXO, EMEF SANTA BARBARA, EEF TIGRE PRETO e EMEF VITORIO DAMIANI.

Art. 2º - Tal extinção dá-se pelo motivo do baixo número de matrículas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 24 de agosto de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 087, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 087, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação, provenientes de recursos próprios, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), como segue:

ORGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

ATIVIDADE: 2.013 – Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: (45) – 3.3.90.00.00.00.0695 – Aplicações Diretas....R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0695) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 24 de setembro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Joaçaba

PREFEITURA

229/2015 TA 02

CONTRATO Nº 229/2015/PMJ – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede administrativa na Rua AV. BEIRA RIO, 333 - CENTRO, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. SIMAR JOSE ROSA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1. 079.721 e CPF nº 437.061.009-59, residente e domiciliado na RUA TIRADENTES, 104, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 229/2015/PMJ, firmado em 13/03/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 82/2014 - PMJ – Edital CC nº 09/2014 - PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção da 1ª etapa do Parque Central, na Rua Luiz Specht, Bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO**

Diante da prorrogação de prazo constante na cláusula segunda deste Termo, os subitens 1.1 e 1.2 do contrato, passam a ter a seguinte redação:

1.1. O objeto do presente contrato deverá ser executado conforme os Projetos Básicos, Memorial Descritivo e demais informações constantes do Anexo I (CD) do Edital do Edital CC nº 09/2014/PMJ, observando-se o novo Cronograma de Execução e Desembolso em anexo.

1.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 15 (quinze) dias da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 11 (onze) meses contados da mesma data (OS: 16/03/2015 – execução: 15 de fevereiro de 2016).

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 15 de março de 2016, em conformidade com o disposto no § 1º, III e V, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos

os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 09 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CONTRATANTE
RAFAEL LASKE - Prefeito

SIMAR JOSE ROSA
ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 08/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
08/2015

Diante da tentativa infrutífera de notificação via correios e pessoalmente do Procedimento de Lançamento Tributário nº 021/2015, cientificamos pelo presente edital de notificação o contribuinte Sergio Volpato e Luci Volpato, de que o presente procedimento administrativo tem por finalidade a apuração e lançamento de IPTU, descrito em atenção ao disposto no art. 19, §1º do Código Tributário Municipal (CTM), no qual constatamos que por erro na fórmula de cálculo o sistema fez o lançamento do ITU para os imóveis com mais de 3.000m² e mais de uma frente, somente calculando a testada cadastrada como principal do imóvel e desconsiderando as demais testadas para o cálculo do imposto, o que resulta em uma cobrança a menor do imposto em questão. Neste caso efeturemos o lançamento complementar, referente ao exercício de 2015, conforme cadastro das características em nosso sistema, cumprindo o disposto na Lei complementar nº 31 de 24/12/1997 (CTM), Arts. 4º a 36 e suas alterações.

Joaçaba/SC, 08 de outubro de 2015.

Iria Flávia Rodriguez Torrico Rosângela Pelicioli
Secretária de Gestão Financeira Assistente Arrecadação

EXTRATO PL 21/2015/FMS - PP 16/2015/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015/FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição eventual e futura de armarinhos, materiais e ferramentas para artesanato, destinados às atividades do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Data da abertura: Dia 03/11/2015, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 03/11/2015, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria

Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 13 de outubro de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

EXTRATO PL 23/2015/PMJ - PP 17/2015/PMJ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2015/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015/FMS

Objeto: A contratação de empresa(s) especializada(s) para a fabricação e montagem de móveis sob medida, destinados à estruturação do novo prédio do ESF da Vila Remor, neste Município. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Data da abertura: Dia 29/10/2015, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 29/10/2015, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 13 de outubro de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

PORTARIA N.º 4743

PORTARIA Nº 4.743 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARCOS ANTONIO SANTOS LOPES, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando 623/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 19 de agosto de 2014 a 18 de agosto de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de outubro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de outubro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4744

PORTARIA Nº 4.744 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) ANA PAULA DA SILVA, do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, pedido protocolado através do processo n.º 140.134 de 06 de outubro de 2015, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 § I da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de outubro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4745

PORTARIA Nº 4.745 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) VANUZA LUZIA DA SILVA, a partir do dia 04 de outubro de 2015, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 04 de outubro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 09 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4746

PORTARIA Nº 4.746 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015
"RETIFICA PORTARIA QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 109 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 4.469/2015 na qual CONCEDE a (o) Servidor (a) Sr.(a) CLEUZA MARIA SOARES PASTORI, Professor Pós-Graduado Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 138.933 de 23 de junho de 2015, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de julho de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Onde lê-se: 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), Leia-se: 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 09 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4747

PORTARIA Nº 4.747 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º - Nomear o servidor Sr. TIAGO DUPONT GIUMBELLI como defensor dativo do Sr. ANDERSON CRISTIANO DA SILVA, em atendimento ao que preconiza o art. 159, § 2º da Lei Complementar n.º 76/2003.

Art.2º - Considerando que o prazo expirou em 28/09/2015 para a apresentação de defesa, com base no art. 156 § 1º.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

PORTARIA JHL 274/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 274/2015 DE 13.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 24(vinte e quatro) dias de licença –prêmio do(a) Servidor(a) Silvano Maier, Auxiliar Administrativo, conforme requerimento protocolado sob nº 2685/2015 de 14 de Setembro de 2015, referente ao período aquisitivo de 01.01.2013 à 31.12.2014, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de Setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 13 de Outubro de 2015.
Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 275/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 275/2015 DE 13.10.2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12(doze) dias de licença –prêmio do(a) Servidor(a) Graciela Pratto Bordin da Rosa, Auxiliar Administrativo, conforme requerimento protocolado sob nº 2686/2015 de 14 de Setembro de 2015, referente ao período aquisitivo de 18.08.2014 à 17.08.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de Setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 13 de Outubro de 2015.
Aluir Flemming
Diretor Presidente

PREGÃO 0039/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0054/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0039/2015

PROTOCOLO JHL 2813/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0039/2015 – Licitação 0054/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de materiais a serem utilizados na instalação das ligações de água do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 14:00 do dia 27/10/2015 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 27/10/2015 às 14h:20m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 14/10/2015 a 27/10/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 13 de Outubro de 2015.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

PREGÃO 0040/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0055/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040/2015

PROTOCOLO JHL 2814/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0040/2015 – Licitação 0055/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de veículos para renovação da frota do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 14h00m do dia 26/10/2015 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 26/10/2015 às 14h:20m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 14/10/2015 a 26/10/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 13 de Outubro de 2015.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0084/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0084/2015

TOMADA DE PREÇOS JHL 0006/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0034/2015

PROTOCOLO Nº 1901/2015

Data assinatura: 13/10/2015

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de sistema de circuito fechado de TV digital IP (CFTV IP), compreendendo fornecimento de todos os materiais e serviços a serem realizados nas dependências da Sede Administrativa do SIMAE, Estação de Tratamento de Água, Estação de Tratamento de Esgoto e garagem do SIMAE.

Contratado: CORINGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA LTDA.

Valor Contratado: R\$ 194.100,00 (cento e noventa e quatro mil e cem reais).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.99.00.00.00

Prazo de vigência: 180 dias contados da data da assinatura do contrato.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0085/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0085/2015

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL Nº 0095/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0050/2013

PROTOCOLO Nº 2530/2013

Data: 13/10/2015

Objeto: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E FOTOCÓPIAS, COM ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS MULTIFUNCIONAIS A LASER, NOVOS DE PRIMEIRO USO, ASSIM COMO A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DA CONTRATANTE.

Contratado: REALMAC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Valor Contratado: R\$0,088 (Oitenta e oito centésimos de real) por cópia.

Programa: 14.01.2.060 e 14.01.2.061

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.12.00.00.00

Prazo de vigência: 01/11/2015 a 31/10/2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 404/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 404/2015PML.

CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

LOCADOR: SOCIEDADE BENEFICENTE ISLÂMICA DE LAGES, inscrito no CPF nº 83.509.901/0001-30, com sede a Rua Benjamin Constant, 120 – Bairro Centro – Lages/SC CEP 88.501-110.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 258/2015, correlato à Dispensa de Licitação 76/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de imóvel situado a Av. Castelo Branco, 340 – Bairro Centro – Cep. 88.526-601 lages/SC. Local destinado para o funcionamento do CEIM Vila da Criança

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)
O valor a ser pago será de R\$ 1.564,54 (hum mil quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) mensais

Lages, 08 De outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

RESULTADO CREDENCIAMENTO 01/2015 FCL

PORTARIANº. 06 DE 07 DE OUTRUBRO DE 2015.

DIVULGA O RESULTADO DA ANÁLISE DOS PROJETOS DAS ÁREAS DE ARTES CÊNICAS, ARTES VISUAIS E AUDIOVISUAL, INSCRITOS NO EDITAL DE APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS Nº.01/2015.

A Comissão Gestora do Fundo Municipal de Cultura de Lages, instituída pela Portaria Municipal nº. 169 de 10 de março de 2015, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado da análise dos projetos das áreas de artes cênicas, artes visuais e audiovisual, inscritos no edital de apoio a atividades culturais nº. 01/2015:

Nome do Projeto	Proponente	Pontuação	Resultado
Artes cênicas – Teatro			
Teatro Circula-Dô	Associação de Arte e Cultura Circula-Dô	86,6	Aprovado
"AMORA E JAGUATIRICA" teatro regional de bonecos de pano para idoso e crianças	Associação de arte e cultura Menestrel Faze-Dô	83	Aprovado
Artes cênicas – Dança			
"Dançares"	Mario Sergio Arruda Antunes	70,33	Aprovado
Artes cênicas - Contação de histórias			
"Causos do Cachorro Ferrugem e outros Guapecas"	Robson Luis Andrade	83,66	Aprovado
Artes Visuais			
Pasta do Artista	Marlete Dias Palhano	82,16	Aprovado
Audiovisual			
Curta Metragem Eddgar e o Reino Submerso	Armin Daniel Reichert	95,16	Aprovado
Documentário Sebinca Christo	Nubia Janaina Garcia	75,66	Aprovado
Coral Frei Bernardino - 70 anos documentário	Fabiano de Oliveira Coelho	73	Aprovado
Encantos da Coxilha	Alair Luiz Sell	57,6	Suplente

Art. 2º Os projetos contemplados terão 10 dias úteis a contar da data de publicação da presente portaria para envio da documentação complementar conforme item 2.2 do edital de apoio a atividades culturais nº. 01/2015.

Art. 3º A Comissão Gestora do Fundo solicita alterações no plano de trabalho dos projetos aprovados, atendendo as ressalvas apontadas nos pareceres, a ser entregue junto da documentação complementar e no mesmo prazo conforme artigo 2º.

Art. 4º Caso o proponente de um projeto aprovado não cumpra com a documentação complementar no prazo estipulado no artigo 2º, será convocado o projeto posterior com maior pontuação dentro do limite de 02 (dois) projetos suplentes.

Art. 5º Os proponentes poderão apresentar recurso junto ao setor de protocolo da Prefeitura de Lages no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de publicação, endereçado a Comissão Gestora do Fundo.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 07 de outubro de 2015.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

Laguna

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES N. 08/2015

Edital de Convocação do Conselho Municipal de Contribuintes n. 08/2015

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do disposto no art. 15 do Regimento Interno, vem, por meio deste, convocar os membros do Conselho Municipal de Contribuintes, bem como dar ciência aos interessados, de sessão extraordinária a ser realizada no dia 21.10.2015, às 14h00min, na Sala de Reuniões do Gabinete do Prefeito, localizado na Rua Voluntário Carpes, 155, Centro, Laguna/SC, onde será julgado o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo n. 2944/15

Interessado: Luiz Paulo da Fonseca Carneiro

Relator: Fernando Fernandes

Observação: Os processos para julgamento estão à disposição dos interessados para consulta.

Publique-se no Diário Oficial do Município.

Laguna, 13 de outubro de 2015.

Luís Fernando Nandi Vicente

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONVITE PARA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

CONVITE À POPULAÇÃO DE LEOBERTO LEAL

A Administração Municipal em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Territorial, em concordância com o Plano Diretor Participativo, aprovado através da Lei nº 615/2008, convidam a todos para participarem da reunião no dia 20 de outubro de 2015 (terça-feira), às 14h00min, na Câmara de Vereadores, onde será realizada eleição de representantes das Macrozonas Rural Norte, Rural Sul e Urbana para nova constituição do Conselho de Desenvolvimento Territorial.

- Macrozona Rural Sul (Comunidades de Barra Grande, Alto Vargado, Rio Antinha e Arroio do Rancho)
- Macrozona Rural Norte (Rio Veado, Rio Parada, Rio das Pedras, Ribeirão dos Ovos, Rio do Tigre, Vinte Saltos, Corridas, Rio do Misch e Vargem dos Bugres)
- Macrozona Urbana (Centro, Rio Areia e Rio Emiliano)

É importante a participação de todos os interessados.

DECRETO N.º 112/2015

DECRETO Nº 112, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA”.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal/SC, Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, FRANCIELI SEZERINO, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Nacional da Pessoa com Deficiência no município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência, a ser realizada no dia 20 de Outubro de 2015, a partir das 13 horas, no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, sito a Avenida Adolfo Scheidt, tendo como tema central: “Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência: a transversalidade como radicalidade dos direitos humanos”.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/ SC, 13 de Outubro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

FRANCIELI SEZERINO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

DECRETO N.º 113/2015

DECRETO Nº 113, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 7.600,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	7.600,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.600,00
Função	10	Saúde	7.600,00
Sub-função	301	Atenção Básica	7.600,00
Programa	06	Saúde com Excelência	7.600,00
Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	7.600,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	7.600,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	7.600,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.600,00

Fonte de Recursos	0.1.0088	Alienação de Outros Bens Móveis	7.600,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEN- TAR			7.600,00
.....			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte	Valor
Alienação de Outros Bens Móveis	0.1.0088	7.600,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		7.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 13 de outubro de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 004/2015

PORTARIA Nº 004, DE 01 DE JULHO DE 2015
Concede Férias à Servidor e dá outras providencias

ARLÉCIO LEAL, Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere à Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no o art. 24, inciso III, letra "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Concedidas Férias ao servidor da Câmara Municipal de Vereadores de Leoberto Leal – SC, conforme quadro abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Período Aquisitivo	Data de Gozo
01	1193	DEIVYT ONI SCHEIDT	20/06/2014 À 19/06/2015	02/07/2015 À 31/07/2015

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 01 de Julho de 2015.
ARLÉCIO LEAL
PRESIDENTE DA CÂMARA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

PORTARIA Nº 005/2015

PORTARIA Nº 005, DE 01 DE AGOSTO DE 2015
Concede Férias à Servidora e dá outras providencias

ARLÉCIO LEAL, Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere à Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no o art. 24, inciso III, letra "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Concedidas Férias à servidora da Câmara Municipal de Vereadores de Leoberto Leal – SC, conforme quadro abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Período Aquisitivo	Data de Gozo
01	997	FABIANA DOS SANTOS LINHARES	23/08/2013 À 22/08/2014	01/08/2015 À 30/08/2015

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 01 de Agosto de 2015.
ARLÉCIO LEAL
PRESIDENTE DA CÂMARA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

PORTARIA Nº 006/2015

PORTARIA Nº 006, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Férias à Servidora e dá outras providencias

ARLÉCIO LEAL, Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere à Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no o art. 24, inciso III, letra "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Concedidas Férias à servidora da Câmara Municipal de Vereadores de Leoberto Leal – SC, conforme quadro abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Período Aquisitivo	Data de Gozo
01	1183	LUCIMAR PIRHARDT DE MELO	21/12/2013 À 20/12/2014	01/09/2015 À 30/09/2015

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 01 de Setembro de 2015.

ARLÉCIO LEAL

PRESIDENTE DA CÂMARA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

PORTARIA Nº 007/2015

PORTARIA Nº 007, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

Concede Férias e Licença-Prêmio à Servidores e dá outras providencias

ARLÉCIO LEAL, Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere à Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no o art. 24, inciso III, letra "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Concedidas Férias ao servidor da Câmara Municipal de Vereadores de Leoberto Leal – SC, conforme quadro abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Período Aquisitivo	Data de Gozo
01	1175	JOELCIO DE OLIVEIRA	27/08/2013 À 26/08/2014 E 27/08/2014 À 26/08/2015	01/10/2015 À 30/10/2015 E 01/11/2015 À 30/11/2015

Art. 2º Fica Concedida Licença-prêmio aos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Leoberto Leal – SC, conforme quadro abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Período Aquisitivo	Data de Gozo
01	997	FABIANA DOS SANTOS LINHARES	Agosto de 2010 à Agosto de 2013	01/10/2015 À 30/10/2015
02	1175	JOELCIO DE OLIVEIRA	Agosto de 2010 à Agosto de 2013	01/12/2015 À 30/12/2015

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 01 de Outubro de 2015.

ARLÉCIO LEAL

PRESIDENTE DA CÂMARA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 43/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de enfeites e materiais elétricos para ornamentação natalina, mascotes de pelúcia padrão PROERD, e uniformes (calças e camisas) para servidores municipais, as 14:00 horas do dia 26 de outubro de 2015, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de protocolo geral, situado na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 13 de outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PLOA 2016

Edital de Convocação
Audiência Pública

Moisés Diersmann, Prefeito Municipal de Luzerna, offmanncom fulcro Lei Complementar Federal nº 101/00 em seu artigo 48º, inciso I, convoca os habitantes deste Município para participarem da Audiência Pública, para discussão do Projeto de Lei do Orçamento do exercício de 2016, PLOA 2016.

Local: Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna
Av. 16 de fevereiro nº 151 – Luzerna - SC
Data: 26 de outubro de 2015
Horário: 20:00 horas

Aproveite este importante espaço planejar o futuro de Luzerna.

Luzerna (SC), 13 de outubro de 2015.
Moisés Diersmann
Prefeito Municipal

DECRETO 2122

DECRETO Nº 2122 de 13 de outubro de 2015.

“DECRETA LUTO OFICIAL”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, os relevantes serviços prestados pelo Senhor ADÊMIO HOFFELDER, tanto por intermédio de suas ações na vida privada, bem como na vida pública,

CONSIDERANDO, a atuação do Senhor ADÊMIO HOFFELDER, na política, como Vereador no mandato de 01/02/1973 a 31/01/1977 representando o então Distrito de Luzerna junto a Câmara de Vereadores de Joaçaba e Vice-Prefeito do Município de Joaçaba, no mandato de 01/02/1977 a 31/01/1983,

DECRETA:

Art. 1º - É decretado luto oficial, por 03 (três) dias a partir desta data, em todo o território do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), em virtude do falecimento do Senhor ADÊMIO HOFFELDER.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

Luzerna (SC), 13 de outubro de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2123

DECRETO Nº 2123 de 13 de outubro de 2015.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 19 da Lei nº 1311 de 11/11/14,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR na importância de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE
Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE
Proj./Atividade: 2.061 – Operação e Manutenção de Sistema de Água - Urbano
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 34
Valor: R\$ 150.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE
Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE
Proj./Atividade: 2.061 – Operação e Manutenção de Sistema de Água - Urbano
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 37
Valor: R\$ 200.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de outubro de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 110

PORTARIA Nº 110/15 de 13 de outubro de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR o servidor MAURÍCIO JOSÉ BITTENCOURT, Fiscal de Tributos, Obras e Posturas, como LEILOEIRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL para conduzir os trabalhos no leilão de bens móveis e imóveis da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC) e FUNDOS ESPECIAIS.

Art.2º- Os serviços realizados pelo Leiloeiro Oficial serão gratuitos, sem ônus para Município.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Portaria nº 022/13 de 13 de outubro de 2015, produzindo efeitos a partir de 13 de outubro de 2015.

Luzerna(SC), 13 de outubro de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PL 084/2015 - LE 001/2015 - ALIENAÇÃO DOS BENS MÓVEIS (VEÍCULOS) - PML

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUZERNA

AVISO

Processo Licitatório nº 084/2015

Leilão nº 001/2015

O Município de Luzerna torna pública a alteração efetuada no processo Licitatório nº 084/2015, Edital de Leilão Presencial 001/2015, cujo objeto é o "Leilão Público para a alienação dos bens móveis (veículos) descritos no instrumento convocatório, no estado em que se encontram e pela melhor oferta".

Onde lê-se:

2.1. O presente Leilão será realizado por intermédio de Leiloeiro Oficial, Sr. Maurício José Bittencourt, designado e nomeado pela Portaria Municipal nº 022/13 de 03 de janeiro de 2013, com forte no artigo 53, in fine, da Lei 8.666/93.

Leia-se:

2.1. O presente Leilão será realizado por intermédio de Leiloeiro Administrativo Municipal, Sr. Maurício José Bittencourt, designado e nomeado pela Portaria Municipal nº 110/2015 de 13 de outubro de 2015, com forte no artigo 53, in fine, da Lei 8.666/93.

Permanecem inalteradas as demais disposições do Leilão nº 001/2015 em referência.

Luzerna (SC), 13 outubro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA _ TERMO ADITIVO Nº 7/2015 ATA DE RP Nº 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2014
REGISTO DE PREÇO Nº 0002/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA Nº 7/2015

Reequilíbrio econômico financeiro.

Objeto: Registro de Preço para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível – tipo óleo diesel S10 – destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota Municipal Município de Macieira, conforme quantidades e especificações constantes no Edital.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 03/2015.

Contratada: SAFRA DIESEL LTDA.

Valor registrado: O valor do litro do óleo diesel S10 passa de R\$ 2,91 (dois reais e noventa e um centavos) para o valor de R\$ 3,02 (três reais e dois centavos) sofrendo um acréscimo de 4% (quatro por cento), de acordo com as justificativas do Termo Aditivo e Cláusula Terceira, item 3.1. da Ata de Registros de Preços nº 03/2015, bem como repasse de cunho nacional.

Macieira, 13 de outubro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA _ TERMO ADITIVO Nº 8/2015 ATA DE RP Nº 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2015
REGISTO DE PREÇO Nº 0001/2015

TERMO ADITIVO DE ATA Nº 8/2015

Reequilíbrio econômico financeiro.

Objeto: Registro de Preço para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível – tipo gasolina comum – destinado ao abastecimento dos veículos da Frota Municipal Município de Macieira, conforme quantidades e especificações constantes no Edital.

1º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 02/2015.

Contratada: POSTO SERIBA LTDA.

Valor registrado: O valor do litro da gasolina comum passa de R\$ 3,42 (três reais e quarenta e dois centavos) para o valor de R\$ 3,63 (três reais e sessenta e três centavos) sofrendo um acréscimo de aproximadamente 6% (seis por cento), de acordo com as justificativas do Termo Aditivo e Cláusula Terceira, item 3.1. da Ata de Registros de Preços nº 02/2015 e repasse de cunho nacional.

Macieira, 13 de outubro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 4150

LEI Nº. 4.150

DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2015.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação do orçamento público municipal de 2015 até o valor de R\$ 1.017.000,00 (um milhão e dezessete mil reais), conforme descrição abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal da Saúde

16 Fundo Municipal de Saúde

02 Programas de Saúde

101220016.2.092000 Estratégia da Saúde da Família

(216) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 450.000,00

Fonte: 164

(217) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte: 102

103020016.2.089000 Mac Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

(263) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte: 165

103020016.2.095000 Mac Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - CAPS

(271) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

Fonte: 102

(272) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Fonte: 165

(275) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte: 102

(276) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte: 165

103050016.2.091000 Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica

(293) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte: 102

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: Fundo Municipal da Saúde

16 Fundo Municipal de Saúde

01 Atividades do Fundo

101220016.1.003000 Unidades de Saúde

(198) 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 132.000,00

Fonte: 102

101220016.2.185000 Unidades de Pronto Atendimento UPA

(206) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 435.000,00

Fonte: 165

16 Fundo Municipal de Saúde

02 Programas de Saúde

103010016.2.195 Programa Melhor Casa

(255) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte: 164

(256) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte: 164

(257) 4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte: 164

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 13 de outubro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4151

LEI Nº. 4.151

DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2015.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação do orçamento público municipal de 2015 até o valor de R\$ 970.000,00 (Novecentos e setenta mil reais), conforme descrição abaixo:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

09 Secretaria da Fazenda e Planejamento

01 Secretaria da Fazenda e Planejamento

041220009.2.18000 Administração Financeira e Contábil - Contabilidade

(55) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 550.000,00

Fonte: 100

(57) 4.6.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte: 100

(414) 3.2.91.00 - Aplicações Diretas - Operações Intra R\$ 170.000,00

Fonte: 100

(415) 4.6.91.00 - Aplicações Diretas - Operações Intra R\$ 200.000,00

Fonte: 100

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

09 Secretaria da Fazenda e Planejamento

01 Secretaria da Fazenda e Planejamento

041220009.2.17000 Manutenção da Secretaria da Fazenda e Planejamento

(51) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
Fonte: 100

10 Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo
01 Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo
133920010.2.21000 Departamento Administrativo Casa da Cultura
(61) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 450.000,00
Fonte: 100

11 Secretaria Municipal de Obras
01 Secretaria Municipal de Obras
041220011.2.45000 Ampliação e Manutenção da Frota Mecanizada
(86) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte: 100

041220011.2.46000 Manutenção da Secretaria de Obras
(90) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
Fonte: 100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 13 de outubro de 2015.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015.

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 13/11/2015, às 09h05min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada para realizar retirada de telhado existente e construção de nova estrutura de telhado, nova cobertura, projeto e execução de elétrica e pintura total da Escola Abelhinha Feliz, arcando com fornecimento de material e mão de obra, conforme projetos e memorial descritivo, através da Secretaria Municipal de Educação. Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 13/11/2015, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafra, 13 de outubro de 2015
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº 004/2015.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 004/2015.

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 10/11/2015, às 09h05min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada para realizar reforma e ampliação do Centro de Educação Faxinal, arcando com fornecimento de material e mão de obra, conforme projetos e memorial descritivo, através da Secretaria Municipal de Educação. Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 10/11/2015, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafra, 13 de outubro de 2015
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

EDITAL Nº 01/2015 - FUMPREVI

FUMPREVI – Fundo Municipal de Previdência de Maracajá

CONVOCAÇÃO

A Administração do Fundo Municipal de Previdência – FUMPREVI, (respeitando o Art.47,§ 2º, inc.VIII, alínea "o"), convoca seus associados para participarem da Assembleia Geral no dia 12/11/2015, às 19:00 horas, no Centro de Convivência da Terceira Idade.

Pauta: Eleição dos novos membros que irão compor a nova diretoria e Conselhos Fiscal e Administrativo.

Maracajá, 09 de outubro de 2015.

Michelini Costa Francisco

Presidente – Previdência

Marema

PREFEITURA

LEI N. 1081/2015

Lei n. 1081/2015

De 06/10/2015

AUTORIZA ALIENAÇÃO DE BENS POR CONSIDERAR INSERVÍVEL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica através da presente Lei, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar bens da Administração Pública Municipal, consistindo em:

- Um veículo PAS/AUTOMOVEL, FIAT/UNO MILLE ECONOMY, ano e modelo de fabricação 2010/2011, Placas MHK 3756, Chassi 9BD15822AB6453393, inscrito no Patrimônio Público Municipal n. 2606;
- Um veiculo PAS/AUTOMOVEL, FIAT/STRADA FIRE FLEX, ano e modelo de fabricação 2007/2007, Placas MGH-8261, Chassi 9BD27803A72557579, inscrito no Patrimônio Público Municipal n. 986;
- Um veiculo PAS/AUTOMOVEL, FIAT/STRADA FIRE FLEX, ano e modelo de fabricação 2010/2010, Placas MHI-4656, Chassi 9BD-27803MA7271869, inscrito no Patrimônio Público Municipal n. 985;
- Um veículo PAS/AUTOMOVEL, FIAT/UNO VIVACE, ano e modelo de fabricação 2012/2012, Placas MKF3491, Chassi 9BD195152C0317160, inscrito no Patrimônio Público Municipal n. 1218;
- Um veiculo CAMINHÃO SEM CARROCERIA, MERCEDES BENZ/L 2213, ano e modelo de fabricação 1981/1981, Placas BWJ-7080, Chassi 34542012571668, inscrito no Patrimônio Público Municipal n. 1043;
- Uma CAÇAMBA, ano 1995, capacidade para 10 toneladas, inscrita no Patrimônio Público Municipal n. 959;
- Uma Maquina MOTONIVELADORA Mercedes, ano 1979, HWB 130, inscrita no Patrimônio Público Municipal n.1204.

§ 1º – O valor arrecadado será utilizado na aquisição de novos veículos, máquinas, equipamentos ou destinado aos regimes de previdência social, geral e própria dos servidores públicos.

§ 2º - Fica vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens descrito neste artigo para financiamento de despesa corrente.

§ 3º - A alienação será precedida de avaliação prévia e de licitação, nos termos da Lei 8.666/93.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina,
em 06 de outubro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3170 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3170 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1704 de 09 de Outubro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das atividades da Estratégia da Família
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 330.000,00
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0601 – GERENCIA DE SAÚDE
 0601.010.301.0190.2094 – Manutenção da Secretaria de Saúde
 0601 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0601 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 11.000,00
 0601 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0601 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 15.000,00

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA
 0602.010.301.0190.1097 – Aquisição de Equipamentos para a Saúde Básica
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 90.000,00

0602.010.301.0190.1099 – Reforma de Postos de Saúde
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 10.000,00

0602.010.301.0190.1112 – Aquisição de Equipamentos para a Secretaria de Saúde
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 180.000,00

0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das atividades do PACS
 0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 40.000,00

0602.010.305.0192.2105 – Promoção e Controle Epidemiológico

0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE OUTUBRO DE 2015
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3171 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3171 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1705 de 09 de Outubro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 25.750,00 (Vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.2100 – Manutenção da Farmácia Básica
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13801 – Piso de Atenção Básica - PAB R\$ 25.750,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 25.750,00 (Vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.1098 – Aquisição de Veículos para a saúde básica
 0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13801 – Piso de Atenção Básica - PAB R\$ 5.750,00

0602.010.301.0190.1099 – Reforma de Postos de Saúde
 0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13801 – Piso de Atenção Básica - PAB R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE OUTUBRO DE 2015
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1704 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº. 1704 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 – GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das atividades da Estratégia da Família
0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 330.000,00
0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 – GERENCIA DE SAÚDE
0601.010.301.0190.2094 – Manutenção da Secretaria de Saúde
0601 – 33900000 – Aplicações Diretas
0601 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 11.000,00
0601 – 44900000 – Aplicações Diretas
0601 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 15.000,00

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA
0602.010.301.0190.1097 – Aquisição de Equipamentos para a Saúde Básica
0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 90.000,00

0602.010.301.0190.1099 – Reforma de Postos de Saúde
0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 10.000,00

0602.010.301.0190.1112 – Aquisição de Equipamentos para a Secretaria de Saúde
0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 180.000,00

0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das atividades do PACS
0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 40.000,00

0602.010.305.0192.2105 – Promoção e Controle Epidemiológico
0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 4.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE OUTUBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1705 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº. 1705 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 25.750,00 (Vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 – GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.2100 – Manutenção da Farmácia Básica
0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
0602 – 13801 – Piso de Atenção Básica - PAB R\$ 25.750,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 25.750,00 (Vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 – GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.1098 – Aquisição de Veículos para a saúde básica
0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
0602 – 13801 – Piso de Atenção Básica - PAB R\$ 5.750,00

0602.010.301.0190.1099 – Reforma de Postos de Saúde
0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
0602 – 13801 – Piso de Atenção Básica - PAB R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE OUTUBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LICITAÇÃO 56/2015 PP 42/2015 (MULTIENTIDADE) MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº56/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015

A Prefeitura de Massaranduba torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, a Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a aquisição de DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E MANUTENÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO (COSIP).

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 28/10/2015.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08h30min do dia 28/10/2015.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 29 de setembro de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 370-2015

PORTARIA n.º 370/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora ELIZANDRA DAL PONT, ocupante do cargo de Agente comunitária de saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/10/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0245/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 245/2015 DE 02/10/2015

DISPÕE SOBRE A GRADE CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MODELO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica e lei Municipal nº 1321/97 e conforme parecer nº 01/2015 do Conselho da Educação,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada no Sistema Municipal de Ensino de Modelo SC, a GRADE CURRICULAR, para o Ensino Fundamental e Educação Infantil, conforme anexo I e II, integrante deste Decreto.

Art. 2º - A grade curricular de que dispõe este Decreto, entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - revogam-se as disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 02 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

ANEXO I

GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC

ENSINO FUNDAMENTAL

DISCIPLINAS: PERÍODOS DE 45 MINUTOS

TOTAL DE HORAS SEMANAIS: 20 HORAS PARA CADA TURNO MATUTINO E VESPERTINO

EFETIVO TRABALHO ESCOLAR COM ALUNOS: 200 DIAS LETIVOS

DIAS LETIVOS SEMANAIS: 05 DIAS

CARGA HORÁRIA DIÁRIA: 04 HORAS PARA CADA TURNO

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 HORAS – PARA CADA TURNO VESPERTINO E MATUTINO

TURNO: DIURNO

DISCIPLINA	ANO				
I. NUCLEO COMUM	1º	2º	3º	4º	5º
LINGUA PORTUGUESA	X	X	X	X	X
MATEMATICA	X	X	X	X	X
GEOGRAFIA	X	X	X	X	X
HISTORIA	X	X	X	X	X
EDUCAÇÃO FISICA	3	3	3	3	3
ENSINO RELIGIOSO	X	X	X	X	X
CIENCIAS	X	X	X	X	X
ARTES	1	1	1	1	1
II. PARTE DIVERSIFICADA					
LINGUA ESTR. INGLES	1	1	1	1	1
INFORMATICA	1	1	1	1	1
PRODUÇÃO E INTERPRETAÇÃO	2	2	2	2	2
TOTAL HORAS SEMANAIS	20	20	20	20	20

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 02 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO II

GRADE CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL
DO MUNICÍPIO DE MODELO SC

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENO LAR

0 A 3 ANOS

Períodos de 45 minutos

DISCIPLINA		
I. NUCLEO COMUM	BER	MAT
AREAS DO CONHECIMENTO	X	X
EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3
CONTAÇÃO DE HISTÓRIA	2	2
PARQUE	3	3
TOTAL HORAS SEMANAIS	20	20

JARDIM DE INFÂNCIA CANTINHO ALEGRE

3 A 6 ANOS

Períodos de 45 min

DISCIPLINA				
I. NUCLEO COMUM	BER	MAT	PREI	PRE II
AREAS DO CONHECIMENTO	X	X	X	X
EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3	3
CONTAÇÃO DE HISTÓRIA	2	2	1	1
PARQUE	3	3	3	3
INGLÊS	0	0	0	1
INFORMÁTICA	0	0	1	0
TOTAL HORAS SEMANAIS	20	20	20	20

EDUCAÇÃO INFANTIL

TURNOS: DIURNO

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 02 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 0246/2015

DECRETO Nº 0246/2015 de 13.10.2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RICARDO MOCELIN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pelo Servidor,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido, a partir desta data, o Servidor RICARDO MOCELIN, do cargo comissionado de Coordenador Geral do Setor de Tributação, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 13 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO MOCELIN

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0150/2015

PORTARIA Nº 150/2015 de 02/10/2015

DISPOE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DE VEÍCULO MUNICIPAL, SOBRE A COMPENSAÇÃO DE APLICAÇÃO DE VALORES, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando a situação de emergência decretada através do Decreto Municipal 191/2015, homologada pelo Estado de Santa Catarina conforme Decreto nº279/2015 de 29/07/2015,

Considerando a perda total dos 5 veículos da saúde no evento registrado em 14/07/2015 e que as novas aquisições, atendidas as disponibilidades financeiras, a LRF, não suprem as necessidades do departamento de saúde;

Considerando em especial a necessidade de atendimento dos programas da Saude, ESF, NASF, transporte de pacientes e outros de interesse público;

Considerando que houve o pagamento/indenização dos veículos da saúde, com perda total, pela seguradora,

Considerando a necessidade de compensação da aplicação dos recursos da fonte de Impostos, para o Departamento de Educação, do veículo a ser remanejado nos termos desta Portaria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica transferida a vinculação de lotação contábil e patrimônio, a responsabilidade pela guarda, utilização, preservação e registro das despesas, sendo do:

Departamento Municipal da Educação, para o

Fundo Municipal de Saude de Modelo SC,

do veículo Nissan Grand Livina 1.8, cor prata, álcool/gasolina, ano 2011, modelo 2012, 7 lugares, Patrimônio nº 6744. Valor da avaliação conforme registro patrimonial do bem R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)

Art. 2º - Fica autorizado o Setor de Patrimônio, a efetuar a transferência do veículo especificado no artigo 1º desta portaria e emitir o respectivo termo de responsabilidade e recebimento, pelo Fundo Municipal de Saude de Modelo SC.

Art. 3º - O veículo de que dispõe esta portaria, estará a serviço da Saude do Município e as despesas relativa a sua utilização e manutenção, serão contabilizadas no Fundo Municipal de Saude de Modelo SC.

Art. 4º - A compensação do valor do bem recebido, será efetuado pelo Fundo Municipal de Saude à Educação, para fins de controle das despesas de aplicação da Educação, Recursos de Impostos, será efetuado na forma disposta na Portaria 151/2015.

Art.5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2015.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Modelo SC, aos 02 de outubro de 2015

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

Ciente e de acordo: MARCIA TERESINHA JACOBY

PORTARIA Nº 0151/2015

PORTARIA Nº 151/2015 de 02/10/2015

DISPOE SOBRE A COMPENSAÇÃO DE APLICAÇÃO DE VALORES, RELATIVO A TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULOS MUNICIPAIS, AO MUNICÍPIO DE MODELO SC, PARA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E GERAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando que houve o pagamento/indenização dos veículos da saúde, com perda total, pela seguradora,

Considerando que houve a transferência de veículo a adquirido com recursos de Impostos destinados à Educação, conforme dispõe a Portaria 150/2015;

Considerando igualmente que houve a transferência de veículo do município adquiridos com recursos próprios – fonte 100, nos termos da Portaria 128/2015;

Considerando a necessidade de compensação da aplicação dos recursos pelo Fundo Municipal de Saude, de conformidade com o Patrimônio recebido, às respectivas fontes de recursos de origem:

RESOLVE:

Art.1º - Fica autorizada e respectivamente aprovada a transferência de recursos, para fins de compensação de valores, as fontes de recursos de origem, referente aos bens transferidos ao Fundo Municipal de Saude, conforme abaixo especificado:

I – O Fundo Municipal de Saude de Modelo SC – transfere o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil), referente aos recursos recebidos do pagamento do seguro dos veículos com perda total decorrente da inundação, conforme consta da situação de emergência Decreto 191/2015, para aplicação pelo Departamento Municipal de Educação, em despesas próprias e legais destinadas ao desenvolvimento da Educação, para compensação da transferência do patrimônio, adquirido com recursos da educação, conforme dispõe a Portaria 150/2015.

II - O Fundo Municipal de Saude de Modelo SC – transfere o valor de R\$ 42.900,00 (Quarenta e dois mil e novecentos reais), referente a parte dos recursos recebidos, do pagamento/indenização do seguro dos veículos com perda total, decorrente da inundação, conforme consta da situação de emergência Decreto 191/2015, para aplicação pelo Município de Modelo SC, no pagamento de despesas próprias e legais, destinadas ao atendimento das políticas públicas municipais, em atendimento a Portaria 128/2015.

Parágrafo único – A despesa será realizada na fonte de recursos próprios e não integrará o cálculo da aplicação da educação, no respectivo ano em que for utilizado o recurso, de que trata o Inciso I deste artigo.

Art.5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Modelo SC, aos 02 de outubro de 2015

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

Ciente e de acordo: MARCIA TERESINHA JACOBY

PORTARIA Nº 0152/2015

PORTARIA Nº 0152/2015 de 07.10.2015.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCOS STOCKER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando novo atestado médico emitido, solicitando o afastamento do Servidor para tratamento de saúde por mais 90 (noventa) dias a partir desta data,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde constante na Portaria nº 0147/2015, concedida ao Servidor Público Municipal MARCOS STOCKER, matrícula nº 1569-5, ocupante do cargo efetivo de Agente de Manutenção/Mecânico de Máquinas, Veículos e Equipamentos, lotado no Departamento Municipal de Estradas e Rodagens, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A prorrogação de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 07.10.2015 a 04.01.2016.

Art. 2º - Considerando a concomitância dos atestados, a licença constante da Portaria nº 0147/2015 encerra-se no dia 06.10.2015, seguindo-se em ato contínuo de conformidade com esta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 07 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 106/2015

DECRETO Nº 106/2015, em 13 de Outubro de 2015.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2015”.

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que, a teor do artigo 132 da Lei Municipal n. 1010, de 17 de abril de 2001, comemora-se no dia 28 de Outubro o dia do funcionário público;

CONSIDERANDO que, o dia 28 de Outubro de 2015 será em uma quarta-feira;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 30 de Outubro de 2015 (sexta-feira), em comemoração ao Dia do Funcionário Público, nas repartições Públicas Municipais da Administração direta e indireta, excetuando-se os serviços essenciais que por sua natureza não permitam paralisação.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 13 de Outubro de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 009/2015

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 009/2015

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município: Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 009/2015, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

Zelador

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
1º	Simoni Alano Apolinário
2º	Letícia Maurici
3º	Maria Terma Oliveira
4º	Albertina Francisco da Silva
5º	Josiane de Freitas Machado

Morro da Fumaça, de 13 de outubro de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº094/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN094/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços 094/2015, relativa ao Pregão Presencial 094/2015, contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE USO PESSOAL E FERRAMENTAS PARA SEREM UTILIZADAS PELOS FUNCIONÁRIOS A DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

FORNECEDOR:TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
VALOR TOTAL:R\$ 33.244,57 (trinta e três mil duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos)

FORNECEDOR:BONA GENTE COMERCIAL LTDA - EPP
VALOR TOTAL:R\$ 6.724,50 (seis mil setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos)

FORNECEDOR:FOOT COMERCIAL LTDA ME.
VALOR TOTAL:R\$ 3.162,50 (três mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

FORNECEDOR:MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
VALOR TOTAL:R\$ 13.320,00 (treze mil trezentos e vinte reais)

FORNECEDOR:ALA COMERCIO LTDA ME
VALOR TOTAL:R\$ 7.140,00 (sete mil cento e quarenta reais)
FORNECEDOR:NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
VALOR TOTAL:R\$ 32.250,77 (trinta e dois mil duzentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos).

Vigência: 04/09/2016.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

EXONERA EDUCAÇÃO 2750

PORTARIA 2.750 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I – EXONERAR por término de contrato o (a) servidor (a) IZABEL CRISTINA DO NASCIMENTO, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores acts, com 30 horas semanais, a partir de 23 de outubro de 2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 23/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXONERAÇÕES PORTARIAS 2694,2726,2747

PORTARIA 2694 DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR ABANDONO DE CARGO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR por abandono de cargo o (a) servidor (a) JALDEMIR DOS SANTOS, do cargo de CHEFE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais efetivos, a partir de 1º de outubro de 2015, conforme decisão do processo administrativo disciplinar 005/2015, instaurado pela portaria nº.952/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2726 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) FRANCIANE MACHADO BOTELHO, do cargo de VIGIA, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais efetivos, a partir de 1º de outubro de 2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2747 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) LOUISE CRISTINA CORREA, do cargo de ORIENTADORA SOCIAL, pertencente ao quadro de servidores públicos municipais efetivos, a partir de 09 de outubro de 2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo

seus efeitos a partir de 09/10/2015.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXONERAÇÕES

2695,2720,2727,2728,2729 E 2749

PORTARIA N º 2695 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a), da função de confiança de SECRETÁRIA ESCOLAR CEI EJA IV, o (a) senhor (a) JANETE MARIA PEGORARO BARON

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º de OUTUBRO de 2015.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2720 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA A PEDIDO O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a), a pedido, da função de confiança de COORDENADORA PEDAGÓGICA DE PROJETOS EDUCACIONAIS, o (a) senhor (a) MARGARETE DA ROSA BRUSTOLIN.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 05 de OUTUBRO de 2015.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2727 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a), da função de confiança de DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS, o (a) senhor (a) WALDIR APARECIDO LOPES RAMOS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

tendo seus efeitos a partir de 07 de OUTUBRO de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2728 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a), da função de confiança de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL I, o (a) senhor (a) EVERTON TOREZAN.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 07 de OUTUBRO de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2729 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a), da função de confiança de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL I, o (a) senhor (a) THAIS CRISTINA ELIAS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 07 de OUTUBRO de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2749 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA O (a) SERVIDOR (A) DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO (a), da função de confiança de GERENTE DE DEFESA CIVIL, o (a) senhor (a) IVAN CARLOS FERREIRA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 08 de OUTUBRO de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LICENÇA MATERNIDADE 2740,2741

PORTARIA Nº. 2740 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. LUCIANA ANDRÉIA ALMEIDA matrícula nº. 6245302, que exerce a função de PROFESSORA, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, pelo período de 17/09/2015 a 14/03/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17/09/2015 a 14/03/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 17 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de outubro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2741 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. THAIS REGINA DOS SANTOS matrícula nº. 1984501, que exerce a função de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, pelo período de 24/09/2015 a 21/03/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 24/09/2015 a 21/03/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de outubro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LICENÇA PREMIO EDUCAÇÃO 2721,2722,2738,2751

PORTARIA 2721 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao senhor MARGARETE DA ROSA BRUSTOLIN, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSOR MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 30 (TRINTA) dias restantes desta licença, pelo período de 05/10/2015 a 03/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de outubro de 2015 a 03 de novembro de 2015. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias, restando 60 (sessenta) dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir 05 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2722 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao senhor MARGARETE DA ROSA BRUSTOLIN, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSOR MAG III, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 30 (TRINTA) dias restantes desta licença, pelo período de 05/10/2015 a 03/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de outubro de 2015 a 03 de novembro de 2015. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias, restando 60 (sessenta) dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir 05 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2738 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) MARI ANGELA

ROCHA FERREIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de ORIENTADORA ESCOLAR, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 30 (TRINTA) dias restantes desta licença, pelo período de 06/10/2015 a 04/11/2015, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 06 de outubro de 2015 a 04 de novembro de 2015. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias, restando 60 (sessenta) dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir 06 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2751 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) GIOVANA SOARES DA CUNHA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA MAG III, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 60 (sessenta) dias restantes desta licença, pelo período de 13/10/2015 a 11/12/2015, referente ao serviço público prestado entre 2005/2010.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 13 de outubro de 2015 a 11 de dezembro de 2015. Fazendo gozo dos 60 (sessenta) dias restantes deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 13 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de outubro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOMEAÇÃO 2759

PORTARIA N º 2.759 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,

RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS III, o (a) senhor (a) MAIEIVI RAMOS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º de outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOMEAÇÕES CONCURSO 2703 A 2710

PORTARIA N º 2703 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o (a) senhor (a) SULEIDE MARIA DA SILVA para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 1º/10/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 1º de outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2704 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o (a) senhor (a) ELLEHN CASSIA LECZKO para exercer o cargo de VETERINÁRIA, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 05/10/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 05 de outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2705 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o (a) senhor (a) MARIANA CLARINDO PAULINO para exercer o cargo de FARMACEUTICA, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 1º/10/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 1º de outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2706 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o (a) senhor (a) CAROLINE FERNANDES FREITAS para exercer o cargo de RECEPCIONISTA, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 1º/10/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 1º de outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2708 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o (a) senhor (a) MARINA AMARAL CAMARGO para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 05/10/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 05 de outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2709 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o (a) senhor (a) BRUNA CAROLINE PEREIRA para exercer o cargo de RECEPCIONISTA, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 02/10/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 02 de outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2710 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o (a) senhor (a) DANYELLE PANTALEAO MARTINS para exercer o cargo de VETERINÁRIO, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 1º/10/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 1º de outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOMEAÇÕES PORTARIAS 2696,2716,2730 E 2748

PORTARIA N º 2.696 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010,

RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de SECRETÁRIA ESCOLAR CEI EJA VI, o (a) senhor (a) JANETE MARIA PEGORARO BARON.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 02/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 02 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.716 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 075 de 08/03/2010,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL I, o (a) senhor (a) JOÃO FRANCISCO FERREIRA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 14/09/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.730 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS I, o (a) senhor (a) WALDIR APARECIDO LOPES RAMOS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 08 de outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.748 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR (A) PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 01/04/2009,
RESOLVE:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado (a) para exercer a função de confiança de DIRETORA DE IMPRENSA, o (a) senhor (a) LOUISE CRISTINA CORREA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 13 de outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA CEDENCIA 2758

PORTARIA N º 2.758 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

CEDE SERVIDOR (a) À PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, autorizado pela Lei Municipal nº 2884, de 03 de julho de 2014, e em conformidade com o Convênio celebrado,
RESOLVE:

I Ceder o (a) servidor (a) municipal o (a) Sr (a). MAIEIVI RAMOS, ocupante do cargo de Guarda Municipal de Trânsito, Matrícula nº 3064/03, à Prefeitura Municipal de Navegantes, durante o período de um ano, a contar de 1º de outubro de 2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com seus efeitos retroativos a 1º de outubro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA LICENÇA MATERNIDADE 2739,2742

PORTARIA Nº. 2.739 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. ANGELA BASTIANELLO HORVATH matrícula nº. 6219102, que exerce a função de ENFERMEIRA, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 07/10/2015 a 03/04/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 07/10/2015 a 03/04/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 07 de OUTUBRO de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de outubro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 2.742 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 009 de 18/11/2003,

RESOLVE:

I. Conceder Licença Gestação, a Sra. FERNANDA MORAES DUTRA matrícula nº. 63301701, que exerce a função de TERAPEUTA

OCUPACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 30/09/2015 a 27/03/2016 totalizando 180 (cento e oitenta) dias.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 30/09/2015 a 27/03/2016, sendo que 60 (sessenta) dias referente a Lei Nº. 2088 de 21/11/2007.

III. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 30 de SETEMBRO de 2015, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de outubro de 2015.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA LICENÇA SAÚDE EDUCAÇÃO 2711 A 2715, 2744 A 2746 E 2749

PORTARIA Nº. 2711 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, a CELIANA FRITZ sob matrícula nº 3726/20, no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 20/08/2015 até 08/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 20 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2712 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) ANDREA BORBA DA LUZ sob matrícula nº 4914/02, no cargo de agente de serviços gerais, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos, pelo período de 25/07/2015 até 09/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 25 de julho de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2714 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) LUIZIANE VENTURINI GONÇALVES sob matrícula nº 632370/03, no cargo de professora, admitida em caráter temporário, pelo período de 24/08/2015 até 29/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 24 de agosto de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2715 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) DULCINEIA CORDEIRO FELICIO sob matrícula nº 3282/01, no cargo de agente de serviços gerais, pertencente ao quadro de servidores efetivos, pelo período de 04/04/2015 até 02/10/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de abril de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2744 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) MIRIAM FERREIRA EMILIO sob matrícula nº 2203/02, no cargo de agente de serviços gerais, pertencente ao quadro de servidores efetivos, pelo período de 05/03/2015 até 30/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 05 de março de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2745 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) CREUSA EDIT VERÍSSIMO, sob matrícula nº 19974/02, no cargo de Professora ,com 20 horas, pertencente ao quadro de servidores efetivos, pelo período de 20/09/2015 até 05/10/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 20 de setembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2746 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001. RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) CREUSA EDIT VERÍSSIMO, sob matrícula nº 19974/03, no cargo de Professora ,com 20 horas, pertencente ao quadro de servidores efetivos, pelo período de 20/09/2015 até 05/10/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 20 de setembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 2749 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) ANDREA CARLA PIMENTA, sob matrícula nº 3073/06, no cargo de Professora , pertencente ao quadro de servidores efetivos, pelo período de 03/09/2015 até 05/10/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03 de setembro de 2015, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA RETIFICADA 1519

PORTARIA N º 1519 DE 03 DE MARÇO DE 2011

NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -, RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público n º 001/2010, a senhora JULIANE WAGNER PACHECO para exercer o cargo de Analista Administrativo, código QP-ANM, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, pertencente ao quadro dos servidores da Secretaria de Assistência Social.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 21/03/2011.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE MARÇO DE 2011.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 03 de março de 2011.

Jonas de Souza

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA RETIFICADA 4403

PORTARIA N º 4403 DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER SIMONE CADORI no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR , posicionando para a referência “C”.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/11/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE OUTUBRO DE 2012.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de outubro de 2012.

Antônio Carlos Romão Carmona

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS LICENÇA SAUDE 2713 E 2743

PORTARIA N º 2.713 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) JOÃO FLORÊNCIO ROSA, matrícula 62248/02, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com 40 horas, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos pelo período de 18/08/2015 até 02/10/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 18/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.743 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) JOÃO DE SOUZA CAROLINA, matrícula 62854/02, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, pelo período de 24/08/2015 até 24/09/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 24/08/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS PROGRESSÃO FUNCIONAL 2693, 2717 A 2719, 2723 A 2725, 2731 A 2736

PORTARIA N º 2.693 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER SARITA RAMOS MARQUES no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015..

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de setembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.717 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER SÉRGIO NEI DA CRUZ JUNIOR no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de GUARDA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, com 40 horas, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015..

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.718 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER GERSON BORBA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, com 40 horas, posicionando para a referência "L".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015..

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.719 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER LEILA APARECIDA MATIAS PACHECO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de GUARDA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, com 40 horas, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015..

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.723 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER VANDERLÉIA SILVA ADRIANO SILVA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR, com 40 horas, posicionando para a referência "M".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015..

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.724 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ARACI MARIA DIAS SOARES no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, com 40 horas, posicionando para a referência "L".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015..

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.725 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER AVA IONA LOPES no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ESCRITURÁRIA, com 40 horas, posicionando para a referência "M".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015..

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.731 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MARIA VIRGINIA HONORATO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MOTORISTA, com 40 horas, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2011/2013..

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/04/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.733 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER JOÃO MANOEL MELO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.734 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER OLIVIO RIBEIRO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas, posicionando para a referência "J".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.735 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER DOMINGOS VALENTIM INÁCIO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2.736 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MARTIN HENCHEL no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas, posicionando para a referência "M".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, e o período avaliado é de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 01/10/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 31/2015**

PORTARIA No 31/2015

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO

A Senhora Presidente da Câmara de Vereadores, Vereadora Norma Espíndola por força do estabelecido no ar. 38, XXIX do Regimento Interno:

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício identificado sob o número 0245/2015/03PJ/NAV, encaminhado pelo Digno Representante do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o qual solicita documentos da servidora Giovana Inácia Duarte durante o mês de janeiro de 2015, ao cargo de "Secretário Legislativo";

Resolve:

Art. 1º INSTAURAR Processo Administrativo Investigatório para proceder a apuração dos fatos relacionados a nomeação da servidora Giovana Inácia Duarte, durante o mês de janeiro de 2015, ao cargo de "Secretário Legislativo".

Art. 2º Nomear os servidores efetivos José João de Souza, Sólon Manoel Costa e Vanildo Telles, para formarem, sob a presidência do primeiro, e, secretariado do segundo, a comissão processante para a apuração dos fatos constantes no artigo 1º desta Portaria.

Art. 3º Garantir autonomia e imparcialidade à comissão designada, para apurar tanto a conduta já denunciada, quanto eventuais irregularidades conexas verificadas no curso do procedimento.

Art. 4º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta portaria, para a conclusão do Processo Administrativo Investigatório, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Navegantes, 05 de outubro de 2015.

Norma Espíndola

Presidente

Nova Trento

PREFEITURA

EDITAL Nº 04/2015

A Comissão Eleitoral Especial, constituída na forma da Resolução 01/2015, torna público o resultado da Eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Nova Trento, realizada no dia 04 de outubro de 2015.

EDITAL Nº 04/2015

Dispõe sobre a divulgação e publicidade do resultado do processo de escolha para Conselheiros Tutelares no município de Nova Trento

Art. 1º O CMDCA de Nova Trento torna público a classificação geral do Processo de Escolha para os Conselheiros Tutelares deste município.

Art. 2º Ficam eleitos os cinco primeiros colocados para assumir o cargo de Conselheiro Tutelar para a gestão 2016/2020, os demais candidatos seguem como suplentes conforme ordem de classificação.

Quantidade de Votos	Nome do Candidato	1 Classificação Titulares
506	Neide Maria Cipriani Motta	1º
391	Rita Maria Piazza	2º
376	Rosemeri Tridapalli Montibeller	3º
376	Elisangela Bassi Trainotti	4º
375	Patricia Regina Tell Marchi	5º
Quantidade de Votos	Nome do Candidato	2 Classificação Suplentes
290	Zenaide Valentina Corsi Vanini	6º
229	Daiane Fachin Till	7º
217	Altair Castilho	8º
195	Michel Cipriani Bottamedi	9º
163	Scheila Diamantina Torres	10º
162	Ana Karluza da Silva	11º
70	Bastiana Marques Lima	12º

Art. 3º Fica aberto o prazo de 24 horas, a contar da data de publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no item 3.8.2 do Edital nº 001/2015.

Art. 4º A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados no prazo legal.

Art. 5º Este Edital entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Nova Trento, 06 de Outubro de 2015

Samanta Lazzarotto Franzoi

Coordenador da Comissão Especial Eleitoral

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Nova Trento, após análise de recursos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 1.284/93 RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito,

não foram interpostos recursos.

II - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Nova Trento para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I - Total de eleitores: 1009 (um mil e nove)

II - Total de votos válidos: 997 (novecentos e noventa e sete)

III - Total de votos em branco: 3 (três)

IV - Total de votos nulos: 9 (nove)

Art. 2º Total de votos por candidato:

Classificação	Nº. de Votos	Nome do Candidato
1º	506	Neide Maria Cipriani Motta
2º	391	Rita Maria Piazza
3º	376	Rosemeri Tridapalli Montibeller
4º	376	Elisangela Bassi Trainotti
5º	375	Patricia Tell Marchi
6º	290	Zenaide Valentina Corsi Vanini
7º	229	Daiane Fachin Till
8º	217	Altair Castilho
9º	195	Michel Cipriani Bottamedi
10º	163	Scheila Diamantina Torres
11º	162	Ana Karluza da Silva
12º	70	Bastiana Marques Lima

Art. 3º Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- Neide Maria Cipriani Motta

II- Rita Maria Piazza

III- Rosemeri Tridapalli Montibeller

IV- Elisangela Bassi Trainotti

V- Patricia Regina Tell Marchi

Art. 4º Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- Zenaide Valentinha Corsi Vanini

II- Daiane Fachin Till

III- Altair Castilho

IV- Michel Cipriani Bottamedi

V- Scheila Diamantina Torres

VI- Ana Karluza da Silva

VII- Bastiana Marques Lima

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2016, sendo que o horário e o local serão divulgados posteriormente.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 9 de Outubro de 2015

Samanta Lazzarotto Franzoi

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Trento

Paial

PREFEITURA

LEILÃO 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

AVISO DE LEILÃO 001/2015, PROCESSO LICITATÓRIO 047/2015

Objeto: Tem por objeto o presente Edital ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS, de propriedade do Município, conforme descrição constantes no edital.

Abertura: 06/11/2015 as 10hs00min

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 13 de outubro de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

PP 022/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 022/2015 PROCESSO LICITATÓRIO 024/2015

Objeto: aquisição de um automóvel novo destinado a manutenção das atividades da vigilância sanitária do Fundo Municipal de Saúde conforme relações de itens constantes no Anexo "E" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 28/10/2015

Abertura: 28/10/2015 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 14 de outubro de 2015.

Elizete E. Vortmann

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PP 037/2015

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 037/2015, PROCESSO LICITATÓRIO 049/2015

Objeto: contratação de serviços e fornecimento de peças para recuperação no motor modelo 6BT5.9 do trator de esteiras Komatsu D 41 A 01da secretaria de obras e infraestrutura do Município de Paial conforme relação de peças e serviços constantes no Anexo E deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 27/10/2015

Abertura: 27/10/2015 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 13 de outubro de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

PP 038/2015

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 038/2015, PROCESSO LICITATÓRIO 051/2015

Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas destinados a manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Município de Paial/SC conforme especificações constantes do Anexo "E" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 13/11/2015

Abertura: 13/11/2015 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 13 de outubro de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

PP 039/2015

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 039/2015, PROCESSO LICITATÓRIO 052/2015

Objeto: registro de preços para possível aquisição de pneus e câmaras de ar para manutenção da frota do Município de Paial conforme relação de itens constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 13hs30min do dia 13/11/2015

Abertura: 13/11/2015 as 13hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 13 de outubro de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

TP 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 003/2015, PROCESSO LICITATÓRIO 050/2015

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de construção de muros de contenção e acesso a quadra de esportes do Centro Educacional Municipal de Paial - CEMPA conforme projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 13hs30min do dia 06/11/2015

Abertura: 06/11/2015 as 13hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 13 de outubro de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

ATA COM O RESULTADO PARA A FASE DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº135/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº135/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº135/2015, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de recapeamento asfáltico e sinalização viária da Rua José Cosme Pamplona, Bairro Bela Vista e serviço de pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Tomás Domingos da Silveira, Bairro São Sebastião, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

EMPRESAS HABILITADAS:

GMC GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA

SETEP CONSTRUÇÕES S/A

CONPESA CONTRUÇÃO PESADA LTDA

PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA

ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA

Palhoça, 13 de Outubro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL 150/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 27 de outubro de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na contratação de empresa para serviços gráficos para a Polícia Militar – 16º BPM, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste instrumento convocatório. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.atende.net. Palhoça, 13 de outubro de 2015. PREGOEIRA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

PREGÃO PRESENCIAL 35/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 35/2015, objeto: aquisição de materiais de artesanatos, aviamentos, pinturas, musicais, festivos e expediente de consumo e permanente. Os materiais de artesanatos, aviamentos e pinturas e musicais serão utilizados pelos pacientes nas oficinas de artesanatos dos CAPS I, CAPS II e CAPS AD, materiais festivos nas campanhas feitas pelo CEAP e pela Saúde da Mulher e demais campanhas, e os materiais de expediente e para suprir as necessidades dos demais setores da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 27 de outubro de 2015, às 13:30h, recebimento dos envelopes e amostras e abertura das propostas e no dia 30 de outubro de 2015, às 13:30h, efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação, Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoça.atende.net. Maiores informações fones: (48) 3047-5585 ou 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas. Palhoça, 13 de outubro de 2015. Rosiméri Hilda Coelho Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 36/2015, pelo SRP. Objeto: contratação de empresa especializada para confecção e instalação de móveis sob medida, fornecimento de materiais e mão de obra necessários para a confecção, essenciais para equipar a UPA Centro, no dia 28 de outubro de 2015, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas, lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como nos sites: palhoca.atende.net e www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 13 de outubro de 2015.
Eronete Gilda Gomes Oliveira
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL 21/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, comunica que após análise das amostras e classificações das propostas, do processo licitatório Pregão Presencial nº 21/2015, que tem como objeto Confecção de uniformes, bolsas e camisetas para campanhas, para serem utilizados pelos servidores desempenharem suas funções nas USB, Samu, Programa Estratégia de Saúde da Família, Vigilâncias, CAPS II, CAPS I, CEAP, Programa Acolher ao Nascer e demais Setores, com fornecimento de todos os materiais necessários, aprazou para o dia 15/10/2015, com início às 14:00 horas, para efetuação dos lances a abertura dos invólucros contendo os documentos de habilitação. Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net. Maiores informações fones: (48) 3047-5585 ou 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas. Palhoça, 13 de outubro de 2015. Rosiméri Hilda Coelho Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

Papanduva

PREFEITURA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 073/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 073/2015. Objeto: Aviso de alteração de edital, que poderá ser obtido, na sua íntegra no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166; Nova data de entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 29/10/2015; Nova data de início da Sessão Pública: As 08:45 hs do dia 29/10/2015. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Contrato com a Caixa Econômica Federal nº 333443-81/2010.

Papanduva, 09 de outubro de 2015

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 093/2015

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 067/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 10/09/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa LUDA PNEUS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 20.122.244/0001-54, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de pneus, câmaras e protetores novos, sem uso, para os veículos e máquinas da frota municipal, conforme itens descritos na relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 – O fornecimento do objeto licitado somente poderá ser realizado pela empresa que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material;
- 1.4 – O valor da presente ata de registro de preços é de R\$ 78.478,00 (setenta e oito mil, quatrocentos e setenta e oito reais), relativos aos itens 09, 20, 24, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42, objeto do pregão presencial registro de preços 067/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art.

15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 067/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 – As entregas deverão ser realizadas conforme necessidade do município, cujo proponente adjudicado vencedor, terá o prazo de 07 (sete) dias consecutivos contados da data da solicitação, para entregar o objeto desta licitação na sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, sito à Rua Sérgio Glevinski 134, Centro, ou na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, Centro ou na sede da Secretaria Municipal de Agricultura, sito à Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, 3062, Centro ou na sede da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, sito à Rua José Reva, nº 389, Centro, ou na sede do Fundo Municipal de Saúde, sito à Rua Jacob Schadeck, 1207, Centro, Papanduva/SC, conforme a solicitação;
- 4.2 – Não serão aceitos os itens que a contratada entregar fora da especificação do edital e anexo I;
- 4.3 – Os produtos somente poderão ser entregues com o acompanhamento dos servidores municipais designados para isto;
- 4.4 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;
- 5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- 5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 067/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência no fornecimento do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido nesta Ata;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
- 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papan-duva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 10 de setembro de 2015.

 Equipe de Apoio

 – Márcio Wisniewski - Pregoeiro

 – Erli Edivina Wunsche Bacellar -

 – Otávio Hunka - Equipe de Apoio

 Equipe de Apoio

 – Eliton Luis de Souza Prestes -

 – Marcela Cecon – Pela Contra-

tada

Dario Schicovski
 Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2015

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2015

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papan-duva inscrito no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. Dario Schicovski, altera o preço registrado pela empresa COMPANHIA ULTRAGAZ S.A, inscrita no CNPJ sob nº 61.602.199/0232-44, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA PRINCIPAL

Este aditamento fica inteiramente vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2015 datada de 18 de junho de 2015, referente ao processo licitatório Pregão Presencial – Registro de Preços nº 052/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 2, em 12,5415%, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição da contratada, NFE 8040 de 29/08/2015 e NFE 47519 de 01/09/2015 da empresa fornecedora Petrobras Petróleo Brasileiro S.A, passando portando o preço unitário, registrado, do referido item de R\$ 45,00 para R\$ 50,64.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

Papanduva (SC), 25 de setembro de 2015.

DARIO SCHICOVSKI COMPANHIA ULTRAGAZ S.A
 PELA CONTRATANTE PELA CONTRATADA

Testemunhas:

Marcio Wisniewski
 Matrícula: 50

Ricardo Zenfe
 Matrícula: 2675

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
 Assessor Jurídico
 OAB/SC 14035B

Passos Maia

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N. 0098/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0098/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0049/2015
PREGÃO ELETRÔNICO n. 0034/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: MC SURGICAL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de materiais de enfermagem, para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Passos Maia, pelo período de 12 (doze) meses, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0049/2015, Pregão eletrônico n. 0034/2015.
Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$ 1.725,00 (um setecentos e vinte e cinco reais).
Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses.
Passos Maia, SC, 09 de outubro de 2015.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 0099/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0099/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0049/2015
PREGÃO ELETRÔNICO n. 0034/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: CERURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.
Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de materiais de enfermagem, para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Passos Maia, pelo período de 12 (doze) meses, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0049/2015, Pregão eletrônico n. 0034/2015.
Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$ 6.591,39 (seis mil quinhentos e noventa e um reais e trinta e nove centavos).
Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses.
Passos Maia, SC, 09 de outubro de 2015.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 0100/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0100/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0049/2015
PREGÃO ELETRÔNICO n. 0034/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA
Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de materiais de enfermagem, para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Passos Maia, pelo período de 12 (doze) meses, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0049/2015,

Pregão eletrônico n. 0034/2015.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$ 797,70 (setecentos e noventa e sete reais e setenta centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 09 de outubro de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 0101/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0101/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0049/2015
PREGÃO ELETRÔNICO n. 0034/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: LA DALLA PORTA JUNIOR
Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de materiais de enfermagem, para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Passos Maia, pelo período de 12 (doze) meses, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0049/2015, Pregão eletrônico n. 0034/2015.
Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$ 406,00 (quatrocentos e seis reais).
Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses.
Passos Maia, SC, 09 de outubro de 2015.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 0102/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0102/2015
PROCESSO LICITATORIO n. 0049/2015
PREGÃO ELETRÔNICO n. 0034/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: PONTOMED PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA ME
Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de materiais de enfermagem, para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Passos Maia, pelo período de 12 (doze) meses, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0049/2015, Pregão eletrônico n. 0034/2015.
Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$ 736,57 (setecentos e trinta e seis reais e cinquenta e sete centavos).
Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses.
Passos Maia, SC, 09 de outubro de 2015.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 0103/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0103/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0049/2015

PREGÃO ELETRÔNICO n. 0034/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ODONTOESTE LTDA ME

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de materiais de enfermagem, para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Passos Maia, pelo período de 12 (doze) meses, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0049/2015, Pregão eletrônico n. 0034/2015.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$ 733,46 (setecentos e trinta e três reais e quarenta e seis centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 09 de outubro de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO Nº 178/2015- PMP

1º Termo aditivo nº 178/2015- PMP

Ao Contrato nº 173/2014- PMP

Licitação: Processo Adm. nº 98/2014 - PMP modalidade Dispensa de Licitação Nº 10/2014 - PMP

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Rua Lauro Zimmermann Filho, 200, Centro, Penha/SC

Os signatários deste instrumento de 1º Termo aditivo nº 178/2015-PMP, de um lado NEUSA FELOMENA VOLPI, Telefone: 3345-1717, portadora do RG 1.204.179 – SSI/SP e CNPF 953.256.389-04, residente e domiciliada à Rua Benjamim Constant, nº 1798, Bairro América, Joinville/SC, e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Evandro Eredos dos Navegantes, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula primeira do contrato administrativo nº 173/2014- PMP fica aditado do dia 09.10.2015 até o dia 31.12.2015.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor presente na clausula segunda do contrato administrativo nº 173/2014 - PMP fica reajustado para R\$:4.927,19 (quatro mil, novecentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) mensais e um valor total de 3 (três) meses de R\$:14.781,57 (catorze mil, setecentos e oitenta e um reais e cinquenta e sete centavos), conforme índice IPCA(IBGE).

CLAUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 10.02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO

Funcional: 12.365.0009- Educação infantil

Projeto/Atividade: 2.024 – Funcionamento e manutenção do Ensino Infartil/Creche

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000082

CLAUSULA QUARTA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 09 de Outubro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA

O Senhor Prefeito Municipal de Penha e o Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Penha, no uso de suas atribuições de acordo com a Lei nº 2.201/08, Lei 2.244/2008 e artigo 259 parágrafo único, Lei Complementar nº 002/2007 e do Estatuto das Cidades, CONVOCAM a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA que acontecerá no dia 28/10/2015 às 19h00min na Câmara Municipal, na Av. Antonio Joaquim Tavares nº101, Centro, na cidade de Penha/SC.

A presente Audiência Pública é aberta a qualquer interessado, e tem por objetivo a apresentação do R.I.V. – Relatório de Impacto de Vizinhança do LOTEAMENTO AROEIRAS DE PROPRIEDADE DA EMPRESA G.LAFFITTE.

Penha (SC), 13 de outubro de 2015

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

Reginaldo Waltrick
Presidente – Concidade

CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO EDITAL 03- 2015
 CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 03/2015

Matemática				
Professor	Qualificação	Tempo de Serviço	Curso	total
Cristiane Marilena da Silva	1	3	0	4
Isabel Cristina Corrêa de Oliveira	0	0	2	2
Vanessa Fonseca de Oliveira	1	0	0	1
Português				
Professor	Qualificação	Tempo de Serviço	Curso	total
Raffael Oliveira do Prado	0	3	2	5
Luiz Gustavo Varela	0	0	4	4
Adriana Bernardes da Cunha	0	0	3	3
Aline Karen Tanizawa Ferreira	1	0	0	1
Ensino Religiosa				
Professor	Qualificação	Tempo de Serviço	Curso	total
Dimas Carlos Pimentel	5	1	0	6
Fabio Schmitz Meyer	1	0	0	1
Roniéri Soares de Araújo	0	0	0	0
Ciências				
Professor	Qualificação	Tempo de Serviço	Curso	total
Dimas Carlos Pimentel	1	1	0	2
Cristiane Aparecido Alves Coelho	0	0	0	0
História				
Professor	Qualificação	Tempo de Serviço	Curso	total
Denis Portela Pereira	1	0	0	1
Rafaela Patricia Ferreira	0	0	0	0
Arte				
Professor	Qualificação	Tempo de Serviço	Curso	total
Sabrina Lemos Viana	0	0	2	2
Claudia Mehler Bot	0	0	0	0
Beatriz Mehler Bauer	0	0	0	0
Joelly Cenira Rachakoski	0	0	0	0
Educação Física				
Professor	Qualificação	Tempo de Serviço	Curso	total
Jeniffer Krueger	0	1	1	2
Sabrina Aparecida Oneda	0	1	1	2
Indianara dos Passos	0	0	1	1
Marcelo Correa Catarina	0	0	1	1
Jenifer Herber	0	0	0	0
Denise dos Santos Lopes	0	0	0	0
Tiago Lopes	0	0	0	0
Fernanda Nascimento	0	0	0	0
Nelson Oliveira da Cunha	0	0	0	0
Educação Física				

Professor	Qualificação	Tempo de Serviço	Curso	total
Jaqueline Wanderley Falbo	0	0	1	1
Osvaldo Correa de Mello Junior	0	0	0	0
Geografia				
Professor	Qualificação	Tempo de Serviço	Curso	total
Bruno saraiva Câmara	1	1	0	2
Henrique Pitt	1	1	0	2
Obs.: Desempate de acordo com o edital 03/2015 no item 6.4.2 letra C.				
Atendimento Educacional Especializado (AEE)				
Professor	Qualificação	Tempo de Serviço	Curso	total
Andressa Ristau Linhares	0	3	5	8
Ana Cristina de Souza Vieira	0	0	5	5
Verônica Aparecida de Oliveira	1	3	0	4
Eliane Borba Couto	0	0	2	2
Heloisa Fernanda de Borba	0	0	1	1
Educação Infantil				
Professor	Qualificação	Tempo de Serviço	Curso	total
Fabiana Aparecida Pereira de Almeida Cardoso	1	5	4	10
Mayra Anne Duarte	0	5	5	10
Alessandra Daniela Kostantiuk	0	5	5	10
Aliane Bordallo dos Santos Voos	1	5	2	8
Juliana Jacinto	1	3	3	7
Michelly Cristiane de Souza	1	3	3	7
Leila Maria do Nascimento Ferreira	1	0	5	6
Roseneide França Flohr	1	0	5	6
Camila Cristina Mangorra	0	3	3	6
Elaine da Luz	1	1	3	5
Danielli Cristini Pereira Vieira	0	3	2	5
Renata Terezinha da Silva	0	1	4	5
Jéssica Ferni de Barros Pastorino	1	3	0	4
Aline Domeciano	0	3	0	3
Maria Carolina Passos	0	3	0	3
Fabíola Anli da Silva Assis	1	0	1	2
Vivian Cristina Ferreira de Moraes	1	0	0	1
Amanda Borba Couto	1	0	0	1
Isidoro Augusto Lunardelli	1	0	0	1
Taiane Nilsa Leite	0	1	0	1
Stephany Amorin dos Santos	0	1	0	1
Barbara Domeciano Parrado	0	0	1	1
Roseli Valtrick Ponick	0	0	0	0
Eddi Paula Pamella Souza Pereira	0	0	0	0
Crislainny Mery Ficher	0	0	0	0
Andressa do Nascimento	0	0	0	0
Roseni de Andrade Siqueira Matuzaki	0	0	0	0
Bruna Suellen Leske	0	0	0	0
Cristiane Amábile Flores	0	0	0	0
Danuzza Saruza dos Santos	0	0	0	0
Maria Alice Zimmermann	0	0	0	0
Caroline Leite de Oliveira Nunes	0	0	0	0
Edna Beatriz Goulart de Avila	0	0	0	0
Jucélia Terezinha Martins da Silva	0	0	0	0
Evelin Cavalcante Conceição	0	0	0	0

Carla Irene Carlos	0	0	0	0
Scheila Soares Pinheiro	0	0	0	0
Andressa Rafaella Vieira Bonato	0	0	0	0
Taisa Eduarda Steil	0	0	0	0
Ana Paula Ranguetti	0	0	0	0
Obs.: Desempate de acordo com o edital 03/2015 no item 6.4.2.				
Anos Iniciais				
Professor	Qualificação	Tempo de Serviço	Curso	total
Andréa Ziehlsdorff	1	5	5	11
Danielle Abravanel	0	5	5	10
Janaina Maniscalco Felício de S. Galhot	1	5	3	9
Chirslaine Roschel Nunes	1	3	5	9
Eliane de Chaves Dupla	1	1	5	7
Beatriz Aparecida de França	1	0	5	6
Melquiades dos Santos Valentim	1	0	5	6
Rodinéia Alves da Luz Linhares	0	0	0	0

Penha, 13 de outubro de 2015.
 EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
 PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA/SC

PP36/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 AVISO DE EDITAL
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015 – PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE FANTOCHES PARA SEREM UTILIZADOS PELOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PENHA/SC.

Entrega dos Envelopes: 26/10/2015 até as 17h00min no Setor de Licitações e Contratos, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Secretaria de Administração.

Abertura do Processo: 27/10/2015 às 14h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 13 de outubro de 2015.
 Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

CONTRATO 121/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 51/2015, Dispensa de Licitação nº 01/2015

Objeto: Contratação em caráter emergencial de empresa especializada para locação de Ônibus com capacidade mínima de 29 lugares, por quilometragem rodada, para atendimento dos alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal e Estadual de Ensino, residentes nas comunidades Caravagio, Arroio do Meio, Alto São Pedro e Linha Gaúcha, interior do município de Peritiba.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2015

Contratado: LUBRIFICANTES PERITIBA LTDA EPP

CNPJ: 73.779.738/0001-72

Valor: R\$ 14.127,75 (Quatorze mil, cento e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos)

Data de Vigência: 13/10/2015 a 17/12/2015

Município de Peritiba – SC em 09 de Outubro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

CONTRATO 122/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 82/2014, Pregão Presencial nº 45/2014.

Objeto: Aditar ao contrato original 13/2015 para prestação de serviços de recapagem de pneus.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122 /2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2015

Contratado: F.M. PNEUS LTDA

CNPJ: 81.374.845/0001-49

Data de Vigência passa a ser: 28/01/2015 a 31/12/2015

Valor do Contrato: R\$ 4.730,00 (quatro mil setecentos e trinta reais).

Município de Peritiba – SC em 09 de Outubro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.284, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.284, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal da Criança e Adolescente, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

2007	Fundo Municipal da Criança e Adolescente	
2007.8	Assistência Social	
2007.8.243	Assistência a Criança e ao Adolescente	
2007.8.243.6	Assistência a Crianças e Adolescentes	
2007.8.243.6.2.27	Manutenção do Fundo Infância Adolescência	
3390-0000	Aplicações Diretas	R\$ 250,00
Fonte 01.09 - Fia		

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação apurado até 30 de setembro de 2015 na fonte de recursos do FIA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 07 DE OUTUBRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.286, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.286, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA COMEMORAÇÃO ALUSIVA AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que a paralização dos serviços no meio da semana não é de todo recomendada, pois prejudica o andamento normal dos serviços públicos,

DECRETA:

Art. 1º A comemoração alusiva ao dia do Servidor Público no dia 28/10/2015 passará para o dia 30/10/2015, ficando os servidores dispensados do ponto neste dia.

Parágrafo único. A Unidade Sanitária deverá designar responsáveis para atendimento de situações de urgência e emergência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 08 de outubro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO EDITAL Nº002/2015

EDITAL Nº003/2015

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – SC, no uso de suas atribuições legais, torna público, a alteração da data da realização das provas do concurso público, referente edital nº 002/2015, passando a mesma para o dia 06/12/2015.

Em razão da mudança de data da prova, o edital sofreu as seguintes alterações, passando os itens alterados a ter a seguinte redação:

6 - DA EXECUÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA:

6.1 - A convocação para a Prova Escrita Objetiva será afixada no quadro de avisos da Prefeitura do Município, e divulgada nos sites www.institutoexcelenciapr.com.br e www.pinheiropreto.sc.gov.br a partir do dia 25 de novembro de 2015, contendo informações quanto ao horário e local de realização das provas (objetiva e prática), a serem aplicadas na data de 06 de dezembro de 2015, no período da manhã.

7 - DA PROVA PRÁTICA:

7.2 - A Prova Prática será realizada apenas pelos candidatos que concorrem à vaga do cargo de OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA e será aplicada, na data provável de 06 de dezembro 2015, no período da tarde, e local indicado no item 7.4 deste Edital

ANEXO V – CRONOGRAMA

PREVISÃO DE CRONOGRAMA (*)	
Publicação do Edital de Abertura do Concurso Público	28.09.2015
Prazo para Recurso do Edital	28.09 a 02.10.2015
Divulgação do Resultado do Recurso do Edital	05.10.2015
Abertura das Inscrições (pelo site da empresa)	Às 17:00 de 06.10.2015
Prazo para solicitação PNE(portador de necessidades especiais) e envio de documentos	06 a 09.10.2015
Encerramento das Inscrições	Às 12:00h do dia 06.11.2015
Publicação Edita de Inscrições Homologadas	11.11.2015
Prazo para Recurso do Edital Inscritos	11 a 12.11.2015
Publicação do local de prova objetiva e prática	25.11.2015
Realização das Provas Objetivas (manhã)	06.12.2015
Realização das Provas Práticas (tarde)	06.12.2015
Publicação do Gabarito Preliminar das Provas Objetivas	07.12.2015
Abertura de Prazo para recurso sobre o gabarito preliminar	07.12.2015
Encerramento de Prazo para Recurso do gabarito preliminar	08.12.2015
Publicação da análise dos recursos do gabarito preliminar, publicação do gabarito final e divulgação do resultado da Classificação Final das Provas Objetivas e Práticas	10.12.2015
Abertura de prazo para recurso da Classificação Final das Provas Objetivas e Práticas	10.12.2015
Encerramento do prazo para recurso da Classificação Final das Provas Objetivas e Práticas	11.12.2015
Publicação da análise dos Recursos da Classificação Final das Provas Objetivas e Prática	15.12.2015
Publicação do Edital de Homologação do Resultado Final do Concurso	18.12.2015

Pinheiro Preto-SC, 09 de outubro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 112 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 112 / 2015

Processo Administrativo n.º 085 / 2015.
Pregão Presencial n.º 044 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS POR DEMANDA JUDICIAL, COM ENTREGA PARCELADA, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$4.578,33 (quatro mil, quinhentos e setenta e oito reais e trinta e três centavos).
Itens 05, 06, 08, 10 e 12.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 13/10/2016.

Pomerode/SC, 13 de Outubro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 113 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 113 / 2015

Processo Administrativo n.º 085 / 2015.
Pregão Presencial n.º 044 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS POR DEMANDA JUDICIAL, COM ENTREGA PARCELADA, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$7.875,80 (sete mil, oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos).
Itens 01 e 02.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 13/10/2016.

Pomerode/SC, 13 de Outubro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

ATA CONCORRÊNCIA 05/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0070/2015
CONCORRÊNCIA N.º 005/2015

O Município de Ponte Serrada torna público, aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze às oito horas na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, reuniram-se a comissão permanente de licitações designada pelo Decreto nº 657/2015 de 02 de setembro de 2015, para dar seqüência a licitação em epígrafe. Após análise minuciosa dos documentos apresentados pelas empresas Setep Construções S.A e Terramax Construções e Obras, verificou-se que todos os documentos apresentados estão de acordo com o exigido pelo item 5 do edital, sendo assim declaradas HABILITADAS. Esta ata será encaminhada aos participantes, servindo como intimação para que querendo apresentar recurso referente a essa fase no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme previsão do § 3º do Art. 109 da Lei Federal 8.666/93 e demais alterações. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente ata a qual lida e achada conforme todos passam a assinar. Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00min , no e-mail: comprasps01@gmail.com, ou pelo telefone (0XX49) 3435 0122.

Ponte Serrada 13 de outubro de 2015.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR PROCESSANTE

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, NA FORMA ABAIXO.

A COMISSÃO PARLAMENTAR PROCESSANTE, NOMEADA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 031/2015:

FAZ SABER, a todos que o presente edital, com o prazo de 10 dias, que corre seus trâmites legais a Comissão Parlamentar Processante em que é acusado Exmo Prefeito Municipal Evaldo José Guerreiro Filho, como incurso no Artigo 4º, incisos I, IV, VI, VII, VIII e X do Decreto Lei 201/1967, Artigo 115-A, incisos I, IV, VI, VII, VIII, X e XIV da Lei Orgânica Municipal.

E como esteja o mesmo em lugar incerto e não sabido, não sendo possível citá-lo pessoalmente, e por hora certa, cita-o pelo presente para notificar o Srº EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, que foi constituído a Comissão Parlamentar Processante pela Resolução nº 031/2015, com a finalidade de apurar a possível prática de infração-político administrativa pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, nos termos da fundamentação e documentos da denúncia apresentada junto ao Poder Legislativo, nos termos do artigo 115-A, § 1º, inciso I da Lei Orgânica Municipal e Decreto Lei nº 201/1967, aproveitamos a oportunidade para intimar Vossa Excelência, para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias por escrito, indicando as provas que pretende produzir e arrole testemunhas até o máximo de 10 (dez), sob pena de serem presumidos aceitos como verdadeiros os fatos articulados na denúncia.

Porto Belo (SC), 14 de outubro de 2015.

Frank Max Marques

Presidente da Comissão Parlamentar Processante

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 776/2015

DECRETO Nº 776, de 22 de setembro de 2015.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.315, de 14 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 20.109,18 (Vinte mil, cento e nove reais e dezoito centavos):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2104 – CES – Comissão Ensino e Serviço		
MODALIDADE	3390 – 169 – Aplicações Diretas	47	10.109,18
MODALIDADE	4490 – 169 – Aplicações Diretas	48	10.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		20.109,18

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício, na respectiva Fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 22 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças
e Contabilidade

JAIR GIRALDI
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 780/2015

DECRETO Nº 780, de 29 de setembro de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e da Lei Municipal nº 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 30.503,88 (Trinta mil, quinhentos e três reais e oitenta e oito centavos centavos):

ÓRGÃO ORGÃO	1500 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2103 – Proteção Alta Complexidade I		
MODALIDADE	3390 – 3170 – Aplicações Diretas	21	30.503,88
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		30.503,88

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro, proveniente da Fonte 170.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 29 de setembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

EDITAL Nº 08/2015 - ELEIÇÕES IMPRESS

COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE ELEIÇÃO, VISANDO A COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IMPRESS E DA AMASPU, NOMEADA PELA PORTARIA Nº 033, DE 07 DE JULHO DE 2015. Edital nº 008/2015

A Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 033, de 07 de julho de 2015, no uso das suas atribuições legais, RESOLVE HOMOLOGAR O RESULTADO FINAL para a composição do Conselho Diretor e dos Conselhos Fiscais de Previdência e Assistência do IMPRESS/AMASPU.

Em conformidade com a contagem dos votos, fica eleito o Conselho Diretor para o mandato 2016/2018 a Chapa AÇÃO E CONTINUAÇÃO, com 494 votos, constituída pelos servidores:

PRESIDENTE – Margareth Flissak

VICE-PRESIDENTE – Simão Ilczyszyn

1º SECRETÁRIO – Giovana Müller

2º SECRETÁRIO – Alfonso Vezaro

1º TESOUREIRO – Afonso Wasmann Neto

2º TESOUREIRO – Janemar Dalfovo

Em conformidade com a contagem dos votos, ficam eleitos para o mandato 2016/2018, para compor o CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA os servidores:

Titular: Silmara de Fátima Amarante Bueno – 279 votos

1º Suplente: Rozane Vargas Lanzarini – 119 votos

2º Suplente: Rainhold Blattmann – 114 votos

Em conformidade com a contagem dos votos, ficam eleitos para o mandato 2016/2018, para compor o CONSELHO FISCAL DE ASSISTÊNCIA os servidores:

Titular: Roseli Maria Costa Curta de Bona – 256 votos

1º Suplente: Antonio Carlos Colaço – 151 votos

2º Suplente: Cássia Nalon Conte – 74 votos

A posse da nova Diretoria do Conselho Diretor e dos membros dos Conselhos Fiscais do IMPRESS e da AMASPU, em conformidade com a legislação vigente, dar-se-á no 1º dia do ano subsequente ao ano da eleição, por ato do Executivo Municipal.

Porto União (SC), em 13 de outubro de 2015.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 046/2015 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 075/2015- Fundo Municipal de Saúde

Extrato de Edital de Pregão Presencial 046/2015 – Registro de Preços

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para registro de preços para contratação de serviço e aquisição de peças de reposição para troca de óleo de motor e filtros para os veículos da Secretaria Municipal de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 29 de outubro de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 13 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 079/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 135/2015 - Prefeitura

Extrato de Edital de Pregão Presencial 079/2015 – Registro de Preços

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de óleo lubrificante para manutenção da frota do Município. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 27 de outubro de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 13 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2015 - SAÚDE

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 074/2015 - SAÚDE

Dispensa de Licitação n.º 008/2015

Caracterização da Situação: o Município, através da Secretaria Municipal de Saúde necessita locar o imóvel, contendo 03 (três) dormitórios com 02 (dois) jogos de quarto completos, 02 (dois) banheiros, sala com sofá, estante e sofá, cozinha com mesa e cadeiras, guarda louças, pia e máquina de lavar louças, área de serviço com máquina de lavar roupas e tanquinho, situado na Rua Dom Pedro II, nº 821, centro, município de União da Vitória, estado do Paraná, constante da matrícula nº 2116 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/ PR, destinado para oferta de moradia aos médicos participantes do Projeto "Mais Médicos Para o Brasil" em atividades no município de Porto União, conforme Lei nº 4.270 de 27/08/2014.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a locação de imóvel, contendo 03 (três) dormitórios com 02 (dois) jogos de quarto completos, 02 (dois) banheiros, sala com sofá, estante e sofá, cozinha com mesa e cadeiras, guarda louças, pia e máquina de lavar louças, área de serviço com máquina de lavar roupas e tanquinho, situado na Rua Dom Pedro II, nº 821, centro, município de União da Vitória, estado do Paraná, constante da matrícula nº 2116 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/ PR, destinado para oferta de moradia aos médicos participantes do Projeto "Mais Médicos Para o Brasil" em atividades no município de Porto União, conforme Lei nº 4.270 de 27/08/2014, de responsabilidade de WLA EMPRENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – ME.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel acima descrito, de propriedade de Isabel Cristina Reis Mibach, sob administração da WLA EMPRENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ 20.460.530/0001-20, em razão da sua localização condicionar a escolha, bem como em razão de este estar dentro do preço praticado no mercado, uma vez que as médicas participantes do Projeto "Mais Médicos Para o Brasil" já residem no referido local.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 2.106,80 (dois mil cento e seis reais e oitenta centavos) mensais, pelo período de 12 (doze) meses.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:
Órgão 0900 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade 0901 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 2066 – Manutenção da Atenção Básica
Modalidade 3390-103 – Aplicações diretas
Cód. 43
Complemento 33903910 – Locação de imóveis
Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 13 de outubro de 2015
VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 717/2015

Pouso Redondo

PREFEITURA

LEI 2627

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2627/2015 de 07/10/2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O NÚCLEO DE CRIADORES DE CAVALOS CRIoulos DO ALTO VALE CATARINENSE-NCCCAVC DE POUSO REDONDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a, o NÚCLEO DE CRIADORES DE CAVALOS CRIoulos DO ALTO VALE CATARINENSE – NCCCAVC - de Pouso Redondo, Entidade Civil sem fins lucrativos, Fundada em 23 de Setembro de 2014, com sede na Rua Nereu Ramos - Bairro Leopoldo Mees, no Município de Pouso Redondo, neste Estado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ – sob nº 21.809.408/0001-89, que tem por finalidade incrementar e estimular a criação de Cavalos da Raça “Crioula,” conforme o Estatuto em anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão a conta de dotações próprias consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de outubro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

LEI 1476/2015

LEI Nº 1476/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

“CRIA O GRUPO DE DANÇA MUNICIPAL “YASMIN TAINÁ COMANDOLI” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA”

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica criado e denominado GRUPO DE DANÇA MUNICIPAL YASMIN TAINÁ COMANDOLI, que será formado por crianças, adolescentes e jovens de Presidente Nereu e será parte integrante da estrutura administrativa do município, subordinado à Secretaria Municipal de Cultura.

§ 1º - O Grupo de Dança “YASMIN TAINÁ COMANDOLI” tem por finalidade desenvolver, promover, fomentar e trabalhar a dança visando o desenvolvimento da linguagem corporal nos alunos através das atividades aplicadas e de apresentação de coreografias.

§ 2º - Poderá integrar o respectivo Grupo de Dança crianças, adolescentes, jovens e adultos residentes no Município de Presidente Nereu, conforme prevê a Lei nº 1455/2014 – Lei que cria o Sistema Municipal de Cultura.

Art. 2º - O Grupo de Dança YASMIN TAINÁ COMANDOLI será mantido pelo município, através do Fundo Municipal de Cultura e gozará de autonomia administrativa e será dotado de Regimento Interno aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura e homologado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º - O Grupo de Dança YASMIN TAINÁ COMANDOLI será gerido pela Secretaria Municipal de Cultura, cuja competência e atribuições estão definidas na Lei de Criação do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei serão classificadas nas dotações orçamentárias vinculadas à Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 13 de outubro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1477/2015

LEI Nº 1477/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

DENOMINA SERVIDÃO COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica denominada “SERVIDÃO MARIA JUNGKLAUS RECH” a servidão situada na margem direita da Rua Matilde Schaefer, que dá acesso ao imóvel da Senhora Ilza Rech, com extensão aproximada de 50 metros e largura de 5,80 metros.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 13 de outubro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

DECRETO 75/2015 - AVALIAÇÃO ESTÁGIO PROBATÓRIO**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

DECRETO Nº. 075 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

HOMOLOGA O RESULTADO APRESENTADO PELA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar nº. 01/2003, de 15 de Setembro de 2003;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica homologado e tornado público o **Resultado da Avaliação de Estágio Probatório** dos servidores públicos municipais de Presidente Nereu, apresentado pela Comissão de Avaliação, nomeada através da Portaria Nº. 328 de 08 de Setembro de 2015, constante no **Anexo I**, que passa a fazer parte integrante desta Portaria.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, 07 de Outubro de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu

RELATÓRIO ANALITICO FINAL DA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATORIO - NRO. 25-E.P. 2015

Servidor	Cargo	Dt Admissão	Concurso	Média	Classificação	Status
AILTON REZINI	OPERARIO BRAÇAL	17/07/2014	001/2014	8,67	Bom	Em Estágio
ALINE MOREIRA	COORDENADOR ADMINISTRATIVO	08/08/2014	001/2014	8,08	Bom	Em Estágio
ANA ROSELI BENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	29/07/2014	001/2014	9,67	Ótimo	Em Estágio
ANGELA CONHAQUE MATE	RECREADORA	13/12/2012	01/2010	9,50	Ótimo	Em Estágio
ANGELA MARIA MARTINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	16/05/2012	001/2011	9,42	Ótimo	Estável
CARLINHO FRANZEN	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	13/08/2014	001/2014	7,75	Bom	Em Estágio
CARLOS ALEXANDRE MACHADO	GUARDA DO PATRIMONIO	17/12/2012	001/2011	8,50	Bom	Em Estágio
CARLOS BRAND	GERENTE ADMINISTRATIVO	02/05/2014	01/2010	8,83	Bom	Em Estágio
CARLOS EDUARDO MULLER	OPERARIO BRAÇAL	16/07/2014	001/2014	7,17	Bom	Em Estágio
CLEIA HILDA BELEGANTE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	07/05/2014	01/2010	8,58	Bom	Em Estágio
DENICE DE FATIMA ELISEU	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	03/10/2011	01/2010	8,67	Bom	Estável
DINEIDE MEYER COMANDOLI	ADMINISTRADOR ESCOLAR	03/05/2012	001/2011	9,67	Ótimo	Estável
DIONE STAROSCKY BURG	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	04/08/2014	001/2014	9,08	Ótimo	Em Estágio
EDEMILSON JUCI PIRES	OPERARIO BRAÇAL	13/08/2014	001/2014	8,50	Bom	Em Estágio
EDER SCHWARTZ	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	17/07/2014	001/2014	8,83	Bom	Em Estágio
EDIVAN KNISS	MOTORISTA	20/08/2014	001/2014	9,00	Ótimo	Em Estágio
ELIANE SCHAUFELBERGER	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO	07/10/2011	02/2009	9,42	Ótimo	Estável
ELIZABETE MICH GILLI	PROFESSOR	18/07/2014	001/2014	9,75	Ótimo	Em Estágio
ELIZABETE MICH GILLI 2012	PROFESSOR	24/08/2012	001/2011	9,75	Ótimo	Estável
ELMAR JOSE MAURO RECH	MOTORISTA	29/07/2014	001/2014	8,25	Bom	Em Estágio
ENIVALDO TOMIO	OPERARIO BRAÇAL	16/07/2014	001/2014	8,50	Bom	Em Estágio
IRACI DA SILVA VANDERLINDE	PROFESSOR	13/09/2012	001/2011	8,17	Bom	Estável
IVONETE FUCK SCHMITZ	MERENDEIRA	18/06/2012	01/2010	8,83	Bom	Estável
IZALENE THEISS DA ROSA	ASSISTENTE SOCIAL	19/01/2015	001/2013	9,17	Ótimo	Em Estágio
JAIMIR MANNRICH	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	15/07/2014	001/2014	8,75	Bom	Em Estágio
JAIR DA SILVA	MOTORISTA	14/03/2012	001/2011	9,33	Ótimo	Estável
JANETE KNISS	PSICÓLOGO	01/04/2014	001/2011	8,33	Bom	Em Estágio
JAQUELINE PEREIRA DE ANDRADE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	14/02/2014	01/2010	9,50	Ótimo	Em Estágio
JARBAS SCHAUFELBERGER	MOTORISTA	13/02/2014	001/2011	8,67	Bom	Em Estágio

file:///I:/InfoVR/Relatorios/RelPublica.html

07/10/2015

JOÃO LENON GILI	MOTORISTA	09/04/2012	001/2011	9,67	Ótimo	Estável
JONETE TOMIO RACHADEL	RECREADORA	21/01/2013	01/2010	9,42	Ótimo	Em Estágio
JOSE KRAUS	OPERARIO BRAÇAL	03/04/2013	001/2011	7,42	Bom	Em Estágio
JOSE ZUCHI	OPERARIO BRAÇAL	08/08/2014	001/2014	6,50	Regular	Em Estágio
JOSEANE WOLF ELIAS	RECREADORA	17/12/2012	01/2010	9,33	Ótimo	Em Estágio
JOSILEIA MEDEIROS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	04/08/2014	001/2014	7,75	Bom	Em Estágio
LAUDICEIA MAINCHAIN DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	03/03/2014	01/2010	9,17	Ótimo	Em Estágio
LEIA APARECIDA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	21/07/2014	001/2014	9,33	Ótimo	Em Estágio
LENARA POPENGA LYRA	PROFESSOR I	17/08/2012	001/2011	9,42	Ótimo	Estável
LINDOMAR COMANDOLI	MOTORISTA	06/02/2013	001/2011	7,67	Bom	Em Estágio
LUCIANA DOS SANTOS DE BORBA	FONOAUDIOLOGO	02/05/2012	001/2011	8,08	Bom	Estável
LUCIANO DE ANDRADE FERREIRA	MOTORISTA	13/02/2013	001/2011	9,67	Ótimo	Em Estágio
MARCELO HAMM	GUARDA DO PATRIMONIO	04/12/2012	001/2011	8,33	Bom	Em Estágio
MARCIA FILOMENA SANTIAGO	PROFESSOR	23/01/2013	001/2011	7,83	Bom	Em Estágio
MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA	MOTORISTA	18/06/2012	001/2011	9,25	Ótimo	Estável
MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	18/08/2014	001/2014	9,58	Ótimo	Em Estágio
MARIA LURDES DAS ALMAS OLIVEIRA	PROFESSOR	04/08/2014	001/2014	9,33	Ótimo	Em Estágio
MARZIO ROGERIO VIEIRA	GERENTE ADMINISTRATIVO	02/05/2014	01/2010	8,92	Bom	Em Estágio
MAYCON SEBASTIAN BUNN	MOTORISTA	17/07/2014	001/2014	8,92	Bom	Em Estágio
NATALINO KOCHANSKI	GUARDA DO PATRIMONIO	02/04/2012	001/2011	9,08	Ótimo	Estável
NILTON SCHMITZ	OPERARIO BRAÇAL	19/03/2012	001/2011	9,17	Ótimo	Estável
ODAIR MOREIRA	OPERARIO BRAÇAL	12/08/2014	001/2014	9,17	Ótimo	Em Estágio
ODETE MARIA PAVESI COMANDOLI	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	22/08/2014	001/2014	8,33	Bom	Em Estágio
OSNITA DE SOUZA DALPRA	MERENDEIRA	25/08/2014	001/2014	9,17	Ótimo	Em Estágio
PATRICIA RESINE	PROFESSOR	18/07/2014	001/2014	9,67	Ótimo	Em Estágio
SCHIRLEI VANDERLINDE	ENFERMEIRO	03/03/2014	001/2011	8,17	Bom	Em Estágio
SONIA CORREIA	GERENTE ADMINISTRATIVO	28/12/2012	01/2010	9,58	Ótimo	Em Estágio
SONIA FELIPE EIFLER	PROFESSOR	18/07/2014	001/2014	9,67	Ótimo	Em Estágio
VALDECI JOSE COMANDOLI	GERENTE DE LICITAÇÕES	03/04/2012	001/2011	9,33	Ótimo	Estável
VALDETE MAYER BRITO	RECREADORA	06/02/2013	01/2010	9,50	Ótimo	Em Estágio
VALDEZIR MAFRA	OPERARIO BRAÇAL	29/07/2014	001/2014	7,75	Bom	Em Estágio
VIVIANE FAGUNDES BACH	MERENDEIRA	24/07/2014	001/2014	9,50	Ótimo	Em Estágio

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, quarta-feira, 7 de outubro de 2015

file:///I:/InfoVR/Relatorios/RelPublica.html

07/10/2015

Página 3 de 3

ALINE MOREIRA
Responsavel pelo Setor de RH

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

file:///I:/InfoVR/Relatorios/RelPublica.html

07/10/2015

LEI 1475/2015 - L.D.O. 2016**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br**LEI N.º 1475/2015 de 13 de outubro de 2015.****DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA
LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Antônio Francisco Comandoli, Prefeito Municipal de Presidente Nereu Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - O Orçamento do Município de Presidente Nereu, para o exercício financeiro de 2016, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as Metas Fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária e;

VIII - as disposições gerais.

Parágrafo Único - Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, elaborados de acordo com a Portaria Nº 553, de 22 de setembro de 2014, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), determinados pela Lei Complementar Federal Nº 101/00.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. - As Metas Fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2016, de que trata o Art. 4º. da Lei Complementar nº. 101/2000 estão identificadas no **Demonstrativo I**, desta Lei.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º. - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são aquelas definidas na Planilha de Identificação de Projetos, Atividades e Operações especiais, que integra esta Lei. (ART. 4º, § 1º da LRF).

§ 1º. - Os recursos estimados na lei orçamentária para 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nesta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º. - Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas ou valores estabelecidos nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a preservar a suficiência de caixa.

§ 3º. - O anexo de prioridades e metas conterà, no que couber, o disposto no § 2º., do Art. 4º., da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 4º, § 1º. da LRF).

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN nº 03 de 14 de outubro de 2008.

§ 2º - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

§ 3º - A modalidade de aplicação identificada pelo código 91 - despesas intra-orçamentárias, será programada a fim de atender operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. (Portaria Interministerial Nº 688/05).

§ 4º - A modalidade de aplicação identificada pelo código 93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente participe, será programada a fim de atender as despesas com serviços e materiais realizadas através de Consórcio.

§ 5º - A modalidade de aplicação identificada pelo código 71 - transferência a consórcios públicos será programada a fim de atender os contratos de rateio firmados pelo município. (Portaria Interministerial Nº 688/05).

§ 6º - As receitas decorrentes das operações intra-orçamentárias, destinadas às despesas de Órgãos, Fundos, Autarquias e Fundações, mantidas pelo Poder Público Municipal, serão identificadas pelas seguintes classificações em nível de categoria econômica:

I - 7000.00.00 - Receitas correntes intra-orçamentárias;

II - 8000.00.00 - Receitas de capital intra-orçamentárias.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

§ 6º - A Natureza de receita intra-orçamentária deve ser constituída substituindo-se o 1º nível das categorias econômicas 1 e 2 pelos dígitos 7 e 8 para a receita intra-orçamentária corrente e de capital respectivamente. (Portaria STN 338/06)

Art. 5º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus fundos e aos orçamentos fiscal e da seguridade social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as com as Portarias MOG Nº 42/1999, Interministerial Nº 163/2001, Conjunta STN/SOF Nº 1/2014, e alterações posteriores e seus anexos, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categoria Econômicas;

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária;

V - Programa de Trabalho;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais ;

VII Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VIII Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Vínculo com os Recursos ;

IX - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções;

X - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e identificação das fontes de financiamento;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes, conforme disposto no Artigo 12, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa de seu Impacto Orçamentário e Financeiro, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVI - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016;

XVII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;

XVIII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2016;

XIX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2016.

§ 1º - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º - Os fundos e fundações municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 3º - A Planilha da Despesa de que trata o **item X** deste artigo, fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme o disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido o remanejamento por decreto do chefe do Poder Executivo municipal dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, definido por esta lei como categoria de programação.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º - O orçamento para o exercício de 2016 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

destinação, abrangendo os Poderes, Legislativo, Executivo, seus fundos e autarquias (ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 8º. - Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2016 deverão observar as alterações da legislação tributária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

§ 1º. - As transferências constitucionais, base de cálculo para contribuição ao FUNDEB, constarão do Orçamento da Receita pelos seus valores brutos.

Art. 9º - Se a Receita Estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Parágrafo Único - A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observados a destinação dos recursos, para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º. da LRF)

I - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

II - eliminação ou redução de despesas com horas extras;

III - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos.

IV - exoneração de ocupantes de cargos comissionados;

V - outras até o restabelecimento da situação planejada.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederá, no exercício de 2016, a **10%** da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2015. (ART. 4º, § 2º da LRF).

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do **ANEXO** desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O orçamento para o exercício de 2016, contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a no máximo 1% da Receita Corrente Líquida prevista para aquele exercício. (ART. 5.º, III, da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º, conforme **ANEXO** desta lei. (ART. 5º, III "d" da LRF).

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 15 - O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras e o desdobramento das metas bimestrais de arrecadação. (ART. 8º da LRF).

Art. 16 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão, com codificação adequada, cada uma das fontes de destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

§ 3º. - A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais com a utilização do excesso de arrecadação apurado em cada fonte de destinação de recursos, poderão ser realizadas mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2016, são as constantes do **ANEXO** desta lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização de lei específica.(ART. 4º, I, "f" da LRF)

§ 1º. - Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

§ 2º. - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 19 - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite de 1% do montante da Receita Corrente Líquida prevista no exercício de 2016.

Art. 20 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Art. 21 - Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Parágrafo Único - A cessão de pessoal só será feita com custos para o ente de destino.

Art. 22 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 23 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

§ 1º. - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, dentro de cada Projeto/atividade e Operações especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 24 - Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo poderá utilizar ainda os recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, do Excesso de Arrecadação apurado em cada fonte de destinação de recurso, devidamente comprovado, de convênios ou de operações de crédito não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, para a abertura de créditos adicionais suplementares no orçamento da Prefeitura e dos Fundos.

Parágrafo Único - As suplementações com os recursos que trata o "caput" deste artigo, poderão ser realizadas através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta Lei (Artigo 167, I, da Constituição Federal)

Art. 26 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Parágrafo Único - Fica o Poder Legislativo responsável pela convocação da audiência pública de que trata o "caput" do presente artigo.

Art. 27 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

Art. 28 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2016, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento. (Artigos 30,31 e 32, da LRF)

Art. 29 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica. (Artigo 32, I, da LRF)

Art. 30 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos em Lei.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 31 - O Executivo e Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, realizar concurso público, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, bem como nomear servidores para cargos em comissão, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo Primeiro - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Parágrafo Segundo - Fica autorizada a revisão geral e reajuste das remunerações, subsídios, proventos, aposentadorias e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo, Legislativo, das Autarquias e Fundações Públicas, cujo percentual será definido em lei específica.

Parágrafo Terceiro - Os recursos para revisão geral e reajuste de pessoal poderão constar da Lei Orçamentária em categoria de programação específica, ou estarem contempladas nos programas no próprio Orçamento.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 33 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação ou redução das despesas com horas extras.

II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

IV - eliminação ou redução de vantagens concedidas a servidores;

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "**319034.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização**", e computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no Artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Presidente Nereu, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas no final de cada quadrimestre e publicadas através do relatório de Gestão Fiscal ao final de cada semestre.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de Dezembro de 2015.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 40 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa conforme disposto no artigo 117, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 41 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 42 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2016.

Presidente Nereu, 13 de outubro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA DE VEREADORES DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 1 de 36
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:23:42 Horas

Programa:	1101 - Processo Legislativo			
Diagnóstico:	O Legislativo Municipal, composto de nove Vereadores, funciona no prédio da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, não paga aluguel, tem autonomia financeira e conta com o apoio de cinco f			
Diretrizes:	Realização de sessões ordinárias conforme Regimento Interno; realização de sessões extraordinárias quando convocadas; realização de reuniões pelas diversas comissões permanentes; recebimento, discussão e votação das leis; apresentação de projetos de lei, projetos de resoluções, indicações, discussão e votação; fiscalização dos atos administrativos; julgamento das contas anuais do Prefeito, execução das demais atribuições do legislativo municipal, aparelhamento do setor administrativo da Câmara de Vereadores através da aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral; aquisição de veículo para a realização dos serviços legislativos. Participação dos Vereadores e Servidores em cursos, palestras e congressos visando o aperfeiçoamento e a capacitação do pessoal técnico administrativo.Filiação e Contribuição à para a UCAVI e outras entidades Associativistas com vistas a obtenção de assessoria jurídica e a			
Objetivo:	Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.			
Ação:	2001 - Manutenção Geral da Câmara de Vereadores		Valor: 550.000,00	
Produto		Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
Elemento		Vínculo		Valor
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000	-Recursos Ordinários	440.000,00
33500000000000 - TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		1000000	-Recursos Ordinários	10.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000	-Recursos Ordinários	90.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000	-Recursos Ordinários	10.000,00
Total				550.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Lei das Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 2 de 36
Impresso em: 13/out/2015
As 15:23:42 Horas

Programa: 1099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Diagnóstico:			
Diretrizes: RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Objetivo: RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Valor:			15.000,00
Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento	Vínculo		Valor
99900000000000 - RESERVA DE CONTINGENCIA	1000000 - Recursos Ordinários		15.000,00
Total			15.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Lei das Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 3 de 36
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:23:42 Horas

Programa:	1201 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		
Diagnóstico:	Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e por sua assessoria de planejamento e assessoria jurídica. Esta estrutura envolve, além do Prefeito e V		
Diretrizes:	Elaboração da Legislação necessário à gestão pública municipal; acompanhamento do processo legislativo; publicação dos atos administrativos; coordenação de audiências públicas; defesa das ações administrativas; planejamento, coordenação e execução das ações da administração; acompanhamento do sistema de controle interno e avaliação dos programas de governo.-aquisição de veículo para o Gabinete do Prefeito, Aquisição de Equipamentos e Mobiliários. Reforma do gabinete do prefeito.		
Objetivo:	Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar os princípios da transparência dos atos da administração; ampliar e melhorar o planejamento das ações da administração através da elaboração de relatórios gerenciais de controle.		
Ação:	2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito		Valor: 345.000,00
Produto		Sub Produto	Unidade Medida
MANUTENÇÃO			Meta Prevista
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento		Vínculo	Valor
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000	- Recursos Ordinários	290.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000	- Recursos Ordinários	50.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000	- Recursos Ordinários	5.000,00
Total			345.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 4 de 36

Impresso em: 13/out/ 2015

As 15:23:42 Horas

Programa:	1301 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Diagnóstico:	Este programa será executado pela gerência de recursos humanos, pela gerência do patrimônio público municipal, pela gerência do controle do cadastro e tributação, pela gerência de arrecadação e pagamentos, pela gerência de registros contábeis, pela gerência de controle dos processos licitatórios e contratos e pela gerência de serviços gerais, envolvendo os servidores		
Diretrizes:	P		
Objetivo:	Manter o controle dos atos e limites dos gastos de pessoal, ampliar o controle do patrimônio público e serviços oferecidos pela administração, ampliar e facilitar o acesso da população às informações da gestão pública, ampliar e controlar a arrecadação de tributos municipais para garantir a fonte de financiamento dos serviços de competência do município, produzir os relatórios gerenciais para buscar o controle dos limites estabelecidos pela legislação para o controle interno e alcançar as metas traçadas pela administração. Melhorar a arrecadação de tributos, o planejamento, controle interno da administração, a qualidade dos serviços prestados e ampliar os métodos de transparência, com vistas a alcançar as metas traçadas e buscar um bom relacionamento com a população.		
Ação:	1 - Pagamento de Inativos e Pensionistas		Valor: 100.000,00
	Produto	Sub Produto	Meta Prevista
	INATIVOS E PENSIONISTAS		6,00
	INATIVOS E PENSIONISTAS		6,00
	INATIVOS E PENSIONISTAS		6,00
	INATIVOS E PENSIONISTAS		6,00
	INATIVOS E PENSIONISTAS		6,00
	Elemento	Vínculo	Valor
	31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	100.000,00
	Total		100.000,00
Ação:	2 - Amortização da Dívida e Encargos		Valor: 170.000,00
	Produto	Sub Produto	Meta Prevista
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	Elemento	Vínculo	Valor
	32900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
	46900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	165.000,00
	Total		170.000,00
Ação:	3 - PASEP		Valor: 95.000,00
	Produto	Sub Produto	Meta Prevista

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 5 de 36

Impresso em: 13/out/ 2015

Às 15:23:42 Horas

Programa: 1301 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Diagnóstico: Este programa será executado pela gerência de recursos humanos, pela gerência do patrimônio público municipal, pela gerência do controle do cadastro e tributação, pela gerência de arrecadação e pagamentos, pela gerência de registros contábeis, pela gerência de controle dos processos licitatórios e contratos e pela gerência de serviços gerais, envolvendo os servidores			
Diretrizes: P			
Objetivo: Manter o controle dos atos e limites dos gastos de pessoal, ampliar o controle do patrimônio público e serviços oferecidos pela administração, ampliar e facilitar o acesso da população às informações da gestão pública, ampliar e controlar a arrecadação de tributos municipais para garantir a fonte de financiamento dos serviços de competência do município, produzir os relatórios gerenciais para buscar o controle dos limites estabelecidos pela legislação para o controle interno e alcançar as metas traçadas pela administração. Melhorar a arrecadação de tributos, o planejamento, controle interno da administração, a qualidade dos serviços prestados e ampliar os métodos de transparência, com vistas a alcançar as metas traçadas e buscar um bom relacionamento com a população.			
Ação: 3 - PASEP			Valor: 95.000,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento		Vinculo	Valor
33200000000000 - TRANSFERENCIAS A UNIAO		1000000 - Recursos Ordinários	95.000,00
Total			95.000,00
Ação: 6 - Pagamento de Precatórios			Valor: 25.000,00
Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento		Vinculo	Valor
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários	25.000,00
Total			25.000,00
Ação: 1012 - Construção e/ou ampliação de galpões industriais multifuncionais.			Valor: 30.000,00
Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
IMÓVEL			0,25
IMÓVEL			0,25

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 6 de 36
 Impresso em: 13/out/ 2015
 As 15:23:42 Horas

Programa: 1301 - ADMINISTRAÇÃO GERAL Diagnóstico: Este programa será executado pela gerência de recursos humanos, pela gerência do patrimônio público municipal, pela gerência do controle do cadastro e tributação, pela gerência de arrecadação e pagamentos, pela gerência de registros contábeis, pela gerência de controle dos processos licitatórios e contratos e pela gerência de serviços gerais, envolvendo os servidores Diretrizes: Buscar selecionar e contratar Pessoas com conhecimento e comprometimento com o bem público na execução de suas tarefas. Reforma do gabinete do prefeito. Reforma dos banheiros e cozinha do Paço Municipal. Construção de local adequado para arquivo público. Publicação em jornal que circula no município, das ações administrativas, financeiras e atos administrativos. Formação de conselhos administrativos comunitários. Aquisição de veículos novos para administração municipal. Criação de novos cargos de agentes fiscalizadores (construções urbanas). Implantar um plano de saúde para os funcionários. Dar oportunidade de capacitação aos secretários conforme sua área de atuação. Veículo próprio para cada secretaria. Formação continuada para os servidores. Adequar a cozinha em refeitório. Revisão de um plano de cargos e salários. Implantar a Estrutura de atendimento ao cidadão. Manter os convênios com a Polícia Civil e Militar. Manutenção do Conselho Tutelar. Filiação e contribuição a AMAVI, CNM, FECAM e outras associações com vistas a obtenção de Assessoria. Gerenciamento da movimentação, frequência, concursos para assentamento funcional dos servidores, controle da lotação dos cargos, cálculo Objetivo: Manter o controle dos atos e limites dos gastos de pessoal, ampliar o controle do patrimônio público e serviços oferecidos pela administração, ampliar e facilitar o acesso da população às informações da gestão pública, ampliar e controlar a arrecadação de tributos municipais para garantir a fonte de financiamento dos serviços de competência do município, produzir os relatórios gerenciais para buscar o controle dos limites estabelecidos pela legislação para o controle interno e alcançar as metas traçadas pela administração. Melhorar a arrecadação de tributos, o planejamento, controle interno da administração, a qualidade dos serviços prestados e ampliar os métodos de transparência, com vistas a alcançar as metas traçadas e buscar um bom relacionamento com a população.			
Ação: 1012 - Construção e/ou ampliação de galpões industriais multifuncionais.		Valor: 30.000,00	
IMÓVEL			0,25
IMÓVEL			0,25
IMÓVEL			0,25
Elemento		Vínculo	Valor
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários	10.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1340100 - Transf Convênios-União/Outros não Rel	10.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1640100 - Transf Convênio - Estado/Outros	10.000,00
Total			30.000,00
Ação: 2003 - Manutenção das Atividades Administrativas		Valor: 1.202.500,00	
Produto		Sub Produto	Unidade Medida
MANUTENÇÃO			Meta Prevista
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento		Vínculo	Valor
31710000000000 - TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		1000000 - Recursos Ordinários	500,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 7 de 36
 Impresso em: 13/out/ 2015
 As 15:23:42 Horas

Programa: 1301 - ADMINISTRAÇÃO GERAL Diagnóstico: Este programa será executado pela gerência de recursos humanos, pela gerência do patrimônio público municipal, pela gerência do controle do cadastro e tributação, pela gerência de arrecadação e pagamentos, pela gerência de registros contábeis, pela gerência de controle dos processos licitatórios e contratos e pela gerência de serviços gerais, envolvendo os servidores.			
Diretrizes: Buscar selecionar e contratar Pessoas com conhecimento e comprometimento com o bem público na execução de suas tarefas. Reforma do gabinete do prefeito. Reforma dos banheiros e cozinha do Paço Municipal. Construção de local adequado para arquivo público. Publicação em jornal que circula no município, das ações administrativas, financeiras e atos administrativos. Formação de conselhos administrativos comunitários. Aquisição de veículos novos para administração municipal. Criação de novos cargos de agentes fiscalizadores (construções urbanas). Implantar um plano de saúde para os funcionários. Dar oportunidade de capacitação aos secretários conforme sua área de atuação. Veículo próprio para cada secretaria. Formação continuada para os servidores. Adequar a cozinha em refeitório. Revisão de um plano de cargos e salários. Implantar a Estrutura de atendimento ao cidadão. Manter os convênios com a Polícia Civil e Militar. Manutenção do Conselho Tutelar. Filiação e contribuição a AMAVI, CNM, FECAM e outras associações com vistas a obtenção de Assessoria. Gerenciamento da movimentação, frequência, concursos para assentamento funcional dos servidores, controle da lotação dos cargos, cálculo.			
Objetivo: Manter o controle dos atos e limites dos gastos de pessoal, ampliar o controle do patrimônio público e serviços oferecidos pela administração, ampliar e facilitar o acesso da população às informações da gestão pública, ampliar e controlar a arrecadação de tributos municipais para garantir a fonte de financiamento dos serviços de competência do município, produzir os relatórios gerenciais para buscar o controle dos limites estabelecidos pela legislação para o controle interno e alcançar as metas traçadas pela administração. Melhorar a arrecadação de tributos, o planejamento, controle interno da administração, a qualidade dos serviços prestados e ampliar os métodos de transparência, com vistas a alcançar as metas traçadas e buscar um bom relacionamento com a população.			
Ação: 2003 - Manutenção das Atividades Administrativas		Valor: 1.202.500,00	
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		598.000,00
33500000000000 - TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR	1000000 - Recursos Ordinários		100.000,00
33710000000000 - TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1000000 - Recursos Ordinários		500,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		370.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1100000 - Convênio de Trânsito - Militar		1.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1110000 - Convênio de Trânsito - Civil		1.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura		1.200,00
33930000000000 - TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1000000 - Recursos Ordinários		10.000,00
44300000000000 - TRANSFERENCIAS A ESTADOS E DISTRITO FED.	1000000 - Recursos Ordinários		108.000,00
44710000000000 - TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1000000 - Recursos Ordinários		500,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		10.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1100000 - Convênio de Trânsito - Militar		625,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1110000 - Convênio de Trânsito - Civil		625,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1120000 - Convênio de Trânsito Prefeitura		550,00
46900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		0,00
Total			1.202.500,00
Ação: 2030 - Manutenção do Conselho Tutelar Municipal		Valor: 83.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 8 de 36

Impresso em: 13/out/ 2015

As 15:23:42 Horas

Programa: 1301 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		1301 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Diagnóstico: Este programa será executado pela gerência de recursos humanos, pela gerência do patrimônio público municipal, pela gerência do controle do cadastro e tributação, pela gerência de arrecadação e pagamentos, pela gerência de registros contábeis, pela gerência de controle dos processos licitatórios e contratos e pela gerência de serviços gerais, envolvendo os servidores			
Diretrizes:		Manutenção das ações do Conselho Tutelar Municipal.	
Objetivo:		Manter o controle dos atos e limites dos gastos de pessoal, ampliar o controle do patrimônio público e serviços oferecidos pela administração, ampliar e facilitar o acesso da população às informações da gestão pública, ampliar e controlar a arrecadação de tributos municipais para garantir a fonte de financiamento dos serviços de competência do município, produzir os relatórios gerenciais para buscar o controle dos limites estabelecidos pela legislação para o controle interno e alcançar as metas traçadas pela administração. Melhorar a arrecadação de tributos, o planejamento, controle interno da administração, a qualidade dos serviços prestados e ampliar os métodos de transparência, com vistas a alcançar as metas traçadas e buscar um bom relacionamento com a população.	
Ação:		2030 - Manutenção do Conselho Tutelar Municipal	
Valor:		83.000,00	
Produto		Sub Produto	
Unidade Medida		Meta Prevista	
MANUTENÇÃO		1,00	
MANUTENÇÃO		1,00	
MANUTENÇÃO		1,00	
MANUTENÇÃO		1,00	
MANUTENÇÃO		1,00	
Elemento		Vínculo	
Valor			
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 -Recursos Ordinários	
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 -Recursos Ordinários	
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 -Recursos Ordinários	
Total		83.000,00	
Ação:		2035 - Manutenção das Atividades da Melhor Idade	
Valor:		52.000,00	
Produto		Sub Produto	
Unidade Medida		Meta Prevista	
MANUTENÇÃO		1,00	
MANUTENÇÃO		1,00	
MANUTENÇÃO		1,00	
MANUTENÇÃO		1,00	
MANUTENÇÃO		1,00	
Elemento		Vínculo	
Valor			
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 -Recursos Ordinários	
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 -Recursos Ordinários	
Total		52.000,00	
Ação:		2037 - Manutenção da Secretaria de Finanças	
Valor:		60.000,00	
IPM Informática Pública Municipal		Atende Net	
		Planejamento	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Lei das Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 9 de 36
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:23:42 Horas

Programa:	1301 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Diagnóstico:	Este programa será executado pela gerência de recursos humanos, pela gerência do patrimônio público municipal, pela gerência do cadastro e tributação, pela gerência de arrecadação e pagamentos, pela gerência de registros contábeis, pela gerência de controle dos processos licitatórios e contratos e pela gerência de serviços gerais, envolvendo os servidores			
Diretrizes:	Buscar selecionar e contratar Pessoas com conhecimento e comprometimento com o bem público na execução de suas tarefas. Reforma do gabinete do prefeito. Reforma dos banheiros e cozinha do Paço Municipal. Construção de local adequado para arquivo público. Publicação em jornal que circula no município, das ações administrativas, financeiras e atos administrativos. Formação de conselhos administrativos comunitários. Aquisição de veículos novos para administração municipal. Criação de novos cargos de agentes fiscalizadores (construções urbanas). Implantar um plano de saúde para os funcionários. Dar oportunidade de capacitação aos secretários conforme sua área de atuação. Veículo próprio para cada secretaria. Formação continuada para os servidores. Adequar à cozinha em refeitório. Revisão de um plano de cargos e salários. Implantar a Estrutura de atendimento ao cidadão. Manter os convênios com a Polícia Civil e Militar; Manutenção do Conselho Tutelar. Filiação e contribuição a AMAVI, CNM, FECAM e outras associações com vistas a obtenção de Assessoria. Gerenciamento da movimentação, frequência, concursos para assentamento funcional dos servidores, controle da lotação dos cargos, cálculo			
Objetivo:	Manter o controle dos atos e limites dos gastos de pessoal, ampliar o controle do patrimônio público e serviços oferecidos pela administração, ampliar e facilitar o acesso da população às informações da gestão pública, ampliar e controlar a arrecadação de tributos municipais para garantir a fonte de financiamento dos serviços de competência do município, produzir os relatórios gerenciais para buscar o controle dos limites estabelecidos pela legislação para o controle interno e alcançar as metas traçadas pela administração. Melhorar a arrecadação de tributos, o planejamento, controle interno da administração, a qualidade dos serviços prestados e ampliar os métodos de transparência, com vistas a alcançar as metas traçadas e buscar um bom relacionamento com a população.			
Ação:	2037 - Manutenção da Secretaria de Finanças		Valor:	60.000,00
Produto		Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
Elemento		Vínculo		Valor
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 -Recursos Ordinários		56.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 -Recursos Ordinários		3.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 -Recursos Ordinários		1.000,00
Total				60.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 10 de 36

Impresso em: 13/out/ 2015

As 15:23:42 Horas

Programa:	1303 - COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SINAIS DE TV		
Diagnóstico:	O recebimento dos sinais de televisão é deficitário no município. O sistema de recepção de TV se dá através de aparelhos já ultrapassados e a programação local não chega aos lares da população.		
Diretrizes:	Manter e ampliar as centrais de recepção dos sinais de televisão, especialmente canais com recepção da programação Regional e do Estado. Ampliar a produção de material de divulgação sobre a cidade e de apoio aos programas desenvolvidos. Atuar junto a todos os órgãos de comunicação (jornais, revistas, rádios, televisão) no que diz respeito aos interesses do Município; Melhorar a estrutura das publicações permanentes para manter a comunidade informada sobre todos os projetos desenvolvidos.		
Objetivo:	Proporcionar a população do município o acesso às informações e programação do Estado de Santa Catarina, através de seus telejornais.		
Ação:	2004 - Manutenção dos Serviços de Comunicação		Valor: 30.000,00
Produto		Sub Produto	Unidade Medida
MANUTENÇÃO			Meta Prevista
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento		Vínculo	Valor
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000	-Recursos Ordinários	29.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000	-Recursos Ordinários	1.000,00
Total			30.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 11 de 36
 Impresso em: 13/out/ 2015
 As 15:23:42 Horas

Programa: 1501 - CRIANÇA NA ESCOLA Diagnóstico: Este programa será executado pelo Departamento de Educação. O município possui 5 escolas de ensino fundamental, atendendo 165 alunos, 10 professores, 6 merendeiras e 3 auxiliares de serviços gerais. Na educação infantil de 0 a 6 anos, há 5 estabelecimentos de ensino atendendo 131 crianças. O transporte diário de 295 alunos é realizado por 9 veículos de transporte escolar, sendo 4 veículos caminho da escola, 2 kombis, 1 peugeot boxer, 1 ônibus e 1 micro-ônibus. Diretrizes: Melhoramento do salário dos professores. Inclusão da atividade escolar "Turismo pedagógico" nas escolas municipais. Promover a Valorização dos professores através de ações voltadas a estimular e reconhecer a importância da classe. Câmera de monitoramento dentro das salas de aula. Ampliar o atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem. Garantir o atendimento do aluno em dificuldades com profissionais que possam auxiliar no seu desenvolvimento como psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta e professores especializados. Garantir sala de apoio pedagógico para aulas de recuperação aos alunos com defasagem no processo educativo com professores qualificados. Implantar biblioteca na E.M. Vereador Jaime Gili e na Centro Educacional V6 Paulina. Implantar parque "playground" nos Pátios escolares. Assegurar a distribuição gratuita de uniforme, material escolar, jogos educativos e esportivos, brinquedos pedagógicos nas unidades de ensino. Instituir um Plano de economia para veículos do Transporte escolar. Cursos e capacitação para os professores. Atualização constante dos equipamentos escolares. Plano de acessibilidade. Aulas interativas. Aquisição de brinquedos para os recreios. Ins Objetivo: Melhorar a qualidade do ensino e a frequência do aluno na escola.			
Ação: 1001 - Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física das unidades de Educação Básica		Valor: 207.000,00	
Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
CONSTRUÇÃO/REFORMA			2,50
CONSTRUÇÃO/REFORMA			2,50
CONSTRUÇÃO/REFORMA			2,50
CONSTRUÇÃO/REFORMA			2,50
CONSTRUÇÃO/REFORMA			2,50
Elemento	Vínculo	Valor	
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receitas de Impostos - Educação	5.000,00	
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receitas de Impostos - Educação	2.000,00	
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1320100 - Transf. Convênios-União/Educação	100.000,00	
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1620100 - Transf. Convênio -Estado/Educação	100.000,00	
Total		207.000,00	
Ação: 2010 - Manutenção do Ensino Fundamental		Valor: 1.123.070,00	
Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
ALUNOS			165,00
ALUNOS			165,00
ALUNOS			165,00
ALUNOS			165,00
ALUNOS			165,00
Elemento	Vínculo	Valor	
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receitas de Impostos - Educação	211.070,00	
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1180000 - Transf. FUNDEB/FUNDEF(Remu. Magistério)	650.000,00	

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 12 de 36
 Impresso em: 13/out/ 2015
 Às 15:23:42 Horas

Programa: 1501 - CRIANÇA NA ESCOLA Diagnóstico: Este programa será executado pelo Departamento de Educação. O município possui 5 escolas de ensino fundamental, atendendo 165 alunos, 10 professores, 6 merendeiras e 3 auxiliares de serviços gerais. Na educação infantil de 0 a 6 anos, há 5 estabelecimentos de ensino atendendo 131 crianças. O transporte diário de 295 alunos é realizado por 9 veículos de transporte escolar, sendo 4 veículos caminho da escola, 2 kombis, 1 peugeot boxer, 1 ônibus e 1 micro-ônibus. Diretrizes: Melhoramento do salário dos professores. Inclusão da atividade escolar "Turismo pedagógico" nas escolas municipais. Promover a Valorização dos professores através de ações voltadas a estimular e reconhecer a importância da classe. Câmera de monitoramento dentro das salas de aula. Ampliar o atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem. Garantir o atendimento do aluno em dificuldades com profissionais que possam auxiliar no seu desenvolvimento como psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta e professores especializados. Garantir sala de apoio pedagógico para aulas de recuperação aos alunos com defasagem no processo educativo com professores qualificados. Implantar biblioteca na E.M. Vereador Jaime Gili e na Centro Educacional V6 Paulina. Implantar parque "playground" nos Pátios escolares. Assegurar a distribuição gratuita de uniforme, material escolar, jogos educativos e esportivos, brinquedos pedagógicos nas unidades de ensino. Instituir um Plano de economia para veículos do Transporte escolar. Cursos e capacitação para os professores. Atualização constante dos equipamentos escolares. Plano de acessibilidade. Aulas interativas. Aquisição de brinquedos para os recreios. Ins Objetivo: Melhorar a qualidade do ensino e a frequência do aluno na escola.			
Ação: 2010 - Manutenção do Ensino Fundamental		Valor: 1.123.070,00	
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1190000 - Transf. FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)		135.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receitas de Impostos - Educação		120.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1370100 - Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE		2.500,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receitas de Impostos - Educação		2.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1370100 - Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE		2.500,00
Total			1.123.070,00
Ação: 2011 - Manutenção do Programa de Educação Especial		Valor: 19.000,00	
Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento	Vínculo	Valor	
33500000000000 - TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00	
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	18.000,00	
Total		19.000,00	
Ação: 2017 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Fundamental		Valor: 75.000,00	
Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
ALUNOS			165,00
ALUNOS			165,00
ALUNOS			165,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 13 de 36

Impresso em: 13/out/ 2015

As 15:23:42 Horas

Programa: 1501 - CRIANÇA NA ESCOLA Diagnóstico: Este programa será executado pelo Departamento de Educação. O município possui 5 escolas de ensino fundamental, atendendo 165 alunos, 10 professores, 6 merendeiras e 3 auxiliares de serviços gerais. Na educação infantil de 0 a 6 anos, há 5 estabelecimentos de ensino atendendo 131 crianças. O transporte diário de 295 alunos é realizado por 9 veículos de transporte escolar, sendo 4 veículos caminho da escola, 2 kombis, 1 peugeot boxer, 1 ônibus e 1 micro-ônibus. Diretrizes: Melhoramento do salário dos professores. Inclusão da atividade escolar "Turismo pedagógico" nas escolas municipais. Promover a Valorização dos professores através de ações voltadas a estimular e reconhecer a importância da classe. Câmera de monitoramento dentro das salas de aula. Ampliar o atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem. Garantir o atendimento do aluno em dificuldades com profissionais que possam auxiliar no seu desenvolvimento como psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta e professores especializados. Garantir sala de apoio pedagógico para aulas de recuperação aos alunos com defasagem no processo educativo com professores qualificados. Implantar biblioteca na E.M. Vereador Jaime Gili e na Centro Educacional V6 Paulina. Implantar parque "playground" nos Pátios escolares. Assegurar a distribuição gratuita de uniforme, material escolar, jogos educativos e esportivos, brinquedos pedagógicos nas unidades de ensino. Instituir um Plano de economia para veículos do Transporte escolar. Cursos e capacitação para os professores. Atualização constante dos equipamentos escolares. Plano de acessibilidade. Aulas interativas. Aquisição de brinquedos para os recreios. Ins Objetivo: Melhorar a qualidade do ensino e a frequência do aluno na escola.			
Ação: 2017 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Fundamental		Valor: 75.000,00	
ALUNOS			165,00
ALUNOS			165,00
Elemento	Vínculo		Valor
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		65.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1370200 - Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam		10.000,00
Total			75.000,00
Ação: 2018 - Manutenção do Salário Educação		Valor: 96.000,00	
Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
ALUNOS			296,00
ALUNOS			296,00
ALUNOS			296,00
ALUNOS			296,00
ALUNOS			296,00
Elemento	Vínculo		Valor
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1360000 - TSalário Educação		90.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1360000 - TSalário Educação		6.000,00
Total			96.000,00
Ação: 2019 - Transporte Escolar		Valor: 755.000,00	
Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
ALUNOS			295,00
ALUNOS			295,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 14 de 36
 Impresso em: 13/out/ 2015
 As 15:23:42 Horas

Programa: 1501 - CRIANÇA NA ESCOLA Diagnóstico: Este programa será executado pelo Departamento de Educação. O município possui 5 escolas de ensino fundamental, atendendo 165 alunos, 10 professores, 6 merendeiras e 3 auxiliares de serviços gerais. Na educação infantil de 0 a 6 anos, há 5 estabelecimentos de ensino atendendo 131 crianças. O transporte diário de 295 alunos é realizado por 9 veículos de transporte escolar, sendo 4 veículos caminho da escola, 2 kombis, 1 peugeot boxer, 1 ônibus e 1 micro-ônibus. Diretrizes: Melhoramento do salário dos professores. Inclusão da atividade escolar "Turismo pedagógico" nas escolas municipais. Promover a Valorização dos professores através de ações voltadas a estimular e reconhecer a importância da classe. Câmera de monitoramento dentro das salas de aula. Ampliar o atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem. Garantir o atendimento do aluno em dificuldades com profissionais que possam auxiliar no seu desenvolvimento como psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta e professores especializados. Garantir sala de apoio pedagógico para aulas de recuperação aos alunos com defasagem no processo educativo com professores qualificados. Implantar biblioteca na E.M. Vereador Jaime Gili e na Centro Educacional V6 Paulina. Implantar parque "playground" nos Pátios escolares. Assegurar a distribuição gratuita de uniforme, material escolar, jogos educativos e esportivos, brinquedos pedagógicos nas unidades de ensino. Instituir um Plano de economia para veículos do Transporte escolar. Cursos e capacitação para os professores. Atualização constante dos equipamentos escolares. Plano de acessibilidade. Aulas interativas. Aquisição de brinquedos para os recreios. Ins Objetivo: Melhorar a qualidade do ensino e a frequência do aluno na escola.			
Ação:	2019 - Transporte Escolar	Valor:	755.000,00
ALUNOS			295,00
ALUNOS			295,00
ALUNOS			295,00
Elemento		Vínculo	Valor
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1010000 - Receitas de Impostos - Educação	200.000,00
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1190000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	30.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1010000 - Receitas de Impostos - Educação	270.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1370500 - Progr.Nac.Apoio Transp.Escolar - PNATE	20.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1620200 - Transf.Conv.Estado Educ.Transp.Escolar	85.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1010000 - Receitas de Impostos - Educação	5.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1370500 - Progr.Nac.Apoio Transp.Escolar - PNATE	5.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1620200 - Transf.Conv.Estado Educ.Transp.Escolar	140.000,00
Total			755.000,00
Ação:	2020 - Manutenção do Ensino Pré-Escolar	Valor:	322.000,00
Produto		Sub Produto	Unidade Medida
ALUNOS			Meta Prevista
ALUNOS			131,00
ALUNOS			131,00
ALUNOS			131,00
ALUNOS			131,00
Elemento		Vínculo	Valor
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1010000 - Receitas de Impostos - Educação	100.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 15 de 36

Impresso em: 13/out/ 2015

As 15:23:42 Horas

Programa: 1501 - CRIANÇA NA ESCOLA			
Diagnóstico: Este programa será executado pelo Departamento de Educação. O município possui 5 escolas de ensino fundamental, atendendo 165 alunos, 10 professores, 6 merendeiras e 3 auxiliares de serviços gerais. Na educação infantil de 0 a 6 anos, há 5 estabelecimentos de ensino atendendo 131 crianças. O transporte diário de 295 alunos é realizado por 9 veículos de transporte escolar, sendo 4 veículos caminho da escola, 2 kombis, 1 peugeot boxer, 1 ônibus e 1 micro-ônibus.			
Diretrizes: Melhoria do salário dos professores. Inclusão da atividade escolar "Turismo pedagógico" nas escolas municipais. Promover a Valorização dos professores através de ações voltadas a estimular e reconhecer a importância da classe. Câmera de monitoramento dentro das salas de aula. Ampliar o atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem. Garantir o atendimento do aluno em dificuldades com profissionais que possam auxiliar no seu desenvolvimento como psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta e professores especializados. Garantir sala de apoio pedagógico para aulas de recuperação aos alunos com defasagem no processo educativo com professores qualificados. Implantar biblioteca na E.M. Vereador Jaime Gili e na Centro Educacional V6 Paulina. Implantar parque "playground" nos Pátios escolares. Assegurar a distribuição gratuita de uniforme, material escolar, jogos educativos e esportivos, brinquedos pedagógicos nas unidades de ensino. Instituir um Plano de economia para veículos do Transporte escolar. Cursos e capacitação para os professores. Atualização constante dos equipamentos escolares. Plano de acessibilidade. Aulas interativas. Aquisição de brinquedos para os recreios. Ins			
Objetivo: Melhorar a qualidade do ensino e a frequência do aluno na escola.			
Ação:	2020 - Manutenção do Ensino Pré-Escolar	Valor:	322.000,00
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1180000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)		50.000,00
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1190000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)		120.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receitas de Impostos - Educação		40.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1190000 - Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)		10.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1010000 - Receitas de Impostos - Educação		2.000,00
Total			322.000,00
Ação:	2034 - Manutenção da merenda escolar - Infantil	Valor:	51.600,00
Produto		Sub Produto	Unidade Medida
ALUNOS			Meta Prevista
ALUNOS			131,00
ALUNOS			131,00
ALUNOS			131,00
ALUNOS			131,00
Elemento		Vínculo	Valor
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários	35.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1370300 - Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc	4.100,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1370400 - Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche	12.500,00
Total			51.600,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Lei das Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 16 de 36
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:23:42 Horas

Programa:	1502 - ESPORTE E LAZER			
Diagnóstico:	O município possui um professor de Educação Física que desenvolve atividades com as crianças nas escolas municipais, possui vários campos de futebol em todos as comunidades do interior d			
Diretrizes:	Esporte de inclusão. Produção de material esportivo, Promoção de eventos de participação e lazer. Realização de atividades físicas contínuas e aprendizagem esportiva. Oferecer aos cidadãos Nereuenses atividades de lazer visando promover a integração, entretenimento e o resgate das tradições locais. Reformar, reestruturar e equipar as estruturas públicas destinadas ao esporte, otimizando sua utilização. Despertar nos idosos e população em geral, o espírito de participação, convivência e sociabilidade, através de atividades físicas, jogos interativos, atividades lúdicas, terapia ocupacional. Promover escolinhas de treinamento e viabilizar a formação de atletas em diversas áreas esportivas. Buscar nas escolas de iniciação esportiva, nos programas de educação física das escolas, as crianças e jovens que se destacam nas diversas modalidades esportivas. Construção de Ginásio Municipal - Construção de quadras cobertas nas localidades do interior - Contratação de aulas nas modalidades: Karate, judô, capoeira, música, balé e demais atividades esportivas que visam o bem estar e a saúde física e mental da população - Inserir a Caminhada ecológica como opção de lazer ao turismo ecológico e rural			
Objetivo:	Estimular a prática esportiva, desenvolver o esporte competitivo e a integração entre comunidades e as equipes esportivas, descobrir novos talentos, afastar os jovens das ruas e das drogas. Promover a Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer. Treinar atletas, técnicos e profissionais da área esportiva visando à excelência no esporte.			
Ação:	2012 - Apoio ao Desporto Amador		Valor:	150.000,00
	Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
	Elemento	Vínculo		Valor
	31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000	- Recursos Ordinários	125.000,00
	33500000000000 - TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR	1000000	- Recursos Ordinários	1.000,00
	33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000	- Recursos Ordinários	20.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000	- Recursos Ordinários	4.000,00
	Total			150.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 17 de 36
 Impresso em: 13/out/ 2015
 As 15:23:42 Horas

Programa:	1503 - GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA			
Diagnóstico:	Dar atenção maior ao registro que forma a memória do Município e compõem a história de Presidente Nereu, Promover o resgate e a conservação da memória e do patrimônio histórico, artístico e cultural equilibrando perspectiva turística e o enriquecimento cultural da população. Estimular a produção e a difusão da cultura de forma ampla, compatíveis com a nova dimensão que a cultura vem assumindo, seja como fonte de emprego, instrumento de desenvolvimento espiritual ou de coesão social. Gerir políticas públicas, buscando assegurar o amplo acesso às mais diversificadas ações culturais, e o direito de expressão e fruição, atuando na promoção de eventos artísticos e no apoio aos artistas, oferecendo uma programação de qualidade, sem discriminações culturais ou de classe. Investimentos em infra-estrutura, recuperando bibliotecas, casas históricas, manutenção do Museu, e criação do memorial aos Expedicionários. Implementar ações de Turismo ecológico. Preparar a comunidade, os profissionais e os empresários para a atuação voltada ao turismo.Sinalizar a cidade. Viabilizar as visitas de operadores de turismo da região e do Brasil.Participação de Congressos, Seminários e Feiras.Criação, implanta			
Diretrizes:	Exploração de recursos naturais. Garantia de um recurso próprio para o turismo. Apoio ao turismo ecológico. Construção de portais nos limites do município. Elaboração de calendários de eventos. Colocar placas sinalizando o nome das vias e indicando para saída do município. Malha rodoviária bem conservada. Incentivo do turismo rural. Incentivar os profissionais e empreendedores a conhecer espaços voltados ao turismo com o fim de estabelecer trocas de conhecimento e agregar valores ao seu negócio, etc. Incentivo a famílias que desejam aderir ao turismo rural. Ajudar o comércio do trecho da serra (criação do mirante perto da gruta). Jardinagem da SC 429, com início no centro da cidade até a localidade de Barra do Rio Antinha. Sinalização turística, com outdoors de divulgação no centro da cidade e ou entrada do município. Ampliação e incentivo do projeto na acolhida da colônia e novos projetos voltados a fomentar o turismo rural. M			
Objetivo:	Dar um novo rumo a cidade com geração de novos empregos e aumento e diversificação de renda.Viabilizar o acesso da sociedade à cultura.Inserir o município no cenário de Turismo Ecológico, através de cadastramento de locais de potencial e divulgação em nível regional e estadual. Tomar a circulação pela cidade, mais fácil, através de uma sinalização vertical e horizontal através de símbolos universais.Divulgar as potencialidades turísticas do município. Conhecer novas técnicas e tendências do turismo e divulgar o município.			
Ação:	2014 - Apoio ao Desenvolvimento do Turismo			Valor: 8.000,00
	Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
	Elemento	Vínculo		Valor
	33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		3.000,00
	Total			8.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 18 de 36

Impresso em: 13/04/2015

As 15:23:42 Horas

Programa:	1701 - URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA		
Diagnóstico:	O município de Presidente Nereu possui aproximadamente 90% de sua malha viária com revestimento primário somente em saibro, sendo os 10% restante com pavimentação em paralelepípedo e capeamento asfáltico. Ausência de parques públicos e áreas de lazer. Município mantém contrato com o Consórcio do Lixo Aterro Serra São Miguel para destino final dos resíduos sólidos. O Município reformulou toda sua legislação pertinente ao código de postura e plano diretor. O município de Presidente Nereu possui um Cemitério público com necessidade urgente de ampliação do seu espaço físico. Grande quantidade de residência sem o saneamento básico adequado. O município perfurou 02 poços artesianos instalando nas localidades de Itaquá e Barra Rio Antinha		
Diretrizes:	Permitir o escoamento da produção a qualquer tempo. Proporcionar melhores condições de trafegabilidade e segurança aos transeuntes, bem como melhorar as condições do tráfego nas vias públicas cortadas por arroios, córregos e águas pluviais em todo território municipal, através da implantação, construção, ampliação, conservação e manutenção das áreas destinadas a circulação de veículos e pessoas. Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras, promovendo constantemente a plena manutenção das estradas rurais e vicinais através da recuperação, ensabramento, patrolamento e limpeza das estradas vicinais. Construção e conservação de pontes e bueiros, aberturas de novas estradas e da rua Antonio Kemper no centro da cidade, aquisição de veículos, máquinas e equipamentos, reestruturação e manutenção da frota do DMER. Regularizar as minas de macadame (pedreiras). Melhoramento das redes elétricas em todo o município, em especial a localidade da Boa Esperança. Construção de abrigos de passageiro de ônibus. Colocar lixeiras nos perímetros urbanos. Aquisição de motocicleta ou veículo para fiscalização. Aquisição de britador, rolo compactador, caminhão compactador de lixo. Manter as sarjetas		
Objetivo:	Melhorar as condições de trafegabilidade nas vias de maior tráfego de veículos e oferecer mais segurança aos pedestres que transitam nas vias urbanas. Melhorar a qualidade de vida com implantação de programa de saneamento básico. Garantir a aplicação da legislação municipal quanto a urbanização e infraestrutura urbana. Dar a infraestrutura necessária a cidade de Presidente Nereu para alavancar o crescimento nas mais diversas áreas, como comércio e indústria, o turismo.		
Ação:	1002 - Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra Estrutura		Valor: 211.000,00
	Produto	Sub Produto	Meta Prevista
	PAVIMENTAÇÃO/INFRA ESTRUTURA		1.000,00
	PAVIMENTAÇÃO/INFRA ESTRUTURA		1.000,00
	PAVIMENTAÇÃO/INFRA ESTRUTURA		1.000,00
	PAVIMENTAÇÃO/INFRA ESTRUTURA		1.000,00
	PAVIMENTAÇÃO/INFRA ESTRUTURA		1.000,00
	Elemento	Vínculo	Valor
	33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	10.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1340100 - Transf. Convênios-União/Outros não Rel	100.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf. Convênio - Estado/Outros	100.000,00
	Total		211.000,00
Ação:	2021 - Manutenção da Iluminação Pública		Valor: 62.500,00
	Produto	Sub Produto	Meta Prevista
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 19 de 36
 Impresso em: 13/out/ 2015
 As 15:23:42 Horas

Programa:	1701 - URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA		
Diagnóstico:	O município de Presidente Nereu possui aproximadamente 90% de sua malha viária com revestimento primário somente em saibro, sendo os 10% restante com pavimentação em paralelepípedo e capeamento asfáltico. Ausência de parques públicos e áreas de lazer. Município mantém contrato com o Consórcio do Lixo Aterro Serra São Miguel para destino final dos resíduos sólidos. O Município reformulou toda sua legislação pertinente ao código de postura e plano diretor. O município de Presidente Nereu possui um Cemitério público com necessidade urgente de ampliação do seu espaço físico. Grande quantidade de residência sem o saneamento básico adequado. O município perfurou 02 poços artesianos instalando nas localidades de Itaquá e Barra Rio Antinha		
Diretrizes:	Ampliar e conservar a Rede de Iluminação Pública objetivando com isso maior segurança e conforto aos Municípios ao transitarem pelas vias.		
Objetivo:	Melhorar as condições de trafegabilidade nas vias de maior tráfego de veículos e oferecer mais segurança aos pedestres que transitam nas vias urbanas. Melhorar a qualidade de vida com implantação de programa de saneamento básico. Garantir a aplicação da legislação municipal quanto a urbanização e infraestrutura urbana. Dar a infraestrutura necessária a cidade de Presidente Nereu para alavancar o crescimento nas mais diversas áreas, como comércio e indústria, o turismo.		
Ação:	2021 - Manutenção da Iluminação Pública		Valor: 62.500,00
Elemento		Vínculo	Valor
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1080000 - Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP	60.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1080000 - Contrib Custeio Serv.Ilum.Públ.-COSIP	2.500,00
Total			62.500,00
Ação:	2029 - Manutenção da Casa Mortuária e Cemitério Municipal		Valor: 10.000,00
Produto		Sub Produto	Unidade Medida
MANUTENÇÃO			Meta Prevista
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento		Vínculo	Valor
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários	8.500,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários	1.500,00
Total			10.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 20 de 36
 Impresso em: 13/out/ 2015
 As 15:23:43 Horas

Programa:	1801 - ESTRADAS VICINAIS		
Diagnóstico:	*Calcula-se que o Presidente Nereu possua, aproximadamente, 300 quilômetros de estradas rurais. O município de Presidente Nereu possui 03 caçambas, 01 retroescavadeira, 01 motoniveladoras, 01 Pá-carregadeiras, 01 toyota, 01 caminhão pipa, 01 caminhão com carroceria e 01 Trator de Esteira.		
Diretrizes:	*Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras, promovendo constantemente a plena manutenção das estradas rurais e vicinais através da recuperação, ensaibramento, patrolamento e limpeza das estradas vicinais. Construção e conservação de pontes e bueiros, aberturas de novas estradas, aquisição de veículos, máquinas e equipamentos, reestruturação e manutenção da frota do DMER. Regularizar as minas de macadame (pedreiras). Melhoramento das redes elétricas em todo o município, em especial a localidade da Boa Esperança. Construção de abrigos de passageiro de ônibus. Colocar lixeiras nos perímetros urbanos. Aquisição de motocicleta ou veículo para fiscalização. Aquisição de britador, rolo compactador, caminhão compactador de lixo. Manter as sarjetas das estradas municipais em bom estado para o adequado escoamento da água. Instalação de lixeiras nas ruas urbanas. Capacitação e concurso para operadores de equipamentos pesados, capacitar a mão de obra dos operários braçais. Construção de faixa elevada (lombada) na saída das escolas do centro. Acessibilidade para deficientes físicos. Expandir a coleta de lixo na zona rural. Buscar convênios para Mobilidade urbana. Construção de pontes de		
Objetivo:	*Permitir o escoamento da produção a qualquer tempo. Proporcionar melhores condições de trafegabilidade e segurança aos transeuntes, bem como melhorar as condições do tráfego nas vias públicas cortadas por arroios, córregos e águas pluviais em todo território municipal, através da implantação, construção, ampliação, conservação e manutenção das áreas destinadas a circulação de veículos e pessoas		
Ação:	1013 - Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos - DMER		Valor: 355.000,00
	Produto	Sub Produto	Meta Prevista
	EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS		1,00
	EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS		1,00
	EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS		1,00
	EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS		1,00
	EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS		1,00
	Elemento	Vínculo	Valor
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1340100 - Transf Convênios-União/Outros não Rel	150.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf Convênio -Estado/Outros	150.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1890000 - Alienação Bens Dest.Outros Programas	50.000,00
	Total		355.000,00
Ação:	2016 - Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodagens		Valor: 1.338.330,00
	Produto	Sub Produto	Meta Prevista
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	Elemento	Vínculo	Valor
	31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	900.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 21 de 36
 Impresso em: 13/out/ 2015
 As 15:23:43 Horas

Programa: 1801 - ESTRADAS VICINAIS Diagnóstico: "Calcula-se que o Presidente Nereu possui, aproximadamente, 300 quilômetros de estradas rurais. O município de Presidente Nereu possui 03 caçambas, 01 retroescavadeira, 01 motoniveladoras, 01 Pá-carregadeiras, 01 toyota, 01 caminhão pipa, 01 caminhão com carroceria e 01 Trator de Esteira. Diretrizes: "Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras, promovendo constantemente a plena manutenção das estradas rurais e vicinais através da recuperação, ensaibramento, patrolamento e limpeza das estradas vicinais. Construção e conservação de pontes e bueiros, aberturas de novas estradas, aquisição de veículos, máquinas e equipamentos, reestruturação e manutenção da frota do DMER. Regularizar as minas de macadame (pedreiras). Melhoramento das redes elétricas em todo o município, em especial a localidade da Boa Esperança. Construção de abrigos de passageiro de ônibus. Colocar lixeiras nos perímetros urbanos. Aquisição de motocicleta ou veículo para fiscalização. Aquisição de britador, rolo compactador, caminhão compactador de lixo. Manter as sarjetas das estradas municipais em bom estado para o adequado escoamento da água. Instalação de lixeiras nas ruas urbanas. Capacitação e concurso para operadores de equipamentos pesados, capacitar a mão de obra dos operários braçais. Construção de faixa elevada (lombada) na saída das escolas do centro. Acessibilidade para deficientes físicos. Expandir a coleta de lixo na zona rural. Buscar convênios para Mobilidade urbana. Construção de pontes de Objetivo: "Permitir o escoamento da produção a qualquer tempo. Proporcionar melhores condições de trafegabilidade e segurança aos transeuntes, bem como melhorar as condições do tráfego nas vias públicas cortadas por arroios, córregos e águas pluviais em todo território municipal, através da implantação, construção, ampliação, conservação e manutenção das áreas destinadas a circulação de veículos e pessoas			
Ação: 2016 - Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodagens		Valor: 1.338.330,00	
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		248.330,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1070000 - Contrib Interv Dominio Econ. - CIDE		10.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1390100 - Fundo Especial do Petróleo		60.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf. Convênio - Estado/Outros		100.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		10.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1390100 - Fundo Especial do Petróleo		10.000,00
Total			1.338.330,00
Ação: 2031 - Manutenção dos Serviços Urbanos		Valor: 70.000,00	
Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento	Vínculo	Valor	
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	65.000,00	
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00	
Total		70.000,00	
Ação: 2032 - Manutenção do Órgão de Defesa Civil Municipal		Valor: 3.000,00	
Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO			1,00
IPM Informática Pública Municipal		Atende.Net	
		Planejamento	

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 22 de 36

Impresso em: 13/out/ 2015

As 15:23:43 Horas

Programa:	1801 - ESTRADAS VICINAIS
Diagnóstico:	*Calcula-se que o Presidente Nereu possua, aproximadamente, 300 quilômetros de estradas rurais. O município de Presidente Nereu possui 03 caçambas, 01 retroescavadeira, 01 motoniveladoras, 01 Pá-carregadeiras, 01 toyota, 01 caminhão pipa, 01 caminhão com carroceria e 01 Trator de Esteira.
Diretrizes:	Proteção das nascentes de água (projeto). Revitalização das matas ciliares. Viabilizar o acesso às informações. Capacitação da equipe municipal de defesa civil para enfrentamento no caso de calamidades, situações de emergência e tragédias e garantia de recurso para meio ambiente e defesa civil. Preservação de rios, com plantação de árvores nas nascentes e nos transcursos. Reflorestamento da mata ciliar. Viabilizar convênios esferas estaduais e federais para a área ambiental e de defesa civil. Criação de uma secretaria de meio ambiente e defesa civil. Projeto de preservação de nascentes e fontes. Associações locais de prevenção de desastres. Separação adequada do lixo, coleta adequada para pilhas, óleos. Garantir o Apoio emergencial aos municípios que sofrerem com algum desastre natural. Atuar na prevenção de algumas áreas de risco. Criação de um programa municipal do meio ambiente. Mapeamento da área de risco do município. Criar Fundo municipal da defesa civil. Implantação de plano de resíduos sólidos. Aquisição de um veículo equipado com moto bomba para emergência de incêndios no município. Manutenção d
Objetivo:	Permitir o escoamento da produção a qualquer tempo. Proporcionar melhores condições de trafegabilidade e segurança aos transeuntes, bem como melhorar as condições do tráfego nas vias públicas cortadas por arroios, córregos e águas pluviais em todo território municipal, através da implantação, construção, ampliação, conservação e manutenção das áreas destinadas a circulação de veículos e pessoas
Ação:	2032 - Manutenção do Órgão de Defesa Civil Municipal
	Valor: 3.000,00
MANUTENÇÃO	
MANUTENÇÃO	
MANUTENÇÃO	
MANUTENÇÃO	
Elemento	Vínculo
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários
Total	

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 23 de 36

Impresso em: 13/out/ 2015

As 15:23:43 Horas

Programa:	1602 - SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Diagnóstico:	Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social; Implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, manutenção do Fundo e do Conselho Municipal de Assistência Social e B		
Diretrizes:	Garantia de concurso público de profissionais técnicos (assistente social, psicóloga, etc.). Plano de cargos, salários, carreira. Um carro próprio, transporte para famílias. Fortalecimento do grupo de idosos e jovens. Aquisição de um ônibus para transporte de jovens e idosos. Atenção para aos verdadeiros carentes. Construção de um centro de conveniência para idosos. Construção de um centro cultural com auditório para apresentações de dança. Restauração do centro social e corpo social. Aquisição de campo exclusivo para o atendimento. Uma unidade para melhor atendimento e estrutura da assistência social. Melhorar o atendimento das crianças do PETI, com mais atividades variadas e melhor apoio pedagógicos das crianças atendidas. Dar apoio pedagógico para as crianças que frequentam as escolas de esportes. Construção de um CRAS e manutenção da Unidade Ida Gorges Tillmann. Melhorar a infraestrutura do PETI (cozinha). Construção de um espaço multiuso. Melhoramento da frota de veículos. Criação de uma vaga de psicólogo. Fortalecimento do Grupo de idosos. Implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS manutenção do Fundo e do Conselho Municipal de Assistência Social e Benefícios		
Objetivo:	Com a Implantação do Sistema Único de Assistência Social pretende-se implantar programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários para que assim possam superar suas inúmeras vulnerabilidades.		
Ação:	1011 - Aquisição de terreno e construção de Centro de referência da Assistência Social (CRAS)		Valor: 110.000,00
	Produto	Sub Produto	Unidade Medida
	IMÓVEL		Meta Prevista
	IMÓVEL		0,25
	IMÓVEL		0,25
	IMÓVEL		0,25
	IMÓVEL		0,25
	Elemento	Vínculo	Valor
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	2.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1310000 - Transf. Convênios-União/Assist.Social	60.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1610000 - Transf. Convênio -Estado/Assist.Social	48.000,00
	Total		110.000,00
Ação:	2006 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		Valor: 355.000,00
	Produto	Sub Produto	Unidade Medida
	MANUTENÇÃO		Meta Prevista
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	MANUTENÇÃO		1,00
	Elemento	Vínculo	Valor
	31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	250.000,00
	33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	100.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
	Total		355.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU
Lei das Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 24 de 36
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:23:43 Horas

Programa:	1602 - SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Diagnostico:	Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social; Implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, manutenção do Fundo e do Conselho Municipal de Assistência Social e B		
Diretrizes:	Elaboração do Plano de Ação. Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e do Conselho Tutelar, Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência. Manutenção das atividades da Escola de Esportes e ampliação das modalidades oferecidas. Manter o convênio com o Lar das meninas. Elaboração do plano de Assistência aos menores de forma a mantê-los ocupados com ações de estudos, atividades esportivas, descobrimento e e		
Objetivo:	Com a Implantação do Sistema Único de Assistência Social pretende-se implantar programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários para que assim possam superar suas inumeras vulnerabilidades.		
Ação:	2007 - Proteção Social Basica	Valor:	15.000,00
Produto		Sub Produto	Unidade Medida
Meta Prevista			
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento		Vínculo	Valor
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000	-Recursos Ordinários	10.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000	-Recursos Ordinários	5.000,00
Total			15.000,00
Ação:	2023 - Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento de vínculos	Valor:	253.250,00
Produto		Sub Produto	Unidade Medida
Meta Prevista			
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento		Vínculo	Valor
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000	-Recursos Ordinários	60.000,00
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1350100	- Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	50.000,00
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1350200	- Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	50.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000	- Recursos Ordinários	10.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1350100	- Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	20.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1350200	- Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	40.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1350300	- Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	6.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1350400	- Transf SUAS/União - IGD - SUAS	5.000,00

IPM Informática Pública Municipal	Atende Net	Planejamento
-----------------------------------	------------	--------------

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 25 de 36

Impresso em: 13/out/ 2015

As 15:23:43 Horas

Programa:	1602 - SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Diagnóstico:	Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social; Implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, manutenção do Fundo e do Conselho Municipal de Assistência Social e B		
Diretrizes:	Garantia de no mínimo 5% dos recursos do município e a transparência do gasto público. Garantia por concurso público de profissionais técnicos (assistente social, psicóloga, etc.). Plano de cargos, salários, carreira. Um carro próprio, transporte para famílias. Fortalecimento do grupo de idosos e jovens. Aquisição de um ônibus para transporte de jovens e idosos. Atenção para aos verdadeiros carentes. Construção de um centro de conveniência para idosos. Construção de um centro cultural com auditório para apresentações de dança. Restauração do centro social e corpo social. Aquisição de campo exclusivo para o atendimento. Uma unidade para melhor atendimento e estrutura da assistência social. Melhorar o atendimento das crianças do PETI, com mais atividades variadas e melhor apoio pedagógicos das crianças atendidas. Dar apoio pedagógico para as crianças que frequentam as escolas de esportes. Construção de um CRAS e manutenção da Unidade Ida Gorges Tillmann. Melhorar a infraestrutura do PETI (cozinha). Construção de um espaço multiuso. Melhoramento da frota de veículos. Criação de uma vaga de psicólogo. Execução anualmente da Semana da família. Manter convênio com a APAE. Fortalecimento		
Objetivo:	Com a Implantação do Sistema Único de Assistência Social pretende-se implantar programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários para que assim possam superar suas inúmeras vulnerabilidades.		
Ação:	2023 - Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento de vínculos	Valor:	253.250,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		1.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1350100 - Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo		2.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1350200 - Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc		6.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1350300 - Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF		2.250,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1350400 - Transf SUAS/União - IGD - SUAS		1.000,00
Total			253.250,00
Ação:	2026 - Proteção Social Especial	Valor:	2.000,00
Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento	Vínculo		Valor
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		1.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		1.000,00
Total			2.000,00

FUNDO DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 26 de 36
 Impresso em: 13/out/ 2015
 As 15:23:43 Horas

Programa:	1601 - ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO		
Diagnóstico:	Ampliação, melhoria e reaparelhamento das unidades de saúde do município, aquisição de veículos para transporte de pacientes e ambulâncias equipadas, aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, contratação de profissionais especializados, realização da medicina preventiva com palestras nas escolas por médicos e dentistas, voltadas a higiene, preservação da água, vigilância sanitária e conscientização do povo em geral. Melhorar e ampliar o sistema de abastecimento de água. Viabilizar a aquisição do terreno que forma da Bacia Hidrográfica da captação de água do município, instalação de fossas e filtros anaeróbicos nas residências exigindo estes equipamentos para as novas construções, coleta domiciliar do lixo tóxico, aquisição de medicamentos com ampliação da farmácia básica, manutenção e ampliação da vigilância em saúde, realização de campanhas contra doenças, e ações de saneamento básico nas áreas urbana e mental, proporcionar atendimento psiquiátrico à crianças e adolescentes, aquisição de um a		
Diretrizes:	Ampliação, melhoria e reaparelhamento da unidade de saúde do município, aquisição de veículos para transporte de pacientes e ambulâncias equipadas, ambulância UTI, aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos. Melhoramento no atendimento, melhoramento das frotas, qualificação dos funcionários. Humanização no atendimento, respeito e carinho ao paciente. Agilidade na marcação e recebimento de exames. Aquisição e instalação de uma academia na praça. Instalação de fossas e filtros nas residências. Construção de um espaço para atendimento as gestantes. Aquisição de veículos para transporte de deficientes físicos. Implantação de programa para distribuição de leite e de fraldas. Aquisição de um equipamento de raio x. Inclusão da assinatura digital, para que o atendimento sejam digitalizados online. Implantação da unidade de saúde mais demanda futuramente e sala de fisioterapia. Unidade de saúde nas localidades com atendimento semanal. Renovar frota com mais capacidade de passageiros (micro-ônibus). Aumentar mais a carga horária do médicos especialistas: fonoaudióloga, psicóloga e fisioterapeuta de moda a atender a demanda existente. Implantação de saneamento básico na zona r		
Objetivo:	Melhorar as condições de saúde da população através da realização da medicina preventiva, através da realização de campanhas voltadas a saúde mental, a utilização de mecanismos de proteção no manuseio de agrotóxicos e produtos químicos em geral utilizados em lavouras, o incentivo a pratica esportiva, atividades físicas, despoluir os córregos e rios, dar solução ao esgotamento sanitário. Oferecer pronto atendimento em saúde pública através das unidades básicas de saúde; Maximizar a oferta de serviço odontológico através das unidades básicas de saúde. Oferecer atendimento psicológico em unidades básicas de saúde; Oferecer atendimento integral e reabilitação de pacientes com limitação de movimentos, através de acompanhamento fisioterapêutico Oferecer atendimento a pacientes com limitações auditivas e de fala. Oferecer proteção médica e instrução a mulheres grávidas; Oferecer proteção alimentar e acompanhamento médico a crianças até seis meses de vida, reduzindo a mortalidade infantil por carência alimentar. Realizar procedimentos nas áreas de: imunologia, bioquímica, hormônios, hematologia, microbiologia, urinalise e parasitologia. Manter funcionamento de sala para coleta de análises		
Ação:	1014 - Aquisição de Veículos e Equipamentos - Saúde		Valor: 310.000,00
	Produto	Sub Produto	Unidade Medida
	EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS		Meta Prevista
	EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS		1,00
	EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS		1,00
	EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS		1,00
	EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS		1,00
	Elemento	Vinculo	Valor
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	10.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1330100 - Transf. Convênios-União/Saúde	150.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1630100 - Transf. Convênio -Estado/Saúde	150.000,00
	Total		310.000,00
Ação:	2022 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		Valor: 2.361.250,00
	Produto	Sub Produto	Unidade Medida
			Meta Prevista

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

FUNDO DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 27 de 36
 Impresso em: 13/out/ 2015
 As 15:23:43 Horas

Programa:	1601 - ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO		
Diagnóstico:	Ampliação, melhoria e reaparelhamento das unidades de saúde do município, aquisição de veículos para transporte de pacientes e ambulâncias equipadas, aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, contratação de profissionais especializados, realização da medicina preventiva com palestras nas escolas por médicos e dentistas, voltadas a higiene, preservação da água, vigilância sanitária e conscientização do povo em geral. Melhorar e ampliar o sistema de abastecimento de água. Viabilizar a aquisição do terreno que forma da Bacia Hidrográfica da captação de água do município, instalação de fossas e filtros anaeróbicos nas residências exigindo estes equipamentos para as novas construções, coleta domiciliar do lixo tóxico, aquisição de medicamentos com ampliação da farmácia básica, manutenção e ampliação da vigilância em saúde, realização de campanhas contra doenças, e ações de saneamento básico nas áreas urbana e mental, proporcionar atendimento psiquiátrico à crianças e adolescentes, aquisição de um a		
Diretrizes:	Ampliação, melhoria e reaparelhamento da unidade de saúde do município, aquisição de veículos para transporte de pacientes e ambulâncias equipadas, ambulância UTI, aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos. Melhoramento no atendimento, melhoramento das frotas, qualificação dos funcionários. Humanização no atendimento, respeito e carinho ao paciente. Agilidade na marcação e recebimento de exames. Aquisição e instalação de uma academia na praça. Instalação de fossas e filtros nas residências. Construção de um espaço para atendimento as gestantes. Contrução de muro de contenção no Posto de Saúde. Aquisição de veículos para transporte de deficientes físicos. Implantação de programa para distribuição de leite e de fraldas. Aquisição de um equipamento de raio x. Inclusão da assinatura digital, para que o atendimento sejam digitalizados online. Implantação da unidade de saúde mais demanda futuramente e sala de fisioterapia. Unidade de saúde nas localidades com atendimento semanal. Renovar frota com mais capacidade de passageiros (micro-ônibus). Aumentar mais a carga horária do médicos especialistas: fonoaudióloga, psicóloga e fisioterapeuta de moda a atender a demanda exi		
Objetivo:	Melhorar as condições de saúde da população através da realização da medicina preventiva, através da realização de campanhas voltadas a saúde mental, a utilização de mecanismos de proteção no manuseio de agrotóxicos e produtos químicos em geral utilizados em lavouras, o incentivo a pratica esportiva, atividades físicas, despoluir os córregos e rios, dar solução ao esgotamento sanitário. Oferecer pronto atendimento em saúde pública através das unidades básicas de saúde; Maximizar a oferta de serviço odontológico através das unidades básicas de saúde. Oferecer atendimento psicológico em unidades básicas de saúde; Oferecer atendimento integral e reabilitação de pacientes com limitação de movimentos, através de acompanhamento fisioterapeutico. Oferecer atendimento a pacientes com limitações auditivas e de fala. Oferecer proteção médica e instrução a mulheres grávidas; Oferecer proteção alimentar e acompanhamento médico a crianças até seis meses de vida, reduzindo a mortalidade infantil por carência alimentar. Realizar procedimentos nas áreas de: imunologia, bioquímica, hormônios, hematologia, microbiologia, urinálise e parasitologia. Manter funcionamento de sala para coleta de análises		
Ação:	2022 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		Valor: 2.361.250,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento	Vínculo		Valor
31710000000000 - TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde		5.000,00
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde		877.655,00
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380200 - Estratégia Saúde da Família - ESF		48.500,00
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380300 - Progr Saúde Bucal		20.000,00
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380400 - Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS		73.500,00
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380500 - Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed		96.000,00
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380600 - Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ		20.000,00
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1670200 - Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est		20.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

FUNDO DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 28 de 36
 Impresso em: 13/out/ 2015
 As 15:23:43 Horas

Programa:	1601 - ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO		
Diagnóstico:	Ampliação, melhoria e reaparelhamento das unidades de saúde do município, aquisição de veículos para transporte de pacientes e ambulâncias equipadas, aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, contratação de profissionais especializados, realização da medicina preventiva com palestras nas escolas por médicos e dentistas, voltadas a higiene, preservação da água, vigilância sanitária e conscientização do povo em geral. Melhorar e ampliar o sistema de abastecimento de água. Viabilizar a aquisição do terreno que forma da Bacia Hidrográfica da captação de água do município, instalação de fossas e filtros anaeróbicos nas residências exigindo estes equipamentos para as novas construções, coleta domiciliar do lixo tóxico, aquisição de medicamentos com ampliação da farmácia básica, manutenção e ampliação da vigilância em saúde, realização de campanhas contra doenças, e ações de saneamento básico nas áreas urbana e mental, proporcionar atendimento psiquiátrico à crianças e adolescentes, aquisição de um a		
Diretrizes:	Ampliação, melhoria e reaparelhamento da unidade de saúde do município, aquisição de veículos para transporte de pacientes e ambulâncias equipadas, ambulância UTI, aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos. Melhoramento no atendimento, melhoramento das frotas, qualificação dos funcionários. Humanização no atendimento, respeito e carinho ao paciente. Agilidade na marcação e recebimento de exames. Aquisição e instalação de uma academia na praça. Instalação de fossas e filtros nas residências. Construção de um espaço para atendimento as gestantes. Contrução de muro de contenção no Posto de Saúde. Aquisição de veículos para transporte de deficientes físicos. Implantação de programa para distribuição de leite e de fraldas. Aquisição de um equipamento de raio x. Inclusão da assinatura digital, para que o atendimento sejam digitalizados online. Implantação da unidade de saúde mais demanda futuramente e sala de fisioterapia. Unidade de saúde nas localidades com atendimento semanal. Renovar frota com mais capacidade de passageiros (micro-ônibus). Aumentar mais a carga horária do médicos especialistas: fonoaudióloga, psicóloga e fisioterapeuta de moda a atender a demanda exi		
Objetivo:	Melhorar as condições de saúde da população através da realização da medicina preventiva, através da realização de campanhas voltadas a saúde mental, a utilização de mecanismos de proteção no manuseio de agrotóxicos e produtos químicos em geral utilizados em lavouras, o incentivo a pratica esportiva, atividades físicas, despoluir os córregos e rios, dar solução ao esgotamento sanitário. Oferecer pronto atendimento em saúde pública através das unidades básicas de saúde; Maximizar a oferta de serviço odontológico através das unidades básicas de saúde. Oferecer atendimento psicológico em unidades básicas de saúde; Oferecer atendimento integral e reabilitação de pacientes com limitação de movimentos, através de acompanhamento fisioterapeutico Oferecer atendimento a pacientes com limitações auditivas e de fala. Oferecer proteção médica e instrução a mulheres grávidas; Oferecer proteção alimentar e acompanhamento médico a crianças até seis meses de vida, reduzindo a mortalidade infantil por carência alimentar. Realizar procedimentos nas áreas de: imunologia, bioquímica, hormônios, hematologia, microbiologia, urinálise e parasitologia. Manter funcionamento de sala para coleta de análises		
Ação:	2022 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	Valor:	2.361.250,00
33710000000000 - TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde		5.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde		636.595,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380100 - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo		60.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380300 - Progr Saúde Bucal		5.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380600 - Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ		120.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380700 - Atenção Media Alta Complexid - MAC Feder		5.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380800 - Vigil Epidemiológ e Ambiental em Saúde		1.500,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380900 - Vigilancia Sanitaria		10.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1381000 - Farmácia Básica - Federal		4.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1670100 - Transf SUS/Estado - Cofinanciamento		30.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1670200 - Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est		4.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1670300 - Atenção Media Alta Complexid - MAC Estad		15.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1670400 - Farmácia Básica - Estadual		1.000,00
33930000000000 - TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde		150.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

FUNDO DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 29 de 36

Impresso em: 13/out/ 2015

As 15:23:43 Horas

Programa:	1601 - ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO		
Diagnóstico:	Ampliação, melhoria e reaparelhamento das unidades de saúde do município, aquisição de veículos para transporte de pacientes e ambulâncias equipadas, aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, contratação de profissionais especializados, realização da medicina preventiva com palestras nas escolas por médicos e dentistas, voltadas a higiene, preservação da água, vigilância sanitária e conscientização do povo em geral. Melhorar e ampliar o sistema de abastecimento de água. Viabilizar a aquisição do terreno que forma da Bacia Hidrográfica da captação de água do município, instalação de fossas e filtros anaeróbicos nas residências exigindo estes equipamentos para as novas construções, coleta domiciliar do lixo tóxico, aquisição de medicamentos com ampliação da farmácia básica, manutenção e ampliação da vigilância em saúde, realização de campanhas contra doenças, e ações de saneamento básico nas áreas urbana e mental, proporcionar atendimento psiquiátrico à crianças e adolescentes, aquisição de um a		
Diretrizes:	Ampliação, melhoria e reaparelhamento da unidade de saúde do município, aquisição de veículos para transporte de pacientes e ambulâncias equipadas, ambulância UTI, aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos. Melhoramento no atendimento, melhoramento das frotas, qualificação dos funcionários. Humanização no atendimento, respeito e carinho ao paciente. Agilidade na marcação e recebimento de exames. Aquisição e instalação de uma academia na praça. Instalação de fossas e filtros nas residências. Construção de um espaço para atendimento as gestantes. Contrução de muro de contenção no Posto de Saúde. Aquisição de veículos para transporte de deficientes físicos. Implantação de programa para distribuição de leite e de fraldas. Aquisição de um equipamento de raio x. Inclusão da assinatura digital, para que o atendimento sejam digitalizados online. Implantação da unidade de saúde mais demanda futuramente e sala de fisioterapia. Unidade de saúde nas localidades com atendimento semanal. Renovar frota com mais capacidade de passageiros (micro-ônibus). Aumentar mais a carga horária do médicos especialistas: fonoaudióloga, psicóloga e fisioterapeuta de moda a atender a demanda exi		
Objetivo:	Melhorar as condições de saúde da população através da realização da medicina preventiva, através da realização de campanhas voltadas a saúde mental, a utilização de mecanismos de proteção no manuseio de agrotóxicos e produtos químicos em geral utilizados em lavouras, o incentivo a pratica esportiva, atividades físicas, despoluir os córregos e rios, dar solução ao esgotamento sanitário. Oferecer pronto atendimento em saúde pública através das unidades básicas de saúde; Maximizar a oferta de serviço odontológico através das unidades básicas de saúde. Oferecer atendimento psicológico em unidades básicas de saúde; Oferecer atendimento integral e reabilitação de pacientes com limitação de movimentos, através de acompanhamento fisioterapeutico Oferecer atendimento a pacientes com limitações auditivas e de fala. Oferecer proteção médica e instrução a mulheres grávidas; Oferecer proteção alimentar e acompanhamento médico a crianças até seis meses de vida, reduzindo a mortalidade infantil por carência alimentar. Realizar procedimentos nas áreas de: imunologia, bioquímica, hormônios, hematologia, microbiologia, urinálise e parasitologia. Manter funcionamento de sala para coleta de análises		
Ação:	2022 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	Valor:	2.361.250,00
	33930000000000 - TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1380700 - Atenção Media Alta Complexid - MAC Feder	20.000,00
	33930000000000 - TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1381000 - Farmácia Básica - Federal	20.000,00
	33930000000000 - TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1670300 - Atenção Media Alta Complexid - MAC Estad	15.000,00
	33930000000000 - TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1670400 - Farmácia Básica - Estadual	12.000,00
	44710000000000 - TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	5.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1020000 - Receitas de Impostos - Saúde	15.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380100 - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	5.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380300 - Progr Saúde Bucal	2.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380600 - Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	25.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1380900 - Vigilância Sanitária	4.500,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1880000 - Alienação Bens Dest. Programas Saúde	30.000,00
	Total		2.361.250,00
Ação:	2025 - Saneamento	Valor:	16.000,00
IPM Informática Pública Municipal		Atende.Net	
		Planejamento	

FUNDO DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU
Lei das Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 30 de 36
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:23:43 Horas

Programa:	1601 - ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO			
Diagnóstico:	Ampliação, melhoria e reaparelhamento das unidades de saúde do município, aquisição de veículos para transporte de pacientes e ambulâncias equipadas, aquisição de equipamentos hospitalares e odontológicos, contratação de profissionais especializados, realização da medicina preventiva com palestras nas escolas por médicos e dentistas, voltadas a higiene, preservação da água, vigilância sanitária e conscientização do povo em geral. Melhorar e ampliar o sistema de abastecimento de água.Viabilizar a aquisição do terreno que forma da Bacia Hidrográfica da captação de água do município, instalação de fossas e filtros anaeróbicos nas residências exigindo estes equipamentos para as novas construções, coleta domiciliar do lixo tóxico, aquisição de medicamentos com ampliação da farmácia básica, manutenção e ampliação da vigilância em saúde, realização de campanhas contra doenças, e ações de saneamento básico nas áreas urbana e mental, proporcionar atendimento psiquiátrico à crianças e adolescentes, aquisição de um a			
Diretrizes:	Melhorar e ampliar o sistema de abastecimento de água Melhoria no abastecimento de água em parceria com a CASAN, renovando a captação, para melhorar o abastecimento de água e implantação de novas redes. Instalação de fossas e filtros anaeróbicos nas residências exigindo estes equipamentos para as novas construções, coleta domiciliar do lixo tóxico. Expandir a coleta de lixo na zona rural. Implantar, ampliar e melhorar o sistema de esgoto municipal. Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde da população			
Objetivo:	Melhorar as condições de saúde da população através da realização da medicina preventiva, através da realização de campanhas voltadas a saúde mental, a utilização de mecanismos de proteção no manuseio de agrotóxicos e produtos químicos em geral utilizados em lavouras, o incentivo a pratica esportiva, atividades físicas, despoluir os córregos e rios, dar solução ao esgotamento sanitário. Oferecer pronto atendimento em saúde pública através das unidades básicas de saúde, Maximizar a oferta de serviço odontológico através das unidades básicas de saúde. Oferecer atendimento psicológico em unidades básicas de saúde, Oferecer atendimento integral e reabilitação de pacientes com limitação de movimentos, através de acompanhamento fisioterapêutico.Oferecer atendimento a pacientes com limitações auditivas e de fala. Oferecer proteção médica e instrução a mulheres grávidas, Oferecer proteção alimentar e acompanhamento médico a crianças até seis meses de vida, reduzindo a mortalidade infantil por carência alimentar.Realizar procedimentos nas áreas de: imunologia, bioquímica,hormônios, hematologia, microbiologia, uinálise e parasitologia. Manter funcionamento de sala para coleta de análises			
Ação:	2025 -Saneamento			Valor: 16.000,00
	Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
	Elemento	Vinculo		Valor
3390000000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários			1.000,00
3390000000000000 - APLICACOES DIRETAS	1340100 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel			5.000,00
3390000000000000 - APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf.Convênio -Estado/Outros			3.000,00
4490000000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários			5.000,00
4490000000000000 - APLICACOES DIRETAS	1340100 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel			1.000,00
4490000000000000 - APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf.Convênio -Estado/Outros			1.000,00
	Total			16.000,00

FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA
Lei das Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 31 de 36
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:23:43 Horas

Programa: 1603 - INFÂNCIA E JUVENTUDE

Diagnóstico: C

Diretrizes: Elaboração do Plano de Ação. Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e do Conselho Tutelar, Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência. Manutenção das atividades da Escola de Esportes e ampliação das modalidades oferecidas. Manter o convênio com o Lar das meninas. Elaboração do plano de Assistência aos menores de forma a mantê-los ocupados com ações de estudos, atividades esportivas, descobrimento e exploração de suas potencialidades, envolvendo o município, os conselhos e as famílias;

Objetivo: Crianças e Adolescentes como prioridade absoluta para proteção integral afim de facultar condições de vida mais dignas.

Ação: 2005 - MANUTENÇÃO ESCOLA DE ESPORTES

Valor: 20.000,00

Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento	Vínculo		Valor
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		14.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		1.000,00
Total			20.000,00

Ação: 2024 - Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescente

Valor: 21.000,00

Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
Elemento	Vínculo		Valor
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		20.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	3000000 - Recursos Ordinários		0,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários		1.000,00
Total			21.000,00

Ação: 2027 - Manutenção e Execução de Ações de Medidas Socio Educativas

Valor: 10.000,00

Produto	Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
---------	-------------	----------------	---------------

IPM Informática Pública Municipal

Atende Net

Planejamento

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA - FIA
Lei das Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 32 de 36
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:23:43 Horas

Programa:	1603 - INFÂNCIA E JUVENTUDE		
Diagnóstico:	C		
Diretrizes:	Elaboração do Plano de Ação. Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e do Conselho Tutelar, Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência. Manutenção das atividades da Escola de Esportes e ampliação das modalidades oferecidas. Manter o convênio com o Lar das meninas. Elaboração do plano de Assistência aos menores de forma a mantê-los ocupados com ações de estudos, atividades esportivas, descobrimento e e		
Objetivo:	Crianças e Adolescentes como prioridade absoluta para proteção integral afim de facultar condições de vida mais dignas.		
Ação:	2027 - Manutenção e Execução de Ações de Medidas Socio Educativas		Valor: 10.000,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
MANUTENÇÃO			1,00
	Elemento	Vinculo	Valor
	33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	10.000,00
	Total		10.000,00

FUNDO AGROPECUARIO DE PRESIDENTE NEREU

Lei das Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração

Ano LDO: 2016

Versão LDO: 2

Página 33 de 36

Impresso em: 13/04/2015

As 15:23:43 Horas

Programa:	1401 - ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL			
Diagnóstico:	O município possui pequenas propriedades rurais, que dependem da agricultura de subsistência no cultivo de fumo, cebola, milho, feijão. Possui uma patrulha agrícola com diversos implementos a			
Diretrizes:	Promover a assistência técnica com equipamentos aos pequenos agricultores rurais, fortalecimento da patrulha agrícola com a aquisição de novos equipamentos e implementos, construção de abatedouro com inspeção, prover a Secretaria da Agricultura de veículos e demais equipamentos de trabalho, incentivar a agricultura orgânica e agroecológica, realização de eventos e seminários, apoio a telefonia rural, manutenção e ampliação do Programa PRONAF, promover o associativismo com apoio especial ao Projeto Acolhida na Colônia, fortalecimento da patrulha mecanizada agrícola, com incentivo à piscicultura, apicultura, avicultura e fruticultura, continuação do programa de Microbacias Proteção das nascentes de água (projeto). Revitalização das matas ciliares. Viabilizar o acesso às informações. Capacitação da equipe municipal de defesa civil para enfrentamento no caso de calamidades, situações de emergência e tragédias e garantia de recurso para meio ambiente e defesa civil. Preservação de rios, com plantação de árvores nas nascentes e nos transcurso Reflorestamento da mata ciliar. Viabilizar convênios esferas estaduais e federais para a área ambiental e de defesa civil. Criação de uma secret			
Objetivo:	Ampliar área de produção e a produtividade, elevar a rentabilidade e diversificar as fontes de renda, capitalizar o agricultor.			
Ação:	1015 - Aquisição de Equipamentos, Tratores, Máquinas e Veículos - Agricultura			Valor: 255.000,00
Produto		Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS				2,00
EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS				2,00
EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS				2,00
EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS				2,00
EQUIPAMENTOS/TRATORES/MAQUINAS/VEICULOS				2,00
Elemento		Vínculo		Valor
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1340100 - Transf.Convênios-União/Outros não Rel		150.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1640100 - Transf.Convênio -Estado/Outros		100.000,00
Total				255.000,00
Ação:	2015 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural			Valor: 636.000,00
Produto		Sub Produto	Unidade Medida	Meta Prevista
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
MANUTENÇÃO				1,00
Elemento		Vínculo		Valor
31900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários		350.000,00
33500000000000 - TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR		1000000 - Recursos Ordinários		1.000,00
33900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários		280.000,00
44900000000000 - APLICACOES DIRETAS		1000000 - Recursos Ordinários		5.000,00
Total				636.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU
 Lei das Diretrizes Orçamentárias
 Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração
 Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 34 de 36
 Impresso em: 13/out/ 2015
 As 15:23:43 Horas

Programa:	1602 - SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
Diagnóstico:	Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social; Implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, manutenção do Fundo e do Conselho Municipal de Assistência Social e B		
Diretrizes:	Garantia de concurso público de profissionais técnicos (assistente social, psicóloga, etc.). Plano de cargos, salários, carreira. Um carro próprio, transporte para famílias. Fortalecimento do grupo de idosos e jovens. Aquisição de um ônibus para transporte de jovens e idosos. Atenção para aos verdadeiros carentes. Construção de um centro de conveniência para idosos. Construção de um centro cultural com auditório para apresentações de dança. Restauração do centro social e corpo social. Aquisição de campo exclusivo para o atendimento. Uma unidade para melhor atendimento e estrutura da assistência social. Melhorar o atendimento das crianças do PETI, com mais atividades variadas e melhor apoio pedagógicos das crianças atendidas. Dar apoio pedagógico para as crianças que frequentam as escolas de esportes. Construção de um CRAS e manutenção da Unidade Ida Gorges Tillmann. Melhorar a infraestrutura do PETI (cozinha). Construção de um espaço multiuso. Melhoramento da frota de veículos. Criação de uma vaga de psicólogo. Fortalecimento do Grupo de Idosos. Implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS manutenção do Fundo e do Conselho Municipal de Assistência Social e Benefícios		
Objetivo:	Com a Implantação do Sistema Único de Assistência Social pretende-se implantar programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários para que assim possam superar suas inúmeras vulnerabilidades.		
Ação:	1006 - Aquisição de terreno para habitação, construção de moradias populares		Valor: 201.000,00
	Produto	Sub Produto	Unidade Medida
	Elemento	Vinculo	
			Meta Prevista
			Valor
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1310000 - Transf. Convênios-União/Assist.Social	100.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1610000 - Transf. Convênio -Estado/Assist.Social	100.000,00
	Total		201.000,00
Ação:	2028 - Habitação de Interesse Social		Valor: 2.000,00
	Produto	Sub Produto	Unidade Medida
	Elemento	Vinculo	
			Meta Prevista
			Valor
	33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	1.000,00
	Total		2.000,00

FUNDO DE CULTURA DE PRESIDENTE NEREU
Lei das Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 35 de 36
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:23:43 Horas

Programa:	1503 - GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA		
Diagnóstico:	Dar atenção maior ao registro que forma a memória do Município e compõem a história de Presidente Nereu, Promover o resgate e a conservação da memória e do patrimônio histórico, artístico e cultural equilibrando perspectiva turística e o enriquecimento cultural da população. Estimular a produção e a difusão da cultura de forma ampla, compatíveis com a nova dimensão que a cultura vem assumindo, seja como fonte de emprego, instrumento de desenvolvimento espiritual ou de coesão social. Gerir políticas públicas, buscando assegurar o amplo acesso às mais diversificadas ações culturais, e o direito de expressão e fruição, atuando na promoção de eventos artísticos e no apoio aos artistas, oferecendo uma programação de qualidade, sem discriminações culturais ou de classe. Investimentos em infra-estrutura, recuperando bibliotecas, casas históricas, manutenção do Museu, e criação do memorial aos Expedicionários. Implementar ações de Turismo ecológico. Preparar a comunidade, os profissionais e os empresários para a atuação voltada ao turismo. Sinalizar a cidade. Viabilizar as visitas de operadores de turismo da região e do Brasil. Participação de Congressos, Seminários e Feiras. Criação, implanta		
Diretrizes:	Exploração de recursos naturais. Garantia de um recurso próprio para o turismo. Apoio ao turismo ecológico. Construção de portais nos limites do município. Elaboração de calendários de eventos. Colocar placas sinalizando o nome das vias e indicando para saída do município. Malha rodoviária bem conservada. Incentivo do turismo rural. Incentivar os profissionais e empreendedores a conhecer espaços voltados ao turismo com o fim de estabelecer trocas de conhecimento e agregar valores ao seu negócio, etc. Incentivo a famílias que desejam aderir ao turismo rural. Ajudar o comércio do trecho da serra (criação do mirante perto da gruta). Jardinagem da SC 429, com início no centro da cidade até a localidade de Barra do Rio Antinha. Sinalização turística, com outdoors de divulgação no centro da cidade e ou entrada do município. Ampliação e incentivo do projeto na acolhida da colônia e novos projetos voltados a fomentar o turismo rural. M		
Objetivo:	Dar um novo rumo a cidade com geração de novos empregos e aumento e diversificação de renda. Viabilizar o acesso da sociedade à cultura. Inserir o município no cenário de Turismo Ecológico, através de cadastramento de locais de potencial e divulgação em nível regional e estadual. Tomar a circulação pela cidade, mais fácil, através de uma sinalização vertical e horizontal através de símbolos universais. Divulgar as potencialidades turísticas do município. Conhecer novas técnicas e tendências do turismo e divulgar o município.		
Ação:	1017 - IMPLANTACAO DE SALA DE CINEMA	Valor:	230.000,00
	Produto	Sub Produto	Unidade Medida
	Elemento	Vinculo	Meta Prevista
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	30.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1340100 - Transf Convênios-União/Outros não Rel	100.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf Convênio -Estado/Outros	100.000,00
	Total		230.000,00
Ação:	2013 - Apoio e Exploração da Cultura	Valor:	78.500,00
	Produto	Sub Produto	Unidade Medida
	Elemento	Vinculo	Meta Prevista
	31900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	55.000,00
	33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	20.000,00
	44900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	3.500,00
	Total		78.500,00
Ação:	2033 - Realização da Festa do Colono	Valor:	40.000,00
	Produto	Sub Produto	Unidade Medida
	Elemento	Vinculo	Meta Prevista
	33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	10.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

FUNDO DE CULTURA DE PRESIDENTE NEREU
Lei das Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas da Administração
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 36 de 36
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:23:43 Horas

Programa:	1503 - GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA		
Diagnóstico:	Dar atenção maior ao registro que forma a memória do Município e compõem a história de Presidente Nereu, Promover o resgate e a conservação da memória e do patrimônio histórico, artístico e cultural equilibrando perspectiva turística e o enriquecimento cultural da população. Estimular a produção e a difusão da cultura de forma ampla, compatíveis com a nova dimensão que a cultura vem assumindo, seja como fonte de emprego, instrumento de desenvolvimento espiritual ou de coesão social. Cerr políticas públicas, buscando assegurar o amplo acesso às mais diversificadas ações culturais, e o direito de expressão e fruição, atuando na promoção de eventos artísticos e no apoio aos artistas, oferecendo uma programação de qualidade, sem discriminações culturais ou de classe. Investimentos em infra-estrutura, recuperando bibliotecas, casas históricas, manutenção do Museu, e criação do memorial aos Expedicionários. Implementar ações de Turismo ecológico. Preparar a comunidade, os profissionais e os empresários para a atuação voltada ao turismo. Sinalizar a cidade. Viabilizar as visitas de operadores de turismo da região e do Brasil. Participação de Congressos, Seminários e Feiras. Criação, implanta		
Diretrizes:	Exploração de recursos naturais. Garantia de um recurso próprio para o turismo. Apoio ao turismo ecológico. Construção de portais nos limites do município. Elaboração de calendários de eventos. Colocar placas sinalizando o nome das vias e indicando para saída do município. Malha rodoviária bem conservada. Incentivo do turismo rural. Incentivar os profissionais e empreendedores a conhecer espaços voltados ao turismo com o fim de estabelecer trocas de conhecimento e agregar valores ao seu negócio, etc. Incentivo a famílias que desejam aderir ao turismo rural. Ajudar o comércio do trecho da serra (criação do mirante perto da gruta). Jardinagem da SC 429, com início no centro da cidade até a localidade de Barra do Rio Antinha. Sinalização turística, com outdoors de divulgação no centro da cidade e ou entrada do município. Ampliação e incentivo do projeto na acolhida da colônia e novos projetos voltados a fomentar o turismo rural. M		
Objetivo:	Dar um novo rumo a cidade com geração de novos empregos e aumento e diversificação de renda. Viabilizar o acesso da sociedade à cultura. Inserir o município no cenário de Turismo Ecológico, através de cadastramento de locais de potencial e divulgação em nível regional e estadual. Tomar a circulação pela cidade, mais fácil, através de uma sinalização vertical e horizontal através de símbolos universais. Divulgar as potencialidades turísticas do município. Conhecer novas técnicas e tendências do turismo e divulgar o município.		
Ação:	2033 - Realização da Festa do Colono	Valor:	40.000,00
	33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1640100 - Transf. Convênio - Estado/Outros	30.000,00
	Total		40.000,00
Ação:	2036 - Manutenção das Atividades do Coral Municipal	Valor:	20.000,00
	Produto	Sub Produto	Unidade Medida
	Elemento	Vínculo	Meta Prevista
	33900000000000 - APLICACOES DIRETAS	1000000 - Recursos Ordinários	Valor
	Total		20.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 1 de 8
Impresso em: 13/out/ 2015
Às 15:25:50 Horas

ORIGEM		DESTINAÇÃO				
ESPECIFICAÇÃO	CODIGO DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PROJ./ATIV	AÇÃO	VALOR
IMPOSTO S. PROPRIEDADE PREDIAL E TERRIT.	1000000	Recursos Ordinários	33.048,00	1	Pagamento de Inativos e Pensionistas	100.000,00
IRRF S. OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	1000000	Recursos Ordinários	55.080,00	2	Amortização da Dívida e Encargos	170.000,00
IMPOSTO S. TRANS. BENS IMOVEIS	1000000	Recursos Ordinários	18.900,00	3	PASEP	95.000,00
IMPOSTO S. SERVICOS DE QUALQUER NAT.	1000000	Recursos Ordinários	38.556,00	6	Pagamento de Precatórios	25.000,00
TX.LIC.FUNC. ESTAB.COM.IND.PREST.SERVICOS	1000000	Recursos Ordinários	11.000,00	1002	Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra Estru	11.000,00
OUTRAS TAXAS PELO EXERC. DE PODER POLICI	1000000	Recursos Ordinários	5.000,00	1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de	1.000,00
TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	1000000	Recursos Ordinários	7.000,00	1011	Aquisição de terreno e construção de Centro de ref	2.000,00
OUTRAS TAXAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	1000000	Recursos Ordinários	36.830,00	1012	Construção e/ou ampliação de galpões industriais	10.000,00
REMUN. DEP. RECUR. NAO VINCULADO-OUTROS	1000000	Recursos Ordinários	20.000,00	1013	Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos - D	5.000,00
OUTROS RECEITAS DE SERVICOS	1000000	Recursos Ordinários	25.000,00	1015	Aquisição de Equipamentos, Tratores, Máquinas e Ve	5.000,00
COTA-PARTE DO FPM	1000000	Recursos Ordinários	3.580.200,00	1017	IMPLANTACAO DE SALA DE CINEMA	30.000,00
COTA-PARTE DO ITR	1000000	Recursos Ordinários	2.700,00	2001	Manutenção Geral da Câmara de Vereadores	550.000,00
TRANSF. FINANC. L.C.N. 87/96	1000000	Recursos Ordinários	5.400,00	2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	345.000,00
COTA-PARTE DO ICMS	1000000	Recursos Ordinários	1.542.240,00	2003	Manutenção das Atividades Administrativas	1.197.500,00
COTA-PARTE DO IPVA	1000000	Recursos Ordinários	110.160,00	2004	Manutenção dos Serviços de Comunicação	30.000,00
COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	1000000	Recursos Ordinários	24.786,00	2005	MANUTENÇÃO ESCOLA DE ESPORTES	20.000,00
MULTAS JUROS DE MORA S. O IPTU	1000000	Recursos Ordinários	270,00	2006	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Socia	355.000,00
MULTAS JUROS DE MORA S. O ISS	1000000	Recursos Ordinários	270,00	2007	Proteção Social Básica	15.000,00
MULTAS E JUROS MORA DE OUTROS TRIBUTOS	1000000	Recursos Ordinários	500,00	2011	Manutenção do Programa de Educação Especial	19.000,00
MULTAS E JUROS DE MORA DIV. ATIV. S. IPTU	1000000	Recursos Ordinários	540,00	2012	Apoio ao Desporto Amador	150.000,00
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA D	1000000	Recursos Ordinários	1.000,00	2013	Apoio e Exploração da Cultura	78.500,00
Outras Restituições	1000000	Recursos Ordinários	500,00	2014	Apoio ao Desenvolvimento do Turismo	8.000,00
REC. DIV. ATIV. DO IPTU	1000000	Recursos Ordinários	810,00	2015	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	636.000,00
REC. DIV. ATIV. DO ISS	1000000	Recursos Ordinários	540,00	2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage	1.158.330,00
REC. DIV. ATIV. OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	1000000	Recursos Ordinários	5.000,00	2017	Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Fundam	65.000,00
OUTRAS RECEITAS	1000000	Recursos Ordinários	26.000,00	2023	Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento	71.000,00
				2024	Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adoles	21.000,00
				2025	Saneamento	6.000,00
				2026	Proteção Social Especial	2.000,00
				2027	Manutenção e Execução de Ações de Medidas Socio Ed	10.000,00
				2028	Habitação de Interesse Social	2.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 2 de 8
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:25:50 Horas

ORIGEM		DESTINAÇÃO				
ESPECIFICAÇÃO	CODIGO DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PROJ./ATIV.	AÇÃO	VALOR
				2029	Manutenção da Casa Mortuária e Cemitério Municipal	10.000,00
				2030	Manutenção do Conselho Tutelar Municipal	83.000,00
				2031	Manutenção dos Serviços Urbanos	70.000,00
				2032	Manutenção do Órgão de Defesa Civil Municipal	3.000,00
				2033	Realização da Festa do Colono	10.000,00
				2034	Manutenção da merenda escolar - Infantil	35.000,00
				2035	Manutenção das Atividades da Melhor Idade	52.000,00
				2036	Manutenção das Atividades do Coral Municipal	20.000,00
				2037	Manutenção da Secretaria de Finanças	60.000,00
				9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00
TOTAL			5.551.330,00			5.551.330,00
IMPOSTO S PROPRIEDADE PREDIAL E TERRIT.	1010000	Receitas de Impostos - E	17.748,00	1001	Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física da	7.000,00
IRRF S OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	1010000	Receitas de Impostos - E	29.580,00	2010	Manutenção do Ensino Fundamental	333.070,00
IMPOSTO S TRANSM BENS IMOVEIS	1010000	Receitas de Impostos - E	10.150,00	2019	Transporte Escolar	475.000,00
IMPOSTO S/ SERVICOS DE QUALQUER NAT.	1010000	Receitas de Impostos - E	20.706,00	2020	Manutenção do Ensino Pré-Escolar	142.000,00
COTA-PARTE DO FPM	1010000	Receitas de Impostos - E	1.922.700,00			
COTA-PARTE DO ITR	1010000	Receitas de Impostos - E	1.450,00			
TRANSF. FINANC. L.C.N 87/96	1010000	Receitas de Impostos - E	2.900,00			
COTA-PARTE DO ICMS	1010000	Receitas de Impostos - E	828.240,00			
COTA-PARTE DO IPVA	1010000	Receitas de Impostos - E	59.160,00			
COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	1010000	Receitas de Impostos - E	13.311,00			
MULTAS JUROS DE MORA S O IPTU	1010000	Receitas de Impostos - E	145,00			
MULTAS JUROS DE MORA S O ISS	1010000	Receitas de Impostos - E	145,00			
MULTAS JUROS DE MORA DIV. ATIV. S IPTU	1010000	Receitas de Impostos - E	290,00			
REC. DIV. ATIV. DO IPTU	1010000	Receitas de Impostos - E	435,00			
REC. DIV. ATIV. DO ISS	1010000	Receitas de Impostos - E	290,00			
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO FPM	1010000	Receitas de Impostos - E	(1.326.000,00)			
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE ITR	1010000	Receitas de Impostos - E	(1.000,00)			
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA LC 87/96	1010000	Receitas de Impostos - E	(2.000,00)			
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA ICMS	1010000	Receitas de Impostos - E	(571.200,00)			

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 3 de 8
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:25:50 Horas

ORIGEM		DESTINAÇÃO				
ESPECIFICAÇÃO	CODIGO DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PROJ./ATIV.	AÇÃO	VALOR
(R) DEDUÇÃO RECEITA COTA PARTE DO IPVA	1010000	Receitas de Impostos - E	(40.800,00)			
(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE IPI EXPORTAÇÃO	1010000	Receitas de Impostos - E	(9.180,00)			
TOTAL			957.070,00			957.070,00
IMPOSTO S. PROPRIEDADE PREDIAL E TERRIT.	1020000	Receitas de Impostos - S	10.404,00	1014	Aquisição de Veículos e Equipamentos - Saúde	10.000,00
IRRF S. OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	1020000	Receitas de Impostos - S	17.340,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	1.694.250,00
IMPOSTO S. TRANS. BENS IMOVEIS	1020000	Receitas de Impostos - S	5.950,00			
IMPOSTO S. SERVICOS DE QUALQUER NAT.	1020000	Receitas de Impostos - S	12.138,00			
COTA-PARTE DO FPM	1020000	Receitas de Impostos - S	1.127.100,00			
COTA-PARTE DO ITR	1020000	Receitas de Impostos - S	850,00			
TRANSF. FINANC. L.C.N. 87/96	1020000	Receitas de Impostos - S	1.700,00			
COTA-PARTE DO ICMS	1020000	Receitas de Impostos - S	485.520,00			
COTA-PARTE DO IPVA	1020000	Receitas de Impostos - S	34.680,00			
COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	1020000	Receitas de Impostos - S	7.803,00			
MULTAS JUROS DE MORA S. O IPTU	1020000	Receitas de Impostos - S	85,00			
MULTAS JUROS DE MORA S. O ISS	1020000	Receitas de Impostos - S	85,00			
MULTAS JUROS DE MORA DIV. ATIV. S. IPTU	1020000	Receitas de Impostos - S	170,00			
REC. DIV. ATIV. DO IPTU	1020000	Receitas de Impostos - S	255,00			
REC. DIV. ATIV. DO ISS	1020000	Receitas de Impostos - S	170,00			
TOTAL			1.704.250,00			1.704.250,00
COTA-PARTE DA CONTRIB. INTERV. DOM.ECON.	1070000	Contrib. Interv. Dominio Ec	10.000,00	2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage	10.000,00
TOTAL			10.000,00			10.000,00
CONTRIB. P/ CUSTEIO SERV. ILUM. PUBL.	1080000	Contrib. Custeio Serv. Ilum	60.000,00	2021	Manutenção da Iluminação Pública	62.500,00
REC.REM.DEP.BANC.REC.VINC.COSIP	1080000	Contrib. Custeio Serv. Ilum	2.500,00			
TOTAL			62.500,00			62.500,00
TRANSFERENCIA SSP - MILITAR E CIVIL PREF.	1100000	Convênio de Trânsito - Mil	1.625,00	2003	Manutenção das Atividades Administrativas	1.625,00
TOTAL			1.625,00			1.625,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 4 de 8
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:25:50 Horas

ORIGEM		DESTINAÇÃO				
ESPECIFICAÇÃO	CODIGO DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PROJ./ATIV.	AÇÃO	VALOR
TRANSFERENCIA SSP - MILITAR E CIVIL PREF	1110000	Convênio de Trânsito - Civ	1.625,00	2003	Manutenção das Atividades Administrativas	1.625,00
TOTAL			1.625,00			1.625,00
TRANSFERENCIA SSP - MILITAR E CIVIL PREF	1120000	Convênio de Trânsito Pref	1.750,00	2003	Manutenção das Atividades Administrativas	1.750,00
TOTAL			1.750,00			1.750,00
REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-FUNDEB	1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(5.000,00	2010	Manutenção do Ensino Fundamental	650.000,00
TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB	1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(695.000,00	2020	Manutenção do Ensino Pré-Escolar	50.000,00
TOTAL			700.000,00			700.000,00
TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB	1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(295.000,00	2010	Manutenção do Ensino Fundamental	135.000,00
				2019	Transporte Escolar	30.000,00
				2020	Manutenção do Ensino Pré-Escolar	130.000,00
TOTAL			295.000,00			295.000,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIA	1310000	Transf.Convênios-União/As	60.000,00	1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de	100.000,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIA	1310000	Transf.Convênios-União/As	100.000,00	1011	Aquisição de terreno e construção de Centro de ref	60.000,00
TOTAL			160.000,00			160.000,00
TRANS.CONVENIOS UNIAO DEST.PROG.EDUCAC	1320100	Transf.Convênios-União/	100.000,00	1001	Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física da	100.000,00
TOTAL			100.000,00			100.000,00
TRANSFERENCIAS DE CONV. DA UNIAO SUS	1330100	Transf.Convênios-União/	150.000,00	1014	Aquisição de Veículos e Equipamentos - Saúde	150.000,00
TOTAL			150.000,00			150.000,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIA	1340100	Transf.Convênios-União/O	150.000,00	1002	Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra Estru	100.000,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIA	1340100	Transf.Convênios-União/O	360.000,00	1012	Construção e/ou ampliação de galpões industriais	10.000,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIA	1340100	Transf.Convênios-União/O	6.000,00	1013	Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos - D	150.000,00
				1015	Aquisição de Equipamentos, Tratores, Máquinas e Ve	150.000,00
				1017	IMPLANTACAO DE SALA DE CINEMA	100.000,00
				2025	Saneamento	6.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 5 de 8
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:25:50 Horas

ORIGEM		DESTINAÇÃO				
ESPECIFICAÇÃO	CODIGO DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PROJ./ATIV.	AÇÃO	VALOR
TOTAL			516.000,00			516.000,00
TRANSFERENCIA PISO BASICO FIXO	1350100	Transf SUAS/União - Piso	72.000,00	2023	Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento	72.000,00
TOTAL			72.000,00			72.000,00
TRANSF. SERV.CONV.FORTELECIMENTO VINCU	1350200	Transf SUAS/União - Serv	96.000,00	2023	Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento	96.000,00
TOTAL			96.000,00			96.000,00
TRANSFERENCIA UNIAO - IGDBF	1350300	Transf SUAS- Progr Bols	8.250,00	2023	Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento	8.250,00
TOTAL			8.250,00			8.250,00
TRANSFERENCIAS IGD SUAS	1350400	Transf SUAS/União - IGD	6.000,00	2023	Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento	6.000,00
TOTAL			6.000,00			6.000,00
REC.REM.DEP.BANC.MDE - SALARIO EDUCAÇÃO	1360000	TSalário Educação	1.000,00	2018	Manutenção do Salário Educação	96.000,00
TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	1360000	TSalário Educação	95.000,00			
TOTAL			96.000,00			96.000,00
TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF. PDD	1370100	Progr. Dinheiro Direto na	5.000,00	2010	Manutenção do Ensino Fundamental	5.000,00
TOTAL			5.000,00			5.000,00
TRANSF DIRETAS DO FNDE REF.PNAE FUNDAM	1370200	Progr Nac Aliment Escol	10.000,00	2017	Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Fundam	10.000,00
TOTAL			10.000,00			10.000,00
TRANSF DIRETAS DO FNDE REF.PNAE PRE	1370300	Progr Nac Aliment Escola	4.100,00	2034	Manutenção da merenda escolar - Infantil	4.100,00
TOTAL			4.100,00			4.100,00
TRANSF DIRETAS DO FNDE REF.PNAE CRECHE	1370400	Progr Nac Aliment Escola	12.500,00	2034	Manutenção da merenda escolar - Infantil	12.500,00
TOTAL			12.500,00			12.500,00
TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNA	1370500	Progr Nac Apoio Transp	25.000,00	2019	Transporte Escolar	25.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 6 de 8
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:25:50 Horas

ORIGEM		DESTINAÇÃO				
ESPECIFICAÇÃO	CODIGO DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PROJ./ATIV.	AÇÃO	VALOR
TOTAL			25.000,00			25.000,00
REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-SAUDE	1380100	Piso de Atenção Básica Fi	1.000,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	65.000,00
TRANSFERENCIA PAB FIXO	1380100	Piso de Atenção Básica Fi	64.000,00			
TOTAL			65.000,00			65.000,00
REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-SAUDE	1380200	Estratégia Saúde da Famíl	500,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	48.500,00
TRANSFERENCIA PSF	1380200	Estratégia Saúde da Famíl	48.000,00			
TOTAL			48.500,00			48.500,00
TRANSFERENCIA PSF ODONTOLOGICO	1380300	Progr Saúde Bucal	27.000,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	27.000,00
TOTAL			27.000,00			27.000,00
REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-SAUDE	1380400	Progr Agentes Comunit d	500,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	73.500,00
TRANSFERENCIA PACS	1380400	Progr Agentes Comunit d	73.000,00			
TOTAL			73.500,00			73.500,00
TRANSFERENCIA SUS NASF FEDERAL	1380500	Núcleo Apoio Saúde da F	96.000,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	96.000,00
TOTAL			96.000,00			96.000,00
REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-SAUDE	1380600	Progr Melh Acesso Qual	5.000,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	165.000,00
TRANSFERENCIA PMAQ	1380600	Progr Melh Acesso Qual	160.000,00			
TOTAL			165.000,00			165.000,00
TRANSFERENCIA SUS MAC FEDERAL	1380700	Atenção Media Alta Comp	25.000,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	25.000,00
TOTAL			25.000,00			25.000,00
TRANSFERENCIA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	1380800	Vigil Epidemiológ e Ambie	1.500,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	1.500,00
TOTAL			1.500,00			1.500,00
REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-SAUDE	1380900	Vigilancia Sanitaria	1.000,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	14.500,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 7 de 8
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:25:50 Horas

ORIGEM		DESTINAÇÃO				
ESPECIFICAÇÃO	CODIGO DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PROJ./ATIV.	AÇÃO	VALOR
TRANSFERENCIA VIGILANCIA SANITARIA - FMS	1380900	Vigilancia Sanitaria	13.500,00			
TOTAL			14.500,00			14.500,00
TRANSFERENCIA FARMACIA BASICA - FMS	1381000	Farmácia Básica - Federa	24.000,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	24.000,00
TOTAL			24.000,00			24.000,00
COTA-PARTE DO FUNDO ESP. DO PETROLEO FE	1390100	Fundo Especial do Petról	70.000,00	2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage	70.000,00
TOTAL			70.000,00			70.000,00
CONVENIO CONSTRUCAO CRECHE - ESTADO	1610000	Transf.Convênio -Estado/A	100.000,00	1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de	100.000,00
DEMAIS CONVENIO COM OS ESTADOS	1610000	Transf.Convênio -Estado/A	48.000,00	1011	Aquisição de terreno e construção de Centro de ref	48.000,00
TOTAL			148.000,00			148.000,00
TRANS.CONVENIO ESTADO DEST.PROG.EDUCA	1620100	Transf.Convênio -Estado	100.000,00	1001	Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Fisica da	100.000,00
TOTAL			100.000,00			100.000,00
TRANSFERENCIA TRANSPORTE ESCOLAR	1620200	Transf Conv Estado Educ	90.000,00	2019	Transporte Escolar	225.000,00
TRANS.CONVENIO ESTADO DEST.PROG.EDUCA	1620200	Transf Conv Estado Educ	135.000,00			
TOTAL			225.000,00			225.000,00
TRANSFERENCIAS DE CONV. DO EST.SUS	1630100	Transf.Convênio -Estado	150.000,00	1014	Aquisição de Veiculos e Equipamentos - Saúde	150.000,00
TOTAL			150.000,00			150.000,00
TRANS.CONV. EST. DEST.PROG.SANEAMENTO	1640100	Transf.Convênio -Estado/	4.000,00	1002	Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra Estru	100.000,00
TRANS.CONV. EST. DEST.PROG.INFRA E TRAN	1640100	Transf.Convênio -Estado/	100.000,00	1012	Construção e/ou ampliação de galpões industriais	10.000,00
TRANS.CONV. EST. DEST.PROG.INFRA E TRAN	1640100	Transf.Convênio -Estado/	460.000,00	1013	Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veiculos - D	150.000,00
CONVENIO ESTADO - CULTURA	1640100	Transf.Convênio -Estado/	30.000,00	1015	Aquisição de Equipamentos, Tratores, Máquinas e Ve	100.000,00
				1017	IMPLANTACAO DE SALA DE CINEMA	100.000,00
				2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage	100.000,00
				2025	Saneamento	4.000,00
				2033	Realização da Festa do Colono	30.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos
Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

Página 8 de 8
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:25:50 Horas

ORIGEM		DESTINAÇÃO				
ESPECIFICAÇÃO	CODIGO DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PROJ./ATIV.	AÇÃO	VALOR
TOTAL			594.000,00			594.000,00
TRANF COFINANCIAMENTO DA ATENÇÃO BÁSIC	1670100	Transf SUS/Estado - Cofi	30.000,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	30.000,00
TOTAL			30.000,00			30.000,00
TRANSFERENCIAS - NASF	1670200	Núcleo Apoio Saúde da Fa	24.000,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	24.000,00
TOTAL			24.000,00			24.000,00
TRANSFERENCIAS BP - MAC	1670300	Atenção Media Alta Compl	30.000,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	30.000,00
TOTAL			30.000,00			30.000,00
TRANSF FARMACIA BASICA ESTADO	1670400	Farmácia Básica - Estadua	13.000,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	13.000,00
TOTAL			13.000,00			13.000,00
ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS	1880000	Alienação Bens Dest. Pr	30.000,00	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	30.000,00
TOTAL			30.000,00			30.000,00
ALIENACAO DE VEICULOS	1890000	Alienação Bens Dest.Outr	50.000,00	1013	Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos - D	50.000,00
TOTAL			50.000,00			50.000,00
Total Geral			12.550.000,00			12.550.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa
Ano LDO: 2016
Consolidado

Página 1 de 10
Impresso em: 13/out/2015
As 15:26:40 Horas

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2012	2013	2014	2015	2016
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	9.867.103,20	10.347.256,40	11.295.100,00	12.123.000,00	12.367.180,00
1.1.1.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	256.427,02	227.053,04	285.600,00	293.150,00	329.430,00
1.1.1.1.00.00.00.00	IMPOSTOS	224.990,87	189.941,85	250.600,00	239.000,00	269.600,00
1.1.1.1.20.00.00.00	IMPOSTO SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	136.940,97	129.685,78	152.600,00	169.000,00	198.200,00
1.1.1.1.20.20.00.00	IMP. S/ PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA	42.484,44	47.254,82	47.600,00	60.000,00	61.200,00
1.1.1.1.20.20.10.00	IMPOSTO S' PROPRIEDADE PREDIAL E TERRIT.	42.484,44	47.254,82	47.600,00	60.000,00	61.200,00
1.1.1.1.20.40.00.00	IMP. S/ A RENDA E PROV. QUALQUER NATUREZA	75.967,29	74.936,62	85.000,00	100.000,00	102.000,00
1.1.1.1.20.43.10.00	I.R.R.F. RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	75.967,29	74.936,62	85.000,00	100.000,00	102.000,00
1.1.1.1.20.43.10.10	IRRF S OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	75.967,29	74.936,62	85.000,00	100.000,00	102.000,00
1.1.1.1.20.80.00.00	IMP. S/TRANS.INTER VIVOS DE BENS IMOVEIS	18.489,24	7.494,34	20.000,00	9.000,00	35.000,00
1.1.1.1.20.80.10.00	IMPOSTO S TRANS BENS IMOVEIS	18.489,24	7.494,34	20.000,00	9.000,00	35.000,00
1.1.1.1.30.00.00.00	IMPOSTOS S/ A PRODUCAO E A CIRCULACAO	88.049,90	60.256,07	98.000,00	70.000,00	71.400,00
1.1.1.1.30.50.00.00	IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	88.049,90	60.256,07	98.000,00	70.000,00	71.400,00
1.1.1.1.30.50.10.00	IMPOSTO S/ SERVICOS DE QUALQUER NAT.	88.049,90	60.256,07	98.000,00	70.000,00	71.400,00
1.1.1.2.00.00.00.00	TAXAS	31.436,15	37.111,19	35.000,00	54.150,00	59.830,00
1.1.1.2.10.00.00.00	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	10.841,39	12.686,96	12.000,00	16.000,00	16.000,00
1.1.1.2.12.50.00.00	TX.LIC.FUNC.ESTAB.COM.IND.PREST.SERVICOS	7.929,30	9.403,88	9.000,00	11.000,00	11.000,00
1.1.1.2.12.60.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	85,90	90,44	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.19.90.00.00	OUTRAS TAXAS PELO EXERC. DE PODER POLICI	2.826,19	3.192,64	3.000,00	5.000,00	5.000,00
1.1.1.2.20.00.00.00	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	20.594,76	24.424,23	23.000,00	38.150,00	43.830,00
1.1.1.2.29.00.00.00	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	5.663,79	6.144,74	6.500,00	7.000,00	7.000,00
1.1.1.2.29.90.00.00	OUTRAS TAXAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	14.930,97	18.279,49	16.500,00	31.150,00	36.830,00
1.1.2.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	49.768,23	49.112,50	55.000,00	60.000,00	60.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00	CONTRIB. DE INTERV. NO DOMINIO ECONOMICO	45.365,22	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.03.00.00.00	CONTRIB. P/ O FOMENTO DA RADIODIFUSAO PU	45.365,22	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.3.00.00.00.00	CONTRIB. P/ CUSTEIO SERV. ILUM. PUBL	4.403,01	49.112,50	55.000,00	60.000,00	60.000,00
1.1.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	40.352,64	27.631,46	36.500,00	36.500,00	36.500,00
1.1.3.2.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	40.352,64	27.631,46	36.500,00	36.500,00	36.500,00
1.1.3.2.50.00.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	40.352,64	27.631,46	36.500,00	36.500,00	36.500,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa
Ano LDO: 2016
Consolidado

Página 2 de 10
Impresso em: 13/out/2015
As 15:26:40 Horas

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2012	2013	2014	2015	2016
1.1.3.2.50.10.00.00.00	REMUN.DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	28.615,96	11.815,95	21.500,00	16.500,00	16.500,00
1.1.3.2.50.10.20.00.00	REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-FUNDEB	1.848,82	1.702,44	2.000,00	5.000,00	5.000,00
1.1.3.2.50.10.30.00.00	REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-SAUDE	621,74	0,00	5.000,00	8.000,00	8.000,00
1.1.3.2.50.10.50.00.00	REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-MDE	1.897,40	1.319,29	2.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.3.2.50.10.50.10.00	REC.REM.DEP.BANC.MDE - SALARIO EDUCACAO	1.021,94	833,98	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.3.2.50.10.50.20.00	REC.REM.DEP.BANC.MDE - PNAE	244,06	112,26	500,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.10.50.30.00	REC.REM.DEP.BANC.MDE - PNATE	621,62	199,85	500,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.10.50.40.00	REC.REM.DEP.BANC.MDE - PDDE	9,78	173,20	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.90.00.00	REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-OUTROS	24.248,00	8.794,22	12.500,00	2.500,00	2.500,00
1.1.3.2.50.19.90.10.00	REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.CONV. UNIAO	8.619,59	2.184,40	10.000,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.90.20.00	REC.REM. DEP.-CONV.TRANSF.ESCOLAR ESTADO	905,61	210,05	1.000,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.90.30.00	REC.REM.DEP.BANC.REC.VINC.COSIP	1.255,17	1.708,37	1.500,00	2.500,00	2.500,00
1.1.3.2.50.19.90.40.00	REC.REM.DEP.BANC.VINC. CIDE	158,26	18,12	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.90.50.00	REC.REM.DEP.BANC.VINC. POL.MILITAR	0,40	4,79	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.90.60.00	REC.REM.DEP.BANC.VINC. POL.CIVIL	2,28	14,08	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.90.70.00	REC.REM.DEP.BANC.VINC. CONV.SSP -MUN.	102,12	62,73	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.90.80.00	REC.REM.DEP.BANC.VINC. CONV.EDUC. ESTADO	12,35	170,31	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.90.90.00	REC.REM.DEP.BANC.VINC.DEMAIS CONV. UNIAO	4.405,21	701,03	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.91.00.00	REC.REM.DEP.BANC.VINC.DEMAIS CONV. ESTAD	841,33	77,28	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.91.30.00	REC.REM.DEP.BANC.ALIEN.BENS VINC. EDUCAC	0,00	597,42	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.91.40.00	REC.REM.DEP.BANC.ALIEN.BENS NAO VINCULAD	1.272,19	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.91.50.00	REC.REM.DEP.BANC.CONV. UNIAO P/ SUS	229,13	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.91.60.00	REC.REM.DEP.BANC.CONV. ESTADO P/ SUS	3.169,08	4,23	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.91.70.00	REC.REM.DEP.BANC.TRANSF. COFIN. AT.BASIC	3,78	135,07	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.91.80.00	REC.REM.DEP.BANC.TRANSF. NASF	310,26	167,89	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.91.90.00	REC.REM.DEP.BANC.TRANSF. FAR.BASC.ESTADO	82,47	45,41	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.92.00.00	REC.REM.DEP.BANC.PISO BAS.VAR. C.ESP.REG	50,82	76,02	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.92.10.00	REC.REM.DEP.BANC. PAB FIXO	11,52	175,20	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.92.20.00	REC.REM.DEP.BANC. TRANSF. PSF	285,01	227,92	0,00	0,00	0,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa
Ano LDO: 2016
Consolidado

Página 3 de 10
Impresso em: 13/out/2015
As 15:26:40 Horas

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2012	2013	2014	2015	2016
1.1.3.2.50.19.92.30.00	REC.REM.DEP.BANC. TRANSF. PSF ODONTOLOG.	2,95	140,62	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.92.40.00	REC.REM.DEP.BANC. TRANSFERENCIA PACS	17,72	229,62	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.92.50.00	REC.REM.DEP.BANC. TRANSF. PREVENTIVOS	0,00	51,66	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.92.60.00	REC.REM.DEP.BANC. TRANSF. VIG. SANITARIA	3,35	130,61	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.92.70.00	REC.REM.DEP.BANC. TRANSF. VIG. EPIDEMIOL	2.439,20	27,19	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.92.80.00	REC.REM.DEP.BANC. TRANSF. FARMACIA BASIC	68,20	16,46	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.92.90.00	REC.REM.DEP.BANC. TRANSF. PMAQ	0,00	971,34	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.93.10.00	REC.REM.DEP.BANC. TRANSF. PISO BASICO	0,00	168,31	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.93.30.00	REC.REM.DEP.BANC TRANSF. CONVENIO UNIAO	0,00	21,13	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.93.40.00	REC.REM.DEP.BANC TRANSF. CONVENIO ESTADO	0,00	12,72	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.93.50.00	REC.REM.DEP.BANC TRANSF. IGD	0,00	234,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.93.60.00	REC.REM.DEP.BANC TRANSF. PETI	0,00	35,85	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.19.93.70.00	REC.REM.DEP.BANC TRANSF. SUAS/PAIF	0,00	174,39	0,00	0,00	0,00
1.1.3.2.50.20.00.00.00	REMUN.DEPOSITO DE RECUR. NAO VINCULADOS	11.736,68	15.815,51	15.000,00	20.000,00	20.000,00
1.1.3.2.50.29.90.00.00	REMUN. DEP. RECUR. NAO VINCULADO-OUTROS	11.736,68	15.815,51	15.000,00	20.000,00	20.000,00
1.1.6.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	23.526,44	21.094,06	26.000,00	25.000,00	25.000,00
1.1.6.0.01.30.00.00.00	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.6.0.01.30.10.00.00	SERVICOS DE INSCRICAO CONCURSOS PUBLICOS	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.6.0.09.90.00.00.00	OUTROS RECEITAS DE SERVICOS	22.326,44	21.094,06	26.000,00	25.000,00	25.000,00
1.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.314.063,44	9.990.930,87	10.870.900,00	11.670.850,00	11.878.750,00
1.1.7.2.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.305.517,20	9.929.165,87	10.868.900,00	11.665.850,00	11.873.750,00
1.1.7.2.10.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	5.758.029,59	6.303.154,10	7.076.400,00	7.450.850,00	7.580.850,00
1.1.7.2.10.10.00.00.00	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	5.140.442,46	5.516.420,39	5.904.500,00	6.505.000,00	6.635.000,00
1.1.7.2.10.10.20.00.00	COTA-PARTE FUNDO PARTIC MUNICIPIOS-FPM	5.136.670,93	5.508.918,55	5.900.000,00	6.500.000,00	6.630.000,00
1.1.7.2.10.10.20.10.00	COTA-PARTE DO FPM	5.136.670,93	5.508.918,55	5.900.000,00	6.500.000,00	6.630.000,00
1.1.7.2.10.10.50.00.00	COTA-PARTE DO IMP S/ PROP TERRIT RURAL	3.771,53	7.501,84	4.500,00	5.000,00	5.000,00
1.1.7.2.10.10.50.10.00	COTA-PARTE DO ITR	3.771,53	7.501,84	4.500,00	5.000,00	5.000,00
1.1.7.2.12.20.00.00.00	TRANSFER. DA COMP. FINANC. EXPL.REC. NAT.	0,00	78.299,70	520.000,00	90.000,00	70.000,00
1.1.7.2.12.27.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESP. DO PETROLEO FEP	0,00	78.299,70	70.000,00	90.000,00	70.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa
Ano LDO: 2016
Consolidado

Página 4 de 10
Impresso em: 13/out/2015
As 15:26:40 Horas

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2012	2013	2014	2015	2016
1.1.7.2.12.29.00.00.00	OUTRAS TRANSF. DECOR. COMP.FINAC. EXP.RE	0,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00
1.1.7.2.13.30.00.00.00	TRANSF. RECURSOS SISTEMA UNICO DE SAUDE	341.961,58	325.302,46	379.000,00	512.000,00	532.000,00
1.1.7.2.13.30.00.10.00	TRANSFERENCIA VIGILANCIA SANITARIA - FMS	7.767,30	18.056,38	25.000,00	13.500,00	13.500,00
1.1.7.2.13.30.00.20.00	TRANSFERENCIA PSF ODONTOLOGICO	26.370,00	26.760,00	28.000,00	27.000,00	27.000,00
1.1.7.2.13.30.00.40.00	TRANSFERENCIA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	90,65	1.435,41	9.000,00	1.500,00	1.500,00
1.1.7.2.13.30.00.50.00	TRANSFERENCIA PSF	84.270,00	53.995,00	90.000,00	48.000,00	48.000,00
1.1.7.2.13.30.00.60.00	TRANSFERENCIA PACS	67.212,00	73.626,00	78.000,00	73.000,00	73.000,00
1.1.7.2.13.30.00.90.00	TRANSFERENCIA FARMACIA BASICA - FMS	11.852,40	10.864,70	12.000,00	24.000,00	24.000,00
1.1.7.2.13.30.01.00.00	TRANSFERENCIA PREVENTIVOS - FMS	5.308,89	2.798,91	0,00	0,00	0,00
1.1.7.2.13.30.01.30.00	TRANSFERENCIA PAB FIXO	116.629,26	94.037,56	57.000,00	64.000,00	64.000,00
1.1.7.2.13.30.01.40.00	TRANSFERENCIA PMAQ	0,00	40.758,30	80.000,00	160.000,00	160.000,00
1.1.7.2.13.30.01.50.00	TRANSFERENCIA SUS NASF FEDERAL	0,00	0,00	0,00	96.000,00	96.000,00
1.1.7.2.13.30.01.60.00	TRANSFERENCIA SUS MAC FEDERAL	0,00	0,00	0,00	5.000,00	25.000,00
1.1.7.2.13.30.09.90.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DO SUS	22.461,08	2.970,20	0,00	0,00	0,00
1.1.7.2.13.30.09.90.10	PISO ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL - C.ESP.REG	22.461,08	2.970,20	0,00	0,00	0,00
1.1.7.2.13.40.00.00.00	TRANSF.REC.F.N.ASSIST.SOCIAL-FNAS	106.055,99	109.700,00	102.000,00	182.250,00	182.250,00
1.1.7.2.13.40.00.10.00	TRANSFERENCIA PISO BASICO FIXO	12.000,00	10.000,00	12.000,00	72.000,00	72.000,00
1.1.7.2.13.40.00.20.00	TRANSF. SERV.CONV.FORTEALECIMENTO VINCULO	0,00	0,00	0,00	96.000,00	96.000,00
1.1.7.2.13.40.00.30.00	TRANSFERENCIAS IGD SUAS	58.500,00	73.200,00	60.000,00	6.000,00	6.000,00
1.1.7.2.13.40.00.40.00	TRANSFERENCIA UNIAO - IGDBF	17.555,99	11.500,00	10.000,00	8.250,00	8.250,00
1.1.7.2.13.40.00.50.00	TRANSFERENCIA RECURSOS PETI	18.000,00	15.000,00	20.000,00	0,00	0,00
1.1.7.2.13.50.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE	147.885,83	148.449,02	157.900,00	151.600,00	151.600,00
1.1.7.2.13.50.10.00.00	TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	75.579,97	76.340,23	82.000,00	95.000,00	95.000,00
1.1.7.2.13.50.20.00.00	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF. PDDE	4.940,90	8.020,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
1.1.7.2.13.50.30.00.00	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF. PNAE	24.432,00	27.840,00	28.900,00	26.600,00	26.600,00
1.1.7.2.13.50.30.10.00	TRANSF DIRETAS DO FNDE REF. PNAE PRE	7.300,00	13.150,00	4.500,00	4.100,00	4.100,00
1.1.7.2.13.50.30.20.00	TRANSF DIRETAS DO FNDE REF. PNAE EJA	3.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.7.2.13.50.30.30.00	TRANSF DIRETAS DO FNDE REF. PNAE CRECHE	7.844,00	9.920,00	13.000,00	12.500,00	12.500,00
1.1.7.2.13.50.30.40.00	TRANSF DIRETAS DO FNDE REF. PNAE FUNDAMEN	6.038,00	4.770,00	11.400,00	10.000,00	10.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa
Ano LDO: 2016
Consolidado

Página 5 de 10
Impresso em: 13/out/2015
As 15:26:40 Horas

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2012	2013	2014	2015	2016
1.1.7.2.13.50.40.00.00	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNATE	42.932,96	36.248,79	42.000,00	25.000,00	25.000,00
1.1.7.2.13.60.00.00.00	TRANSF.FINANC.ICMS-DESONERACAO LC 87/96	11.765,56	11.511,83	13.000,00	10.000,00	10.000,00
1.1.7.2.13.60.00.10.00	TRANSF.FINANC.ICMS-DESONERACAO-L.C	11.765,56	11.511,83	13.000,00	10.000,00	10.000,00
1.1.7.2.13.60.00.10.10	TRANSF.FINANC.L.C.N. 87/96	11.765,56	11.511,83	13.000,00	10.000,00	10.000,00
1.1.7.2.19.90.00.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	9.918,17	113.470,70	0,00	0,00	0,00
1.1.7.2.19.90.09.90.00	DEMAIS TRANSF. DA UNIAO	9.918,17	113.470,70	0,00	0,00	0,00
1.1.7.2.19.90.09.90.20	COTA PARTE COMP. EXPORTAÇÕES	9.918,17	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.7.2.19.90.09.99.90	DEMAIS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	0,00	113.470,70	0,00	0,00	0,00
1.1.7.2.20.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	2.830.716,07	2.822.551,43	2.992.500,00	3.265.000,00	3.302.900,00
1.1.7.2.20.10.00.00.00	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	2.470.077,75	2.649.903,70	2.787.500,00	3.055.000,00	3.115.900,00
1.1.7.2.20.10.10.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	2.301.137,23	2.479.362,98	2.600.000,00	2.800.000,00	2.856.000,00
1.1.7.2.20.10.10.10.00	COTA-PARTE DO ICMS	2.301.137,23	2.479.362,98	2.600.000,00	2.800.000,00	2.856.000,00
1.1.7.2.20.10.20.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	121.019,14	132.315,37	135.000,00	200.000,00	204.000,00
1.1.7.2.20.10.20.10.00	COTA-PARTE DO IPVA	121.019,14	132.315,37	135.000,00	200.000,00	204.000,00
1.1.7.2.20.10.40.00.00	COTA-PARTE DO IPI S/ EXPORTACAO	36.835,80	37.662,60	41.000,00	45.000,00	45.900,00
1.1.7.2.20.10.40.10.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	36.835,80	37.662,60	41.000,00	45.000,00	45.900,00
1.1.7.2.20.11.30.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIB. INTERV. DOM.ECON.	11.085,58	562,75	11.500,00	10.000,00	10.000,00
1.1.7.2.23.30.00.00.00	TRANSF. DE REC. DO ESTADO P/ PROG.SAUDE	86.277,30	74.143,08	89.000,00	120.000,00	97.000,00
1.1.7.2.23.30.00.10.00	TRANSF.FARMACIA BASICA ESTADO	9.135,96	9.135,96	9.500,00	10.500,00	13.000,00
1.1.7.2.23.30.09.90.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS ESTADO PARA A SAUDE	77.141,34	65.007,12	79.500,00	109.500,00	84.000,00
1.1.7.2.23.30.09.90.10	TRANSFERENCIA DIABETES	1.142,04	1.142,04	1.000,00	0,00	0,00
1.1.7.2.23.30.09.90.20	TRANSF.DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS	1.246,42	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.7.2.23.30.09.90.30	TRANSF.COFINACIAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	27.750,00	25.000,00	25.500,00	30.000,00	30.000,00
1.1.7.2.23.30.09.90.40	TRANSFERENCIAS - NASF	44.000,00	36.000,00	48.000,00	48.000,00	24.000,00
1.1.7.2.23.30.09.90.50	TRANSFERENCIAS BP - MAC	3.002,88	2.865,08	5.000,00	31.500,00	30.000,00
1.1.7.2.29.90.00.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	274.361,02	98.504,65	116.000,00	90.000,00	90.000,00
1.1.7.2.29.90.00.10.00	TRANSFERENCIA TRANSPORTE ESCOLAR	91.861,02	86.681,00	100.000,00	90.000,00	90.000,00
1.1.7.2.29.90.09.90.00	DEMAIS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	182.500,00	11.823,65	16.000,00	0,00	0,00
1.1.7.2.40.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	716.771,54	803.460,34	800.000,00	950.000,00	990.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa
Ano LDO: 2016
Consolidado

Página 6 de 10
Impresso em: 13/out/2015
As 15:26:40 Horas

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2012	2013	2014	2015	2016
1.1.7.2.40.10.00.00.00	TRANSFERENCIAS RECURSOS DO FUNDEB	716.771,54	803.460,34	800.000,00	950.000,00	990.000,00
1.1.7.2.40.10.00.10.00	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB	421.263,94	534.064,88	800.000,00	950.000,00	990.000,00
1.1.7.2.40.10.00.20.00	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEF - 40%	295.507,60	269.395,46	0,00	0,00	0,00
1.1.7.6.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	8.546,24	61.765,00	2.000,00	5.000,00	5.000,00
1.1.7.6.20.00.00.00.00	TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDA	8.546,24	61.765,00	2.000,00	5.000,00	5.000,00
1.1.7.6.29.90.00.00.00	OUTRAS TRANSF. DE CONVENIO DOS ESTADOS	8.546,24	61.765,00	2.000,00	5.000,00	5.000,00
1.1.7.6.29.90.00.09.90	OUTROS CONVENIOS COM O ESTADO	5.993,28	61.025,22	0,00	0,00	0,00
1.1.7.6.29.90.00.30.40	TRANSFERENCIA SSP - MILITAR E CIVIL PREF	1.659,42	480,88	2.000,00	5.000,00	5.000,00
1.1.7.6.29.90.00.30.50	TRANSFERENCIA SSP - MUNICIPIO	893,54	258,90	0,00	0,00	0,00
1.1.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	182.965,43	31.434,47	21.100,00	37.500,00	37.500,00
1.1.9.1.00.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	1.961,42	7.552,62	7.600,00	3.500,00	3.500,00
1.1.9.1.10.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	968,37	1.152,72	2.100,00	1.500,00	1.500,00
1.1.9.1.13.80.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/ IPTU	47,82	132,72	100,00	500,00	500,00
1.1.9.1.13.80.00.10.00	MULTAS JUROS DE MORA S O IPTU	47,82	132,72	100,00	500,00	500,00
1.1.9.1.14.00.00.00.00	MULTA E JUROS DE MORA - ISS	607,20	352,66	1.000,00	500,00	500,00
1.1.9.1.14.00.00.10.00	MULTAS JUROS DE MORA S O ISS	607,20	352,66	1.000,00	500,00	500,00
1.1.9.1.19.90.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	313,35	667,34	1.000,00	500,00	500,00
1.1.9.1.19.90.10.00.00	MULTAS E JUROS MORA DE OUTROS TRIBUTOS	313,35	667,34	1.000,00	500,00	500,00
1.1.9.1.30.00.00.00.00	MULT JUROS MORA DIV ATIVA DOS TRIBUTOS	993,05	6.399,90	5.500,00	2.000,00	2.000,00
1.1.9.1.31.10.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - IPTU	489,11	5.473,17	5.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.9.1.31.10.00.10.00	MULTAS JUROS DE MORA DIV. ATIV. S IPTU	489,11	5.473,17	5.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.9.1.31.30.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - ISS	27,83	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.9.1.31.30.00.10.00	MULTAS JUROS DE MORA DIV. ATIV. S ISS	27,83	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.9.1.39.90.00.00.00	MULT JUR MORA DIV ATIVA - OUTR. TRIBUTOS	476,11	926,73	500,00	1.000,00	1.000,00
1.1.9.1.39.90.10.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA D	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.9.2.00.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	164.555,33	0,00	0,00	500,00	500,00
1.1.9.2.10.00.00.00.00	INDENIZACOES	77.203,78	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.9.2.19.90.00.00.00	OUTRAS INDENIZACOES	77.203,78	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.9.2.19.90.00.70.00	INDENIZACAO EXPLORACAO PETROLEO	75.583,68	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa
Ano LDO: 2016
Consolidado

Página 7 de 10
Impresso em: 13/out/2015
As 15:26:41 Horas

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2012	2013	2014	2015	2016
1.19.2.19.90.09.90.00	OUTRAS INDENIZACOES	1.620,10	0,00	0,00	0,00	0,00
1.19.2.20.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	87.351,55	0,00	0,00	500,00	500,00
1.19.2.29.90.00.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	87.351,55	0,00	0,00	500,00	500,00
1.19.3.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	8.092,99	9.466,36	5.000,00	7.500,00	7.500,00
1.19.3.10.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	3.144,35	9.466,36	5.000,00	7.500,00	7.500,00
1.19.3.11.10.00.00.00	RECEITA DA DA A PROP. PRED. E TER. IPTU	697,98	4.428,54	2.000,00	1.500,00	1.500,00
1.19.3.11.10.00.10.00	REC. DIV. ATIV. DO IPTU	697,98	4.428,54	2.000,00	1.500,00	1.500,00
1.19.3.11.30.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA - ISS	33,25	0,00	500,00	1.000,00	1.000,00
1.19.3.11.30.00.10.00	REC. DIV. ATIV. DO ISS	33,25	0,00	500,00	1.000,00	1.000,00
1.19.3.19.90.00.00.00	RECEITA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	2.413,12	5.037,82	2.500,00	5.000,00	5.000,00
1.19.3.19.90.10.00.00	REC DIV ATIV OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	2.413,12	5.037,82	2.500,00	5.000,00	5.000,00
1.19.3.20.00.00.00.00	RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	4.948,64	0,00	0,00	0,00	0,00
1.19.3.29.90.00.00.00	REC. D.A. NÃO TRIBUT. DE OUTRAS RECEITAS	4.948,64	0,00	0,00	0,00	0,00
1.19.3.29.90.10.00.00	REC DIV ATIV NÃO-TRIB OUTRAS REC-PRINCIP	4.948,64	0,00	0,00	0,00	0,00
1.19.9.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	8.355,69	14.415,49	8.500,00	26.000,00	26.000,00
1.19.9.09.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	8.355,69	14.415,49	8.500,00	26.000,00	26.000,00
2.20.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.060.751,56	401.292,88	3.947.998,40	2.339.000,00	2.133.000,00
2.22.0.00.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	40.700,00	29.500,00	0,00	30.000,00	80.000,00
2.22.1.00.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	40.700,00	29.500,00	0,00	30.000,00	80.000,00
2.22.1.50.00.00.00.00	ALIENACAO DE VEICULOS	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2.22.1.70.00.00.00.00	ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS	40.700,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
2.22.1.90.00.00.00.00	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	0,00	29.500,00	0,00	0,00	0,00
2.22.1.90.00.00.20.00	ALIENACAO DE BENS NAO VINCULADOS	0,00	29.500,00	0,00	0,00	0,00
2.24.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.020.051,56	371.792,88	3.947.998,40	2.309.000,00	2.053.000,00
2.24.2.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	3.947.998,40	0,00	0,00
2.24.2.10.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	0,00	0,00	2.642.998,40	0,00	0,00
2.24.2.10.10.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
2.24.2.10.20.00.00.00	TRANSFE RECUR.DESTINADOS A PROG.EDUCACAO	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00
2.24.2.19.90.00.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	0,00	0,00	2.292.998,40	0,00	0,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa
Ano LDO: 2016
Consolidado

Página 8 de 10
Impresso em: 13/out/2015
As 15:26:41 Horas

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2012	2013	2014	2015	2016
22.4.2.20.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	0,00	0,00	1.305.000,00	0,00	0,00
22.4.2.20.10.00.00.00	TRANSFERENCIAS RECURSOS SUS	0,00	0,00	95.000,00	0,00	0,00
22.4.2.20.20.00.00.00	TRANSFERENCIA RECURSOS PROGRAMA EDUCACAO	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
22.4.2.29.90.00.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	0,00	0,00	1.060.000,00	0,00	0,00
22.4.7.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	1.020.051,56	371.792,88	0,00	2.309.000,00	2.063.000,00
22.4.7.10.00.00.00.00	TRANSF. CONV. UNIAO E SUAS ENTIDADES	980.051,56	357.569,55	0,00	929.000,00	926.000,00
22.4.7.10.10.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONV. DA UNIAO SUS	0,00	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
22.4.7.10.20.00.00.00	TRANS. CONVENIOS UNIAO DEST.PROG. EDUCACAO	460.249,59	220.509,55	0,00	250.000,00	100.000,00
22.4.7.19.90.00.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIAO	519.801,97	137.060,00	0,00	529.000,00	676.000,00
22.4.7.20.00.00.00.00	TRANSF. CONV. ESTADOS E DIST.FEDERAL	40.000,00	14.223,33	0,00	1.380.000,00	1.127.000,00
22.4.7.20.10.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONV. DO EST.SUS	40.000,00	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
22.4.7.20.20.00.00.00	TRANS. CONVENIO ESTADO DEST.PROG. EDUCACAO	0,00	14.223,33	0,00	235.000,00	235.000,00
22.4.7.20.30.00.00.00	TRANS. CONV. EST. DEST.PROG. SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
22.4.7.20.50.00.00.00	TRANS. CONV. EST. DEST.PROG. INFRA E TRAN	0,00	0,00	0,00	846.000,00	560.000,00
22.4.7.29.90.00.00.00	OUTRAS TRANSF. DE CONVENIO DOS ESTADOS	0,00	0,00	0,00	149.000,00	178.000,00
22.4.7.29.90.00.90.00	CONVENIO CONSTRUCAO CRECHE - ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
22.4.7.29.90.01.30.00	CONVENIO ESTADO - CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
22.4.7.29.90.09.90.00	DEMAIS CONVENIO COM OS ESTADOS	0,00	0,00	0,00	149.000,00	48.000,00
99.1.0.00.00.00.00.00	(R)DEDUcoes DA RECEITA CORRENTE	(1.479.179,69)	(1.588.687,03)	(1.738.700,00)	(1.912.000,00)	(1.950.180,00)
99.1.3.00.00.00.00.00	(R)RECEITA PATRIMONAL	(590,94)	0,00	0,00	0,00	0,00
99.1.3.20.00.00.00.00	(R)RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	(590,94)	0,00	0,00	0,00	0,00
99.1.3.25.00.00.00.00	(R)REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	(590,94)	0,00	0,00	0,00	0,00
99.1.3.25.01.00.00.00	(R)REMUN.DEPOSITOS DE RECURSOS VINCUL	(590,94)	0,00	0,00	0,00	0,00
99.1.3.25.01.99.00.00	(R)REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-OUTROS	(590,94)	0,00	0,00	0,00	0,00
99.1.3.25.01.99.10.00	REC.REM.DEP.BANC.VINC.DEMAIS CONV. ESTAD	(590,94)	0,00	0,00	0,00	0,00
99.1.7.00.00.00.00.00	(R)DEDUcao DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTE	(1.478.588,75)	(1.588.687,03)	(1.738.700,00)	(1.912.000,00)	(1.950.180,00)
99.1.7.20.00.00.00.00	(R)DEDUcao DA RECEITA DE TRANSF.INTERGOV	(1.478.588,75)	(1.588.687,03)	(1.738.700,00)	(1.912.000,00)	(1.950.180,00)
99.1.7.21.00.00.00.00	(R)DEDUcao DA RECEITA DE TRANSF.DA UNIAO	(986.791,93)	(1.058.766,46)	(1.183.500,00)	(1.303.000,00)	(1.329.000,00)
99.1.7.21.01.00.00.00	(R)DEDUcao DA REC.DE PART. REC.DA UNIAO	(984.438,85)	(1.056.464,13)	(1.180.900,00)	(1.301.000,00)	(1.327.000,00)

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa
Ano LDO: 2016
Consolidado

Página 9 de 10
Impresso em: 13/out/2015
As 15:26:41 Horas

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2012	2013	2014	2015	2016
9.9.1.7.21.01.02.00.00	(R)DED. DA REC.DO F.DE PART.DOS MUN-FPM	(983.684,60)	(1.054.963,82)	(1.180.000,00)	(1.300.000,00)	(1.326.000,00)
9.9.1.7.21.01.02.01.00	(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.326.000,00)
9.9.1.7.21.01.05.00.00	(R)DED. DA REC.DO IMP.S.A PROP.TER.R.ITR	(754,25)	(1.500,31)	(900,00)	(1.000,00)	(1.000,00)
9.9.1.7.21.01.05.01.00	(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.000,00)
9.9.1.7.21.36.00.00.00	(R)DEDUCAO DA REC. DO ICMS DES.-LC87/96	(2.353,08)	(2.302,33)	(2.600,00)	(2.000,00)	(2.000,00)
9.9.1.7.21.36.00.01.00	(R) DEDUCAO DA RECEITA LC 87/96	(2.353,08)	(2.302,33)	(2.600,00)	(2.000,00)	(2.000,00)
9.9.1.7.21.36.00.01.01	(R) DEDUCAO DA RECEITA LC 87/96	(2.353,08)	(2.302,33)	(2.600,00)	(2.000,00)	(2.000,00)
9.9.1.7.22.00.00.00.00	(R)DED RECEITA DE TRANSFERENCIA DO ESTAD	(491.796,82)	(529.920,57)	(555.200,00)	(609.000,00)	(621.180,00)
9.9.1.7.22.01.00.00.00	(R)DED REC DE TRANSFERENCIA DOS ESTADOS	(491.796,82)	(529.920,57)	(555.200,00)	(609.000,00)	(621.180,00)
9.9.1.7.22.01.01.00.00	(R)DEDUCAO DA RECEITA DO ICMS	(460.226,47)	(495.871,54)	(520.000,00)	(560.000,00)	(571.200,00)
9.9.1.7.22.01.01.01.00	(R) DEDUÇÃO DA RECEITA ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	(571.200,00)
9.9.1.7.22.01.02.00.00	(R)DEDUCAO DA REC. DA COTA-PARTE DO IPVA	(24.203,07)	(26.515,91)	(27.000,00)	(40.000,00)	(40.800,00)
9.9.1.7.22.01.02.01.00	(R) DEDUÇÃO RECEITA COTA PARTE DO IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	(40.800,00)
9.9.1.7.22.01.04.00.00	(R)DEDUCAO DA RECEITA DO IPI/EXPORTACAO	(7.367,28)	(7.533,12)	(8.200,00)	(9.000,00)	(9.180,00)
9.9.1.7.22.01.04.01.00	(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE IPI EXPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.180,00)
Total Receita		9.448.675,07	9.159.862,25	13.504.398,40	12.550.000,00	12.550.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Evolução da Receita e Despesa
Ano LDO: 2016
Consolidado

Página 10 de 10
Impresso em: 13/out/2015
As 15:26:41 Horas

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2012	2013	2014	2015	2016
3.3.0.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	8.364.342,03	8.350.266,02	9.152.191,20	9.901.450,00	9.996.950,00
3.3.1.0.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.556.270,73	4.658.182,31	4.899.404,20	5.928.055,00	6.062.225,00
3.3.1.7.10.00.00.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00	4.800,00	5.500,00	5.500,00
3.3.1.9.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	4.556.270,73	4.658.182,31	4.894.604,20	5.922.555,00	6.046.725,00
3.3.2.0.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	100,00	0,00	5.000,00
3.3.2.9.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	0,00	0,00	100,00	0,00	5.000,00
3.3.3.0.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.808.071,30	3.692.083,71	4.252.687,00	3.973.395,00	3.939.725,00
3.3.3.2.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO	67.350,51	90.308,39	120.000,00	0,00	95.000,00
3.3.3.5.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR	90.228,10	100.351,46	96.000,00	132.000,00	113.000,00
3.3.3.7.10.00.00.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	39.889,40	5.406,55	11.700,00	5.500,00	5.500,00
3.3.3.9.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	3.610.603,29	3.398.369,78	3.955.528,00	3.669.395,00	3.499.225,00
3.3.3.9.30.00.00.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	97.647,53	69.459,00	176.500,00	227.000,00
4.4.0.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.363.357,88	414.151,38	4.337.207,20	2.633.550,00	2.538.050,00
4.4.4.0.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.363.357,88	414.151,38	4.323.207,20	2.633.550,00	2.373.050,00
4.4.4.3.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E DISTRITO FED.	0,00	0,00	0,00	0,00	108.000,00
4.4.4.7.10.00.00.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00	1.850,00	5.500,00	5.500,00
4.4.4.9.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	1.363.357,88	414.151,38	4.321.357,20	2.628.050,00	2.259.550,00
4.4.6.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	14.000,00	0,00	165.000,00
4.4.6.9.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS	0,00	0,00	14.000,00	0,00	165.000,00
9.9.0.0.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
9.9.9.0.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
9.9.9.9.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Total Despesa		9.727.699,91	8.764.417,40	13.504.398,40	12.550.000,00	12.550.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Ano LDO: 2016 Versão LDO: 2

LDO por Órgão

Página 1 de 1
Impresso em: 13/out/2015
As 15:27:25 Horas

Órgão	Valor	%
01 - CAMARA DE VEREADORES	550.000,00	4,38
02 - DEPTO DE GABINETE E SECRETARIA GERAL	345.000,00	2,75
03 - DEPTO DE ADMINISTRACAO	1.787.500,00	14,24
04 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	60.000,00	0,48
05 - DEPTO DE EDUCACAO	2.648.670,00	21,10
07 - DEPTO DE ESPORTES E TURISMO	158.000,00	1,26
08 - DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS	2.049.830,00	16,33
09 - FUNDO MUNIC. DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESCENTE	51.000,00	0,41
10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.687.250,00	21,41
11 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	891.000,00	7,10
12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	735.250,00	5,86
13 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	368.500,00	2,94
14 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	203.000,00	1,62
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,12
TOTAL	12.550.000,00	

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
 Lei Diretrizes Orçamentárias
 Anexo de Metas Fiscais
 Evolução do Patrimônio Líquido
 Ano LDO: 2016 Versão:2

AMF - Demonstrativo IV (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso III)

Valores - R\$

Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	11.134.300,51	100,00 %	11.489.809,22	100,00 %	10.181.540,35	100,00 %
Total	11.134.300,51	100,00 %	11.489.809,22	100,00 %	10.181.540,35	100,00 %

Regime Previdenciário						
Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Total	0,00	100,00 %	0,00	100,00 %	0,00	100,00 %

Fonte: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
 PREFEITO MUNICIPAL

ALINE LESKE TILLMANN
 Contador
 CPNJ/CPF: 005.997.669-13
 CRC: 24474 /SC

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Planilhas Planejamento

Receitas (LDO)

Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 1 de 6

Impresso em: 13/out/ 2015

As 15:28:05 Horas

10000000000000	RECEITAS CORRENTES	12.367.180,00
11000000000000	RECEITA TRIBUTARIA	329.430,00
11100000000000	IMPOSTOS	269.600,00
11120000000000	IMPOSTO SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	198.200,00
11120200000000	IMP. S/ PROP. PREDIAL TERRITORIAL URBANA	61.200,00
11120200010000	IMPOSTO S PROPRIEDADE PREDIAL E TERRIT.	61.200,00
1000000	Recursos Ordinários	33.048,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	17.748,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	10.404,00
11120400000000	IMP. S/ A RENDA E PROV. QUALQUER NATUREZA	102.000,00
11120431000000	I.R.R.F. RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	102.000,00
11120431010000	IRRF S OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	102.000,00
1000000	Recursos Ordinários	55.080,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	29.580,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	17.340,00
11120800000000	IMP. S/TRANS.INTER VIVOS DE BENS IMOVEIS	35.000,00
11120800010000	IMPOSTO S TRANSM BENS IMOVEIS	35.000,00
1000000	Recursos Ordinários	18.900,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	10.150,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	5.950,00
11130000000000	IMPOSTOS S/ A PRODUCAO E A CIRCULACAO	71.400,00
11130500000000	IMPOSTO S/SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	71.400,00
11130501000000	IMPOSTO S/ SERVICOS DE QUALQUER NAT.	71.400,00
1000000	Recursos Ordinários	38.556,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	20.706,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	12.138,00
11200000000000	TAXAS	59.830,00
11210000000000	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	16.000,00
11212500000000	TX.LIC.FUNC.ESTAB.COM.IND.PREST.SERVICOS	11.000,00
1000000	Recursos Ordinários	11.000,00
11219900000000	OUTRAS TAXAS PELO EXERC. DE PODER POLICI	5.000,00
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00
11220000000000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	43.830,00
11229000000000	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA	7.000,00
1000000	Recursos Ordinários	7.000,00
11229900000000	OUTRAS TAXAS DE PRESTACAO DE SERVICOS	36.830,00
1000000	Recursos Ordinários	36.830,00
12000000000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	60.000,00
12300000000000	CONTRIB. P/ CUSTEIO SERV. ILLUM. PUBL	60.000,00
1080000	Contrib Custeio Serv.Illum.Públ.-COSIP	60.000,00
13000000000000	RECEITA PATRIMONIAL	36.500,00
13200000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	36.500,00
13250000000000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	36.500,00
13250100000000	REMUN.DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	16.500,00
13250102000000	REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-FUNDEB	5.000,00
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	5.000,00
13250103000000	REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-SAUDE	8.000,00
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	1.000,00
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF	500,00
1380400	Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS	500,00
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	5.000,00
1380900	Vigilancia Sanitaria	1.000,00
13250105000000	REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-MDE	1.000,00
13250105010000	REC.REM.DEP.BANC.MDE - SALARIO EDUCACAO	1.000,00
1360000	TSalário Educação	1.000,00
13250199000000	REC.REM. DEP. BANC. REC. VINC.-OUTROS	2.500,00
13250199030000	REC.REM.DEP.BANC.REC.VINC COSIP	2.500,00
1080000	Contrib Custeio Serv.Illum.Públ.-COSIP	2.500,00
13250200000000	REMUN.DEPOSITO DE RECUR. NAO VINCULADOS	20.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Planilhas Planejamento

Receitas (LDO)

Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 2 de 6

Impresso em: 13/out/ 2015

As 15:28:05 Horas

13250299000000	REMUN. DEP. RECUR. NAO VINCULADO-OUTROS	20.000,00
1000000	Recursos Ordinários	20.000,00
16000000000000	RECEITA DE SERVICOS	25.000,00
16009900000000	OUTROS RECEITAS DE SERVICOS	25.000,00
1000000	Recursos Ordinários	25.000,00
17000000000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	11.878.750,00
17200000000000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.873.750,00
17210000000000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	7.580.850,00
17210100000000	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	6.635.000,00
17210102000000	COTA-PARTE FUNDO PARTIC MUNICIPIOS-FPM	6.630.000,00
17210102010000	COTA-PARTE DO FPM	6.630.000,00
1000000	Recursos Ordinários	3.580.200,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	1.922.700,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	1.127.100,00
17210105000000	COTA-PARTE DO IMP S/ PROP TERRIT RURAL	5.000,00
17210105010000	COTA-PARTE DO ITR	5.000,00
1000000	Recursos Ordinários	2.700,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	1.450,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	850,00
17212200000000	TRANSFER. DA COMP. FINANC. EXPL.REC. NAT.	70.000,00
17212270000000	COTA-PARTE DO FUNDO ESP. DO PETROLEO FEP	70.000,00
1390100	Fundo Especial do Petróleo	70.000,00
17213300000000	TRANSF. RECURSOS SISTEMA UNICO DE SAUDE	532.000,00
17213300010000	TRANSFERENCIA VIGILANCIA SANITARIA - FMS	13.500,00
1380900	Vigilância Sanitária	13.500,00
17213300020000	TRANSFERENCIA PSF ODONTOLOGICO	27.000,00
1380300	Progr Saúde Bucal	27.000,00
17213300040000	TRANSFERENCIA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	1.500,00
1380800	Vigil Epidemiológ e Ambiental em Saúde	1.500,00
17213300050000	TRANSFERENCIA PSF	48.000,00
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF	48.000,00
17213300060000	TRANSFERENCIA PACS	73.000,00
1380400	Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS	73.000,00
17213300090000	TRANSFERENCIA FARMACIA BASICA - FMS	24.000,00
1381000	Farmácia Básica - Federal	24.000,00
17213300130000	TRANSFERENCIA PAB FIXO	64.000,00
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	64.000,00
17213300140000	TRANSFERENCIA PMAQ	160.000,00
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	160.000,00
17213300150000	TRANSFERENCIA SUS NASF FEDERAL	96.000,00
1380500	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed	96.000,00
17213300160000	TRANSFERENCIA SUS MAC FEDERAL	25.000,00
1380700	Atenção Média Alta Complexid - MAC Feder	25.000,00
17213400000000	TRANSF.REC.F.N.ASSIST.SOCIAL-FNAS	182.250,00
17213400010000	TRANSFERENCIA PISO BASICO FIXO	72.000,00
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	72.000,00
17213400020000	TRANSF. SERV.CONV.FORTALECIMENTO VINCULO	96.000,00
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	96.000,00
17213400030000	TRANSFERENCIAS IGD SUAS	6.000,00
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS	6.000,00
17213400040000	TRANSFERENCIA UNIAO - IGDBF	8.250,00
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	8.250,00
17213500000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE	151.600,00
17213501000000	TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	95.000,00
1360000	TSalário Educação	95.000,00
17213502000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF. PDDE	5.000,00
1370100	Prog. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	5.000,00
17213503000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNAE	26.600,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Planilhas Planejamento

Receitas (LDO)

Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 3 de 6

Impresso em: 13/out/ 2015

As 15:28:05 Horas

17213503010000		TRANSF DIRETAS DO FNDE REF.PNAE PRE	4.100,00
	1370300	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc	4.100,00
17213503030000		TRANSF DIRETAS DO FNDE REF.PNAE CRECHE	12.500,00
	1370400	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche	12.500,00
17213503040000		TRANSF DIRETAS DO FNDE REF.PNAE FUNDAMEN	10.000,00
	1370200	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam	10.000,00
17213504000000		TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REF.PNATE	25.000,00
	1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	25.000,00
17213600000000		TRANSF FINANC ICMS-DESONERACAO LC 87/96	10.000,00
17213600010000		TRANSF. FINANC. ICMS - DESONERACAO - L.C	10.000,00
17213600010100		TRANSF. FINANC. L.C.N 87 96	10.000,00
	1000000	Recursos Ordinários	5.400,00
	1010000	Receitas de Impostos - Educação	2.900,00
	1020000	Receitas de Impostos - Saúde	1.700,00
17220000000000		TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	3.302.900,00
17220100000000		PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	3.115.900,00
17220101000000		COTA-PARTE DO ICMS	2.856.000,00
17220101010000		COTA-PARTE DO ICMS	2.856.000,00
	1000000	Recursos Ordinários	1.542.240,00
	1010000	Receitas de Impostos - Educação	828.240,00
	1020000	Receitas de Impostos - Saúde	485.520,00
17220102000000		COTA-PARTE DO IPVA	204.000,00
17220102010000		COTA-PARTE DO IPVA	204.000,00
	1000000	Recursos Ordinários	110.160,00
	1010000	Receitas de Impostos - Educação	59.160,00
	1020000	Receitas de Impostos - Saúde	34.680,00
17220104000000		COTA-PARTE DO IPI S/ EXPORTACAO	45.900,00
17220104010000		COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	45.900,00
	1000000	Recursos Ordinários	24.786,00
	1010000	Receitas de Impostos - Educação	13.311,00
	1020000	Receitas de Impostos - Saúde	7.803,00
17220113000000		COTA-PARTE DA CONTRIB. INTERV. DOM.ECON.	10.000,00
	1070000	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE	10.000,00
17223300000000		TRANSF. DE REC. DO ESTADO P/ PROG.SAUDE	97.000,00
17223300010000		TRANSF FARMACIA BASICA ESTADO	13.000,00
	1670400	Farmácia Básica - Estadual	13.000,00
17223300990000		OUTRAS TRANSFERENCIAS ESTADO PARA A SAUDE	84.000,00
17223300990300		TRANF COFINANCIAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	30.000,00
	1670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento	30.000,00
17223300990400		TRANSFERENCIAS - NASF	24.000,00
	1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	24.000,00
17223300990500		TRANSFERENCIAS BP - MAC	30.000,00
	1670300	Atenção Média Alta Complexid - MAC Estad	30.000,00
17229900000000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	90.000,00
17229900010000		TRANSFERENCIA TRANSPORTE ESCOLAR	90.000,00
	1620200	Transf Conv Estado Educ Transp Escolar	90.000,00
17240000000000		TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	990.000,00
17240100000000		TRANSFERENCIAS RECURSOS DO FUNDEB	990.000,00
17240100010000		TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDEB	990.000,00
	1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	695.000,00
	1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	295.000,00
17600000000000		TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	5.000,00
17620000000000		TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDA	5.000,00
17629900000000		OUTRAS TRANSF. DE CONVENIO DOS ESTADOS	5.000,00
17629900030400		TRANSFERENCIA SSP - MILITAR E CIVIL PREF	5.000,00
	1100000	Convênio de Trânsito - Militar	1.625,00
	1110000	Convênio de Trânsito - Civil	1.625,00
	1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura	1.750,00
19000000000000		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.500,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Planilhas Planejamento

Receitas (LDO)

Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 4 de 6

Impresso em: 13/out/ 2015

As 15:28:05 Horas

19100000000000	MULTAS E JUROS DE MORA	3.500,00
19110000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	1.500,00
19113800000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/ IPTU	500,00
19113800010000	MULTAS JUROS DE MORA S O IPTU	500,00
1000000	Recursos Ordinários	270,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	145,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	85,00
19114000000000	MULTA E JUROS DE MORA - ISS	500,00
19114000010000	MULTAS JUROS DE MORA S O ISS	500,00
1000000	Recursos Ordinários	270,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	145,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	85,00
19119900000000	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	500,00
19119901000000	MULTAS E JUROS MORA DE OUTROS TRIBUTOS	500,00
1000000	Recursos Ordinários	500,00
19130000000000	MULT JUROS MORA DIV ATIVA DOS TRIBUTOS	2.000,00
19131100000000	MULTAS E JUROS DE MORA - IPTU	1.000,00
19131100010000	MULTAS JUROS DE MORA DIV. ATIV. S IPTU	1.000,00
1000000	Recursos Ordinários	540,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	290,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	170,00
19139900000000	MULT JUR MORA DIV ATIVA - OUTR. TRIBUTOS	1.000,00
19139901000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA D	1.000,00
1000000	Recursos Ordinários	1.000,00
19200000000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	500,00
19220000000000	RESTITUICOES	500,00
19229900000000	OUTRAS RESTITUICOES	500,00
19229900000002	Outras Restituições	500,00
1000000	Recursos Ordinários	500,00
19300000000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	7.500,00
19310000000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTARIA	7.500,00
19311000000000	RECEITA DA DA A PROP. PRED. E TER. IPTU	1.500,00
19311000100000	REC. DIV. ATIV. DO IPTU	1.500,00
1000000	Recursos Ordinários	810,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	435,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	255,00
19311300000000	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA - ISS	1.000,00
19311300010000	REC. DIV. ATIV. DO ISS	1.000,00
1000000	Recursos Ordinários	540,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	290,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	170,00
19319900000000	RECEITA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	5.000,00
19319901000000	REC DIV ATIV OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	5.000,00
1000000	Recursos Ordinários	5.000,00
19900000000000	RECEITAS DIVERSAS	26.000,00
19909900000000	OUTRAS RECEITAS	26.000,00
1000000	Recursos Ordinários	26.000,00
20000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	2.133.000,00
22000000000000	ALIENACAO DE BENS	80.000,00
22100000000000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	80.000,00
22150000000000	ALIENACAO DE VEICULOS	50.000,00
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas	50.000,00
22170000000000	ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS	30.000,00
1880000	Alienação Bens Dest. Programas Saúde	30.000,00
24000000000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.053.000,00
24700000000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	2.053.000,00
24710000000000	TRANSF. CONV. UNIAO E SUAS ENTIDADES	926.000,00
24710100000000	TRANSFERENCIAS DE CONV. DA UNIAO SUS	150.000,00
1330100	Transf.Convênios-União/Saúde	150.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Receitas (LDO)
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 5 de 6
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:06 Horas

24710200000000		TRANS.CONVENIOS UNIAO DEST.PROG.EDUCACAO	100.000,00
1320100		Transf.Convênios-União/Educação	100.000,00
24719900000000		OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIO UNIAO	676.000,00
1310000		Transf.Convênios-União/Assist.Social	160.000,00
1340100		Transf.Convênios-União/Outros não Rel	516.000,00
24720000000000		TRANSF. CONV. ESTADOS E DIST.FEDERAL	1.127.000,00
24720100000000		TRANSFERENCIAS DE CONV. DO EST.SUS	150.000,00
1630100		Transf.Convênio -Estado/Saúde	150.000,00
24720200000000		TRANS.CONVENIO ESTADO DEST.PROG.EDUCACAO	235.000,00
1620100		Transf.Convênio -Estado/Educação	100.000,00
1620200		Transf.Conv Estado Educ Transp Escolar	135.000,00
24720300000000		TRANS.CONV. EST. DEST.PROG.SANEAMENTO	4.000,00
1640100		Transf.Convênio -Estado/Outros	4.000,00
24720500000000		TRANS.CONV. EST. DEST.PROG.INFRA E.TRAN	560.000,00
1640100		Transf.Convênio -Estado/Outros	560.000,00
24729900000000		OUTRAS TRANSF. DE CONVENIO DOS ESTADOS	178.000,00
24729900090000		CONVENIO CONSTRUCAO CRECHE - ESTADO	100.000,00
1610000		Transf.Convênio -Estado/Assist.Social	100.000,00
24729900130000		CONVENIO ESTADO - CULTURA	30.000,00
1640100		Transf.Convênio -Estado/Outros	30.000,00
24729900990000		DEMAIS CONVENIO COM OS ESTADOS	48.000,00
1610000		Transf.Convênio -Estado/Assist.Social	48.000,00
10000000000000		(R) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.950.180,00
17000000000000		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSF.CORRENTE	-1.950.180,00
17200000000000		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSF.INTERGOV	-1.950.180,00
17210000000000		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE TRANSF.DA UNIAO	-1.329.000,00
17210100000000		(R) DEDUÇÃO DA REC.DE PART. REC.DA UNIAO	-1.327.000,00
17210102000000		(R) DED. DA REC.DO F.DE PART.DOS MUN-FPM	-1.326.000,00
17210102010000		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO FPM	-1.326.000,00
1010000		Receitas de Impostos - Educação	-1.326.000,00
17210105000000		(R) DED. DA REC.DO IMP.S.A PROP.TER.R.ITR	-1.000,00
17210105010000		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE ITR	-1.000,00
1010000		Receitas de Impostos - Educação	-1.000,00
17213600000000		(R) DEDUÇÃO DA REC. DO ICMS DES.-LC87/96	-2.000,00
17213600010000		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA LC 87/96	-2.000,00
17213600010100		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA LC 87/96	-2.000,00
1010000		Receitas de Impostos - Educação	-2.000,00
17220000000000		(R) DED RECEITA DE TRANSFERENCIA DO ESTAD	-621.180,00
17220100000000		(R) DED REC DE TRANSFERENCIA DOS ESTADOS	-621.180,00
17220101000000		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO ICMS	-571.200,00
17220101010000		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA ICMS	-571.200,00
1010000		Receitas de Impostos - Educação	-571.200,00
17220102000000		(R) DEDUÇÃO DA REC. DA COTA-PARTE DO IPVA	-40.800,00
17220102010000		(R) DEDUÇÃO RECEITA COTA PARTE DO IPVA	-40.800,00
1010000		Receitas de Impostos - Educação	-40.800,00
17220104000000		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DO IPI/EXPORTACAO	-9.180,00
17220104010000		(R) DEDUÇÃO DA RECEITA DE IPI EXPORTAÇÃO	-9.180,00
1010000		Receitas de Impostos - Educação	-9.180,00
Total			12.550.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Receitas (LDO)

Página 6 de 6
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:06 Horas

Fonte: Município de Presidente Nereu

Ano LDO: 2016 Versão: 2

Resumo por Vínculo

1000000	Recursos Ordinários	5.551.330,00
1010000	Receitas de Impostos - Educação	957.070,00
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	1.704.250,00
1070000	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE	10.000,00
1080000	Contrib Custeio Serv. Ilum. Públ.-COSIP	62.500,00
1100000	Convênio de Trânsito - Militar	1.625,00
1110000	Convênio de Trânsito - Civil	1.625,00
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura	1.750,00
1180000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)	700.000,00
1190000	Transf.FUNDEB/FUNDEF(Out.Desp.Ensino)	295.000,00
1310000	Transf.Convênios-União/Assist.Social	160.000,00
1320100	Transf.Convênios-União/Educação	100.000,00
1330100	Transf.Convênios-União/Saúde	150.000,00
1340100	Transf.Convênios-União/Outros não Rel	516.000,00
1350100	Transf SUAS/União - Piso Básico Fixo	72.000,00
1350200	Transf SUAS/União - Serv Conv Fort Vinc	96.000,00
1350300	Transf SUAS- Progr Bolsa Família-IGDBF	8.250,00
1350400	Transf SUAS/União - IGD - SUAS	6.000,00
1360000	TSalário Educação	96.000,00
1370100	Progr. Dinheiro Direto na Escola - PDDE	5.000,00
1370200	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Fundam	10.000,00
1370300	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Pré Esc	4.100,00
1370400	Progr Nac Aliment Escolar - PNAE Creche	12.500,00
1370500	Progr Nac Apoio Transp Escolar - PNATE	25.000,00
1380100	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	65.000,00
1380200	Estratégia Saúde da Família - ESF	48.500,00
1380300	Progr Saúde Bucal	27.000,00
1380400	Progr Agentes Comunit de Saúde - PACS	73.500,00
1380500	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Fed	96.000,00
1380600	Progr Melh Acesso Qual Aten Básic - PMAQ	165.000,00
1380700	Atenção Media Alta Complexid - MAC Feder	25.000,00
1380800	Vigil Epidemiológ e Ambiental em Saúde	1.500,00
1380900	Vigilância Sanitária	14.500,00
1381000	Farmácia Básica - Federal	24.000,00
1390100	Fundo Especial do Petróleo	70.000,00
1610000	Transf.Convênio -Estado/Assist.Social	148.000,00
1620100	Transf.Convênio -Estado/Educação	100.000,00
1620200	Transf Conv Estado Educ Transp Escolar	225.000,00
1630100	Transf.Convênio -Estado/Saúde	150.000,00
1640100	Transf.Convênio -Estado/Outros	594.000,00
1670100	Transf SUS/Estado - Cofinanciamento	30.000,00
1670200	Núcleo Apoio Saúde da Família - NASF Est	24.000,00
1670300	Atenção Media Alta Complexid - MAC Estad	30.000,00
1670400	Farmácia Básica - Estadual	13.000,00
1880000	Alienação Bens Dest. Programas Saúde	30.000,00
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas	50.000,00
Total		12.550.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 1 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
	9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99	999	15.000,00
Total do Programa					15.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 2 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1101	Processo Legislativo			
Atividade	2001	Manutenção Geral da Câmara de Vereadores	1	31	550.000,00
Total do Programa					550.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 3 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1201	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR			
Atividade	2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	4	122	345.000,00
Total do Programa					345.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 4 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	1	Pagamento de Inativos e Pensionistas	28	122	100.000,00
	2	Amortização da Dívida e Encargos	28	843	170.000,00
	3	PASEP	28	845	95.000,00
	6	Pagamento de Precatórios	4	123	25.000,00
Projeto	1012	Construção e/ou ampliação de galpões industriais multifuncionais.	22	661	30.000,00
Atividade	2003	Manutenção das Atividades Administrativas	4	122	1.202.500,00
Atividade	2030	Manutenção do Conselho Tutelar Municipal	4	122	83.000,00
Atividade	2035	Manutenção das Atividades da Melhor Idade	8	241	52.000,00
Atividade	2037	Manutenção da Secretaria de Finanças	4	122	60.000,00
Total do Programa					1.817.500,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 5 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1303	COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DOS SINAIS DE TV			
Atividade	2004	Manutenção dos Serviços de Comunicação	24	722	30.000,00
Total do Programa					30.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 6 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1401	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL			
Projeto	1015	Aquisição de Equipamentos, Tratores, Máquinas e Veículos - Agricultur	20	606	255.000,00
Atividade	2015	Assistência ao Pequeno Produtor Rural	20	606	636.000,00
Total do Programa					891.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 7 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1501	CRIANÇA NA ESCOLA			
Projeto	1001	Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física das unidades de Ed	12	361	207.000,00
Atividade	2010	Manutenção do Ensino Fundamental	12	361	1.123.070,00
Atividade	2011	Manutenção do Programa de Educação Especial	12	367	19.000,00
Atividade	2017	Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Fundamental	12	306	75.000,00
Atividade	2018	Manutenção do Salário Educação	12	361	96.000,00
Atividade	2019	Transporte Escolar	12	361	755.000,00
Atividade	2020	Manutenção do Ensino Pré-Escolar	12	365	322.000,00
Atividade	2034	Manutenção da merenda escolar - Infantil	12	306	51.600,00
Total do Programa					2.648.670,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 8 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1502	ESPORTE E LAZER			
Atividade	2012	Apoio ao Desporto Amador	27	812	150.000,00
Total do Programa					150.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 9 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1503	GESTÃO E FOMENTO DO TURISMO E CULTURA			
Projeto	1017	IMPLANTACAO DE SALA DE CINEMA	13	392	230.000,00
Atividade	2013	Apoio e Exploração da Cultura	13	392	78.500,00
Atividade	2014	Apoio ao Desenvolvimento do Turismo	23	695	8.000,00
Atividade	2033	Realização da Festa do Colono	13	392	40.000,00
Atividade	2036	Manutenção das Atividades do Coral Municipal	13	392	20.000,00
Total do Programa					376.500,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 10 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO			
Projeto	1014	Aquisição de Veículos e Equipamentos - Saúde	10	301	310.000,00
Atividade	2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	10	301	2.361.250,00
Atividade	2025	Saneamento	10	301	16.000,00
Total do Programa					2.687.250,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 11 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1602	SISTEMA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Projeto	1006	Aquisição de terreno para habitação, construção de moradias populares	8	244	201.000,00
Projeto	1011	Aquisição de terreno e construção de Centro de referência da Assistência Social	8	244	110.000,00
Atividade	2006	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	8	244	355.000,00
Atividade	2007	Proteção Social Básica	8	244	15.000,00
Atividade	2023	Manutenção dos Programas do FNAS - Fortalecimento de vínculos	8	244	253.250,00
Atividade	2026	Proteção Social Especial	8	244	2.000,00
Atividade	2028	Habitação de Interesse Social	8	244	2.000,00
Total do Programa					938.250,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 12 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1603	INFÂNCIA E JUVENTUDE			
Atividade	2005	MANUTENÇÃO ESCOLA DE ESPORTES	8	243	20.000,00
Atividade	2024	Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescente	8	243	21.000,00
Atividade	2027	Manutenção e Execução de Ações de Medidas Socio Educativas	8	243	10.000,00
Total do Programa					51.000,00

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 13 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1701	URBANIZAÇÃO DE VIAS E INFRA ESTRUTURA			
Projeto	1002	Pavimentação e Revestimentos de Ruas e Infra Estrutura	15	451	211.000,00
Atividade	2021	Manutenção da Iluminação Pública	15	451	62.500,00
Atividade	2029	Manutenção da Casa Mortuária e Cemitério Municipal	15	451	10.000,00
Total do Programa					283.500,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Planilhas Planejamento
Valores de Ações por Programa
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Página 14 de 14
Impresso em: 13/out/ 2015
As 15:28:43 Horas

Tipo Ação	Ação	Descrição Ação	Função	Sub-Função	Valor
Programa:	1801	ESTRADAS VICINAIS			
Projeto	1013	Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos - DMER	26	782	355.000,00
Atividade	2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodagens	26	782	1.338.330,00
Atividade	2031	Manutenção dos Serviços Urbanos	26	782	70.000,00
Atividade	2032	Manutenção do Órgão de Defesa Civil Municipal	6	182	3.000,00
Total do Programa					1.766.330,00
Total Geral					12.550.000,00

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Demonstrativo da Evolução da Receita
LDO 2016
Consolidado

Página 1 de 1
Impresso em: 13/out/2015
As 15:29:35 Horas

Conta	Especificação	Realizada		Estimada	Projetada		
		2013	2014	2015	2016	2017	2018
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	10.224.778,44	11.260.744,02	11.940.750,00	12.367.180,00	12.987.114,00	13.636.469,78
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	227.053,04	284.662,15	293.150,00	329.430,00	345.901,50	363.196,60
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	49.112,50	50.010,68	60.000,00	60.000,00	63.000,00	66.150,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	26.677,15	53.645,99	36.500,00	36.500,00	38.325,00	40.241,25
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	21.094,06	34.359,65	25.000,00	25.000,00	26.250,00	27.562,50
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	9.869.407,22	10.795.938,59	11.488.600,00	11.878.750,00	12.472.687,50	13.096.321,90
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.434,47	42.126,96	37.500,00	37.500,00	40.950,00	42.997,63
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	401.292,88	1.135.682,13	2.195.000,00	2.133.000,00	2.029.650,00	2.131.132,50
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	29.500,00	102.200,00	30.000,00	80.000,00	84.000,00	88.200,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	371.792,88	1.033.482,13	2.165.000,00	2.053.000,00	1.945.650,00	2.042.932,50
1.0.0.0.00.00.00.00.00	(R)DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	(1.588.687,03)	(1.711.043,07)	(1.872.000,00)	(1.950.180,00)	(2.047.689,00)	(2.150.073,45)
1.7.0.0.00.00.00.00.00	(R)DEDUCAO DA RECEITA DE TRANSF.CORRE	(1.588.687,03)	(1.711.043,07)	(1.872.000,00)	(1.950.180,00)	(2.047.689,00)	(2.150.073,45)
TOTAL		9.037.384,29	10.685.383,08	12.263.750,00	12.550.000,00	12.969.075,00	13.617.528,83

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Lei Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Valores - R\$

Especificação	Metas Previstas Em 2014 (A)	% PIB	Metas Realizadas Em 2014 (B)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	13.504.398,40	0,0076 %	10.685.383,08	0,0060 %	(2.819.015,32)	(20,87)
Receita Primária I	13.467.898,40	0,0076 %	10.529.537,09	0,0059 %	(2.938.361,31)	(21,82)
Despesa Total	13.504.398,40	0,0076 %	2.418.797,95	0,0014 %	(11.085.600,45)	(82,09)
Despesa Primária II	13.490.298,40	0,0076 %	2.418.797,95	0,0014 %	(11.071.500,45)	(82,07)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(22.400,00)	0,0000 %	8.110.739,14	0,0046 %	8.133.139,14	(36,308,66)
Resultado Nominal	(63.888,89)	0,0000 %	379.255,11	0,0002 %	443.144,00	(693,62)
Dívida Pública Consolidada	486.111,11	0,0003 %	39.759,09	0,0000 %	(446.352,02)	(91,82)
Dívida Consolidada Líquida	336.111,11	0,0002 %	(229.240,08)	(0,0001) %	(565.351,19)	(168,20)

Fonte:

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
 Lei de Diretrizes Orçamentárias
 Anexo das Metas Fiscais
 Metas Anuais
 Ano LDO: 2016 Versão: 2

AMF - Demonstrativo I (LRF, ART. 4º, § 1º)

Valores - R\$

Especificação	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A / PIB * 100)	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (B / PIB * 100)	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (C / PIB * 100)
Receita Total	12.550.000,00	12.550.000,00	0,0070 %	12.969.075,00	12.969.075,00	0,0069 %	13.617.528,83	13.617.528,83	0,0068 %
Receita Primária I	12.433.500,00	12.433.500,00	0,0069 %	12.846.750,00	12.846.750,00	0,0068 %	13.489.087,58	13.489.087,58	0,0067 %
Despesa Total	12.550.000,00	12.550.000,00	0,0070 %	12.967.500,00	12.967.500,00	0,0069 %	13.615.875,02	13.615.875,02	0,0068 %
Despesa Primária II	12.380.000,00	12.380.000,00	0,0069 %	12.789.000,00	12.789.000,00	0,0068 %	13.428.450,02	13.428.450,02	0,0067 %
Resultado Primário(II)	53.500,00	53.500,00	0,0000 %	57.750,00	57.750,00	0,0000 %	60.637,56	60.637,56	0,0000 %
Resultado Nominal	(176.160,00)	(176.160,00)	(0,0001 %)	(185.840,00)	(185.840,00)	(0,0001 %)	(111.365,00)	(111.365,00)	(0,0001 %)
Dívida Pública Consolidada	290.640,00	290.640,00	0,0002 %	120.100,00	120.100,00	0,0001 %	24.800,00	24.800,00	0,0000 %
Dívida Consolidada Líquida	(15.360,00)	(15.360,00)	0,0000 %	(201.200,00)	(201.200,00)	(0,0001 %)	(312.565,00)	(312.565,00)	(0,0002 %)

Fonte: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
 PREFEITO MUNICIPAL

ALINE LESKE TILLMANN
 Contador
 CPNJ/CPF: 005.997.669-13
 CRC: 24474 /SC

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Lei Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Três Exercícios Anteriores
Ano LDO: 2016 Versão: 2

AMF - Demonstrativo III (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso II)

Anexo - Demonstrativo (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso II)											
Especificação	Valores a Preços Correntes - R\$										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	9.037.384,29	10.685.383,08	18,24 %	12.263.750,00	14,77 %	12.550.000,00	2,33 %	12.969.075,00	3,34 %	13.617.528,83	5,00 %
Receita Primária I	8.981.207,14	10.529.537,09	17,24 %	12.197.250,00	15,84 %	12.433.500,00	1,94 %	12.846.750,00	3,32 %	13.489.087,58	5,00 %
Despesa Total	1.901.278,68	2.418.797,95	27,22 %	2.652.595,00	9,67 %	12.550.000,00	373,12 %	12.967.500,00	3,33 %	13.615.875,02	5,00 %
Despesa Primária II	1.901.278,68	2.418.797,95	27,22 %	2.652.595,00	9,67 %	12.380.000,00	366,71 %	12.789.000,00	3,30 %	13.428.450,02	5,00 %
Resultado Primário (I - II)	7.079.928,46	8.110.739,14	14,56 %	9.544.655,00	17,68 %	53.500,00	-99,44 %	57.750,00	7,94 %	60.637,56	5,00 %
Resultado Nominal	(424.796,89)	379.255,11	-189,28 %	390.040,08	2,84 %	(176.160,00)	-145,16 %	(185.840,00)	5,50 %	(111.365,00)	-40,07 %
Divida Pública Consolidada	0,00	39.759,09	0,00 %	460.800,00	1058,98 %	290.640,00	-36,93 %	120.100,00	-58,68 %	24.800,00	-79,35 %
Divida Consolidada Líquida	(608.495,19)	(229.240,08)	-62,33 %	160.800,00	-170,14 %	(15.360,00)	-109,55 %	(201.200,00)	1209,90 %	(312.565,00)	55,35 %

Especificação	Valores a Preços Constantes - R\$										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	9.037.384,29	10.685.383,08	18,24 %	12.263.750,00	14,77 %	12.550.000,00	2,33 %	12.969.075,00	3,34 %	13.617.528,83	5,00 %
Receita Primária I	8.981.207,14	10.529.537,09	17,24 %	12.197.250,00	15,84 %	12.433.500,00	1,94 %	12.846.750,00	3,32 %	13.489.087,58	5,00 %
Despesa Total	1.901.278,68	2.418.797,95	27,22 %	2.652.595,00	9,67 %	12.550.000,00	373,12 %	12.967.500,00	3,33 %	13.615.875,02	5,00 %
Despesa Primária II	1.901.278,68	2.418.797,95	27,22 %	2.652.595,00	9,67 %	12.380.000,00	366,71 %	12.789.000,00	3,30 %	13.428.450,02	5,00 %
Resultado Primário (I - II)	7.079.928,46	8.110.739,14	14,56 %	9.544.655,00	17,68 %	53.500,00	-99,44 %	57.750,00	7,94 %	60.637,56	5,00 %
Resultado Nominal	(424.796,89)	379.255,11	-189,28 %	390.040,08	2,84 %	(176.160,00)	-145,16 %	(185.840,00)	5,50 %	(111.365,00)	-40,07 %
Divida Pública Consolidada	0,00	39.759,09	0,00 %	460.800,00	1058,98 %	290.640,00	-36,93 %	120.100,00	-58,68 %	24.800,00	-79,35 %
Divida Consolidada Líquida	(608.495,19)	(229.240,08)	-62,33 %	160.800,00	-170,14 %	(15.360,00)	-109,55 %	(201.200,00)	1209,90 %	(312.565,00)	55,35 %

Fonte: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

ALINE LESKE TILLMANN
Contador
CPNJ/CPF: 005.997.669-13
CRC: 24474 /SC

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
 Lei Diretrizes Orçamentárias
 Anexo Metas Fiscais
 Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos
 Ano LDO: 2016 Versão: 2

AMF - Demonstrativo V (LRF, ART. 4º, § 2º, inciso III)		Valores R\$	
Receitas Realizadas	2014 (a)	2013 (b)	2012 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	144.159,69	30.097,42	28.000,00
Alienação de Bens Móveis	144.159,69	30.097,42	28.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	144.159,69	30.097,42	28.000,00

Despesas Liquidadas	2014 (d)	2013 (e)	2012 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	69.643,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	69.643,00	0,00	0,00
Investimentos	69.643,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Total	69.643,00	0,00	0,00

Saldo Financeiro	(g) = ((Ia-IIId) + h)	(h) = ((Ib-IIe) + i)	(i) = (Ic-IIIf)
	283.844,11	209.327,42	179.230,00

Fonte: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
 PREFEITO MUNICIPAL

ALINE LESKE TILLMANN
 Contador
 CPNJ/CPF: 005.997.669-13
 CRC: 24474 /SC

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Metodologia e Memória de Cálculo
Anexo Das Metas Fiscais
Montante da Dívida
Ano LDO: 2016 - Versão: 2

Valores - R\$

Dívida Consolidada - DC	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Dívida Consolidada I	0,00	39.759,09	460.800,00	290.640,00	120.100,00	24.800,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	424.800,00	258.140,00	91.500,00	0,00
Precatórios Posteriores à 05/05/2000	0,00	39.759,09	36.000,00	32.500,00	28.600,00	24.800,00
Operações de Crédito Inferiores a 12 Meses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções II	608.495,19	268.999,17	300.000,00	306.000,00	321.300,00	337.365,00
Ativo Disponível	608.476,40	422.999,17	300.000,00	306.000,00	321.300,00	337.365,00
Haveres Financeiros	18,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Resto a Pagar Processados	0,00	154.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Consol. Líquida (III) = (I-II)	(608.495,19)	(229.240,08)	160.800,00	(15.360,00)	(201.200,00)	(312.565,00)
Dívida Consolidada Previdenciária	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Dívida Consolidada Previdenciária III	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES IV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Consol. Líquida Prev. (V) = (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Metodologia e Memória de Cálculo
Anexo de Metas Fiscais
Resultado Nominal
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Especificação	2013 (b)	2014 (c)	2015 (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)
Divida Consolidada (I)	0,00	39.759,09	460.800,00	290.640,00	120.100,00	24.800,00
Deduções (II)	608.495,19	268.999,17	300.000,00	306.000,00	321.300,00	337.365,00
Ativo Disponível	608.476,40	422.999,17	300.000,00	306.000,00	321.300,00	337.365,00
Haveres Financeiros	18,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Resto a Pagar Processados	0,00	154.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	(608.495,19)	(229.240,08)	160.800,00	(15.360,00)	(201.200,00)	(312.565,00)
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (VI)=(III+IV-V)	(608.495,19)	(229.240,08)	160.800,00	(15.360,00)	(201.200,00)	(312.565,00)
Resultado Nominal	(b-a)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	(424.796,89)	379.255,11	390.040,08	(176.160,00)	(185.840,00)	(111.365,00)
Especificação - Previdência	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Divida Consol. Previdenciária(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Consol. Liq. Prev. (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Fiscal Líquida Previdenciária (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Metodologia e Memória de Cálculo
Anexo das Metas Fiscais
Resultado Primário
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Valores - R\$

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	8.636.091,41	9.549.700,95	10.068.750,00	10.417.000,00	10.939.425,00	11.486.396,33
Receita Tributária	227.053,04	284.662,15	293.150,00	329.430,00	345.901,50	363.196,60
Receita de Contribuição	49.112,50	50.010,68	60.000,00	60.000,00	63.000,00	66.150,00
Receita Patrimonial	26.677,15	53.645,99	36.500,00	36.500,00	38.325,00	40.241,25
Aplicações Financeiras (II)	26.677,15	53.645,99	36.500,00	36.500,00	38.325,00	40.241,25
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	21.094,06	34.359,65	25.000,00	25.000,00	26.250,00	27.562,50
Transferências Correntes	9.869.407,22	10.795.938,59	11.488.600,00	11.878.750,00	12.472.687,50	13.096.321,90
Demais Receitas Correntes	31.434,47	42.126,96	37.500,00	37.500,00	40.950,00	42.997,53
Dedução da Receita Corrente	(1.588.687,03)	(1.711.043,07)	(1.872.000,00)	(1.950.180,00)	(2.047.689,00)	(2.150.073,45)
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III)=(I-II)	8.609.414,26	9.496.054,96	10.032.250,00	10.380.500,00	10.901.100,00	11.446.155,08
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	401.292,88	1.135.682,13	2.195.000,00	2.133.000,00	2.029.650,00	2.131.132,50
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	29.500,00	102.200,00	30.000,00	80.000,00	84.000,00	88.200,00
Transferência de Capital	371.792,88	1.033.482,13	2.165.000,00	2.053.000,00	1.945.650,00	2.042.932,50
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII)=(IV-V-VI-VII)	371.792,88	1.033.482,13	2.165.000,00	2.053.000,00	1.945.650,00	2.042.932,50
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	8.981.207,14	10.529.537,09	12.197.250,00	12.433.500,00	12.846.750,00	13.489.087,58
DESPESAS CORRENTES (X)	1.884.232,45	2.069.428,38	2.249.095,00	9.996.950,00	10.641.697,50	11.173.782,39
Pessoal e Encargos Sociais	898.920,36	979.471,68	1.151.000,00	6.052.225,00	6.468.236,25	6.791.648,07
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.250,00	5.512,50
Outras Despesas Correntes	985.312,09	1.089.956,70	1.098.095,00	3.939.725,00	4.168.211,25	4.376.621,82
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII)=(X-XI)	1.884.232,45	2.069.428,38	2.249.095,00	9.991.950,00	10.636.447,50	11.168.269,89
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	17.046,23	349.369,57	403.500,00	2.538.050,00	2.310.052,50	2.425.555,13
Investimentos	17.046,23	349.369,57	403.500,00	2.373.050,00	2.136.802,50	2.243.642,63
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	165.000,00	173.250,00	181.912,50
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV)=(XIII-XIV)	17.046,23	349.369,57	403.500,00	2.373.050,00	2.136.802,50	2.243.642,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.750,00	16.537,50
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII)=(XII+XV+XVI)	1.901.278,68	2.418.797,95	2.652.595,00	12.380.000,00	12.789.000,00	13.428.430,02
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	7.079.928,46	8.110.739,14	9.544.655,00	53.500,00	57.750,00	60.637,56

Fonte: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Metodologia e Memória de Cálculo
Anexo das Metas Fiscais
Resultado Primário
Ano LDO: 2016 Versão: 2

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
---------------	------	------	------	------	------	------

Valores - R\$

ALINE LESKE TILLMANN
Contador
CPN/CNPJ: 005.997.669-13
CRC: 24474 /SC

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Riscos Fiscais
Demonstrativo de Riscos Fiscais
Ano LDO:2016 Versão: 2

LRF, Art 4º, § 3º

R\$

Riscos Fiscais		Providências	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
DESASTRES NATURAIS	25.000,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00
Total	25.000,00	Total	25.000,00

Fonte: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

ALINE LESKE TILLMANN
Contador
CPNJ/CPF: 005.997.669-13
CRC: 24474 /SC

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4942, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4942, de 09 de outubro de 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.535 de 16/12/14

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 78.400,00 (setenta e oito mil e quatrocentos reais), por conta do excesso de arrecadação referente ao repasse do Governo Federal para custeio do CEO – Centro de Especialidades Odontológicas, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.090	Blmac - Ceo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
1385441	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – União - Saúde	R\$	78.400,00
	TOTAL	R\$	78.400,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA Nº 0755/RH

PORTARIA N. 0755/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Protocolo nº 155500/2015, Memorando SME/GAB Nº 578/2015, da Secretaria Municipal de Educação, e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 014/2015, a fim de apurar os fatos relatados no referido Protocolo, que teriam ocorrido no CEI Navegantes, bem como os fatos relatados no Memorando supracitado envolvendo a servidora Sélia Seide.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0116/RH, de 20 de fevereiro de 2015, publicada em 26 de fevereiro de 2015 para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Rio dos Cedros

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.721, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015. ESTABELECE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO E EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS NA FORMA QUE MENCIONA.

DECRETO Nº 2.721, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTABELECE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO E EXPEDIENTE NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS NA FORMA QUE MENCIONA.

FERNANDO TOMASELLI, Prefeito de Rio dos Cedros, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio dos Cedros e demais legislações de regência;

Considerando que compete ao Chefe do Poder Executivo estabelecer a organização e o funcionamento dos órgãos da administração pública, de forma a garantir a economicidade e eficiência do serviço prestado, consoante preconiza o artigo 37 da Carta Magna Republicana;

Considerando que a jornada de trabalho do servidor é compreendida através do número de horas imposta, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos em Lei e mediante a necessidade da Administração, conforme estabelecido na legislação municipal e artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988;

Considerando que as peculiaridades dos serviços prestados pelas Secretarias, impelem a necessidade de adoção de regime especial de trabalho;

Considerando a necessidade permanente de adoção de medidas que resultem na redução de despesas, buscando zelar pela economia de recursos públicos;

Considerando que os estudos efetuados pela Controladoria Interna desta municipalidade apontam como medida a atender ao princípio da economicidade no serviço público, sem comprometer a sua eficiência aos munícipes, a instituição de jornada de trabalho nos órgãos do Poder Executivo Municipal de Rio dos Cedros, na forma como disciplinado adiante, a exemplo do que ocorre em outras Unidades da Federação;

DECRETA:

Art.1º - Fica instituído, em caráter excepcional, o expediente e funcionamento nos órgãos do Poder Executivo Municipal de Rio dos Cedros, obedecidos os seguintes turnos de trabalho:

a) Secretaria da Fazenda e suas respectivas Diretorias
Segunda-feira: normal das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:00h
Terça-feira a sexta-feira: das 7:00h às 13:00h

b) Secretaria de Obras e seus respectivas Diretorias
Segunda-feira: normal das 06:30h às 12:00h e das 13:00h às 16:30h
Terça-feira a sexta-feira: das 7:00h às 13:00h

c) Secretaria de Educação (apenas para a Administração da Secretaria, excluídos os horários de funcionamento das unidades de

ensino da rede pública, suas respectivas Diretorias e Secretarias, as quais seguirão o horário normal de Trabalho elaborado e em conformidade com o Calendário Escolar)

Segunda-feira: normal das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:00h

Terça-feira a sexta-feira: das 7:00h às 13:00h

d) Procuradoria Geral e Assessorias Jurídicas

Segunda-feira a sexta-feira: normal das 08:00h às 12:00h

e) Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Segunda-feira: normal das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:00h

Terça-feira a sexta-feira: das 7:00h às 13:00h

f) Secretaria de Saúde e Bem Estar Social (inclusive Casa da Cidadania)

Segunda-feira a quinta-feira: das 07:30h às 12:00h e 13:00h às 15:30h

Sexta-feira: das 07:30h às 12:00h

g) Conselho Tutelar

Deverão os Conselheiros estabelecer Regime de Plantão a fim de garantir o funcionamento do órgão em período integral observadas e respeitadas as normativas e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§1º O expediente e funcionamento definidos nas alíneas do caput serão implementados no período compreendido entre 19 de outubro de 2015 e 21 de fevereiro de 2016.

§2º Em caso de excepcional interesse público, o turno de trabalho poderá ser alterado e adequado através de escalas previamente elaboradas e comunicadas aos servidores por intermédio das respectivas Secretarias, respeitado o disposto no artigo 3º.

§3º Ficam excluídos do cumprimento das condições definidas no caput, permanecendo inalterado o horário de expediente e de atendimento ao público, os serviços considerados essenciais pela legislação.

Art.2º - O horário especial de trabalho e expediente não se aplica aos servidores públicos da administração direta e indireta que exerçam suas funções em órgãos distintos do mencionado no presente Decreto, bem como aos servidores que, embora lotados nas respectivas secretarias, exerçam dentre suas funções serviços de acompanhamento junto aos expedientes de portaria e de segurança patrimonial ou laborem no exercício das atividades mencionadas no §3º do artigo 1º, os quais permanecerão com os seus horários inalterados.

Art.3º - Para atender a este novo horário os servidores públicos terão sua jornada diária de trabalho readequada conforme disposto neste Decreto, distribuídos conforme escala a ser elaborada pelos dirigentes de cada unidade.

§1º - A redução da jornada de trabalho não implicará na redução dos vencimentos dos servidores abrangidos pelo presente Decreto.

§2º- Em caso de excepcional interesse público, havendo a necessidade da permanência do servidor no desempenho de suas funções em período superior à jornada definida neste decreto, será respeitado o intervalo mínimo de 01 (uma) hora entre cada jornada de 4 (quatro horas), sem prejuízo à percepção de hora-extra quando a aludida permanência exceder:

I - à 8(oito) horas e 45 (quarenta e cinco) minutos de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;

II - à 8ª (oitava) hora de trabalho diário, para os ocupantes de cargos com jornada semanal de 40 (quarenta) horas, e;

III - à 7ª (sétima) hora de trabalho diário para os cargos com jornada semanal de 35 (trinta e cinco) horas.

IV - à 4ª (quarta) hora de trabalho diário para os cargos com jornada semanal de 20 (vinte) horas.

§3º - O cumprimento do horário de trabalho de que trata este artigo será comprovado mediante o registro obrigatório de ponto, o qual servirá inclusive para fins de fiscalização quanto à pontualidade e assiduidade do servidor.

Art.4º - A inobservância às regras dispostas no presente decreto culminará ao infrator a incidência nas sanções impostas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Rio dos Cedros, por desrespeito ao dever funcional.

Art.5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Rio dos Cedros, 13 de outubro de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,
aos 13 de outubro de 2015.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 167/2015 LICENÇA PREMIO NOELI T. VANIN

PORTARIA Nº 167/2015

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio, conforme prevê o § 1º o art. 73, da Lei Complementar nº 10 de 16 de dezembro de 2009, a funcionária pública Municipal NOELI TEREZINHA VANIN, matrícula nº714/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotado na secretaria municipal de ADMINISTRAÇÃO, 40 horas semanais, iniciando-se em 13 de OUTUBRO de 2015 e terminado em 10 de JANEIRO 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 13 de Outubro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 106/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL – TERMO ADITIVO	
Contrato Nº	106/2015
Cont. Principal	98/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	Reequilíbrio de valor de combustíveis.
Vigência	07 de outubro a 31 de dezembro de 2015.
Valor	R\$ 4.236,27 (quatro mil duzentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos).
Santiago do Sul-SC, 07 de outubro de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
Prefeito Municipal	

CONTRATO 22/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
EXTRATO CONTRATUAL – TERMO ADITIVO	
Contrato Nº	22/2015
Cont. Principal	19/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	AUTO POSTO SANTIAGO LTDA - EPP
Objeto	Reequilíbrio de valor de combustíveis.
Vigência	07 de outubro a 31 de dezembro de 2015.
Valor	R\$ 500,33 (quinhentos reais e trinta e três centavos).
Santiago do Sul-SC, 07 de outubro de 2015.	
TADEU PAULO TOAZZA	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

CONTRATO 107/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL – TERMO ADITIVO	
Contrato Nº	107/2015
Cont. Principal	99/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	AUTO POSTO SANTIAGO LTDA - EPP
Objeto	Reequilíbrio de valor de combustíveis.
Vigência	07 de outubro a 31 de dezembro de 2015.
Valor	R\$ 766,64 (um mil e quarenta e um reais e vinte e dois centavos).
Santiago do Sul-SC, 07 de outubro de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
Prefeito Municipal	

EDITAL 04/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº. 122/2015.	
Edital: TOMADA DE PREÇO Nº.04/2015.	
Tipo: LOTE.	
Objeto: Prestação de serviço de pavimentação asfáltica nas ruas Luiz Nespolo, Jacob Corso e Humberto de Alencar Castelo Branco, como aplicação de recursos do Fundo Especial do Petróleo, conforme projeto Nº. 4.885/15 da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC.	
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 09 de novembro de 2015.	
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 17 de novembro de 2015.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .	
SANTIAGO DO SUL, 09 de outubro de 2015.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 21/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
EXTRATO CONTRATUAL – TERMO ADITIVO	
Contrato Nº	21/2015
Cont. Principal	18/2015
Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	Reequilíbrio de valor de combustíveis.
Vigência	07 de outubro a 31 de dezembro de 2015.
Valor	R\$ 284,31 (duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e um centavos).
Santiago do Sul-SC, 07 de outubro de 2015.	
TADEU PAULO TOAZZA	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

EDITAL 103/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº. 121/2015.	
Edital: PREGÃO Nº. 103/2015.	
Objeto: Aquisição de bola de futebol de campo em E.V.A para ser distribuído para as crianças do Município de 0 à 12 anos em virtude das comemorações das festividades natalinas, que acontecerá no dia 13 de dezembro de 2015, conforme autorizado pela Lei Municipal Nº. 796/2015 de 02 de outubro de 2015.	
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06 de novembro de 2015.	
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06 de novembro de 2015.	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .	
SANTIAGO DO SUL, 09 de outubro de 2015.	

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 104/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 123/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 104/2015.
Objeto: Aquisição de óleo lubrificante para substituição nos tratores de pneus utilizados nos serviços da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 09 de novembro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 09 de novembro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 09 de outubro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 65/2015

Pregão Presencial nº 65/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 65/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 27 de outubro de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para fornecimento de geradores, equipamentos e realizar todas as obras e instalações elétricas necessárias para instalar dois conjuntos geradores para atender a ETE Cruzeiro e elevatórias de esgoto sanitário.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(67) 4.4.90.52.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário– Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 104/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 104/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 039/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 27 de outubro de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE LIXEIRAS PARA PRAÇAS, RUAS E OUTROS LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacoes@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 09 de outubro de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi - Pregoeiro Oficial.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 105/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 105/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 040/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 29 de outubro de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventual futura AQUISIÇÃO DE POSTES DE CONCRETO PADRÃO CELESC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacoes@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 09 de outubro de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi - Pregoeiro Oficial.

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 114/2015- PREGÃO 53/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 114/2015
PREGÃO PRESENCIAL 53/2015 – REGISTRO DE PREÇO
(Cota reservada para ME,MEI,EPP)

OBJETO: Aquisição de equipamento de informática, eletrônicos e cadeiras para diversas secretarias.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 27/10/2015 às 14:00horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo site www.saojoaquim.sc.gov.br . inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 25 de SETEMBRO de 2015.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ACÓRDÃO Nº 15/2015

ACÓRDÃO Nº 15/2015

PROCESSO 8582/2013

REQUERENTE: SIRLEU CRISTOVÃO

ASSUNTO: BAIXA DE ATIVIDADE, PRESCRIÇÃO E CANCELAMENTO DE DÉBITOS.

Conselheiro Relator: Sérgio Murilo da Silva

Relatório:

21/05/2015 – O requerente solicita baixa, prescrição e cancelamento débitos CNPJ 07.402.691/0001-07 declarando não exercer atividades desde 2001.

-Apresentou I.R. do CNPJ 74.056.961/0001-54 de 2001/2002/2003 todos sem movimentação.

- Relatório da PMSJ de débitos ISS de 95 a 2008 zerados e TFPU 30/04/13 no valor R\$ 334,13 relatório dividas TFPU 97 a 2003 totalizando R\$ 4.475,19

18/09/13 – Fiscalização tributos analisa e entende que TFPU 2004 a 2013 não prescreveu além de multa de 5 URM.

21/01/14 – SIRLEU CRISTOVÃO solicita reanalise e paga multa.

- Apresenta CND e encerramento atividades CMC 17733-0 e 15696-0

27/01/14 – Fiscalização tributos aceita baixa do CMC 15696-0 e mantém decisão da folha 12 referente CMC 189222-3

28/01/14 – SIRLEU CRISTOVÃO solicita ao conselho o cancelamento do CMC 189222-3 por inatividade.

15/05/14 –Procurador do município explana os acontecidos acima e relata falta de amparo legal e mantém decisão referente CMC 189222-3

27/07/14 - Relator conselho solicita copia DIPJ e relatórios de notas CNPJ 07.402.691/0001-07.

- Apresenta então consultas internet da receita federal do CNPJ 74.056.961/0001-54.

29/08/14 – Novamente relator solicita documentos do CNPJ 07.402.691/0001-07.

30/04/15 – Secretaria Receita informa que SIRLEU CRISTOVÃO tem AIDF de 1994 de 5 blocos e nada foi registrado dessas notas.

- Apresentado espelho cadastro econômico CMC 189222-3 CNPJ 07.402.691/0001-07 e cartão CNPJ que é uma Empresa do PR.

- Apresentado extrato CDA do CNPJ 74.026.910/0001-07 contribuinte 78011 com valor de R\$ 1.274,16

30/07/15 – Requer sustentação oral

06/08/15 – Sustentação oral

13/08/15 – Apensado declaração do contador que o CNPJ correto é o 74.056.961/0001-54

- Consulta da receita federal onde consta outro nome na constituição do CNPJ 07.402.691/0001-07

27/08/15 – Relator solicita relatório de débitos dos CMC 15696-0 17733-0 189222-0

Quanto ao cancelamento indeferido o interessado arguiu, em sua defesa, que nos anos 2004 a 2013 não houve execução de projetos de topografia que motivassem a cobrança da referida taxa. Juntou certidão negativa do CREA.

VOTO

Verificada a tempestividade e cumprimento dos requisitos do Código Tributário Municipal, acolhe-se o presente recurso, no sentido de reformar em parte a decisão de primeira instância, tendo em vista as razões abaixo esposadas.

Instituída pela Lei Municipal nº 2.992/96, a TFPU (Taxa de Fiscalização do Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas) passou

a integrar a legislação tributária municipal.

O fato gerador da TFPU é o pedido de Licença para Localização e Funcionamento, realizado na execução de uma obra (art. 1º, Lei nº 2.992/96).

De acordo com o Código Tributário Nacional, o "fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência" (Art. 114). Desta forma, é válido dizer que, sem fato gerador, não há tributação.

A doutrina tributária é clara quanto aos princípios que limitam o poder de tributar, dentre estes se encontra o princípio da legalidade. De acordo com Amaro, a legalidade tributária não implica na simples preeminência da lei, mas a reserva absoluta da lei. "[...] Vale dizer, a necessidade de que toda conduta da administração tenha o seu fundamento positivo na lei, ou, por outras palavras, que a lei seja o pressuposto necessário e indispensável de toda a atividade administrativa".

O interessado acosta nos autos certidão do CREA, comprovando que não executou projetos de 2004 a 2013, fazendo com que não surgisse aí o fato gerador da TFPU e a legalidade de sua cobrança conforme se lê em decisão da Segunda Câmara de Direito Comercial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

MANDADO DE SEGURANÇA. TAXA DE FISCALIZAÇÃO. COBRANÇA PELO MUNICÍPIO. ILEGALIDADE. RECURSO E REMESSA DESPROVIDOS. Ausentes a contraprestação de serviço e a materialização do poder de polícia capazes de justificar a exação, incabível é a exigência anual da denominada "taxa de fiscalização". Ademais, "É ilegítima a cobrança de taxa, pelo Município, na renovação de licença para localização de estabelecimento comercial ou industrial" (STJ, súmula 157) (TJSC, AC nº 1999.001468-1, Rel. Des. Maria Eloísa Neves May, 2ª Câmara de Direito Comercial, 08.04.1999) (grifou-se).

Sendo assim, nos anos de 2004 a 2013, a cobrança da TFPU se faz irregular, considerando que "a taxa representa tributo sintagmático vinculado à atividade estatal, pois correspondente a uma contraprestação do contribuinte em razão da atuação estatal". (TJSC, AC nº 2010.048796-6, Rel. Des. João Alexandre Dobrowolski Neto, 3ª Câmara de Direito Público, 19.10.2010).

Novamente, ressalta-se que, se não há atuação estatal, não há obrigação tributária.

Portanto, reforma-se parcialmente a decisão singular e acolhe-se o recurso em sua integralidade, no sentido de cancelar a CDA referente à TFPU dos anos de 2004 a 2013, haja vista a inexistência de execução de projetos, conforme fundamentos supramencionados.

É como voto.

ACÓRDÃO

Acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na Sessão 202ª, POR UNANIMIDADE CONHECER O RECURSO E DAR-LHE PROVIMENTO PARA CANCELAR OS DÉBITOS DE TFPU DO CADASTRO CMC 189222 RELATIVOS AOS EXERCÍCIOS DE 2004 A 2013, BEM COMO PARA DAR BAIXA NESTE CADASTRO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR SERGIO MURILO DA SILVA.

São José, 08 de Outubro de 2015.

CLÓVIS RENATO SQUIO

Presidente

SERGIO MURILO DA SILVA Conselheiro Relator	ROZANA MARIA KUSTER Secretária Geral
KARINA DA SILVA GRACIOSA Procuradora da Fazenda	

ANULAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2015

ANULAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2015. A Secretária de Administração, no uso de suas atribuições, vem informar ao Sr. Alex Willian Hoppe que o Contrato nº 114/2015 foi anulado, conforme decisão exarada no Processo Administrativo nº 022053/2015, tendo como base o Parecer Jurídico nº 422/2015 da Procuradoria-Geral do Município, Art. 59 da Lei 8.666/93, Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, Prejulgado nº 614 do TCE/SC e Acórdão do Processo nº 1988.039851-8 do TJSC. São José, em 14 de Outubro de 2015. Sinara Regina Landt Simioni.

ATO JUSTIFICATIVO PARA CONCESSÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Adeliara Dal Pont, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 5º da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, torna público que irá instaurar procedimento licitatório, para outorga de concessão, tendo por objeto a "CONCESSÃO DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA CONTROLE DA ROTATIVIDADE DE VEÍCULOS, COM O USO DE PARQUÍMETROS ELETRÔNICOS MULTIVAGAS".

Para optar pelo regime de concessão, dentre outras razões, a Administração levou em consideração os seguintes aspectos:

- a) Que no Município de São José/SC, há um aumento significativo do número de veículos automotores em circulação, demonstrando uma tendência de crescimento rápido para os próximos anos, trazendo consequências negativas para fluidez do trânsito, bem como, para o estacionamento, particularmente em centros de grande movimentação;
- b) Que o estacionamento rotativo é um instrumento da engenharia de tráfego criado com o objetivo de permitir que várias pessoas possam ocupar a mesma vaga ao longo do dia, quando o volume de estacionamento de veículos que deseja estacionar em uma determinada localidade é maior que a quantidade de vagas disponíveis, democratizando o uso do espaço público em áreas onde o espaço é escasso;
- c) Que em razão do relacionado no item "b" que o Poder Público deve adotar providências que venham proporcionar soluções eficazes objetivando o conforto e a segurança para os usuários das áreas públicas de estacionamento e por consequência para as empresas localizadas nas regiões, especialmente aqueles das atividades de comércio, prestadores de serviço e escritórios em geral;
- d) Que o estacionamento rotativo pago, em vias e logradouros públicos, é um poderoso instrumento de gestão de trânsito, enquanto ordenador do uso do solo viário urbano;
- e) Que dentre vários fatores de grande importância no uso do sistema automatizado, destacamos:
 - Garantir ao usuário facilidade na aquisição de horas de estacionamento, tanto na localização dos equipamentos quanto na sua utilização, com transações simplificadas, possibilitando independência, além de reordenar e ampliar a oferta de vagas para o estacionamento de veículos;
 - Permitir ao usuário pagar proporcionalmente ao tempo utilizado, minuto a minuto, através de meios eletrônicos, isto é, pagamento por tempo real de utilização da vaga;

- Garantir, ao Poder Público, perfeito controle sobre a arrecadação, além de proporcionar flexibilidade nas programações dos equipamentos, o que permite um melhor planejamento da operação dos serviços, trazendo resultados positivos para o estacionamento e para o tráfego em geral

f) Que, por se tratarem de serviços complexos, o Município de São José/SC, certamente enfrentará dificuldades estruturais e técnicas, para realizar a exploração direta e sobretudo considerando a importância do serviço a ser prestado;

g) Que o Art. 175 da Constituição Federal, assim como o art. 14 da Lei 8.987/95, vedam a contratação, bem como a prorrogação de contrato de concessão, sem a realização de procedimento licitatório;

Os fundamentos legais da decisão encontram-se:

a) Na Constituição da República que dispõe: "Art. 30. Compete aos Municípios: (...) V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;"; e ainda: "Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos";

b) Na Lei Federal 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos: "Art. 14. Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório".

c) Na Lei Municipal 4.934/2009 que no seu Art. 1º determina que: "Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a estabelecer nos bens públicos de uso comum do povo, em locais previamente determinados, o Sistema de Estacionamento Rotativos para Veículos Automotores – SERVAM, mediante o pagamento de preço público".

RESOLVE

I - Determinar a adoção das providências necessárias a abertura do procedimento licitatório, na modalidade de Concorrência Pública, tipo maior oferta, para "CONCESSÃO DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA CONTROLE DA ROTATIVIDADE DE VEÍCULOS, COM O USO DE PARQUÍMETROS ELETRÔNICOS MULTIVAGAS";

II - O prazo de concessão será de 10 (dez) anos;

III- A área de abrangência da concessão compreende todo o território do Município de São José/SC

Publique-se o presente uma vez no Diário Oficial do Município e em jornal de grande circulação local, para conhecimento público.

São José, em 09 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5083/2015

DECRETO Nº 5083/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 61.542,31 (sessenta e um mil, quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e um centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0111.2.184 – PSB – Serv. De Convivência e Fortalecimento de Vínculos

1870 – 3.3.90.30.00.00.0023 – Material de Consumo,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
..... R\$ 35.542,31
Total desta Atividade
..... R\$ 35.542,31

28.01.08.243.0111.2.085 – PSEAC – Serv. Acolh. Institucional para Crianças / Adolescente, Casa Lar / Abrigo

1829 – 4.4.90.52.00.00.0022 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social
..... R\$ 26.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 26.000,00
Total do Órgão
.... R\$ 61.542,31
Total do Crédito Adicional Suplementar
.. R\$ 61.542,31

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 61.542,31 (sessenta e um mil, quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e um centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**28.01 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

28.01.08.126.0111.2.187 – Gestão do SUAS – Gestão da Informação e Cadastro Único

1756 – 3.3.90.39.00.00.0023 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
..... R\$ 35.542,31

1758 – 3.3.90.93.00.00.0022 – Indenizações e Restituições,
Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social
..... R\$ 26.000,00
Total desta Atividade
..... R\$ 26.000,00
Total do Órgão
.... R\$ 61.542,31
Total da Anulação
... R\$ 61.542,31

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 5084/2015

DECRETO Nº 5084/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 3.650,00 (três mil e seiscentos e cinquenta reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA**02.01 – CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA**

02.01.04.122.0105.2.002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete da Prefeita

28 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios
..... R\$ 3.650,00
Total desta Atividade
..... R\$ 3.650,00
Total do Órgão
..... R\$ 3.650,00
Total do Crédito Adicional Suplementar
... R\$ 3.650,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 3.650,00 (três mil e seiscentos e cinquenta reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA**02.07 – CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA**

02.07.04.124.0107.2.458 – Funcionamento e Manutenção da Chefia de Controle Interno e Auditoria

107 – 3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias – Civil,
Recursos Próprios
..... R\$ 3.000,00
108 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
Recursos Próprios
..... R\$ 650,00
Total desta Atividade R\$ 3.650,00
Total do Órgão R\$ 3.650,00
Total da Anulação R\$ 3.650,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 5085/2015

ECRETO Nº 5085/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 60.000,00(sessenta mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

31.00 – FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL

31.01 – FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL

31.01.02.062.0105.2.301 – Funcionamento e Manutenção do Fundo de Reaparelhamento PGM

2171 – 3.3.90.39.00.00.0129 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos 129 – Honorários AdvocatíciosR\$ 30.000,00

2170 – 3.3.90.36.00.00.0129 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,

Recursos 129 – Honorários AdvocatíciosR\$ 15.000,00

2169 – 3.3.90.30.00.00.0129 – Material de Consumo,

Recursos 129 – Honorários AdvocatíciosR\$ 15.000,00

Total desta Atividade R\$ 60.000,00

Total do Órgão ... R\$ 60.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar . R\$ 60.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

31.00 – FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL

31.01 – FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL

31.01.02.062.0105.2.301 – Funcionamento e Manutenção do Fundo de Reaparelhamento PGM

2172 – 4.4.90.52.00.00.0129 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos 129 – Honorários Advocatícios R\$ 60.000,00

Total desta Atividade R\$ 60.000,00

Total do Órgão ... R\$ 60.000,00

Total da Anulação .. R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 5086/2015

DECRETO Nº 5086/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 51.892,00 (cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e dois reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.15.453.0112.1.004 – Implantação e Manutenção de Abrigos de Passageiros,

Pontos de Taxi e Terminais

574 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 51.892,00

Total desta Atividade R\$ 51.892,00

Total do Órgão R\$ 51.892,00

Total do Crédito Adicional Suplementar . R\$ 51.892,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 51.892,00 (cinquenta e um mil oitocentos e noventa e dois reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito

528 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 21.892,00

Total desta Atividade R\$ 21.892,00

09.01.06.183.0112.2.009 – Municipalização do Trânsito,

556 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 30.000,00
 Total desta Atividade R\$ 30.000,00
 Total do Órgão R\$ 51.892,00
 Total da Anulação R\$ 51.892,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.
 ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

DECRETO Nº 5087/2015

DECRETO Nº 5087/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 25 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 153.666,76 (cento e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos) referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0106.1.540 – Pavimentação de Ruas

841 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
 Recursos Próprios R\$ 99.666,76
 Total deste Projeto R\$ 99.666,76

14.01.15.122.0105.2.015 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

789 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 54.000,00
 Total desta Atividade R\$ 54.000,00
 Total do Órgão R\$ 153.666,76
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 153.666,76

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 153.666,76 (cento e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos), na dotação consignada no

Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.16.482.0106.1.084 – PAC – POLIGONAL II

926 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,
 Recursos Próprios R\$ 153.666,76
 Total deste Projeto R\$ 153.666,76
 Total do Órgão R\$ 153.666,76
 Total da Anulação R\$ 153.666,76

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de setembro de 2015.
 ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

DECRETO Nº 5106/2015

DECRETO Nº 5106/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 4º Lei Municipal nº 5.466/2015, redação dada pela Lei Municipal nº 5.469/2015

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
 09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.401 – Videomonitoramento Comunitário

3.3.90.93.00.00.0080 – Indenizações e Restituições,
 Recursos Próprios R\$ 200.000,00
 Total desta Atividade R\$ 200.000,00
 Total do Órgão R\$ 200.000,00
 Total do Crédito Adicional Especial R\$ 200.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
 09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.15.451.0112.1.173 – Sinalização Horizontal e Vertical para o Município

564 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 200.000,00
Total desta Atividade R\$ 200.000,00
Total do Órgão R\$ 200.000,00
Total da Anulação R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de outubro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 5112/2015

DECRETO Nº 5112/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.811.0104.2.404 – Funcionamento e Manutenção do Desporto de Rendimento

982 – 3.3.50.41.00.00.0080 – Contribuições,
Recursos Próprios R\$ 20.000,00
Total desta Atividade R\$ 20.000,00
Total do Órgão R\$ 20.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.405 – Promoção, Apoio e Patrocínio de Eventos Esportivos e de Lazer – FUNESJ

1060 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros

– Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 20.000,00
Total desta Atividade R\$ 20.000,00
Total do Órgão R\$ 20.000,00
Total da Anulação R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de outubro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 5137/2015

DECRETO Nº 5137/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, A ÁREA DE TERRA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 62, item X, c/c os artigos 104 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, e no art. 5º, alínea "n", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial uma área de terras com 4.633,53m² (quatro mil seiscentos e trinta e três metros e cinquenta e três centímetros quadrados), contendo as seguintes coordenadas: vértice 1 N 6.946.330,013 m. e E 724.896,444 m., situado no limite com a, Rua Adelino Joaquim dos Santos, deste, segue com azimute e 110°57'02" e distância de 68,21 m., confrontando neste trecho com Cemitério Municipal da Colônia Santana, até o vértice 2, de coordenadas N 6.946.305,624 m. e E 724.960,145 m.; deste, segue com azimute de 188°40'23" e distância de 63,66m., confrontando neste trecho com - José Rocha Junior, até o vértice 3, de coordenadas N 6.946.242,688 m. e E 724.950,545 m.; deste, segue com azimute de 279°38'48" e distância de 63,31 m., confrontando neste trecho com José Rocha Junior, até o vértice 4, de coordenadas N 6.946.253,297 M. e E 724.888,130 m.; deste, segue com azimute de 2°57'36" e distância de 26,55 m., confrontando neste trecho com Rua Adelino Joaquim dos Santos, até o vértice 5, de coordenadas N 6.946.279,809 m. e E 724.889,501 m.; deste, segue com azimute de 6°36'51" e distância de 27,84 m., confrontando neste trecho com Rua Adelino Joaquim dos Santos, até o vértice 6, de coordenadas N 6.946.307,463 m. e E 724.892,707 m.; deste, segue com azimute de 9°24'35" e distância de 22,86 m., confrontando neste trecho com Rua Adelino Joaquim dos Santos, até o vértice 1, de coordenadas N 6.946.330,013 m. e E 724.896,444 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo Único - A área de terra de que trata o presente Decreto destinar-se-á à regularização e ampliação do Cemitério Público Municipal do Bairro Colônia Santana.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal em São José (SC), 09 de outubro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

EDITAL Nº. 026/2015/FUNDESJ

EDITAL Nº. 026/2015/FUNDESJ

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES SUBSTITUTOS POR TEMPO DETERMINADO – EDITAL Nº 024/2015/FUNDESJ.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, TORNAM PÚBLICA.

1. A homologação das inscrições do Processo Seletivo Simplificado, nos termos do Edital nº 024/2015/FUNDESJ, é o constante no Anexo Único.

2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 09 de outubro de 2015.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha
Reitora do Centro Universitário Municipal de São José – USJ

ANEXO ÚNICO

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 024/2015/FUNDESJ

Área: Educação - Vaga 1.1	
Inscrição	CPF do Candidato
001	548.457.939-20

PREGÃO PRESENCIAL 110/2015 – PROCESSO Nº 355/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 110/2015 – Processo nº 355/2015: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS 0 (ZERO) KM DESTINADOS AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA/CADASTRO ÚNICO E A DIRETORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 27/10/2015 às 13h45min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 27/10/2015 às 14h15min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 242/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 08/10/2015 Processo: 392/2015
--	--

Resultado Dispensa por Justificativa Nº 242/2015 REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 392/2015 - Dispensa por Justificativa Nº 242/2015

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO À RUA JOAQUIM VAZ, Nº 1647, PRAIA COMPRIDA - SÃO JOSÉ/SC. DESTINADO À INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA - CENTRO POP.

1 – A comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 4964/2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 – Após análise dos documentos e abertura da proposta fica classificado pelo critério de menor preço o senhor abaixo:

Lote	Item	Fornecedor	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
1	1	JONAS RICARDO PIRES	12,0	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00

Valor Total	Valor Total Extenso
R\$ 48.000,00	quarenta e oito mil reais

São José, 08 de outubro de 2015.

LEONARDO WIETHORN RODRIGUES Presidente / CPL	PAULO DUTRA Membro
---	-----------------------

KETY SILVA TRIERVEILER Membro	RAMON S. CAMPOS MARTINS Membro	REJANE MAGALI S. MEDEIROS Membro
----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------------

REVOGAÇÃO DO LEILÃO N° 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO LEILÃO N° 001/2014 – Processo n° 400/2014: Objeto: LEILÃO DE EQUIPAMENTOS, SUCATAS, LANCHAS E BENS INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Motivo: Por razões de interesse público.

TERMO DE ACORDO PARA DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL

TERMO DE ACORDO PARA DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n° 82.892.274/0001-05, com sede administrativa na Avenida Acioni Souza Filho, 403, Centro, São José, 88.103-790, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Adeliara Dal Pont, e pelo seu Secretário Municipal de Serviços Públicos, Sr. Michel da Silva Schlemper, denominado DESAPROPRIANTE e JOSÉ ROCHA JÚNIOR, brasileiro, divorciado, aposentado, portador da carteira de identidade n° 417.554 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o n° 077.892.039-91, residente e domiciliado na Rua Heriberto Hulse, esquina com BR101, S/N, CEP 88.110-010, Bairro Serraria, São José/SC, e AGOSTINHA MARIA DA SILVA, brasileira, divorciada, aposentada, portadora da carteira de identidade n° 2.672.565 SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o n° 033.032.289-30, residente e domiciliada na Rua João Adelino Ventura, n° 532, Bairro Colônia Santana, São José/SC doravante denominado DESAPROPRIADOS, nos termos do art. 10 do Decreto-Lei n° 3.365, de 21 de junho de 1.941, têm certo e ajustado o presente ACORDO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O Ente DESAPROPRIANTE, por intermédio do Decreto n° 5.137/2015, objetivando a regularização e ampliação do Cemitério Municipal, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terras a ser desmembrada do imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José sob o n° 1.902, às folhas 0020, do Livro 2-K, medindo 4.633,53m² (quatro mil seiscentos e trinta e três metros e cinquenta e três centímetros quadrados), contendo as seguintes coordenadas: vértice 1 N 6.946.330,013 m. e E 724.896,444 m., situado no limite com a, Rua Adelino Joaquim dos Santos, deste, segue com azimute e 110°57'02" e distância de 68,21 m., confrontando neste trecho com Cemitério Municipal da Colônia Santana, até o vértice 2, de coordenadas N 6.946.305,624 m. e E 724.960,145 m.; deste, segue com azimute de 188°40'23" e distância de 63,66m., confrontando neste trecho com - José Rocha Junior, até o vértice 3, de coordenadas N 6.946.242,688 m. e E 724.950,545 m.; deste, segue com azimute de 279°38'48" e distância de 63,31 m., confrontando neste trecho com José Rocha Junior, até o vértice 4, de coordenadas N 6.946.253,297 M. e E 724.888,130 m.; deste, segue com azimute de 2°57'36" e distância de 26,55 m., confrontando neste trecho com Rua Adelino Joaquim dos Santos, até o vértice 5, de coordenadas N 6.946.279,809 m. e E 724.889,501 m.; deste, segue com azimute de 6°36'51" e distância de 27,84 m., confrontando neste trecho com Rua Adelino Joaquim dos Santos, até o vértice 6, de coordenadas N 6.946.307,463 m. e E 724.892,707 m.; deste, segue com azimute de 9°24'35" e distância de 22,86 m., confrontando neste trecho com Rua Adelino Joaquim dos Santos, até o vértice 1, de coordenadas N 6.946.330,013 m. e E 724.896,444 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

CLÁUSULA SEGUNDA

As partes, para os efeitos desta desapropriação amigável, acordam que o preço total pago pelo Ente DESAPROPRIANTE foi o de R\$ 125.105,42 (cento e vinte e cinco mil cento e cinco reais e quarenta e dois centavos), conforme laudo de avaliação às folhas 120 dos autos do Processo Administrativo n° 16.934/2012.

PARÁGRAFO ÚNICO

A presente desapropriação correrá por conta da dotação da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SUS do exercício de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA

O pagamento mencionado na Cláusula SEGUNDA dar-se-á em 01 (uma) parcela, a ser paga até o dia 31 de março de 2016.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor da desapropriação será rateado na proporção de 40% (quarenta por cento) para o Senhor JOSÉ ROCHA JÚNIOR e 40% (quarenta por cento) à Senhora AGOSTINHA MARIA DA SILVA, sendo que os 20% (vinte por cento) restantes os DESAPROPRIADOS requerem e concordam no presente ato que quando do pagamento da desapropriação sejam repassados diretamente ao escritório de advocacia contratado, na pessoa do dr. IG HENRIQUE QUEIROZ GONÇALVES, OAB/SC 22.423, conforme fotocópia do contrato de prestação de serviços jurídicos que fazem juntar às fls. 126/127 dos autos do Processo Administrativo n° 16.934/2012.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em razão do condomínio decorrente do divórcio, bem como da verba advocatícia mencionada no parágrafo primeiro desta cláusula, o pagamento será subdividido em 03 (três) partes, na proporção de 40% (quarenta por cento) para cada Desapropriado e 20% (vinte por cento) ao escritório de advocacia, devendo cada quota parte ser depositada nas seguintes contas:

- a) José Rocha Junior, Banco do Brasil, Agência nº 5701-9, Conta Poupança nº 11.275-5 – Variação 51;
- b) Agostinha Maria da Silva, Agência nº 3078, Conta Poupança nº 15554-9 - Operação 013; e
- c) Ig Henrique Queiroz Gonçalves, CPF 032.755.389-85, Agência nº 0408, Conta Poupança nº 00555440-3 – Operação 013.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O valor estipulado e acordado não sofrerá qualquer reajuste, ônus ou juros.

PARÁGRAFO QUARTO

Paga a indenização desapropriatória os DESAPROPRIADOS dão ampla, rasa e geral quitação ao Ente DESAPROPRIANTE, para mais nada reclamarem, a que título for, transferindo-lhe todo o domínio, posse, direito e ação que até esta data exerciam sobre o imóvel ora desapropriado, com o que nele contém, não só por força deste TERMO, como também em razão da cláusula "constituti", renunciando ainda os DESAPROPRIADOS a qualquer ação tendente a invalidar ou tornar ineficaz a desapropriação assim feita, seja qual for a utilização que for dada ao imóvel, bem assim a qualquer crédito, que porventura tenham com relação ao aludido imóvel.

CLÁUSULA QUARTA

A partir da data de assinatura deste instrumento, os DESAPROPRIADOS se comprometem em desocupar o imóvel desapropriado, entregando sua posse ao Ente DESAPROPRIANTE, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA QUINTA

OS DESAPROPRIADOS comprometem-se, ainda, por si e seus sucessores, a transmitir a escritura do imóvel ao Ente DESAPROPRIANTE, conforme estipulado neste instrumento, por todos os termos de acordo, fazendo-o bom, firme e valioso, no presente e no futuro, nada mais tendo a reclamar.

Assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

São José/SC, 13 de outubro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
Secretário Municipal de Serviços Públicos - SUSP

JOSÉ ROCHA JÚNIOR
Desapropriado

AGOSTINHA MARIA DA SILVA
Desapropriada

Testemunhas:

CPF/MF Nº _____

CPF/MF Nº _____

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2015/GAB

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2015/GAB. PARTES: O Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e o Estado de Santa Catarina. OBJETO: cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito de dois Veículos Marca Ford, modelo Ka SE 1.5 HA, tipo Automóvel, combustível Álcool/Gasolina, ano de fabricação/modelo 2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros – FUMCBM. PRAZO: 05 (Cinco) anos, a contar da data de assinatura, renováveis. LOCAL E DATA: São José, 23 de setembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont pelo Município de São José e o Coronel BM – Onir Mocellin pelo Corpo de Bombeiros.

São José do Cedro

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 046, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 046, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

“AUTORIZA O REGISTRO DE LOTE URBANO DA MATRÍCULA 4.582 COM ÁREA INFERIOR AO PREVISTO NA LEI 669/1982.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o registro de parte do Lote Urbano nº 16 com área de 231,86m² e parte do Lote Urbano nº 15, com área de 51,02m², totalizando 282,88m², constante da matrícula nº 4.582, com área mínima inferior ao previsto no artigo 29 da Lei Municipal 669 de 15 de outubro de 1982, alterada pelo artigo 3º da Lei Municipal 3.516 de 30 de maio de 2008.

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,
13 de outubro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4.418, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 4.418, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL RECEBER, POR DOAÇÃO, ÁREA DE TERRA PARA ABERTURA DE RUA, AUTORIZA REGISTRO DE LOTE COM ÁREA INFERIOR A 300M², DENOMINA NOME DE TRAVESSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o recebimento por doação de parte do lote urbano nº 15 com área de 52,67m² e parte do lote urbano nº 14 com área de 69,51m², da quadra nº 06 ambos da matrícula nº 5133, de propriedade do Senhor Olir Cozer e parte do Lote urbano nº 16 com área de 65,39m² e parte do Lote Urbano nº 15 com área de 14,48m², da quadra nº 06, ambos da matrícula nº 4582 de propriedade do Senhor Alcido José Lebens, todos situados no Bairro Ipiranga, município de São José do Cedro – Estado de Santa Catarina, com a finalidade de abertura de uma Travessa que divide a quadra nº 06 do Bairro Ipiranga e liga a Rua Paraná com a Rua Hermínio Conte.

Art. 2º. Os Lotes desmembrados passarão a ter as seguintes confrontações:

I - Área desmembrada da matrícula nº 5133, com área total de 122,18m²

NOROESTE: com os lotes urbanos nº 11, 12 e 13, medindo 25,82 metros;

SUDOESTE: com parte do mesmo lote urbano nº 15, medindo 4,63 metros;

SUDESTE: com parte dos mesmos lotes urbanos nº 14 e 15, medindo 25,82 metros;

NORDESTE: com o lote urbano nº 11, medindo 4,86 metros.

II – Área remanescente de parte do lote nº 15 com 181,18m² e de parte do lote nº 14 com 231,94m², totalizando na matrícula nº 5133 uma área de 413,12m²

NOROESTE: com os lotes urbanos nº 14 e 15, medindo 25,82 metros;

SUDOESTE: com parte do mesmo lote urbano nº 15, medindo 16,00 metros;

SUDESTE: com os lotes urbanos nº 06 e 07, medindo 25,82 metros;

NORDESTE: com o lote urbano nº 11, medindo 16,00 metros.

III - Área desmembrada da matrícula nº 4582, com área total de 79,87m²

NOROESTE: com parte dos lotes urbanos nº 10 e 11, medindo 17,68 metros;

SUDOESTE: com o lote urbano nº 04, medindo 4,43 metros;

SUDESTE: com parte dos mesmos lotes urbanos nº 15 e 16, medindo 17,68 metros;

NORDESTE: com parte do mesmo lote urbano nº 15, medindo 4,63 metros.

IV - Área remanescente de parte do lote nº 16 com 231,86m² e de parte do lote nº 15 com 51,02m², totalizando na matrícula nº 4582

uma área de 282,88m²

NOROESTE: com parte dos lotes urbanos nº 15 e 16, medindo 17,68 metros;

SUDOESTE: com o lote urbano nº 04, medindo 16,00 metros;

SUDESTE: com os lotes urbanos nº 05 e 06, medindo 17,68 metros;

NORDESTE: com parte do mesmo lote urbano nº 15, medindo 16,00 metros.

Art. 3º. Fica nomeada "TRAVESSA SANTA CATARINA", a passagem que divide a quadra nº 06, do Bairro Ipiranga, que liga a Rua Paraná com a Rua Hermínio Conte, citada no artigo 1º.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de outubro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4.419, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 4.419, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

"ACRESCE DISPOSITIVO À LEI MUNICIPAL Nº 4.169, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 4.169, de 03 de dezembro de 2013 passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 9º – Para fins de obtenção de financiamento para construção sobre o imóvel recebido em doação, o donatário poderá constituí-la como garantia de alienação fiduciária, sendo vedada sua alienação pelo prazo de 08 (oito) anos, não se aplicando esta vedação ao órgão financiador."

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de outubro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.203, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.203, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.301.4506.1.064.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002 04 Aplicação Direta R\$ 7.500,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EDITAL Nº 014/2015 - REVOGA O EDITAL Nº 011/2015 - BAIXA NORMAS PARA A MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO MIGUEL DO OESTE PARA O ANO LETIVO 2016.

EDITAL SME Nº 014/2015

BAIXA NORMAS PARA A MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO MIGUEL DO OESTE PARA O ANO LETIVO 2016.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria da Educação, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art.72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, com fundamento na Constituição Federal/88, nas Emendas Constitucionais Nº 53/2006 e Nº 59/2009, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 9.394/1996, nas Leis Federais Nº 11.114/2005 e Nº 11.274/2006 que dispõe sobre a duração do Ensino Fundamental a partir dos 06 (seis) anos de idade, no Decreto Federal nº 7.492/2011, no Decreto Municipal Nº 8.327/06, na Lei Federal Nº 8069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e conforme prevê a Lei 9.394/96 – LDB (Lei de Diretrizes e Bases); Lei nº 11.114/2005; Lei nº 11.274/2006 e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; conforme a lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008 e decreto nº 7.052 de 23 de dezembro de 2009; Lei nº 11.700 de 13 de junho de 2008; resolução nº 158/2013 de CEE – (Conselho Estadual de Educação) e portaria nº 29/2013 da SEE - (Secretaria Estadual de Educação), Lei nº 7148/2015 Plano Municipal de Educação e Lei nº 6.088 do Sistema Municipal de Ensino e outras legislações correlatas, ficam estabelecidas as diretrizes de matrícula para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, por meio do presente edital baixa normas e regulamenta o Plano de Matrículas para as Unidades Escolares Públicas Municipais para o ano letivo de 2016.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 A Secretaria de Educação do Município de São Miguel do Oeste estabelece, por meio deste Edital, as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2016, nas Unidades Escolares que oferecem Ensino Fundamental.

0.2 O acesso ao Ensino Fundamental é direito público subjetivo, obrigatório e gratuito para todas as crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar, inclusive aos que não tiveram acesso à escolaridade em idade própria.

0.3 A Rede Municipal de Ensino oferece o Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais e a sua organização acontece do Primeiro ao Quinto ano nos Anos Iniciais e do Sexto ao Nono ano nos Anos Finais.

1.4 O presente edital de matrícula visa a garantir a oferta do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais, oportunizando o acesso à escola para as crianças na faixa etária a partir dos 06 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março de 2016.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Assegurar o direito à matrícula de todas as crianças e adolescentes no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, oferecidos em Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, nos termos da legislação vigente.

2.2 Objetivos Específicos

Renovar a matrícula dos alunos que estudam na Unidade Escolar no ano letivo de 2015.

2.3 Garantir matrícula no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais, a toda criança a partir de 06 (seis) anos de idade completos ou a completar até 31 de março de 2016.

2.4 Efetuar a matrícula de alunos novos, cumprindo os critérios deste Edital.

2.5 Garantir a matrícula ao aluno, considerando zoneamento e disponibilidade de vagas.

2.6 Efetuar a matrícula em qualquer época do ano letivo, atendendo as disposições legais e disponibilidade de vagas.

2.7 Fazer levantamento junto à comunidade escolar para matricular as crianças e adolescentes em idade para frequentar a escola, cujos pais ou responsáveis legais não tenham feito a matrícula, conscientizando-os de seu dever constitucional.

2.8 Organizar a distribuição de turmas e vagas disponíveis na escola, de acordo com o número de alunos previsto neste Edital.

CAPÍTULO III

DO PÚBLICO ALVO E CRITÉRIO

3.1 A Secretaria de Educação do Município oferecerá a matrícula em escola municipal próxima à residência do aluno (inciso V, art.53 da Lei Federal nº. 8.069 /90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e art. 2º, inciso VI, do Decreto Federal nº. 6.094/07) para:

3.2 O aluno que possuir 06 (seis) anos de idade completos ou a completar até 31 de março de 2016 para ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental.

3.3 O aluno já matriculado na própria escola no ano de 2015.

3.4 O aluno transferido de outra Unidade Escolar quando houver vaga na escola pretendida.

3.5 A criança ou adolescente com estudos interrompidos ou sem escolaridade.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA

4.1 O processo de matrícula nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino é realizado conforme os seguintes procedimentos:

4.1.1 Renovação de Matrícula - garantir a vaga ao aluno matriculado no Ensino Fundamental oferecido na Rede Municipal de Ensino e que pretende continuar seus estudos na mesma Unidade Escolar.

I Neste caso haverá apenas a atualização de dados e a confirmação dos mesmos pais ou responsáveis legais pelo aluno.

II Será compromisso de a família comunicar à escola qualquer alteração de dados existentes na ficha de matrícula.

III A renovação de matrícula será efetuada no ano indicado pelo resultado aferido no processo de avaliação e promoção em vigor no Ensino Fundamental.

4.1.2 Matrícula Nova - a matrícula será realizada pelos pais ou responsáveis legais pelo aluno que ingressará no Ensino Fundamental – Anos Iniciais ou nos Anos Finais

I As matrículas novas serão realizadas conforme o disposto neste Edital.

II A matrícula deverá ser realizada, prioritariamente, no primeiro período do cronograma que trata este Edital ou em qualquer época do ano letivo, considerando zoneamento e disponibilidade de vaga.

4.1.3 Matrícula por Transferência - será efetuada para os alunos que frequentaram outra escola no ano anterior e mudaram de residência.

CAPITULO V

DIRETRIZES BÁSICAS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE MATRÍCULAS

5.1 As diretrizes básicas para a execução do plano de matrículas são apresentadas na sequência.

5.1.1 Da matrícula automática no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais

I As matrículas para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais serão efetuadas, no ano indicado, conforme o resultado do processo de avaliação em vigor.

II O sistema de matrícula automática destina-se a garantir vaga ao aluno regularmente matriculado no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais, mediante a confirmação dos pais ou responsáveis legais.

III Caberá à escola efetuar a matrícula automática dos seus alunos já matriculados no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais, completando, se houver necessidade, os dados na ficha de matrícula já existente na Unidade Escolar, sem necessidade de preenchimento de nova ficha de matrícula.

5.1.3 Da efetivação da matrícula do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais.

I A matrícula deverá ser realizada pelos pais ou responsáveis legais pelo aluno, por meio do preenchimento da ficha de matrícula.

II O aluno evadido que não possuir documentos comprobatórios de seu grau de escolarização será submetido a teste de verificação de aprendizagem e será matriculado no Ensino Fundamental - Anos Iniciais ou Anos Finais, de acordo com seu desempenho na verificação. (Lei nº 9.394/96, art.24, inciso II, alínea C).

III A matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais - para os alunos que não frequentaram a Educação Infantil na Unidade Escolar pretendida, deverá ser efetivada pelos pais ou responsáveis legais.

5.2 Em caso de inexistência de vaga na Unidade Escolar, os pais ou responsáveis legais serão orientados a buscar vaga em outro estabelecimento de ensino.

5.3 O número de vagas só poderá exceder ao estipulado por este edital quando, ao buscar por uma vaga, o aluno que residir próximo à Unidade Escolar incorrer em complicações com deslocamento a outra escola, cabendo a decisão pela vaga à direção e à coordenação pedagógica, em consonância com a Secretaria de Educação do Município.

CAPITULO VI

DA ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

6.1 As turmas ficarão assim constituídas:

6.1.1 Ensino Fundamental - Anos Iniciais

1º ano – 22 (vinte e cinco) alunos.

2º ano – 25 (vinte e cinco) alunos.

3º ano – 25 (vinte e cinco) alunos.

4º ano – 30 (trinta) alunos.

5º ano – 30 (trinta) alunos.

6.1.2 Ensino Fundamental - Anos Finais

6º ano – 30 (trinta) alunos.

7º ano – 35 (trinta e cinco) alunos.

8º ano – 35 (trinta e cinco) alunos.

9º ano – 35 (trinta e cinco) alunos.

6.1.3 Escolas Bissériadas

Turmas com 20 – alunos. Conforme a Lei nº 93.94 - LDB – Lei de Diretrizes e Bases em seus artigos 14, 15, 23 e 206.

6.2 Do desdobramento de turmas

6.2.1 Somente poderá ser criada uma nova turma do respectivo ano, independente de turno, quando o número total de alunos do ano exceder ao estabelecido por este Edital, observando-se a existência de espaço físico e avaliação da Equipe Pedagógica da Secretaria de Educação do Município.

CAPÍTULO VII

DA DOCUMENTAÇÃO

7.1 A documentação exigida no ato das matrículas novas para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais

I Cópia da certidão de nascimento.

II Carteira de vacinação.

III Comprovante de vacina triviral ou duplavitral (vacina de rubéola) para meninas a partir dos 12 (doze) anos de idade.

IV Comprovante de residência (mês de setembro de 2015).

V Cópia da identidade (RG e CPF) para os que já possuem.

VI Atestado de frequência e histórico escolar (para matrícula por transferência).

7.3 A Unidade Escolar é responsável pela regularidade da documentação escolar dos alunos matriculados, cabendo-lhes também a constante atualização dos registros.

7.4 Se no ato da matrícula o responsável legal não apresentar a documentação exigida, terá o prazo de 10 (dez) dias para fazê-lo.

7.5 Será cancelada a matrícula que for realizada com a apresentação de documentação falsa ou adulterada, ficando o responsável passível das penas que a lei determinar.

7.6 Assegurar-se-á a matrícula do aluno que não possuir certidão de nascimento, devendo a escola, de imediato, comunicar ao Conselho Tutelar para os encaminhamentos necessários.

CAPÍTULO VIII

DO CRONOGRAMA DE REMATRÍCULAS

8.1 Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais

8.1.1 As rematrículas ocorrerão no período de 16 a 23 de novembro de 2015 para o ano letivo de 2016, de acordo com o horário de expediente das Unidades Escolares para alunos matriculados no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais - 1º ao 9º Ano.

8.1.2 A matrícula para os alunos novos ocorrerá no mesmo período das rematrículas.

CAPÍTULO IX

DA DIVULGAÇÃO

9.1 A Secretaria de Educação do Município e as Unidades Escolares são responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula e deverão utilizar-se dos meios de comunicação disponíveis no município.

9.2 A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto por este Edital.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A escola deverá expedir as transferências solicitadas na medida em que forem requeridas, no prazo máximo de trinta dias, destacando-se a importância da brevidade na expedição das mesmas, a fim de evitar problemas de regularização da vida escolar do aluno, decorrentes de pendências de documentação.

10.2 A transferência de turno somente ocorrerá mediante requerimento dos pais do aluno ou responsáveis legais, com o parecer da Direção e da Coordenação Pedagógica, observada a conveniência didático-pedagógica e a existência de vaga.

10.3 Os pais ou responsáveis legais deverão informar, no ato de matrícula, e atualizar, sempre que necessário, o endereço e as informações sobre problemas de saúde, medicação e restrições, de modo especial, para a prática de Educação Física.

10.4 A equipe gestora da Unidade Escolar deverá acompanhar e atualizar as informações, deixando os professores cientes do(s) problema(s) de saúde do aluno sempre que a legislação permitir.

10.5 Após a realização das matrículas serão elaborados relatórios pelas Unidades Escolares e enviados à Secretaria de Educação do

Município, com a finalidade de avaliar o alcance do objetivo proposto.

10.6 Em função da demanda de matrículas, a Secretaria de Educação do Município se reserva o direito de aplicar o critério de matrículas pelo zoneamento nas Unidades Escolares.

10.7 Para a definição do espaço de zoneamento será observada a orientação do mapa geográfico, priorizando a maior proximidade.

10.8 Em toda a documentação escolar do aluno deverão ser registrados o nome completo e o ano em curso ou cursado, sem abreviações.

10.9 Ficam sujeitas a estas diretrizes todas as Unidades Escolares mantidas pelo Município de São Miguel do Oeste.

10.10 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial o Edital SME nº 011/2015 de 17 de setembro de 2015.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em, 13 de outubro de 2015.

João Carlos Vallar

Prefeito Municipal

Sílvia Teresinha Kuhn

Secretária de Educação

Este Edital foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015

A Fundação Municipal de Desporto do Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Presidente Diretor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para implantação e modernização de infraestrutura esportiva no Município de São Miguel do Oeste – SC, conforme Contrato de Repasse nº 806684/2014/Ministério do Esporte/Caixa/Processo nº 2623.1014699-34/2014, de acordo com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico – Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 13 de novembro de 2015.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores

Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta

Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000

e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 13 de outubro de 2015.

EVERALDO DI BERTI

Presidente da Fundação

RESULTADO OFICIAL DA ELEIÇÃO PARA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE — ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE — ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Resolução Conanda nº 170/2014, e da Lei Municipal nº 4.812/2001, com as alterações da Lei Municipal n. 6.210, de 14/08/2009, alterações da Lei n.6.678/2012; e alterações da lei 7.135/2015;

Considerando a previsão na forma do item 4.1 do Edital CMDCA nº 01/2015, que dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São Miguel do Oeste - SC. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente divulga o resultado oficial da eleição para membros do Conselho Tutelar:

01 - Geni de Oliveira: 206 votos* (eleita)
 02 - Carolini Dal Bosco Gonçalves: 174 votos (suplente)
 03 - Anne Karelyne De Lima Teixeira: 52 votos (suplente)
 06 - Marcos Ribeiro: 166 votos (suplente)
 07 - Viviane Marisa Dalmagro: 273 votos* (eleita)
 08 - Lucia Büttner Palú: 307 votos* (eleita)
 09 - Marilete Dias do Nascimento Arend: 106 votos (suplente)
 10 - Marli Marchi: 189 votos* (eleita)
 11 - Dione Bernardete Piquetti: 155 votos (suplente)
 12 - Janete Delurdes Zanatta Buffolo: 247 votos* (eleita)
 13 - Cirlene Mathiello: 84 votos (suplente)
 14 - Venilda Giese: 67 votos (suplente)

Branços 1 voto

Nulos 8 votos

Na forma do item 4.3 do edital, a posse dos cinco candidatos eleitos será no dia 10 de janeiro de 2015.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sala de reuniões, em 13 de outubro de 2015.

Daiana Carla Perotto

Presidente CMDCA

Presidente Comissão Eleitoral

Processo de Escolha Unificado

RESULTADO OFICIAL

- URNA 01 -

ELEITORES LETRA "A"

Eleitores: 3219

Votantes: 218

Ausentes: 3001

01 - Geni de Oliveira: 33 votos* (eleita)
 02 - Carolini Dal Bosco Gonçalves: 21 votos (suplente)
 03 - Anne Karelyne De Lima Teixeira: 4 votos (suplente)
 06 - Marcos Ribeiro: 18 votos (suplente)
 07 - Viviane Marisa Dalmagro: 21 votos* (eleita)
 08 - Lucia Büttner Palú: 29 votos* (eleita)
 09 - Marilete Dias do Nascimento Arend: 9 votos (suplente)
 10 - Marli Marchi: 28 votos* (eleita)
 11 - Dione Bernardete Piquetti: 15 votos (suplente)
 12 - Janete Delurdes Zanatta Buffolo: 24 votos* (eleita)
 13 - Cirlene Mathiello: 10 votos (suplente)
 14 - Venilda Giese: 5 votos (suplente)

Branços -----

Nulos 1 voto

RESULTADO OFICIAL

- URNA 02 -

ELEITORES LETRAS "B" "C"

Eleitores: 2418

Votantes: 191

Ausentes: 2227

01 - Geni de Oliveira: 18 votos* (eleita)
 02 - Carolini Dal Bosco Gonçalves: 16 votos (suplente)
 03 - Anne Karelyne De Lima Teixeira: 6 votos (suplente)
 06 - Marcos Ribeiro: 14 votos (suplente)
 07 - Viviane Marisa Dalmagro: 23 votos* (eleita)
 08 - Lucia Büttner Palú: 24 votos* (eleita)
 09 - Marilete Dias do Nascimento Arend: 10 votos (suplente)
 10 - Marli Marchi: 14 votos* (eleita)
 11 - Dione Bernardete Piquetti: 21 votos (suplente)
 12 - Janete Delurdes Zanatta Buffolo: 19 votos* (eleita)
 13 - Cirlene Mathiello: 16 votos (suplente)
 14 - Venilda Giese: 10 votos (suplente)

Branços -----

Nulos -----

RESULTADO OFICIAL

- URNA 03 -

ELEITORES LETRAS "D" "E"

Eleitores: 3372

Votantes: 240

Ausentes: 3132

01 - Geni de Oliveira: 16 votos* (eleita)
 02 - Carolini Dal Bosco Gonçalves: 16 votos (suplente)
 03 - Anne Karelyne De Lima Teixeira: 5 votos (suplente)
 06 - Marcos Ribeiro: 24 votos (suplente)
 07 - Viviane Marisa Dalmagro: 30 votos* (eleita)
 08 - Lucia Büttner Palú: 41 votos* (eleita)
 09 - Marilete Dias do Nascimento Arend: 10 votos (suplente)
 10 - Marli Marchi: 26 votos* (eleita)
 11 - Dione Bernardete Piquetti: 17 votos (suplente)
 12 - Janete Delurdes Zanatta Buffolo: 39 votos* (eleita)
 13 - Cirlene Mathiello: 9 votos (suplente)
 14 - Venilda Giese: 7 votos (suplente)

Branços -----

Nulos -----

RESULTADO OFICIAL

- URNA 04 -

ELEITORES LETRAS "F" "G" "H" "I"

Eleitores: 3619

Votantes: 264

Ausentes: 3355

01 - Geni de Oliveira: 36 votos* (eleita)
 02 - Carolini Dal Bosco Gonçalves: 32 votos (suplente)
 03 - Anne Karelyne De Lima Teixeira: 5 votos (suplente)
 06 - Marcos Ribeiro: 21 votos (suplente)
 07 - Viviane Marisa Dalmagro: 36 votos* (eleita)
 08 - Lucia Büttner Palú: 38 votos* (eleita)
 09 - Marilete Dias do Nascimento Arend: 13 votos (suplente)
 10 - Marli Marchi: 13 votos* (eleita)
 11 - Dione Bernardete Piquetti: 18 votos (suplente)
 12 - Janete Delurdes Zanatta Buffolo: 29 votos* (eleita)
 13 - Cirlene Mathiello: 9 votos (suplente)
 14 - Venilda Giese: 16 votos (suplente)

Branços -----

Nulos 1 voto

RESULTADO OFICIAL

- URNA 05 -

ELEITORES LETRAS "J" "K"

Eleitores: 2697
Votantes: 186
Ausentes: 2511

01 - Geni de Oliveira: 22 votos* (eleita)
02 - Carolini Dal Bosco Gonçalves: 13 votos (suplente)
03 - Anne Karelyne De Lima Teixeira: 4 votos (suplente)
06 - Marcos Ribeiro: 10 votos (suplente)
07 - Viviane Marisa Dalmagro: 28 votos* (eleita)
08 - Lucia Büttner Palú: 33 votos* (eleita)
09 - Marilete Dias do Nascimento Arend: 14 votos (suplente)
10 - Marli Marchi: 12 votos* (eleita)
11 - Dione Bernardete Piquetti: 14 votos (suplente)
12 - Janete Delurdes Zanatta Buffolo: 22 votos* (eleita)
13 - Cirlene Mathiello: 10 votos (suplente)
14 - Venilda Giese: 4 votos (suplente)
Branco -----
Nulos -----

RESULTADO OFICIAL

- URNA 06 -
ELEITORES LETRAS "L" "N"

Eleitores: 3332
Votantes: 252
Ausentes: 3080

01 - Geni de Oliveira: 22 votos* (eleita)
02 - Carolini Dal Bosco Gonçalves: 20 votos (suplente)
03 - Anne Karelyne De Lima Teixeira: 5 votos (suplente)
06 - Marcos Ribeiro: 26 votos (suplente)
07 - Viviane Marisa Dalmagro: 34 votos* (eleita)
08 - Lucia Büttner Palú: 44 votos* (eleita)
09 - Marilete Dias do Nascimento Arend: 18 votos (suplente)
10 - Marli Marchi: 20 votos* (eleita)
11 - Dione Bernardete Piquetti: 16 votos (suplente)
12 - Janete Delurdes Zanatta Buffolo: 33 votos* (eleita)
13 - Cirlene Mathiello: 9 votos (suplente)
14 - Venilda Giese: 3 votos (suplente)
Branco -----
Nulos 2 votos

RESULTADO OFICIAL

- URNA 07 -
ELEITORES LETRA "M"

Eleitores: 3166
Votantes: 219
Ausentes: 2947

01 - Geni de Oliveira: 21 votos* (eleita)
02 - Carolini Dal Bosco Gonçalves: 13 votos (suplente)
03 - Anne Karelyne De Lima Teixeira: 9 votos (suplente)
06 - Marcos Ribeiro: 19 votos (suplente)
07 - Viviane Marisa Dalmagro: 29 votos* (eleita)
08 - Lucia Büttner Palú: 29 votos* (eleita)
09 - Marilete Dias do Nascimento Arend: 10 votos (suplente)
10 - Marli Marchi: 31 votos* (eleita)
11 - Dione Bernardete Piquetti: 15 votos (suplente)
12 - Janete Delurdes Zanatta Buffolo: 28 votos* (eleita)
13 - Cirlene Mathiello: 7 votos (suplente)
14 - Venilda Giese: 7 votos (suplente)
Branco -----
Nulos 1 voto

RESULTADO OFICIAL

- URNA 08 -
ELEITORES LETRAS "O" "P" "Q" "R"

Eleitores: 2797
Votantes: 200
Ausentes: 2597

01 - Geni de Oliveira: 17 votos* (eleita)
02 - Carolini Dal Bosco Gonçalves: 16 votos (suplente)
03 - Anne Karelyne De Lima Teixeira: 6 votos (suplente)
06 - Marcos Ribeiro: 14 votos (suplente)
07 - Viviane Marisa Dalmagro: 33 votos* (eleita)
08 - Lucia Büttner Palú: 26 votos* (eleita)
09 - Marilete Dias do Nascimento Arend: 11 votos (suplente)
10 - Marli Marchi: 23 votos* (eleita)
11 - Dione Bernardete Piquetti: 14 votos (suplente)
12 - Janete Delurdes Zanatta Buffolo: 27 votos* (eleita)
13 - Cirlene Mathiello: 7 votos (suplente)
14 - Venilda Giese: 4 votos (suplente)
Branco -----
Nulos 2 votos

RESULTADO OFICIAL

- URNA 09 -
ELEITORES LETRAS "S" "T" "U"

Eleitores: 2229
Votantes: 141
Ausentes: 2088

01 - Geni de Oliveira: 12 votos* (eleita)
02 - Carolini Dal Bosco Gonçalves: 15 votos (suplente)
03 - Anne Karelyne De Lima Teixeira: 4 votos (suplente)
06 - Marcos Ribeiro: 12 votos (suplente)
07 - Viviane Marisa Dalmagro: 19 votos* (eleita)
08 - Lucia Büttner Palú: 24 votos* (eleita)
09 - Marilete Dias do Nascimento Arend: 7 votos (suplente)
10 - Marli Marchi: 13 votos* (eleita)
11 - Dione Bernardete Piquetti: 12 votos (suplente)
12 - Janete Delurdes Zanatta Buffolo: 14 votos* (eleita)
13 - Cirlene Mathiello: 4 votos (suplente)
14 - Venilda Giese: 5 votos (suplente)
Branco -----
Nulos -----

RESULTADO OFICIAL

- URNA 10 -
ELEITORES LETRAS "V" "W" "X" "Y" "Z"

Eleitores: 1660
Votantes: 124
Ausentes: 1536

01 - Geni de Oliveira: 9 votos* (eleita)
02 - Carolini Dal Bosco Gonçalves: 12 votos (suplente)
03 - Anne Karelyne De Lima Teixeira: 4 votos (suplente)
06 - Marcos Ribeiro: 8 votos (suplente)
07 - Viviane Marisa Dalmagro: 20 votos* (eleita)
08 - Lucia Büttner Palú: 19 votos* (eleita)
09 - Marilete Dias do Nascimento Arend: 4 votos (suplente)
10 - Marli Marchi: 9 votos* (eleita)
11 - Dione Bernardete Piquetti: 13 votos (suplente)
12 - Janete Delurdes Zanatta Buffolo: 12 votos* (eleita)
13 - Cirlene Mathiello: 6 votos (suplente)
14 - Venilda Giese: 6 votos (suplente)
Branco 1 voto
Nulos 1 voto

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE — ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do

Adolescente, da Resolução Conanda nº 170/2014, e da Lei Municipal nº 4.812/2001, com as alterações da Lei Municipal n. 6.210, de 14/08/2009, alterações da Lei n.6.678/2012; e alterações da lei 7.135/2015;

Considerando a previsão na forma do item 4.1 do Edital CMDCA nº 01/2015, que dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São Miguel do Oeste - SC. Considerando que decorrido o prazo previsto no item 3.8.2 do Edital CMDCA nº 01/2015, sem manifestação dos candidatos e fiscais pleiteando a impugnação do pleito eleitoral, a Comissão Eleitoral homologa o resultado da eleição ocorrida em 04 de outubro de 2015 e na forma do item 3.8.5 do Edital CMDCA nº 01/2015, respeitando o sufrágio universal dos votos DECLARA os cinco candidatos mais votados eleitos como Conselhos Tutelares para o mandato 2016-2019.

Desta maneira o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com fulcro no item 4.2 do Edital CMDCA nº 01/2015 convoca os eleitos para nomeação ao cargo de Conselheiro Tutelar pelo prefeito de São Miguel do Oeste e para que sejam empossados pelo presidente do CMDCA, na forma do item 4.3 do Edital CMDCA nº 01/2015 no dia 10 de janeiro de 2015.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sala de reuniões, em 13 de outubro de 2015.

Daina Carla Perotto
Presidente CMDCA

Paulo Ricardo Drumm
Vice-presidente CMDCA

Alan Krewer
Tesoureiro CMDCA

Lucimara Teixeira Pinto
Secretária CMDCA

Irma Lutz Vagner
Conselheira CMDCA

Jailson Franzen
Conselheiro CMDCA

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DA SESSÃO 85.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R-202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO

Pregão Presencial n.º 85/2015, que tem como objeto Aquisição estimada e parcelada de Gás de Cozinha do tipo GLP de 13 e 45 kg, para as cozinhas instaladas nas unidades de ensino escolar, conforme solicitação da Secretaria de Educação do Município, de acordo com os quantitativos e termo de referência do anexo I deste Edital.

CONSIDERANDO o poder discricionário que é o poder concedido, explícita ou implicitamente, à administração para a prática de determinado ato com liberdade de escolha da sua conveniência ou oportunidade pública;

RESOLVE o PREFEITO MUNICIPAL, SUSPENDER a sessão pública de licitação que se realizaria no dia 16 de outubro de 2015, às 09:00 horas.

A SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO FICA, POR ESTE ATO, REMARCADA PARA A DATA A SEGUIR ESTIPULADA:

Entrega dos Envelopes e Credenciamento

a) Data/Hora: Dia 26 de outubro, até às 08h45min.

b) Local: Setor de Licitações – Prédio da Prefeitura de São Pedro de Alcântara.

Abertura da Sessão:

a) Data/Hora: Dia 26 de outubro, às 09h.

b) Local: Setor de Licitações – Prédio da Prefeitura de São Pedro de Alcântara.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

AVISO DE SUSPENSÃO DA SESSÃO 88.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R-202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO

Pregão Presencial n.º 88/2015, que tem como objeto A aquisição parcelada e estimada de material de expediente para a Prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara conforme especificações e quantitativos determinados no TERMO DE REFERÊNCIA que consta no ANEXO I deste Edital.

CONSIDERANDO o poder discricionário que é o poder concedido, explícita ou implicitamente, à administração para a prática de determinado ato com liberdade de escolha da sua conveniência ou oportunidade pública;

RESOLVE o PREFEITO MUNICIPAL, SUSPENDER a sessão pública de licitação que se realizaria no dia 15 de outubro de 2015, às 09:00 horas.

A SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO FICA, POR ESTE ATO, REMARCADA PARA A DATA A SEGUIR ESTIPULADA:

Entrega dos Envelopes e Credenciamento

a) Data/Hora: Dia 23 de outubro, até às 08h45min.

b) Local: Setor de Licitações – Prédio da Prefeitura de São Pedro de Alcântara.

Abertura da Sessão:

a) Data/Hora: Dia 23 de outubro, às 09h.

b) Local: Setor de Licitações – Prédio da Prefeitura de São Pedro de Alcântara.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 108/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 108/2015-PMS

PROCESSO Nº. 235/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição e instalação de cobertura de zinco, para manutenção de estrutura em telhado do C. E.I.M da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de outubro de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 28 de outubro de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 14 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 106/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 106/2015-PMS

PROCESSO Nº. 232/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais de Consumo para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 27 de outubro

de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 27 de outubro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 14 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 107/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 107/2015-PMS

PROCESSO Nº. 233/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em transporte escolar coletivo para atendimento dos alunos da rede de ensino municipal e estadual, bem como a disposição do pessoal do magistério; horário matutino, vespertino e noturno, abrangendo todas as unidades escolares do município de Schroeder, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de outubro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 28 de outubro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 14 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 109/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 109/2015-PMS

PROCESSO Nº. 236/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de brinquedo e itens de cama destinados a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de outubro de 2015 às 08h45min.
Abertura do Processo: 29 de outubro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 14 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 110/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 110/2015-PMS

PROCESSO Nº. 237/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em recapagem de pneus de caminhão e maquinas lotados nas Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Industria, Comercio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de novembro de 2015 às 08h45min.
Abertura do Processo: 03 de novembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 14 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 111/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 111/2015-PMS

PROCESSO Nº. 238/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste para atender as necessidades das Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comercio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 04 de novembro de 2015 às 08h45min.
Abertura do Processo: 04 de novembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 14 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 112/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 112/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 71/2015 – FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 32/2015 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a para a aquisição de material para manutenção em geral das Unidades de Saúde e da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	Aplicador de silicone tipo pistola, o aplicador deve ser feito no material de metal, corpo resistente, para tubos de 300/305 gramas	1	Unidade	12,49	12,49
07	Silicone incolor para uso geral, peso líquido de 280g.	3	Unidade	12,55	37,65
09	Joelho 90° Soldável 25mm	3	Unidade	0,37	1,11
10	Joelho 90° Soldável 40mm	3	Unidade	2,79	8,37
11	Joelho 90° Soldável 25mm x 1/2	3	Unidade	2,9	8,70
12	Tê 90° Soldável 25mm	3	Unidade	0,59	1,77
13	Tê 90° Soldável 25mm	3	Unidade	0,59	1,77
14	Tubo/Cano Soldável 25mmx6m de comprimento	2	Unidade	11,49	22,98
15	Tubo/Cano Soldável 40mmx6m de comprimento	2	Unidade	40,49	80,98
16	Válvula Americana Cromada 4.1/2" para Pia de Inox	4	Unidade	17,55	70,20
TOTAL R\$					246,02

Valor do contrato: R\$ 246,02 (duzentos e quarenta e seis reais e dois centavos).

Data da Assinatura: 13/10/2015 – Vigência: 13/10/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 113/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 113/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 71/2015 – FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 32/2015 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL VITÓRIA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.138.763/0001-69, estabelecida na Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, sala 02, Bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-525.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a para a aquisição de material para manutenção em geral das Unidades de Saúde e da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
03	Torneira Elétrica de parede bica móvel corpo em termoplástico de engenharia em ABS (isolante térmico e elétrico) registro 1/4 de volta com pastilha cerâmica. Segurança e facilidade no manuseio. 3 temperaturas: Quente, morna e fria. Tensão: 220v. Cor: branca.	16	Unidade	113,90	1.822,40
04	Torneira Elétrica de mesa bica móvel corpo em termoplástico de engenharia em ABS (isolante térmico e elétrico) registro 1/4 de volta com pastilha cerâmica. Segurança e facilidade no manuseio. 3 temperaturas: Quente, morna e fria. Tensão: 220v. Cor: branca.	10	Unidade	114,00	1.140,00
06	Massa para calafetar em filetes, peso total da embalagem entre 340 g até 360 g	20	Unidade	7,80	156,00
TOTAL R\$					3.118,40

Valor do contrato: R\$ 3.118,40 (Três mil, cento e dezoito reais e quarenta centavos).

Data da Assinatura: 13/10/2015 – Vigência: 13/10/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 114/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 114/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 71/2015 – FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 32/2015 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DANNA COMERCIAL EIRELI -EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.550.358/0001-30, estabelecida na Rua Luiz Bollmann, nº 83, sala 01, Bairro 25 de julho, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.290-241.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a para a aquisição de material para manutenção em geral das Unidades de Saúde e da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Torneira temporizada para lavatório de mesa para banheiro com fechamento automático, cromada	95	Unidade	146,00	13.870,00
02	Torneira temporizada para lavatório de parede para banheiro com fechamento automático, cromada	13	Unidade	180,00	2.340,00
TOTAL R\$					16.210,00

Valor do contrato: R\$ 16.210,00 (Dezesseis mil e duzentos e dez reais).

Data da Assinatura: 13/10/2015 – Vigência: 13/10/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 115/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 115/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 71/2015 – FMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 32/2015 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VIA D'ÁGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO. HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.637.264/0001-90, estabelecida na Rua Marques de Olinda, nº 935 A, Costa e Silva, na cidade Joinville, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89.218-528.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para manutenção em geral das Unidades de Saúde e da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
08	Adesivo plástico para pvc, frasco de 175 g, incolor	3	Unidade	7,20	21,60
TOTAL R\$					21,60

Valor do contrato: R\$ 21,60 (Vinte e um reais e sessenta centavos).

Data da Assinatura: 13/10/2015 – Vigência: 13/10/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.220/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 6.220/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. Maitê Zanella Largura, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Unidade de Ensino, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.221/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.221/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o afastamento por auxílio doença da servidora Sra. Maria Evonilda Reichardt Kalichak em 20 de setembro de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Nivana Pereira Gomes para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 07 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 004/2014/SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.222/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº6.222/2015, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

FIXA PRAZOS PARA ENCAMINHAMENTO DE EMPENHOS E NOTAS FISCAIS NO EXERCÍCIO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de fechamento de todas as contas do município do exercício de 2015;

Resolve:

Art. 1º Fixar os prazos abaixo para:

I – encaminhamento de documentos para empenhamento até o dia 20 de novembro de 2015;

II – encaminhamento de notas fiscais até o dia 10 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 13 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO Nº 32/2015-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 1/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2015

<p>Número do Registro de Preços: 22/2015 Data do Registro: 13/10/2015 Válido até: 13/10/2016</p> <p>Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para manutenção em geral das Unidades de Saúde e da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Torneira temporizada para lavatório de mesa para banheiro com fechamento automático, cromada	UN	DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP (13022)	FABRIMAR	0	146.0000	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	DOCOL	0	148.0000	2
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Docol	0	171.9000	3
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Docol	0	171.9000	4
2	Torneira temporizada para lavatório de parede para banheiro com fechamento automático, cromada	UN	DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP (13022)	FABRIMAR	0	180.0000	1
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	DOCOL	0	248.0000	2
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Docol	0	278.0000	3
3	Torneira Elétrica de parede bica móvel corpo em termoplástico de engenharia em ABS (isolante térmico e elétrico) registro 1/4 de volta com pastilha cerâmica. Segurança e facilidade no manuseio. 3 temperaturas: Quente, morna e fria. Tensão: 220v. Cor: branca.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Sintex	0	113.9000	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Sintex	0	114.2000	2
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	SINTEX	0	132.0000	3
4	Torneira Elétrica de mesa bica móvel corpo em termoplástico de engenharia em ABS (isolante térmico e elétrico) registro 1/4 de volta com pastilha cerâmica. Segurança e facilidade no manuseio. 3 temperaturas: Quente, morna e fria. Tensão: 220v. Cor: branca.	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Sintex	0	114.0000	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Sintex	0	114.4000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2015

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 22/2015		Data do Registro: 13/10/2015		Válido até: 13/10/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para manutenção em geral das Unidades de Saúde e da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	SINTEX	0	297,0000	3
5	Aplicador de silicone tipo pistola, o aplicador deve ser feito no material de metal, corpo resistente, para tubos de 300/305 gramas	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Conex	0	12,4900	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Vila	0	12,7500	2
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	VONDER	0	35,4000	3
6	Massa para calafetar em filetes, peso total da embalagem entre 340 g até 360 g	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Krona	0	7,8000	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Mundial	0	7,9500	2
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	KRONA	0	9,5500	3
7	Silicone incolor para uso geral, peso liquido de 280g.	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Schelfix	0	12,5500	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Afix	0	12,6500	2
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	PRISMA	0	26,9200	3
8	Adesivo plástico para pvc, frasco de 175 g, incolor	UN	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TIGRE	0	7,2000	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Krona	0	11,4900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2015

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 22/2015 **Data do Registro: 13/10/2015** **Válido até: 13/10/2016**
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para manutenção em geral das Unidades de Saúde e da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Afix	0	11,8000	3
9	Joelho 90° Soldável 25mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Krona	0	0,3700	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Krona	0	0,3800	2
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TIGRE	0	0,6100	3
10	Joelho 90° Soldável 40mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Krona	0	2,7900	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Krona	0	2,8500	2
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TIGRE	0	3,0500	3
11	Joelho 90° Soldável 25mm x 1/2	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Krona	0	2,9000	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Krona	0	2,9900	2
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	AKATO	0	3,0400	3
12	Tê 90° Soldável 25mm	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Krona	0	0,5900	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Krona	0	0,6300	2
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TIGRE	0	0,9500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2015

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 22/2015 Data do Registro: 13/10/2015 Válido até: 13/10/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para manutenção em geral das Unidades de Saúde e da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Tê 90° Soldável 25mm.	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Krona	0	0,5900	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Krona	0	0,6300	2
			VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL (12721)	TIGRE	0	3,5800	3
14	Tubo/Cano Soldável 25mmx6m de comprimento	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Krona	0	11,4900	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Krona	0	11,7500	2
15	Tubo/Cano Soldável 40mmx6m de comprimento	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Krona	0	40,4900	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Krona	0	41,3300	2
16	Válvula Americana Cromada 4.1/2" para Pia de Inox	UN	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Pianox	0	17,5500	1
			COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)	Pianox	0	19,7500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 22/2015

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 22/2015 Data do Registro: 13/10/2015 Válido até: 13/10/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para manutenção em geral das Unidades de Saúde e da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
	VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL. (12721)		PIANOX		0	19,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 22/2015

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 22/2015 Data do Registro: 13/10/2015 Válido até: 13/10/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para manutenção em geral das Unidades de Saúde e da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS N° 22/2015

PROCESSO N°71/2015

(9073) - COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP
(12658) - COMERCIAL VITORIA LTDA - ME
(12721) - VIA D AGUA COMERCIO DE PRODUTOS DE MEDICAO HIDRAUL
(13022) - DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP

Schroeder, 13 de Outubro de 2015.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 154/2015

DECRETO Nº 154/2015, de 13 de outubro de 2015.

“DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELOS ADIANTAMENTOS DESTINADOS A CUSTEAR DESPESAS MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO e dá outras providências.”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, que lhe são atribuídas no Art. 40 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal nº. 599/2003 de 14/10/2003, combinado com o art. 4º e 5º da Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Instrução Normativa – Controladoria nº. 003/2014 de 26/09/2014.

DECRETA :

Art. 1º Ficam designados para realização de despesas sob o regime de adiantamento, no exercício de 2015, até 31 de dezembro de 2015, os servidores públicos municipais abaixo mencionados, nos termos da Lei Municipal nº. 599/2003 de 14/10/2003, destinado a custear despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Servidor:	CLEITON ALGAYER
Matrícula:	699
Cargo/Função/Emprego:	Controlador Interno

Servidor:	CLAIR FÁTIMA ANDREIS
Matrícula:	19
Cargo/Função/Emprego:	Contadora

Art. 2º O responsável pelo adiantamento deverá apresentar prestação de contas à administração, em até 10 (dez) dias, a contar do termo final do período de aplicação dos recursos.

Art. 3º O responsável pela prestação de contas fica sujeito a atender todas as exigências da Lei Municipal nº. 599/2003 de 14/10/2003, combinado com a Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Instrução Normativa – Controladoria nº. 003/2014 de 26/09/2014.

Art. 4º A prestação de contas dos recursos concedidos, será organizada nas fases de cocessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pelo concedente, e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 5º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de outubro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 181

DECRETO Nº 181, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

04.04 - DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS

2.046 - Manutenção da Rede Viária Municipal

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de outubro de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 121/2015

DECRETO Nº. 121 DE 10 DE JUNHO DE 2015
DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL- FMHIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 667 de 29.09.2008.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica constituído o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, composto pelos membros indicados pelos órgãos que representam, nos termos do artigo 5º da Lei Municipal nº 667 de 29.09.2008, conforme segue:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL:

- SIMONE ROTTAVA FERRARI
- FERNANDA ORSO MENEGHETTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA:

- GERI SIGNOR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

- JOÃO PAULO GUBERT

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

SINDICATO DA AGRICULTURA FAMILIAR:

- EDSON BUGS

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES:

- ANDRE LUIS ORSO
- DARCI ERTEL

ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL:

- ELISANDRA WEBER

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez.

Art. 3º. O exercício das funções de membro do Conselho não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto 081/2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 10 de julho de 2015.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

LEI 1058/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1058/2015, DE 09 OUTUBRO DE 2015.

“Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2016 e dá outras providências.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, APROVOU e fica SANCIONADA a seguinte LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Sul Brasil - SC, para o exercício de 2016, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e no artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;

III – a estrutura e organização dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos e das políticas de recursos humanos da administração municipal;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

I – DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são identificadas nos Demonstrativos, Anexos e Relatórios desta lei, a serem remetidos junto ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016:

a) Demonstrativo I – Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais;

b) Demonstrativo II – Anexo de Metas Fiscais – Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;

c) Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

d) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

e) Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, art. 4º, §2º, inciso III);

f) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

g) Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

h) Anexo I - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas;

i) Anexo II – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

j) Anexo III - Relatório sobre projetos em Execução e Despesas com conservação do Patrimônio Público no exercício de 2016 (art. 45 da LRF);

l) Anexo IV – Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

m) Anexo V - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2016;

n) Anexo VII – Meta Fiscal – Montante da Dívida;

o) Anexo VIII – Meta Fiscal – Resultado Nominal;

p) Anexo IX – Meta Fiscal – Resultado Primário;

q) Anexo X - Metodologia e Memória de Cálculo das metas Anuais

para as Receitas – Total das Receitas;

r) Anexo XI - Demonstrativo da memória de Cálculo das metas Fiscais de Despesas – por programa;

s) Anexo XII - Demonstrativo da memória de Cálculo das metas Fiscais de Despesas – total de despesas;

t) Anexo XIII - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita;

u) Anexo XIV - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Despesas;

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I e IV de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas e financeiras estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo I e IV, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Função, o que caracteriza a melhor forma possível às ações de governo na proposta orçamentária, utilizando-se as funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

II – Sub-função, o que caracteriza a melhor forma possível à identificação dos objetivos e uma precisa e perfeita aplicação dos recursos municipais no processo orçamentário, utilizando-se as sub-funções necessárias constantes da Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

V – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

VI – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

VII – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VIII – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

IX – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

X – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XI – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XII – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar, já inscritos;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 407/2011, Portaria Conjunta STN/SOF nº. 001/2012 e alterações posteriores;

§ 2º A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da

Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Fundações, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Município.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 407/2011, Portaria Conjunta STN/SOF nº 001/2012 e alterações posteriores, na forma dos Anexos Definidos na Lei nº. 4.320/64, na Lei Complementar nº.101/2000, Portarias da Secretaria de Orçamento Federal e demais legislação aplicável.

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação, ou, dentro de cada unidade orçamentária, observando a vinculação de cada destinação de recursos.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária conterá o que trata o art. 22, inciso I, da Lei 4.320/64.

Art. 9º A Reserva de Contingência do Orçamento de 2016 será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá em até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e Fundo Municipal de Saúde.

Art. 11. Os fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas, sendo efetuadas as transferências do município ao fundo de forma financeira.

§ 1º Os Fundos Municipais, sem personalidade jurídica, serão classificados como Unidades Orçamentária, dentro da Unidade Gestora Central.

§ 2º Os Fundos Municipais, quando não especificados na lei de criação, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 3º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes da Unidade Gestora Central.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13. Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta

Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2016, constantes do DEMONSTRATIVO VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18. Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, em até 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO II.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e nos termos estabelecidos no convênio.

Art. 23. Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderá haver a inclusão de dotações a título de contribuições, auxílios e subvenções sociais a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada e poderão igualmente serem incluídos recursos destinados a promoção do desenvolvimento econômico do Município contemplando estímulos econômicos e incentivos fiscais a serem concedidos à iniciativa privada.

Parágrafo único. Da mesma forma deverão ser considerados os gastos inerentes a processos judiciais e extra – judiciais, honorários advocatícios e outros honorários profissionais, cujo serviços têm por objeto o aumento da participação do município no movimento econômico.

Art. 25. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO III desta lei.

Art. 27. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 28. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 tomando-se por base a média de arrecadação dos últimos três exercícios financeiros.

Art. 29. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e suas alterações.

Art. 30. A Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2016 poderá conter autorização para:

§ 1º Abertura de Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 20% da Receita Estimada, para o orçamento consolidado, utilizando como fonte de recursos os previstos nos incisos I e II do § 21 do artigo 43 da lei federal nº 4.320/64;

§ 2º Abertura de Créditos Adicionais Suplementares a conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

§ 3º Para a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, ou, dentro de cada unidade orçamentária, observando a vinculação de cada destinação de recursos.

Art. 31. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 e constantes desta lei.

Art. 32. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão implementadas gradativamente de forma a aprimorar e aperfeiçoar os sistemas para apurar os gastos dos serviços visando demonstrar de forma mais clara e objetiva as ações governamentais.

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 33. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO IV, e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 34. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação, ou unidade orçamentária.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35. A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC nº 101/2000.

Art. 36. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 37. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 35 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E SEUS ENCARGOS E DAS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 38. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em

créditos adicionais.

Art. 39. No exercício de 2016, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no artigo anterior.

Art. 40. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 41. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras.

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 42. As políticas de recursos humanos da administração pública municipal compreendem:

I - o gerenciamento das atividades relativas à administração de recursos humanos;

II - a valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor;

III - a capacitação dos servidores públicos, com vistas ao exercício das funções no contexto do novo papel do Município;

IV - a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

V - o aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão;

VI - a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos;

VII - a atualização contínua dos sistemas informatizados.

Art. 43. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Sul Brasil, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 44. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 45. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 46. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento

da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 47. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal de Vereadores.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 48. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até 15/12/2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 avos das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 49. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 50. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 51. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual ou Municipal, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 52. Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil/SC,
em 09 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

VALDECIR TOSETTO
Secretário de Administração

LEI 1059/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1059/2015 de 09 de outubro de 2015
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, DO PERÍODO 2014-2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os anexos I, II, III e VII da Lei Municipal nº 926/2013, que trata do Plano Plurianual para o quadriênio de 2014-2017, passam a vigorar com as ações, respectivas metas físicas e financeiras, na forma dos anexos I a IV da presente Lei, sendo:

I – Anexo 01, que demonstra as Receitas previstas para o período de 2014-2017;

II – Anexo 02, que demonstra os Programas, ações, e metas financeiras para o período de 2014-2017;

III – Anexo 03, que demonstra a Compatibilização das Fontes com a Destinação dos Recursos para o período de 2014-2017;

IV – Anexo 04, Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações para o período de 2014-2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta dos orçamentos vigentes de cada exercício financeiro.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Data Supra.

Valdecir Tosetto
Diretor de Administração

Timbó

PREFEITURA

ATA CONVOCAÇÃO ENVELOPES PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇO 75 2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA – TOMADA DE PREÇO Nº. 75/2015 – PMT (SEMED)

Às dezesseis horas, do trigésimo dia, do mês de outubro de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015 e Portaria nº 1707/2015), sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presente os membros Bárbara L. Poffo de Azevedo e Priscila Macedo, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Tomada de Preço 75/2015 – PMT (SEMED), que tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) das seguintes obras: - reforma de muro na Escola Municipal Erwin Prade; - Reforma e ampliação do prédio utilizado pela UPE Beija Flor, ambas localizadas neste Município, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação, conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto e demais anexos ao Edital.

Tendo em vista a decisão da autoridade competente ao recurso administrativo interposto pela empresa CONSTRUTORA F&F LTDA ME, a Comissão de Licitação, leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços das empresas habilitadas, se realizará no dia 15 de outubro de 2015, às 09h00min na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BÁRBARA L. POFFO DE AZEVEDO

PRISCILA MACEDO

Membro

ATA SUSPENSÃO SESSÃO - TOMADA DE PREÇO 75 2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE SUSPENSÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – TOMADA DE PREÇO Nº 75/2015 – PMT

Às quatorze horas e trinta minutos, do nono dia do mês de outubro de dois mil e quinze, na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os Membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015 e Portaria 1707/2015), sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), com a finalidade de suspender a sessão de abertura dos envelopes de propostas, pelos motivos de fato a seguir expostos:

Na data de 07/10/2015, esta Comissão de Licitação ao analisar o recurso administrativo interposto pela empresa Construtora F&F Ltda Me, reconsiderou sua decisão e habilitou a mesma no certame, ato contínuo, exarou despacho convocando as demais empresas para a abertura dos envelopes de propostas.

No entanto, de acordo com os ensinamentos de Marçal Justen Filho:

“Não se admite que a comissão, sob justificativa de que acolheu o recurso, encerre o procedimento e não o encaminhe à autoridade superior. Isso equivaleria a adotar, desde logo, uma decisão e impedir a utilização de recurso pela parte cujo interesse foi afetado. Nem é o caso de a autoridade superior simplesmente arquivar o processo, reputando que o ‘recurso perdeu o objeto’. Não tem mais objeto para o recorrente, mas pode tê-lo para os demais licitantes, cujo interesse era que a decisão inicial fosse mantida. Portanto, a autoridade superior tem o dever de manifestar-se acerca do recurso a ela dirigido, inclusive para reaver a decisão da autoridade inferior na hipótese de haver pleito contra a retratação. Nada impede que a autoridade superior reputa que o primeiro ato praticado era válido e perfeito, que o recurso improcedia e que a autoridade que conduzia a licitação equivocou-se a reconsiderar a decisão inicial. Em tal hipótese, a autoridade superior restabelecerá o primeiro ato praticado, rejeitando o recurso.”

Ante o exposto, a Comissão de Licitação revê de ofício o ato suspendendo a sessão de abertura dos envelopes de propostas, e encaminha o recurso interposto pela empresa Construtora F&F Ltda. ME, bem como a decisão/manifestação exarada na data de 07/10/2015 para análise e deliberação da autoridade superior, neste caso, o Secretário de Educação, nos termos do item 18.11 do Edital.

Após análise decisão da autoridade, será agendada nova data para abertura das propostas.

Nada mais havendo a Presidente encerrou a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pela mesma e demais membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

ANDREA TAISE FRANZ

Secretária

PRISCILA MACEDO

Membro

DECISÃO AUTORIDADE SUPERIOR - TOMADA DE PREÇO 75 2015 PMT

DECISÃO TOMADA DE PREÇO Nº. 75/2015

A presente tomada de preço tem como objeto a contratação de empresa para execução de obras junto a educandários Municipais.

A CONSTRUTORA F&F LTDA ME protocolou recurso em face da decisão da comissão de licitação que inabilitou-a em razão da certidão de acervo técnico constar o código de condução (08) e não constar o código de execução (53). Analisado o recurso apresentado e fundamentado em parecer emitido pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente verificou-se a regularidade da documentação apresentada, resolveu-se habilitar a empresa recorrente (decisão da comissão de licitações – 07/10/2015).

Diante do exposto decido por ratificar a decisão exarada pela comissão de licitações e verificando que o procedimento encontra-se de acordo com a Lei 8.666/93 e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório mantendo a habilitação da CONSTRUTORA F&F LTDA ME, determinando assim a designação de data para abertura dos envelopes de propostas.

Intimem-se.

Timbó, 13 de outubro de 2015.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

EDITAL Nº 02/2015-RUA JOÃO TESCH

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 02/2015

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação Asfáltica, da Rua João Tesch.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua João Tesch, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação asfáltica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação asfáltica, tendo como custo apurado o valor total de R\$ 58.213,75 (Cinquenta e oito mil duzentos e treze reais e setenta e cinco centavos), incluindo a infra-estrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação Asfáltica da Rua João Tesch- Timbó-SC

1 – Memorial Descritivo da Obra:

1.1 – Identificação:

Projetos para pavimentação asfáltica, da Rua João Tesch- (com área de 7.449,04m²), sendo que 6.657,62 m² foram realizados pelo sistema de mutirão (aderentes) e 791,42m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Imigrantes, em Timbó – SC.

1.2 – Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido à grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua João Tesch foi pavimentada, e em face à indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.2 – Especificações: Para a pavimentação asfáltica da Rua João Tesch, será utilizado asfalto betuminoso usinado a quente, na espessura de 5,00 cm, conforme especificações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA – Departamento Estadual de Infra-estrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos

os demais detalhes.

2 – Orçamento para implantação (referente à parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria:

2.1 – Pavimentação asfáltica da Rua João Tesch - (com área de 791,42m²): (setecentos e noventa e um metros e quarenta e dois decímetros quadrados).

2.1.1 – Pavimentação asfáltica da Rua João Tesch (com área de 791,42m²).

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora435,28 m³

- Custo Unitário R\$ 6,46

- Custo 435,28x6.46= R\$ 2.811,91

- Aterro compactado 237,43 m³

- Custo Unitário R\$ 17,91

- Custo 237,43x17,91= R\$ 4.252,37

- Serviços de preparo da cancha 791,42 m²

- Custo Unitário R\$ 1,32

- Custo 791,42x1,32= R\$ 1.044,67

- Regularização, base estabilizada, imprimação, pintura de ligação, e capa asfáltica incluindo a mão-de-obra e meio fio de concreto 10/12x25x100cm valor unitário do m² R\$ 63,31

- Quantidade Total 791,42 m²

- Custo 63,31x 791,42= R\$ 50.104,80

- Custo Total da pavimentação R\$ 50.104,80

Global da Obra R\$ 58.213,75

3 – Cronograma:

A obra teve início em 14/10/2014 e término em 20/08/2015.

4 – Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 – Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 07 (sete) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 – Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua João Tesch correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área 791,42m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2D inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra pública em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1 CONRADO STEUCK	01.03.037.0236	R\$ 60.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 12.000,0
2 WALDIR KLITZKELL	01.03.037.0266	R\$ 60.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 12.000,0
3 HUMBERTO SCHIOCCHE	01.03.037.0371	R\$ 85.000,00	R\$ 102.000,00	R\$ 17.000,0
4 IRAZITA KNIPERS	01.03.038.0860	R\$ 60.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 12.000,0
5 DIETMAR TESCH	01.03.038.0845	R\$ 60.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 12.000,0
6 MARGARETE HINORATO BERNARDO	01.03.039.0186	R\$ 90.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 18.000,0
7 ANÉCIO ZATELI	01.03.040.0387	R\$ 93.000,00	R\$ 112.000,00	R\$ 19.000,0
TOTAL				R\$ 102.000,00

7– Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 – Participação do Município de Timbó = R\$ 8.732,69, o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 – Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 49.481,69, o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 – O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula: CM = A x Vi / Vtr, onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 58.213,75

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 102.000,00

7.4 – Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de

Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)*	
1 CONRADO STEUCK	01.03.037.0236	R\$ 12.000,00	R\$ 5.821,38	R\$ 6.694,59	
2 WALDIR KLITZKELL	01.03.037.0266	R\$ 12.000,00	R\$ 5.821,38	R\$ 6.694,59	5.036,02
3 HUMBERTO SCHIOCCHET	01.03.037.0371	R\$ 17.000,00	R\$ 8.246,95	R\$ 9.483,99	
4 IRAZITA KNIPERS	01.03.038.0860	R\$ 12.000,00	R\$ 5.821,38	R\$ 6.694,59	
5 DIETMAR TESCH	01.03.038.0845	R\$ 12.000,00	R\$ 5.821,38	R\$ 6.694,59	
6 MARGARETE HINORATO BERNARDO	01.03.039.0186	R\$ 18.000,00	R\$ 8.732,06	R\$ 10.041,87	
7 ANÉCIO ZATELI	01.03.040.0387	R\$ 19.000,00	R\$ 9.217,18	R\$ 10.599,76	
TOTAL					
			R\$ 49.481,71	R\$ 56.903,98	

* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

8 – Disposições Finais:

8.1 – Condições de Pagamento:

8.1.1 – O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 – A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

8.2 – Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

- Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;
- Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação referir-se à parte técnica da obra;
- Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação referir-se à parte jurídica do Edital/Obra;
- Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas."

Município de Timbó, 25 de setembro de 2015.

Laércio Demerval Schuster Junior
Prefeito

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

Roseli L. da Rocha
Engenheira Civil

EDITAL Nº 03/2015-RUA ERWIN REGUSE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO

Edital nº 03/2015

Edital de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação Asfáltica, da Rua Erwin Reguse.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Erwin Reguse, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação asfáltica da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto-lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação asfáltica, tendo como custo apurado o valor total de R\$ 27.583,51 (Vinte e sete mil quinhentos e oitenta três reais e cinquenta e hum centavos), incluindo a infra-estrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação Asfáltica da Rua Erwin Reguse- Timbó-SC**1 – Memorial Descritivo da Obra:****1.1 – Identificação:**

Projetos para pavimentação asfáltica, da Rua Erwin Reguse- (com área de 6.615,45m²), sendo que 6.240,45 m² foram realizados pelo sistema de mutirão (aderentes) e 375,00m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Estado, em Timbó – SC.

1.2 – Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido à grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Erwin Reguse foi pavimentada, e em face à indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.2 – Especificações: Para a pavimentação asfáltica da Rua Erwin Reguse, será utilizado asfalto betuminoso usinado a quente, na espessura de 5,00 cm, conforme especificações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA – Departamento Estadual de Infra-estrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes.

2 – Orçamento para implantação (referente à parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria:

2.1 – Pavimentação asfáltica da Rua Erwin Reguse - (com área de 375,00m²): (Trezentos e setenta e cinco metros quadrados).

2.1.1 – Pavimentação asfáltica da Rua Erwin Reguse (com área de 375,00m²).

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora	206,25 m ³	
- Custo Unitário		R\$ 6,46
- Custo	206,25x6.46=	R\$ 1.332,38
- Aterro compactado	112,5 m ³	
- Custo Unitário		R\$ 17,91
- Custo	112,5x17,91=	R\$ 2.014,88
- Serviços de preparo da cancha	375,00 m ²	
- Custo Unitário		R\$ 1,32
- Custo	375,00x1,32=	R\$ 495,00
- Regularização, base estabilizada, imprimação, pintura de ligação, e capa asfáltica incluindo a mão-de-obra.e meio fio de concreto 10/12x25x100cm valor unitário do m ²		R\$ 63,31
- Quantidade Total	375,00 m ²	
- Custo	63,31x 375,00=	R\$ 27.583,51
- Custo Total da pavimentação		R\$ 27.583,51
Global da Obra		R\$ 27.583,51

3 – Cronograma:

A obra teve início em 17/07/2014 e término em 04/08/2015.

4 – Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 – Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 06 (seis) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 – Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Erwin Reguse correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área 375,00m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra publica em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída

nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1 MAURO BATISTELA	01.09.001.4031	R\$ 140.000,00	R\$ 168.000,00	R\$ 28.000,00
2 JOSÉ BATISTA DA SILVA	01.09.003.0753	R\$ 118.000,00	R\$ 141.000,00	R\$ 23.000,00
3 RODRIGO G. CARVALHO	01.09.003.0635	R\$ 130.000,00	R\$ 156.000,00	R\$ 26.000,00
4 THADEU HENRIQUE DE OLIVEIRA	01.09.003.0689	R\$ 130.000,00	R\$ 156.000,00	R\$ 26.000,00
5 RIFEG PARTICIPAÇÕES LTDA	01.09.001.4591	R\$ 108.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 22.000,00
6 RIFEG PARTICIPAÇÕES LTDA	01.09.001.4606	R\$ 108.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 22.000,00
TOTAL				R\$ 147.000,00

7– Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 – Participação do Município de Timbó = R\$ 4.137,53, o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 – Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 23.445,98, o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 – O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula: $CM = A \times Vi / Vtr$, onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 27.583,51

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 147.000,00

7.4 – Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)*	
1 MAURO BATISTELA	01.09.001.4031	R\$ 28.000,00	R\$ 4.465,90	R\$ 5.135,79	
2 JOSÉ BATISTA DA SILVA/MARILDO DOMINGOS FELIPPI	01.09.003.0753	R\$ 23.000,00	R\$ 3.668,42	R\$ 4.218,68	5.036,02
3 RODRIGO G. CARVALHO	01.09.003.0635	R\$ 26.000,00	R\$ 4.146,91	R\$ 4.768,95	
4 THADEU HENRIQUE DE OLIVEIRA	01.09.003.0689	R\$ 26.000,00	R\$ 4.146,91	R\$ 4.768,95	
5 RIFEG PARTICIPAÇÕES LTDA	01.09.001.4591	R\$ 22.000,00	R\$ 3.508,92	R\$ 4.035,26	
6 RIFEG PARTICIPAÇÕES LTDA	01.09.001.4606	R\$ 22.000,00	R\$ 3.508,92	R\$ 4.035,26	
TOTAL			R\$ 23.445,98	R\$ 26.962,89	

* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

8 – Disposições Finais:

8.1 – Condições de Pagamento:

8.1.1 – O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 – A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

8.2 – Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

a) Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;

b) Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação referir-se à parte técnica da obra;

c) Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação referir-se à parte jurídica do Edital/Obra;

d) Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.”

Município de Timbó, 05 de outubro de 2015.

Laércio Demerval Schuster Junior
Prefeito

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

Roseli L. da Rocha
Engenheira Civil

EXTRATO CONTRATO 2015.121 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/121

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Arildo de Jesus 49807765900

OBJETO: Fornecimento da alimentação - buffet livre (almoço e jantar) para a comunidade em geral no RESTAURANTE OFICIAL da 25ª Festa do Imigrante que acontecerá no período de 09 a 12 de outubro de 2015, tudo de conformidade com a Dispensa de Licitação nº 23/2015.

VALOR TOTAL: Percentual de 5% (cinco por cento) sobre toda a venda da alimentação/refeições fornecidas junto à 25ª FESTA DO IMIGRANTE pago pela contratada à Fundação Cultural a título de comissão.

DATA DA ASSINATURA: 03/10/2015

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2015.122 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/122

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Arildo de Jesus 49807765900

OBJETO: Fornecimento de alimentação (almoço e jantar) para toda a equipe e pessoal que executará atividades junto à 25ª FESTA DO IMIGRANTE, a qual acontecerá do período de 09 a 12 de outubro de 2015, observadas as demais condições, responsabilidades, formas, prazos, quantidades estabelecidas na Dispensa de Licitação nº 22/2015.

VALOR TOTAL: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/10/2015

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 2010.161 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/161

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

AUTORIZADO: Haroldo Duwe e Mariana Duwe.

OBJETO: Rescisão do contrato que tem por objeto locação de imóvel com benfeitorias (sala de alvenaria com 249,01m²), localizado na rua Pomeranos, 1963, bairro Pomeranos, Timbó - SC, que tem por finalidade a instalação e funcionamento da Unidade de Saúde da Família Pomeranos,

DATA DA RESCISÃO: 03/10/2015.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO MD Nº 14/2015**

Resolução MD Nº 14/2015

Antecipa o pagamento dos subsídios aos vereadores e da remuneração aos servidores da Câmara Municipal de Timbó.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição conferida pelo art. 48, I, do Regimento Interno e art. 18. Parágrafo único, da Lei Orgânica,

Considerando que os dias previstos para pagamento da remuneração aos servidores e do subsídio aos vereadores da Câmara Municipal – 25 de outubro e 1º de novembro de 2015, respectivamente recairão em domingos, Resolve:

Art. 1º Realizar o pagamento da remuneração aos servidores, relativo ao mês de outubro de 2015, no dia 23 de outubro de 2015, sexta-feira e pagamento do subsídio aos vereadores da Câmara Municipal no dia 30 de outubro de 2015, sexta-feira.

Art. 2º Esta Resolução MD entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 14 de outubro de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari
Presidente

Reimar Raddatz
Vice-Presidente

Rubens Borchardt
Secretário

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 01/2015

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 01/2015

Decreto nº 4.539 de 29 de setembro de 2015.

Vigência: 30/09/2015 até 28/02/2016

Autorizante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Autorizado: Associação dos Micros e Pequenos Agricultores do Município de Três Barras - SC – CNPJ nº. 05.748.901/0001-80.

Objeto: O presente instrumento tem por objeto a Autorização por tempo determinado de Uso das máquinas abaixo descritas, em caráter gratuito, para auxiliar a AMPAR no atendimento aos agricultores de Três Barras - SC, em especial no Programa Porteira Adentro, conforme Lei Municipal nº 2.264 de 15 de abril de 2013 e Decreto nº 4.539/2015 sendo:

Item 1 – Trator Marca Valtra Modelo A950, Motor a Diesel, tração 4x4, ano/modelo 2011 cor predominante: Amarelo, nº de série: A950282256 e Monobloco nº AAAT2006VBM001648.

Item 2 – Retroescavadeira Marca JCB, Motor a Diesel tração 4x4, ano/modelo 2012 cor predominante: Amarelo, nº de série: 1790953 e Chassi nº 9B9214T44CBDT4953.

Item 3 – Trator Agrícola, marca Massey Ferguson, ano/modelo 2002, fabricação nacional, tração 4x4, cor predominante vermelha, com toldo, número de série 2583064548 e número de série do motor SC88098631324H.

ALINOR LESCOVITZ

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 13 de outubro de 2015.

Trombudo Central

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO PE 50/2015 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 50/2015 PMTC – PE Nº 50/2015 PMTC

O Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua Prefeita em exercício Srª Hanelore Hedler torna pública a RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão Eletrônico nº 50/2015 PMTC, comunicando às pessoas interessadas a seguinte mudança no Edital:

1) Fica alterado as datas de cadastramento de propostas e aberturas:

Onde se lê: O prazo de recebimento de propostas será a partir das 16:00h do dia 09/10/2015 até as 16:00h do dia 22/10/2015, sendo que a abertura das propostas dar-se-á as 08:30h do dia 23/10/2015 e o início da disputa as 09:00h do dia 23/10/2015

Leia-se: O prazo de recebimento de propostas será a partir das 16:00h do dia 13/10/2015 até as 16:00h do dia 26/10/2015, sendo que a abertura das propostas dar-se-á as 08:30h do dia 27/10/2015 e o início da disputa as 09:00h do dia 27/10/2015

Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital.

Trombudo Central, 13 de outubro de 2015.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1718/2015

DECRETO Nº 1.718/2015

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vigente;

DECRETA:

Art.1º. Fica designado: Jussara Reginatto, Udinara Vanusa Zanchettin e Jacson Sonaglio, brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital de Processo Seletivo 03/2015.

Art.2º Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

TUNÁPOLIS/SC, 14 de Outubro de 2015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Extrato de Dispensa de Licitação nº 04/2015

PARTES: Prefeitura Municipal de Tunápolis, e o SEBRAE.

Objeto: Contratação do SEBRAE para prestação dos serviços de Consultoria Técnica, Tecnológica e Gerencial para Empresas e Novos Empreendedores do Município.

Origem: fundamentação legal no inciso XIII, do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada; e no Prejulgado do TCE/SC nº 172

Vigência: 06/10/2015 a 31/12/2015

Valor R\$ 3.200,00(três mil e duzentos reais)

Tunápolis, SC, aos 06 de outubro de 2015..

Enoi Scherer

Prefeito Municipal.

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 49/2015

DECRETO Nº 049/15, de 06 de Outubro de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) assim classificados:

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0026.2.007 – MANUT. DO CONVÊNIO RADIO PATRULHA E SSP TRÂNSITO

3.3.90.00.00.00.00.00.0165.0 (016) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

09.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.608.0030.2.020 – MANUT. DO PARQUE EXP. IRIS OLIVO/REAL FESTA COLONO

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 (111) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0165 no valor de R\$ 30.000,00, e por excesso de arrecadação da Fonte 0080 no valor de R\$ 50.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 06 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 325/2015

PORTARIA Nº 325/15, de 01 de Outubro de 2015.

DEMITE A PEDIDO DIGITADOR, ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Digitador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME CPF MATRICULA

Wilian Heinzen Severino 053.134.539-47 2753

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 326/2015

PORTARIA Nº 326/15, de 01 de Outubro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 01.10.2015 a 30.10.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

1020 Ronaldo dos Santos 14.02.2013 a 13.02.2014

1254 Clodoaldo Coelho Luiz 02.07.2013 a 01.07.2014

1890 Berci Ademar Salvador 09.05.2012 a 08.05.2013

1241 Elaine Aparecida Marcon 04.05.2014 a 03.05.2015

2936 Elza Schiavini 08.07.2014 a 07.07.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 327/2015

PORTARIA Nº 327/15, de 02 de Outubro de 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor ADILSON PEREIRA DE ALMEIDA, CPF nº. 757.976.409-10, matrícula nº. 0129, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, no período de 05.10.2015 a 02.01.2016, referente ao período aquisitivo de 01.01.1998 a 31.12.2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 328/2015

PORTARIA Nº 328/15, de 05 de Outubro de 2015.

DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, admitida em caráter temporário do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME CPF MATRICULA

Inês de Fátima Artismo Costa 596.782.249-68 3346

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 329/2015

PORTARIA Nº 329/15, de 05 de Outubro de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 16 de novembro de 2015 a contratação da servidora CHARLENE PATEL FELTRIN ARCARO CPF nº 036.836.379-19, matrícula nº 3291, nomeada através do Processo Seletivo nº 001-14, exercendo a função pública de Professor 20 (vinte) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora LEONIR DA SILVA PIAZZOLI que se encontra em Auxílio Doença.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de outubro de 2015.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 44/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2015

PROCESSO Nº 48/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2015

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2015, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos treze dias do mês de outubro de 2015, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 48/2015, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ELÉTRICA CAVALLI LTDA - EPP, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA DECORAÇÃO NATALINA DA PRAÇA PÚBLICA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE/SC, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

ITEM	QTDE.	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	20	UN	LÂMPADA STROBO 10W, 220V (01-01-14263)	G-LIGHT	37,45	749,00
2	100	MT	CABO DE FORÇA PARA LIGAÇÃO DE MANGUEIRA LUMINOSA (01-01-14264)	MUNDILUX	13,60	1.360,00
3	600	MT	MANGUEIRA LUMINOSA DE LED, 13MM, 2 FIOS, 220 V, CORES DIVERSAS (01-01-14266)	MUNDILUX	6,79	4.074,00
4	30	UN	TUBO CILINDRICO DE 80CM, COM 44 LEDS BRANCOS EM MOVIMENTO SNOWFALL -220V (01-01-14265)	GLIGHT	58,80	1.764,00
5	1	UN	MODULO CONTROLADOR DE ILUMINAÇÃO NATALINA COM 15 CANAIS DE SAÍDAS INDEPENDENTES (01-01-14267)	NBLIGHT	1.428,00	1.428,00
6	500	MT	CABO PP 2X1,5MM (01-01-14268)	CONDUCAP	1,85	925,00
7	700	UN	ABRAÇADEIRA DE NYLON 280X4,8MM (01-01-14269)	JNG	0,14	98,00
8	6	UN	FITA ISOLANTE 19MMX20 MT (01-01-14270)	FAME	3,90	23,40
9	5	UN	TUBO DE PVC, 30X30 COM TAMPA (01-01-14271)	HOME LUX	13,70	68,50
10	100	MT	MANGUEIRA FLEXIVEL CORRUGADA 25MM (3/4) (01-01-14272)	CARNAFLEX	1,20	120,00
11	15	UN	PLUGUE 2P 10A (01-01-14274)	PEZZI	3,30	49,50
12	2	UN	REFLETOR DE LED, MODELO RGB 30W - BIVOLT, COLORIDO (01-01-14273)	GLIGHT	350,00	700,00
13	1	UN	SERVIÇO PARA INSTALAÇÃO DAS LUZES, INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO CORRETIVA NO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DA DECORAÇÃO NATALINA NA PRAÇA PÚBLICA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE/SC.		3.999,00	3.999,00

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ELETRICA CAVALLI LTDA - EPP, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais e serviços, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Após o recebimento da Autorização de fornecimento, os materiais e serviços deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 20 de novembro de 2015.

4.3. Os materiais e serviços somente serão requeridos conforme a necessidade dos mesmos.

4.4. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais e serviços requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após entrega dos produtos e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão - 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES

Projeto Atividade - 2.038 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

Cód. Red. 47 – Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais e serviços quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 48/2015.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais e serviços;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 48/2015 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9.DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais e serviços no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2.O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10.DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 48/2015 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

MARLENE CAVALLI
ELETRICA CAVALLI LTDA - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Nome: Marília Miorelli	Nome: Giane Smaniotto
CPF: 057.672.509-95	CPF: 060.416.089-55

Publicada na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 45/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2015

PROCESSO Nº 48/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2015

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31/12/2015, podendo ser prorrogada até completar 12 meses.

Aos treze dias do mês de outubro de 2015, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 48/2015, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa ESQUADRIAS METÁLICAS RAVANELLO LTDA, de acordo com a classificação nos itens por ela alcançados, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA DECORAÇÃO NATALINA

DA PRAÇA PÚBLICA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE/SC, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS, conforme itens descritos no quadro abaixo:

ITEM	QTDE.	UN	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
14	1	UN	ÁRVORE DE NATAL (PINHEIRO), COM ESTRUTURA EM FERRO, (TUBO REDONDO 1/2 POLEGADA E FERRO REDONDO 1/4), MEDINDO: 6Mx5,40M (AxL), COM BASE EM FORMA HEXAGONAL. DESMONTÁVEL EM 6 PARTES, SENDO UMA LATERAL COM PORTA. CONFORME DESENHO ANEXO A ESTE EDITAL, INCLUINDO SERVIÇO DE MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO CORRETIVA NO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DA DECORAÇÃO NATALINA, NA PRAÇA PÚBLICA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE/SC.	2.350,00	2.350,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade a contar da data de assinatura deste instrumento, até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado até completar 12 meses.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sendo revogada a presente ata de registro de preços, sendo então convocado os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; procedendo a revogação da ata de registro de preços e,

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4. DA ENTREGA

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa ESQUADRIAS METÁLICAS RAVANELLO LTDA, a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade, será intimada para entregar os materiais e serviços, sendo os mesmos requeridos através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Após o recebimento da Autorização de fornecimento, os materiais e serviços deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 20 de novembro de 2015.

4.3. Os materiais e serviços somente serão requeridos conforme a necessidade dos mesmos.

4.4. Se o fornecedor recusar-se a entregar os materiais e serviços requeridos, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 30 dias após entrega dos produtos e recebimento da respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão - 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - 02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES

Projeto Atividade - 2.038 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

Cód. Red. 47 – Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os materiais e serviços quando solicitados.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 48/2015.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na entrega dos materiais e serviços;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 48/2015 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os materiais e serviços no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 48/2015 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e

forma e assinado pelas partes.

EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

SERGIO LUIZ RAVANELLO
ESQUADRIAS METALICAS RAVANELLO LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

02. _____

Nome: Giane Smaniotto
CPF: 060.416.089-55

Publicada na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 2957/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.957, De 13 de Outubro de 2015.
Decreta Ponto Facultativo Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73., Inciso IV da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que dia 28 de Outubro de 2015 é comemorado o Dia do Servidor Público Municipal;

DECRETA:

Art.1º Fica decretado Ponto Facultativo Municipal no dia 30 de outubro de 2015.

§ 1º. Para os efeitos de que trata o Artigo Anterior, não haverá expediente na Prefeitura Municipal de União do Oeste, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

§2º Excetuam-se do Ponto Facultativo a Escola Reunida Municipal Ângelo Soletti e o Centro de Educação Infantil Pingo de Gente, que haverá aula normal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de outubro de 2015.
EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014

DECRETO N. 2958/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 2.958, De 13 de Outubro de 2015.

Dispõe sobre anulação do Processo de Licitação n.º 47/2015 na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e Lei 8.66/93 e alterações posteriores e,

Considerando a publicação do Decreto Municipal n.º 2.950/2015, que dispõe sobre a limitação de empenhos e despesas objetivando o equilíbrio das contas públicas municipais,

Considerando o interesse público em conter a realização de novas despesas;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços N.º 47/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de outubro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.415/15

DECRETO Nº 12.415/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.140/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17.302/2015.

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.140/15, que nomeou FRANCIELI FERNANDA DOS SANTOS, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.416/15

DECRETO Nº 12.416/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.180/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17.303/2015.

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.180/15, que nomeou EVELINE CRISTINE RIBEIRO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.417/15

DECRETO Nº 12.417/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.175/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17.304/2015.

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.175/15, que nomeou CARINA CRISTIANE CORDEIRO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.418/15

DECRETO Nº 12.418/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.220/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17.306/2015.

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.220/15, que nomeou NOELI TOLDO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.419/15

DECRETO Nº 12.419/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.243/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17.307/2015.

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.243/15, que nomeou DEISI FERNANDA BELEGANTE GIRIOLI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.420/15

DECRETO Nº 12.420/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.191/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17.308/2015.

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.191/15, que nomeou ADRIANA GOULART, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.421/15

DECRETO Nº 12.421/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.192/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17.309/2015.

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.192/15, que nomeou LISIANE EV. SOARES, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.422/15

DECRETO Nº 12.422/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.182/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17.310/2015.

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.182/15, que nomeou ISABELA GAMBATO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.423/15

DECRETO Nº 12.423/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.165/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17.311/2015.

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.165/15, que nomeou ROSELI GONÇALVES, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.424/15

DECRETO Nº 12.424/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.154/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17.312/2015.

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.154/15, que nomeou FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.425/15

DECRETO Nº 12.425/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.176/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17.313/2015.

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.176/15, que nomeou SABRINA PIROLI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.426/15

DECRETO Nº 12.426/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARCIA APARECIDA DE MORAIS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.427/15

DECRETO Nº 12.427/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ADELIRESS ROSSI GIRIOLI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.428/15

DECRETO Nº 12.428/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JEFERSON DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.429/15

DECRETO Nº 12.429/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, HELLEN CRISTINA KUNZE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.430/15

DECRETO Nº 12.430/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DANIELA SCUSSIATTO ALVES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.431/15

DECRETO Nº 12.431/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MORGANE APARECIDA TREVISOL FERREIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.432/15

DECRETO Nº 12.432/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, PATRICIA MENDES DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.433/15

DECRETO Nº 12.433/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANGELA MARIA KONIG, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.434/15

DECRETO Nº 12.434/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DAIANE PADILHA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.435/15

DECRETO Nº 12.435/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, EDIANA DE OLIVEIRA PINTO DOMINGUES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.436/15

DECRETO Nº 12.436/15, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSANGELA MARIA MORESCO SONALHO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.454/15

DECRETO Nº 12.454/15, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.286/15, de 08 de outubro de 2015,

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.047 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	120.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	120.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
01 – Desenvolvimento Econômico	
1.006 – Incentivo a Indústria	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	120.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	120.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.457/15

DECRETO Nº 12.457/15, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14 de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 14.901,64 (quatorze mil, novecentos e um reais e sessenta e quatro reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086 – Manutenção do FMAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0500 – Aplicações Diretas	R\$ 14.901,64

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO

R\$
14.901,64

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.461/15

DECRETO Nº 12.461/15, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 17710/2015.

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, LEANDRO TAVARES DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, nomeado pela Portaria nº 0895/00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.462/15

DECRETO Nº 12.462/15, DE 13 DE AGOSTO DE 2015.

Nomeia Chefe do CRAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SANDRA URBANO DOS SANTOS, para exercer o cargo comissionado de Chefe do CRAS, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 09 de outubro de 2015.

Videira, 13 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 032/2015

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 032/2015

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
ALMIR DOS SANTOS	670.970.819-53	21.422/2014	09/10/2015
GERSON CONSTANTINO DOS SANTOS	004.622.949-35	8842/2015	09/10/2015
JOAQUIM ALDORI GONÇALVES	498.113.639-00	6463/2015	09/10/2015
JUSCELINA CARMAZIO	796.087.449-20	4281/2015	09/10/2015
LAVAÇÃO NOTA 10 LTDA ME	80.695.539/0001-41	8570/2015	09/10/2015
PARTER REPRESENTAÇÃO LTDA	12.166.513/0001-56	8401/2015	09/10/2015
RENEU SCHULTE	422.405.659-34	3744/2014	09/10/2015
TESSARO E CIA LTDA ME	09.219.782/0001-29	6668/2014	09/10/2015

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 13 de outubro de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0252/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0252/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0046/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSIANE APARECIDA ZAGO

CPF: 048.498.519-16

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 31 de agosto de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0254/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0254/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0163/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELENITE NORMA IURKEWICZ FANTIN

CPF: 023.348.379-97

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 14 de setembro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0256/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0256/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0004/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLI TEREZINHA GOMES DE OLIVEIRA

CPF: 527.905.769-04

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 15 de setembro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0257/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0257/15

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0184/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELLE APARECIDA HELEODORO DE BAIRROS

CPF: 080.268.149-24

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 10 de setembro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0258/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0258/15
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0034/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIANE DA ROSA
CPF: 048.176.679-07
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 18 de setembro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0259/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0259/15
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0463/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ANDERSON GONDIM ROQUE
CPF: 056.998.987-60
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir de 20 de setembro de 2015.

LAUDO DE ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 144/2015- EMPRESA: BOZZANO & BOZZANO LTDA ME

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
TOALHA DE BOCA E JOGOS DE VARÃO

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa BOZZANO & BOZZANO LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 85.323.392.0001-82 apresentou amostra física das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 144/2015 – PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
3	Toalha de boca – pacote com 3 peças, medindo no mínimo 25 x 30 cm, 100% algodão, nas cores azul, verde e rosa (todos em tons bebê).	KORMANN	APROVADA
8	Jogos varões para Bleckout medindo no mínimo 2,50 de comprimento e com suportes.	BELLA ARTE	APROVADA

Em atendimento ao EDITAL 144/2015 do item 1.3: As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS FÍSICAS, COM FICHAS TÉCNICAS, DE TODOS OS ITENS, devidamente identificadas (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para Secretaria Municipal de Educação, durante o horário das 08:00h às 11:00h e 13:30h às 17:00h..

Sendo assim, a empresa BOZZANO & BOZZANO LTDA – ME, que obteve 1º proposta melhor classificada para o ITEM 04 na etapa de lances, encaminhou tempestivamente as amostras físicas, com informações que permitiam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela Aprovação das amostras físicas apresentadas pela empresa BOZZANO & BOZZANO LTDA – ME.

Videira, 06 de outubro de 2015.
Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 144/2015- EMPRESA: GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
EDREDOM SOLTEIRO INFANTIL

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 20.257.784.0001-45 apresentou amostra física das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 144/2015 – PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
5	Edredom Solteiro infantil - 100% algodão, enchimento 100% poliéster, 120 fios, medindo no mínimo 220 x 140cm, motivo infantil.	SOUZATEX	REPROVADA

Em atendimento ao EDITAL 144/2015 do item 1.3: As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS FÍSICAS, COM FICHAS TÉCNICAS, DE TODOS OS ITENS, devidamente identificadas (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para Secretaria Municipal de Educação, durante o horário das 08:00h às 11:00h

e 13:30h às 17:00h..

Sendo assim, a empresa GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP, que obteve 1º proposta melhor classificada para o ITEM 05 na etapa de lances, encaminhou tempestivamente as amostras físicas, com informações que permitiam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela Aprovação das amostras físicas apresentadas pela empresa GTA ATACADO E VAREJO EIRELI EPP.

Videira, 06 de outubro de 2015.
Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 144/2015- EMPRESA: SANTACOTEX INDUSTRIA TEXTIL

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
TOLHA DE ROSTO E TOALHA DE BANHO

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa SANTA COTEX INDUSTRIA TEXTIL, inscrita no CNPJ nº 04.439.015.00001-01, apresentou amostra física das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 144/2015 – PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
1	Toalha de Rosto, super absorventes, tecidos grossos, sem furos, medindo no mínimo 0.50x0.80m - 100% Algodão, cores variadas.	COTEX	APROVADA
2	Toalha de banho felpuda super absorvente, tecido grosso sem furos, colorido liso (todos em tons bebê), medindo no mínimo 70 x 90 cm, 90% algodão e 5% poliéster.	COTEX	APROVADA

Em atendimento ao EDITAL 144/2015 do item 1.3: As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS FÍSICAS, COM FICHAS TÉCNICAS, DE TODOS OS ITENS, devidamente identificadas (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para Secretaria Municipal de Educação, durante o horário das 08:00h às 11:00h e 13:30h às 17:00h..

Sendo assim, a empresa SANTA COTEX INDUSTRIA TEXTIL, que obteve 1º proposta melhor classificada para os itens 1 e 2 na etapa de lances, encaminhou tempestivamente as amostras físicas, com informações que permitiam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela aprovação das amostras físicas apresentadas pela empresa SANTA COTEX INDUSTRIA TEXTIL.

Videira, 06 de outubro de 2015.
Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 144/2015- EMPRESA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
FRALDAS E EDREDOM DE BERÇO

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 11.499.653/0001-83, não apresentou amostra física das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 144/2015 – PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
4	Fralda tecido duplo – pacote com 05 unidades, medindo no mínimo 70x70cm – 100% algodão.	INCOFRAL	Reprovada
6	Edredom de berço - 100 % algodão, enchimento 100% poliéster, 30.1 fios, medindo no mínimo 150 x 110cm, motivo infantil.	LYNEL	Reprovada

Em atendimento ao EDITAL 144/2015 do item 1.3: As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS FÍSICAS, COM FICHAS TÉCNICAS, DE TODOS OS ITENS, devidamente identificadas (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até

03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para Secretaria Municipal de Educação, durante o horário das 08:00h às 11:00h e 13:30h às 17:00h..

Sendo assim, a empresa OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, que obteve 1º proposta melhor classificada para itens 4 e 6 na etapa de lances, não encaminhou tempestivamente as amostras físicas, com informações que permitiam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela reprovação das amostras físicas não apresentadas pela empresa OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.

Videira, 06 de outubro de 2015.
Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 144/2015- EMPRESA: ROBERTO MISTURA ME

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS
DE PANOS DE PRATO

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa ROBERTO MISTURA ME, inscrita no CNPJ nº 10.292.359.0001-33 não apresentou amostra físicas marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 144/2015 – PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
7	Pano para enxugar pratos, em 100% algodão, branco, liso, medindo no mínimo 40 x 65 cm.	FICHER	REPROVADA

Em atendimento ao EDITAL 144/2015 do item 1.3: As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS FÍSICAS, COM FICHAS TÉCNICAS, DE TODOS OS ITENS, devidamente identificadas (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para Secretaria Municipal de Educação, durante o horário das 08:00h às 11:00h e 13:30h às 17:00h..

A empresa ROBERTO MISTURA ME, que obteve 1º proposta melhor classificada para o item 7 na etapa de lances, não encaminhou tempestivamente a amostra física, com informações que permitiam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela reprovação da amostra física não apresentada pela empresa ROBERTO MISTURA ME.

Videira, 06 de outubro de 2015.
Roberta Aparecida Martinez
Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
Diretora de Educação

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE AMOSTRAS PR 144/2015- EMPRESA: SANTACOTEX INDUSTRIA TEXTIL

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS DE
CONJUNTO DE BLECKOUT EM TECIDO

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa SANTA COTEX INDUSTRIA TEXTIL, inscrita no CNPJ nº 04.439.015.00001-01, não apresentou amostra física das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do Edital PP 144/2015 – PMV, conforme segue:

Item	Especificação Técnica	MARCA	SITUAÇÃO
9	Conjunto de Bleckout em tecido, medindo no mínimo 2,70 x 2,00 de cores variadas (tons claros), com ilhós.	Cotex	Reprovada

Em atendimento ao EDITAL 144/2015 do item 1.3: As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS FÍSICAS, COM FICHAS TÉCNICAS, DE TODOS OS ITENS, devidamente identificadas (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado em até 03 (TRÊS) dias após o encerramento da disputa dos lances para Secretaria Municipal de Educação, durante o horário das 08:00h às 11:00h e 13:30h às 17:00h..

Sendo assim, a empresa SANTA COTEX INDUSTRIA TEXTIL, que obteve 1º proposta melhor classificada para o ITEM 09 na etapa de lances, não encaminhou tempestivamente as amostras físicas, com informações que permitiam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Para tanto, a empresa alusiva apresentou uma carta de esclarecimento onde cita um mal entendido não cotação de valores oferecidos pelo produto solicitado que segue anexa.

Diante do exposto, a Secretaria de Educação opina pela reprovação das amostras físicas não apresentadas pela empresa SANTA COTEX INDUSTRIA TEXTIL.

Videira, 06 de outubro de 2015.
 Roberta Aparecida Martinez
 Secretária Municipal de Educação

Maria R.S.Marques
 Diretora de Educação

LEI Nº 3.280/15

LEI Nº 3.280/15, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015.

Proíbe os Poderes Executivo e Legislativo de Contratar com Pessoa Jurídica que tenha feito Doação para Partido Político ou Campanha Eleitoral a Candidato de Cargo Eletivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Poderes Executivo e Legislativo do município, ficam proibidos de celebrar ou prorrogar contrato com Pessoa Jurídica, que tenha feito doação em dinheiro, ou de bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo do Município de Videira, pelo período de 4 (quatro) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à eleição municipal, excetuando-se as Pessoas Jurídicas que realizaram doações até a data de publicação da presente lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 23 de setembro de 2015.
 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de setembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
 Secretária de Administração

LEI Nº 3.282/15

LEI Nº 3.282/15, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os municípes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 485.791,04 (Quatrocentos e oitenta e cinco mil setecentos e noventa e um reais e quatro centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.063 – Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0064.10 – Aplicações Diretas	90.610,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0065.20 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0065.20 – Aplicações Diretas	25.181,04
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	130.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.17 – Aplicações Diretas	150.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde	

3.1.90.00.00.00.00.00.03.0066.16 – Aplicações Diretas	20.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.066 – Vigilância Sanitária	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	330.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014, excesso de arrecadação de 2015 e anulação total ou parcial das seguintes dotações:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.20 – Aplicações Diretas	50.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.066 – Vigilância Sanitária	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

LEI Nº 3.283/15

LEI N.º 3.283/15, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa ENCANTO MODULADOS EIRELLI ME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa ENCANTO MODULADOS EIRELLI ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 22.658.560/0001-70, situada a Rua Alberto Zoller, nº 52, Bairro Alvorada, na cidade de Videira-SC, do Lote nº 02, da Quadra "D" do Loteamento "Condomínio Industrial Campina Bela", com área total do lote de 1.711,86m² (um mil setecentos e onze metros e oitenta e seis decímetros quadrados) respectivamente, localizados na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrícula nº 32.259, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira – SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para as seguintes atividades principais: fabricação de estofados em série e sob medida, reforma de estofados e toda linha de estofamentos automotivos, conforme consta do Processo Administrativo nº 12.342/15.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios

do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata dos bens para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV- É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V – É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento dos imóveis.

VI – Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII – É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que os imóveis foram concedidos pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

LEI Nº 3.284/15

LEI Nº 3.284/15, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera a ementa da Lei nº 3.273/15 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a ementa da Lei nº 3.273/15, de 10 de setembro de 2015, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

LEI Nº 3.285/15

LEI Nº 3.285/15, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa JIOVANI TONET ME, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa JIOVANI TONET ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 22.017.253/0001-00, situada a Rodovia SC 135, s/nº, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Videira -SC, do Lote nº 08, da Quadra “B” do Loteamento “Condomínio Industrial Campina Bela”, com área total do lote de 1.200,00m² (um mil e duzentos metros quadrados), localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrícula nº 32.232, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira – SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para as seguintes atividades principais: fabricação de esquadrias de metal; estruturas metálicas; serviços de usinagem; solda, tratamento e revestimento em metais, conforme consta do Processo Administrativo nº 12.190/15.

§ 2º A empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre

processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4º Em não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5º No caso de reversão imediata dos bens para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6º Não havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.

Art. 2º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, vedar-se-á:

I - alienar o imóvel dentro do período previsto para a reversão, a fim de desviar a finalidade originária, sem que a requerente observe as condições previstas na presente Lei, e sempre com expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após análise e parecer da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais;

II - gravar com ônus real de garantia, exceto a empresa que já esteja em atividade, desde que comprove previamente sua liquidez patrimonial por meio de Balanço Patrimonial Projetado, devidamente assinado por profissional habilitado e apresentado perante a comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III - dar destinação diversa da prevista no plano de negócio original, às áreas de terra obtidas por meio de doação ou concessão de direito real de uso do Município de Videira;

IV- É vedada a permuta ou qualquer outra forma de transferência de áreas de terra cedidas, seja a título de doação ou de concessão de direito real de uso, pelo Município entre empresas, salvo as operações deliberadas favoravelmente pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V – É proibido, em qualquer hipótese, o fracionamento dos imóveis.

VI – Fica proibida a construção de benfeitorias em madeira.

VII – É vedada a implantação de empreendimentos que acarretem riscos ambientais externos, nos loteamentos e condomínios industriais.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca de 2º grau em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da lei nº 8.666/93.

Art. 3º Após a inscrição da concessão, a concessionária fluirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos nesta lei e responderá por todos os encargos, civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, bem como manter

limpo, em condições de higiene sanitária e demais normas pertinentes à utilização do imóvel.

Art. 4º O interesse público resta demonstrado uma vez que a indústria a ser instalada no imóvel concedido, estimulará o crescimento deste município, gerando empregos diretos, acréscimo de renda para os beneficiários e para cidade, bem como geração de tributos e demais emolumentos para o município de Videira.

Art. 5º A concessionária deverá manter na área objeto da concessão, uma placa indicando que os imóveis foram concedidos pelo município de Videira, constando o número da Lei autorizativa e outras exigências necessárias e legais que o Poder Público entender devidas.

Art. 6º Decorridos 10 (dez) anos de funcionamento ininterrupto do empreendimento e cumpridas a sua função social, evolução da atividade e as obrigações estabelecidas na transmissão, a área, poderá ser transferida em definitivo à empresa beneficiada mediante autorização do Município.

Art. 7º O concedente no exercício regular do poder de polícia, poderá fazer a qualquer tempo levantamento, consulta, supervisão no imóvel, quando achar necessário, visando o seu estado de conservação e utilização.

Art. 8º A concessionária arcará com quaisquer ônus existentes sobre esta concessão, inclusive a necessária inclusão no Cartório de Registro de Imóveis, não tendo o Poder Público quaisquer despesas sobre a mesma.

Art. 9º À empresa beneficiada com incentivos econômicos e estímulos fiscais, deverá cumprir integralmente as disposições desta Lei e da Lei Municipal nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

LEI Nº 3.286/15

LEI Nº 3.286/15, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.047 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	120.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	120.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
01 – Desenvolvimento Econômico	
1.006 – Incentivo a Indústria	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	120.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	120.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0722/15

PORTARIA nº 0722/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 16.759/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora ELZA PADILHA FURST, Zelador, a partir de 1º de novembro de 2015 até 1º de fevereiro de 2016, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2009 até 16 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2015.

Videira, 1º de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0724/15

PORTARIA nº 0724/15

Autoriza o Uso de Praça Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 17.108/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço da Praça Nereu Ramos, localizada na Avenida Dom Pedro II, pela Êxito Editora e Comunicação, nos dias 07, 14 e 21 de outubro do corrente ano, das 08:00h as 17:00h a fim de realizar uma ação voltada a comunidade com foco no bem estar e saúde, onde haverá verificação de massa corpóreas e informações sobre prevenção a doenças e cuidados com a saúde.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- g. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- h. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- i. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- j. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0725/15

PORTARIA nº 0725/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna da Secretaria de Planejamento, datada de 1º de outubro de 2015;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de outubro de 2015 até 31 de outubro de 2015, o gozo de férias do servidor MAURO ROBERTO CANAL, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras, referente ao período aquisitivo de 09 de agosto de 2013 até 08 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2015.

Videira, 02 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0726/15

PORTARIA nº 0726/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna da Secretaria de Turismo e Cultura, datada de 30 de setembro de 2015;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de outubro de 2015 até 30 de outubro de 2015, o gozo de férias do servidor EFREM NAOR DOS SANTOS MOURA, ocupante do cargo efetivo de Regente de Banda, referente ao período aquisitivo de 1º de julho de 2013 até 30 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º

de outubro de 2015.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0727/15

PORTARIA nº 0727/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna datada de 02 de setembro de 2015,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de outubro de 2015 até 30 de outubro de 2015, o gozo de férias da servidora CRISTINA KLOCK, ocupante do cargo efetivo de Contadora, referente ao período aquisitivo de 16 de julho de 2013 até 15 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2015, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 698/15.

Videira, 05 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0730/15

PORTARIA nº 0730/15

Autoriza o Uso de Bens Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que constam nos Processos Administrativos nº 17.106/15,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni, pela Associação Desportiva Videirense de Futsal - ADV, no dia 08 de outubro de 2015, para a realização do jogo do Campeonato Catarinense Sub 15 de Futebol de Campo.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;
- b. A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- c. Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- e. Serviço de segurança no local do evento;
- f. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- g. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- h. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0731/15

PORTARIA nº 0731/15

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 15.496/2015, nomeada pela Portaria nº 0664/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 11 de outubro de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 15.496/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 163/2015 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELHAS PARA REFORMA DO TELHADO DA ANTIGA ESCOLINHA DE SANTA LUCIA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E PARA SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DO GINÁSIO MEDALHÃO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 27/10/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OB-TENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 13 de Outubro 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 109/2015

Termo Aditivo nº 109/2015

Contrato/Ata nº: ATA nº 24/2015

Processo: PR nº 167/2014- PMV

Contratado: AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA.

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do litro da gasolina comum, tendo em vista o aumento anunciado pela Petrobrás, passando para R\$ 3,30 o litro.

Data: 13/10/2015.

Xanxerê

PREFEITURA

1 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0169/2014

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0169/2014

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Instituto de Urologia do Oeste Catarinense S/S.

Objeto: Prestação de Serviços de exames e procedimentos médicos na área de urologia.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses, contados a partir de 21 de outubro de 2015, conforme ofício da Secretaria de Saúde em anexo.

Xanxerê-SC, 13 de outubro de 2015. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

ERRATA 7 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0072/2014

ERRATA

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, retifica a publicação realizada no dia 13 de outubro de 2015, no Diário Oficial dos Municípios, página nº 430, Retificando o texto, onde se lê: 7 Aditivo ao Contrato nº 00042/2014, lê-se: 7 Aditivo ao Contrato nº 0072/2014. Xanxerê/SC, 13 de outubro de 2015. Ademir José Gasparini –Prefeito Municipal.

EXTRATO 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0062/2012

Extrato 6º Aditivo ao Contrato nº 0062/2012

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: ECGT Construções Ltda.

Objeto: Execução de Serviços Preliminares e a construção de 58 unidades habitacionais para reurbanização da chácara 264, Bairro Bela Vista Xanxerê-SC.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato acima, contados a partir de 24/10/2015, vigorando até 30/06/2016, conforme ofício anexo. Xanxerê-SC, 13 de outubro de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 002/2015

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/2015

(Origem Projeto de Emenda a LOM nº 001/2015 - LEG)

DISPÕE SOBRE O NÚMERO DE VEREADORES NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC

FAZ SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal votou, aprovou e ela promulga a seguinte

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO:

Art. 1º - Fica revogado o artigo 14 da lei orgânica municipal, passando a vigência da lei com a seguinte redação:

Art. 14 - O número de vereadores será fixado pela Câmara Municipal na sessão legislativa do ano que anteceder as eleições, tendo em vista a população do município e observados os limites estabelecidos em lei.

Paragrafo Único: Fica estabelecido, como número de vereadores do município de Xanxerê, o número de 9 (nove) vereadores.

Art. 2º - A presente lei terá eficácia imediata valendo-se para a Legislatura de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE XANXERÊ

16 de Setembro de 2015

WILSON MARTINS DOS SANTOS

Presidente

ADENILSO BIASUS

Vice Presidente

FERNANDO CALLFASS

1º Secretário

IVONE MARIA SIRINO

2ª Secretária

Nota: Correção da numeração desta Emenda a LOM, para adequação ao sistema Legislador

Xaxim

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL CONCURSO 002/2015

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 2/2015,
DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Objeto: O MUNICÍPIO DE XAXIM, SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 347, Centro, Xaxim, SC, CEP 89825-000, neste ato representado por seu Prefeito, senhor IDACIR ANTONIO ORSO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização Concurso Público de Provas Escritas e de Títulos, para preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva do Quadro de Pessoal do Poder Público Municipal. Este Concurso Público será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI – EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala A, Centro, no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

1. Das inscrições: estarão abertas de 19 de outubro a 17 de novembro de 2015, somente via internet, pelo site www.assconpp.com.br.

2. Das vagas: Estão disponíveis as seguintes vagas:

Cargo/Emprego	Vagas	Carga Horária	Vencimento Inicial – R\$ ¹	Nível de Escolaridade ²
Professor de Artes – Licenciatura plena	4 + CR	40h	R\$ 2.109,58 (Licenciatura) + regência de classe	Habilitação em Curso Superior de licenciatura plena na área específica
Professor de Ciências – Ensino Fundamental – Licenciatura plena	CR	10h	R\$ 527,39 (Licenciatura) + regência de classe	Habilitação em Curso Superior de licenciatura plena na área específica
Professor de Educação Física – Licenciatura plena	2 + CR	40h	R\$ 2.109,58 (Licenciatura) + regência de classe	Licenciatura plena em Educação Física e inscrição no conselho que fiscaliza e normatiza o exercício profissional
Professor de Educação Infantil – Licenciatura plena	10 + CR	20h	R\$ 1.054,79 (Licenciatura) + regência de classe	Graduação em Pedagogia, com licenciatura plena em Educação Infantil
Professor de Ensino Religioso – Licenciatura Plena	1 + CR	20h	R\$ 1.054,79 (Licenciatura) + regência de classe	Habilitação em Curso Superior de licenciatura plena na área específica
Professor de Geografia – Licenciatura Plena	CR	10h	R\$ 527,39 (Licenciatura) + regência de classe	Habilitação em Curso Superior de licenciatura plena na área específica
Professor de História – Licenciatura Plena	CR	10h	R\$ 527,39 (Licenciatura) + regência de classe	Habilitação em Curso Superior de licenciatura plena na área específica
Professor de Informática – Licenciatura Plena	3 + CR	40h	R\$ 2.109,58 (Licenciatura) + regência de classe	Habilitação em Curso Superior de licenciatura plena na área específica
Professor de Inglês – Licenciatura Plena	2 + CR	40h	R\$ 2.109,58 (Licenciatura) + regência de classe	Habilitação em Curso Superior de licenciatura plena na área específica
Professor de Matemática – Ensino Fundamental – Licenciatura plena	CR	10h	R\$ 527,39 (Licenciatura) + regência de classe	Habilitação em Curso Superior de licenciatura plena na área específica
Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais	CR	20h	R\$ 1.054,79 (Licenciatura) + regência de classe	Graduação em Pedagogia, com licenciatura plena para os anos iniciais do Ensino Fundamental
Professor de Língua Portuguesa – Ensino Fundamental – Licenciatura plena	CR	10h	R\$ 527,39 (Licenciatura) + regência de classe	Habilitação em Curso Superior de licenciatura plena na área específica
Assistente Técnico Pedagógico	4 + CR	40h	R\$ 2.109,58	Habilitação em Curso Superior de licenciatura plena

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura de Xaxim, SC e nos sites www.assconpp.com.br e www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim, SC, 13 de outubro de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito de Xaxim, SC

Associações

AMMVI

ATA DE ABERTURA DE ENVELOPES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS LICITAÇÃO 05-2015

ATA DE ABERTURA DE ENVELOPES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE Nº 05/2015

OBJETO: Contratação de empresa, entidade ou instituição especializada para realização de pesquisa de opinião aferindo a percepção da população sobre os serviços do sistema único de saúde (SUS) na região da AMMVI.

Às 09:00 horas, do dia 07 do mês de outubro do ano de 2015, na sala na sala da Assessoria Jurídica na sede da AMMVI, 2º andar, reuniram-se, em sessão pública, os membros da Comissão Permanente de Licitação (abaixo-assinados), a fim de procederem a abertura dos envelopes de proposta Licitação nº 05/2015.

Ato contínuo, a Presidente da Comissão declarou aberta a Sessão. Em seguida, o Presidente da Comissão avisou que procederá a abertura dos envelopes de proposta, que seriam rubricadas pela Comissão todas as folhas dos documentos de cada licitante.

Em seguida, considerando que o critério de julgamento é o de menor preço global, os valores das propostas foram dispostos em ordem crescente: PRAXIAN CONSULTORIA LTDA - ME, CNPJ 07.717.171/0001-85, pelo valor de R\$ 58.760,00 (cinquenta e oito mil setecentos e sessenta reais); IPC INSTITUTO DE PESQUISA CATARINENSE LTDA ME, CNPJ 09.256.171/0001-50, pelo valor de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais); CENTRAL DE PESQUISA E MARKETING LTDA EPP, CNPJ 02.295.493/0001-60 pelo valor de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais); FOCO OPINIÃO E MERCADO LTDA EPP, CNPJ 08.255.393/0001-96, pelo valor de R\$ 76.840,00 (setenta e seis mil oitocentos e quarenta reais).

Desta forma, a Comissão de Licitações decide declarar vencedora do certame a empresa PRAXIAN CONSULTORIA LTDA - ME, CNPJ 07.717.171/0001-85 pelo preço total R\$ 58.760,00 (cinquenta e oito mil setecentos e sessenta reais).

Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação do licitante faltante a respeito da decisão acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 07 de outubro de 2015.

Alexandre Carvalho Brigido Presidente	Richard Bushinski Secretário	Ricardo Sorroche Membro
---	---------------------------------	----------------------------

CONTRATO ADMINISTRATIVO CC 03-2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO CC 03-2015

Contrato que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.479.726/0001-75, com endereço à Rua vinte e cinco de julho, 188, Bairro Itoupava Norte, CEP: 89.053-000 cidade de Blumenau/SC, neste ato representada, pelo sócio administrador Richard Esteves, engenheiro inscrito no CREA/SC 065936-9 inscrito no CPF 005.308.419-59, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para prestação de serviços de construção da cisterna (Lote 01) e reforma do telhado (Lote 02) para o edifício sede da Associação, de conformidade com a Licitação Convite nº 03/2015, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de construção da cisterna (Lote 01) e reforma do telhado (Lote 02) para o edifício sede da Associação, conforme Processo Licitatório nº 03/2015, Instrumento Convocatório e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do prazo e regime de execução:

O presente contrato tem vigência imediata, a contar de sua assinatura, estendendo-se até 31/12/2015.

Os serviços contratados deverão estar executados e concluídos dentro do(s) prazo(s) a seguir estipulado(s), em dias corridos, contados da vigência deste contrato:

LOTES	PRAZO(S)
01	60 (sessenta) dias
02	90 (noventa) dias

Os prazos estabelecidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, uma vez, mediante justificativa a ser avaliada pela AMMVI.

A CONTRATADA deverá refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço reprovado por má execução, trabalho defeituoso, ou com acabamento insatisfatório, bem como por execução fora das especificações técnicas, além de responder, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

O presente contrato rege-se quanto ao regime de sua execução, pelas cláusulas constantes na Licitação Convite nº 03/2015, e pelo regime de empreitada por preço global (por lote).

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço:

O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 57.775,03 (cinquenta e sete mil setecentos e setenta e cinco reais e três centavos), incluindo o(s) Lote(s) 1 e 2, de conformidade com a proposta vencedora da Licitação Convite nº 03/2015.

No preço estão incluídos todos os custos e despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: responsabilidade técnica total, garantia (art. 618 do CC), pessoal, encargos sociais, materiais, sinalizações, transporte, seguros, ferramental e equipamentos necessários, incluindo material de proteção individual e tributos de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – Das Condições de Pagamento:

O pagamento será efetuado através de boleto bancário, fornecido pelo contratado, em parcela única, em até 05 (cinco) dias úteis após a prestação/entrega e aceitação dos serviços, materiais e/ou equipamentos.

Inciderá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Recursos para Atender as Despesas:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação do Orçamento-Programa anual da CONTRATANTE:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
01.02	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO/FINANÇAS
04.122.0001.1002	AMPLIAÇÃO DA SEDE DA AMMVI
44900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
1000015	RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA SEXTA – Do Direito de Fiscalização:

A CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

A fiscalização a ser efetuada pela CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Responsabilidade da CONTRATADA:

Sem prejuízo das condições e responsabilidades previstas no Instrumento Convocatório da Licitação, a CONTRATADA responsabiliza-se ainda:

I - em aceitar acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mediante autorização por escrito do presidente da AMMVI;

II – pela qualidade do produto/serviço e pelo fornecimento em conformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato;

III - a refazer ou trocar os materiais e serviços defeituosos e repor, a suas expensas, todo e qualquer quantidade de material entregue em desconformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato;

IV - a cumprir com as exigências legais para prestação dos serviços ou para transporte e fornecimento do produto licitado, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, fretes, licenciamento, etc.;

V – pela garantia dos produtos e/ou serviços, conforme prazos

mínimos previsto no Instrumento Convocatório da Licitação e/ou na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – Das Penalidades:

Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I – o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pela AMMVI;

II – o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início dos serviços e/ou no fornecimento dos materiais e equipamentos e/ou na entrega integral do objeto contratado;

III – o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pelo descumprimento da obrigação assumida e/ou pela rescisão sem justo motivo, por parte da CONTRATADA.

A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da CONTRATANTE (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa de seus créditos pelos serviços executados ou das garantias prestadas, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão:

A rescisão contratual poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE, com as consequências previstas na cláusula oitava.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretarão às consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com a CONTRATANTE, e seus Municípios associados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo da CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Condições Gerais:

Fica delegado atribuição aos profissionais da Assessoria de Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia da Unidade de Apoio Técnico da CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.

Integra o presente contrato todas as disposições, obrigações e responsabilidades constantes do Instrumento Convocatório da Licitação nº 03/2015, complementarmente aos dispositivos deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro:

Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Blumenau (SC), 13 de outubro de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS

PRESIDENTE da AMMVI

AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA
CONTRATADA

CONTRATO ADMINISTRATIVO CC-04/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO CC-04/2015

Contrato que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa CEK INFORMATICA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.949.640/0001-42, com endereço à Rua Pastor Quast, nº 155, Bairro Centro, cidade de São Bento do Sul, neste ato representado pelo seu administrador Sr. Carlos Eduardo Kellner inscrito no CPF 041.176.599-01 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para fornecimento de materiais e equipamentos, de conformidade com a Licitação Convite nº 04/2015, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto:

O presente contrato tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática para a sede da AMMVI, conforme descrição dos itens abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
01	<p>Servidor contendo os requisitos mínimos:</p> <p>Processador: 2 processadores instalados Intel Xeon E5-2640 v3 (2.6Ghz/8-core/20Mb cache/90w). Suporta upgrade para processadores de 18 cores 45MB de cache e 145w.</p> <p>Placa de Rede: 1 placa de rede desenvolvida para mesma marca do servidor com 4 portas Gigabit Ethernet 10/100/1000. Suporte para VMware NetQueue and Microsoft VMQ. Taxa de transferência full duplex de 8 Gb/s. FLEXibleLOM. PCI Express v2.0 (Gen 2 x4). Consumo máximo: 5.5W. EEE compliance: 802.3, 802.3ab, 802.3u, 802.3x, 802.3ad, 802.1q, 802.3az, 1588, 802.1as.</p> <p>Sistemas operacionais: Microsoft Windows 2008, Server 2008, Microsoft Windows HPC Server 2008, Red Hat Enterprise Linux 5.7 and 6.1 (AMD64/EM64T), SUSE Linux Enterprise Server 10 and 11 (AMD64/EM64T), Oracle Solaris 10, VMware ESX and ESXi, Microsoft Windows Hyper-V.</p> <p>Memória: 64GB DDR4 SDRAM ECC 2133Mhz, sendo 4 pentes de 16Gb, suporta até 1.5TB de memória</p> <p>Gabinete: Formato rack de 1U</p> <p>Disco Rígido: 2 discos de 600GB 6G SAS 10K SFF e 2 Discos 300GB 12G SAS 15K 2.5in SFF SC ENT Hotplug</p> <p>Suporta discos de acordo com a configuração:</p> <p>Hot Plug SFF SAS SSD: 16TB</p> <p>Hot Plug SFF SATA SSD: 8TB</p> <p>Hot Plug LFF SATA SSD: 3.2TB</p> <p>Hot Plug LFF SAS SSD: 6.4TB</p> <p>Hot Plug SFF SAS: 12TB</p> <p>Hot Plug SFF SATA: 10TB</p> <p>Hot Plug LFF SAS: 24TB</p> <p>Hot Plug LFF SATA: 24TB</p> <p>Vídeo integrado: Matrox G200 (1280 x 1024 (32 bpp), 1920 x 1200 (16 bpp)</p> <p>Slot PCI Express (PCI-E): 2</p> <p>Slot de Memória Total: 24</p> <p>Slot de Memória Livre: 20</p> <p>Mídia Óptica: DVD-RW</p> <p>Fonte de Alimentação: 2 x 500w Platinum Hot Plug Power Supply de mesmo fabricante do servidor, com 94% de eficiência energética. Padrão IEC C-13/14.</p> <p>Suporta fontes de alimentação de 500W, 800W ou 1400W HOT PLUG.</p> <p>Controladora: Smart Array P440ar/2GB 12Gb (Raid 0, 1, 5, 10, 6 e 60 SAS/SATA)</p> <p>Baias de Discos Livres: 4</p> <p>Baias de Discos Ocupadas: 4</p> <p>Garantia do fabricante: 3 anos peças, 3 anos serviço, 3 anos on-site com resposta no próximo dia útil.</p> <p>Sistema de refrigeração: 5 ventiladores hot plug</p> <p>Interfaces: 01 serial. 01 vga frontal e 01 vga traseira. 01 interface de gerenciamento 1GB dedicada. 01 microSD interno. 05 USB 3.0 sendo 02 traseiras, 01 frontal e 02 internas</p> <p>Dimensões: Altura: 43,2mm, largura: 434,7mm, profundidade: 698,5mm.</p> <p>Bios: Proprietária</p> <p>Certificado e homologado para os seguintes sistemas operacionais: Microsoft Windows Server 2012 R2, Ubuntu, Red Hat, Suse Linux, Oracle Solaris, VMware, Citrix XenServer.</p> <p>Certificações: FCC Rating Classe A; Normative Standards CISPR 22; EN55022; EN55024; FCC CFR 47, Pt 15; ICES-003; CNS13438; GB9254; K22;K24; EN 61000-3-2; EN 61000-3-3; EN 60950-1; IEC 60950-1</p> <p>Licença perpétua de Microsoft Windows Server 2012 R2 versão Standard, versão sem mídia de instalação, disponível no site para download.</p>	02	28.287,84

03	<p>Notebook com as seguintes configurações:</p> <p>Processador: Intel Core i7-5500U (2.4 GHz expansível para até 3.0 GHz, 4MB de Cache, 15W)</p> <p>Bios proprietária</p> <p>Windows 8.1 Pro, 64 bits - em Português (Brasil)</p> <p>8GB de memória SDRAM DDR3 Single channel a 1600 MHz - 1 DIMM</p> <p>Tela LED AG HD de 14.0 polegadas (1366 x 768) com antirreflexo</p> <p>Opções de segurança</p> <p>Leitor de impressão digital</p> <p>Segurança física: cadeado e slot Kensington para trava do cabo de segurança do chassi</p> <p>Teclado/touch pad</p> <p>Teclado chiclete padrão de tamanho normal</p> <p>Touchpad multigestos</p> <p>Multimídia</p> <p>Alto-falantes estéreo integrados (2 de 1,5 W) + 1 subwoofer (2 W)</p> <p>Câmera de alta definição integrada de 720p (1,0 MP) com microfones</p> <p>Processador de 5ª geração – Placas gráficas Intel 5500 de alta definição</p> <p>NVIDIA Geforce 830M com 2 GB de DDR3L</p> <p>Bateria de íon de lítio de 3 células (48,6/51,2 Wh)</p> <p>Adaptador: 65 watts</p> <p>Opções de armazenamento principal</p> <p>Disco rígido SATA de 5.400 RPM de 500 GB</p> <p>Conectividade</p> <p>Com fio integrado: rede Gigabit Ethernet</p> <p>LAN wireless: 802.11 a/b/g/n e unidade Bluetooth v 4.0 combinada</p> <p>Regulamentação</p> <p>Conformidade regulamentar e ambiental</p> <p>Certificação ENERGY STAR 6.1</p> <p>Certificação EPEAT Silver</p> <p>China Energy Label (CEL nível 1)</p> <p>Peso máximo: 1,62kg</p> <p>Altura: 1.80 cm</p> <p>Largura: 33.70 cm</p> <p>Profundidade: 23.30 cm</p> <p>Garantia 1 ano on site pelo fabricante do computador; Serviço no local no próximo dia útil após o diagnóstico remoto padrão.</p>	01	3.563,00
04	<p>Unidade de Estado Sólido (SSD) com as seguintes características:</p> <p>Formato: 2.5"</p> <p>Interface: SATA Rev. 3.0 (6Gb/s) - compatibilidade com versões anteriores - SATA Rev. 2.0</p> <p>Capacidades: 240GB</p> <p>Consumo de Energia: 0,640W Inativo / 1,423 W Leitura / 2,052 W Gravação</p> <p>Temperatura de Armazenamento: -40 a 85°C</p> <p>Temperatura de operação: 0 a 70°C</p> <p>Dimensões: 69,8 x 100,1 x 7 mm</p> <p>Peso: 86 g</p> <p>Vibração quando em operação: 2,17 G Pico (7 – 800 Hz)</p> <p>Vibração quando não está em operação: 20 G Pico (10 – 2000 Hz)</p> <p>Expectativa de vida útil: 1 milhão de horas MTBF</p> <p>Garantia/suporte: garantia de três anos com suporte técnico local gratuito</p> <p>Total de bytes gravados (TBW):</p> <p>240GB: 128TB</p> <p>Desempenho de referência:</p> <p>Transferência de dados compactados (ATTO)2</p> <p>Todas as capacidades: 450MB/s para Leitura e 450MB/s para Gravação</p> <p>Transferência de dados não compactados</p> <p>240GB – 191MB/s para Leitura e 142MB/s para Gravação</p>	02	545,00

05	<p>Monitor 15 polegadas com as seguintes características:</p> <p>Tamanho do painel 15,6" Widescreen (painel LED)</p> <p>Tamanho da imagem visível 39,5 cm</p> <p>Pixel pitch 0,252 mm</p> <p>Brilho 180 cd/m²</p> <p>Relação de contraste dinâmico (DCR) 20.000.000:1</p> <p>Tempo de resposta 8 ms</p> <p>Ângulo de visão horizontal 90°</p> <p>Ângulo de visão vertical 50°</p> <p>Frequência de varredura horizontal 30 KHz ~ 50 KHz</p> <p>Frequência de varredura vertical 60 Hz</p> <p>Largura de banda 85 MHz</p> <p>Compatibilidade Windows, MAC, Linux</p> <p>Resolução máxima 1366 x 768 @ 60 Hz (HD)</p> <p>Resolução recomendada 1366 x 768 @ 60 Hz (HD)</p> <p>Suporte de cores 262000</p> <p>Consumo Ligado < 7 Watts (típico), Stand By < 0,5 Watt</p> <p>Controles Manuais</p> <p>Power</p> <p>CARACTERÍSTICAS FÍSICAS</p> <p>Peso bruto (Kg) 1.5</p> <p>Dimensões com base - (L x A x P) mm 370,7 x 298,3 x 142,0</p> <p>Peso líquido (Kg) 0.87</p> <p>Dimensões sem base - (L x A x P) mm 370,7 x 232,8 x 33,5</p> <p>Embalagem - mm 423 x 106 x 304</p> <p>ENTRADAS</p> <p>Fonte USB 5V DC</p> <p>CONEXÕES</p> <p>Conectores</p> <p>Analógico (RGB)</p> <p>RECURSOS</p> <p>Plug & Play</p> <p>DDC2B/CI</p> <p>Energy Star</p> <p>Sim (EPA)</p> <p>Função OSD (On Screen Display) OSD com interface gráfica amigável</p> <p>Garantia: 12 meses</p> <p>Itens inclusos na embalagem: Cabo de força USB, cabo RGB, manual (CD), certificado de garantia, base e monitor.</p>	01	328,00
Total Geral R\$			61.556,68

Este contrato vincula-se ao resultado do Processo Licitatório nº 04/2015, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do prazo e regime de execução:

O início da prestação dos serviços e/ou do fornecimento dar-se-á imediatamente após esgotados os prazos recursais. O início do fornecimento dar-se-á imediatamente após a assinatura do contrato, devendo se concluir em até trinta (30) dias.

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos materiais e equipamentos pelo prazo estabelecido em sua proposta, observado o tempo mínimo



fixado pelo Instrumento Convocatório da licitação.

O presente contrato rege-se quanto ao regime de sua execução, pelas cláusulas constantes na Licitação Convite nº 04/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Preço:

O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 61.556,68 (sessenta e um mil quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos), de conformidade com sua Clausula Primeira e com a proposta vencedora da Licitação Convite nº 04/2015.

CLÁUSULA QUARTA – Das Condições de Pagamento:

O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após a entrega e aceitação dos materiais e/ou equipamentos, com liquidação da despesa e fornecimento de boleto bancário pelo contratado.

Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Recursos para Atender as Despesas:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação do Orçamento Programa Anual da CONTRATANTE:

Código Dotação	Descrição
1	AMMVI
01.002	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
004.122.0003.2002	SECRETARIA GERAL E ADMINISTRATIVO FINANCEIRO
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS
1000015	RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA SEXTA – Do Direito de Fiscalização:

A CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

A fiscalização a ser efetuada pela CONTRATANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Responsabilidade da CONTRATADA:

A CONTRATADA responsabiliza-se:

I - a aceitar acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mediante autorização por escrito do presidente da AMMVI;

II – pela qualidade do produto e pelo fornecimento em conformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato;

III - a repor, a suas expensas, todo e qualquer quantidade de material ou equipamento entregue em desconformidade com o Instrumento Convocatório ou com este contrato, bem como responsabilizar-se pela cobertura de garantia durante o prazo estabelecido;

IV - a cumprir com as exigências legais para transporte e fornecimento do produto licitado, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, fretes, licenciamento, etc.

CLÁUSULA OITAVA – Das Penalidades:

Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I – o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pela AMMVI;

II – o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no fornecimento dos materiais e equipamentos e/ou na entrega integral do objeto contratado;

III – o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pelo descumprimento da obrigação assumida e/ou pela rescisão sem justo motivo, por parte da CONTRATADA.

A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da CONTRATANTE (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa de seus créditos ou das garantias prestadas, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão:

A rescisão contratual poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e
- b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE, com as consequências previstas na cláusula oitava.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretarão às consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

- a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com a CONTRATANTE, e seus Municípios associados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo da CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das Condições Gerais:

Fica delegado atribuição aos profissionais da Assessoria de Tecnologia da Informação da Unidade de Apoio Técnico da CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar o presente contrato.

Integra o presente contrato todas as disposições, obrigações e responsabilidades constantes do Instrumento Convocatório da Licitação nº 04/2015, complementarmente aos dispositivos deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro:

Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Blumenau (SC), 22 de setembro de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS
PRESIDENTE da AMMVI

CARLOS EDUARDO KELLNER
CONTRATADA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO 03-2015

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO nº 03/2015

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 03/2015 para empresa AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – CNPJ nº 11.479.726/0001-75, consoante ata de julgamento da Comissão de Licitações.

Blumenau, SC, 01 de outubro de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS
Presidente da AMMVI

JOSE RAFAEL CORREA
Secretário Executivo

TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO 04-2015**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

LICITAÇÃO nº 04/2015

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 04/2015 para as empresas, consoante ata de julgamento da Comissão de Licitações:

- a) CEK INFORMATICA LTDA ME: vencedor nos itens 01 (R\$ 28.287,84), 03 (R\$ 3.563,00), 04 (R\$ 545,00), 05 (R\$ 328,00);
- b) HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - EPP: vencedor nos itens 02 (R\$ 2.740,00), 06 (R\$ 299,00); 10 (R\$ 140,00);
- c) JOSE HENRIQUE DA SILVA JUNIOR - ME: vencedor no item 07 (R\$ 2.736,00); e
- d) DOIN GAMA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA ME: vencedor nos itens 08 (R\$ 18,00), 09 (R\$ 25,00).

Blumenau, SC, 21 de setembro de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS Presidente da AMMVI	JOSE RAFAEL CORREA Secretário Executivo
--	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO 03-2015**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

LICITAÇÃO nº 03/2015

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 01/14, e Termo de Adjudicação,

Homologo,

Nesta data, a referida decisão, considerando vencedora da licitação, objeto da Tomada de Preço nº 05/2014, a licitante AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – CNPJ nº 11.479.726/0001-75 – com o valor global para o Lote 1 de R\$ 8.804,62 (oito mil oitocentos e quatro reais e sessenta e dois centavos) e Lote 02 R\$ 48.970,41 (quarenta e oito mil novecentos e setenta reais e sessenta e dois centavos) .

Blumenau, SC, 01 de outubro de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS Presidente da AMMVI	JOSE RAFAEL CORREA Secretário Executivo
--	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO 04-2015**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

LICITAÇÃO nº 04/2015

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 01/14, e Termo de Adjudicação,

Homologo,

Nesta data, a referida decisão, considerando vencedor da licitação, objeto do Convite nº 04/2015, os participantes:

- 1 – JOSE HENRIQUE DA SILVA JUNIOR - ME, CNPJ nº 20.676.249/0001-29;
- 2 – HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - EPP , CNPJ nº 06.635.187/0001-86;
- 3 – CEK INFORMATICA LTDA ME, CNPJ nº 00.949.640/0001-42;
- 4 – DOIN GAMA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA ME, CNPJ nº 12.023.894/0001-14.

Blumenau, SC, 21 de setembro de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS Presidente da AMMVI	JOSE RAFAEL CORREA Secretário Executivo
--	--

Consórcios

CIMVI

CONTRATO RATEIO Nº 2015/01 - EXERCÍCIO 2015 - GESTÃO DE CULTURA

CONTRATO DE RATEIO Nº 2015/01

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GASPAS, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO DE CULTURA NO EXERCÍCIO DE 2015.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Sergio Almir dos Santos, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Indaial, portador do CPF nº 383.728.439-53, domiciliado e residente à Rua 25 de janeiro, nº 797, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, neste Estado, doravante denominada simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Nicanor Morro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 004.461.659-72, domiciliado e residente à Rua Belo Horizonte, nº 177, na cidade de Apiúna, neste Estado; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Moacir Polidoro, brasileiro, casado, portador do CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente à Rua Benjamin Constant, nº 174, Apto. 7, na cidade de Ascurra, neste Estado; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 5.070, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Jean Michel Grundmann, brasileiro, casado, portador do CPF nº 043.897.169-80, domiciliado e residente na Estrada Geral Ribeirão Liberdade, s/ nº, na cidade de Benedito Novo, neste Estado; BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, José Luiz Colombi, brasileiro, casado, portador do CPF nº 455.167.669-15, domiciliado e residente na Rua Nove de Julho, s/nº na cidade de Botuverá, neste Estado; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 02, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Hartwig Persuhn, brasileiro, casado, portador do CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente à Rua Fritz Donner, nº 385, na cidade de Doutor Pedrinho, neste Estado; GASPAS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Pedro Celso Zuchi, brasileiro, casado, portador do CPF nº 181.649.359-72, domiciliado e residente na Rodovia Ivo Siqueira, nº 8.810, na cidade de Brusque, neste Estado; GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Matias Kohler, brasileiro, casado, portador do CPF nº 376.148.359-72, domiciliado e residente na Rua Pomerania, nº 762, na cidade de Guabiruba, neste Estado; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Sergio Almir dos Santos, brasileiro, casado, portador do CPF nº 383.728.439-53, domiciliado e residente à Rua 25 de janeiro, nº 799, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, neste Estado; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Rolf Nicolodelli, brasileiro, casado, portador do CPF nº 421.393.179-04, domiciliado e residente à Rua Heinrich Kanis, nº 627, na cidade de Pomerode, neste Estado; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 205, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Fernando Tomaselli, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 016.637.969-71, domiciliado e residente na Avenida Tiradentes, nº 1.855, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Paulo Roberto Weiss, brasileiro, casado, portador do CPF nº 765.097.459-68, domiciliado e residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 2.495, na cidade de Rodeio, neste Estado; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Laercio Demerval Schuster Júnior, brasileiro, casado, portador do CPF nº 003.860.349-74, domiciliado e residente na Av. Getúlio Vargas, nº 816, Apto. 803, na cidade de Timbó, neste Estado, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, com fundamento na Lei Federal nº 11.107/05 e no Decreto nº 6.017/07, considerando a existência de previsão orçamentária para o presente exercício e a deliberação na 22ª Assembleia Geral Ordinária de 17 de setembro de 2015 no sentido de serem formalizados os Contratos de Rateio para o exercício de 2015 para a Gestão de Cultura, estabelecendo-se, inclusive, os valores para cada um dos municípios, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto o rateio dos recursos destinados ao atendimento de despesas com ações de Gestão de Cultura do CONSÓRCIO no exercício de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O rateio dos recursos necessários para a gestão associada das ações previstas na cláusula anterior, se dará de forma igualitária entre os CONSORCIADOS.

O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 3 (três) parcelas iguais, a serem repassadas até o 15º (décimo dia) de

cada mês, de outubro a dezembro de 2015, sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, no Banco do Brasil, Agência nº 0629-7, conta corrente nº 201.306-1, sendo que este fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

Para o objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2015 o valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), compreendendo a previsão necessária para integral consecução do objeto.

O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério de distribuição igualitária, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Valor Anual (R\$)	Valor mensal (R\$)			
		Modalidade de Despesa	Outubro	Novembro	Dezembro
Apiúna	5.000,00	3390	1.666,00	1.667,00	1.667,00
Ascurra	5.000,00	3390	1.666,00	1.667,00	1.667,00
Benedito Novo	5.000,00	3390	1.666,00	1.667,00	1.667,00
Botuverá	5.000,00	3390	1.666,00	1.667,00	1.667,00
Doutor Pedrinho	5.000,00	3390	1.666,00	1.667,00	1.667,00
Gaspar	5.000,00	3390	1.666,00	1.667,00	1.667,00
Guabiruba	5.000,00	3390	1.666,00	1.667,00	1.667,00
Indaial	5.000,00	3390	1.666,00	1.667,00	1.667,00
Pomerode	5.000,00	3390	1.666,00	1.667,00	1.667,00
Rio dos Cedros	5.000,00	3390	1.666,00	1.667,00	1.667,00
Rodeio	5.000,00	3390	1.666,00	1.667,00	1.667,00
Timbó	5.000,00	3390	1.666,00	1.667,00	1.667,00
Total	60.000,00		19.992,00	20.004,00	20.004,00

Os depósitos em conta corrente dos valores mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de outubro a dezembro de 2015.

Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia do CONSÓRCIO, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

O presente Contrato de Rateio tem vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro do corrente, podendo ser prorrogado, renovado ou estendido na forma da Lei, sendo que sua execução terá início em 01 de outubro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO, vigente para o exercício financeiro de 2015.

Os repasses mensais feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária do CIMVI, conforme Orçamento-Programa Anual 2015.

Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelos CONSORCIADOS estes deverão inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS;
- aplicar os recursos recebidos, e eventuais rendimentos, exclusivamente nas despesas de implementação, execução e manutenção das

ações previstas neste instrumento;

- publicar este contrato no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), bem como facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CONSÓRCIO e de seu Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- efetuar pontualmente o pagamento mensal das cotas de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

O não repasse dos valores devidos e ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de multa no importe de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la tempestivamente ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

A eventual impossibilidade de o CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, pela superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato, obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam registradas e/ou consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, possibilitando a correta contabilização dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 13 (treze) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 01 de outubro de 2015.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

Nicanor Morro Município de Apiúna	Moacir Polidoro Município de Ascurra
Jean Michel Grundmann Município de Benedito Novo	José Luiz Colombi Município de Botuverá
Hartwig Persuhn Município de Doutor Pedrinho	Pedro Celso Zuchi Município de Gaspar
Matias Kohler Município de Guabiruba	Sergio Almir dos Santos Município de Indaial
Rolf Nicolodelli Município de Pomerode	Fernando Tomaselli Município de Rio dos Cedros
Paulo Roberto Weiss Município de Rodeio	Laércio Demerval Schuster Júnior Município de Timbó

Testemunhas:

Patricia Barbaresco 095.555.009-24	Valter Conrado de Araújo 379.549.389-72
---------------------------------------	--

CIS NORDESTE**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 20/2015**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 20/2015

Origem: Pregão Eletrônico nº 005/2015

Processo Administrativo nº 34/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Contratada: OPTIMEZEIT TECNOLOGIA ERIRELI EPP (CNPJ 18.864.037/0001-23)

Objeto: Contratação de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, de acordo com os quantitativos estimados na tabela abaixo e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2015-CISNORDESTE/SC, do edital de licitação que originou este contrato.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005, Resolução nº 02/2014-CISNORDESTE/SC.

Valor Global do Contrato: R\$ 51.140,00 (cinquenta e um mil, cento e quarenta reais) – valor estimado anual

Vigência: 31/12/2015 a 31/12/2016

Data do Contrato: 01 de outubro de 2015.

José Chaves Prefeito Municipal de Garuva Presidente do CISNORDESTE/SC CONTRATANTE	RÉGIS CORRÊA RODRIGUES CONTRATADA
--	--------------------------------------

CIS/AMURES**ATA CIR AGOSTO DE 2015**

Ata da reunião ordinária do colegiado de gestores regionais da serra catarinense de nº 07/2015

Aos seis dias de agosto de dois mil e quinze, às nove horas da manhã, reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria da Saúde do município de Capão Alto, Santa Catarina, os secretários municipais para reunião da CIR – Comissão Intergestores Regional da Serra Catarinense, representantes da 27ª Secretaria Regional de Saúde e 28ª Secretaria regional de Saúde para debaterem a seguinte pauta: 1) Leitura e aprovação da ata anterior referente a julho; 2) Correspondências expedidas; 3) Seminário Rede Cegonha – Daniela e Jane (Cerro Negro); 4) Revisão da contratualização do SUS segundo trimestre 2015 e Revisão dos Termos Aditivos para análise do primeiro trimestre 2015 (CIS/Nalu); 5) Cirurgias Eletivas da Região, PPI Hosp/demanda Reprimida de exame/HTR, AC-Ortopedia/Neurocirurgia-HNSP. Iniciando a reunião, Adilson, vice-presidente, dá boas vindas e justifica a ausência do presidente Silvano e diz que o mesmo solicitou a saída da presidência da CIR, Adilson passa então a assumir a presidência e Beatriz a vice-presidência, Adilson relatou também o não recebimento da ata anterior, referente à reunião Ordinária do mês de julho de dois mil e quinze. Minéia, de Capão Alto, pede a palavra para expor a sua substituição no cargo de Secretária Municipal da Saúde, apresentando a atual Secretária de Saúde de Capão Alto, Vanessa Muller que assumiu no dia três de agosto de dois mil e quinze. Após, Soraia iniciou a leitura da ata anterior, sendo solicitadas várias alterações e será novamente apresentada na reunião de setembro para aprovação. Daniela se pronunciou, referindo-se à rede cegonha, sobre a capacitação de pré-natal e puerpério, qual conta com o apoio do CIES, da Regional de Saúde de Lages, do Hospital e Maternidade Teresa Ramos, da Secretaria de Saúde de Lages e solicita a colaboração dos secretários na liberação dos profissionais enfermeiros e médicos dos municípios, para participarem da capacitação que contará com 120 vagas, onde também será elaborado o protocolo de pré-natal e puerpério, o curso acontecerá nos dias 09 e 10 de Setembro no SESC e no dias 30/09 na Uniplac e 01 à 02/10 no Hospital de Maternidade Teresa Ramos, será investido R\$25 mil reais para a realização destas capacitações. Em 10 e 11/08, para os médicos haverá um curso sobre HIV/AIDS em Florianópolis, 10/08 curso sobre saúde mental, na Secretaria de Desenvolvimento Regional e no dia 14/08 o Fórum da linha de cuidados IAM – ABC e Trauma,

02 e 03/09 - curso de envelhecimento e a saúde da pessoa idosa, 28/08 - curso sobre dengue e atenção básica. Este calendário de eventos será enviado por email aos municípios. Daniela esclarece dúvidas sobre o SIAB, que o E-SUS deverá contar com 100% de lançamentos da produção para que não seja necessária a exportação de dados do SIAB. Em seguida Nalú explica a solicitação do envio da guia de BPA semanalmente, parabeniza o município de Palmeira pela colaboração do envio no prazo e relata a dificuldade nos receituários particulares, o qual fica impossibilitado de ser incluso no sistema, e explica que a revisão da contratualização acontece a cada três meses e a média de Lages é de quarenta e dois mil reais. Sônia explica sobre a contratualização e a produção e sugere a revisão da PPI hospitalar, Ambulatorial e de Pronto Atendimento, será então organizado um cronograma para cada município apresentar suas necessidades e produção. Nalú repassa a questão de orçamento dos municípios com o consórcio e enviará comunicação aos municípios que terão de controlar a despesa até o fim deste ano. Nalú apresenta a intenção da Clínica Ana Carolina em realizar as cirurgias de catarata pelo SUS, onde a clínica tem um alvará provisório até outubro de dois mil e quinze. Gilmar sugere o envio da documentação da clínica para o Estado, que quando a situação seja regularizada, já esteja habilitada para realizar o procedimento. Beatriz solicitou explicação sobre as cirurgias de otorrino à secretaria de Lages, referente um aviso veiculado na rádio. Gilmar e Rose explicaram o acordo com o médico, que as cirurgias serão limitadas e não será em regime de mutirão, mas conforme não houve ainda um acordo firmado com o Hospital e os municípios a continuidade do procedimento está impossibilitada até o momento. Adilson solicita esclarecimentos à Nalu sobre as próteses dentárias, Nalú sugere a alteração da clínica conveniada devido a problemas na prestação de serviços da atual clínica e Blévio explica que a clínica Frei Rogério presta serviços referentes às próteses pelo SUS e salienta o encaminhamento dos pacientes para esta unidade prestadora. Na sequência o senhor Cesar Augusto Soares Nitchke apresenta o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU apresentou o surgimento, a atuação e o cenário na fase atual e a proposta da centralização das oito unidades em somente uma. A comissão resolve construir uma moção de repúdio a proposta de alteração da centralização do SAMU e encaminhá-la CIB - Comissão intergestores Bipartite. Adilson solicita que a reunião da CIR seja realizada durante um dia todo já na próxima reunião, e solicitam a

alteração da reunião que ocorreria no dia 10/09, ficando alterada para dia 17/09 sediado em Anita Garibaldi, todos deliberaram a favor e também ao retorno dos assuntos diversos que deverão constar na pauta. Blévio expõe a necessidade de resolver as questões, de dar continuidade. Explicou sobre o aguardo na alteração do laboratório prestador de análises das lâminas do citopatológico e solicita a localização do aparelho facoemulsificador. Este aparelho deverá ser transferido para Urubici para a realização de cirurgias de Catarata, o convênio já este acordado e só não está sendo realizado o procedimento por falta do aparelho. Blevio visitou o Hospital Tereza Ramos para verificar o funcionamento de um mamógrafo, e estão encaminhando para a instalação. Blevio solicitou a relação das cirurgias em aguardo nos municípios o quanto antes. Leandro, Gerente da Regional de São Joaquim, solicitou a relação de demanda reprimida para a construção de diagnóstico para revisão da PPI Estadual. Blevio da Gerência Regional de Lages solicitou a relação de demanda reprimida para procedimentos cirúrgicos, exames e consultas para providenciar a contratualização dos serviços. Beatriz explica que a relação de procedimentos faz-se necessária para que, através de um diagnóstico, o Estado revise a PPI. Adilson solicita uma secretaria para a CIR, Rose indica Dayane Minozzo para o cargo, sendo aprovado por todos. Leandro solicita a reiteração da solicitação da ambulância que foi aprovada para o município de Urubici. Adilson deu por encerrada a reunião e não havendo nada mais a tratar, eu, Vanessa Muller lavro esta ata que segue assinada e aprovada por todos os presentes.

ATA CIR JULHO DE 2015

Ata da reunião ordinária do colegiado de gestores regionais da serra catarinense de nº 06/2015

Aos dias oito de julho de dois mil e quinze, reuniram-se os Secretários Municipais de Saúde da região da AMURES, para deliberar a seguinte pauta: 1)Leitura e aprovação da ata anterior referente junho; 2)Correspondências expedidas; 3)Informações a respeito imposto de renda CIS/AMURES; 4)Verbas para equipar as UBS recebidas; 5)Atraso nos resultados dos exames preventivos; 6)Demora nos agendamentos do CEO; 7)capacitação em agosto da rede de Deficiência, substituição no Grupo Estadual da RAD à pedido Jane; 8)Solicitação de abertura de edital para o credenciamento de laboratório de análises clínicas para o município de Bom Jardim da Serra; 9)Discutir com os gestores ofício 008/2015 enviado pela Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação do SUS para regularização dos recursos repassados de R\$ 150,00 por pacientes nas cirurgias oftalmológicas; 10)Confirmação dos municípios na participação do evento em laguna. Ao iniciar Beatriz deu às boas vindas e comenta que a pauta é longa. José Teodoro de Sena Amaral deu às boas vindas e falou que ao final será apresentado um software de Sistema de informação do SUS e Camila Baccin completa falando que os municípios que não integraram corretamente o E-SUS são exatamente aqueles que tinham software sem qualificação e lembra que o E-SUS é um programa gratuito. Em seguida Nalu diz não concordar com algumas explicações da ata da reunião anterior e que após ser lida a mesma foi aprovada, porém com ressalvas. Em reunião da CIR foi combinado de fazer um documento solicitando mais vagas de ressonâncias, mas Camila diz que para conseguirmos esse aumento precisaríamos melhorar a produção e enquanto não dermos conta de fazer a produção existente no Tereza Ramos não conseguiremos aumentar esses exames. Em seguida abre-se uma discussão em relação ao mamógrafo que está na secretaria de saúde do município de Lages, Rose explica que o aparelho ainda não foi instalado porque, segundo informações repassadas pela empresa, existem débitos pendentes, mas Camila diz que o mesmo era da Receita Federal e foi doado pelo Estado. Segundo carta escrita em fevereiro do ano passado por Cristina Subtil, Ex-secretária da Saúde de Lages este aparelho estaria funcionando em 30 dias. Camila diz que tinha conhecimento que o mesmo não estava funcionando por causa do gerador e da sala que não

estavam prontos. Retornando ao assunto das Ressonâncias, Blévio salienta que quando algo for deliberado em CIR deverá ser realizado para não deixar nada pendente, o mesmo comprometeu-se a ver com Jorge as pendências e também solicitar esse documento para "pressionar" esta situação. Nalú diz que a solicitação desse documento foi em abril e até a presente data nada foi feito Nalú expõe que aos poucos os exames e procedimentos estão melhorando um exemplo são as cirurgias bariátricas que o pactuado era 08 procedimentos e estava sendo realizados 03 por um tempo e agora está normalizado. Nalú fala sobre a devolução do imposto de renda onde aguarda os pareceres e posterior será depositado na conta do Fundo Municipal, acompanhado por ofício encaminhado para o Secretário, Prefeito e também para o setor financeiro. Jane solicita que os pacientes atendidos pelo Dr. Carlos Augusto, cardiologista possam sair com o laudo preenchido da consulta, evitando consulta nova para os pacientes que precisam de cateterismo para o preenchimento do laudo, Nalu se compromete que pedirá para o medico preencher. Em seguida Soraia questiona como os demais municípios estão fazendo para equipar as Unidades. Roberto, colaborador de São Joaquim orienta que quando faz o cadastro tem o mínimo e o máximo do valor e justifica que essa margem é grande e segundo ele vem a listagem dos equipamentos para cada sala, Soraia concorda, mas acha os valores muito baixo e assim empresa nenhuma participa de licitação. Sugere-se então o uso do dinheiro do PMAQ e Tere orienta que entre em contato com deputado e por ofício solicite a compra de equipamentos e presta contas fazendo licitação. Daniela fala sobre a Saúde Bucal, onde foi reorganizado juntamente com o município de Lages e os agendamentos para os municípios no CEO passou a ser de responsabilidade da Daniela e Carlos na Regional. No dia 10 e 11 de agosto terá em Florianópolis uma capacitação com médicos para hepatites HIV AIDS. Na reunião de junho do Grupo de fortalecimento da Atenção Básica foi falado sobre o preventivo, segundo Daniela o problema esta sendo no SISCAN a nível nacional o Biocito não estava conseguindo inserir os laudos no sistema em tempo adequado. Daniela ligou para outras regiões, que relataram não estar com este problema, Camila ressalta que uma de nossas preocupações é a saúde da mulher e que estamos perdendo muitas mulheres em idade fértil e os exames preventivos são considerados como básicos. A demora compromete o atendimento, Daniela fará orçamento com outros prestadores de serviço, buscando agilidade na entrega do resultado. Jane apresentou dificuldades quanto aos agendamentos no CEO, Daniela comentou que é só reencaminhar o nome dos pacientes por ofício para o reagendamento. Jane colocou seu cargo de representante da CIR do Grupo de Condução da Rede de Deficiências e a representante passa a ser a Coordenadora do Psicossocial, Valdirene Chagas. Lisiane questiona Blévio sobre o laboratório de Bom Jardim da Serra e Blévio diz que está solicitando ao Estado o credenciamento do laboratório para Bom Jardim da Serra e São José do Cerrito. Rose falou sobre a capacitação e abertura Laboratório das Águas em Lages e que a Coordenadora Ester entrará em contato convidando para a capacitação e definição do cronograma. Beatriz relatou que foi procurada pelo Drº César solicitando apoio para a não centralização do SAMU. O grupo solicitou a presença do mesmo em reunião da CIR para esclarecer possíveis dúvidas e definir o posicionamento da CIR frente ao tema. O encontro foi finalizado pelo Sr. Jose Teodoro, onde foi agradecida a presença de todos. Nada mais a declarar, eu, Luciana Costa, subscrevi a presente a ata e encerro.

CONSÓRCIO LAMBARI**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04/2015**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 04/2015

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI, senhor PEDRO ARI PARISOTTO – Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, CONVOCA os Prefeitos dos Municípios que integram o CONSELHO DE PREFEITOS DO CONSORCIO LAMBARI, os Secretários Municipais de Agricultura e os técnicos responsáveis pelo setor de licenciamento ambiental, para a Assembleia Geral Ordinária que realizará-se-á no dia 29 de outubro de 2015:

HORÁRIO: às 9h

Local: Sala de Reuniões da Amauc – Rua Marechal Deodoro, 772 Edifício Mirage Offices – 12º andar – Concórdia SC.

ORDEM DO DIA

9h	• Abertura da Assembleia Geral Ordinária
9h10	• Leitura da ata da assembleia geral ordinária do dia 27/07/2015
9h15	• Apresentação do Diagnóstico do Arranjo Legal e Institucional da Gestão Ambiental dos Municípios Integrantes do Consórcio Lambari – Relatório Parcial; • Definição do Modelo de Descentralização e Organização dos Sistemas Municipais de Licenciamento Ambiental; • Estrutura mínima necessária; • Alterações Estatutárias • Esclarecimentos Apresentação: Dr. Guilherme Dalla Costa e Dra. Alini Masson (Dalla Costa Advocacia e Consultoria Ambiental)
11h	• Encerramento

Concórdia – SC, 9 de outubro de 2015.

PEDRO ARI PARISOTTO

Presidente do Consórcio Lambari

A presença dos Prefeitos (as) é importante para definição do Modelo de Descentralização e Organização dos Sistemas Municipais de Licenciamento Ambiental e tomar conhecimento das providências necessárias (adequação da legislação municipal) para instituição dos serviços.